

Heteridade

7

Revista de Psicanálise



OS TEMPOS DO SUJEITO DO INCONSCIENTE

A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise

Internacional dos Fóruns
Escola de Psicanálise do Fóruns do
Campo Lacaniano

Heteridade

7

Revista de Psicanálise

**OS TEMPOS DO SUJEITO DO
INCONSCIENTE**

A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise

**Internacional dos Fóruns
Escola de Psicanálise dos Fóruns Campo Lacaniano**

SUMÁRIO

EDITORIAL

Dominique Fingermann.....	07
---------------------------	----

PLENÁRIAS

1. O TEMPO NA ANÁLISE

O “tempo” de uma análise

Dominique Fingermann.....	10
---------------------------	----

La hâte et la sortie

Luis Izcovich	14
---------------------	----

La cita y el encuentro

Gabriel Lombardi	20
------------------------	----

2. O TEMPO DO ATO

Repetir, recordar e decidir: a análise entre o instante da fantasia e o momento do ato

Ana Laura Prates	25
------------------------	----

Le temps du désir, les temps de l'interprétation, le temps de l'acte

Marc Strauss	30
--------------------	----

3. O TEMPO QUE FALTA (Il faut le temps)

O tempo de Laiusar

Antonio Quinet	34
----------------------	----

Le temps, pas logique

Colette Soler	38
---------------------	----

4. EFEITOS DO TEMPO

Le temps: un objet logique

Bernard Nominé	44
----------------------	----

Tempo e entropia

Sonia Alberti	48
---------------------	----

5. O TEMPO E O SUJEITO

L'étoffe du zéro - La topologie et le temps

Françoise Josselin	55
--------------------------	----

Tu/er la mort

Martine Menès	58
---------------------	----

6. TEMPO ATUALIZADO

El sin tiempo de la histeria hipermoderna

Carmen Gallano	62
----------------------	----

La liberté ou le temps

Mario Binasco	66
---------------------	----

7. OS TEMPOS DO INCONSCIENTE

O inconsciente: trabalhador ideal

Maria Vitória Bittencourt	73
---------------------------------	----

Modulação pulsional do tempo

Angélia Teixeira	77
------------------------	----

El aburrimiento, uma forma del tiempo

Silvia Migdalek	81
-----------------------	----

8. TEMPORALIDADES PLURAIS

Immortality

Leonardo Rodriguez	85
--------------------------	----

Temps logique et temps arrêté, incidences cliniques

Jean-Jacques Gorog	89
--------------------------	----

9. O TEMPO DA NEUROSE

Um tempo de espera para o obsessivo	
Andréa Brunetto	93
O tempo da histeria e o fora do tempo da “não toda”	
Elisabeth Rocha Miranda	96

MESAS SIMULTÂNEAS

O tempo na direção do tratamento

O uso diagnóstico do tempo em Psicanálise	
Christian Dunker	100
O futuro anterior na experiência psicanalítica	
Sonia Magalhães	104
O tempo da entrada	
Gonçalo Galvão	107
Os tempos de uma práxis	
Ronaldo Torres	111
Los tiempos verbales del sujeto	
Perla Wasserman	114
A pesar del tiempo	
Trinidad Sanchez-Biezma de Lander	117
Subjetivar la muerte: una apuesta a la vida	
Florencia Farias	121
O inessencial do sujeito suposto saber	
Silvia Fontes Franco	124
O tempo na direção do tratamento	
Alba Abreu	127
O tempo lógico e a duração da sessão analítica	
Delma Gonçalves	131

Tempo e estrutura

Espaço e tempo na experiência do sujeito do inconsciente	
Clarice Gatto	135
Um novo tempo para o sujeito que se dá a partir do enfrentamento do real existente no intervalo significativo	
Robson Mello	140
Tempo e sintoma	
Andréa Fernandes	143
Le pâtre et le bâtir du temps	
Diego Mautino	146
Freud e Lacan – Caminhos na rede de significantes	
Gláucia Nagem	149
Do significante que faz tempo	
Paulo Rona	152
Se hâter de l'acte ou dresser constat?	
Matilde Hurlin-Urbe	155
A lógica temporal de Charles Peirce: A (des)continuidade na clínica psicanalítica	
Elisabeth Saporiti	158

Modalidades subjetivas do tempo

El tiempo, la discontinuidad y el corte	
Gabriela Haldemann	162
O tempo de constituição da inibição	
Gloria Justo Martins	165
O tempo do sujeito na psicanálise: considerações sobre o objeto e a nomenclatura	
Daniela Scheinkman Chatelard	168
Consideraciones sobre el instante	
Cristina Toro	171

Da filiação à nobre bastardia: linhagem real do desejo	
Bárbara Guatimosim	174
Tempo, repetição no final de análise	
Ângela Diniz Costa	180
Le temps du deuil de l'objet a	
Bernard Lapinalie	183
Luto e angústia no fim de análise	
Sandra Berta	190
Acerca de la clínica del fin de análisis	
Enrique Katz	191
O tempo real na experiência analítica	
Eliane Schermann	194
O tempo e estruturas clínicas	
Tempo para fazer se homem	
Ida Freitas	197
Acerca de la anticipación en la clínica psicoanalítica lacaniana con niños	
Pablo Peusner	200
El tiempo del sujeto niño del inconsciente	
Susy Roizin e Ana Guelman	203
A repetição e o tempo de saber	
Maria Luisa Rodriguez Sant'Ana ..	206
Tempos do sujeito e o desejo do analista na clínica	
Lenita P. Lemos Duarte	209
O tempo de construção da metáfora delirante	
Georgina Cerquise	212
El tiempo cíclico de las psicosis	
Gladys Mattalia	215
Temporalidad del arrepentimiento	
Patrícia Muñoz	220
A perversão e o tempo	
Vera Pollo	223
O seppuku de Mishima: a derradeira erotização da morte	
Maria Helena Martinho	225
Como se analisa “hoje” a perversão?	
Maria Lucia Araujo	228
A psicanálise no seu tempo	
Formação do psicanalista e transmissão da psicanálise: qual articulação possível?	
Beatriz Oliveira	232
Instituciones Psicoanalíticas (?) en la era de la globalización	
Viviana Gómez	235
Duração e profundidade: algumas considerações sobre tempo e espaço a partir da pintura renascentista	
Luis Guilherme Mola	239
A eternidade do espaço, ou o que podemos aprender com a pintura de Francis Bacon?	
Sonia Xavier de Almeida Borges	242
Inland Empire - El cine de David Lynch como acontecimiento para el psicoanálisis	
Laura Salinas	245
Tempo e política na clínica psicanalítica	
Marcelo Amorim Checchia	250
A causa final na psicanálise e na arte	
Silvana Pessoa	253
La sucesion de instantes de tiron en el tiempo de las compulsiones	
Alicia Ines Donghi	256
A psicanálise e o discurso capitalista	
A posição do sujeito no laço totalitário do capitalismo contemporâneo	
Raul Albino Pacheco	259
Capitalismo, Imperio y Subjetividad: el derecho, la guerra y el tiempo	
Mario Uribe	263

O nó do tempo nos tempos atuais, vicissitudes da memória	
Ângela Mucida	267
El psicoanálisis aplicado en la enseñanza originaria de Lacan	
Aníbal Dreyzin	271
A brevidade como princípio da eficiência: as psicoterapias e a clínica do ensurdecimento	
Conrado Ramos	275
Le couple psychiatrie/psychanalyse: du temps des amours au temps du divorce ?	
Jean-Pierre Drapier	279
Mañana el campo lacaniano	
Eduardo Fernández Sánchez	284
Há, ainda, tempo para a Psicanálise?	
Sergio Marinho de Carvalho	290
Amor y pressura capitalista	
Jorge Zanghellini	294

Editorial

Dominique Fingermann

Heteridade número 7 é o primeiro número da Revista Internacional da IF publicada on line. Ela contém a totalidade dos trabalhos apresentados em Julho de 2008 em São Paulo durante o V Encontro Internacional dos Fóruns e da Escola dos Fóruns do Campo Lacaniano - IF-EPFCL. O tema do Encontro “Os tempos do sujeito do Inconsciente: a psicanálise no seu tempo e o tempo da psicanálise” convidava os analistas para sustentar e demonstrar a atualidade da psicanálise.

Quando, no mundo globalizado, o tempo transformou-se em mercadoria – “Time is Money” –, quando a ciência, a tecnologia e o mercado juntam-se para nos fazer ganhar tempo a qualquer preço, a psicanálise persiste e insiste na manutenção de sua via. Suas vias e desvios proporcionam uma experiência do tempo na contramão da experiência subjetiva do “tempo que passa”, inflacionada pelos tempos que correm.

Entre o “Já foi!” e o “Pode ser?”, o tempo que a consciência apreende é a sucessão irreversível do passado ao futuro, passando pelo instante presente, sempre fugidio e inapreensível. As modalidades subjetivas desse a priori temporal de toda experiência declinam a vivência do tempo com matizes que vão da nostalgia até a esperança, com versões “patológicas” conhecidas como angústia, mania, melancolia, tédio que testemunham uma maneira outra de vivenciar o tempo.

Os “tempos que correm” e sua ciência implacável, pretendem remediar essas modalidades existenciais e os afetos consequentes. A psicanálise preconiza outro tratamento: dar-se um tempo.

De fato, ela propicia o acesso a uma estranha temporalidade. Desde o início das entrevistas preliminares - embora a fala que se desdobra e se descobre aí quase que imediatamente, tenha uma

estrutura temporal diacrônica e esteja se desenvolvendo na forma linear da sucessividade -, desde as primeiras voltas nos ditos, abre-se uma temporalidade atordoante para quem chega desprevenido e fica aturdido, quando se arrisca a se dizer. Um tempo “sem pé nem cabeça” inaugura-se aí, já que nessa ficção, que artificializa a verdade do sujeito, o presente se anuncia, atropelado por um futuro suposto, formatado por um passado hipotético que teria sido. A atualidade do analista saberá dar conta de seu Real.

Há dois males que os remédios produzidos pelo progresso científico não curam: a busca do tempo perdido e o adiamento do momento oportuno. Uma experiência psicanalítica trata desses males do homem da civilização e pode permitir no final de todas as voltas de seu discurso e de seu método, que o tempo seja enfim encontrado: o momento oportuno do desejo, quando não escoa na deriva e no adiamento, e lança mão do ato que faz do instante, evento.

Vocês encontrarão logo abaixo as 20 contribuições apresentadas em plenárias e 56 trabalhos apresentados em salas simultâneas. Os textos são publicados aqui na língua na qual foram expostos.

O sumário da página 3 orientará sua leitura, os textos estão agrupados em sequências temáticas que retomam as sequências previstas pela comissão científica do V Encontro. Poderão identificar facilmente que o tema foi amplamente explorado e desenvolvido nas suas diversas dimensões clínicas, estruturais e discursivas propostas desde o título: a temporalidade lógica da cura, a estruturação topológica e temporal do sujeito, o diálogo com os outros discursos e enfim o lugar da psicanálise no mundo de hoje.



PLENÁRIAS



O “tempo” de uma análise.

Dominique Fingermann

1.

“Tempo” em música é o movimento característico com o qual se executa uma obra musical, é o seu ritmo, o seu “andamento”. Os movimentos [adágio, andante, moderato] são definidos pela duração

de uma nota batida certo número de vezes por minuto. É essa distribuição de uma duração em uma sequência de intervalos regulares, tornados sensíveis pelo retorno periódico de algum marco que produz o ritmo de uma sequência musical.

Por extensão o « Tempo » é o ritmo do desenrolamento de uma ação (filme, obra literária) do começo ao fim. Com sequências melódicas, pausas, arranjos harmônicos [simultâneos], disposição regular de tempos fortes, contratempos e contrapontos, repartição dos acentos, e cesuras, o ritmo faz a obra. O “tempo”, o andamento, faz a obra ao explorar e atravessar as suas possíveis modulações via repartição de descontinuidade, num fluxo contínuo. A cadência, repartição da descontinuidade no fluxo contínuo (de sons, imagens, significantes) recorta instantes, distribuindo silêncios e evidenciando sequências, parece **produzir** a efetivação, progressiva e irremediável, do ponto de conclusão. Passado este ponto, qualquer música seria litania fastidiosa.

Da mesma forma, o andamento de uma análise do começo até o fim resulta do seu “tempo”, recortando instantes que isolam sequências, que produzem consequências. O “Tempo”, conduzido pela batuta do desejo do analista, produz o tempo de uma análise, a medida de sua duração.

A cadência da entrada do analista – nos ditos do sujeito - condiciona uma descontinuidade que produz, em ato, no final das contas, o **limite**, a **conclusão**,

fazendo da “série sem fim dos ditos uma sequência finita”¹. Por isso “Il faut le temps”² um tempo é necessário, para extrair do tempo que passa o tempo que falta e o transformar no tempo que resta³.

A temporalidade peculiar e necessária de uma análise permite passar de um tempo perdido até o tempo encontrado. Não o tempo “re-encontrado”, isto é, o tempo que se encontra numa análise não é o tempo da busca do tempo perdido, é o tempo encontrado enquanto encontro com o Real, é o tempo achado, com o qual a gente “topa” como “*trouvaille*”⁴.

2. Desde o início, desde as entrevistas preliminares, uma análise revela uma estranha temporalidade. Embora a fala, que se desdobra e se descobre aí quase que imediatamente, tenha uma estrutura temporal diacrônica e esteja se desenvolvendo na forma linear da sucessividade, desde as primeiras voltas nos ditos, abre-se uma temporalidade atordoante para quem chega desprevenido e fica aturdido. Um tempo “sem pé nem cabeça”, inaugura-se aí, já que nessa ficção que artificializa a verdade do sujeito, o presente se anuncia atropelado por um futuro suposto, formatado por um passado hipotético que nunca foi. Muitas vezes, nessa estranha temporalidade, reminiscências, novela familiar, sintoma, repetição traumática parecem dar notícias de um tempo que não passa.

¹ SOLER, C. *O tempo que falta* (2008).

² LACAN, J. *Radiofonia* (1970/2003, p.425). Lacan nesse texto explora o “cristal da língua” que repercute a etimologia latina de *fallire* e *fallere*, e espirra em todos os sentidos, do equívoco de “il faut” do verbo “falloir” (é necessário) ao “il faut” do verbo “faillir”: falhar, faltar, passando por faux (falso) e faux (foice do tempo).

³ Referência ao título da obra de Giorgio Agamben, *Le temps qui reste* (Paris, Éditions Payot & Rivages, 2004).

⁴ PROUST, M. *À la recherche du temps perdu*. Paris, Éditions Gallimard, 1987.

O tempo do cronos – que devora sua cria: os instantes evanescentes, na medida em que eles nascem – não é suficiente para explicar essa temporalidade que Freud descobriu no fundamento e no funcionamento dos processos inconscientes, **intemporais** – diz ele. É que os traços mnêmicos inscrevem algo que não tem registro – a vivência real. As “formações do inconsciente”, retorno do recalado, não cessam de escrever, essa falha na origem que não cessa, de não se inscrever. Em 1932, nas *Novas Conferências*, Freud aponta para a *incidência da clínica psicanalítica sobre essa, supostamente inegável, intemporalidade*⁵. O progresso na clínica psicanalítica não pode se reduzir à leitura e à descoberta do desejo indestrutível, mas, como aponta e aposta Freud nessa conferência, uma análise deve conduzir um sujeito a outra vivência do tempo que passa. Curiosamente, ele lamenta, então, não ter explorado melhor essa característica do inconsciente, na teoria e, conseqüentemente, na clínica:

Muitíssimas vezes, tive a impressão de que temos feito muito pouco uso teórico desse fato, estabelecido além de qualquer dúvida, *da inalterabilidade do reprimido com o passar do tempo*. Isto parece oferecer um acesso às mais profundas descobertas. E, infelizmente, eu próprio não fiz qualquer progresso nessa parte⁶

3. Onde Freud descobre a intemporalidade, Lacan produz a a-temporalidade, que ele *põe em função* na direção da cura como “tempo lógico”. O desenvolvimento de seu ensino explicita que não é o passado que estorva e atravanca o presente, é o Real, uma falha na origem que constrange o sujeito à repetição e às declinações infinitas de sua falta a ser. A estrutura do significante precipita o sujeito no tempo lógico de antecipação/retroação que o faz se produzir/ se parir/ se causar, a partir da função negativa que sua afirmação pelo

significante do Outro inscreve. A estrutura do significante inaugura um tempo perdido, nunca acontecido e que não acontecerá nunca – “terei sido” –, tempo real que a repetição não cessa de inscrever.

Onde isso era – repetição – Lacan faz advir o ato como descontinuidade no sentido da neurose. É no ponto mesmo da “*inalterabilidade do reprimido*” que ele insere o tempo lógico, produtor do momento de concluir, intrusão do analista e de seu naípe (silêncio, voz, presença, corte) que orienta e conduz a análise até sua conclusão. É assim que podemos apreender como **o ato do analista** produz no final das contas o momento de concluir da análise: **o ato do analisante**.

Como? Como o manejo pelo desejo do analista do **instante** do corte na sessão, como a produção do instante do corte causa a **duração** da análise como finita e não infinita? A medida de uma análise, o seu tempo, a sua finitude depende da marcação do “tempo” pelos cortes das sessões. Uma análise não se mede em anos, nem horas nem minutos: a sua medida é o corte. Quantos cortes sua análise durou? (donde a importância da frequência das sessões que acolhe a alternância sessão – corte - intervalo). O ato “*fait d’une pierre deux coups*”⁷, causa efeitos de sujeito: surpreende, evidencia e esvazia a suposição do sujeito no Outro e, ao mesmo tempo, surpreende e evidencia o sujeito como resposta do real.

4. O analista, **todas as vezes, corta as sessões** que sejam de tempo variável ou sessão curtas (tema de nossos debates), é imprevisível: é responsabilidade intempestiva do ato analítico. Ao suspender a continuidade, isola-se uma sequencia na qual pode ser lida uma suposição do sujeito. O que se ouviu? O que foi dito? 1,2,3? Ou 21,34? Ou 5, 8, 13? Em que ponto eu parei mesmo? 8,13,21!! 144? Não entendi! Não fez nenhum sentido para mim a sua interrupção da minha última sessão! O corte não faz sentido.

⁵ FREUD, S. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (1932/1996).

⁶ *Ibid*, Conferência XXXI: *A dissecação da personalidade psíquica*, p.79. Itálicos meus.

⁷ Em português, *faire d’une pierre deux coups* equivale à expressão “matar dois coelhos numa cajadada só”.

0,0,1? É isso? Reconhecemos nessas sequências trechos de uma série de Fibonacci, uma série matemática infinita na qual cada elemento é construído a partir da soma dos dois números precedentes⁸; é simples como princípio de recorrência, mas quando se escuta esses trechos, é necessário um tempo antes de poder concluir o tempo que falta, o cálculo do intervalo entre um e outro. “Assim, a linguagem faz uma novação do que revela do gozo e faz surgir a fantasia que ele realiza por algum tempo. Ela só se aproxima do real à medida que o discurso reduz o dito a cavar um furo em seu cálculo”⁹.

Apesar de todos os Uns dos enunciados que se agregam um a um 1, 1, 1..., um tempo sempre faz falta para o sujeito (“il faut le temps”): ele nunca resgatará o “um-a-mais”¹⁰, embora sempre tente recuperar o tempo perdido na sua demanda, no seu “blablá”, na sua suposição de um Outro. A associação livre, aparentemente linear, desenrola, na diacronia, o que a sincronia do instante de ver apreendeu: “falta o tempo”¹¹. A estrutura própria da fala desenrola nos ditos as consequências do dizer, desdobra, estica, infla, pinça, desinfla, costura e recorta o espaço topológico da estrutura do sujeito, tornando patentes suas descontinuidades, seus furos, suas vizinhanças. “A topologia de nossa prática do dizer”¹². Pouco a pouco, as voltas dos ditos, contornando o oco da demanda, configuram e exibem o espaço topológico da neurose: um toro, logo apreensível como enodado com outro toro, do qual ele preenche e escamoteia o furo estrutural. Esse toro do sujeito neurótico enlaçado com o toro do Outro é o

enredo principal da novela familiar, moldada pela fantasia fundamental. A novela familiar gira em torno de uma volta não contada – falha na suas contas dos ditos que o *étourdi* – o avoado – vai atribuir ao Outro, ligando sua falta-a-ser à falta – falha – pecado do Outro e, daí, sua suposição de que o seu tempo perdido está no saber do Outro. Como demonstra Lacan no seu texto *L'Étourdi*¹³, é o corte do analista na série infinita da associação livre, nas voltas dos ditos, que faz aparecer o “tempo” da neurose, e suspende por um tempo a sua razão fantasmática: “vamos suspender!”

A interrupção **produz** o corte mediano da fita de Möbius, **realiza** o dizer que não está nos ditos. “Que se diga permanece esquecido atrás do que se diz no que se ouve”¹⁴. Mas, de novo, na seqüência a esse dizer, por definição fora do sentido, será atribuído um sentido, cujo segredo está alojado no Outro e sua leis: 8, 13, 21.... 34! Vamos suspender!

Quantas vezes se interrompe a suposição de saber no Outro para que caia a ficha da sua inconsistência?

O desejo do analista que suporta o corte da sessão valida o intervalo, como instância do dizer. «*Cette dimension temporelle est l'angoisse, cette dimension temporelle est celle de l'analyse. C'est parce que le désir de l'analyste suscite en moi la dimension de l'attente que je suis pris dans l'efficace de l'analyse*”¹⁵.

O analista em ato – *actually* - suscitando a dimensão da espera faz valer as intermitências – os interditos como causadores, como causação do sujeito. A *atualidade* do analista, o seu a-tempo tem uma incidência clínica na intemporalidade do sujeito do inconsciente¹⁶. O ato analítico **produz, extrai, da repetição**, essa outra

⁸ Criada pelo matemático italiano Leonardo de Pisa (1175-1250), na relação de recorrência da série de Fibonacci: cada termo da série é a soma dos dois termos precedentes: $F_0=0$, $F_1=1$; logo, $F_2= F_0+F_1$, ou seja, $F_2= 0+1$, isto é, $F_2=1$, $F_3=2$, $F_4=3$ e assim sucessivamente.

⁹ *Radiofonia, op. cit.*, p. 446.

¹⁰ LACAN, J. *Do um-a-mais*. In: O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro (1968-69/2008, p. 361-374).

¹¹ *Radiofonia, op. cit.*

¹² LACAN, J. O aturdido (1972/2003, p.488).

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Ibid.*, p. 448. Na versão francesa: «Qu'on dise reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s'entend».

¹⁵ LACAN, J. *L'angoisse - Séminaire X* (1962-63/s.d., p180). «Esta dimensão temporal é a angústia, esta dimensão temporal é a da análise. É porque o desejo do analista suscita em mim esta dimensão da espera que estou preso na eficácia da análise.»

¹⁶ Se o inconsciente é intemporal, o analista é atual.

dimensão do tempo, conhecida pela filosofia da Grécia e até na China: o *Kairos*, “o momento oportuno”.

No Fim, o Momento de Concluir é ato do Analisante. O momento de concluir interrompe a diacronia da associação livre, interrompe, *insuccès de l'une-bévue*¹⁷. A interrupção da sua sucessão é da ordem do ato que se faz sem o saber suposto ao Outro e produz a sua suspensão. “Vamos suspender!”

No fim é momento de concluir que **a indecibilidade da partida se transforma numa carta na mão do analisante** – não o “mico preto”, carta da impotência que estorva o jogo e impede a partida (separação), mas a carta que chega a seu destino na forma de uma letra.

Quanto tempo necessário para chegar ao fim! “É, portanto, somente depois de um longo desvio que pode advir para o sujeito, esse saber de sua rejeição original”¹⁸. Quanto tempo necessário para chegar ao fim? O tempo é preciso, até que o “tempo” do analista produza, à medida de seus golpes, o suspense da espera, e a suspensão do sentido: falha no tempo do Outro onde o sujeito é flagrado como resposta do real. Um longo tempo é necessário para sacar a falha inaugural do tempo do sujeito. É isso: «.. *ce qu'il faut de temps pour faire trace de ce qui a défailli à s'avérer d'abord*». “..é preciso o tempo para fazer traço daquilo que falhou em se revelar de saída.”¹⁹

Referências bibliográficas

- FREUD, S. (1932). *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XXII).
- LACAN, J. *O Seminário: a identificação – Seminário IX (1961-62)*: Recife, Publicação não comercial exclusiva para os membros do Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- LACAN, J. *L'angoisse - Séminaire X (1962-63)*: Paris, Publication hors commerce – Document interne à P.A.L.I, s.d.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro (1968-69)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- LACAN, J. (1970). Radiofonia. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.400-447.
- LACAN, J. (1972). O aturdido. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.448-497.
- LACAN, J. *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre (1976-1977) Séminaire XXIV*: Paris, Publication hors commerce – Document interne à P.A.F.I, 1998.
- SOLER, C. *O tempo que falta*. In: *Volume Preparatório para o V Encontro Internacional da IF-PFCL* [online]. Disponível em: <<http://www.vencontro-ifepfcl.com.br/volprepa.html>>. Acesso em: 01 de julho de 2008.

¹⁷ LACAN, J. *Séminaire XXIV: L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre (1976-1977/1998)*

¹⁸ LACAN, J. *O Seminário: a identificação (1961-62/2003, p.194)*.

¹⁹ LACAN, J. *Radiophonie (1970/2001)*. p.428 Radiofonia p.427

La hâte et la sortie

Luis Izcoyich

Politique du temps

Si l'inconscient ne connaît pas le temps, on peut déduire que l'orientation d'une analyse ne peut donc pas se limiter au déchiffrement de l'inconscient. Lacan le formule explicitement en

1972, dans le compte rendu de son séminaire « Ou pire...²⁰ » Dans ce texte, Lacan évoque la découverte freudienne de l'inconscient et en reprend l'essence en disant qu'il est structuré comme un langage. Mais Lacan ne met pas l'accent sur la découverte de Freud, il le met sur la création du dispositif analytique ; il parle d'un étage supérieur, une autre zone, « là où le réel touche au réel », et ajoute que c'est ce qu'il a articulé comme étant le discours analytique.

Par conséquent, la perspective de l'analyse ne se soutient pas uniquement du fait que le symbolique permet de cerner le réel du sujet mais considère la manière dont, dans la pratique analytique, le couple analysant-analyste est pris par le réel. « Le réel touche au réel » indique non seulement la possibilité d'un effet analytique qui ne se limite pas à révéler le signifiant refoulé, mais aussi la possibilité que le réel de l'analysant soit susceptible d'être modifié sans passer par le symbolique.

Cette proposition de Lacan montre que sa perspective de la cure analytique est liée à l'inconscient mais, plus essentiellement, au réel du symptôme, ce qui est déterminant pour le maniement du temps dans la cure.

On pourrait effectivement appliquer à l'égard du temps le tripode avancé par Lacan dans « La direction de la cure²¹ », c'est-à-dire qu'il s'agirait d'une question

de tactique, de stratégie et de politique. Prenons, par exemple, le débat sur la durée de la séance que je trouve essentiel de placer sur la base de ces coordonnées. Il y a un niveau purement tactique dans lequel l'analyste est libre, comme c'est le cas dans toute intervention, et l'analyste est également libre de choisir le moment de la fin de la séance. Cette position constitue une objection à faire de la séance à durée variable ou des séances courtes une règle technique car, concernant la tactique, l'analyste est le seul maître à bord.

Si l'analyste est moins libre quant à la stratégie du temps dans la cure, c'est parce que le temps dans l'analyse est lié à la logique imposée par la structure clinique, variable au cas par cas, mais avec des points constants selon les structures.

Venons-en maintenant à ce que Lacan a appelé la politique de la psychanalyse, là où l'analyste est moins libre parce que sa politique est liée à son manque à être. On pourrait homologuer ce manque à être au manque d'inscription du temps dans l'inconscient. L'absence des deux à la fois, qui sont cependant en position d'ex-sister (exister en dehors), les situe à la place d'un réel qui guide l'expérience. Le temps, tout comme le manque à être de l'analyste, conditionne la politique de la cure. Et on pourrait postuler que la séance courte est, de ce point de vue politique, ce qui correspond à l'orientation du réel du symptôme et le temps de la cure, ce qui correspond à se faire à son symptôme.

Je reformule afin de dissiper les malentendus. Il ne s'agit pas de situer une prééminence de la séance courte dans la technique analytique. Tout postulat technique relatif au temps implique une prescription et peut devenir un standard. Ainsi, il peut y avoir un standard de la séance courte et aussi un standard de la

²⁰ LACAN, J. *Scilicet*, no 5, Paris, Seuil, 1975.

²¹ LACAN, J. *Écrits*, Paris, Seuil, 1966.

séance à durée variable. Il s'agit donc de considérer que, logiquement, la finalité de la séance courte correspond à la formulation lacanienne de la création d'un dispositif où « le réel touche au réel ». Cette perspective est relativisée si la séance analytique est conçue comme une séquence unitaire ponctuée par l'émergence de l'inconscient et dans le but de faire apparaître le sens ou la parole pleine.

En réalité, au-delà de ce que l'inconscient dit, c'est le dire de l'inconscient qui est visé, cet indicible qui toutefois détermine l'ensemble des associations. Cela ne correspond ni à une technique active ni à une sacralisation de l'écoute. L'idée qu'un analyste se fait de la durée de la séance correspond, me semble-t-il, à l'idée qu'il se fait de l'inconscient. Et indépendamment de son usage, la séance courte est solidaire de l'option lacanienne qui conçoit un inconscient comme réel et vise l'os des élucubrations qui proviennent de l'inconscient. Cela se traduit par un effet analytique crucial relatif au fait que l'analyste sera plus susceptible d'être le temps, de l'incarner pour chaque analysant, au lieu de le penser.

L'angoisse est le temps

Prenons la question du point de vue du transfert. Tout au long de l'analyse, il ne se limite pas au temps de la rencontre avec l'analyste : l'inconscient, travailleur infatigable, ne se limite pas au travail pendant la séance. Bien plus, l'inconscient, travailleur idéal, ne fait aucune pause et se manifeste lorsqu'on s'y attend le moins. Un temps est donc nécessaire pour le déploiement de la logique symbolique qui correspond aux différents mythes secrétés par l'inconscient et qui ont conduit à l'impasse sexuelle du sujet. Mais alors, pourquoi supposer que la séance devrait être rythmée par l'émergence de l'inconscient ? Au contraire, la séance peut être considérée comme le moment où l'analysant conclut une séquence d'élaboration.

Au-delà d'un pousse-à-associer, chaque séance devrait être considérée comme une préparation à la rencontre avec le réel de la fin de l'analyse.

Toutefois, pourquoi Lacan, en formulant : « le réel qui touche au réel », se réfère-t-il au discours analytique ? On peut percevoir que ce dernier a une structure semblable à celle de l'angoisse. Il suffit de revenir à la ligne supérieure du discours analytique qui va de *a* à \dot{a} et indique que l'analyste se trouve à la place de la cause du désir pour le sujet qui est aussi le lieu de l'angoisse.

C'est cette perspective que Lacan privilégie concernant le temps, il en parle déjà dans le séminaire *L'angoisse* où il montre que la fonction de l'angoisse est d'introduire le sujet dans la dimension du temps. Lacan évoque une relation temporelle d'antériorité par rapport au désir et considère que la dimension temporelle de l'angoisse équivaut à la dimension temporelle de l'analyse. En effet, l'angoisse prépare le rendez-vous avec le désir. Il n'est pas surprenant que Lacan ait utilisé la même formule concernant le « maniement de l'angoisse » et le « maniement du temps » : l'un est solidaire de l'autre.

Le fait de situer le temps de l'analyse en fonction de l'angoisse est une perspective déjà signalée par Freud, faisant de l'angoisse un point nodal dans la représentation du temps. L'angoisse, dont l'omission est au cœur de la constitution du trauma, constitue une médiation face à l'urgence pulsionnelle ou face au désir de l'Autre. À cet égard, Freud, confronté à l'abstraction du temps de la conscience, favorise le temps de l'angoisse qui s'oppose au temps du symptôme. L'angoisse introduit une discontinuité là où le symptôme assure une permanence. Le symptôme ralentit le temps parce que sa temporalité est déterminée par sa propre constitution, à savoir celle d'un temps qui s'est arrêté.

C'est ce que la clinique analytique démontre. Le sujet supplée, avec le fantasme, le manque de certitude de l'inconscient, et c'est dans la vacillation du fantasme qu'émerge une autre tempo-

ralité favorisée par l'angoisse. De fait, nous trouvons, d'une manière ou d'une autre, pour tout sujet à l'entrée de l'analyse et indépendamment de la structure clinique, l'idée d'un retard qui est propre au symptôme ainsi que le passage à une autre temporalité donnée par l'angoisse.

Cette temporalité inclut le temps marqué par les battements de l'inconscient, c'est-à-dire ses formations et la répétition ; elle permet également de situer un au-delà, et c'est ce que Lacan a articulé avec la fonction de la hâte.

Fonction de la hâte

La hâte n'est ni la rapidité résolutive, ni l'urgence, ni la précipitation.

Commençons par la première, la rapidité résolutive. Il existe, depuis Freud, l'idée qu'un temps est nécessaire afin d'éviter la satisfaction immédiate et les risques que celle-ci peut impliquer, comme le fait d'escamoter la question de qui se satisfait. C'est la raison pour laquelle, s'il a suggéré de ne prendre aucune décision majeure avant le terme de l'analyse, c'est parce que, pour la psychanalyse, les satisfactions du surmoi, du moi, ou de l'inconscient ne sont pas équivalentes. Mais, qui oserait aujourd'hui proposer à un analysant de s'abstenir de prendre des décisions avant la fin de la cure ? La durée actuelle des analyses fait objection à ce principe d'abstinence. De plus, Freud a lui-même mis en garde contre les dangers d'une solution thérapeutique intervenant trop tôt. L'idée est que le temps de comprendre ne peut être compressé. Les effets thérapeutiques qui interviennent de façon prématurée peuvent faire obstacle à la poursuite de l'analyse et à une résolution plus consistante.

L'anticipation résolutive du symptôme n'implique pas le consentement à la satisfaction. C'est pour cela que Lacan évoque, concernant la psychose, le terme de solution prématurée, cette dernière pouvant être généralisée aux autres structures cliniques. Dans la solution prématurée, le symptôme, bien que réduit, ne

parvient pas à s'élever au rang de nom de jouissance du sujet.

Prenez maintenant la question de l'urgence. Lacan s'y réfère souvent à propos de l'entrée en analyse où, en effet, il y a urgence à trouver le partenaire qui réponde au symptôme du sujet. Cela se confirme au moment de la demande analytique. Un symptôme peut être là depuis longtemps. Il suffit que celui-ci devienne un signe pour le sujet afin de demander une aide immédiate.

Quant à la précipitation, il s'agit d'une accélération du temps qui néglige les coordonnées symboliques et c'est la raison pour laquelle sa meilleure illustration demeure le passage à l'acte. Le sujet conclut en omettant le temps pour comprendre. Lacan fait du passage à l'acte mélancolique le paradigme de cette équivalence dans laquelle le sujet se fait objet. D'où la nécessité d'introduire un semblant de temps, lorsque cela est possible, pour la psychose. Si la solution spontanée de Schreber se révèle efficace, c'est dans la mesure où elle résout une impasse subjective liée à une solution prématurée. Dans ce cas, il ne s'agissait pas de faire mûrir un fantasme mais d'introduire une solution asymptotique qui corresponde à une autre option du sujet dans son rapport au temps, solution qui extrait celui-ci de la précipitation puisqu'elle implique un rendez-vous dans un avenir indéterminé qui ne doit pas devenir réalité.

Il convient de signaler ici qu'il existe un autre moyen de passer outre le temps pour comprendre, lorsque l'instant de voir et le temps de conclure sont collapsés. C'est le cas de l'expérience traumatique qui ne se cristallise pas en symptôme analytique. L'homme aux loups illustre ce que Lacan a appelé l'annulation du temps de comprendre. Le résultat est vérifiable : toute une vie consacrée à une éternelle tentative d'expliquer à la communauté analytique et à un public plus élargi ce qui est inguérissable dans la cure. Le sujet est fixé à une jouissance traumatique qui exclut la prise en compte du temps et

qui, par conséquent, le conduit à un deuil impossible.

Si le maniement du temps dans la clinique de la psychose implique un savoir-faire avec le semblant du temps, la réponse analytique sera différente dans les cas de névrose. Le temps qui passe, pour le dire de façon spontanée, ne favorise rien ; face à la division subjective, la réponse analytique diffère de la réponse psychothérapeutique. « Prenez un temps de réflexion » est le moyen de donner du temps en psychothérapie. Et la formule courante « le temps fait bien les choses » convient dans de nombreuses circonstances de la vie, à l'exception de la névrose. Si, aujourd'hui, la formule de Freud « une femme est inanalysable après 30 ans » paraît anachronique, ce qui reste en vigueur, c'est que la névrose, sans analyse, s'aggrave avec le temps.

La hâte et l'objet

L'analyse introduit le temps autrement que dans un « prendre le temps de réfléchir ». C'est ce qui justifie la référence à la hâte, la spécificité de cette dernière étant basée sur son lien avec le symbolique qu'elle transcende néanmoins. Autrement dit, bien que le symbolique conditionne la hâte, ce n'est pas ce qui la cause. La cause de la hâte est l'objet *a* qui nous renvoie à la fois à l'angoisse et au discours analytique.

Si j'utilise la distinction entre la hâte et l'urgence, c'est pour indiquer que ce qui rend possible la logique de la hâte c'est que l'analyste puisse octroyer le temps qu'il faut. En effet, il y a un temps nécessaire à la cure et cela est déjà indiqué chez Freud, dans son texte sur la question de l'analyse profane et la formidable définition de l'analyse qu'il y avance : une « magie lente ».

Par définition, la magie se sert du semblant de la surprise et sa temporalité est celle de l'instant. C'est la raison pour laquelle le public demande qu'on répète le numéro mais, cette fois, plus lentement afin de comprendre le point de rupture avec l'illusion.

On notera bien que Lacan se réfère à cette opposition lorsqu'il évoque la distinction entre les semblants de la magie et ceux du discours analytique. L'analyse exige du temps pour comprendre la scène qui a échappé, celle à laquelle l'inconscient a répondu en produisant l'embrouille. Un temps est nécessaire également pour le déploiement de la chaîne inconsciente ; mais le temps qu'il faut est par essence celui qui introduit le sujet dans la fonction de la hâte propre à la cause de son désir.

C'est ce qui justifie que nous parlions de l'analyse comme d'une hâte lente où l'analysant se fait à son être, ce qui ne veut pas dire uniquement qu'il s'habitue à être ce qu'il est, mais qu'il opère un changement sur l'être. Car l'incidence du réel sur le réel du sujet (je reviens ici à la formule « le réel touche au réel ») a la prétention d'introduire un nouveau réel.

L'inconscient n'est pas simplement une opération de révélation de ce qui est déjà là, de mise en lumière des énigmes cachées du sujet. Au-delà du déchiffrement de ce que l'inconscient a chiffré, il s'agit d'écrire ce qui ne cesse pas de ne pas s'écrire.

Logiquement, la question du temps dans la direction de la cure s'articule avec l'objet *a*, cause de désir et d'angoisse qui cible la rencontre avec un nouveau réel. Prenez la perspective du désir. Dans son essence, il est métonymique du manque à être. Et nous devons signaler que Lacan établit une distinction entre le désir inconscient et le désir centré sur le narcissisme qui peut être l'effet d'une analyse en réponse à l'éphémère de la vie. En ce sens, il y a un temps dans l'analyse pour produire un désir, un désir effet d'une énonciation singulière qui doit être distingué d'un désir centré sur le narcissisme. La temporalité de l'après-coup est essentielle car, comme effet d'élaboration, elle noue l'expérience passée et la connecte avec l'expérience à venir. Le désir forge un vecteur de direction là où le non-sens réduit le sujet à errer dans le temps. Plus le sujet accède à une position désirante, plus il s'éloigne du rapport au temps conçu comme la

somme des instants. Et comme l'inconscient est évasif, il s'agit donc de capter la métonymie du désir. Cerner le désir, c'est le capter à la lettre. Le sujet entre dans le temps *via* le désir et, parallèlement, il cesse de penser. C'est ce que traduit la formule courante lorsqu'un sujet se situe en syntonie avec son désir : « Je n'ai pas vu le temps passer ». Être dans le temps et réfléchir au temps s'opposent autant qu'être et penser.

L'acte et le temps

Maintenant, il convient de s'interroger sur la place de l'interprétation dans son rapport au temps. Dans la progression de l'enseignement de Lacan, on perçoit une réduction de l'interprétation jusqu'à ce que celle-ci devienne minimale et ce qui est ciblé, c'est la production de l'acte. La question qui ressort de façon nette n'est pas seulement de savoir comment obtenir le degré maximal de symbolisation mais de viser, au-delà, la béance entre le symbolique et le réel. Il s'en déduit alors que si la dernière perspective de Lacan est de définir l'inconscient comme un moyen de jouissance du symptôme, le but dernier de l'opération analytique ne consiste pas à interpréter le refoulé mais à modifier le programme de jouissance du sujet.

Cela impose une révision de la conception du temps dans l'analyse. Il est vrai que l'analyse dure le temps nécessaire pour un sujet de s'approprier l'objet *a* qu'il avait auparavant placé du côté de l'analyste qui lui-même l'incarne pour le sujet.

Interpréter ce qui est refoulé introduit déjà le sujet dans l'actualité du temps car le refoulé, avec son caractère immuable au temps qui passe et aux contingences qui l'accompagnent, le submerge dans un temps toujours passé. Le fait de pouvoir dépouiller la vivacité actuelle de la représentation était déjà pour Freud un objectif thérapeutique central. Si le névrosé est hors du temps, c'est parce qu'il est réglé par le temps du fantasme dont l'axiome est résistant à l'usure et situe le sujet à l'heure de l'Autre, avec pour effet une stéréotypie atemporelle. Freud indiquait

déjà, avec précision, qu'après des décennies, les représentations refoulées se conduisaient avec la même vivacité qu'au début. Quelle meilleure illustration que celle de la réminiscence hystérique : les années se sont écoulées, les charmes se sont évanouis, mais elle continue à rêver au prince charmant comme lorsqu'elle était petite fille. En ce sens, l'orientation du réel et le désir de l'analyste qui est celui de réveiller, introduisent un changement dans la relation au temps. Cependant, l'analyse ne se limite pas au temps de la production d'un désir, elle implique l'intégration du temps du circuit pulsionnel et la modification de la jouissance de l'inconscient.

La réalisation du circuit pulsionnel jusqu'à son dernier tour exige du temps. Il ne s'agit pas uniquement du temps du parcours de la pulsion entre le sujet et son objet sexuel, mais aussi du temps lié à la consommation — c'est le terme de Lacan — de l'analyste. Cette dimension de l'analyste comme étant un objet à consommer, présente tout au long de la cure, acquiert une valeur spécifique après la chute du sujet supposé savoir. C'est le temps d'un deuil interne à l'analyse. Je soulève que cette période de deuil est cruciale par rapport à l'expérience qu'un analysant peut faire de ce que l'analyste advient à la fin et que Lacan a qualifiée de « désêtre ». C'est dans cette zone où se conjugue la véritable issue de l'analyse lacanienne qui, comme toute élaboration de deuil, peut se traduire, à l'occasion, par une impossibilité à conclure.

Cette zone qui s'ouvre dans l'analyse après la chute du sujet supposé savoir conditionne le désir de l'analyste ; car il y a une différence entre le « desêtre » de l'analyste comme effet de la chute de la supposition de savoir et comme effet de l'élaboration d'un deuil. Il y a, bien évidemment, des sorties d'analyse fulgurantes, mais ce n'est pas la fulgurance qui nous indique la justesse de la sortie. La zone finale de l'analyse correspond à la logique qui préside à l'ensemble : une magie lente et une instantanéité de l'acte qui impliquent une hâte dans la sortie comme effet de

l'élaboration du deuil, sans laquelle on pourrait confondre la sortie avec l'illusionnisme de la magie. En d'autres termes, je soulève qu'il existe un bénéfice épistémique à faire durer cette zone finale que j'oppose à la sortie fulgurante qui serait l'effet de la rencontre avec l'inconsistance de l'Autre.

Je reviens à la question de la hâte, présente à chaque séance et qui, cependant, ne peut être dissociée de la temporalité lente requise par l'analyse. La hâte est un pousse-à-dire ce qu'on n'a jamais été en mesure de dire, et ce, jusqu'à parvenir à la limite du dicible, mur derrière lequel se loge le dire propre au sujet, sa singularité intime, le support de l'ensemble des dire. La hâte est articulée à l'acte de l'analyste mais en lien avec l'acte du sujet, parce qu'il peut exister une hâte connectée à l'illusion, illusion dont, dit Lacan, la hâte peut être complice. En effet, le risque est de confondre la hâte conjuguée à l'acte et la hâte dans sa version imaginaire, cette dernière étant une hâte dissociée de l'acte au point où Lacan isole la fonction correcte de la hâte qui est celle de produire le moment de conclure²².

Lacan nous avertit de ne pas en faire un usage imaginaire en se référant à une hâte qui se conclut par un départ arbitraire et qui conduirait à l'errance. Il donne comme exemple majeur la révolution. Il convient donc de distinguer différentes formes de hâte, et il est donc légitime d'affirmer qu'il existe plusieurs possibilités de hâtes à la sortie de l'analyse. Bien évidemment, j'exclus de la série, les solutions prématurées ou les sorties dépendantes d'une précipitation.

Des sorties par la hâte, nous pouvons distinguer celle où le sujet se soutient de la déduction de l'inconscient. C'est une sortie qui passe par le savoir d'un déchiffrement. Toute autre est la sortie qui dépend du rapport du sujet avec un dire singulier. En fin de compte, je soutiens que la sortie fulgurante par la chute du sujet supposé savoir n'est pas équivalente à la sortie (fulgurante ou non) qui coïncide avec le deuil de l'objet terminé dans la cure. La hâte non imaginaire à la sortie dépend de la réalisation d'un tour de plus dans une analyse, ce qui exige également du temps.

²² LACAN, J. « Radiophonie », *Autres écrits*, Paris, Seuil, 2001, p. 433.

La cita y el encuentro

Gabriel Lombardi

Existe para nosotros lo que no se elige; muchas veces sentimos, y con razón, que es muy poco lo que depende de nosotros, de nuestra voluntad consciente o inconsciente; Colette

Soler habló de ello hace unos años en Río de Janeiro. Ahora bien, es sin duda en ese estrecho margen de libertad que nos resta adonde reside lo que para cada uno de nosotros es lo decisivo, el núcleo ético de nuestro ser, allí donde lo pulsional puede conjugarse, o no, con el deseo que viene del Otro.

Por eso en nuestra vocación, en el amor, en nuestra condición de seres libres, un poco libres, no elegimos lo que ocurre en el modo de lo necesario. En tanto psicoanalistas, tampoco buscamos allí la etiología de los síntomas. La historia y la clínica del psicoanálisis sugieren fuertemente que lo que llamamos causa, causa del síntoma, causa subjetiva, no responde al régimen de lo necesario, sino a otras coordenadas lógico-temporales.

La causalidad que nos interesa, y que nos interesa en el goce como punto de engarce del deseo del Otro, es la que ocurre “por accidente”, decimos en términos aproximados, y tal vez sería mejor decir “por trauma”, por discontinuidad, por ruptura temporal que marca un antes y un después. Ocurre como por azar, de un modo no programado.

Para considerar las causas accidentales, Lacan se inspiró en ese segundo libro de la *Física* en el que Aristóteles explica que la causalidad por accidente se ordena en dos registros diferentes del ser: el accidente que acaece en un ser incapaz de elegir se llama *autómaton*, el accidente que ocurre en un ser que sí es capaz de elegir se llama *túkhe*; término que usualmente se vierte al español como

“fortuna”, pero que Lacan, bajo la influencia de Freud, prefiere traducir como *rencontre*, encuentro o reencuentro.

El ejemplo de *túkhe* que propone Aristóteles es el siguiente: un hombre hubiera podido, de haberlo sabido, acercarse a tal lugar para recuperar un dinero, justo cuando su deudor percibe una suma considerable. Llega al lugar justo en el momento oportuno, pero no con ese fin, sino por azar. Por accidente le sucede que habiendo llegado hasta allí, llega para reunirse con el deudor y encontrar el dinero que se le adeuda. Y esto, no porque venga a ese lugar frecuentemente o necesariamente, sucede por azar algo que él deseaba, y se activa así una elección en un momento inesperado, por un efecto de fortuna, un efecto de encuentro accidental de algo deseado.

El verbo *tukbēin* es entonces estar presente en el lugar y el momento oportuno, para encontrar a alguien o algo que tal vez no se esperaba conscientemente, pero se deseaba encontrar. Anticipa la dimensión del inconsciente.

¿Cuál es la importancia para nosotros de lo que acaece por accidente, por trauma? Que extrae de lo necesario, haciendo lugar a la elección, que es el acto esencial del ser hablante.

La cita y el encuentro

El ejemplo de Aristóteles tiene la virtud de describir un encuentro sin cita previa, sin *rendez-vous* agendado.

La clínica de la neurosis nos ha acostumbrado, en cambio, a los ejemplos de cita sin encuentro; la cita ha sido pactada, pero el encuentro no se produce, falla, se posterga, se deja pasar la ocasión. La tensión esencial que hace de la neurosis una patología del tiempo, un desfasaje entre el deseo y el acto, se expresa cotidianamente en la brecha lógico-temporal entre cita y encuentro.

Una aclaración en este Rendez-vous multilingüe: los términos “cita” y “encuentro” se recubren parcialmente, pero pueden ser distinguidos en algunas lenguas, español, francés, inglés, y también se puede oponer el término latino *cito* al griego *túkhein*.

CITA	ENCUENTRO
RENDEZ-VOUS	RENCONTRE
APPOINTEMENT ENCOUNTER	MEETING –
CITOTE (imperativo: rendez-vous!)	TUNKHANO (encontrar por azar)
CITO: <u>llamar</u> , hacer venir.	TUKHÉIN: <u>responder</u> al deseo y a la espera ²³ .

En su seminario *Problemas cruciales del psicoanálisis* Lacan da un ejemplo de cita tomado de la teoría del signo de Peirce, “cinco floreros en la ventana con la cortina corrida hacia la izquierda”, cuyo significado según el lingüista sería: estaré sola a las cinco. Lacan observa sin embargo que no se trata de un signo que componga un mensaje unívoco. ¿Qué quiere decir “sola a las cinco”? Remitimos a la clase del 5 de mayo de 1965 para el precioso análisis que allí realiza, sola, *seule*, es también única, para el solo, el único que recibe el mensaje ante la mirada ciega del vecindario. Retengamos solamente este comentario nosográfico de Lacan: Quien reciba este signo reaccionará de un modo diferente según su tipo clínico; en el caso del psicótico la atención recae sobre el mensaje y su *lekton*, el perverso se interesa en el deseo en juego y el secreto poseído, el neurótico pone el acento en el encontrar, o mejor dicho, reencontrar el objeto.

El neurótico enfatiza lo que los estoicos llamaban *tunkhánon*, pero con la particularidad siguiente, que se interesa en el encuentro: para fallarlo. En efecto, las distintas neurosis pueden entenderse como formas diversas de evitar el

encuentro, de faltar a la cita del deseo. El hiato por ellas acentuado entre cita y encuentro las distingue de otros tipos clínicos, destacando el desfase temporal que separa al sujeto de su acto, y revelando ese orden causal descripto por Freud, y antes vislumbrado por Aristóteles, en que lo perdido y deseado ha sido olvidado, y sólo se reencuentra por accidente.

Cuando aun así alguna vez el encuentro se produce, es por lo general completamente desconocido por el sujeto, o bien es considerado como un mal encuentro, un acontecimiento a destiempo; *demasiado pronto* para el histérico, *demasiado tarde* para el melancólico, el obsesivo por su parte emplea una estrategia temporal mixta para faltar al encuentro: *anticipa tarde*. En cualquier caso, se trata de un acontecimiento a destiempo que de todos modos lleva la marca del desconocimiento.

Los sueños de desencuentro son sueños típicos de la neurosis, y es fácil encontrar en ellos ejemplos que ilustran bastante bien esa evitación que es esencial en ese tipo clínico. Una paciente soltera, atractiva aunque ya no tan joven, consulta justamente por no poder encontrar un hombre que al mismo tiempo le resulte interesante y que todavía no esté casado. Relata dos sueños reiterados en su vida previa a la consulta. En el primer sueño está en su casa, atrincherada, rodeada de indios. “¡Qué susto!” – dice con tono añorado -. En el segundo sueño sale de su casa, pero como un espíritu, sin que los otros puedan verla, un espíritu sin cuerpo. “¡Me encanta!”, comenta divertida.

Las estrategias de desencuentro son diversas en la neurosis. Es típico de la histeria ceder corporeidad a Otra mujer, así como forma parte de las estrategias del obsesivo realizar el deseo sin que se note, de contrabando. Pero si se presta atención, se puede advertir que las técnicas de desencuentro en las neurosis juegan eminentemente sobre el eje del tiempo. La espera, la programación, el aburrimiento, la anticipación a

²³ Un ejemplo de Tucídides en sus *Crónicas de la guerra del Peloponeso*: *Tés hekástou bouléoseo te kai dóxen tukhêin* (responder al deseo y la expectativa de cada uno).

destiempo, el demasiado tarde y el demasiado pronto, el faltar a la cita sin darse cuenta y por los más diversos motivos, e incluso la urgencia subjetiva desorientada, son algunas de las modalidades de encubrimiento del tiempo en las neurosis. La intervención analítica habrá de reintroducir el tiempo como coordinada ética, como llamado a la finitud hecho desde el único punto de trascendencia que resta al ser hablante: el deseo del Otro – deseo que al analista le toca encarnar -.

El acto del analista

Esta tensión esencial que hace de la neurosis una patología del tiempo, esta brecha lógico-temporal entre cita y encuentro, se presenta también en la cura psicoanalítica, poniendo a prueba la eficacia del tratamiento. Por ella el psicoanálisis no se reduce a la aplicación de un método que se atenga a una cita rutinaria. El psicoanálisis tiene un método, el que prescribe la regla fundamental freudiana, pero el cumplimiento de ese método depende de la autorización que confiere al analizante, cada vez, el acto del psicoanalista, acto que ha de responder a la lógica del encuentro, con lo que ella implica de oxímoron. Lacan lo dijo magistralmente en su seminario *El deseo y su interpretación*.

El análisis no es una simple reconstitución del pasado, no es tampoco una reducción a normas preformadas, no es un *epos*, no es un *ethos*; yo lo compararía con un relato tal, que el relato mismo sea el lugar del encuentro del que se trata en el relato²⁴.

Evocaré aquí el ejemplo de otra paciente que relata su interpretación de un síntoma duradero pero ya desaparecido, la bulimia, como un síntoma de la falta de intervención de su padre, 60 años mayor que ella, en algunas situaciones precisas de su infancia y adolescencia, situaciones dominadas por el capricho de la madre. Curiosamente, lo dice en tono de reproche, como si ese reproche se dirigiera actualmente al

analista, por lo que me autorizo a decirle, sin ocultar cierta incomodidad:

-Usted esperaría que yo intervenga en el pasado, jantes de que este análisis comience!

- No, ¡no!, yo no diría “esperaría”, yo *esperaba* una intervención, pero no llegó, y es cierto, ahora ya es tarde, tuve que cortar yo misma esas situaciones con mi síntoma, y luego también tuve que terminar yo sola con mi síntoma, cuando me encontré con el límite de la sangre en el vómito. ¡Y bueno, su intervención llega tarde!, añade con rabia, es así... ¡qué quiere que le haga!. Más adelante lograría matizar: “está todo mal, pero de todas formas creo que aquí podré elaborar, y tal vez ya esté elaborando de otra manera eso que no ocurrió, esa falta de intervención que me forzó a tener que arreglar yo por mi misma las cosas”.

Este viñeta ilustra para mí un encuentro analítico, en este caso por la reedición del corte que el analizante debió realizar a falta de intervención del Otro; con la diferencia, en esta reedición, de que el analista encarna ahora una causa más deseable que la que animó la instalación o el cese del síntoma-acting bulímico. Las tijeras de la interpretación analítica mejoran sin duda el instrumental precario que el sujeto encontró años antes para cortar: los límites impuestos al sujeto por el cuerpo, la angustia ante la sangre. Ahora el analista llega demasiado tarde a su vida, es cierto, pero al alojar su reclamo anacrónico aporta alivio al sufrimiento, y dialéctica a las posiciones libidinales actuales de la analizante. Los reclamos del neurótico siempre son anacrónicos, lo que tiene de particular este caso es que ese rasgo temporal en esta oportunidad no fue camuflado.

Para su concepción del acto psicoanalítico, Lacan se inspiró en *On transference*²⁵, un texto en el que Winnicott sostiene que en determinados momentos del tratamiento analítico, el analista debe “(...) permitir que el pasado del paciente sea el presente”, para revivir ese

²⁴ LACAN, J. “Le désir et son interprétation”, clase del 1º de julio de 1959.

²⁵ WINNICOTT, D. *On transference*. Este texto precioso es citado por Lacan en *Autres Écrits*, Seuil, Paris, 2001, p. 275.

momento en que el niño, en el momento del corte disruptivo en que hubiera debido experimentar furia, no encontró el Otro ante el cual poder hacerlo. El relato actual al analista no podría realizarse verdaderamente sin que esa furia se manifieste; sólo si esta vez ella no sólo se revela sino que también se realiza, el analizante puede encontrar al Otro de una manera diferente que a través de la asunción de un falso *self* – máscara que repite y señala aquel desencuentro primero.

La clínica freudiana del encuentro

La *Psicopatología de la vida cotidiana* de Freud ofrece al psicoanalista la posibilidad de sensibilizarse a la clínica del encuentro. Es un texto maravillosamente entramado en los golpes de la fortuna, en lo que ocurre como por azar, en los pequeños actos que se afirman tanto más fuertemente como actos cuanto que representan fallas en el hacer. Particularmente la divergencia y la tensión temporal entre cita y encuentro fue allí objeto de observaciones y comentarios. Tomemos un ejemplo de encuentro milagroso con una persona en quien justamente uno estaba pensando, un ejemplo “simple y de fácil interpretación”, según el propio autor:

Pocos días después que me hubieron concedido el título de profesor que tanta autoridad confiere en países de organización monárquica, iba yo dando un paseo por el centro de la ciudad y de pronto mis pensamientos se orientaron hacia una pueril fantasía de venganza dirigida contra cierta pareja de cónyuges. Meses antes, ellos me habían llamado para examinar a su hijita, a quien le había sobrevenido un interesante fenómeno obsesivo después de un sueño. Presté gran interés al caso, cuya génesis creía entender; sin embargo, los padres desautorizaron mi tratamiento y me dieron a entender su intención de acudir a una autoridad extranjera, que curaba mediante hipnotismo. Yo fantaseé pues, que tras el total fracaso de este intento los padres me rogaban que interviniera

con mi tratamiento diciéndome que ahora tenían plena confianza en mí, etc. Pero yo respondía: «¡Ah... claro! Ahora que yo también soy profesor ustedes me tienen confianza. Pero el título no ha hecho variar en nada mis aptitudes; si ustedes no podían utilizar mis servicios siendo yo encargado de cursos, también pueden prescindir de mí como profesor». En este punto mi fantasía fue interrumpida por un saludo en voz alta: «¡Adiós, señor profesor!», y cuando miré de quién provenía vi que pasaba junto a mí la pareja de la que acababa de vengarme rechazando su pedido. Una somera reflexión destruyó la apariencia de lo milagroso. Yo marchaba en sentido contrario a la pareja por una calle recta y ancha, casi vacía de gente, y a distancia quizá de unos veinte pasos había distinguido con una mirada fugitiva sus importantes personalidades, reconociéndolos, pero eliminé esa percepción – siguiendo el modelo de una alucinación negativa - por los mismos motivos de sentimiento que se hicieron valer luego en esa fantasía de aparente emergencia espontánea.

No se trata en este ejemplo de un encuentro con alguien en quien Freud estaba pensando conscientemente, los pensamientos allí se producen más bien como consecuencia de una percepción previa. Este ejemplo muestra otro rasgo que caracteriza los hechos fundamentales del psicoanálisis: las coordenadas del encuentro y del desencuentro no necesariamente son percibidas por la conciencia, y como en otras manifestaciones del inconsciente, a menudo pueden ser situadas entre percepción y conciencia, después de la percepción, pero precediendo la conciencia.

La alteración anti-intuitiva del orden causal es típica de estos “hechos” que en verdad son actos, como también pasa en las premoniciones oníricas que “se cumplen”; se cumplen, explica Freud, solamente por inversión de la secuencia temporal de los hechos. Un encuentro sin cita previa responde a las coordenadas de una elección

inconsciente, en él el ser hablante se expresa por fuera del dominio yoico. Lo voluntario del ser hablante no se reduce a la voluntad consciente.

Nuestra política de Escuela

La distinción entre cita y encuentro puede ser relevante no sólo en la clínica del psicoanálisis, también en su política.

Como designación de una reunión internacional, el término “cita”, “rendez-vous”, es más prudente que “encuentro” o “rencontre”, porque nadie garantiza que efectivamente en una cita haya encuentro, y menos aún que lo que se encuentra sea lo esperado. En todo caso, el deseo que puede animar a algunos no podría cumplirse en el modo de lo necesario, sin hacer lugar a lo que del deseo, en un ser capaz de elección, se realiza en el modo de la *tíkhe*.

Al “Encuentro” de 1998 por ejemplo se le llamó así pero no hubo propiamente un encuentro, no en todo caso un buen encuentro. Esto ilustra ese rasgo estructural del encuentro, que responde a una temporalidad que no obedece el programa, el tiempo de la elección.

La “cita”, que nos convoca en el modo del imperativo, *citote* o *rendez-vous!*, es una convocatoria que puede facilitar o no el encuentro. Comentando la distinción entre tu eres el que me seguirás – *tu es celui qui me suivra(s)* -, con o sin “s”, Lacan mostró que hay distintas maneras de citar al Otro, de llamarlo, es distinto invitarlo desde el deseo que darle instrucciones como a un autómeta²⁶.

La cita ordena a la manera de lo necesario, pero el encuentro sólo se produce en seres capaces de elección, y en el modo de la contingencia. La ética del psicoanálisis incita a advertir lo que se encuentra de real, y lo que se encuentra de real, no necesariamente es un buen encuentro, a veces se presenta bajo la forma de lo que decepciona, del fracaso, incluso de la crisis.

¿Habrá en estos primeros días de julio de 2008, en São Paulo, encuentro? No está garantizado de antemano. ¿Coincidiremos en la historia que aquí se elabore, la historia que según decía Heine, es la profecía del pasado? ¿Qué hemos hecho en estos diez años? ¿Qué esperamos para los próximos?

Quienes acudimos a esta Cita enfrentamos por ejemplo la pregunta: ¿Cuál es la reglamentación que necesitamos? Aprovecho para dejar aquí una opinión, que creo coherente con lo que vengo de explicar. La reglamentación que necesitamos es la mínima necesaria, para asegurar el acto analítico en sus diferentes incidencias: en la intensidad, facilitando el funcionamiento de los dispositivos específicos de la Escuela que hacen lugar a opciones reales desde la perspectiva del psicoanálisis; en la extensión, facilitando el acceso del psicoanalista a otros contextos en los que él tenga la chace de hacer, de sus citas profesionales, ocasiones de encuentro psicoanalítico.

²⁶ LACAN, J. *Les psychoses*, Seuil, Paris, clase del 13 de junio de 1956.

Repetir, memorar e decidir: a análise entre o instante da fantasia e o momento do ato

Ana Laura Prates Pacheco

O

título do meu trabalho é, evidentemente, uma homenagem ao texto de Freud de 1914 “Rememorar, repetir e elaborar”, mas inclui o conceito

de decisão, introduzido por Lacan precocemente com a expressão “a insondável decisão do ser”²⁷, e que apresenta inúmeros desdobramentos clínicos e éticos ao longo de seu ensino. Tentarei desenvolver, então, este tema, através de três breves recortes.

1. Repetição: O instante da fantasia:

Se eu fosse, quando eu fizer, se tivesse pensado, eu não queria... O sujeito neurótico vive suspenso num tempo que projeta sobre o futuro toda a promessa de um presente que “teria sido”, se não fosse a maldição que determina o alibi para a eterna suspensão do ato. Congelado no instante da fantasia – cena na qual esboçou sua versão de uma relação sexual **possível** – o neurótico almeja o **impossível**: parar o tempo que, introduzindo **contingência** na série **necessária**, desmascara a precariedade e a instabilidade de sua montagem.

O sujeito, tentando tapear o fracasso real de tal empreitada, alia-se a *Cronos*, pagando o preço de por ele se deixar devorar, em troca da ilusão de uma contabilidade que, se não para o tempo, ao menos o domestica. Há mesmo aqueles que dedicam a vida à tarefa de domesticá-lo. “Na medida em que Júpiter é perfeitamente capaz de castrar Cronos – diz Lacan –, nossos pequenos Júpiteres temem que o próprio Cronos comece fazendo o trabalho” (Lacan, 1999 [1957/58]): Alguns são atrasados e procrastinadores, já que é sempre possível adiar ainda um pouco a decisão, à espera

de mais tempo para pensar. Tempo é o que lhes falta – presumem – para livrá-los da dúvida e da dívida com seu amo implacável. Em contrapartida, há aqueles – ou mais freqüentemente aquelas – que antecipam uma encenação qualquer, tentando furtar-se da passagem inexorável com uma espécie de “eu faço a hora”, num escape calculado do encontro inevitável com a hora marcada. Há também os que fogem de *Cronos* como o diabo foge da cruz, prevendo que o relógio não os livrará da mordida. Aceleração e/ou atraso, encontram-se na torção que cria a face única da banda de *Moebius* (ilustrada no cartaz de nosso Encontro), onde o sujeito – como uma formiga operária – corre contra o tempo. A diacronia que move a cadeia significativa é, assim, um eterno “vir a ser” que movimenta o sujeito, projetando-o num futuro incerto, mas consistente – já que no final, estava escrito na profecia da fantasia o que ele iria encontrar: “essa cadeia infinita de significações a que se chama destino. Podemos escapar dela indefinidamente, mas o que se trataria de encontrar é justamente o começo – como é que o sujeito entrou nessa história de significante?” – para usar as palavras de Lacan no Seminário “A Angústia” (Lacan, 2005 [1962/63], p. 78).

Como dizia uma analisante: *Não sei o que me espera*. Não sabe, mas tem a certeza de que, seja lá o que for, “isso” estaria lá, pronto, esperando, em algum lugar no futuro. *Wo es war, soll ich werden* – como nos ensinou Freud – “lá onde isso estava, o eu deverá advir”. Cabe ao sujeito continuar caminhando na estrada da vida (a banda), até – como dizia outro analisante – *chegar lá!* Eis a suposição inconsciente que o sustenta em sua alienação neurótica: a da existência do Outro que sabe, porque está “lá”, no futuro. O sujeito, assim, “só se anuncia que terá sido no futuro anterior” – como

²⁷ Esta expressão é introduzida por Lacan no texto de 1946 “Formulações sobre a causalidade psíquica”.

expressa Lacan em sua célebre frase. Daí sua obsessão pela previsão oracular: se soubesse o que o Outro sabe, se tivesse acesso à senha, antecipadamente, todo o risco, o furo, o erro, o equívoco, o engano, seriam apagados e, aí sim, o ato estaria garantido. Enquanto esse dia não chega, e o sujeito não “chega lá”, o ato está suspenso ou simulado. O que não implica em ausência de *acting out* ou mesmo de passagens ao ato que, entretanto, apenas reforçam sua alienação.

Aí está o paradoxo do neurótico: embora sua relação com o tempo seja da ordem do “muito cedo” ou “muito tarde”, o sujeito é bastante pontual no que diz respeito ao encontro com sua fantasia fundamental. A fantasia, que estamos acostumados a tratar enquanto um lugar – A Outra cena –, também apresenta uma dimensão temporal na vertente sincrônica. A vida vivida na “miséria neurótica” é repleta de sincronicidades – como supôs Jung – (ou coincidências se vocês preferirem).

Estamos acostumados a escutar nossos analisantes queixarem-se: *Comigo é sempre assim, parece que ando em círculos, parece carma, de novo a mesma coisa, sempre caio nessa*. Vocês devem ter sua própria coleção de frases recortadas da clínica. Elas apontam para o que Freud chamou de “compulsão à repetição” que, como sabemos, vai além do princípio do prazer. Por esta via, Freud concluiu em “Além do princípio do prazer”, o que se convencionou chamar de atemporalidade do inconsciente: “os processos psíquicos inconscientes encontram-se, em si, fora do tempo. Isto quer dizer, em primeiro lugar que não podem ser ordenados temporalmente, que o tempo não muda nada neles e que neles não se pode aplicar a idéia de tempo”. (Freud, 1981 v. III [1920], p. 2520). Essa expressão “fora do tempo” Freud articula com algo que podemos formalizar logicamente como “o que não cessa de não se inscrever”: No analisante – diz Freud – “a compulsão à repetição na transferência nos mostra que os traços mnêmicos recalcados de suas experiências primeiras não se encontram nele em estado de

ligação (Bindung)”. (Idem, p. 2520). Sabemos que para Freud a repetição é atribuída ao “retorno ao inanimado”.

Com Lacan esse “retorno ao mesmo” – que contém um impossível na própria fórmula – é chamado de real: “o real é aqui o que retorna sempre no mesmo lugar” (Lacan, 1962). O que Lacan chamava de *retroversion* (receber do Outro sua própria mensagem de forma invertida) revela a própria estrutura do inconsciente, formalizada mais tarde na escrita do Discurso do Mestre.

$$\frac{S1}{\$} / \frac{S2}{a}$$

Essa escrita, entretanto, que inclui o que da estrutura está fora da linguagem (o objeto “mais-de-gozar) contém a fórmula da *Nachträglichkeit* freudiana nas vertentes diacrônica (S1 → S2: o que se modifica) e sincrônica (§∆a: o que permanece constante). O Outro, enquanto senhor do tempo é, portanto, aquele que goza do saber sobre o futuro, enquanto o sujeito mantém-se fixado no instante da fantasia – simultaneamente flexível e inextensível – na eterna expectativa da alcançá-lo.

2. Rememoração: tempo entre o instante e o momento: A intromissão do analista na estrutura da neurose instaura, via associação livre, a lógica da rememoração. Como articulava Freud, aquilo que era repetição (*Wiederholung*) passa a ser lembrança (*Erinner*), sob transferência. Trata-se de um artifício, um truque – nos adverte Lacan. Um truque através do qual o analista incita o neurótico ao saber, fazendo-se de suporte para o SSS (Lacan, 1969). Eis a histerização do discurso, que Lacan sublinha, desde o início de seu ensino não se tratar de memória histórica, mas da rememoração, da *historisteria* (*hystoire*)²⁸ na qual: “não é o que vem depois que é modificado, porém tudo o que está antes” – dizia nos anos 50. A rememoração – acrescenta em 1976 – “consiste em fazer as cadeias entrarem

²⁸ Faço aqui referência ao texto de Lacan de 1976 “Prefácio da edição inglesa do Seminário 11”. In *Outros Escritos* (2003).

em alguma coisa que já está lá e que se nomeia como saber” (Lacan, 2007 [1975/76]).

§ → S1
a // S2

Falar para ser escutado, falar para ser visto, falar para furar o Outro ou para fazê-lo existir. O saber, no dispositivo analítico, passa a ser uma produção, *que se retira do próprio sujeito* pelas formações do inconsciente. Evidenciam-se, assim, os dois aspectos da transferência: se, pela inclusão do analista na fantasia fundamental, ela é a atualização da realidade sexual inconsciente – isto é, da relação sexual impossível –, ela não é, entretanto, apenas repetição de um passado a ser revelado à luz da memória. Ao contrário, o que abre a margem para o ato analítico, é justamente sua vertente de criação.

Durante a maior parte do tempo que dura uma análise, entretanto, o que se cria – a partir dessa aspiração vã chamada neurose de transferência – é uma ficção. Ficção que enquadra e justifica a realidade ao construir, pouco a pouco, o castelo onde iriam habitar o saber e a verdade após consumarem seu casamento impossível. Aprisionado na torre que ele próprio terá erguido, o sujeito desconhece a servidão voluntária implicada em sua fixação no objeto parcial da fantasia que se sustenta num equívoco: o da totalidade do gozo. Construir o castelo da fantasia é, logicamente, condição necessária, contanto que o sujeito não se contente em habitá-lo.

A produção, ao longo de uma análise, portanto, porta em seu âmago o cúmulo do engano, que Lacan chamou o equívoco do *SSS*: “Suposto no saber em que ele consiste como sujeito do inconsciente” (2003 [1973]). Suposição, ainda demasiado neurótica, de que o saber produzido sob transferência alcançará enfim o objeto da fantasia inconsciente localizado, como verdade, em algum lugar do passado.

Um analisante testemunhou com uma anedota o momento em que se deu conta

de sua posição na fantasia: *Dois homens assaltam um banco e cada um foge com uma mala. Após alguns anos, um dos assaltantes, que havia ficado rico com o dinheiro roubado, vê pela janela de seu carro, um mendigo que ele reconhece ser seu cúmplice no assalto. Curioso, pára o carro para perguntar por que ele estava naquela situação miserável? E o outro responde: Na minha mala só encontrei papéis com dívidas. Passar a vida pagando a dívida contraída por outro e, a partir dessa escolha, pagar o preço de viver na miséria pela culpa de reconhecer-se agente de outro crime. A piada – que de resto revelava a presença do objeto anal articulado ao olhar – aludia a uma cena de sua infância, reconstruída a partir da intervenção da analista: fora severamente repreendido por roubar as ferramentas do pai nas quais era proibido terminantemente de mexer, para emprestá-las a um amigo, obtendo assim o prestígio de ser visto como aquele que tem as ferramentas. Caía, assim, sua imagem tão cultivada de “menino bonzinho”. A presença, entretanto, do duplo especular, encarnado naquele que goza da vida, do dinheiro e das mulheres ao roubar a mala certa, ainda permaneceu durante muito tempo, nessa análise, como um ideal a ser alcançado pelo avesso.*

3. Decisão: O momento do ato/fazer outra ficção do real. Sabemos, desde Freud, que os tempos da construção da fantasia até sua redução a um resíduo dessubjetivado, dependem das escansões operadas pelo analista. O jogo do tratamento analítico, assim, gira em torno do corte. É o corte que tornará possível o salto mais além das seqüências da construção. Aquele mesmo analisante, quando se dá conta da consistência que havia dado ao Outro que não existe, inicia a sessão com o seguinte chiste: *O português entra num ônibus vazio, com a presença apenas do motorista e do cobrador e senta-se em um lugar qualquer. Está chovendo e justo no lugar escolhido tem uma goteira que pinga sobre sua cabeça. Após algum tempo circulando, o cobrador pergunta: - Português, não tem ninguém no ônibus e você fica com essa goteira pingando em cima da sua cabeça. Porque*

não troca de lugar? E o português responde: - Trocar com quem? Corte da sessão! Desta vez, terá sido enfim suficiente para que ultrapasse o horror ao ato?

Tendo a transferência se reduzido ao extremo da insignificância – este ponto real não interpretável, quando a presença do analista é quase idêntica ao esquecimento da coisa sabida – o que ainda a manteria, senão a covardia do sujeito em desabonar-se do inconsciente – as migalhas de saber – enquanto lastro? Mais uma sessão, o saber $Sn+1$, a lembrança encobridora mais remota, uma volta a mais na demanda, a última palavra, o tijolo derradeiro da construção do tal castelo de fantasia. Não. Não há última palavra. Nenhuma esperança de se terminar uma análise por essa via, que Freud percebeu ser infinita. Como nos lembra Lacan a propósito do paradoxo de Zenão – que aponta justamente para o incomensurável –: *Aquiles, é bem claro, só pode ultrapassar a tartaruga, não pode juntar-se a ela. Ele só se junta a ela na infinitude*. Se (como vimos no início), não há o Outro que detém a senha que decifra a charada sobre o futuro, tampouco há o Outro do passado pleno de significações condensadas a serem desvendadas. Tal crença, aliás, só pode conduzir o sujeito a perpetuar, sob transferência, a *busca do tempo perdido*.

Uma vez tendo se deparado com o horror da modalidade de gozo eleita, não é em absoluto de mais tempo que o sujeito precisa para decidir abrir mão: da fixação do objeto na fantasia, do acesso ao *não sabido que sabe da castração*, ao *insucesso da relação sexual*²⁹, do casamento fictício entre saber e verdade. O analista não é o noivo da verdade, adverte Lacan. Aqui, é preciso dar um passo além de Freud, um passo que é um salto e que Lacan chamou de passe. O momento do passe, portanto, pressupõe justamente a transposição da lógica dos objetos parciais da fantasia (a parte pelo todo), para a lógica incompleta do não-todo. Trata-se, assim, de um esvaziamento: “No fim da operação o analista aí repre-

senta o esvaziamento do objeto a, ele cai para se tornar ele mesmo a ficção rejeitada” (Lacan, 1969). Rejeitar a ficção, se despedir do castelo. Não por acaso, Lacan articulou esse momento de pleno passe a certa posição depressiva que corresponde logicamente à queda do SSS e à certeza antecipada de que a falta é, realmente, pura perda. Essa posição deverá, entretanto, ser atravessada. Só se termina uma análise, portanto, por um ato que ultrapassa o sujeito, pois implica em sua destituição.

Sim, é preciso tempo (*Il faut le temps*); não há curto circuito para o atravessamento da fantasia: *Isso só se obtém* – sublinha Lacan (1972/73) – “depois de um tempo muito longo de extração para fora da linguagem, de algo que lá está preso”; este “resto da coisa sabida” que se chama objeto *a*. Para uma analisante; uma mulher, as ferramentas do pai também apresentavam um valor muito especial, na medida em que representavam o acesso ao dito paterno tomado como imperativo: *Você tem que aprender a se virar sozinha*. Na caixa de ferramentas encontrava os instrumentos necessários para fazer *tudo o que um homem sabe*; o que incluiu a fabricação, na infância, de um pênis artificial com o qual podia urinar em pé. No momento em que consente com sua clássica e surpreendente *penisneid*, tem um sonho: estava andando em Paris com o pai, apreciando os monumentos, quando se deparam com um manto no chão, todo bordado e brilhante. O pai deita-se sobre o manto e ela tenta em vão fotografá-lo por todos os ângulos, já que sempre havia uma sombra que impedia a captura da imagem. O pai levanta-se e o manto transforma-se em trapos de mendigos e restos de comida. Nas associações, se dá conta da inversão pulsional: *meu pai sempre fez sombra sobre mim*. Explicita-se, assim, sua inscrição não-toda fálica na presença deste objeto não capturável pela imagem – própria definição de objeto *a* – essa *mancha* que, segundo Lacan, *estrutura o lugar de falta em toda visão* (Lacan, 1969). Ao mesmo tempo, revela-se a resposta fantasmática que lhe fornecia

²⁹ Referência ao Seminário de Lacan *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*.

consistência imaginária na identificação com o rebotalho do outro (“os restos de comida”) – marca de sua relação com os homens.

A extração do objeto *a* destaca, assim, a presença na estrutura, dessa outra banda não especularizável, imprimindo a pressa lógica: *a função da pressa*³⁰ – enfatiza Lacan – “é colocada pelo objeto *a* como causa de desejo”. (Lacan, 1985 [1972/73], p. 67). A perda pura pode, então, causar *outra ficção do real*³¹. O que exige, entretanto, uma decisão. Ora, a decisão é um ato solitário. Solitário e sem lastro, já que suas conseqüências não podem ser antecipadas por nenhum cálculo. Entre o antes e o depois, há um indecível lógico, impossível de calcular. E isso por razões tão simples que chegam a ser desconcertantes: o passado reduz-se apenas ao traço que suportou a inscrição primeira, e o futuro só existe enquanto desejo e aposta. O momento do ato, assim, provoca uma profunda transformação na própria relação do sujeito com o tempo. Consentindo em ceder à inexorável mordida de *Cronos*, é possível, então, experimentar a boa hora que os gregos chamavam de *Kairos* – tempo que não pode ser medido, mas que pode ser vivido. “A miragem da verdade, da qual só se pode esperar a mentira, não terá então outro limite – nos ensina Lacan – senão a satisfação que marca o fim da análise” (2003 [1976], p. 568).

³⁰ Trata-se de uma referência ao texto de Lacan “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”(1949), retomada por ele no Seminário 20 “Mais Ainda” (1972/73).

³¹ Expressão utilizada por Lacan no Seminário 17 “O avesso da psicanálise” (1969/70).

Referências Bibliográficas

- LACAN, J. (1954-55). O Seminário, livro 2: *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Trad. de Marie Christine Lasnik Penot com a colaboração de Antônio Luis Quinet de Andrade. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____. (1956-57). O Seminário, livro 4: *A relação de objeto*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
- _____. (1957-58). O Seminário, livro 5: *As formações do inconsciente*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____. (1962-63). O Seminário, livro 10: *A angústia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- _____. (1964). O Seminário, livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais de psicanálise*. Trad. MD Magno. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- _____. (1969 – 70). O Seminário, livro 17: *O avesso da psicanálise*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- _____. (1972-73). O Seminário, livro 20: *Mais, ainda*. Trad. M.D.Magdo. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____. (1975-76). O Seminário, livro 23: *O sintoma*. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- LACAN, J. (1946). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: *Escritos*. Op.Cit.
- _____. (1945). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: *Escritos*. Op.Cit.
- _____. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Op.Cit.
- LACAN, J. _____. (1961-62). *A Identificação*. Seminário não estabelecido oficialmente. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Centro de Estudos Freudianos, Recife, 2003.
- _____. (1966-67). *La lógica del fantasma*. Seminário não estabelecido oficialmente.
- _____. (1967-68). *O ato analítico*. Seminário não estabelecido oficialmente.
- _____. (1968-69). *De um Outro ao outro*. Seminário não estabelecido oficialmente.
- _____. (1974-75). *R.S.I.* Seminário não estabelecido oficialmente.

Le temps du désir, les temps de l'interprétation, le temps de l'acte

Marc Straus

Il s'agit de distinguer trois temps, accessoirement en démultipliant le second. Et de démontrer que ces trois temps appartiennent à des modes d'existence différents qui correspondent eux-mêmes à trois temps dans la cure ; aux trois temps de la cure d'ailleurs.

I/ Ainsi, le premier, le temps du désir, est celui de la parole innocente, celle qui se dit et ne sait pas ce qu'elle dit. Elle a cours dans ce qu'on appelle la vie courante, où l'ignorance est couverte par le masque du moi. C'est elle aussi qui se profère sur le divan, la parole analysante, celle de l'association libre qui, *de facto*, est placée sous le sceau du savoir en attente de son complément d'interprétation.

À ce temps du désir et de la parole correspondent des temps grammaticaux. Des temps, pas les temps ; pas tous donc, puisqu'à ces temps manquent celui sur lequel je ferai porter aujourd'hui ma question : où est le présent ? Avec l'application concrète, clinique, de cette question, qui s'énonce en : quand puis-je dire que je suis présent – c'est-à-dire aussi, quand puis-je me sentir dans le présent ?

Pourquoi à ces temps de la parole innocente le présent manquerait-il ? C'est que le désir n'est pas au présent. En effet, c'est lui qui est innocent, précisément de ce qui le cause, et il est tout occupé à poursuivre son objet. Un objet dont il veut croire que c'est celui qui lui manque. Et il ne peut le croire que tant qu'il ne l'a pas attrapé. S'il l'attrape, il est obligé d'en changer, d'en mettre un autre à la même place d'objet escompté ; autre objet, mais même place.

Ainsi, le sujet du désir vit dans le futur. Il se projette dans le moment où il sera au présent, en présence de l'objet, réuni à

lui. Il se projette même dans un futur où il pourra se voir avoir été au présent. Lacan a développé cette dimension du futur antérieur du désir.

Le sujet ne projette cette rencontre à venir que parce qu'il a manqué la rencontre passée. Une méprise première a laissé sa trace, sa cicatrice d'insatisfaction qu'il s'agit d'effacer. Le sujet veut répéter de la bonne manière, sans faute, ce qui a été manqué une première fois. Cette réminiscence de la trace est ce qui le projette dans l'avenir attendu de la saisie de l'objet primordialement perdu. Un passé pour un futur, le présent n'étant que la transition évanescence entre les deux.

À ces temps il y a des affects qui sont attachés : l'espoir et la peur.

Et une animation particulière du corps : la hâte.

C'est que, dans le temps du désir, je n'ai pas de temps à perdre.

L'objet est là, plus ou moins à portée de regard, de voix, de main, il m'attend.

Et je sais que je risque à chaque instant d'être dépassé par la mort, qui interrompra ma course. Ce serait quand même dommage, tous ces efforts pour rien...

Mais au moment de la saisie de l'objet, une crainte apparaît. Est-ce le bon ? Il faut en être assuré, n'être pas dupe d'une précipitation causée par un leurre. Et pour cela suspendre le mouvement, afin qu'il puisse être repris en connaissance de cause. En quoi la seconde fois serait-elle en connaissance de cause ? En tout cas, suspendre leur mouvement est bien aussi ce que font les autres, les autres prisonniers du temps logique. Donc, puisqu'ils se sont arrêtés aussi, je peux reprendre ma marche. Mais y vont-ils vraiment ? Vérifions encore qu'ils sont assurés de leur décision, que leur départ précédent était bien volontaire. Arrêtons-

nous encore une fois et voyons s'ils repartent. Oui, repartir deux fois suffit à faire preuve que la première suspension n'était pas le fait du hasard. Ce n'est donc pas la mise en mouvement du sujet qui lui donne sa certitude, mais la suspension de ce mouvement. Et c'est la deuxième suspension qui donne le sens de suspension vraie à la première.

Voici donc l'objet qui s'offre à moi. La porte de la prison est sur le point de s'ouvrir et je vais enfin en passer le seuil. Me voilà libre, bientôt ! Mais libre de quoi ? Ce qui, passé la porte, s'offre, n'est pas l'espace infini des possibles. Il y a bien un objet qui s'offre là, mais, déception en même temps que soulagement, cet objet obtenu n'est pas l'objet attendu. Déception, car il ne me reste que la liberté de consommer éventuellement cet objet-récompense, jusqu'à ce que l'effet de satisfaction en soit passé et qu'il me faille repartir en quête du véritable objet. Soulagement, car si c'était le bon, c'en serait cuit de ma quête, et le désir qui me représente s'abolirait en même temps qu'elle. Je puis donc hésiter à me satisfaire de l'objet qui se présente, hésitations qui correspondent aux types cliniques des névroses : soit que trop menaçant il faille au phobique l'éviter, soit que trop décevant il faille le refuser, à l'hystérique en s'y soustrayant, anorexie de sa consommation donc, et à l'obsessionnel en le rendant inadéquat et donc impossible.

Je peux aussi être fatigué de la course pour un temps, le temps de récupérer, de somnoler. D'ailleurs, avec le pilotage automatique de l'appareil psychique, je peux somnoler et continuer ma course. Que je dorme et rêve, ou que je sois éveillé, c'est la même course.

Mais quoi qu'il en soit de mon énergie à désirer, le sens du désir, c'est la fuite du présent, au sens de l'évasion. Si le sens fuit, au sens du tonneau, le sens du désir est la fuite, au sens de la détalade. Désir comme défense dit Lacan ; ajoutons comme défense contre le présent.

II/ Les temps de l'interprétation

Le deuxième temps que nous distinguons est celui de l'interprétation.

Nous avons dit les temps de l'interprétation, non parce qu'ils sont grammaticalement variés, mais parce qu'ils se répètent, à travers des formes différentes. C'est le temps du traumatisme. Un temps qui ne se dit pas, n'est pas un temps grammatical, ni n'accède à l'existence langagière. Au contraire, temps du malentendu, lapsus ou équivoque, il coupe le flux du langage, interrompt la douce somnolence du pilotage automatique. Il fait surprise, suspend les semblants. Et par là répète à l'identique le trauma premier, celui de la prise manquée de l'objet. Avec lui, il faut se réveiller, il y a urgence. Il faut éteindre l'incendie provoqué par la chute du cierge qui, au lieu de brûler bien à sa place, enflamme le corps entier.

Rendre impossible la chute du cierge, c'est ce à quoi s'emploie le névrosé. Par des fixations auxquelles il arrime le cierge, même si par là il se fixe un peu trop lui aussi. Jusqu'à se faire le servent du cierge, lui supposer même un vouloir être cierge et ainsi l'adorer pour s'assurer qu'il reste bien cierge bienveillant, c'est-à-dire immobile. Croire savoir tenir le cierge sous son contrôle, par ses rites, c'est rassurant. Mais le démenti de la réalité ne manque jamais. L'accident, sous toutes ses formes, montre que ce n'était pas ça ! Autre chose existe encore, que pour connaître, c'est-à-dire maîtriser, il eût fallu appareiller autrement !

Par la répétition des coupures interprétatives, se dévoilent au sujet ses manœuvres pour faire exister à son désir un cierge doté d'un vouloir qui le protège de l'incendie, qui assure les semblants qui confèrent une image à l'objet de son désir. Ainsi progressivement le cierge apparaît dans sa bêtise de cierge, S1.

En effet, il n'y a pas plus de vouloir du cierge que de directeur de prison, et par là de liberté, d'évasion possible. Il n'y a pas de directeur pour décider d'inscrire sur le corps de chaque prisonnier sa couleur spécifiée ; ce que nous écrivons S(A)barré. Aucun des prisonniers ne peut déduire de la couleur des autres la sienne, à savoir la vraie nature de son sexe qui est sa signification au-delà de son

anatomie. Le temps de S(A)barré, temps de l'interprétation, ne peut se quantifier, se sérier. Il s'éprouve dans son existence.

III / L'acte

Le troisième temps est celui de l'acte. Un temps qui se distingue de celui du désir, avec sa fuite, comme de celui de l'interprétation, qui est suspens, coupure du temps où le sujet ne s'appréhende que par sa disparition hors de la chaîne de ses représentations, dans l'angoisse.

Aussi bien le temps du trauma est sans suite, sans suite nouvelle. Après son suspens, ça reprend comme avant, répétition vaine dit Lacan.

Dans l'acte, en revanche, le sujet répète aussi, mais tout autre chose. À partir du constat de la répétition vaine, il peut courir le risque absolu qu'il y a à opter sans garantie. Ne pouvant dès lors que soutenir les conséquences de son affirmation à partir de la réponse que les autres voudront bien donner pour lui attribuer un sens. Le sujet doit s'en remettre à l'autre pour deux choses. Authentifier ce qu'il dit, mais surtout authentifier qu'il parle et qu'il a été entendu comme tel, comme parlant.

En effet, que veut dire le sujet en parlant ? Il veut certainement que l'autre lui confirme qu'il a bien dit ce qu'il pensait avoir dit, ce qu'il voulait dire par exemple qu'il était homme, ou qu'il était femme, ou qu'il était mort, ou vivant. Que l'Autre l'assure donc de ses semblants. Mais le sujet ne sait que trop que les réponses qu'il reçoit de ses partenaires le déçoivent toujours dans son attente. L'autre aussi ne fait que demander ce qui lui manque, n'en sait pas plus que lui. Alors que le sujet voudrait être aimé pour autre chose qu'un semblant, pour ce qui le fait unique.

La parole pour cela est sans espoir de devoir ne procéder que du semblant. Reste que le sujet parle, pour se faire, au-delà des semblants, reconnaître comme parlant, comme parlêtre.

Et il est un autre mode de l'usage du langage qui n'est pas que semblant, nique coupure traumatique non plus : l'écriture.

L'idée que j'aimerais proposer aujourd'hui est que notre expérience nous révèle qu'il n'est de temps présent que dans le temps de l'acte, et que ce temps de l'acte est un temps d'écriture. Ce qui m'oblige à préciser en quoi le dire, puisqu'il n'y a d'acte que du dire, en quoi le dire se fait écriture.

Le plus simple est de dire que le dire est ce qui des dits, qui fluent et qui fuient, fait trace. Une trace qui constitue le sujet ; ou, ce qui revient au même, le change.

Une trace qui se veut écriture ne peut être le fait d'un accident. C'est une trace destinée à faire sens, voulue pour faire sens pour un autre, son lecteur, qui peut être l'auteur lui-même à l'occasion. Écrire, ce n'est pas le fait de l'animal qui laisse ses traces sans y penser, par un accident de la nature, mais c'est la marque de la volonté d'un sujet. Elle est donc signe non seulement d'un désir, mais du fait qu'un sujet a accepté de s'y déposer sans reprise possible, sans effacement possible. Ce qui distingue bien l'écriture de la parole, qui peut tourbillonner dans tous les sens, s'annuler - sauf bien sûr la parole analysante, où ce qui est dit est dit, en quoi elle s'égalise bien à l'écrit, ineffaçable sans laisser de trace résiduelle.

Le présent de l'acte est alors le dire qui s'écrit, ne cesse pas de s'écrire. Inconsciemment d'abord, dans la parole de désir et dans le symptôme qui l'accompagne et supplémente. Méthodiquement ensuite dans le parcours d'une analyse, où l'analyste est l'archiviste de droit de la chaîne associative ainsi que celui qui ponctue cette dernière, l'ordonne par ses coupures interprétatives. Dans le dépôt final d'une analyse enfin, quand, au-delà du fantasme et de ses mises en scène, s'isolent des bouts de langage qui, en faisant coïncider des signifiants avec la jouissance éprouvée du corps, font la seule certitude du sujet.

Enfin peut-être, ce dire qui s'écrit au présent est-il présent aussi dans la transmission de l'expérience de l'analyse, donc dans les dispositifs qui se

proposent à nous à cette fin, passe, contrôle, élaboration analytique enfin.

Ainsi, le temps de l'acte réaliserait le présent, moment non de promesse toujours déjà passée comme celui du désir, moment non de suspens, d'absence du sujet comme dans les temps de l'interprétation, mais temps de présence au contraire, temps d'incarnation du verbe, de "réélisation" du sujet donc.

Ce serait ici le lieu de distinguer l'Histoire, et même l'œuvre d'art, de l'écrit tel que nous en parlons avec Lacan. En effet, l'histoire comme l'œuvre d'art sont épinglés par Lacan non de l'acte mais du tour de passe-passe. Pourquoi ? Certes, l'un comme l'autre ne sont pas pensables sans l'acte qui les a constitués, mais l'un comme l'autre ne peuvent de cet acte rien transmettre, ils ne peuvent qu'enregistrer qu'il a eu lieu.

L'historien ne peut qu'y supposer un sens, sans accès possible au réel du sujet de l'histoire, à sa dimension créatrice. L'œuvre d'art en revanche fait bien trace de ce que quelque chose s'est réellement passé, comme dit Claude Lévi-Strauss, mais trace seulement, car le sujet dans son œuvre n'y est déjà plus, cette dernière n'étant que déchet de son acte.

Cela devrait nous amener à distinguer l'œuvre d'art de l'écrit, qui ne peut jamais se réduire au déchet, même s'il lui faut en passer par la "poubellication". Il reste en effet toujours porteur de la singularité de la voix de celui qui l'a commis et, contrairement à l'œuvre d'art, ses interprétations, ses lectures, aussi ouvertes soient-elles, ne peuvent être ouvertes à tous les sens. De ce point de vue, écrire et lire se rejoignent dans un présent toujours répétable, d'une répétition qui se caractérise, comme celle du savoir, toujours première, c'est-à-dire sans perte. Reste à nous souhaiter à tous d'être de bons lecteurs.

Tempo de Laiusar

Antonio Quinet

Estamos em tempos de Pai real. A figura representativa do Pai simbólico, aquele que une o desejo com a lei, que barra o gozo devastador da Mãe, o pai normatizador que protege e apazigua, esse pai está desaparecendo na aletosfera espessa produzido pela fumaça do desmatamento da subjetividade no mundo contemporâneo. De nada adianta lamentar o declínio da autoridade paterna, acusar o pai de humilhado, impotente e desdentado e receber o que todos já sabem que quem é o escravo da família é o papai.

A figura paterna que tem emergido de seu obscuro anonimato é o Pai real, o grande fodedor, como diz Lacan, o pai sacana fora da lei, gozador, que trata os filhos como objeto. Temos como exemplos recentes o austríaco Joseph Fritzl mantendo em carceragem sua filha por 18 anos nela engendrando seus próprios filhos, e o pai violento, possuído por uma ignorância feroz como o pai de Izabela que auxiliado pela madrasta num ato insano a atirou pela janela abaixo.

Nossa sociedade contemporânea parece viver o mito de Totem e Tabu às avessas: o desmoronamento da Lei simbólica deixa aberto o caminho para o retorno do cadáver vivificado do pai morto, o Urvater, figuração do Pai real, como pai gozador da horda primitiva, tirânico abusador e assassino, que é chamado por Lacan de pai Orangotango, O assassinato do pai e sua substituição simbólica por um totem, fez Freud dizer que no início era o ato – no início da civilização era o ato. Nesses tempos de barbárie contemporânea o que faz aparição não é o ato dos filhos impondo a Lei e sim os atos desmedidos do Pai real que faz a sua lei – lei do gozo – fora de qualquer Lei do campo do Outro.

Retornemos o mito de Édipo à luz do pai real e de Totem e Tabu. Quem é o pai de Édipo? Na verdade ele teve dois pais: o pai biológico Laio, rei de Tebas, que ele não conheceu e sem saber o matou, e Pólibo, que o criou em Corinto. Mas é Laio, que aparece como Pai real cuja desmedida constitui a Até, a desgraça, a maldição dos Labdácidos e que será transmitida e paga por três gerações: o próprio Laio, Édipo e seus filhos Etéocles, Polínice, Antígona e Ismênia. Laio é filho de Lábdaco, rei de Tebas e quando este é assassinado, ele é levado aos 2 anos de idade para a Frígia sendo recebido pelo rei Pélops que o adota. Laio tem também dois pais. Pélops tem um filho Crísipo o qual, ao chegar na adolescência, é entregue a Laios para educá-lo. Este se apaixona pelo menino e o rapta e Pélops lança, então, a maldição: "se tiveres um filho ele te matará e toda tua descendência desgraçada será". Daí vem a maldição e toda a história cujo desdobramento está na peça de Sófocles da qual vocês assistirão minha versão após esta mesa. A desmedida de Laios não foi ter tido relações com Crísipo, pois a relação pedagógica erastes-erômenos era aceita como uma relação pedófila normal de amante-amado, professor-aluno na qual o saber não é transmitido sem Eros. A hybris de Laios foi tê-lo seqüestrado e com isso ter rompido as leis da hospitalidade e traído aquele que o acolhera. A maldição de Pelops para Laio é o que o faz furar os pés de seu filho Édipo e mandar matá-lo.

Na minha interpretação, Édipo não quis saber do crime do pai e nem de sua tentativa de assassinato. Ele, em sua investigação, foi até o ponto em que descobre que ele matou o pai e que a mulher com quem está é sua mãe. Mas não vai, além disso pois não quis saber da maldição herdada e da desmedida paterna.

Se compararmos o desenvolvimento trágico da investigação de Édipo sobre sua origem, como o fazem Freud e Lacan, com o percurso de uma análise podemos dizer com Lacan que se Édipo tivesse tido tempo de laiousar ele talvez não teria tido o desfecho que teve.

Lacan introduz esse comentário sobre a peça de Sófocles Édipo Rei no seminário RSI quando aponta que o furo do simbólico, correspondente ao recalque originário, é a morte. A peste, diz Lacan, é isso: a morte é para todos. "É preciso que a peste se propague em Tebas para que esse "todos" cesse de ser de puro simbólico e passe a ser imaginável. É preciso que cada um se sinta concernido pela presença da peste". Esta é portanto, o real do furo do simbólico imaginarizado – peste que é o desdobramento da calamidade provocada pela Esfinge, outra figura da morte e da Até, desgraça, dos Labdácidas. Édipo, continua Lacan, só matou o pai por não ter se dado o tempo de Laiusar. Se o tivesse feito, o tempo que fosse preciso, teria sido o tempo de uma análise, pois era para isso que ele estava na estrada" (Lacan, RSI, lição de 17/12/1974)

Laiuser em francês é derivado de lalue que significa discurso, fala, peroração no jargão das Escolas. User em francês significa utilizar e também gastar, usar até acabar como uma sola de sapato que de tanto se usar vai gastando e acaba. Na análise é preciso tempo para usar e gastar o pai real. Tempo para se ir para além do desejo de salvar o pai, defrontar-se com seu crime e vencer a ordem de ignorância feroz.

Passando do mito á estrutura: é preciso tempo para se haver com o impossível do furo do simbólico lá onde jaz o gozo do pai rela imaginarizado uma vez que pai real e pai imaginário tendem a ser imiscuir um no outro. É o pai que a parece como abusador e criminoso na histeria e na neurose obsessiva cujo gozo se sintomatiza no filho. É o pai de tal paciente do hospital que a espancava quando ainda bebê ela chorava e que hoje seu sintoma é um choro sem fim e sem razão; ou o pai militar que

colaborou com a ditadura militar de tal outra analisante que faz de seu corpo um palco de torturas, ou o pai fiscal do imposto de renda de um obsessivo que se enriqueceu ilicitamente deixando para o filho a dívida do eterno desemprego.

O neurótico prefere salvar o pai do que se deparar com sua canalhice; ele prefere sofrer com seu sintoma do que saber do crime do pai e suas conseqüências. Prefere, como Édipo, se sentir culpado de seus atos do que desvelar a desmedida do gozo paterno. Deparar-se com o real do pai é confrontar-se com a conseqüência da falta radical do Outro, ou seja, o gozo mortífero para além desamparo. E para isso é preciso Laiousoar – gastar o Laio de cada um.

A posição do pai real, segundo Lacan, está articulada em Freud como um impossível e não é surpreendente, diz ele, que encontremos sem cessar o pai imaginário. É uma dependência necessária, estrutural. (sem. XVII). É o que vemos na figura do fantasma do pai: o espectro do cadáver vivo, como o pai do Homem dos ratos que apesar de morto lhe aparece vivo no meio da noite e o pai de Hamlet que além de aparecer tem fala. O espectro é o habitante dessa zona entre-duas-mortes, campo de gozo, do Hades ao inferno, onde penam as almas pecadoras e criminosas à espera da segunda morte. "Sou o espírito de teu pai e vivo errante noite e dia até que a po-dridão de meus crimes seja queimada e purificada" – diz o pai de Hamlet no início da peça. As mitologias criaram esse habitat para o pai real. Mas quem queima é o filho. Ele arde por causa dos pecados do pai, como diz Lacan (Seminário XI). Pai, não vês que estou queimando por causa de teus pecados? E o espectro do pai de Hamlet lhe diz que "a menor de minhas faltas angustiaria tua alma, gelaria teu jovem sangue e teus olhos saltariam das órbitas como os astros de suas esferas..."

Os crimes do pai são de um real que não cessa de não se dizer para o filho e no entanto insiste e se tornam um sintoma do filho – como a dívida do pai

do homem dos ratos e o gozo oral do pai de Dora.

O espectro recobre, mascara, vela e também desvela o pai real ou o real do Pai. O espectro é a encenação da articulação entre o pai real e o pai imaginário. É o que se encontra, como diz Marc Strauss, na fantasia de Bate-se numa criança em que as cenas vêm ao sujeito petrificar, cristalizar um excesso como um ciframento primeiro, uma representação do inominável do gozo (Tréfle, maio 1999, n° 2, p. 48). Não importa se é efetivamente do gozo do Pai que se trata ou do gozo imaginarizado do Pai e sim do dispositivo que o sujeito emprega para endossar um gozo que se apresenta a ela como exterior, vindo do Outro.

O pai do crime não é o pai da lei, o Nome-do-Pai. O pai estuprador, ladrão, assassino, são figuras do pai imaginário que do fórum à hybris do pai: o gozo desmedido. A desmedida do pai com seu real é aquilo que o filho, com força, não quer saber. O homem é como Édipo, filho de laio – ele não quis saber da desmedida paterna. No lugar do pai real existe, diz Lacan, a ordem de uma ignorância feroz (Seminário XVII, p. 159).

Há uma interdição: "Está excluído que se analise o pai real, diz Lacan em *Televisão*, o melhor que se pode é o manto de Noé, quando o pai é imaginário" (*Télévision*, Seuil, p.35). Um dia Noé se embriagou e ficou nu em sua tenda. Um de seus filhos, Chan, o viu e foi chamar os outros dois que, ao chegar, taparam os olhos e o cobriram com um manto para esconder a nudez paterna e saíram de costas. Estes se salvaram e a toda a descendência de Chan foi amaldiçoada. O que Noé fazia nu na tenda, jamais saberemos, mas sem dúvida era algo da ordem de um gozo que filho algum poderia em tempo algum ver ou saber. Toda nudez do pai será castigada... no filho.

O pai que mata o filho é abordado por Lacan a partir do sacrifício de Isaac por seu pai Abraão comentado por Kierkegaard descrito em temor e tremor em que descreve quatro variações do mito que se diversificam a partir do

ponto em que Deus diz a Abraão: "sacrifica teu filho, mate-o". É na primeira que ele descreve a tentativa de filicídio.. Abraão agarrou Isaac pelo peito, jogou-o no chão e gritou: "Estúpido! Crês tu que sou um pai? Não, não sou teu pai. Sou um idólatra! Crês que estou obedecendo a um mandato divino? Não. Faço isso somente porque me dá vontade e porque me inunda de prazer!". Abraão aparece como o pai real que diria: "Vou te matar por puro gozo!". "Então Isaac exclamou angustiado: 'Deus de Abraão tende piedade de mim! Sê meu pai, já não tenho outro neste mundo!'. Abraão se dirigiu a Ele, dizendo: Senhor onipotente receba minha humilde ação de agradecimento, pois é mil vezes melhor que meu filho acredite que sou um monstro do que perca a fé em ti" (Kierkegaard, 2004, p. 22). O pai monstro, capaz de matar o filho nem que seja por amor a Deus, é o que é transmitido ao filho como seu pecado.

É a propósito dessa passagem de Kierkegaard que Lacan diz no Seminário XI que o que se herda é o pecado do pai. Isaac herda o crime do pai de ter desejado matá-lo. Eis a herança de Isaac e também a de Édipo. Diferentemente de Abraão, que no mito judaico-cristão recebe a ordem de Deus de matar o filho predileto como prova de seu amor, Laios ele mesmo decide matar seu filho Édipo para evitar que este o mate segundo a maldição oracular, fura-lhe então os pés e o entrega a um pastor para ser jogado no lixão do monte Citéron.

O Urvater de Totem e tabu, Noé com sua nudez, o Deus de Abraão, Yavé com sua ignorância feroz e Laios são figuras imaginarizadas e míticas do pai real.

Édipo carrega em seu nome e em seu corpo a marca do crime do pai. A ferida causada por seu pai ao furar-lhe os tornozelos para pendurá-lo como um animal e expô-lo e o edema que ocasionou foi o que lhe deu o apelido de Oidipous, de oiden, edema nos pés. O apelido virou nome próprio e a ferida deixou-lhe coxo. Seu pé carrega um saber (oida) sobre o crime do pai do qual Édipo não quis saber. A esfinge, como

aponta Jean-Pierre Vernant, enunciava o enigma dos pés e equivocava com seu nome: "tetrapous, dipois, tripou" disse ela para Óidipous que ao dizer o homem como resposta suprimiu, como diz Lacan, o suspense da verdade. A verdade sobre a castração e o gozo de laios – o pai real se manifesta em Édipo como aquele que determina a Até família dos Labdácidos do qual ele e sua descendência são herdeiros e também se manifesta como ignorância feroz: mandamento superegóico de não-saber. Eis porque para além do desejo de saber que o impulsiona a querer investigar sua origem, Édipo é possuído pela paixão da ignorância. Aliás, não será a força dessa paixão que faz Lacan dizer que finalmente não existe desejo de saber algum?

O que Édipo ignora é que seu nome é uma letra que cifra um gozo, o gozo do Outro paterno: o "x" da função do synthoma, ou seja, uma escrita do gozo do Inconsciente.

Óidipous, Pé Inchado é o signo do gozo do Pai que desejou matá-lo e do qual ele não quis saber; Óidipous, Pé-que-sabe é a letra que confere a marca do saber do real, saber do crime do pai da origem da Até dos Labdácidas - móvel do filicídio que faz de Édipo o objeto rejeitado pelo Outro – é o selo de seu ser de dejetos. Rejeitado pelos pais e, no final da peça de Sófocles, ao se apagar como sujeito, pelo Outro social, que representa Tebas. Óidipous não acredita em seu ser de synthoma, não acredita que ele seja capaz de um dizer, pois ele não quer saber que se trata aí de uma cifra do gozo. Eis porque erra em sua ignorância e fica escravizado pelo gozo do Pai, servo do destino. Édipo está preso à ignoerância.

O crime do pai real como gozo desmedido é transmitido como erro trágico que o filho carrega como óidipous com seu sintoma no pé.

Por um lado encontramos a herança da castração que se transmite de pai para filho: Lábdaco, o manco, Laio, o torto, e Édipo, pé inchado. Por outro lado, há a transmissão da maldição que Édipo herda como lote do gozo do pai inscrito em seu nome e seu corpo. Essa letra é o nome do gozo do pai real. O nome que condensa o gozo inscrito no enigma da Esfinge que Óidipous não ouviu.

O tempo da análise é o tempo de laiusar: tempo de laio-ousar – tempo de ter a ousadia de se confrontar com o crime e o gozo desmedido e ectópico do sujeito, que ele localiza no lugar do vazio do Outro – lugar topológico da desmedida do Pai real. É preciso tempo de peroração para o sujeito gastá-lo o suficiente para que se revele o que é: um nada esvaziado de gozo. O tempo de laiusar é o tempo de olhar para os pés, ouvir os pés e pensar com os pés.

Temps, pas logique

Colette Soler

L'essentiel de ce qui a été élaboré par Lacan concernant le temps de l'analyse l'a été dans le cadre de son retour à Freud, pour une analyse telle que Freud l'a initiée, c'est-

à-dire une analyse orientée vers la vérité, la vérité qui parle dans la structure de langage par la bouche de l'analysant mais aussi par les symptômes de son corps. Temps de la chaîne qui assure le retour du refoulé en surprise, tendu entre anticipation et rétroaction, temps du futur antérieur du sujet que commandent les points de capiton de son discours et qui, dans l'après-coup, lui feront retrouver les marques des premières contingences de sa vie.

La perspective que j'ai choisie pour ce Rendez-vous sur le temps de la psychanalyse est fonction de ce que j'ai travaillé ces dernières années. C'est la suivante : comment le réel en jeu dans une analyse, le réel vers lequel elle s'oriente pour trouver sa fin, jette-t-il un jour nouveau sur le temps du transfert aussi bien que sur celui de la séance.

Je pose en effet la question de savoir si la séance courte lacanienne et la durée qu'il faut pour l'analyse ne relèveraient pas d'une même causalité, alors même que dans les faits la durée de l'analyse, régulièrement longue, semble indépendante de celle des séances qui varie de beaucoup selon les courants.

La visée du réel, c'est ce qui a amené Lacan à sortir de la perspective structurale de son retour à Freud, à récuser une à une les métaphores de ses débuts, celle du père, du symptôme et du sujet, à passer du signifiant au signe et à la lettre, du langage à la langue, et à récuser parallèlement le modèle scientifique de la psychanalyse comme condition de transmission. Cette problématique est explicite à partir du séminaire *Encore*.

C'est pour autant que la psychanalyse, comme pratique de parole, mobilise l'imaginaire et le symbolique, soit le champ des semblants, que le réel y fait question et que l'on peut se demander comme Lacan l'a formulé à la fin, si ce n'est pas un délire à deux. La question est évidemment capitale.

Conclusions par le réel

Le réel qui pourrait se faire jour dans la parole et mettre un terme à la dérive infinie aussi bien du déchiffrement que du sens, Lacan en a avancé trois élaborations qui engagent trois définitions de la passe finale et non pas une seule.

Les deux premières sont pensées par rapport aux « négativités » de la structure. Ce terme est une façon de désigner ce que la structure de langage rend impossible. Ces butées-là sont dès lors trans-structurales et programment des limites inévitables de l'élaboration analytique qui valent pour du réel dans le symbolique.

La première, dont il situe le point de clôture du processus analytique dans la « Proposition de 1967 sur le psychanalyste de l'École », c'est la passe à l'objet, la plus commentée. Elle sanctionne l'incompatibilité de la parole et de l'objet cause du désir, lequel, pour être cause et s'incarner en quatre « substances épisodiques³² » orale, anale, scopique et invocante, n'en est pas moins... impossible à dire. C'est en ce sens que la passe à l'objet pouvait être mise au compte du réel, et pendant tout un temps Lacan a d'ailleurs situé son objet *a* comme réel. Voilà une limite qui peut faire mauvaise surprise dans une pratique où le transfert, au-delà des espoirs thérapeutiques, vous a fait miroiter la perspective du savoir. Autrement dit, impuissance de la vérité qui ne conclut jamais mais qui s'obstine : on la refoule, elle revient, on la bâillonne, elle parle ailleurs, on lui de-

³² LACAN, J. « Note italienne », *Autres écrits*, Paris, Seuil, 2001, p. 309

mande le mot de la fin, elle mi-dit. Cependant son insistance réitérée ouvre un aperçu sur la présence de la cause innombrable qui l'anime. Lacan n'en faisait pas encore un savoir de l'impossible, au contraire : « savoir vain d'un être qui se dérobe³³ », c'était son verdict en 1967.

La deuxième avancée vers le réel fait un pas de plus en convoquant l'impossible à écrire. Cela annonce une passe et une conclusion de fin par démonstration logique de l'impossible, le postulat étant que *via* le dire analytique quelque chose s'écrit, cesse de ne pas s'écrire. C'est la définition de la contingence. L'expression marque que l'analyse n'explore pas seulement, comme on le croit parfois, du déjà là, mais produit de l'inédit, qui s'écrit enfin.

Qu'est-ce donc ? Il y a beaucoup de formules, je n'en retiens qu'une qui les condense toutes : ce qui cesse de ne pas s'écrire, c'est le Un, sous toutes ses formes : Un de l'Un dire du parlêtre, Un de la jouissance phallique, c'est-à-dire châtrée, « qui du sujet fait fonction³⁴ », et même Un de l'objet.

Le « y a d'UN », de l'UN et rien d'autre, qui est d'ailleurs équivalent à « y a la castration », c'est ce qu'écrit une analyse. Elle n'a pas d'autre produit. Cette contingence qui fait trace insistante du Un démontre indirectement l'impossible d'écrire le deux qui serait du sexe, le deux qu'il n'y a pas, qui « ne cesse pas de ne pas s'écrire » aussi « inaccessible » que le 2 de la série des nombres entiers, celui du « y a pas de rapport sexuel ». Tel est le réel « propre » au chiffrage de l'inconscient. Sa démonstration ne se fait pas sur le papier mais dans la cure. Démonstration spéciale par insistance du Un, et qui dure jusqu'à ce que ce Un réitéré vaille pour la démonstration du deux impossible. Je pourrais dire que c'est une passe au Un et rien d'autre, pour reprendre l'expression de Lacan, ou aussi une passe « au pas de deux », avec l'équivoque de l'expression.

³³ LACAN, J. « Note italienne », *Autres écrits*, op. cit., p. 254

³⁴ LACAN, J. « ...Ou pire », *Autres écrits*, op. cit., p. 551.

Et puis troisièmement, il y a l'inconscient réel qui est autre chose, qui ne se démontre pas au terme d'un long processus, mais qui se manifeste, qui s'impose. Il a son gîte dans la lalangue, et ne relève pas de l'approche structurale qui le précède dans l'enseignement de Lacan. On le rencontre hors analyse dans toutes les formations langagières de l'inconscient mais sans savoir qu'il est réel. C'est dans l'analyse, et dans l'analyse seulement, avec des effets qui sont d'affects, que ces épiphanies langagières sont réduites, au-delà du travail de transfert, à l'absurde du hors sens.

Cet inconscient, qui manifeste combien le langage travaille tout seul, sans sujet, est doublement réel : ses Uns sont hors chaîne donc hors sens, et ils sont passés dans le champ de la substance jouissante. Il est irréductible et imprenable, les effets de la lalangue dépassant, comme dit Lacan, tout ce que le sujet peut en savoir. L'inconscient-lalangue est impossible à savoir, il ex-siste à l'inconscient-langage qui est l'inconscient situé « de son déchiffrage³⁵ », lequel isole certes un essaim de uns, mais toujours à titre hypothétique et partiel, « élucubration » dit Lacan.

Dans les trois cas, nous avons un principe de conclusion par un réel. Celui de l'impossible à dire pour la passe à l'objet, celui de l'impossible à écrire pour la passe au réel « propre » à l'inconscient, celui du hors sens pour la passe au réel tout court.

L'autre variable

Alors faut-il dire que dans les trois cas, le temps qu'il faut pour mener une analyse à son terme et que l'on trouve si long, est un temps épistémique d'accès à la conclusion par le réel ? Sûrement pas. Et dès 1949 avec la notion du « temps pour comprendre », inanticipable car il ne se réduit jamais à la seule intellection, Lacan avait marqué la place de ce que j'appelle aujourd'hui la variable non logique. Elle est parfaitement évidente quand il s'agit de l'inconscient réel. Je crois avoir montré à propos de la pre-

³⁵ LACAN, J. *Le Séminaire Livre XX, Encore*, Paris, Seuil, 1975, p. 127.

mière phrase du texte « L'introduction à l'édition anglaise du *Séminaire XI* » que le lapsus ramené à son hors sens donne un modèle réduit de la passe au réel se répétant dans une analyse comme sortie du transfert. Mais, sans même parler du symptôme, combien de lapsus ramenés au réel ne faudra-t-il pas pour arriver à conclure à l'inconscient réel ?

C'est que dans tous les cas, une autre variable non épistémique est en jeu. C'est d'ailleurs pourquoi les voies d'une conclusion en acte ne sont jamais seulement celles des nécessités de la déduction logique. Merci à Gödel sur ce point, et à Lacan qui, mettant les points sur les *i* à la fin de son École, disait que chacun ne conclut jamais que « selon son désir ». Et voilà un des noms de la variable qui décomplete assez la logique pour que la conclusion qui solutionnerait la plainte de l'impuissance soit un saut. Autrement dit, la conclusion de fin à partir de la conclusion épistémique n'est jamais que possible.

Dit autrement, ce n'est pas l'absence d'un principe de conclusion qui fait l'analyse longue, c'est que dans tous les cas le principe de conclusion est insupportable. De l'aperçu sur le bâti du fantasme, en éclair ou pas, à la conclusion d'impossibilité du rapport, jusqu'à l'inconscient réel de la langue, comme savoir insu, le savoir acquis est le savoir d'un impossible, synonyme de castration. Il bute dès lors sur un refus, un « je n'en veux rien savoir » qui protège de « l'horreur du savoir ».

« Faut le temps de se faire à être », disait Lacan dans « Radiophonie ». Dans le contexte, cela voulait dire : à être l'objet qui est en exclusion interne au sujet. Le « se faire » connote la patience à supporter, à accepter le réel que l'élaboration de l'inconscient a fait apparaître.

Un index de cette variable non logique, de ce seulement possible de la fin, je le trouve aussi chez les sujets dont j'ai eu l'occasion de parler récemment, qui venus à bout de la relation au savoir qu'est le transfert, s'allègent de leur propre « horreur de savoir », en la convertissant en haine, aussi bien haine de l'analyse que

de ses suppôts, Freud, Lacan, et bien sûr celui ou celle qui les a accompagnés dans le parcours. Il y a bien d'autres index de la variable non logique dont Lacan a toujours marqué la place, et qu'il a inscrite avec le mot « éthique ».

Autant dire qu'avec cette variable non logique, on ne peut pas prévoir le temps qu'il faudra à l'analyse. « On » ce n'est pas l'analyste seulement, c'est aussi bien le sujet lui-même. Et combien de fois n'aura-t-on pas constaté avec surprise que l'analysant décidé des débuts se retrouve le plus récalcitrant à la fin ? L'inverse est aussi vrai, et on voit le sceptique d'entrée devenir le très décidé de la fin.

Le principe épistémique de la fin par le réel est requis pour clore une analyse mais qu'il soit requis ne le rend pas suffisant : s'y ajoute une réponse de l'être qui ne relève pas de la logique. On est là dans le champ du deuil transférentiel, de ce deuil dont Lacan a explicitement indiqué, et dans la « Proposition sur la psychanalyse de l'École » et dans « L'étourdit », qu'il suivait le moment de passe au réel, en repoussant au-delà le terme de l'analyse. Cette réponse de l'être, qui introduit la marge de liberté sans laquelle chacun ne serait que la marionnette de son inconscient, est non seulement imprévisible, je l'ai dit, mais informulable en énoncé, et dès lors elle ne se laisse approcher que par des signes.

L'affect comme signe

Ces signes, Lacan a fini par les situer du côté de l'affect et... il lui a fallu le temps.

C'est la thèse de la « Note italienne » et de l'« Introduction au *Séminaire XI* » que j'évoquais. Il y a AE, dit le premier texte, quand le sujet analysé est passé de l'horreur à l'enthousiasme. Il y a d'autres cas de figure en fin de parcours, de l'horreur à la haine par exemple. L'histoire de la psychanalyse, des élèves de Freud et de Lacan notamment, le montre d'abondance. Il y a encore d'autres alternatives, la plus fréquente étant de l'horreur à l'oubli, car l'éclair de l'éveil, quand il a lieu, fait généralement long feu. C'est

d'ailleurs ce qui justifie la fonction d'une École.

En 1976, infléchissant un peu les termes, Lacan proposait d'évaluer dans la passe non pas l'enthousiasme mais la « satisfaction » de fin qui surgit éventuellement quand tombe la satisfaction prise à la vérité menteuse. C'est un changement de goût au fond, une satisfaction qui, tenant compte du hors sens de l'inconscient réel, vient limiter le goût pour les mirages de la vérité, et il précise bien que l'on n'est jamais sûr de pouvoir la fournir, la nouvelle satisfaction. Elle n'est que possible, donc.

Autant dire qu'avec ce principe d'évaluation qui porte non pas sur l'effet didactique mais sur une réponse de l'être à l'effet didactique de l'analyse, on est très loin de l'idée que toute analyse menée à son point de finitude produise un analyste, entendez un analyste, je ne dirai pas qui se plaise au réel, mais qui s'en oriente. Aucun automatisme ni de l'enthousiasme, ni de la satisfaction de fin. Autrement dit, au-delà de celui que l'on appelle prudemment le clinicien, la variable non logique rend l'analyste seulement possible.

Question ici. Il faut mesurer le changement de perspective que Lacan a introduit là avec une double dévalorisation : de la vérité au profit du réel, de la structure logique au profit de la position de l'être. Elle ne peut pas être sans conséquences pratiques.

C'est la variable non logique qui amène à cette dévalorisation. C'est elle qui fait apercevoir que l'analysant travailleur est un analysant qui se plaint à la vérité inconclusive, à son hystorisation avec un y, et c'est un euphémisme : il faudrait dire clairement que s'hystoriser et jouir de son fantasme, c'est la même chose ; ce pourquoi Lacan peut dire que l'analysant consomme de la jouissance phallique et que l'analyste se fait consommer.

Dès lors l'amour de la vérité apparaît pour ce qu'il est : symptomatique, et on sait que le foisonnement de bavardage, le dire des bêtises à profusion, s'entretient de la satisfaction prélevée qui ajourne le moment de conclure.

D'où la question des moyens que se donne une analyse orientée vers le réel et de la responsabilité de l'analyste dans cette destitution de la vérité.

La séance propice au réel

Je retrouve là le problème de la séance lacanienne et aussi de l'interprétation. De la séance courte j'en ai déjà parlé dans le texte « Une pratique sans bavardage ». J'en dirai aujourd'hui qu'elle cible le réel que vise l'analyse lacanienne.

La question n'est pas d'objecter à Lacan que l'inconscient demande du temps pour se dire, il est le premier à l'avoir décliné sous toutes les formes, la question est de savoir si le battement ouverture-fermeture de l'inconscient qui se produit dans le transfert est isomorphe à l'alternance séance-hors séance, autrement dit à la présence de l'analyste. Toute l'expérience montre que non.

Et d'abord celle-ci, très banale, de l'analysant qui arrive tout animé à sa séance qui, comme il dit, a parlé toute la journée et toute la nuit à son analyste et qui, de seulement passer le seuil, voit s'effondrer toute son élucubration et, ou bien reste coi, ou bien s'entend émettre des propos tout à fait inattendus. À l'inverse, une séance vide débouche aussi bien, passée la porte, sur une évidence nouvelle et assurée. Temps de l'inconscient et temps de la séance quelle que soit sa durée ne sont pas superposables.

Lacan a fait fonctionner l'interruption, la coupure du temps, comme une interprétation. Interprétation de ce qui habite la vérité que le sujet articule, un doigt pointé donc vers le réel, ce réel qui leste l'hystorisation du sujet dans l'analyse. L'analysante disant que la séance courte c'était comme un coût interrompu ne pensait pas si bien dire.

Mais en fait, je crois que ce qui compte dans une séance, quelle que soit sa durée, c'est sa fin, comme pour l'analyse d'ailleurs. Il y a les fins de séance qui concluent en dégageant un point de capiton, qui généralement satisfait ; les fins qui questionnent en soulignant un terme qui relance la question transférentielle, et puis les fins de séances que j'ai appelées

fins suspensives qui coupent la chaîne pour viser le suspens du sens. La séance courte lacanienne quasi ponctuelle y rajoute de faire passer en acte le rasoir de la coupure entre l'espace des dits, des semblants et la présence réelle.

Les deux premières, conclusives ou questionnantes, sont des pousse-à-l'historisation de la vérité. Les deux secondes, suspensives, sont plutôt des pousse-au réel. Elles ont des affinités avec l'interprétation apophantique qui, comme l'oracle, « ni ne révèle, ni ne cache, mais fait signe³⁶ ». Signe de ce qui ex-siste à l'historisation du sujet. Dans « La direction de la cure... » Lacan avait avancé l'idée d'une interprétation silencieuse, doigt pointé vers le signifiant du manque dans l'Autre, au terme c'est le doigt pointé vers le réel qui vient à cette place.

L'historisation se fait par les temps dit d'ouverture de l'inconscient dans lesquels la vérité se déplie dans la structure de langage ; le thème est connu et a fait déplorer les temps de fermeture. Mais le réel quelle que soit sa définition, se manifeste en temps de fermeture de l'inconscient, voire de rejet de l'inconscient bavant. *Sicut palea*. L'inconscient réel notamment est un inconscient fermé, fermé sur ses Uns de jouissance.

Maintenant, entre la vérité et le réel il n'y a pas à choisir dans l'analyse. Pas d'analyse sans historisation du sujet. Dans la diachronie, le réel est au terme du processus, aussi bien celui de la séance que de l'analyse, où il fonctionne comme limite, donc point d'arrêt de la vérité menteuse. Dans la synchronie réel et vérité sont, disons, noués ; ce qui exclut que de la vérité, malgré toute la dévalorisation que l'on y apporte, on en sorte complètement. L'inconscient réel « tripote » avec la vérité. C'est si vrai qu'au moment même où Lacan affirme l'inconscient réel, il réitère l'idée que la passe consiste à témoigner de la vérité menteuse. Ça permet de préciser la satisfaction de fin. Elle est moins satisfaction du réel que satisfaction de la façon, acquise à l'usage d'un particulier, de « balancer »

³⁶ LACAN, J. « Introduction à l'édition allemande des *Écrits* », in *Autres écrits*, op. cit., p. 558

cette embrouille entre vérité et réel. À l'usage veut dire peu à peu, avec le temps. L'usage ce n'est pas à l'usure, si c'était à l'usure ce serait pour tous. Le temps de l'analyse c'est le temps d'acquisition de cette satisfaction-là. Imprévisible. Elle ne s'acquiert pas sans des passes au réel réitérées au cours de l'analyse, que la séance courte est faite pour servir.

La séance courte, et c'est le point capital, n'empêche nullement, comme certains le disent, la déclinaison bribe par bribe des éléments de l'inconscient. Bribe par bribe : c'est l'effet des scansion. Ces effets sont à certains égards incalculables, mais les éléments qui s'en déposent et que la scansion permet d'extraire, sont eux, limités et objectivables. Que sont ces éléments de l'inconscient que nous cherchons à extraire dans le flux de la parole analysante — car la parole est un flux et pas seulement dans l'analyse ? Ils sont en nombre limité et de deux types, sans compter le silence. Ou bien ce sont des unités sémantiques (phrases ou séquences de phrases qui bouclent leurs significations sur un point de capiton), et nous obtenons alors ce que je vais appeler une unité conclusive sur une part de ce qui s'est dit dans le flot de la parole. Ou bien nous isolons des unités asémantiques, par coupure, soit que nous extrayons un signifiant de son contexte, soit que nous interrompions la chaîne avant son point de chute final (pratique fréquente chez Lacan). Alors nous obtenons une unité non pas conclusive, mais plutôt asémantique que je vais appeler unité suspensive. Quelle que soit la durée d'une séance, son point d'arrêt est, ou bien un arrêt conclusif, si petit soit-il, ou bien un arrêt suspensif. Sur ce point, et sur ce point seulement, je fais remarquer que séances courtes ou longues sont à égalité. Au bout d'une minute ou de trente ou de quarante, pas d'autre choix : c'est ou l'unité conclusive, ou l'unité suspensive. Et si c'est le silence, il est lui-même suspensif.

Je conclus donc que ce qui fait la différence, et il y en a une évidemment, ce n'est pas la capacité de l'une ou de l'autre à élaborer l'inconscient.

Les deux le font, c'est la moindre des choses... Sorti de là, on n'est plus dans la psychanalyse mais dans le grand champ psy avec lequel elle ne se confond pas.

Dire des bêtises, sans valeur de communication, consiste à dire des paroles jouissantes.

Le temps: un objet logique

Bernard Nominé

Le temps est un concept difficile à saisir, tant pour les physiciens que pour les philosophes. On ne peut s'empêcher de l'imaginer comme un fleuve qui coule du passé vers le futur. Mais est-on

si sûr que le temps passe réellement, n'est-ce pas nous qui l'imaginons passer alors que c'est nous qui passons ? « *Le temps s'en va, le temps s'en va Madame, las ! Le temps non, mais nous nous en allons...* » écrivait le poète Ronsard.

Le temps est indissociable de l'espace, les distances sont couramment mesurées en temps nécessaire pour les parcourir, par exemple. Mais le temps est lui-même considéré par les physiciens comme un espace, on parle alors de l'espace-temps et tous ne sont pas d'accord sur sa structure ; est-il plat ou courbe, continu ou discontinu ? Pour certains physiciens, l'espace-temps est un bloc rigide qui n'est nullement orienté a priori, si ce n'est par nous, dans la mesure où nous organisons la suite des événements selon un principe qui est celui de la causalité. Mais c'est une construction mentale et nous savons même, depuis Freud, que l'inconscient est capable de fabriquer une *causalité psychique* qui paraît fonctionner à rebours du temps qui passe. Le temps qui passe n'est donc pas un réel en soi, seul le *présent* est réel. On pourrait très bien définir le réel comme présent, toujours éternellement présent. Par contre comment fixer ce réel toujours présent ? En écrivant, c'est à dire en historiant, en l'ordonnant en *passé*. A ce titre le *passé* est du côté du symbolique. Resterait alors l'imaginaire pour le *futur*, ce qui collerait assez bien. La perception du cours du temps dépend donc de la conscience qui doit pouvoir intégrer ce qui est *présent*, le relier au *passé* et le distinguer de ce qui se projette du *futur*.

C'est sans doute ce nœud qui installe le sujet dans une réalité temporelle intelligible. Mais le nouage de ces trois registres laisse malgré tout échapper l'objet que je cherche à cerner dans ce travail. « *Le temps ce n'est peut-être que ça, les trinités ou l'éternité de l'espace, ce qui sort là d'un coïncement sans remède.* »³⁷

Cet objet qui échappe au coïncement, je vais essayer de l'approcher par l'étude de ce genre de rêve répétitif que tout le monde fait, où l'on doit repasser un examen que l'on a réussi. Dans le rêve, on se permet la fantaisie de remonter le cours du temps, on rêve donc que l'on est dans l'époque d'avant le passage de l'examen, on s'y représente mais sans avoir rien préparé. Cela peut tourner au cauchemar et on est content de se réveiller en constatant que ce n'était qu'un rêve. Ce que l'on rêve de repasser, c'est toujours une étape décisive qui a marqué un avant et un après et que l'on s'est efforcé de passer avec succès. On rêve rarement de repasser un examen que l'on a raté. Souvent le rêveur sait dans le rêve qu'il a déjà passé cette épreuve avec succès ; pourquoi donc la repasser ? Le thème du reproche est toujours là et selon Freud il s'applique à quelque chose de la veille, une conduite régressive par exemple. « *Tu es déjà âgé, tu as beaucoup vécu et tu fais encore des bêtises, des enfantillages.* »

On pourrait aussi évoquer ce genre de rêve où l'on retourne dans une ancienne maison après un déménagement mais on y retourne comme un voleur, car on sait que l'on ne devrait plus être là. Cette atmosphère d'illégalité va bien dans le sens de l'interprétation freudienne du reproche. Mais je pense qu'on peut aller plus loin que Freud sur ce sujet. Le caractère répétitif de ce genre de rêve est l'indice d'un effort du sujet pour

³⁷ LACAN, J. « Les non-dupes errent », *Séminaire non publié, leçon du 11 décembre 73.*

symboliser un événement important qui est un moment de passage : un examen, un déménagement, la disparition d'un proche. Si l'épreuve se répète dans le rêve, c'est que quelque chose échappe à cette symbolisation, c'est que quelque chose n'est pas pris dans la représentation de l'événement. Il ne s'agit pas de l'événement en soi car, encore une fois, un examen réussi n'a aucune raison d'être difficile à symboliser. Alors, pourquoi faire comme si cet événement heureux n'avait pas existé ? En général, si l'on interroge le rêveur, il nous dit que dans son rêve, il doit repasser l'examen et fait comme s'il ne l'avait pas passé tout en sachant confusément que c'est faux. Ce n'est donc pas la nature de l'événement qui pose problème mais sa structure même d'événement, c'est à dire une étape signifiante qui trace une frontière entre un avant et un après. Le reproche que le sujet se fait, c'est peut-être, avant tout, le reproche de vouloir nier le franchissement, de vouloir revenir dans l'avant alors qu'il est déjà dans l'après. Mais au-delà du caractère illicite de ce voyage dans le temps que permet le rêve, la répétition de ce genre de rêve nous suggère que le sujet ne renonce pas à saisir dans cette symbolisation quelque chose d'évanescence, quelque chose d'insaisissable qui se découpe sur la frontière entre l'avant et l'après.

Si les heures de l'horloge défilent de façon rigoureusement constante, on ne peut pas dire que, pour un sujet donné, le temps passe de façon continue. La notion même d'événement en témoigne. Mais ce qui fait événement pour l'un ne fera pas forcément événement pour son voisin. Cette temporalité dont il est question dans l'événement n'a donc rien à voir avec le temps qui passe, ni avec le temps de l'Histoire, cette temporalité concerne le sujet. Elle est en rapport étroit avec le sujet, au point qu'on pourrait dire qu'elle participe aux attributs du sujet, au sens grammatical du terme, car ces événements sur lequel le sujet s'efforce de revenir dans ses rêves sont des moments qui ont déterminé ce que le sujet a été, ce qu'il est devenu, ce qu'il

aura été quand...ce qu'il aurait pu être si...bref, il s'agit d'essayer de symboliser, de serrer au plus près ce moment, ce laps de temps, cet instant où tout s'est précipité pour faire que le sujet est devenu ce qu'il est.

Ce n'est pas pour rien que Lacan a utilisé l'apologue des trois prisonniers pour cerner ce qu'il a appelé *le temps logique*, cet instant de hâte nécessaire pour que le sujet puisse se présenter tel qu'il est et sortir de la prison de ses identifications aliénantes. Ce temps logique est propre à chacun, il fait partie de ses attributs, il participe de son mode d'être, même s'il n'en a lui-même aucune espèce d'idée. C'est ce qui me fait dire que ce temps logique fait partie de la catégorie de l'objet tel que Lacan en a dessiné le contour et c'est d'ailleurs ce qu'il finira par dire dans les commentaires de son apologue qu'il fera bien plus tard dans son enseignement, que ce soit dans son séminaire *Encore* où il nous dit que l'objet *a* joue sa fonction dans la hâte³⁸ ou que ce soit dans *Les non-dupes errent*, quand il dit carrément que « *l'objet a est lié à cette dimension du temps*³⁹ ». Autrement dit, cet objet que le rêveur essaye d'attraper dans son rêve répétitif qui paraît se résumer en première lecture à une recherche du bon temps perdu, en réalité cet objet est inatteignable parce qu'il n'a pas d'être, d'où la répétition inlassable pour essayer de l'approcher.

Le temps, comme objet réel, n'a pas d'être, c'est ce qui lui confère sa fonction la plus commune pour représenter notre manque à être. C'est ce que disait déjà Plotin dans l'Antiquité grecque : le futur est le lieu où nous situons ce qui nous manque pour être. Si nous courons vers le futur c'est dans l'idée d'y trouver plus d'être. Autrement dit, le temps qui nous manque pour être, ce après quoi nous courons, n'est rien d'autre que notre manque à être structural.

³⁸ LACAN, J. *Le séminaire livre XX, Encore*. Dans l'enregistrement audio de la séance du 16 janvier 1973 que m'a fait écouter Patrick Valas, on entend très clairement ceci : « *La fonction de la hâte, c'est la fonction de ce petit a, petit a-t (hâte)* ».

³⁹ LACAN, J. « Les non-dupes errent », séminaire non publié, leçon du 9 avril 1974.

Je pourrais rajouter que cet objet auquel nous confions de représenter notre manque à être, et qui se situe en quelque sorte en marge du langage, n'en est pas moins un produit. Le temps est produit par le sujet qui parle. Ceci n'est pas sans rapport avec la langue qui conjugue. Depuis les Grecs et les Latins, nous distinguons le passé le présent et le futur. « *Le seul fait de conjuguer suffirait à prouver que le temps existe.*⁴⁰ » Mais certaines langues ne conjuguent pas, c'est le cas du chinois dont les verbes ne prennent pas la désinence. Il s'en suit – à en croire François Jullien – qu'il n'y a pas de concept du temps dans la pensée chinoise. La sagesse chinoise s'intéresse plus au moment qu'au temps en lui-même. Bref, si la philosophie occidentale s'efforce, jusqu'à l'obstination parfois, de conceptualiser ce produit du langage, ce n'est pas pour rien.

Pour résumer, au point où nous en sommes, j'ai essayé de montrer en quoi le temps est un réel qui personnalise chacun, il est un attribut du sujet, particulièrement convoqué dans son acte en tant qu'il fait événement voire avènement, il est insaisissable bien qu'imaginable sous les espèces du temps qui passe, du temps qui manque, du temps perdu, bref, du manque à être et il est un produit du langage. Que faut-il rajouter de plus pour nous convaincre qu'il fait partie de la catégorie de l'objet *a*? Il faudrait pouvoir dégager sa fonction dans l'aliénation à l'Autre puisque c'est là que l'on peut saisir au mieux la fonction de l'objet *a* de Lacan comme reste de l'opération qui tente d'inscrire la jouissance du vivant dans l'Autre du signifiant.

Dans son séminaire *l'Angoisse*, Lacan ébauche cinq stades pour cette inscription et il les met en relation sur une sorte de graphe à trois niveaux. Il me faut donc voir comment inscrire le temps dans cette construction, étant bien entendu que je ne compte pas rajouter un sixième stade. Il suffit de relire la leçon du 19 juin 1963 pour s'apercevoir que ce

qui permet à Lacan de mettre en relation ces cinq présentations de l'objet *a*, c'est la fonction du temps articulée au langage puisque ce schématisme est celui du graphe. C'est un parcours fléché, et cette flèche, on pourrait la nommer *flèche du temps*. Mais ce parcours fléché n'est pas rectiligne, la flèche monte, comme s'il s'agissait d'une progression du stade oral, au stade anal pour arriver au stade phallique et là, la flèche s'inverse comme s'il s'agissait d'une régression vers le niveau inférieur où Lacan inscrit la fonction du regard, au même niveau que le stade anal, puis vers le niveau encore inférieur où il situe la fonction de la voix qui se retrouve au même niveau que le stade oral. Cette construction de Lacan m'a toujours paru très importante. Elle articule demande, désir et plus de jouir et il faut ces trois registres pour saisir la fonction logique de l'objet *a*. Sur la branche montante de ce parcours, on peut situer le temps de l'aliénation qui se décline à deux niveaux, le niveau oral et le niveau anal. Au niveau oral, le nourrisson totalement dépendant doit s'adapter à l'exigence de la demande de l'Autre qui impose ses scansion dans la satisfaction du besoin. C'est là que l'Autre se montre comme le maître du temps : « mon heure sera la tienne ». Ceci se renforce au niveau anal où l'Autre impose encore plus clairement son heure pour la satisfaction des besoins. A ceci près qu'à ce niveau le sujet est un peu plus en mesure de s'y opposer puisqu'il peut se retenir, ce qui lui permet d'inverser le processus et de prétendre imposer à l'Autre son heure en se faisant attendre. Nous sommes là dans le temps de l'aliénation et je crois qu'on peut l'assimiler à *l'instant de voir* du *sophisme des trois prisonniers* puisque c'est la même logique qui y prévaut : le sujet y mesure ce que son identité doit à l'Autre. Le troisième niveau, où Lacan inscrit le stade phallique, c'est le temps où le sujet peut saisir le sens de son aliénation, l'objet oral et l'objet anal répondant à la demande de l'Autre y sont mesurés à l'étalon de l'objet du désir de l'Autre, c'est-à-dire au phallus.

⁴⁰ JULLIEN, F. *Du « temps »*, Paris, Grasset, 2001, p. 30.

Ce qui s'opère à ce stade phallique, c'est donc une traduction, c'est pourquoi je pense qu'on peut y situer *le temps pour comprendre*, mais cette signification ne peut intervenir qu'à un certain moment, c'est toute la question de la phase phallique décrite par Freud, elle opère dans l'après-coup. Il faut du temps pour comprendre. Mais quand le sujet comprend, il adopte le sens venu de l'Autre et, d'une certaine façon, il est déjà trop tard, il a raté la rencontre avec ce qui le cause, ce qui laisse à désirer, du fait d'un petit rien qui rend les objets de la demande inadéquats au désir de l'Autre. C'est dans cet écart que l'objet *a* trouve sa fonction et c'est là aussi que le sujet trouve sa place du fait de l'impossibilité de faire Un avec l'Autre. Nous entrons là dans une autre temporalité, il ne s'agit plus du temps pour comprendre mais de la hâte à poser l'acte qui sépare, l'acte qui change la perspective, l'acte qui s'impose du fait de la logique de l'objet plus de jouir opérant en un éclair, qu'il s'agisse du regard ou de la voix. Nous sommes là sur la branche descendante du parcours fléchi qui enlace le regard et la voix, deux objets qui sont l'enjeu de la séparation qui suit le temps de l'aliénation. C'est là qu'il faut situer la fonction de la hâte, et cette fonction de la hâte, c'est l'affaire de cet objet *a*, objet *hâté* spécialement sous son aspect de regard ou de voix, rarement vu, rarement entendu si ce n'est de façon extrêmement fugace. Le temps n'est plus du tout le temps de l'Autre, c'est le temps du sujet, le temps comme trait caractéristique du sujet, le temps qui le spécifie et le fait exister, disons même qui le cause. Le regard et la voix seraient alors à considérer comme présentifications de la temporalité du sujet, temporalité particulièrement démontrée dans certains actes créatifs comme dans le geste du peintre par exemple. Lacan repère ainsi dans la touche du peintre *la temporalité originale*⁴¹ qui caractérise sa relation à l'Autre à qui il donne à voir. Mais cette temporalité

originale est aussi ce qui doit émerger à la fin de la cure analytique. Ce n'est pas pour rien que Lacan a inventé ce dispositif qu'il a nommé la passe. Celui qui s'y présente n'y rencontre pas un aîné qui est passé mais un passeur pour qui est présent ce moment particulier de l'analyse qui lui permet d'ouvrir les yeux et les oreilles. « D'où pourrait donc être attendu un témoignage juste sur celui qui franchit cette passe, sinon d'un autre qui, comme lui, *l'est encore*, cette passe? ⁴² » C'est une formulation curieuse. Lacan ne dit pas que le passeur est dans la passe, mais qu'il *l'est*. Ce n'est pas un espace dans lequel on peut être, c'est un pur moment et le sujet est assimilé à ce moment. Comment comprendre cette formulation si ce n'est en considérant que la passe est assimilable à la rencontre du sujet avec sa temporalité originale, c'est-à-dire avec l'objet logique qui le cause ?

A bien y réfléchir, c'est quelque chose qui s'éprouve dans tout ce qui a la qualité d'un acte. Le sujet y coïncide avec sa temporalité originale, ce qui leur donne – au sujet comme à ce moment – une densité toute particulière. C'est à ce genre de rendez-vous, pas si fréquent dans la vie, que peut conduire une analyse. Mais pour cela il faut du temps. En ce sens, l'expérience de l'analyse se situe en marge de l'air du temps, elle ne se préoccupe pas du temps qui passe, du temps perdu, du temps gagné, qui sont autant de façons de concevoir, de donner forme au manque à être. Cependant Lacan nous a montré que cette pratique est fondée sur le maniement du temps comme opérateur logique.

Voilà pourquoi une analyse peut conduire l'analysant à faire le deuil du temps perdu, à ne pas s'obnubiler sur le temps qui passe mais à savoir saisir le moment où il peut se réaliser.

⁴¹ LACAN, J. *Le Séminaire, Livre XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Paris, Seuil, 1973, pp.104/105.

⁴² LACAN, J. « Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'école », *Autres écrits*, Paris, Seuil, 2001, p.255.

Tempo e Entropia

Sonia Alberti

“Não existe tempo no mundo não transformado, não medido, não analisado”.
Dr. João Luiz Kohl Moreira, físico.

Começo com a psicanálise em seu tempo para o que isolo nosso tempo em relação à ciência, uma das muitas referências nesse amplo tema. Para introduzir diretamente a questão, digamos que na época da criação da psicanálise com Freud o campo da física vivia um grande reboiço! Com efeito, em 1905, quando Freud publicava a primeira versão de seus “Três ensaios da sexualidade”, Einstein formulava a teoria da relatividade! E qualquer um de nós sabe o quanto aqueles Ensaios e essa teoria significaram para todo novo tempo então inaugurado!

A entropia, a neguentropia e a informação.

O termo de entropia – referido por Freud em 1920 para articular a pulsão de morte, como sabem – foi lançado no campo da física em 1862, por Clausius. Num sistema, se ele não está recebendo nada de fora, como diria Boltzmann (1844-1906), a energia vai se discipando e a entropia vai crescendo. Naquele tempo, o alcance da operacionalidade do conceito não foi bem medido porque seriam precisas – para além da teoria da relatividade – várias outras contribuições que se acrescentaram à sua primeira formulação. Note-se que Lacan acompanhava os desenvolvimentos do conceito, o que se verifica nas referências que a eles fez ao longo de seu ensino mesmo se estas não foram muitas, de acordo com as minhas pesquisas. Sublinho particularmente a seguinte, encontrada em seu *Seminário 17, O avesso da psicanálise*: “[...] não há somente a dimensão da entropia no mais-de-gozar. Há outra coisa, que alguém percebeu, é que o saber, isso implica a equivalência entre essa entropia e uma in-

formação” (Lacan, 1969-70:94)⁴³. Com efeito, as várias outras contribuições que se acrescentaram à primeira formulação da entropia encontraram seu ápice com a contribuição vinda da teoria da informação, na década de 1940.

Num texto de Michel Bousseyroux lê-se que a teoria da informação nasceu “graças às pesquisas de Nyquist, Hartley et sobretudo Shannon sobre o telégrafo e o telefone da Companhia Bell”⁴⁴ – que o autor identifica como “as primeiras latusas”. Ao identificarem a informação como inversa à entropia, os teóricos da informação permitiram que se levantasse a hipótese de que a entropia é gerada num sistema na proporção inversa do acúmulo de informação. Se esse sistema é vivo, ele exporta entropia (Schrödinger) o que equivale a dizer que ele é negentrópico ou, ele importa neguentropia (Brillouin) e a acumula, importa informação e a memoriza, visando a maior duração da vida e sua manutenção. Como aponta Lacan (1973) em “L`étourdit”, os animais nisso fazem de nós seus caçulas, pois é “uma função de código que aí se exerce através da qual se dá a neguentropia de resultados de observação. Mais que isso, condutas vitais aí se organizam a partir de símbolos perfeitamente semelhantes aos nossos (ereção de um objeto ao nível de significante do mestre na ordem do vôo de migração, simbolismo da parada amorosa e do combate, signos de trabalho, marcas do território), com exceção do fato de que

⁴³ “[...] il n’y a pas que la dimension de l’entropie dans ce qui se passe du côté du plus-de-jour. Il y a quelque chose d’autre, dont quelqu’un s’est aperçu, c’est que le savoir, ça implique l’équivalence entre cette entropie et une information” (p.94).

⁴⁴ Question 3 in “Réponses aux questions” www.champlacanianfrance.net/IMG/pdf/mbousseyroux.pdf

esses símbolos jamais são equívocos”⁴⁵. Eis porque foi possível a Freud identificar as pulsões de vida na contramão da entropia: elas dizem respeito aos investimentos das informações – os traços mnêmicos que armazenamos em cadeias associativas. Se entendemos o saber como inscrição de informação, então, como diz Bousseyroux, o “reservatório das informações” é negentrópico⁴⁶, enquanto que o campo dos gozos é entrópico, já que os gozos só se recuperam sob a condição de uma entropia. “Se a neguentropia tem o sentido inverso da entropia física, então, quanto mais o campo das latusas aumenta – e ele *ciberaumenta!* – mais crescem as perdas produzidas”⁴⁷ (idem). Assim, ao mesmo tempo em que o telefone e o telégrafo deram a possibilidade aos teóricos da informação de identificar esta com a neguentropia, promoveram o aumento da entropia pois não é possível telefonar ou telegrafar sem com isso dissipar mais energia e, portanto, aumentar as perdas produzidas.

⁴⁵ “une fonction de code s'y exerce par ou se fait la négentropie de résultats d'observation. Bien plus, des conduites vitales s'y organisent de symboles en tout semblables aux nôtres (érection d'un objet au rang de signifiant du maître dans l'ordre du vol de migration, symbolisme de la parade tant amoureuse que du combat, signaux de travail, marques du territoire), à ceci près que ces symboles ne sont jamais équivoques” (Lacan, *L'Étourdit*, Scilicet 4, Seuil, Paris, 1973: 46).

⁴⁶ Negative entropy or negentropy or syntropy of a living system is the entropy that it exports to maintain its own entropy low. The concept and phrase were introduced by Erwin Schrödinger in his 1943 popular-science book *What is life?*. [1] Later, Léon Brillouin shortened the phrase to negentropy, [2][3] to express it in a more “positive” way: a living system imports negentropy and stores it (Wikipedia). In a note to *What is Life?* Schrödinger explained his use of this phrase: “[...] if I had been catering for them [physicists] alone I should have let the discussion turn on free energy instead. It is the more familiar notion in this context. But this highly technical term seemed linguistically too near to energy for making the average reader alive to the contrast between the two things” (idem).

⁴⁷ “La négentropie que ayant le sens inverse de l'entropie physique, est-ce à dire alors que plus le champ des lathouses grandit — et il cybergrandit ! — plus s'accroissent les pertes produites[...]” (Bousseyroux, op. cit.).

Três recortes históricos do tempo, na física.

Na física clássica, o tempo é uma consistência. Acreditava-se que existia algo chamado tempo que fluía e podia ser medido, por fazer parte da estrutura fundamental do universo como uma dimensão na qual os acontecimentos ocorrem em seqüência. Como sistema de referência absoluto, o tempo newtoniano é uma base de referência em que se toma três dimensões do espaço mais o tempo. O tempo seria, no conceito clássico da física, um “relógio” com marcha sempre constante, sem instante inicial nem final. Este é o princípio da uniformidade do tempo: as coisas mudam, mas o tempo é sempre o mesmo, constante. Seria necessário aguardar Einstein para que se pudesse identificar de que consistência se tratava.

Dois séculos depois de Newton (4 de Janeiro de 1643 — Londres, 31 de Março de 1727), no século XIX mais precisamente, muita coisa começou a mudar. E para construir a relatividade, Einstein, na esteira do trabalho de Maxwell e de Lorentz, passou a situar o tempo como uma grandeza relativa. Oposta à concepção realista, “o tempo já não se refere a nenhuma espécie de 'continente' atravessado pelos acontecimentos, nem tampouco [é] uma entidade que 'flui', mas, no lugar disso, *é parte de uma estrutura intelectual fundamental (junto com o espaço e o número) através da qual os humanos seqüenciam e comparam os acontecimentos*. Esta segunda acepção, [...] sustenta que o tempo não é nem um acontecimento nem uma coisa, *não sendo portanto em si mensurável*”⁴⁸. De fato, ao contrário das outras grandezas referentes ao espaço, e que podemos medir com uma régua ou trena, o tempo não seria mensurável. O tempo não se mede, *se conta*, se cifra, poderíamos dizer com a observação de Lacan (1973-4) de que aquilo que se cifra é da ordem do gozo (cf. Seminário XXI, lição de 20 de novembro de 1973). “Não podemos usar uma régua para medir o tempo. Usamos o chamado relógio. Mas o reló-

⁴⁸<http://en.wikipedia.org/wiki/Time>. Grifo meu.

gio é um dispositivo de contagem. Sejam os badalos de um pêndulo, sejam as batidas de uma mola, sejam grãos de areia ou a frequência de transição de elétrons em órbita de um átomo, todas as formas de medir o tempo são de *contagem* e não de medida”⁴⁹.

Isso não é sem relação com a observação de Lacan na conferência de 1 de junho de 1972, no bojo de seu curso “O saber do psicanalista”. Nessa conferência, Lacan observa o seguinte: teria havido um dia em que os pitagóricos – ainda na Grécia antiga – esbarraram na $\sqrt{2}$. A $\sqrt{2}$, justamente, é incomensurável⁵⁰. Isso teria sido retomado pelos filósofos e, se na época ninguém esteve à altura de responder à questão, nem por isso deixaram de com ela se darem conta de que “o incomensurável existia, e com isso se começava a colocar a questão sobre o que era o número” (Lacan, 1 de junho de 1972). Algo no número furava o número!

O tempo, com as mudanças que a física sofreu no início do século XX, tornara-se então uma grandeza relativa, não mensurável. Quando se trabalha na física e se é forçado a escrever as grandezas *sem possibilidade de medida*, utiliza-se o artifício de anotá-las sempre multiplicadas por i , ou seja, o número imaginário, $\sqrt{-1}$, como Lacan (1961-2) o retomaria já no *Seminário 9, A identificação*. Número imaginário porque permite lidar, de alguma forma, com o real que revela – da mesma forma como o falo revela o furo, ainda no mesmo *Seminário 9*. E de que real, no contexto? Aquele que faz objeção ao número inteiro: “Em suma, quanto mais se façam objeções ao Um, quer dizer, ao número inteiro, mais se demonstra que é justamente do impossível que em matemática se engendra o real” (Lacan, 1971-2, lição de 1/6/72).

Assim, o tempo passa a ser uma grandeza identificada com o número imaginário apesar de não haver “nada de menos

imaginário do que $\sqrt{-1}$ ” (idem), como muito bem Lacan se refere a isso nesse seu *Seminário*. Articulando isso à primeira lição do *Seminário 21*, em que Lacan (1973-4) associa e equivale os três registros, real, simbólico e imaginário, concluímos, necessariamente que a *ditmansion* engendrada pela “parte de uma estrutura intelectual fundamental (junto com o espaço e o número) através da qual os humanos seqüenciam e comparam os acontecimentos” (texto já citado), ou seja, o tempo, a partir do momento em que Einstein o derruba como referência absoluta, é o próprio I da articulação dos três registros: real, simbólico e tempo.

O fato é que a matemática da qual se serve Einstein, de Poincaré, já é uma topologia em formação. É uma geometria que introduz sentido furando as transformações de Lorenz que auxiliaram Einstein a propor a teoria da relatividade, da mesma forma que observávamos Lacan dizer: o imaginário fura o simbólico porque introduz nele o sentido. Quando estudávamos o plano projetivo no qual se baseia a construção do Esquema R (Lacan, 1956), não há dúvida que a banda de Moebius já estava presente em sua formulação. O plano projetivo que já se impusera na época newtoniana implica o furo, mesmo se é somente com a topologia no século XX que se passará a pensar *a partir* dos furos!

Informação e tempo.

Na realidade, a partir da década de 1940, associando as pesquisas físicas com as da teoria da informação, entende-se que a entropia age no sentido sempre de *destruir a informação*. Para imaginarizarmos tal constatação, basta lembrar que, não importa o que se faça, um disco vai perdendo a informação à medida em que o tempo passa – ele arranha, enche de poeira... ou quebra –, e o mesmo se dá com o achado arqueológico, por exemplo. Isso permite levantar a hipótese de que a ação do tempo não é senão a própria ação da entropia. *O tempo é a manifestação da entropia*. Logo, o

⁴⁹http://www.daf.on.br/jlkm/Opinioao/O_tempo_na_fisica.html

⁵⁰“cuja relação não pode ser expressa por um número inteiro ou fracionário (diz-se de relação de grandezas)” in Dicionário Houaiss da língua portuguesa.

tempo, como grandeza primária não existe, ele é derivado da ação da entropia. O que, evidentemente, provoca a necessidade de se explicar a definição que conhecemos do inconsciente por Freud: ele é atemporal mas regido, singularmente, pela pulsão de morte – aquela que Freud associa diretamente à entropia. O inconsciente como atemporal é o inconsciente do saber, em que traços mnêmicos se associam e se inscrevem sem levar em conta, minimamente, o tempo que separa uma lembrança da outra. Tal como, aliás, as coisas ocorrem no mundo quântico em que tampouco as coisas ocorrem em qualquer referência ao tempo. Por sua vez, a repetição do gozo sempre o mesmo é o que faz passar o tempo para um sujeito. Se “o tempo tudo apaga”, com o físico Boltzmann e o teórico da informação Shannon é a entropia que “tudo apaga”. O tempo é, portanto, entropia. Ficar jovem, ao contrário, é poder armazenar sempre mais informação e manter ocupados os estados, o que a sabedoria popular conhece muito bem quando se reafirma a necessidade de se ocupar no envelhecimento. Na tentativa de lentificar o efeito entrópico, o psiquismo se complexifica.

Ainda no *Seminário 17*, Lacan (1969-70) identifica a “energética” com a rede de significantes (p. 54). “Vocês ignoram que a energética é a mesma coisa [...] que um aplique da rede dos significantes sobre o mundo?” (idem, p. 54)⁵¹. Para justificar essa conceituação, Lacan sugere a seguinte experiência: Desçam uma ladeira com 80kg nas costas e depois a subam. Para quem o fizer, duvido que isso não tenha sido um grande trabalho! “Mas se vocês aplicarem sobre isso os significantes, quer dizer, se vocês entrarem na via da energética, é cem por cento certo que não houve nenhum trabalho” (idem, *ibidem*)⁵². Por quê? Porque para o estudo da mecânica trabalho é força vezes a dis-

tância percorrida. Logo, se você desce 80kg a força da gravidade exerce um trabalho equivalente à altura e na volta, a gravidade faz um trabalho negativo igual. Logo, o trabalho da gravidade foi nulo. O problema é que, para a mecânica nessa experiência, trabalho é da força da gravidade que, no exemplo, se anula. Ao se inscrever a ação com significantes da mecânica, não há nenhuma referência à entropia. No máximo, há neguentropia, aumento de informação. Mas essa inscrição também se faz, como vimos, sem referência ao tempo. Nem tempo, nem entropia.

Qual é o furo dessa explicação? O furo está no fato de que a ação, ela mesma, não é feita com significantes... para descer você fez um esforço que se perdeu para evitar que os 80kg se estabacassem lá em baixo e para subir você teve que fazer um novo esforço, esforço duplicado para vencer a gravidade. No conjunto, a entropia sobe! A energia usada se dissipou, mesmo se para a mecânica não houve nenhum trabalho. Eis onde entrou também a máxima de Taylor: Tempo é dinheiro que, nesse trabalho com os 80kg, se perdeu para sempre – tirando qualquer capitalista do sério...

Tempo é um conceito que aparece porque existe entropia. O que acontece nesse instante implica que o que aconteceu há dez minutos atrás é diferente do que acontece agora: as coisas aconteceram às expensas do crescimento da entropia, houve um acréscimo de entropia. Por isso criou-se uma escala que acompanha essa mudança, e a essa escala chamou-se tempo.

Os limites do gozo e o tempo lógico.

Se o significante é a energética, conforme Lacan, a inscrição dos traços mnêmicos, conforme Freud, então, ao se referir ao significante, não dá para determinar o tempo – como vimos, o inconsciente é atemporal. Isso também coaduna com o princípio da incerteza de Heisenberg que, ao referir-se ao mundo microscópico – campo da física quântica – percebeu que, num par complementar, por exemplo, o par: *posição* e *velocidade* de

⁵¹ “Ignorez-vous que l'énergétique, ce n'est pas autre chose, [...] que le placage sur le monde du réseau des signifiants ?” (p. 54).

⁵² “Mais si vous plaquez là-dessus les signifiants, c'est-à-dire si vous entrez dans la voie de l'énergétique, il est absolument certain qu'il n'y a eu aucun travail” (idem, *ibidem*).

uma partícula, não é possível determinar de forma absoluta ambas as grandezas complementares. Se medimos com precisão absoluta a posição da partícula, não será possível determinar sua velocidade, e vice-versa. Outro par complementar estudado por Heisenberg é justamente o par *energia e tempo*. Se medimos a energia de uma partícula não sabemos precisar o instante em que ela a possuía. Se precisamos o instante em que possuía tal energia, não saberemos em que estado energético a partícula estava. Num primeiro momento, o absolutismo do tempo é desbancado pela relatividade, depois veio a teoria quântica, que o desbancou definitivamente. “[...] o tempo já não é considerado como uma grandeza primária, isto é, uma grandeza de onde se parte para construir ou derivar outras. Há mesmo quem diga que o tempo não existe. Existe sim o movimento, sendo o tempo uma grandeza derivada deste”⁵³.

Donde é preciso levantar a hipótese de que se estudamos o inconsciente como atemporal, não se determina com precisão o gozo, e quando se determina o gozo – o tempo – então não dá para definir o significante.

Tive a oportunidade de aprofundar a questão do gozo como processo cíclico⁵⁴ quando tentava entender o que Lacan (1968-9) articula em seu *Seminário XVI* sobre a morte como encontro do limite mais baixo do ponto supremo com o mais alto do ponto ínfimo. O processo cíclico – que não deixa de implicar a repetição, mas a repetição na qual sempre se perde – é sem dúvida o processo que permite a contagem do tempo. Contagem do tempo, ciframento e gozo separaram-se do inconsciente pela letra que lhes faz litoral (Lacan, 1971-2a). O que finalmente nos leva à provocação: e o tempo lógico?

O tempo lógico e a castração.

Minha visada com esse trabalho é contribuir para a discussão da função do tempo numa psicanálise, no que tange a

sessão analítica, levando em conta a disjunção entre a produção dos S1 no discurso analítico e a correlata perda de gozo, no mesmo discurso, ou seja, os próprios S1 no lugar do mais-de-gozar (cf. “O saber do psicanalista”, Lacan, 1971-2⁵⁵). Como observa Lydia Gomes Musso, nas “Preliminares” de nosso Encontro, a partir do texto “Variantes do tratamento padrão” (Lacan, 1955), desde cedo Lacan imiscui tempo e transferência e ela cita: “Eis porque a transferência é uma relação essencialmente ligada ao tempo e ao seu manejo”⁵⁶. Gostaria de articular a conclusão de meu trabalho a essa observação que é aqui também uma homenagem à nossa colega que queria estar entre nós nesses dias, mas nos deixou, em 9 de janeiro passado.

Levanto minha hipótese: o corte na transferência, o corte como significante (conforme o *Seminário 9* – Lacan, 1961-2), introduzindo o *tempo lógico*, interrompe o processo cíclico entrópico, promovendo, em conseqüência, a neguentropia.

Estratégia do psicanalista, conforme a *Direção do tratamento e os princípios de seu poder*⁵⁷, a transferência é repetição, mas da tiquê (*répétition à la tyché*), e é dever do analista retificá-la na interpretação⁵⁸. Lacan lembra, em seu *Seminário 11*, que a transferência é antes de mais nada, conforme Freud, *Übertragungswiderstand* – resistência da transferência –, na medida “que o inconsciente se fecha por meio da transferência”⁵⁹. Rendendo ho-

⁵³Cf. o artigo “O bem que se extrai do gozo”, no qual se verifica a mudança dos lugares nos discursos a partir dos desenvolvimentos na conferência de 3 de fevereiro de 1972 sobre “O saber do psicanalista” (Alberti, S. In *Stylus*, abril 2007, no. 14, p. 71-2).

⁵⁴GÓMEZ MUSSO, L. Barcelona, novembro de 2007. “A Transferência é a intromissão do tempo de saber no inconsciente”. <http://www.vencontro-ifepfcl.com.br/textos/pre6TransferPT.pdf>.

⁵⁷LACAN, J. “La direction de la cure et les principes de son pouvoir” in *Écrits*.

⁵⁸LACAN, J. *Séminaire 11, Les quatre concepts fondamentaux*, p.74. “[...] la rectifier c’est le devoir de l’analyste, dans l’interprétation du transfert”.

⁵⁹“que l’inconsciente se referme par le moyen du transfert”. (Lacan, *Le Séminaire*, livre XI::146)

⁵³<http://staff.on.br/jlkm>

⁵⁴ALBERTI, S. “O bem que se extrai do gozo” In *Stylus*, abril 2007, no. 14, p. 71-2.

menagem, por sua vez a Freud, Lacan observa nesse Seminário que ele “descobriu os mecanismos do inconsciente. Que a relação do desejo à linguagem como tal não ficou velada para ele é justamente o traço de sua genialidade, mas isso ainda não é dizer que ele tenha [...] plenamente elucidado [...] a questão da transferência”⁶⁰. Em sua tentativa de fazê-lo então, Lacan – que até o final de seu ensino articula a transferência ao amor –, propõe que a parte de real do sujeito “interessada na transferência, que é ela que fecha a porta, ou a janela, ou a veneziana, como queiram, e que a bela com quem se pode falar está atrás, que ela só demanda reabrir a veneziana. E é bem por isso que nesse momento a interpretação se torna decisiva pois é a ela que devemos nos dirigir”⁶¹. Esta “bela” que podemos associar à elaboração de Lacan do desejo do psicanalista ainda nesse mesmo *Seminário*, solicita a interpretação como ato analítico, a provocar a reabertura do inconsciente e, por conseguinte, a retomada da atemporalidade.

Então, “que o inconsciente se fecha por meio da transferência” é a constatação do efeito, ele mesmo, entrópico da própria psicanálise, e introduzir aí o tempo lógico – e já não repetir o cronológico – é transformar tal efeito entrópico em ato analítico a reinserser a função da atemporalidade e assumindo, por sua vez, o lugar de objeto *a* que o faz cair da idealização, sem o que, a “transferência seria uma pura e simples obscenidade”⁶². Por quê? Porque reintroduziria, necessariamente,

o ciclo das repetições de sempre “o mesmo fracasso”⁶³.

Referências Bibliográficas:

- ALBERTI, S. “O bem que se extrai do gozo” in *Stylus*, abril 2007, no. 14.
- BOUSSEYROUX, M. “Question 3 in ‘Réponses aux questions’” www.champlacanianfrance.net/IMG/pdf/m_bousseyroux.pdf
- FREUD, S. (1905) “Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie” in *Studienausgabe*. Frankfurt a.M., S.Fischer, 1972. v. V.
- _____. (1920) “Jenseits des Lustprinzips” in *Studienausgabe*. Idem, v. III.
- LACAN, J. (1955) “Variantes de la cure type” in *Écrits*. Paris, Seuil, 1966.
- _____. (1956) “‘D’ une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose” in *Écrits*. Paris, Seuil, 1966.
- _____. (1958) “La direction de la cure et les principes de son pouvoir” in *Écrits*. Paris, Seuil, 1966.
- _____. (1961-2) “Le Séminaire, livre IX, L’identification”. Inédito.
- _____. (1964-5) *Le Séminaire, livre XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris, Seuil, 1973.
- _____. (1968-9) “Le Séminaire, livre XVI, D’un Autre à l’autre”. Inédito.
- _____. (1969-70) *Le Séminaire, livre XVII, L’envers de la psychanalyse*. Paris, Seuil, 1991.
- _____. (1971-2) “O saber do psicanalista”. Inédito.
- _____. (1971-2a) *Le Séminaire, livre XVIII, D’un discours qui ne serait pas du semblant*. Inédito.
- _____. (1973) “L’Étourdit” in *Scilicet*, no. 4, Paris, Seuil.
- _____. (1973-4) “*Le Séminaire, livre XXI, Les non dupes errent*”. Inédito.
- MUSSO, L. (2007) **A Transferência é a intromissão do tempo de saber no inconsciente** <http://www.vencontro-ifepfcl.com.br/textos/pre6TransferPT.pdf>

⁶⁰“a découvert les mécanismes de l’inconscient. Que ce rapport du désir au langage comme tel ne lui soit pas resté voilé est justement là un trait de son génie, mais ce n’est pas encore dire qu’il ait [...] pleinement élargi [...] la question massive de transfert” (Lacan, Séminaire XI, p.21).

⁶¹ “intéressée dans le transfert, que c’est elle qui ferme la porte, ou la fenêtre, ou les volets, comme vous voudrez, et que la belle avec qui on peut parler, est là derrière, que c’est elle qui ne demande qu’à les rouvrir, les volets. Et c’est bien pour cela que c’est à ce moment que l’interprétation devient décisive, car c’est à elle qu’on a à s’adresser” (idem, p.147).

⁶²Le “transfert serait une pure et simple obscénité” (Lacan, Le Séminaire, livre XV, L’acte psychanalytique: 94).

⁶³toujours du “mêmo ratage” (Séminaire XI:165).

L'étoffe du zéro

la topologie et le temps

Françoise Josselin

Lacan retrouve à la fin de son enseignement son stade du miroir, mais après un long tour par l'écriture des nœuds pour articuler le temps à l'espace dans le miroir, un espace à trois dit-mensions où le réel du corps y trouve son épaisseur, l'étoffe du zéro de la castration.

L'inconscient réel

Chez Freud comme chez Lacan se déploie un effort constant pour cerner le réel en cause dans la structure, pour en élaborer le mathème, « pour combler la béance entre l'Imaginaire et le Réel... l'étoffe même d'une psychanalyse⁶⁴ », soit pour imaginer le réel autrement que par l'imaginaire. Freud, présentant la dimension du réel dans sa découverte que l'inconscient ne connaît pas le temps, tente d'en élaborer une *Esquisse scientifique*. Lacan, lui, se sert de l'écriture topologique pour parer à l'ab-sens du rapport sexuel, au trou dans le savoir, à la confusion du zéro qui n'est pas le vide mais la consistance du trou. Une topologie qui s'oppose à la fascination du trou imaginaire, une topologie « qui n'a d'autre étoffe à lui donner que ce langage de pur mathème⁶⁵ ». « Je m'efforce à faire une géométrie du tissu, du fil, de la maille, c'est tout au moins où me conduit le fait d'analyse⁶⁶ ». Et pour rendre compte de l'épaisseur de ce tissu qu'est le réel⁶⁷, il part du point de serrage du nœud qui « suggère que l'espace implique le temps⁶⁸ ». Une topologie qui se nécessite de ce que le réel lui revienne du

⁶⁴ LACAN, J. « Le moment de conclure », (inédit), séminaire 1977-1978, séance du 09/05/1978.

⁶⁵ LACAN, J. « L'étourdit », *Autres écrits*, Paris, Seuil, 2001, p.472.

⁶⁶ LACAN, J. « Le moment de conclure », op. cit., séance du 11/04/1978.

⁶⁷ *Idem*, séance du 09/05/1978.

discours analytique. Le temps fait étoffe au dire. Le temps c'est la coupure, une coupure qui n'implique nul trou (une coupure circulaire fermée) qui « n'est même pas surface de ne rien (...) séparer, et pourtant ça se défait⁶⁹ ».

« Ma topologie (...) n'est pas théorie. Mais elle doit rendre compte de ce que, coupures du discours, il y en a de telles qu'elles modifient la structure qu'il accueille d'origine⁷⁰ ». Une Autre dit-mension qui justifie la passe.

Cette autre dimension est celle du réel dont Freud a refusé de se faire la dupe, bloquant sur le roc de la castration. Tout l'effort de Lacan a porté sur la désignation du réel comme l'impossible, le tissu même de l'inconscient, un réel tissé par le nombre, un réel à chercher du côté du zéro absolu. « Désigner la forme du zéro placé au centre de notre savoir c'est, dit-il, la visée de mon 8 intérieur... ma topologie a réhabilité le tissage⁷¹ ». Le zéro c'est le trou. Rien n'existe sans l'existence du trou.

Et son écriture

Lacan invente donc une nouvelle écriture pour rendre lisible l'irreprésentable du rapport entre les sexes, l'incurable de la division entre le signifiant et l'objet. Il nous introduit à la dialectique de son nœud borroméen par le truchement du nombre « seul réel reconnu dans le langage⁷² ». Partant de la dit-mension, équivoque introduite par Frege sur le nom du nombre, que 0 et 1 ça fait 2, avec l'équivoque de 2, d'eux (qui pour Lacan va symboliser le sujet

⁶⁸ LACAN, J. « Les non-dupes-errent », (inédit), séminaire 1973/1974, séance du 11/12 /1973.

⁶⁹ LACAN, J. « L'étourdit », *Autres écrits*, op. cit., p.461.

⁷⁰ *Idem*, p. 478.

⁷¹ LACAN, J. *Autres Écrits, Annexes*, p.583.

⁷² LACAN, J. « ... ou pire », *Autres écrits*, op. cit., p.481.

supposé savoir) : le zéro, c'est le trou, le UN désigne le vide du non-rapport sexuel, son écriture est le *UN-dire*, soit le nom du nombre zéro. Par ailleurs le mathème du rapport des sexes fait subversion : 2 Uns liés par un troisième élément⁷³, figure même du nœud borroméen à 3 à partir duquel on peut déplier l'énumérable.

« *L'éternité de l'espace* »

Lacan s'est attelé à la manipulation de ses ronds de ficelle jusqu'à l'épuisement pour trouver l'écriture de la consistance du trou, l'épaisseur de ce tissu qu'est le réel. Nous n'avons pas, dit-il, la notion du volume ni de l'épaisseur, nous ne pouvons nous situer que dans un espace à deux dimensions (d'où la mise à plat de ses figures topologiques). Le seul maniement du volume, c'est le nœud borroméen qui a l'avantage de suggérer que l'espace implique le temps. « Le temps ce n'est peut-être rien d'autre qu'une succession de tiraillements (pour le sujet) entre le Symbolique, l'Imaginaire et le Réel. Le temps c'est peut être ça l'éternité de l'espace... le nœud ça donne une autre idée de la spatialisation que l'univers ambidextre⁷⁴. »

Le temps de l'acte

Le seul temps pour la psychanalyse est le temps de l'acte, un temps qui n'est pas chronologique, ni même vraiment logique mais un temps qui peut se saisir du retournement topologique du tore du sujet dans le temps où il se produit. L'effet de sens exigible du discours analytique n'est pas imaginaire, il n'est pas non plus symbolique, il faut qu'il soit réel. « (...) le dire fait nœud [le réel]. La parole, elle, très souvent glisse, laisse glisser [l'imaginaire]⁷⁵. »

Le psychanalyste, à partir de la texture de fiction de la vérité, va, de son être faire étoffe à la production d'un « irréel », en se revêtant, en servant, pour son ana-

lysant, de support à l'objet cause du désir, à l'objet *a*. Il est le gond pour permettre à la tâche analytique, après un nombre impair des tours des dits de la demande (coupures ouvertes), que, d'une coupure circulaire fermée, se défasse le cross-cap (la mise à plat du tore) en la bande moebienne du sujet (le S barré) et le *a*, l'agalma du sujet-supposé-savoir (SSS), dont le psychanalysant peut, s'il l'a décidé, reprendre le flambeau en tant que sujet averti du destin de déchet de cette cause. L'objet *a* est lié à la dimension du temps, il est inclus dans le dire, une dimension à articuler avec la dimension de l'espace : là où c'était, je dois le devenir ce déchet.

Si la plume de Freud s'est suspendue sur la *Spaltung*, la division subjective, celle de Lacan s'est arrêtée sur la béance entre l'imaginaire et le réel, entre la représentation et l'objet, soit l'inhibition, qui est toujours une affaire de corps, à **imaginer le réel** parce qu'il nous échappe, une béance qu'il s'est, dit-il, efforcé de combler. Il faut se briser, dit-il, à un nouvel imaginaire concernant le sens. Le réel est orientable mais forclôt le sens puisqu'il exclut la copulation du symbolique et de l'imaginaire. L'effet de sens exigible dans la psychanalyse, il faut qu'il soit réel.

Le savoir dans le réel n'est pas de cet ordre de savoir qui porte le sens. Le sens de ce réel est le symptôme. « Le Réel, c'est l'expulsé du sens, c'est l'aversion du sens. C'est aussi la version du sens... Le Réel c'est le sens en blanc, le sens blanc, le semblant par quoi le corps se fait semblant, semblant dont se fonde tout discours⁷⁶. »

Le psychanalyste doit se faire l'instrument de l'opération de l'extraction du *a* en serrant de son dire l'effet de sens d'un nœud qui soit le bon (les points-nœuds de l'équivoque) « pour que le parlêtre ne croit plus à l'être⁷⁷ », « là où l'être fait la lettre⁷⁸ ». Pour cela il doit

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ LACAN, J. « Les non-dupes errent », op. cit., séance du 11/12/1973.

⁷⁵ LACAN, J. « RSI », séance du 11/02/1975, *Ornicar ?* n°4, rentrée 1975.

⁷⁶ LACAN, J. « RSI », séance du 11/03/1975, *Ornicar ?* n°5, Hiver 1975/1976.

⁷⁷ LACAN, J. « RSI », séance du 8/04/1975, *idem*.

⁷⁸ LACAN, J. « ... ou pire », *Autres écrits*, op. cit., p. 548

garder la corde pour qu'au psychanalysant se révèle la clé du trou de la castration sans laquelle il n'y pas d'existence de la jouissance phallique.

Le psychanalyste n'est pas un héros comme le héros, le hère, qu'est Joyce selon Lacan, même si le psychanalyste, comme le héros, voue sa destinée à être le déchet de sa propre entreprise. Il n'est que l'étoffe du zéro, soit le semblant de cette trame du désêtre qui n'est pas la destitution subjective qui fait plutôt être. L'analyse ne consiste pas à ce qu'on soit libéré de ses sinthomes (la destitution subjective) mais consiste à ce qu'on sache pourquoi. Voilà ce que la passe peut permettre de vérifier.

Retour sur le miroir

Lacan, dans son dernier séminaire, inédit : « La topologie et le temps », fait retour sur le miroir dans la poursuite de son questionnement sur **ce nouvel imaginaire qui imagine le réel**, qui imagine dans le sens qui reflète le réel comme une réflexion dans le miroir, « le plus simple des appareils », soit à deux dimensions ; retour à un miroir qui ne ferait pas qu'articuler l'espace mais aussi le temps.

« Il nous faut définir ce qui, dans un ensemble de dimensions, fait du même coup surface et temps⁷⁹ ». Le réel du corps y trouve son épaisseur et le nombre réel, la vraie perte dans le miroir, le trou autour duquel l'imagination peut broder.

La corde qui fait la trame de toute étoffe doit avoir une consistance réelle et non imaginaire pour qu'il y ait construction. L'expérience de l'espace-temps que l'on construit dans une analyse est d'un autre imaginaire que l'adoration pour le corps que l'on a. Alors, nous dit Lacan dans sa Conférence à la Columbia University en Novembre 75, si l'homme insiste pour avoir un corps, il serait plus censé de dire qu'il **est** un corps. C'est même sa seule consistance, sa véritable identité⁸⁰.

Le temps dans une analyse est à articuler dans sa dit-mension de Réel, l'écriture du nœud même, la père-version, la version du sinthome, le seul intérêt pour la psychanalyse.

⁷⁹ LACAN, J. « Les non dupes errent », inédit, séance du 9/04/1974.

⁸⁰ LACAN, J. « Conférence à la Columbia University », Scilicet n°6/7, Paris, Seuil, 1976, p.49

Tu/er la mort

Martine Menès

« *Si vis vitam, para mortem*⁸¹ »

Contrairement à l'attendu, le temps ne passe pas sur l'homme ; c'est l'homme qui passe sous les arcades du temps, y cheminant selon la construction qu'il en fait, de l'ignorer superbement jusqu'à en être accablé, sans toujours le savoir. Car la fin du voyage, c'est la mort, image extrême de la castration dont nul ne peut ni se protéger, ni protéger autrui. Pas d'Autre entre la mort et le sujet, seul devant le gouffre de l'irreprésentable.

Le rapport à la temporalité révèle la réponse du sujet au réel, entendons par là, pour simplifier, le vivant, le sexe, la mort. Comment traite-t-il le nouage entre vie et mort, état de fait qui n'existe ni pour celui auquel c'est arrivé puisque le sujet mort ne sait pas qu'il est mort, ni pour celui qui l'envisage puisqu'il ne peut jamais n'en être que spectateur⁸²? Sans traces ni mots cernant la *chose*, vivre se sachant mortel est une décision qui suppose un consentement dépendant de l'originelle *Bejahung*, dans un choix forcé, non seulement à la castration mais aussi à ce qu'elle échoue à traduire. Le rapport à la mort de l'un se rencontre donc à la même place que le manque dans l'Autre, écho des limites signifiantes et imaginaires qui le divisent entre être et sens, et qui le font pour jamais, pour toujours, perdant et solitaire.

Ainsi la première acception de la mort se loge dans l'originelle perte de vivant,

⁸¹ FREUD, S. « Notre attitude devant la mort », *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1981, p. 40. Freud conclut son article par cette citation : « Si tu veux pouvoir supporter la vie, soit prêt à accepter la mort ».

⁸² *Idem*. Comme Epicure, Freud déclare « Il nous est impossible de nous représenter notre propre mort et toutes les fois que nous l'essayons, nous nous apercevons que nous y assistons en spectateurs. »

ancrée dans l'entame faite à l'absolue satisfaction mythique du narcissisme primaire, dont l'objet *a* est le reste et la pulsion de mort la mémoire. Le vide creusé dans le sujet est dans un deuxième temps interprété via la différence des sexes, et traité par la castration qui va pour partie transformer cette perte en manque structurant, origine d'où le sujet peut (se) compter. D'emblée donc la saisie de la mort oscille entre deux instants, celui de la perte et celui du manque. Et si comme Freud le relève, l'angoisse de mort (dont il précise qu'elle est de fait angoisse devant la vie) est l'analogon de l'angoisse de castration⁸³, ce que Lacan poursuit en les déclarant interprétables⁸⁴ de façon équivalente, elle ne peut entièrement s'y réduire.

Le temps fait symptôme

Ce patient que j'appellerai Ahasvérus⁸⁵ marche sans repos et « erre seul dans les immenses déserts de l'éternité⁸⁶ » comme « quelqu'un déguisé en personne⁸⁷ ». Il s'ennuie à mourir mais il ne meurt jamais. Aucune date, aucun rendez-vous, aucun souvenir, ne fait pour lui point de capiton. Sans projet, confondant mémoire et avenir, il n'attend ni n'espère rien. « Mieux aurait valu ne pas naître », se dit-il, comme le fit Œdipe. Le voilà donc en deuil perpétuel de lui-même, mort dans le temps mort qui enserre son

⁸³ FREUD, S. *Inhibition, symptôme, angoisse*, Paris, PUF, 1981, p. 53 et 64.

⁸⁴ Lacan, J. *Le séminaire livre X, L'angoisse*, Paris, Seuil, 2004, p.305 : « C'est une angoisse qui se rapporte au champ où la mort se noue étroitement à la vie. Que l'analyse l'ait localisée en ce point de la castration permet fort bien de comprendre qu'elle soit équivalentement interprétable... »

⁸⁵ Ahasvérus, le juif errant condamné à l'immortalité pour avoir maltraité le Christ sur le chemin du Golgotha

⁸⁶ WOOLF, V. *Orlando*.

⁸⁷ FRUTTERO, C. et LUCENTINI, F. *L'Amant sans domicile fixe*, Paris, Laffont, 2007.

existence. Car à tuer le temps, le sujet du désir se tue aussi⁸⁸.

Devant ce sujet mélancolique, l'analyste est poussé à tenir la place d'Echo, parlant pour n'être entendu que de lui-même. Il lui faut donc inventer un mode d'intervention différent, paradoxal, acté, pour arracher le gisant à son éternité. Ahasvérus fût extrait de son non-être à partir d'une petite histoire que j'ai racontée à voix basse et dans laquelle il est question de la part de je/u que met un enfant à se perdre pour contraindre l'autre à le chercher. L'objectif était de greffer une adresse à la disparition dans le vide. J'ai vu le patient relever la tête doucement et écouter. Ce fut le début de son retour.

Passons à des personnages moins tragiques, qui plus banalement rusent avec le temps de mourir, limite insupportable posée à leur toute-puissance. L'un est arrêté dans un passé anticipé perdu pour toujours, pour lui c'est désormais trop tard. L'autre attend dans un futur antérieur infini, pour elle c'est constamment trop tôt.

Le premier, que j'appellerai Henri comme Faust, prévient toute surprise, hélas pour lui même les bonnes. Tout en préparation, précaution, prévision, il réussit pourtant à tromper sa ponctualité et il lui arrive, plus souvent qu'à son tour, de se faire attendre. Alors l'angoisse surgit devant le vague désir qu'il pourrait rencontrer en face. Surtout que l'autre ne lui demande rien ! Ce serait dès lors trop risqué. Car du risque il ne veut plus ; déjà il a été mis au monde sans son accord, produit d'une scène primitive à laquelle il préférerait ne jamais penser mais qui se rappelle parfois à lui dans les méandres de ses rêves. Chacune de ses petites lâchetés, où il pêche de céder sur son désir, souvent au détriment de son partenaire, s'inscrit non sur un tableau remisé dans une chambre close comme

pour Dorian Gray⁸⁹, mais sur la cire molle d'une culpabilité toujours fraîche dont il ne veut rien savoir mais qui lui rend la vie insupportable. Il végète dans l'après-coup de demandes obsolètes, toujours nostalgique d'une après-midi éternelle où il avait été l'enfant plus-que-parfait, comblant une mère ravie.

Ainsi prisonnier d'une fixation qui le maintient dans un état de léthargie où la pulsion de mort parle en silence, il ignore l'heure de la fatale visiteuse dont pourtant la simple évocation le plonge dans une inquiétante angoisse. Il est quasi déjà mort mais ne le sait pas.

La seconde, que j'appellerai Belle, ne voit pas le temps passer, parfois court après, mais le plus souvent attend qu'un homme d'exception lui courre après. Sa vie ressemble à celle de l'héroïne condamnée dès sa naissance, par une fée qui ne fut pas invitée aux festivités, à se piquer avec un fuseau et à en tomber raide morte, ce très précisément à l'âge de 15 ans⁹⁰. Ce n'est pas banal que ce soit l'âge de 'l'éveil du printemps'⁹¹, soit le moment de la rencontre avec la sexualité effective, deuxième temps du trauma inévitable qu'est la rencontre du sexuel révélateur du manque. Le sort sera adouci par une fée concurrente et la mort transformée en un sommeil de cent ans.

Ce que Belle tient à ignorer, c'est qu'il y a escroquerie sur le prince dit charmant. Rappelons brièvement les faits : le château entier avec tous ses habitants se fige dans le temps et une muraille d'épines le cerne. Les jeunes hommes tentés par l'objet féminin recelé y restent accrochés jusqu'à ce que mort s'en suive. Celui qui réussit à franchir l'obstacle le fait totalement par hasard. Tout simplement le temps de la malédiction est révolu. Il se trouve juste au bon moment, celui du réveil de la princesse au désir endormi. Pas le

⁸⁸ LACAN, J. Le séminaire « L'identification », inédit, leçon du 23 mai 1962 : « cette vie éternelle dont serait écartée toute promesse de la fin n'est concevable que comme une forme de mourir éternellement ».

⁸⁹ WILDE, O. *Le portrait de Dorian Gray*.

⁹⁰ « La Belle au bois dormant » première version de Charles Perrault, puis des frères Grimm.

⁹¹ De F. Wedekind, préfacé par Jacques Lacan, Paris, Gallimard, 1983.

moindre exploite dans cette rencontre, juste une question de bon/ne heure/e.

Belle ne veut pas courir le risque de savoir la suite de l'histoire, elle se fait absence éternelle pour soutenir une attente toujours insatisfaite. Assassine narcissique du désir, elle ne voit pas le temps passer. L'heure de la mort la laisse indifférente, à peine l'aperçoit-elle quand un proche en reçoit la visite funeste.

Se mettre à l'heure

Il serait souhaitable que ces patients, qui incarnent particulièrement l'équivoque du signifiant - ils ne sont que trop patients, trouvent dans l'analyse une mise à l'heure qui ne soit pas tant celle de l'inconscient/savoir qui ignore le temps, mais celle du réel, c'est-à-dire celle de la mort. Côté inconscient, le déroulement de la chaîne signifiante versus énoncé privilégie le mode diachronique, organisé par les bornes signifiantes de la castration tout en restant sous le contrôle d'une représentation consciente, construite et symbolisée, du temps. Il faut une intervention particulière pour rompre le fil de l'*automatum*, laisser place à la *tuché* de l'énonciation et toucher à la synchronie intemporelle du symptôme. C'est pourquoi Lacan a introduit dans la conduite même de la cure un acte affectant le temps concret, pour que l'analysant lasse le hors-temps de la jouissance et entre dans le temps, compté, comptable, du désir. Ainsi il s'agit de viser un bouclage de la série des signifiants non sur les tours de la vaine répétition mais sur une construction et une traversée du fantasme qui brise sa fixité pulsionnelle et re/met à jour le rapport du sujet à l'impossible.

Seule la mort est immortelle

La psychanalyse avec les enfants est particulièrement instructive car l'enfant-analysant baigne dans la matérialité du signifiant et il parle le réel, ce que les dits 'mots d'enfants' illustrent.

La question de la mort se présente à l'enfant en même temps que celle de la

vie, instant de voir⁹². Le petit sujet, lorsqu'il se découvre seul et limité en entrant dans la période de *névrose infantile*, temps pour comprendre, explore avec ses théories sexuelles infantiles toutes les hypothèses sur le non-sens de l'existence. La conscience d'une origine s'impose, et il fait vite l'hypothèse que s'il y a un début alors il y a une fin. Derrière toutes les questions sur la naissance des bébés, sur l'énigme de la différence des sexes, se profilent, le plus souvent muettes, celles sur le devenir de chacun. Ainsi d'emblée, sexe, vie et mort se trouvent noués par le désir de savoir et les limites de ses pouvoirs. L'enfant rencontre avec horreur cette face de réel qui reste pour partie hors d'atteinte, hormis par ce que l'assomption symbolique de la castration pourra en métaboliser, en laissant l'essentiel à charge d'une 'insondable décision'.

Et seul le vivant est mortel

Ce garçon de huit ans va scander en quelques séances, après un certain nombre de rencontres sans conséquence, le passage d'une angoisse de castration qui s'exprimera en angoisse de mort à la possibilité de la castration assumée, vecteur de solitude mais aussi de désir.

Un malheureux accident d'arbre lui vaut un bras cassé. La chose reste banale jusqu'au jour où le plâtre est enlevé. L'enfant est saisi d'effroi devant la scie, devient blême et s'effondre. Depuis il est, dit-il, obsédé par la mort, ce qui signifie pour lui « ne plus voir la maison, ni papa, ni maman ». Dans un premier rêve, une imago paternelle digne du père de la horde primitive apparaît comme agent d'une modalité du manque qui relève surtout de la castration imaginaire : « (...) le chef, il faisait peur. Son nom c'est *Croque-tout*. C'est un monstre qui mange tout, et tout le monde ». Reconnaissons au passage la figure de l'ogre, ce mangeur d'enfants dont le premier est Cronos, qui incarne

⁹² Cf. Hans : « la présence du thème de la mort est strictement corrélative du thème de la naissance ». Lacan J., *Le séminaire livre IV, La relation d'objet*, Paris, Seuil, 1994, p.413.

le temps suspendu, ce qu'il fait en effet en dévorant ses descendants. Dans cette famille bien plus modeste que celle de l'Olympe, je me contente de relever ce que dit l'enfant : son père parle « entre les dents ».

Dans un rêve suivant, toute la famille se transforme en loups-garous ; il commente: « Mon père n'était plus mon père ». Déclaration de la différence radicale, que ce garçon a rencontré d'une façon particulièrement exposée, qu'il y a entre le père partenaire de la mère, avec le réel sexuel qu'il emporte, et le père nourricier. C'est évidemment le premier qui supporte les fantasmes de rétorsion que le petit Zeus, protégé par l'amour de sa mère, craint tout de même. Ce garçon très jeune, vers 4 ans, était déjà venu me parler de son effroi de n'avoir pas reconnu son père. Ce dernier s'était rasé la barbe qu'il portait depuis toujours et il était apparu comme un autre aux yeux de son fils. Ainsi puis-je faire l'hypothèse que la coupure opérée par la scie est le deuxième temps du trauma inauguré par l'apparition d'un père qui n'est plus le même, révélant dans son apparition d'homme étranger son statut, séparateur.

Je commente le rêve en signalant au jeune garçon qu'en effet la mort (est) sûre mais que la morsure de loup-garou ne l'a pas tué mais en a fait un loup-garou comme son père.

Dans le rêve suivant, les loups n'apparaissent plus si terribles, ce sont des louveteaux qui l'attaquent, mais ce uniquement pour manger ses chaussons et son père pour la première fois apparaît protecteur, il chasse avec un marteau les bébés loups.

Le dernier rêve donne la clé. L'enfant arrive en me déclarant: « Je n'ai plus peur de la mort, je sais pourquoi ». Puis il raconte : « J'ai fait un rêve, j'étais dans un grand arbre (comme celui dont il est tombé), on a fait une cabane ». Et il commente : « C'est juste derrière un ruisseau, comme ça maman ne pourra pas passer ». Il m'explique alors qu'il a réellement construit une cabane avec son frère aîné et son père, dans un lieu supposé peu accessible pour le sexe dit faible. Il opère ainsi la séparation avec une mère trop proche en se rangeant côté homme et en mettant entre elle et lui un obstacle infranchissable. Cette sortie très œdipienne via l'identification de genre permettra-t-elle à l'enfant de supporter l'impossible ? Il semble en prendre le chemin lorsque, jouant distraitement avec quelques petits personnages sur le bureau, il déclare sereinement : « Il n'y a que les faux qui ne meurent pas ». Voilà l'enfant devenu philosophe⁹³.

⁹³ Comme Montaigne rappelant que la mort ne touche que le vivant.

El “sin tiempo” de la histeria hipermoderna

Carmen Gallano

Nuestra época experimenta una paradójica rarefacción del tiempo y una reducción del tiempo historizado en su propulsión a un presente continuo. Es una consecuencia de la

incidencia de las tecnologías de la información y la comunicación en los mercados y en nuestras vidas. Un economista y sociólogo, M. Castells analiza cómo si la Revolución Industrial construyó el tiempo cronológico, la Revolución Informática ha producido el “sin tiempo” de un tiempo atemporal por eliminación de la secuencia, y ello por la gestión electrónica de los mercados financieros. La plusvalía crece hoy, entre ganancias y pérdidas, en las fracciones de segundo en la que circula el capital financiero en nuestro mundo. De donde, afirma Castells, las impredecibles crisis económicas devastadoras del siglo XXI, por esa velocidad de decisiones instantáneas apoyadas en los modelos matemáticos de los ordenadores, de las que caen restos incalculables. La sociedad en red, comprime el tiempo en la aceleración de los procesos y hace la secuencia temporal impredecible y aleatoria. Así, más aprisa se va, menos tiempo se tiene, y eliminando los intervalos como “tiempos muertos”, se “mata el tiempo”. Lacan, en 1972, en Milán, ya había diagnosticado que lo astucioso del discurso capitalista es lo que lo hace insostenible: “va como sobre ruedas, no puede ir mejor, pero justamente va demasiado deprisa, se consume, se consume tanto que se consume”. Ya a partir del 68, Lacan había tomado muy en cuenta la concepción marxista de la plusvalía, que explica el *Time is Money*. Marx descubrió como se generaba la plusvalía que se añade al capital, entre el menos-de-tiempo conveniente a la producción, y el más-de-tiempo extraído al trabajo del proletario. Solo citaré lo que escribió en

los *Gründrisse*, en 1858: “ el capital se basa en la producción de sobre-trabajo como tiempo superfluo desde el punto de vista del valor de uso, de la simple subsistencia y el trabajo vivo jamás obtiene el equivalente de su precio, por ello es un trabajo alienado “ Esa es la contradicción temporal inherente al capitalismo, cada día más agudizada. La angustia crece hoy, tomando la forma del apremio de la prisa capitalista. No es el apremio de la vida- el *Not ds lebens* freudiano- que pasa al campo del inconsciente y mantiene el tiempo del sujeto en el encadenamiento significativo. La compresión espacio-temporal del tardocapitalismo no es propicia al tiempo del sujeto, pues el sujeto no puede transcurrir sino en un lapso temporal, en la pulsación temporal intersignificante. En el presente continuo de la vida de hoy el sujeto está dividido entre el menos de tiempo que le queda como sujeto, y el más de goce que asedia al cuerpo. Ese impasse del plus-de-goce como pérdida y recuperación que no alcanza al sujeto, hace síntoma. Lacan en el seminario XVI, dice que “de lo que se trata en el síntoma es de lo más o menos desahogado de los andares del sujeto en torno del plus-de-goce que él es incapaz de nombrar”. En cuanto al síntoma histérico, se prende, hoy como ayer, a las marcas imperdibles del S1, es decir a las marcas del surgimiento del goce que perturbó el cuerpo. Algunas mujeres histéricas, muy solidarias en su identificación fálica con el poder del Uno capitalista, desenmascaran en sus síntomas su división subjetiva, bajo la forma de una disociación temporal entre sumisión y resistencia al “sin tiempo” capitalista.

Citaré aquí dos casos, ambos de mujeres treintañeras que tienen en común haberse volcado en la ambición de ser conquistadoras de mercados y sufrir por sentirse excluidas de las cosas del amor.

La primera se define en su posición, al inicio con orgullo y luego con desolación, como “el bulldozer”; la segunda se define como “la que entra a saco”, cosa que no cuestionará sino por lo que le dicen sus amigos del alma es lo que la hace intolerable para los hombres y estropea su ser de mujer. La primera, llegó a mi consulta tras haber recorrido muchos médicos que no encontraban causa clara a unas infecciones urinarias mantenidas con permanente dolor a la micción. Le dijeron que sería “por stress” y le recomendaron una psicoterapia. Al tiempo que venía disciplinadamente a sus dos sesiones por semana para hablar de los sabores de su historia, aceptó someterse a una peculiar técnica de fisioterapia que consistía en tratar el dolor de los “puntos gatillo” (tender points) localizados por la fisioterapeuta, con la introducción de un artilugio por vía vaginal. Pero no fue esta extravagante técnica del cuerpo lo que hizo desaparecer su síntoma de conversión, sino el recuerdo de que el síntoma vino después de una penetración con otro cariz que la que le practica la fisioterapeuta. Ella se prestaba, a menudo, en noches de alcohol y droga, a irse a la cama con hombres por los que luego se sentía desechada. Una de esas veces fue peor que otras: el hombre al que ella había querido conquistar, la penetró sin preliminares, en una prisa, me dice: “en la que ni tiempo tuve de saber si lo deseaba ni de excitarme”. Se dejó hacer, pero se sintió agarrotada en un intenso dolor. A partir de la desaparición del síntoma de conversión, abordó en su análisis lo problemático de su “ser bulldozer”: es que su vida está tan volcada en lo “pro”, que se queda sin tiempo para lo “perso”. Aclaro con “lo pro” y “lo perso” se refiere a “lo profesional” y “lo personal”, pues este sujeto moderno habla con significantes-abreviatura, como en el argot de los SMS. Su infortunio es que la potencia hiperproductiva que surca el campo del Otro, se salda repetitivamente, de una empresa a otra, en el fracaso de su aspiración de obtener un reconocimiento del “Big Boss”, como ella llama a sus

Jefes. Una y otra vez, en todas las empresas en las que ha trabajado, se ha visto expoliada de su tiempo de trabajo para solo beneficio del Jefe que se traducirá en un menos para ella. No recibe del Uno, al que asigna el lugar del Otro, la equivalencia de su trabajo vivo como valor dado a su persona, que sentirá tratada como desecho, objeto caído del discurso. La cosa se agrava a partir del momento en que se precipita a aceptar la propuesta del Big Boss de substituir al jefe inmediatamente superior a ella, que se acababa de suicidar. Pues no solo no obtiene, tras un año y medio, lo que esperaba a cambio – ser admitida como asociada, para al fin igualarse a los Unos que tenían ese status- sino que ni le suben el sueldo y encima se ha ganado la hostilidad de aquellos que antes habían sido sus iguales en el equipo. Pues eso sí, no todo en ella es sumisión, y como era jefe, desaparecía de vez en cuando del trabajo, tomándose cortas vacaciones, para practicar sus actividades favoritas: el ski y los deportes náuticos. Por una reorganización de la empresa la sacan de ese puesto de jefe- suplente y la mutan a una función en la que la potencia de su identificación fálica se quiebra, pues le falta el saber para realizarla, poniéndose en evidencia su incapacidad para satisfacer a los clientes como ella siempre había hecho. Nadie la ayuda en esa tesitura, pues los colegas expertos en el tema no están dispuestos a dedicar un poco de tiempo a responder a sus preguntas. Y por mucho que corra estudiando esos temas, no llega a tiempo y se angustia con cada nuevo dossier. Me recuerda al Conejo Blanco de Alicia en el País de las Maravillas, que mira su reloj de *gentleman* solo para lamentarse en su carrera, de que va perdiendo sus emblemas por el camino, de que se le hace tarde, y ¡ay! de él, le degollarán. A la vista del fracaso en ese puesto, el Big Boss le ofrece dedicarse a tareas de marketing, cosa que a ella la hunde durante un tiempo, pues eso sentencia definitivamente que la excluyen del status que corresponde a la carrera que

ha estudiado, considerada en el mundo profesional de nivel superior a la de marketing . Tendrá que rendirse: nunca será lo que aspiraba ser. Y paralelamente, cuando se ocupa un poco de lo “perso”, los hombres a los que trata de conquistar con su activismo deseante, siempre la desechan para preferir a otra. Es el saldo de su atadura histórica al Uno de su fantasma. Por efecto de su análisis, irá aceptando que el puesto de marketing que le dejarán desarrollar a su manera le va muy bien y se dice curada del stress en el que antes vivía “sin tiempo”, pues ya no se precipita de cabeza según dicten los significantes del Otro. Pero si se dice curada del stress, y ya no avanza como un bulldozer, no por ello ha abandonado lo que ella llama su speed, con el que goza como algo propio de su persona. Lo celebra como éxito terapéutico: “el speed sin stress”. Ese goce fálico no será sin contrapartida. Comienza a padecer fuertes dolores de espalda, agravados por su gustoso ir de aeropuerto en aeropuerto, siempre deprimida, por su trabajo. Y de golpe me anuncia que no puede venir al análisis, pues está clavada en la cama, por una hernia de disco, que los médicos dicen inoperable y que para su tratamiento requiere cotidianas largas sesiones de fisioterapia para que pueda llegar a volver a moverse sin dolor. Al mes se incorpora al trabajo, pero en su apretada agenda, no cabe ya el tiempo para las sesiones de análisis, colonizado ahora por las sesiones de rehabilitación. Lo “físio” que encarna el poder sobre el cuerpo obtura lo “psico” alojado en el análisis como la incógnita de un saber faltante sobre la verdad de su ser. Así, vemos como ahora su presente está dividido , en alternancia temporal , entre el goce del speed, en el que cifra un bien subjetivo, y volver a la escena en la que ofrece el mal de su cuerpo a las manipulaciones de la técnica de los “físio” . Reduce sus visitas a la analista a una vez cada tres meses: para desplegar su amor de transferencia, ser algo receptiva a mis interpretaciones y proyectar más adelante volver a su análisis para tratar lo aún insatisfecho de

su deseo: su radical carencia de vida amorosa . La hora de la verdad de su deseo, la hace esperar, pero le cierra el hueco en su presente.

Del segundo caso, del sujeto que se define como “la que entra a saco”, que también lleva como el sujeto anterior, cuatro años de sesiones conmigo, no daré detalles de las coyunturas en las que la empresa creada por ella con la que se ha asociado, a modo de socio industrial, con otra más fuerte de otro país que es el socio capitalista, para conquistar mercados en común, se ve amenazada de quiebra. El asunto se puede resumir a que no logra ahora que el “Tipo éste”, como ella lo llama, pague a unos proveedores unos gastos imprevistos en el presupuesto inicial de un proyecto realizado por ella. “Entrarle a saco” para decirle sus 4 verdades se le revela contraproducente y desata sus furias y angustia en el diván protestando de lo inútil que es hablarme de todo esto, pues solo ve una causa exterior a su angustia “este mundo de lobos” en el que descubre que ella para ese socio-jefe , no era sino alguien “de quien hacerse dinero a su costa” . Está tentada de dejar el análisis, más ahora que por el agujero en los fondos de su empresa, ha tenido que buscarse, para llegar a fin de mes, un trabajo de contable, ella que tiene un master en ciencias económicas. Se siente “entre las cuerdas”, pues los 40 euros de su sesión semanal le escuecen. Pero, más sensible a la intervención de la analista que la paciente anterior, opta por no desperdiciar esos 40 euros semanales , cansada, dirá, de haber orientado su discurso en el diván solo para ser querida, sin disponerse, “a sacar la basura” que es la metáfora, dice, de lo que aún no había hecho en el diván. Hasta ese momento, se presentaba como la histórica industriosa, febrilmente entregada a su profesión, reivindicando su estilo unisex, su ambigüedad imaginada bisexual; como la “enamorada” gozando de los debates con sus amigos masculinos y de las confidencias con sus amigas idealizadas. Y no se quejaba mucho de no encontrar novio, o de aislarse en su casa, en su mundo perso-

nal en una intimidad muy suya, de la que me avisaba no pensaba hablarme.

Su “sacar la basura” comienza por entregar su saber de que su stress, trabajando a toda velocidad, sin tiempo, resulta de su evitación de los problemas que le conciernen, por sentirse invadida por el miedo y luego cuando ya no puede estirar más el tiempo es cuando ya no puede seguir escondida, sustrayéndose. Y pasa de golpe a producir mucho en un tiempo mínimo, en una impaciencia voraz, que le impide calcular los restos que va dejando por el camino, con lo que su producción es siempre chapucera y plagada de imprevistos. La misma disociación temporal, del más al menos y del menos al más, la aplica a su cuerpo: vaguea en casa, comiendo a capricho, y de golpe se va al gimnasio a machacarse horas y horas. De niña, le excitaba mucho girar cada vez más deprisa alrededor de una mesa hasta alcanzar el vértigo.

Y en contraposición, en su aislamiento en casa escribe, desde hace años, relatos, escenas de historias que no logra terminar de un personaje de nombre masculino que encarna, dice, “la persona que yo querría ser”. Su análisis da un giro cuando asocia a la angustia que la invade en forma de terror, otros juegos, estos en su adolescencia, los secretos juegos sexuales con un primo, y las amenazas ulteriores de éste de delatarla. Este sujeto, a diferencia del primer caso, ha entrado en el tiempo de su inconsciente en el que la causa de su división sintomática asoma como causa sexual. Eso no sin resistencia, a la hora de sacar a la luz el ser de goce que encierra en su fantasma, del que ha pretendido en vano valga como causa del deseo del Otro. En su reiterado modo de decirme que prefiere callar al borde de decir algo de la pasión que la habita, ¿no hace del tiempo suspendido la hora fija de la espera del Otro, desde la hora fija de lo ignoto de su ser de goce?

La liberté ou le temps

Mario Binasco

Je suis parti, pour cet exposé, de l'hypothèse selon laquelle la question de la liberté a quelques rapports avec la question du temps, soit du temps du sujet de l'inconscient, soit du temps de la psychanalyse, et j'ai essayé de vérifier ces rapports. D'autant que, en nous interrogeant sur la façon dont le temps de la psychanalyse se situe dans ce que nous appelons notre temps, nous voyons combien celui-ci semble marqué par la référence à la liberté, au point que nous pourrions dire que, dans le discours courant, le temps c'est le temps de la liberté qui est la chose dont le temps serait le concept. Le temps, dans ce sens, serait toujours le temps de quelques formes de libération : soit négative, soit positive, selon deux versants de la liberté, le versant expérience et refus d'un manque et d'une limite, et le versant expérience d'un supplément.

Concernant le versant négatif, il s'agit d'une recherche de libération d'un pouvoir exercé par un Autre supposé réel, dans n'importe quelle condition qui définisse, localise ou même identifie l'individu. C'est donc une libération d'avec ses liens. On rêve de se libérer pas seulement des autres – des autorités et des conjoints – mais aussi, bien sûr, de soi-même, que ce soit de son image, de son corps, de son sexe ou *gender*, de sa mortalité, de son identité – pouvant être représentée par deux figures, l'une diachronique : l'amnésie, l'autre synchronique : la clonation.

Quant au versant positif c'est la réalisation d'une satisfaction, mais dont le modèle unique tout de même est aujourd'hui l'objet « monté au zénith social », le plus de jouir comme Colette Soler l'a bien expliqué dans ses textes. C'est l'objet qui se croit la méthode, la voie pour réaliser cette libération côté négatif.

On peut même vouloir se libérer de la liberté, au nom de la liberté bien sûr, quand cette liberté manque de satisfaction ou s'oppose à la satisfaction. En fait, il est vrai que l'on peut vouloir se libérer de presque tout sauf d'une satisfaction digne de ce nom, parce que d'une certaine façon la satisfaction aussi est instant de réalisation de la liberté. La signification de la liberté est intrinsèque à la satisfaction, elle y est incluse et en est donc indissociable.

On peut vouloir se libérer d'une jouissance, évidemment non pas de la jouissance attendue, mais de la répétition de cette attente, donc quand cette attente montre sa face réelle.

Mario Binasco est co-responsable avec

En effet de quoi veut-on se libérer sinon d'un réel ? On peut même vouloir se libérer d'un désir, sauf quand désirer c'est déjà vivre une satisfaction. Notons que soit le désir en tant que vecteur, soit la jouissance *attendue*, inclue une dimension temporelle, tout comme la liberté. Je rappelle en passant que l'attente est la dimension temporelle commune au désir et à l'angoisse.

Je vais par la suite signaler d'autres notions auxquelles la signification de la liberté me semble intrinsèque. Mais restons encore un moment sur « notre temps ». Je souligne que la solidarité entre satisfaction et liberté est orientée parce que c'est la liberté qui est incluse dans la satisfaction et non pas le contraire. Or notre temps incite à obtenir la liberté par l'objet dans le but d'entraîner la satisfaction. La promotion de l'insatisfaction par l'usage du plus-de-jouir dans notre époque, la promotion du manque à jouir, n'est-ce pas ce qui relance la quête de l'objet précisément comme signe de liberté, et au nom de la liberté ? On le voit soit par les objets qui deviennent, sur le marché général de la jouissance, même les-dits “droits de liberté” (ceux qui étaient autrefois personnels et indisponibles, donc

soustraits à l'échange), soit par la publicité qui désormais insère toujours dans ses métonymies quelque signification de liberté, liberté qu'elle nous fait acheter car incluse dans l'objet proposé.

On peut se demander d'abord si cette liberté, incluse dans l'objet, cause le désir du consommateur ou plutôt est faite pour le rassurer comme une forme actuelle de l'opium des peuples et ensuite si cet objet et cette liberté, le consommateur les paye et comment, et s'il le sait. Ou bien encore, s'il se croit plutôt comme le riche lacanien du Séminaire XVII⁹⁴ qui ne paye pas. Alors cette liberté, incluse dans un prix qu'on ne paye pas, liberté aussi à l'égard du prix, fait partie de la «qualité de riche» à laquelle on fait participer le consommateur. Cette question du prix payé ou pas, on y reviendra à propos de la rectification subjective dont l'analyste se sert pour l'entrée dans l'analyse. Je crois que tout analyste a rencontré au moins une fois un patient qui prétendait qu'il ne devait rien parce qu'il payait déjà avec le temps qu'il dépensait pour venir à l'entretien, préliminaire évidemment.

À propos du marché du manque-à-jouir, je me permets une petite remarque. Pour parler du psychanalyste dans notre temps nous sommes souvent revenus, avec raison, sur l'ancienne référence de Lacan. Il parle de «la subjectivité de son époque» que l'analyste devrait «rejoindre à son horizon⁹⁵» etc... Cela a un sens, même trop hégélien ; je me suis demandé si ce ne serait pas justement pour nous – nous qui avons pluralisé beaucoup de choses – le moment d'essayer de pluraliser aussi «La» subjectivité de notre époque et d'en faire une référence moins absolue, surtout depuis que nous avons commencé, avec Lacan, à considérer la subjectivité par rapport aux discours, les quatre discours plus le discours capitaliste.

⁹⁴ LACAN, J. *Le Séminaire. Livre XVII. L'envers de la psychanalyse*, Paris, Seuil, p.94.

⁹⁵ LACAN, J. «Fonction et champ de la parole et du langage», *Écrits*, Paris, Seuil 1966, p.321.

C'est ce dernier, me semble-t-il, qui soutient, avec son programme de circulation sans restes et sans impossibilités (n'est-ce pas le comble de la liberté ?!), «l'époque» au singulier, qui est le singulier d'une universalisation et non pas d'une singularité. L'universalisation est en même temps d'un côté «l'idéologie de la liberté, la seule à ce que l'homme de la civilisation s'en arme⁹⁶», avec son idéal du consommateur parfait, et de l'autre côté une universalisation d'objet, de telle sorte qu'il faudrait peut-être parler plutôt de l'*objectivité* de notre époque, ou même de l'*abjectivité* de notre époque. Il s'agit alors d'une universalisation dans laquelle l'objet fait *objection* ou *abjection* de conscience, à sa façon, au lien entre le sujet et l'Autre.

Comment situer dans notre temps, face à ce type d'universalisation, l'analyste et son offre qui par contre est singulière. D'une part parce qu'elle est offre de singularité, et d'autre part parce qu'elle se fait par la voie d'un acte singulier, qui produit un marché très singulier, où il y a offre et demande, mais non pas rencontre – au moins rencontre de personnes⁹⁷ (si je lis bien Lacan dans sa *Préface à l'édition anglaise du 17 mai 1976*). Un marché c'est surtout l'espace de la rencontre (contingente donc) de l'offre et de la demande mais aussi du temps de l'élaboration de cette rencontre, de ses formes de réussite ou aussi bien que de ratage.

Il s'agit de savoir comment faire vivre ces marchés singuliers «dans» le contexte de l'*abjectivité* de notre époque. Lacan en 1976 avance que «donner cette satisfaction étant l'urgence à quoi préside l'analyse, interrogeons comment quelqu'un peut se vouer à satisfaire ces cas d'urgence... L'offre est antérieure à la requête d'une urgence, qu'on n'est pas sûr de satisfaire, sauf à l'avoir pesée⁹⁸». «Cas d'urgence», drôle de définition de

⁹⁶ LACAN, J. «Discours de clôture du Congrès sur la psychose et l'enfant», *Autres écrits*, Paris, Seuil 2001, p.362.

⁹⁷ LACAN, J. «Préface à l'édition anglaise du Séminaire XI» 17 mai 1976, *Autres écrits*, op. cit. p. 573.

⁹⁸ *Ibid*, p.573

l'analysant mais bien temporelle, il faut noter, par la précipitation ou au moins par la tension qu'elle implique. Evoque-t-elle ce que par ailleurs Lacan appelle « un désir décidé » ? Et ce désir, en plus *décidé*, n'aurait-il pas affaire avec la liberté ?

Pas de marché qui n'ait à faire avec la satisfaction avec sa connotation de liberté. Cela vaut pour la psychanalyse aussi où se lient l'analysant et l'analysé, et qui fait exister un espace du lien du sujet à l'Autre (court-circuité dans la civilisation), avec sa dissymétrie en proposant à nouveau son aliénation constituante à partir de ce que nous appelons avec Lacan «rectification des rapports du sujet avec le réel⁹⁹ ». Cette opération qui se place au commencement du temps de l'analyse implique, notons le, que le sujet se reconnaisse dans un *rappor*t avec le réel, aussi impossible soit-il. Désir décidé de s'impliquer dans une séparation, pourrait-on dire, et rapport symptomatique avec le réel, voilà deux façons de prendre position sur la question de la liberté. Il y a, me semble-t-il, de liberté sinon comme *liberté de l'Autre* (génitif objectif mais subjectif aussi) ou encore *liberté du réel* (même usage des génitifs, pour paradoxal que cela puisse paraître).

J'ai évoqué à ce propos le terme d'acte singulier. C'est une autre notion qui inclut une signification de liberté. Il est évident que s'il n'est pas libre, ce n'est pas un acte, comme implicitement ce que Lacan dit de l'acte le confirme. Et l'acte est un terme essentiel aussi pour ce qui est du temps, parce que l'acte réalise toujours un commencement d'une certaine façon absolu, outre à (se) produire des après-coups. Voir à ce sujet Hannah Arendt commentant saint Augustin où la liberté est définie comme la capacité de «donner commencement¹⁰⁰ ».

Alors, à série de la satisfaction et de l'acte, j'ajouterai que la signification de liberté est intrinsèque aussi à l'amour,

dans sa définition lacanienne. Si l'amour c'est donner ce qu'on n'a pas, et que ce qu'on n'a pas ne peut être donné que par des signes qui ont justement la signification de *ce* don, alors, là encore, il faut que le don d'amour inclue la liberté pour être signe de l'amour. Dans ce cas on voit bien le caractère de *contingence* qui est associé à la liberté parce que si le don répondait à une quelconque nécessité, il perdrait son caractère de signe de l'amour. Nous pouvons en avoir des exemples dans la vie amoureuse et conjugale mais également dans l'érotomanie bien qu'*a contrario*. Et l'on voit aussi le caractère temporel de cette contingence du don (signe) d'amour, dans le dire (en acte) où l'amour fait témoignage et promesse d'une nécessité que paradoxalement on ne peut qu'attendre.

Donc la liberté regarde l'être du sujet, l'être parlant aussi. Ceci est confirmé par un dernier terme qui inclut, à mon sens, la signification de liberté et qui dit le terrain éthique sur lequel se joue cette inclusion : celui de responsabilité. Là aussi, il y a orientation parce que c'est la responsabilité qui inclut la liberté et non pas le contraire. On ne peut pas déduire que nous sommes responsables à partir de l'axiome de « La » liberté car le poser ainsi renverrait à l'indécidable du libre arbitre. C'est au contraire parce que nous nous trouvons *réellement* responsables que nous ne pouvons que nous retrouver libres, c'est-à-dire dans le paradoxe de la liberté. Nous pourrions chercher avant tout à nous libérer avec le réel de cette responsabilité. D'autre part, la forme de notre responsabilité peut changer avec l'analyse, corrélativement au traitement de notre implication de jouissance. Je crois que c'est au fond ce qui rend plausible un terme comme celui d'« identification au symptôme ».

Je crois avoir déjà signalé quelques points de contact entre la liberté et le temps, mais je vais en rappeler d'autres, en suivant Lacan.

Lacan n'a jamais voulu traiter directement de la liberté comme d'une notion psychanalytique et je crois que l'accent ici

⁹⁹ LACAN, J. « Direction de la cure », *Écrits*, op. cit., p. 598.

¹⁰⁰ AUGUSTINUS, *De civitate Dei* : «initium ut esset, creatus est homo».

doit être mis sur le mot « une » plus que sur le mot « psychanalytique ». Je crois que ce qui n'en fait pas une notion psychanalytique c'est que dans la psychanalyse elle ne peut pas être *une*. Cela n'a pas empêché Lacan d'en parler à plusieurs reprises dans son enseignement, tout en parlant d'autres choses, en articulant ses propres notions, dont certaines fortement liées à la question du temps.

On connaît bien le temps logique, avec ses trois prisonniers, leur directeur de prison et les supposés disques sur leurs dos. Dans cet apologue, en effet, on peut dire que tout se tient dans « la subjectivité de son époque » établie par le directeur avec le problème qu'il propose de résoudre et dans lequel il lie tout le monde et où les suspensions des autres contribuent à l'acte de libération de chacun. Ici la liberté entre en jeu comme une offre, comme une possibilité alternative à la mort, où tout n'est pas encore perdu ni encore joué. Avec cette offre un peu tordue et abusive s'ouvre un temps, commence et s'oriente un temps d'action. Je voudrais souligner que tout cela prend son départ d'un trou que le directeur ouvre dans la situation réelle, en assignant à chacun un disque. Dès lors l'instant de voir devient le temps de regarder un manque, de voir qu'on ne peut pas voir le signe du sujet qu'on est. Il n'y a pas de temps logique sans ce trou.

C'est déjà « la liberté ou la mort », mais ici elles ne sont pas synchroniques et ne représentent pas le sujet. Le sujet en question n'est pas divisé, la perte ou le manque ne l'entame pas en tant que tel. L'apologue montre plutôt la fonction de l'Autre dans la figure du directeur, avec ses promesses et son savoir supposé. Je ne crois pas qu'il s'agisse de soutenir que le directeur n'existe pas : le symbolique est là, avec sa dimension de promesse pour le vivant humain. Mais ce dont il s'agit, c'est que premièrement il n'a pas l'autorisation ou la garantie pour le maintenir puisque l'Autre de l'Autre manque. Il est donc troué car le symbolique *est* un trou, dira Lacan en 1975¹⁰¹.

¹⁰¹ LACAN, J. *Le Séminaire. Livre XXII. RSI*, in-

Deuxièmement lui-même ne peut pas savoir, c'est-à-dire *décider* ce que signifie le disque qu'il a plaqué sur le prisonnier parce qu'à ce disque peut s'appliquer la phrase d'*Encore* que nous rappelait Colette Soler où Lacan dit que la valeur de S1 « reste indécis, entre le phonème, le mot, la phrase, voire toute la pensée » ou « une vie entière ¹⁰² ». Remarquons que toute question de liberté se pose à un moment, à un temps où il est question de cette décision de la valeur du S1. Si cela reste finalement non décidé, il y a quelque chose de troué dans tout ce qui fait l'identité d'un sujet. Et donc c'est bien par ce trou que peut se montrer dans ses actes, ses responsabilités, ses amours, ses satisfactions, quelques libertés *imputables* au sujet.

Rappelons un autre temps fondamental de l'élaboration de Lacan. La liberté est un signifiant que Lacan convoque au moment de formuler sa causation inconsciente du sujet, dans la logique de l'aliénation et de la séparation, où le temps est posé comme facteur décisif de cette structure, identique, d'une certaine façon, au sujet même. Ces textes sont connus : les chapitres XVI et XVII du Séminaire *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse* et « Position de l'inconscient ». Vous savez comment l'aliénation se constitue de la synchronie, et comment la séparation fait intervenir la diachronie. Ce que je voudrais souligner, c'est que le temps, comme temps du sujet, *c'est* la synchronie. D'abord il n'y aurait pas de temps, symbolisable bien sûr, s'il y avait seulement du *un* et s'il n'y avait pas de *deux*. Or la synchronie est possible parce qu'il y a le signifiant, et le signifiant c'est le *deux*. Sans cela ne se poserait aucune question synchronique et le temps ne pourrait être ni interrogé ni analysé au présent, donc dans sa cause réelle, présente et non pas passée. Or, ce que le choix de l'aliénation montre (« la bourse ou la vie », « la liberté ou la vie », « la liberté ou la mort »), c'est qu'il n'y a pas que les deux signifiants en présence

édit.

¹⁰² LACAN, J. *Le Séminaire. Livre XX. Encore*, Paris, 1975, Seuil, p. 131 et p.48.

synchronique. Il y a un troisième facteur qui résulte de leur logique de réunion. C'est un facteur qui est d'un autre ordre puisque c'est l'événement de cette perte de jouissance où le vivant est pris dans le *logo*. Une remarque : la *prise* du signifiant, n'est-ce pas ce qui situe et fonde, *dans le champ du réel*, l'idée même de la liberté ? Pensons à la différence entre le comportement animal et celui humain face au réel. C'est donc l'essentiel de la synchronie, le trou et l'objet, qui engendre le temps du sujet mais aussi du vivant – du vivant humain. Comme Lacan le dit dans la Conférence de Genève « il n'y a de logique que chez un vivant humain¹⁰³ », parce que, me semble-t-il, seul le vivant humain fait rentrer de la logique parmi ses normes vitales, normes, il faut le souligner, toujours aussi *singulières*. Rappelons-nous que l'aliénation se qualifie par le fait que *l'être* du vivant/sujet y est pris. Il s'agit de l'être qui figure soit au départ des travaux de Lacan, par exemple dans la *Causalité psychique*, soit à la fin avec le terme de parlêtre et les nœuds.

Je n'ai pas le temps pour approfondir la question, sur laquelle je me suis souvent interrogé, du statut des deux signifiants qui produisent l'aliénation. Il s'agirait de savoir si ce sont des signifiants quelconques ou pas, et quel est leur lien au réel ou à son champ. En effet l'aliénation me semble vouloir rendre compte d'un moment de 'trouage' où symbolique et réel se prennent l'un dans un trou de l'autre. Dans quelle mesure « la liberté » dans le choix aliénant pourrait être un signifiant « quelconque » ? Je veux seulement souligner que Lacan, dans *Position de l'inconscient*, les suspend au fait que ces signifiants « s'incarnent plus personnellement dans la demande ou dans l'offre¹⁰⁴ », phrase à mon sens très importante à déchiffrer mot à mot.

Je développerai seulement deux points :

- Premièrement, puisque dans l'aliénation la liberté entre en jeu en premier terme comme signifiant, et signifiant veut dire « tout ou rien », cela implique que la liberté de l'aliénation est « La » liberté. Ce n'est pas la signification de la liberté dont j'ai parlé avant et donc ce n'est pas banal qu'aliénation et séparation l'entament, la rendent si je puis dire, pas toute.

- Deuxièmement, Lacan situe quand même le temps de la liberté comme libération, comme mouvement original/diachronique, au niveau de la séparation et de la torsion que celle-ci suppose et qui donne commencement au temps du désir. Il la situe précisément comme tentative de « se libérer de l'effet aphanistique du signifiant binaire¹⁰⁵ », en tant que celui-ci est le point du refoulement primordial, donc du trou.

J'ai insisté sur la synchronie et sur l'importance de la présence en elle de l'objet parce que c'est ce qui nous permet de situer par exemple la manie, avec son vécu temporel, comme « réalisation » (retour dans le réel) de « La » liberté par refus de l'inconscient et de l'objet-manque. Cela nous permet aussi d'évoquer le côté plutôt maniaque de l'usage de l'objet-liberté dans notre temps, que je mentionnais précédemment.

Par rapport à cela, j'évoque en passant les résonances temporelles d'une notion lacanienne comme celle du sérieux, lu en rapport avec la série. Le sérieux fait série parce qu'il prend au sérieux la série. Il opère avec la série, comme dans l'analyse, il y a de l'opération, de l'acte et donc un certain dire. C'est bien la condition, me semble-t-il, pour pouvoir localiser paradoxalement, pour traiter sérieusement même les éléments qui restent hors série.

Avant de conclure je dois mentionner deux autres types de « synchronie », ou d'analyse du temps au présent, qui à mon sens sont très importants pour notre

¹⁰³ LACAN, J. Conférence de Genève sur le symptôme 1975, texte inédit.

¹⁰⁴ LACAN, J. « Position de l'inconscient », *Écrits*, op. cit., p.841

¹⁰⁵ LACAN, J. *Le Séminaire Livre XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Paris, Seuil 1973, p.200.

question à propos du temps du sujet de l'inconscient et son rapport à la liberté.

Le premier se rattache à l'usage que Lacan fait des catégories de la logique modale. Il s'agit d'un type de logique qui n'implique pas l'universel de la même façon que d'autres logiques). Les termes de nécessaire, possible, contingent, impossible, sont traduits par Lacan en termes de « *cesser* » ou « *ne pas cesser* » de s'écrire. L'implication temporelle de termes qui disent le rapport avec l'existant par les expressions de « *cesser* » ou de « *ne pas cesser...* » est évidente. Le « *cesser de...* » scande et qualifie le rapport avec l'événement et l'acte comme sortant de deux éternités, l'une d'inclusion (le nécessaire), l'autre d'exil (l'impossible). On ne sait pas quelle peut être la plus infernale, la sortie par ce qui existe comme cessation, comme possibilité ou comme contingence. Là aussi, à propos de la subjectivité de notre époque, nous pouvons nous demander quel peut être le rapport au temps de quelqu'un qui pour aller au-delà du nécessaire voudrait connaître et pratiquer seulement le possible (par exemple la technique, avec son côté destructeur : cesser de s'écrire), tandis que par ailleurs serait forclosé l'impossibilité (inhérente aux choses de l'amour et à l'exil du rapport sexuel) ? On peut observer sa tendance à *s'assurer* : s'assurer de la possibilité, avec ses conséquences d'angoisse, et s'assurer *contre* la contingence. On s'assure contre la contingence, c'est-à-dire contre la rencontre et contre ce qu'elle implique de toujours raté, perdu, mais qui est la seule voie de réussite et de satisfaction. Et par rapport à l'espoir, notion et affect temporels, s'il y en a, rappelons que Lacan nous met en garde contre dans « *Télévision*¹⁰⁶ » en disant que cela amène les gens au suicide. Il me semble pouvoir dire que Lacan parle là de l'espoir qui se voudrait fondé sur la possibilité et non pas d'un espoir qui existe quand même, fondé sur une contingence et sur l'impossibilité.

Pour ce qui est de la nécessité, je reprends plus longuement ma citation précédente de la Conférence de Genève :

«Jusqu'à un certain point, on conclut toujours trop tôt. Mais ce trop tôt est simplement l'évitement d'un trop tard. Cela est tout à fait lié au fin fond de la logique. L'idée du tout, de l'universel, est déjà en quelque sorte préfigurée dans le langage. Le refus de l'universalité est esquissé par Aristote, et il le rejette, parce que l'universalité est l'essentiel de sa pensée. Je puis avancer avec une certaine vraisemblance que le fait qu'Aristote le rejette est l'indice du caractère en fin de compte non nécessité de la logique. Le fait est qu'il n'y a de logique que chez un vivant humain.»

Pourquoi ne pas essayer de formuler, après « la liberté ou la vie », « la liberté ou le temps » ? Et encore, « la vie ou le temps », où par un glissement la liberté se trouverait du même côté de la vie ?

En relation avec l'impossibilité (du rapport sexuel) je cite brièvement :

«N'est vrai que ce qui a un sens. Quelle est la relation du Réel au vrai ? Le vrai sur le Réel, si je puis m'exprimer ainsi, c'est que le Réel, le Réel du couple ici n'a aucun sens. Ceci joue sur l'équivoque du mot sens. Quel est le rapport du sens à ce qui, ici, s'écrit comme orientation ? On peut poser la question, et on peut suggérer une réponse, c'est à savoir que c'est le temps. »

C'est dans ce sens que plus haut j'ai souligné deux fois le caractère orienté de deux facteurs de la question de la liberté au niveau du champ du réel.

A lire Lacan, le fait s'impose que dans les dernières années, il a commencé à utiliser de façon continue le vocabulaire de la liberté : libérer, libre, etc., mais non pas appliqué au sujet, ni à l'Autre, ni à l'homme. Il l'a appliqué à l'être, à cette nouvelle manière de rendre compte de l'être parlant dans l'expérience analytique qui consistait à travailler avec les nœuds

¹⁰⁶ LACAN, J. *Autres écrits*, op. cit., p. 509.

borroméens. Là alors la liberté devient la condition des ronds dénoués, rendus libres l'un par rapport à l'autre.

La liberté selon Lacan retrouve, chose quand même surprenante, la même relation avec la folie qu'elle avait eue au début. On peut simplement noter que ce type de liberté regarde moins le sujet que l'analyste, son opération de coupure, sa responsabilité à lui.

O inconsciente: trabalhador ideal

Maria Vitória Bittencourt

Escolher como título « o inconsciente : trabalhador ideal » para abordar nosso tema é uma forma de questionar a definição que Lacan apresenta em *Televisão* : « o inconsciente é (...) um saber que não pensa, nem calcula, nem julga, o que não o impede de trabalhar, no sonho por exemplo. Digamos que é o trabalhador ideal¹⁰⁷ ». Como articular esse trabalhador ao tempo do inconsciente ? Proponho assim retomar o sonho, para ilustrar o trabalho do inconsciente, tentando responder à questão da prática da interpretação, que viria introduzir uma temporalidade ao trabalho do sonho. Disso decorre outra questão : haveria necessidade de interpretar o sonho ?

A referência de Lacan ao trabalhador vem de Marx, mas esse termo – trabalho – se encontra em Freud a propósito do sonho, fenômeno que lhe permitiu lançar os fundamentos dos processos do sistema inconsciente. Mesmo que tenha sido a partir do sintoma histérico que Freud concebeu a mensagem cifrada do inconsciente, foi o sonho que abriu o caminho à « via régia ». No entanto, Freud não fez do sonho um equivalente do inconsciente. Para ele, a essência do sonho se encontra justamente no trabalho do sonho – *Arbeit* – mais importante que seu conteúdo, manifesto ou latente. A partir da lei do inconsciente e seus mecanismos operatórios, se abre toda uma elaboração semântica em torno da leitura dos sonhos e de sua interpretação. O equívoco significativo coloca Freud na via da articulação do que chama « moção pulsional », o desejo inconsciente.

¹⁰⁷ LACAN, J. *Televisão*: Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1990, p.31.

Quanto à interpretação, desde o início, Freud chama a atenção contra a fascinação que os mistérios do inconsciente podem gerar. Em 1912, Freud adverte que é preciso uma certa abstinência quanto ao desejo de interpretar pois existem sonhos que vão mais rápido que a análise e que « ao tentar interpretá-los, pode-se abalar todas as resistências latentes, e não se vê mais nada ».¹⁰⁸ Existe assim um tempo para interpretar. Com efeito, Freud descobriu na prática que o sonho é uma manifestação de outra coisa, ou seja, é uma demanda de interpretação, sendo o próprio sonho um indicio da transferência. Um apelo ao analista para decifrar o enigma do desejo. Pois, em relação às outras formações do inconsciente, o sonho tem essa particularidade : o sujeito acredita que ele quer dizer alguma coisa e conta seu sonho para demandar o sentido.

Foi o que Lacan constatou no *Seminário II* : « Numa análise, não intervimos unicamente na medida em que interpretamos o sonho do sujeito – se é que o interpretamos - mas como já estamos , a título de analista, na vida do sujeito, já estamos em seu sonho »¹⁰⁹ Então, o sonho é um produto do trabalho analítico, produto do trabalho da transferência, do encontro do desejo do analista com a demanda do analisando. « Ninguém pode ser morto *in absentia* nos diz Freud a propósito da transferência. Poderíamos acrescentar nada pode ser sonhado *in absentia*. Logo, o inconsciente do sujeito em análise é um inconsciente que trabalha – *arbeiter* – cujo sujeito suposto saber é o pivot em torno do qual

¹⁰⁸ FREUD, S. « O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise » (1912) in *Obras completas de Sigmund Freud Volume XII*, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1969, p.121.

¹⁰⁹ LACAN, J. *O Seminário livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1975, à.194.

se articula a transferência —um outro trabalho.

Assim, duas operações se encontram no sonho: o trabalho do sonho e o relato do sonho. De um lado, o relato não é o sonho, já é uma interpretação do desejo, uma colocação ao trabalho do inconsciente em busca do saber. Desta maneira, Lacan vai inverter os papéis: aquele que interpreta é o sonhador, pois o sonho é ele-mesmo uma interpretação. O sonho pode se reduzir a uma frase que o inconsciente reveste com a ajuda da enunciação. Assim, como diz Lacan « Através do sonho, vem ao inconsciente somente o sentido incoerente que fabula, para revestir o que articula em termos de frase ... o que vem já é uma interpretação que podemos dizer selvagem e que a interpretação argumentada que lhe é substituída só vale pois faz surgir a falha que a frase denota »¹¹⁰. Desta maneira, fica estabelecido dois tempos para a interpretação. O sonho não é o inconsciente, ele pode se reduzir a uma frase cortada, um pensamento deformado, tomado ao pé da letra e que a interpretação vem restituir a ordem, para fazer emergir o sujeito.

De outro lado, produzir um sonho implica a presença do analista. Logo o relato do sonho é uma colocação ao trabalho do inconsciente que se realiza a partir da implicação da presença do analista, uma colocação em ato da realidade sexual, como Lacan definiu a transferência. A função do sonho é fazer falar o sujeito, colocar o inconsciente no trabalho para contar ao analista.

Mas, existe uma outra face do trabalho do sonho. Se é uma mensagem que visa ser interpretada, pois é uma demanda de interpretação, ele tem como função também de preservar o sono. Assim, o sonho serve para contar ao analista e assim continuar a dormir tranquilamente, sem tocar no real, em outros termos, para gozar da transferência. Como diz

¹¹⁰ LACAN, J. « Compte rendu du Séminaire L'éthique de la psychanalyse » in *Ornicar* 28, Navarin Éditeur, Paris, 1984, p.17.

Lacan, « passamos o tempo a sonhar, não se sonha somente quando se dorme. »¹¹¹

Assim, para Freud, o trabalho do sonho testemunha de uma atividade de ciframento e de elaboração que é destinada a evitar um encontro entre o pensamento do sonho e a pulsão. O sujeito sonha para não despertar o desejo inconsciente. Nos anos 20, Freud indicou uma ligação entre o sonho e a pulsão: « o eu adormecido, contudo, está focalizado no desejo de manter o sono; ele sente essa exigência pulsional como uma perturbação e procurar livrar-se dela. O eu consegue realizar isso através do que parece um ato de submissão: ele satisfaz a exigência, com uma realização inofensiva de um desejo e assim livra-se dele». ¹¹²

Portanto, se seguirmos essa lógica, o trabalhador ideal pode passar seu tempo todo a sonhar. Mas, o que pode despertá-lo? Segundo Lacan, só a angústia vem romper o « sono do sujeito quando o sonho desemboca no « real do desejado »¹¹³. (Podemos encontrar em Lacan outras referências a propósito da emergência de um real no sonho). Num comentário do sonho do filho morto — *'Pai, não vês, estou queimando'* — Lacan constata que o que vem despertar é uma « outra realidade », aquela do « real pulsional ». ¹¹⁴ O real nesse sonho surge do encontro impossível entre um pai e um filho, um encontro faltoso que marca a impotência do simbólico a inscrever o impossível. O despertar para a realidade é a fuga de um outro despertar para o real, aquele que se anuncia no sonho quando o sujeito se aproxima daquilo que não quer saber.

Nos anos 70, Lacan retoma um texto de 1925 de Freud sobre os sonhos, onde,

¹¹¹ LACAN, J. « Une pratique du bavardage » (Leçon du 15 novembre 1977 - Séminaire Le moment de conclure) in *Ornicar* 19, Navarin Éditeur, Paris, 1979, p.5

¹¹² Freud, S. « Esboço de psicanálise » (1938) in *Obras completas de Sigmund Freud*, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1969, volume XXIII, p.196.

¹¹³ LACAN, J. Ibid Nota 114.

¹¹⁴ LACAN, J. *O Seminário livro 11- Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Zahar Editora, Rio de Janeiro, p. 61.

tratando dos limites da interpretação, Freud afirma que o trabalho do sonho visa um ganho imediato de prazer, com a intenção utilitária de preservar o sono. « O sonho pode ser descrito como uma fantasia a trabalhar em prol da manutenção do sono »¹¹⁵. Lacan acrescenta que o motor do sonho, enquanto desejo de dormir, se traduz por aquilo que constitui o essencial do trabalho do sonho : é um ciframento que contém nele mesmo um gozo, uma satisfação do sonhador nesse trabalho.¹¹⁶ Assim, o trabalhador ideal teria como mestre o gozo : « o que pensa, calcula e julga é o gozo » diz Lacan em *Ou pior*¹¹⁷. O sonho teria assim como finalidade, uma tentativa de dar sentido ao não sentido da relação sexual , onde o inconsciente trabalha sem mestre. Já o sujeito do gozo, que pensa, calcula e julga, estaria no lugar do regente (*régisseur*)¹¹⁸ ou melhor regozijador (*réjouisseur*) . Assim o limite da interpretação poderia se situar nessa satisfação que o sonho contém, o gozo do sentido.

Se o real pulsional surge no sonho, qual o estatuto de sua interpretação? Em vez de interpretar o sonho, não seria preciso pensar em despertar o sujeito? Pois o desejo do sonho não é senão aquele de buscar o sentido, e é isso que satisfaz a interpretação psicanalítica. Mas, será a via para um verdadeiro despertar para o sujeito?¹¹⁹ Trata-se então de pensar a interpretação segundo o modelo do pesadelo? Como conceber um verdadeiro despertar?

Se retomarmos o sonho de Freud, conhecido como o sonho da injeção de Irma, o único que Freud considera como tendo sido completamente analisado,

¹¹⁵ FREUD, S. « Algumas notas adicionais sobre a interpretação de sonhos como um todo » (1925) in *Obras completas de Sigmund Freud*, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1969, volume XIX, p. 159.

¹¹⁶ LACAN, J. Séminaire Les non dupes errent , leçon du 20 Novembre 73, Inédit.

¹¹⁷ LACAN, J. « ... Ou pire » in *Scilicet 4*, Seuil, Paris, p.9.

¹¹⁸ Trata-se de um jogo de palavras em francês - *régisseur* x *réjouisseur*.

¹¹⁹ LACAN, J. *Ibib* Nota 114.

podemos lembrar que o sonhador não desperta do pesadelo – « é um duro na queda», diz Lacan. No momento em que Freud olha a garganta de Irma, uma espécie de objeto inamável, ele se retira do sonho e apela para outros personagens que tomam seu lugar. Nesse momento , surge uma voz, uma voz de ninguém, e aparece a fórmula da trimetilamina, fórmula química de uma substância dos metabolismos sexuais, que lhe foi comunicada por Fliess. O sonho se conclui assim com esse termo que não quer dizer nada mas que surge enquanto matéria visual. Lacan acentua que, diante do encontro com o real da castração do Outro, Freud atravessou esse momento de angústia porque estava tomado por uma paixão de saber, que é mais forte que seu desejo de dormir. Assim, ele tem acesso à revelação do que é o inconsciente, sua invenção. Freud continua a dormir tranquilamente, fantasiando que um dia teria uma placa onde se poderia ler « nessa casa, no dia 24 de julho de 1895, o mistério do sonho foi revelado ao Dr. Sigmund Freud. Podemos considerar esse sonho como uma saída da transferência de Freud a Fliess, o verdadeiro despertar de Freud, se desembaraçando daquele que ocupava o lugar do sujeito suposto saber.

Poderíamos propor que nesse sonho de Freud, o « isso fala » do significante, que constitui o relato do sonho na sua finalidade de fazer sentido – sentido sexual – vem recobrir o « isso mostra » do objeto, o não sentido da relação sexual. Mostrar se distingue de fazer sentido pois equivale a colocar em cena um gozo articulado às cenas infantis traumáticas, criadoras e fundamentos de todos os sonhos segundo Freud. Fundamento fantasmático. Assim o sonho converte o sentido sexual numa fórmula, em letras, uma cifra que contém nela mesma um gozo : um « isso se escreve » vem concluir o « isso fala » e o « isso mostra » do sonho.

Nesse sentido, a interpretação vem desvelar que o modo de falar - o relato do sonho - vem recobrir o modo de gozar - o trabalho de ciframento do sonho.

Para isso, Lacan nos dá uma indicação quanto à interpretação: «ler os sonhos.... como se decifra uma mensagem cifrada»¹²⁰. Ler supõe uma escritura, colocando em jogo a atividade da letra, permitindo o que Lacan designou como a lisibilidade do sentido sexual que se encontra a partir do não sentido da relação sexual que o sonho tenta imaginarizar. A dimensão da escritura sendo mais propícia a tocar no real da experiência, o « *motérialisme* » - equívoco que Lacan criou para indicar o materialismo da alíngua.

Assim, interpretar o sonho, no sentido freudiano de via régia, de mensagem, seria alimentar o inconsciente e tornar a análise um processo de tempo interminável. Sendo um exercício de letras e não de sentido, o sonho não tem vocação de comunicar mas de promover um trabalho do inconsciente que não visa a significação, mas produzir o efeito de real. Assim, o tempo de dormir, de sonhar requer uma interpretação justa para esgotar o apelo ao sentido, ao gozo do sentido. O sonho não basta ao despertar, ele não está desligado do sentido que o sustenta. Ele necessita a presença do analista, presença em ato, reveladora da estrutura do desejo. Que o despertar ao real seja impossível, não impede de tomá-lo como finalidade. Será o despertar a via régia para o final de uma análise?

A partir da experiência no cartel do passe, pude observar que um sonho, considerado muitas vezes como fundamental, ocupa um lugar privilegiado no testemunho dos passantes.

Sonhos ligados às experiências infantis, cujo surgimento no início da análise toma uma outra dimensão no testemunho do passe. Proponho como hipótese que esses sonhos são evocações de cenas infantis, uma reconstrução da neurose infantil, que viria confirmar a tese de Lacan, segundo a qual o sonho ressalta « a maneira como alíngua foi falada e também escutada em sua particularidade »¹²¹. O sonho teria a faculdade de transmitir essa marca do tempo infantil da primeira experiência com a realidade sexual.

Mas essa leitura do passante do seu sonho se efetua fora da transferência, trata-se de uma interpretação da saída da transferência, interpretação do sujeito do final de sua análise. Poderíamos deduzir que a interpretação do sonho só é completa quando desembaraçada da presença do analista? Se a interpretação do analisando nunca é independente da presença do analista, só há interpretação fora da transferência, fora do sujeito suposto saber. Assim, essa interpretação viria confirmar uma tese de Freud que um sonho pode englobar toda uma análise, pois equivaleria a todo o conteúdo da neurose, e que « a interpretação total de tal sonho coincide com o conclusão da análise »¹²². Afirmção bem surpreendente de Freud. Será que poderíamos verificar esse tese na experiência do cartel do passe? Isso nos levaria a introduzir um novo trabalho, trabalho de escola. Para isso é preciso tempo.

¹²⁰ LACAN, J. Ibid Nota 111, p. 22.

¹²¹ LACAN, J. « Conférence à Genève sur le symptôme » in Le Bloc Notes de la psychanalyse n° 5, Genève, 1985.

¹²² FREUD, S. Ibid. Nota 112.

Modulação pulsional do tempo

Angélia Teixeira

Lembra-te que o tempo é um jogador que ganha todos os lances sem roubar.

C. Baudelaire

O

tempo é condição necessária para falar de subjetividade.

Regularmente, evocamos a dimensão topográfica do aparelho psíquico na obra de Freud.

Entretanto, não foi por ele ignorada a dimensão temporal da subjetividade e suas incidências clínicas. Desde cedo, Freud apresentou suas hipóteses psicanalíticas sobre o tempo, retomadas posteriormente por Lacan. Podemos, resumidamente, citar cinco referências importantes em sua obra: 1- o inconsciente não conhece o tempo, é atemporal, intemporal, como está posto na 'Interpretação dos sonhos', entre outros textos; 2- a concepção de indestrutibilidade do desejo, - extensivo aos processos inconscientes - que não estão submetidos aos desígnios do tempo; 3- o tempo da subjetividade, que só pode ser recuperado a posteriori, só depois - *nachtraglich*, foi o significante utilizado por Freud, *après-coup*, foi a tradução adotada por Lacan; 4 - a importância da experiência sexual infantil ou da neurose infantil para a constituição da neurose.

A quinta referência traz a relação do tempo com a fantasia e merece destaque. Freud situa a fantasia flutuando entre três tempos: o trabalho mental vincula-se a uma impressão atual, no *presente*, capaz de despertar um dos principais desejos do sujeito; dali retrocede a uma lembrança de um acontecimento *pretérito* que pode criar uma situação referida ao *futuro*, por representar a realização, a satisfação do desejo, a partir das marcas da lembrança. No texto 'Escritores criativos e devaneios' conclui "que o pretérito, o presente e o futuro aparecem

entrelaçados pelo fio do desejo, que os une¹²³".

Freud concebeu o registro do tempo presente como uma operação fundamental da consciência, esta, definida como um estado mental operando num determinado tempo. Assim, circunscreveu a subjetividade nas três dimensões temporais que conhecemos.

De forma única e exaustiva, Lacan exaltou a importância das dimensões temporais da subjetividade, formulando preciosas teorias de máximo valor, que imprimiram grandes modificações clínicas: o tempo da sessão é lógico, e não cronológico; defende a análise finita, formulando algumas concepções do seu final; a transferência, ou seja, a suposição e dessuposição de saber ao analista, é o tempo da análise; cria uma nova divisão subjetiva para o tempo, entre outras proposições. Constrói, enfim, uma máquina do tempo utilizando alguns recursos próprios da sua época.

Lacan escreve, em 1945, o texto 'O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada: um novo sofisma'¹²⁴, dividindo o tempo em dois: lógico, e cronológico. *Modula* o tempo lógico em três *escansões*: a primeira é o instante de ver, ou de olhar; a segunda, o tempo para compreender, a terceira *escansão*, é o momento de concluir.

Modular o primeiro momento do tempo como um instante de ver, ou a primeira *escansão* temporal, como sendo o olhar, nos remete diretamente ao campo da pulsão e nos leva a conjecturar que há uma tensão temporal própria a cada um dos três momentos, ou ao menos na pri-

¹²³ FREUD, S. Escritores criativos e devaneios. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, Volume IX, p. 153.

¹²⁴ LACAN, J. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

meira tensão temporal, que é o instante de ver, tal qual a tensão temporal que atribuiu ao momento de concluir.

O inconsciente não conhece o tempo. De qual dimensão do tempo falava Freud, já que elas podem ser tantas? Do tempo cronológico, teoriza Lacan. E a pulsão, em quais dimensões do tempo poderia se inscrever? De acordo com as proposições acima apresentadas, poderíamos inversamente perguntar se há uma dimensão pulsional do tempo? Pergunta que me reteve.

Neste precioso estudo psicanalítico sobre o tempo que estamos empreendendo há dois anos, a **relação pulsão / tempo** ou o **gozo do tempo**, como quero crer, foi crescendo aos meus olhos como uma importante questão, que identifico presente na clínica de várias maneiras e que me levou a algumas reflexões.

As considerações teóricas sobre o tempo apresentadas por Freud e Lacan são fundamentais para esclarecer alguns aspectos relativos aos analisandos especialmente e sintomaticamente embaraçados com o tempo. Estas proposições favorecem a leitura clínica que reconhece que há dimensões de satisfação inerentes ao tempo, ou seja, reconhecem o gozo do tempo, que passo a adotar em lugar de pulsão.

Esta formulação que estou tentando valorizar e desenvolver aparece no avesso do que usualmente se faz. Tende-se inadvertidamente a limitar a questão, por exemplo, isolando-se o tempo necessário para que a pulsão faça seu circuito. Ao contrário, estou tentando identificar **as modalidades de gozo do tempo** e suas escansões, para reconhecer que o tempo não está a serviço da subjetividade, posto que **o tempo é subjetividade**, o tempo produz gozo enquanto atributo da subjetividade.

Antes de tudo, o tempo é um significativo. “A paixão do significativo manifestando-se como paixão do tempo”¹²⁵, diz Soler. Prescinde do espaço, e em lugar de

ser tomado como um elemento da natureza deve ser tomado como um significativo fundamental da estrutura de linguagem, que requer vários tratamentos e pode ser identificado em várias dimensões da constituição da subjetividade. Soberano e implacável, o tempo vaticina a vida e a morte.

Podemos também dizer: se o homem inventou o tempo, o tempo inventa o homem, vejamos: apressados, atrasados, fleumáticos, serenos, agitados, impacientes, entediados. Sabemos o peso que os significantes, eterno, infinito, imortal, ressurreição, renascimento, anacrônico, velhice, atraso, hora, minuto, prazo, têm nas nossas vidas. Não seria o tempo uma das modalidades do grande Outro? Não por acaso o poeta canta ‘o acaso vai me proteger’...

O tempo traz complexidade de toda ordem, aparecendo nos caprichos mais marcantes dos Deuses das mitologias, das lendas, das religiões, e é tema de estudo e pesquisa em vários campos do conhecimento. Na filosofia, na literatura, no romance ‘O retrato de Dorian Gray’, especialmente na poesia, o poeta brasileiro Vinicius que o diga: “que não seja imortal, posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure”, o amor..., na música, na matemática, na física, com suas sucessivas teorias. Newton deu ao tempo toda autonomia, emancipando-o do espaço; Einstein, questionou o caráter absoluto do tempo newtoniano, criando a noção de relatividade.

A psicanálise, particularmente em Freud e Lacan, também fez largo uso do tempo para entender a constituição da subjetividade, seu *pathos* e seu manejo clínico, dando suas contribuições teóricas preciosas. Se a Topologia é a ciência que se ocupa do espaço, talvez, a psicanálise esteja contribuindo com um futuro campo que venha, pontualmente, se ocupar do tempo.

Nada mais real e demasiadamente humano que a angústia em sua relação com o tempo, esse tempo que tem afinidades com o objeto a. É desta perspectiva que podemos dizer que o tempo não apenas faz sintoma, mas que ele é sintoma.

¹²⁵ SOLER, C. O tempo que falta. In: *Os tempos do sujeito do inconsciente*. Salvador: EPFCL-Brasil, 2008, p.129.

Trago pequenas observações clínicas sobre os que padecem do tempo para mostrar que tempo é subjetividade e gozo. Venho conferindo certas curiosas repetições relativas ao tempo que alguns analisando apresentam. Vou me deter especialmente em um caso: um homem extremamente disciplinado, organizado, metódico, obediente à sua rígida rotina. Tudo parecia estar sob controle, afora sua imensa angústia. Fala do sofrimento que experimenta frente ao temor de ver falhar o seu controle milimetricamente construído e preservado. À primeira vista, ou fenomenicamente, tudo poderia simplesmente parecer um ritual obsessivo. Contudo, associativamente aparece na análise o **significante acaso**, passando o paciente a falar exasperado do **horror ao imprevisto** (*kairós*). Aparelhava-se ele com todos os métodos seguros para se prevenir do acaso e do imprevisto. Metonimicamente, entra em jogo no trabalho analítico o **horror ao futuro**, o temor de não poder garantir o futuro, finalmente, de não ter como se proteger da **morte**. Conjeturei: um homem que tem **horror ao acaso**, que tem **horror à contingência** e ao futuro. Estavam em jogo as incidências do real, manifestando o impossível a dizer sobre o tempo e sobre a morte.

Desta perspectiva, podemos dizer que o tempo em si não apenas traz, inevitavelmente, a própria questão da morte, mas que ao mesmo tempo é o elemento que nos permite certa aproximação da morte, já que como o sol, não se pode encará-la de frente.

Um homem se aflige demasiadamente com o futuro porque não pode ter certeza do que lhe acontecerá; vive o presente imerso na angústia, por não poder garantir tudo que conquistou e que mantém sob controle. O tempo futuro o ameaça. Sofre pelo que poderá perder. Particular gozo da dúvida conjugada no futuro. Particular gozo da antecipação de uma possível ruína. Possível dívida futura.

Alguns sofrem de reminiscências: conjugam o gozo no tempo passado, lembrando nostalgicamente ou conjurando o passado, tornam-se escravos do passado.

Os melancólicos são os melhores exemplos.

Outros gozam com o futuro, na esperança de resolver os seus impasses, exultam com o futuro que nunca chega, sempre adiado. Aqui se encontra o maior exemplo do jogo com o tempo, a procrastinação. Temos bons exemplos entre os obsessivos.

Os maníacos gozam do presente, sofregamente consumindo tudo hoje. O presente é também a medida de segurança dos fóbicos.

Entre temer o futuro e nele depositar as esperanças, vacila-se, balsa do ser falante. Alguns pendem mais para um lado.

Quando o homem cogita, quando sintomatiza, quando age, seja em que esfera for, goza do tempo. Nada existe fora do tempo, nada pode parar o tempo. O sujeito se apresenta como um instante de ver, uma modalidade de gozo pontual e evanescente. O gozo do objeto *a* exige outras escansões. Entre o sujeito e o objeto *a*, estão espécies de temporalidade do gozo em sua dimensão real.

É de grande valor o gozo que é produzido pela expectativa do futuro, o que serei? O gozo de conjeturar a morte como tempo final. O gozo da espera e do porvir. Os que sofrem do tempo, de atrasar ou de antecipar. O gozo da morte, enfim.

Curiosamente, entre o passado e o futuro, o presente não joga o peso maior na existência do indivíduo. Ele acaba se limitado a esta contagem de tempo, que não se sustenta senão do futuro anterior, do que tivera sido, conjugando passado e futuro. Vivemos entre o passado e o futuro, o presente é sobretudo o instante do ato. Este é um dos grandes desafios da análise: fazer uma nova equação temporal, presentificando em ato a experiência.

Em *'Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano'*, ao construir o grafo do desejo, Lacan volta a destacar a questão do futuro anterior para os franceses ou o futuro composto do modo indicativo na gramática brasileira ao se referir ao "efeito de retroversão pelo qual o sujeito, em cada etapa, se transforma

naquilo que era, como antes, e só se anuncia “ele terá sido”, no futuro anterior”¹²⁶.

A formulação do tempo lógico proposto por Lacan é uma formulação das modalidades subjetivas do tempo, ou seja, modalidades de gozo do tempo, que vem esclarecer a função do tempo na clínica, que é a função da pressa: *la hâte*, do verbo *hâter*, que diz respeito a precipitar o momento de concluir seja da sessão, seja da análise.

Partindo desta dimensão subjetiva do tempo, explica-se a função da pressa - la hâte - no ato analítico. Isto é, Lacan propõe recorrer aos recursos do tempo nas formas da pressão/ pressa/ precipitação, para dar atualidade ao gozo. Requer pressa, como condição para produzir efeitos analíticos sobre as escansões do gozo. Sabe que tempo é subjetividade e gozo.

¹²⁶ LACAN, Jacques, Subversão do sujeito e dialética do desejo, In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998, p. 823

El aburrimiento, una forma del tiempo

Silvia Migdalek

La práctica del psicoanalista, confronta todo el tiempo con la dimensión de la subjetividad, o en todo caso con su ausencia... Con esto último aludimos quizá, a las nuevas formas de presentaciones clínicas no enmarcables en el cuadro de lo que llamamos clásicamente las neurosis de transferencia.

Por ello mismo y más que nunca los psicoanalistas no dudamos en reconocer la vigencia de la ya clásica advertencia ética Lacaniana, -no debemos renunciar a dar cuenta de la subjetividad de nuestra época - estamos inmersos en ella. El tema de este encuentro, testimonia de ello en la elección de su temática central que gira alrededor del tiempo, y en este sentido toma la posta, el desafío, de hacer escuchar lo que el psicoanálisis tiene para decir, sosteniendo su apuesta como tratamiento del padecimiento psíquico, tratando entonces de estudiar y reconocer las máscaras con que este se muestra hoy. El consultorio de los psicoanalistas es un lugar en el que resuenan los “matices” de una época.

Es el aburrimiento un matiz de nuestra época?

El aburrimiento, como fenómeno, como Stimmung, estado afectivo, tiene una notable relación con el tiempo, tal como que trataremos de mostrar en el recorrido de este trabajo, repensando e interrogando las fracturas por las que se filtra el actual malestar en la cultura.

Lo actual: nuestro tiempo, el tiempo en el que transcurrimos, hagamos algunas consideraciones acerca del tiempo, menuda cuestión!

El enigma insondable del tiempo ha sido abordado por grandes pensadores, escritores, poetas, filósofos, científicos, psicoanalistas que en distintos momentos se han ocupado de él. Por nombrar sola-

mente algunos memorables: Borges, Heidegger, Pascal, Einstein, Auster, Freud, Lacan. Pero también el hombre común, en lo vivido de cada día, en algún momento, es alcanzado por la experiencia del tiempo...

Desde el comienzo de su historia, el hombre ha tratado de hacer “algo” con el tiempo, por ejemplo medirlo, y una de sus formas fue la construcción de instrumentos destinados a tal efecto: los relojes.

Lacan se refiere a ellos en distintos contextos, habla del primer reloj mecánico creado por un holandés Huygens en el año 1600. Evoca ese acontecimiento, para fundamentar el lugar que el psicoanálisis debería tener entre las ciencias. No será al modo de una concepción positivista de las mismas, sino por la vía de lo que él llama las ciencias conjeturales, de las que Lacan subraya que en ellas “la verdad no coincide con la exactitud”, aunque no por ello se trata de una verdad menos rigurosa, su rigurosidad es la de la lógica.

Acerca de esto me gustaría acentuar un sesgo: “Ahora bien, es divertido observar que el aparato (se refiere al reloj instrumento) fue terminado antes de que la hipótesis (se refiere a la hipótesis que estaría destinado a demostrar el instrumento, es decir la de Galileo, acerca de la equigravedad de los cuerpos, o sea, la aceleración uniforme que le da su ley por ser la misma en toda caída) hubiese podido ser verificada por la observación, y que por este hecho la hacía inútil al mismo tiempo que le ofrecía el instrumento de su rigor.”

Lo simbólico crea un instrumento para contabilizar, para medir el tiempo. Y la eternidad se vuelve imposible... como efecto de estructura.

Después... ya sucede que como en el conocido bolero... aquél en el que el reloj solo servirá para marcar la desolación

del amante que le pide vanamente “Reloj no marques las horas, porque voy a enloquecer, ella se irá para siempre, hasta que amanezca otra vez.”... La experiencia del tiempo, entonces en la pareja amorosa, un tema...

La ciencia y la técnica aportan en la creación del objeto - instrumento una nueva forma de padecimiento, ya lo decía Freud en el Malestar en la Cultura.

En el siglo III antes de Cristo, Ktesibios, diseña un reloj de agua, conocido también como Clepsydra. Este funciona por la vía del ritmado ruido de lo que gotea, imposible no evocar el grifo que gotea, el tic tac del reloj... En la Clepsydra, primer forma de reloj de agua, el tiempo y el ruido, aparecen de este modo formando una curiosa pareja, que instituye una serie.

Borges evoca la Clepsydra, primer nombre del tiempo, en algunos de sus poemas y escritos, y ficcionaliza un relato por el cual un sultán, quizá nada aburrido, la utilizaba para medir el tiempo que destinaba a cada una de sus amantes... No deja de ser interesante la siguiente definición de este primer instrumento destinado a medir el tiempo, a dotarlo de alguna unidad: “forma de una vasija cónica que se llenaba de agua, la cual iba vaciándose por un pequeño agujero que tenía en el fondo”. Gráficamente, el tiempo se va por un agujero. Es decir que el tiempo, irremediablemente se pierde, lo cual no quiere decir, que debemos perder el tiempo, y quizá por ello mismo, al contrario.

La referencia al tiempo, es fundamental en el estado del aburrimiento o en su forma extrema, lo que llamamos el tedio, ya que en él se tiene una particular percepción del tiempo que transcurre.

Lo primero que podemos convenir es que al aburrido el tiempo se le vuelve denso, lento, y planteo como pregunta que podremos luego retomar en nuestro diálogo, lo denso es vacío o pleno; y lo lento revela los espacios vacíos, o transcurre lento para ocultar la finitud?

Se podría decir que se aburre quien se piensa inmortal, eterno.

El aburrimiento, en términos Spinozianos forma parte de las pasiones tristes, que nacen del odio y la tristeza.

Por cuestiones de “tiempo” no vamos a abordar la historia de la filosofía de las pasiones.

En Descartes, con quien se inicia la modernidad, las pasiones son buenas en principio, e involuntarias, es decir el sujeto no se siente responsable. Descartes escribe el tratado de las pasiones del alma, definiéndolas como “percepciones, o sentimientos, o emociones que se relacionan particularmente a ellas”

En el hastío se trataría de que a veces la duración del bien causa el hastío o la saciedad, y esta última es una especie de tristeza que proviene de la misma causa que antes nos diera satisfacción, es decir que estaríamos preparados de tal modo, que la mayor parte de las cosas de las que gozamos, nos gustan solo por un tiempo. Hay una frase de nuestra sabiduría popular, dirigida a calmar la queja recalcitrante de alguno/a que lo ilustra claramente: vos te quejás de lleno!

Hecha esta introducción, vamos a adentrarnos en el tema que nos ocupa.

Para ello vamos a considerar algunas breves precisiones etimológicas.

Aburrir y aborrecer tienen el mismo origen etimológico: del latín *ab horrere* “alejarse con horror, tener repugnancia” del latín *ab-* “lejos” y *horrere* “erizarse, temblar”.

Sinónimo de “aburrir” es “fastidiar”, del latín *fastidium* “asco, repugnancia”. Otro sinónimo de “aburrimiento” es tedio. Del latín *taedium* “cansancio, repugnancia” *l’ennui*, en francés, *la noia*, en italiano, y el inglés *spleen*.

Se han ocupado especialmente del tema, Pascal, Spinoza, Heidegger, y Kierkegaard, en el campo de la Filosofía.

Freud y Lacan, desde el psicoanálisis se han ocupado del tema, desde distintas perspectivas que vamos a dejar para el final del trabajo.

Solo a modo de ilustración recortaremos algunos modos de decir de los filósofos acerca de este afecto-pasión: **Kierkegaard**: *El aburrimiento es una eternidad sin*

contenido, una felicidad sin gusto, una profundidad superficial, un hartazgo hambriento”!!

Es con **Heidegger** que L'ennui, se transforma en la tonalidad fundamental del *dasein*. La angustia y el aburrimiento muestran, sin piedad, nuestra condición de seres finitos, limitados, contradictorios. El aburrimiento como visión gris de lo que existe es una especie de dolor del alma que causa sinsabor y elimina las ganas de vivir. Quien se aburre está asustado de enfrentarse a su propio vacío. “La muerte anda cerca. Lo sé. La presiento. Si me vuelvo y miro por encima del hombro consigo a veces atisbarla”

Heidegger plantea tres modos o formas del aburrimiento, el tercero, l'ennui profundo, como tonalidad fundamental del ser:

“Este no es el que sobreviene cuando sólo nos aburre este libro o aquel espectáculo, esta ocupación a aquel ocio. Brota cuando "se está aburrido". El aburrimiento profundo va rodando por las simas de la existencia como una silenciosa niebla y nivela a todas las cosas, a los hombres, y a uno mismo en una extraña indiferencia”. Su objeto se parece más a lo desconocido, que se enuncia, por ej. cuando decimos está tronando, está lloviendo, estoy aburrido...tiene una tonalidad de lo desconocido

Podemos escuchar ahí algún eco de la angustia, algún parentesco entre aburrimiento y angustia. En ambos se trata de la relación con algo desconocido, y la indeterminación también está presente en la angustia, con la consecuente dificultad para discernir el ante algo de angustia, tanto como para el objeto del aburrimiento, especialmente en esta versión del aburrimiento heideggeriano.

En Freud se puede pesquisar alguna línea que conecta nuestro tema con lo que se considera como su modelo energético.

El aburrimiento aparece mencionado en los estudios sobre histeria, como “sobrante” de cantidad o “suma de excitación” liberado en ciertos procesos, produciendo una incapacidad para soportar una vida monótona o el aburrimiento”. Cantidad no ligable psíquicamente,

Cabe recordar también la pregunta que se hace Freud, cuando desplegando su metáfora de lo que imagina como el estado originario del viviente, una vesícula viva, flotando en un mundo plagado de estímulos, mucho antes de cualquier diferenciación entre un adentro y un afuera, una vesícula de sustancia estimulable.

Freud se pregunta ¿qué es lo que lo llevaría abandonar ese estado ameboides del que todo lo vivo partiría?

Si bien hay un resto de energía o libido que persiste inmutable en el interior de la vesícula, la transferencia al exterior es una forma de libramiento de la energía. Lo exterior aparece así, como genuino proveedor de estímulos, y al la vez, como el verdadero perturbador de dicha vesícula.

“Lo exterior” es lo que antes que “eso” quiera nada, quiere por él, es decir, el deseo del Otro, ya está ahí esperando.

Blas Pascal estableció en el S.17 que “nuestro instinto nos hace sentir que debemos buscar la felicidad fuera de nosotros. Nuestras pasiones nos empujan hacia fuera, y lo harían aunque los objetos no se presentasen para excitarlas. Los objetos exteriores nos tientan por sí mismos y nos llaman, aun cuando no pensemos en ellos...”

Freud piensa que en el amor se muestra la capacidad de investir algo diverso al sí mismo propio, a la vez que un estado de empobrecimiento libidinal, ya que casi toda la libido está afectada por el estado de enamoramiento. Con esto estaríamos rozando el tema de la pasión amorosa. De todos modos, como es fácilmente constatable, hay algo en esa aspiración al UNO del amor, en el que el aburrimiento también se hace presente en la pareja amorosa. Otro tema para interrogar.

En el aburrimiento, no se trataría justamente de esta dimensión del deseo y su articulación con la falta, bien al contrario. Todos los intentos por cancelar este hiato entre lo esperado y lo obtenido, son un vano intento de volver a un estado que en realidad nunca existió.

Lacan define al aburrimiento, como el afecto del deseo de Otra cosa, y juega

con l'ennui y lo unien en el anagrama que permite hacer la lengua francesa, concluyendo que el aburrimiento, tiene que ver con algo de este Uno, como de la repetición uniana, que clínicamente aparece con ese carácter fatigante y aburrido que a veces irrumpe en el relato repetido de algún sujeto, bajo la forma de ¡otra vez estoy hablando de lo mismo!

Sabemos también por el psicoanálisis, que todo objeto se recorta sobre un fondo de falta constitutiva, que hemos sido expulsados del paraíso! Eso no ha cambiado!

Lo que ha cambiado son los paraísos que nos prometen. Los jóvenes se presentan hastiados de todo. En el aburrimiento podemos reconocer, no la falta de la falta, sino la presencia inquietante, de la ausencia de límites, del anegamiento del todo es posible, atestados de objetos que producen un aplastamiento subjetivo, el abaratamiento de los ideales, transformados en gadgets al alcance de la mano y por ende, el aplastamiento propio del aburrimiento en la impiadosa y monótona continuidad del *todo es posible*.

Immortality

Leonardo S. Rodríguez

In his tale 'The Immortal', Jorge Luis Borges tells the adventures of an explorer who after much trouble manages to reach the city of the Immortals. The place is deserted and its disposition and buildings most strange.

They do not appear to serve any purpose: windows that are too high; doors that open to empty spaces or holes in the ground; corridors and staircases that lead nowhere; staircases constructed upside down; staircases with steps so irregular that it is very hard to walk on them; constructions with unintelligible shapes. The race of immortals that built the city now lives elsewhere, in caves or in the open. They are troglodytes: they do no practice, as Borges puts it, 'the commerce of the word'. They live in a state of lethargic apathy, totally indifferent to the world. The visitor notices a troglodyte lying on the ground with a bird's nest on his chest built in immemorial times. Their bodies are lifeless; their immortality has guaranteed them complete, infinite satisfaction and all possible human experiences – and as a result, their desire has died. Borges writes:

[...] The republic of immortal men had achieved the perfection of tolerance and almost of disdain. They knew that when time is infinite everything happens to every man. For his past or future virtues, every man has the right to every form of kindness, but he is also open to every form of treason, for his crimes of the past and future. [...] In such a world, all our acts are just, but also indifferent. There is no moral or intellectual merit. Homer created *The Odyssey*; if time is infinite, if circumstances and changes are infinite, then the impossible thing is not to write *The Odyssey* at least once. Nobody

is somebody; a single immortal man is every man. Like Cornelius Agrippa, I am god, I am hero, I am a philosopher, I am a demon and I am the world, which is a rather tedious way of saying that I am not. (Borges, p. 541)

Immortality, the abolition of death, entails the death of desire; but also, according to the poet, a form of radical insanity whose salient feature is a state of catatonic autism. Borges' explorer looks at a palace in the city of the Immortals and thinks: *This palace has been built by the gods*. Then he reflects further and corrects himself: *The gods that erected this palace have died*. And finally he concludes: *The gods that constructed this palace were mad*. With the death of desire comes the death of creativity. Borges writes:

The foundation of their city was the last symbol to which the Immortals consented; it signalled a stage when, concluding that all enterprise is futile, they decided to live only in thought, in pure speculation. They erected the city, forgot about it and went to live in caves. Permanently in a trance-like state, they barely perceived the physical world. (Borges, p. 540)

Death, which our subjection to language makes it a necessary presence in our being, is the ultimate motor of desire. Our finite condition makes us human, subjects of a restricted temporality, of a circumscribed, singular and necessarily mutilated history, always running out of time, permanently losing opportunities. Freud thought that we fear castration rather than death, and this is so precisely because our mortal condition makes our lacks and losses truly irreversible within our limited allocated time.

Freud did not see in our mortal condition a handicap but rather a fertile

incentive. It is our dreaded mortality that promotes desire and creativity. In his short essay, 'On Transience', Freud writes:

Not long ago I went on a summer walk through a smiling countryside in the company of a taciturn friend and of a young but already famous poet. The poet admired the beauty of the scene around us but felt no joy in it. He was disturbed by the thought that all this beauty was fated to extinction, that it would vanish when winter came, like all human beauty and all the beauty and splendour that men have created or may create. All that he would otherwise have loved and admired seemed to him to be shorn of its worth by the transience which was its doom. [...] I could not see my way to dispute the transience of all things [...]. But I did dispute the pessimistic poet's view that the transience of what is beautiful involves any loss of its worth. On the contrary, an increase! Transience value is scarcity value in time. (Freud 1916a, p. 305)

Freud then goes on to say that what is at stake is our human revolt against mourning, against the detachment of libido from objects that have been lost, 'even when a substitute lies ready to hand' (14:306-7).

To me this suggests that the act of creation does not provide a replacement for our losses (as some conceptions of creativity affirm). Creation is rather the gestation and birth of things that come to inhabit the world and which, like their creators and the already existing things, are destined to perish. Freud says in the same essay:

A flower that blossoms only for a single night does not seem to us on that account less lovely. Nor can I understand any better why the beauty and perfection of a work of art or of an intellectual achievement should lose its worth because of its temporal

limitation. A time may indeed come when the pictures and statues which we admire today will crumble to dust, or a race of men may follow us who no longer understand the works of our poets and thinkers, or a geological epoch may even arrive when all animate life upon the earth ceases; but since the value of all this beauty and perfection is determined only by its significance for our own emotional lives, it has no need to survive us and is therefore independent of absolute duration. (14:306)

Our capacity to sustain our desire and creativity is correlative of our capacity to mourn past, present and future losses. Lacan's concept of the object *a*, the object *cause* of desire, owes its originality precisely to its definition as a circumscribed *lack* whose positive, structuring effects depend on its being assumed by the subject as a *loss*, with the psychical work of mourning that this assumption requires.

The discontents of our civilization have affected human creativity in a pervasive way. This is not to say that creativity has declined – on the contrary. But creativity completes a full circle: propelled by human mortality, it populates the human world with its creations and creatures; and because nothing guarantees that it be put to the service of the living, it introduces what Lacan called *the lethal factor*, the mortifying effect of the signifier. In our times, two cases are salient.

In the first place, we are all witnesses to what Giorgio Agamben has called *the destruction of experience*. The uncontrolled and uncontrollable progress of the technological applications of modern science has resulted in the massive emergence of experiences that we undergo passively and which are destined to be destroyed at the very moment of their inception; experiences that are not worth registering, because they involve the senseless satisfactions provided by

the prevalent compulsive consumption of goods and gadgets, or because they are experiences that we actively foreclose, as they are nothing but a complete waste of time that, subjects always running out of time that we are, we cannot really afford; experiences that do not get recorded in our personal or collective histories. (Agamben)

Secondly, recent developments in the biological sciences and biotechnology have promoted serious projects that aim at prolonging human life indefinitely – this, through the implantation and replacement of organs that contemporary technological creations are making possible. These developments have led some authors to speak of a ‘post-human’ era, which in fact has already started: an era that offers a distinct possibility for the material realization of a very extended, if not immortal, life, and the selective promotion of traits that would make of humans an altogether new species, where desire as we know it would be out of place. We can imagine the rest: or rather, read it in those pages that Jorge Luis Borges wrote as fiction. Yet our reduction to being troglodytes unable to engage in the commerce of the word, is already a firm possibility in a culture that promotes silent, inert, uncritical consumption and discourages all forms of creative discourse.

In his work, *Humain post-humain* [*Human posthuman*] (PUF 2003), Dominique Lecourt discusses the forecasts and prophecies that artificial intelligence and other scientific disciplines have produced concerning this posthuman era. Lecourt argues that there are two groups of thinkers who have formulated these predictions.

The thinkers of the first group, which Lecourt calls *technoprophets*, envisage the creation of robots that will not only have the intellectual capacity of the human brain but will also add new abilities in a prodigious scale. Lecourt says that ‘they announce the advent of minds without constraints, liberated from bodies, free from passions and with

access to immortality.’ (Lecourt 2003, p. 35)

The second conception of posthumanity, proposed by the authors that Lecourt calls *biocatastrophists*, best represented by the works of Francis Fukuyama (*Our Posthuman Future*), is concerned with the ethical, social and political effects of the advances in biological sciences and technologies. They predict:

The process of procreation will be mastered. The sex of the infant who arrives in this world will not be aleatoric again. Inherited diseases will never be fatal. The process of aging will be retarded, and death itself will be postponed indefinitely. Neither haphazard nor destiny: in applying his genius to that living being that he is among other living beings, the human being will change the conditions of his own life; he will trespass the limits of what constitutes the essence of its finitude. (Lecourt 2003, p. 36)

The selection of the genotype before conception, which would make possible the exclusion of undesirable traits, would affect the social structure itself. Another author, Hans Jonas, predicts that

Different social groups will try to *improve* their descendants; certainly the rich, but also religious sects, and some ethnic groups. [...] The risk of this would be [...] the emergence of new forms of discrimination. (Lecourt 2003, p. 36)

These are only projections onto the future of what are already daily exercises in megalomaniac jouissance. This is just one of the symptoms of the discontents, or malaise, of our culture.

In his seminar on the ethics of psychoanalysis, Lacan stressed the need to consider the relationship of the subject of desire to his death as an integral part of analysis. He said then:

The function of desire must remain in a fundamental relationship to death. The question

I ask is this: shouldn't the true termination of an analysis – and by that I mean the kind that prepares you to become an analyst – in the end confront the one who undergoes it with the reality of the human condition? It is precisely this, that in connection with anguish, Freud designated as the level at which its signal is produced, namely, *Hilflosigkeit* or helplessness, the state in which man is in that relationship to himself which is his own death [...] and can expect help from no one. (Lacan 1992, pp. 303-4)

As one of the few discourses still viable to us (as Lacan put it thirty-five years ago), psychoanalysis is therefore engaged in the acknowledgement of the human mortal condition in a way that is not anymore the territory of ontology and theology, but that of the defence of our time, our time as finite subjects in this still human era, precarious as our humanity may be.

References

- AGAMBEN, G. (1993) *Infancy and History: On the Destruction of Experience*. London: Verso.
- BORGES, J. L. (1980) *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé.
- FREUD, S. (1916a) 'On Transience'. *Standard Edition* 14: 303.
- LACAN, J. (1992) *The Seminar, Book VII, The Ethics of Psychoanalysis, 1959-1960*. New York: Norton.
- LECOURT, D. (2003) 'Tecnoprophètes et biocatastrophistes'. *Magazine littéraire* 422: 34-7.

Temps logique et temps arrêté, incidences cliniques

Jean-Jacques Gorog

Le temps logique est celui du signifiant dans sa dynamique propre, interprétable avec efficacité parce qu'il implique une conclusion possible. Mais il arrive que le temps s'arrête. Il manifeste alors sa présence. Comme le corps quand il est malade. Cet arrêt peut relever de structures cliniques variées et suppose des réponses adaptées. En réalité il impose de situer à sa place l'objet *a* lacanien.

Lorsqu'on tente de faire la présentation d'un exposé, longtemps à l'avance, il se glisse une ambition, légitime sans doute mais fort difficile à satisfaire lorsqu'on se trouve au pied du mur. Qu'importe, c'est une façon certes risquée mais souvent efficace de se forcer à agir, à penser, et comme toujours avec un temps qui se compte à partir de sa limite, son moment de conclure.

Lacan met l'accent, j'ai tenté de le faire déjà dans un texte qui a été écrit en préambule à ces journées, sur le franchissement opéré dans ce qu'il appelle le moment de conclure et qu'il théoriserait avec l'acte dans le séminaire du même nom.

Mon propos est ici de revenir sur les franchissements impossibles que pour l'occasion je traiterai en termes de temps, le temps arrêté.

Dans son ouvrage, *Le tempo de la pensée*, Patrice Loraux considère que c'est un problème général de la philosophie : « Bref au seuil de l'épreuve de réalité, la pensée, prise d'une fatale inspiration, s'octroie un temps d'arrêt où elle juge devoir faire le point, en ce lieu critique où elle assume le risque de rester à jamais l'ombre d'une opération¹²⁷. »

¹²⁷ LORAUX, P. *Le tempo de la pensée*, Paris, Seuil, 1993, p.24.

On reconnaîtra dans cette thématique, et d'ailleurs citée dans ce texte, la procrastination bien connue de l'obsessionnel : pas étonnant puisqu'il fait symptôme de sa pensée. Cela dit, celui-ci peut espérer de la psychanalyse qu'elle parvienne à en réduire les effets.

Mais il n'y aura pas lieu d'être surpris non plus qu'il évoque souvent dans un autre registre Wittgenstein, et critique « présupposition et tautologie » comme étant les deux formes de ce qui arrête la pensée, cette pensée qui « ignore le temps bousculé, le temps qui manque de temps ». Il ironise même : « Se mouvoir dans la présupposition et la tautologie passe pour l'indice qu'on pense¹²⁸. »

La phrase « Qu'on dise reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s'entend¹²⁹ », implique l'oubli de ce que Lacan appelle ici, dans « L'étourdit », le dire par opposition aux dits, notamment de l'inconscient. Autrement dit l'analyste peut bien relever les dits de l'inconscient de son analysant, il ne peut en restituer le dire, soit le temps où ça s'est dit. Pour une part, ceci recouvre le fait qu'il n'y a pas de point de vue extérieur qui permette d'observer le langage, qu'il n'y a pas de métalangage.

Mon hypothèse est que dans la psychose, ce dire-là, tout se passe comme s'il n'était pas oublié. On le vérifie avec l'hallucination dont la perception s'éternise, et qui justement ne passe pas au dit. C'est d'ailleurs pourquoi il n'y a pas de distance entre la voix et le dit ; ainsi, par exemple, ce que dit la voix est indiscutable. On sait que par l'opération analytique, c'est à ne pas mettre en doute l'existence même de la voix qu'on obtient que puisse venir au débat ce que dit la voix, que quelque chose donc se détache

¹²⁸ *Idem* p.335.

¹²⁹ LACAN, J. « L'étourdit », *Autres écrits*, Paris, Seuil, 2001, p.449.

entre la voix et ce qu'elle dit, et témoigne qu'il y avait quelque chose dans lequel le dit était resté englué. C'est-à-dire que précisément le dire n'avait pas pu être oublié et continuait de parasiter le dit. Comme on le voit ce dire non oublié n'emporte pas véritablement un gain mais plutôt un embarras qui est, malgré ou à cause de cela, le modèle de l'objet *a*¹³⁰.

Il me semble que décrire la chose de cette façon, un dire qui dans certains cas ne s'efface pas, présente quelque avantage si l'on se souvient de l'importance de la psychose dans l'ensemble des développements de Lacan¹³¹. D'autant plus dans cet « Étourdit » qui commence avec un rappel de l'adresse de cet écrit, le cinquantenaire de l'hôpital Henri Rousselle, service dans lequel il faisait sa présentation. Et il insiste encore sur cette présentation en sa toute fin :

« ... je salue Henri-Rousselle dont à prendre ici occasion, je n'oublie pas qu'il m'offre lieu à, ce jeu du dit au dire, en faire démonstration clinique. Où mieux ai-je fait sentir qu'à l'impossible à dire se mesure le réel – dans la pratique ?¹³² »

Mais expliquons-nous d'abord sur ce point : le dire oublié, c'est à proprement parler ce qui constitue le refoulement et pas seulement le refoulement originaire puisqu'il se produit chaque fois qu'on prend la parole. Qu'il s'agisse dans l'analyse de retrouver le refoulé est une sorte d'évidence, mais ce que Lacan évoque est au-delà de ça puisqu'il s'agit

¹³⁰ Que penser de ce propos de Wittgenstein, cité par Loraux, *Le tempo de la pensée, op. cit.*, p.327 : « Souvenez-vous : la plupart des gens disent qu'on ne sent rien sous anesthésie. Cependant il y en a qui disent : il se *pourrait* bien que l'on sente quelque chose, mais qu'on oublie complètement qu'on l'a senti... »

¹³¹ LACAN, J. « L'étourdit », *Autres écrits, op. cit.*, p.494 : « ...mon discours n'est pas stérile, il engendre l'antinomie, et même mieux : il se démontre par son pouvoir se soutenir même de la psychose. »

¹³² *Idem*, p.495.

d'un théorème dont il fournira la démonstration au cours du texte, théorème qui est vrai dans tous les cas pour le sujet parlant puisqu'il s'agit d'une propriété du langage. La perte dont il s'agit, du dire, comment la récupérer, ou tout au moins comment permettre au sujet de s'en approcher, ou de faire valoir cette perte nécessaire ? On en mesurera la validité avec Lacan à l'aune du sujet psychotique qui y parvient certes, mais à ses dépens.

C'est à cet endroit qu'intervient le temps logique, que Lacan ne cesse de revisiter. La hâte manifeste la présence de l'objet et l'équivoque l'instrument du psychanalyste.

Je prendrai pour illustrer le point ce film de Woody Allen bien connu et qui, à le revoir, n'a pas pris une ride : *Annie Hall*. Il y est question de rapport sexuel impossible, d'homme et de femme, et de psychanalyse pour tenter d'y faire face.

Mais d'abord ceci qui nous apprend quelque chose sur le temps et son interprétation : celle des séances manquées mais dues, motif drôle parce que sérieux, pour ne pas se suicider puisqu'il devrait payer les séances manquées. On voit l'articulation du désir et de la mort que Lacan avait souvent repris avec le « il était mort et ne le savait pas » du rêveur freudien.

L'autre motif n'inclut pas directement le temps mais il s'en déduit aisément. C'est le mot de Groucho Marx : « Comment supporterai-je d'être accepté comme membre d'un club qui m'admettrait comme membre ? » Le club serait donc automatiquement dévalué. L'effet est sensible à des degrés divers mais rarement absent dès qu'on obtient quelque nomination que ce soit. Il vaut bien sûr dans notre École. Poussé dans sa logique, on obtient le type d'exclusion qui est celui que Lacan fait valoir au titre du manque, dans le style de Russel : l'ensemble des ensembles qui ne se contiennent pas eux-mêmes se contient-il lui-même ?¹³³

¹³³ *Idem*, p.493 : « Irai-je à parler de la « pulsion génitale » comme du cata-logue des pulsions pré-génitales en tant qu'elles ne se contiennent pas elles-mêmes, mais qu'elles ont leur cause ailleurs,

Mais Woody Allen imagine d'abord que la citation provient de Freud et même du *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*, ce qui accentue la dimension de la logique du *Lustgewinn*, du gain de plaisir. Ensuite, il se propose de la mettre en œuvre pour son office, comme ce qui expliquerait, une fois réduit le club au deux du couple, ce pourquoi il ne parvient pas à rester avec une femme, et plus précisément Annie Hall.

Quoiqu'il en soit, ceci me permet d'insister sur ce franchissement dans le temps de la position du sujet, celle-ci s'en trouvant transformée, dans un éclair. Je rappelle les éléments du film que nous admettons comme vrais puisqu'ils opèrent ainsi dans la fiction, et parce qu'ils sont susceptibles de montrer la réalité de ce que nous rencontrons dans l'expérience analytique.

La rencontre amoureuse respecte les normes du genre, et nous montre un Woody Allen embarrassé mais somme toute très efficace dans sa conquête et surtout parfaitement normal, maniant le mot d'esprit sans tomber dans une clownerie souvent présente dans d'autres films. Après cette rencontre, sans doute peine-t-il quelque peu à s'engager et le manifeste bruyamment lorsqu'elle décide de renoncer à son appartement ; il n'a pas gain de cause et cède, mais ce franchissement produit sans éclairage sur le dire qui devrait l'accompagner ne saurait être sans conséquence dans ses suites.

Le symptôme surgit peu après chez elle, de ne pas pouvoir jouir sans l'appoint du haschich. Mais ici la « bonne santé mentale » de *Lom*¹³⁴ exige une jouissance non partagée avec l'herbe, concurrent insupportable. C'est pourquoi elle doit se soumettre à cette extraordinaire invention qu'est la psychanalyse à laquelle lui s'est soumis non sans

soit dans cet Autre à quoi la « génitalité » n'a accès qu'à ce qu'il prenne « barre » sur elle de la division qui s'effectue de son passage au signifiant majeur, le phallus ? »

¹³⁴ Conférence donnée par J. Lacan dans le grand amphithéâtre de la Sorbonne le 16 juin 1975 à l'ouverture du 5e Symposium international James Joyce. L'âne, 1982, n° 6.

enthousiasme depuis quinze ans, mais comme il le dit sans que ça n'ait apparemment rien changé. Le dire oublié est joué ici par la position qui est la sienne à lui, ce qui reste escamoté de sa propre position, son impossible à lui, qui peut se dire : là où la mort est conjointe au désir. Cela ne se voit pas car quoi de plus normal que d'exiger une jouissance sans partage avec la drogue ?



Ensuite vient la première séance, scène qui mériterait quelques commentaires mais que nous laisserons de côté pour nous intéresser à ce qui fait le cœur du film, cette courte séquence où l'on voit les deux chacun sur un divan, dire sa vérité sans d'ailleurs qu'il n'y ait d'écart entre les faits, seulement une position propre à chacun. On se souvient que les « rapports sexuels » sont avoués, par l'un et l'autre, au nombre de trois par semaine, chiffre pour lui nettement insuffisant et pour elle bien excessif. Puis vient l'aporie non résolue qui m'arrête ici : elle ne peut pas lui refuser ce qu'il demande, ni le quitter, parce que c'est lui qui paye les séances, et lui de son côté considère qu'elle progresse avec l'analyse mais contre lui, en somme il se fait avoir. Moyennant quoi elle parvient à le lâcher puisque comme elle le dit, elle s'affirme et sait ce qu'elle veut, mais elle arrête du même coup son analyse. La psychanalyste n'avait rien dit, et a donc été jetée comme le bébé avec l'eau du bain sans que rien n'ait été acquis sauf une fausse assurance moïque, la suite montrant une Annie Hall errante d'homme en homme. Manquait donc l'interprétation qui aurait traité l'impasse logique de telle sorte que le dire ne fût

pas complètement oublié, situé à sa place. L'aporie, le piège est aussi trompeur que le paradoxe du menteur dans le sens où la solution existe à condition de saisir cet écart entre l'énonciation et l'énoncé, le sujet de l'énoncé ayant été modifié depuis et à cause de l'énonciation. La différence que Lacan introduit entre cette version du problème, disons entre l'époque de « La Chose freudienne » et celle de « L'étourdit », consiste dans cette approche du réel, de cet oubli en tant que « structural ».

Mais de même que l'ensemble de « L'étourdit » insiste sur ceci qu'il n'y a pas de métalangage, il ne cesse de nous faire miroiter tout ce qui pourrait y ressembler, tout ce qui pourrait situer le sujet comme effet de son dire. L'interprétation, si elle prétend changer quelque chose, ne le peut qu'à ce niveau. Celle qui eut été adéquate est donc, Lacan nous l'apprend, l'équivoque, à ceci près qu'on la réduit trop souvent à l'homophonie, aux jeux de mots, dont Lacan use amplement dans cet écrit mais précise qu'ils se jouent de nous :

« (...) ce sont eux qui nous jouent. Sauf à ce que les poètes en fassent calcul et que le psychanalyste s'en serve là où il convient¹³⁵. »

N'oublions donc pas la grammaire qui vient ensuite, plus propice à nous faire saisir comment situer le temps du sujet et de son dire. Je crois que nous pourrions retenir pour notre gouverne la critique que Lacan adresse aux psychanalystes qui se sont mépris sur le prétendu endoctrinement de Freud s'adressant à ses patients¹³⁶ :

¹³⁵ LACAN, J. « L'étourdit », *Autres écrits*, op. cit., p.491.

¹³⁶ L'exemple le plus net est le cas de l'Homme aux rats, cité en effet par Lacan (p. 491 des *Autres écrits*).

« Freud fait aux sujets « répéter leur leçon », dans leur grammaire.

À ceci près qu'il nous répète que, du dit de chacun d'eux, nous devons être prêts à réviser les « parties du discours » que nous avons cru pouvoir retenir des précédents¹³⁷. »

C'est cette grammaire qui conduit Lacan à sa définition de l'interprétation qui nous sert de viatique : « je ne te le fais pas dire », équivoque certes mais dans un autre registre que celui de l'homophonie, qui la complète de là où le sujet vient à s'inscrire.

Et c'est en troisième lieu la logique dont ce n'est pas un hasard qu'on y retrouve plus directement la question du temps – logique depuis 1945 – opérateur cette fois du moment où le sujet bascule vers « Autre chose » grâce à ce mouvement du dit au dire. J'y vois une sorte d'avertissement¹³⁸ et un rappel : le jeu de mots auquel on identifie un peu vite Lacan en en faisant une exclusivité – il ironise lui-même sur le mot valise – n'est pas le tout de l'interprétation, s'il n'est pas resitué dans le contexte grammatical où se place le sujet, ni dans celui logique qui suppose une temporalité et une chute, une fin fût-elle provisoire. Dans le cas de Annie Hall la fiction nous autorise à imaginer une réponse au piège. Attraper la conscience de l'Autre, de l'homme, qui dans son souci d'oblativité veut tout pour elle... sauf ce qu'elle désire.

¹³⁷ *Idem*, p.492.

¹³⁸ L'avertissement n'exclut pas Lacan lui-même dans cette discrète notation, complétant le reproche fait à Freud de l'obscurantisme de ses élèves d'un : « Certes pas moi qui ai aussi, à cet endroit (de mon envers), quelques responsabilités. » (*Autres écrits*, op. cit., p.492) Il fait allusion ici une fois de plus à ce moment crucial qu'a été le colloque de Bonneval, lui révélant comment l'erreur grossière de ses élèves est aussi de sa responsabilité et demandait une révision de l'ensemble de sa description de l'inconscient effectuée les années suivantes.

Um tempo de espera para o obsessivo: “Está provado: quem espera nunca alcança”

Andréa Brunetto

No mundo moderno, capitalista, que tem pressa e que o tempo é dinheiro – algo a ser valorizado, um investimento – esperar é uma vergonha. Vergonha que recai sobre aquele que espera. Zygmunt Bauman, em “Vidas desperdiçadas” escreve: “correr atrás das coisas e capturá-las em pleno vôo, ainda frescas e cheirosas – isso é *in*. Adiar, escolher o que já está lá, é *out*.”

É esse ritmo vertiginoso, em que tempo é dinheiro, que faz com que a cada dia a avidez dos sujeitos – que é humana, demasiada humana, já que nenhum objeto pode tamponar a falta – seja diuturnamente reavivada por novos objetos que prometem o impossível.

Então, esse trabalho une o tema do tempo com um pequeno extrato clínico em que mostra a entrada em análise de um sujeito obsessivo que “não pode esperar”.

Por isso esse trabalho tem este título: frase da música de Chico Buarque de Holanda: “Está provado, quem espera nunca alcança. Faça como eu digo, faça como eu faço: aja duas vezes antes de pensar”.

O obsessivo fica meio perdido nesse tempo atual em que tudo é rápido. A façanha é ser rápido, como na música de Chico, não adiar, não procrastinar. E ele tem necessidade de um grande tempo de compreender.

Lacan alega que é necessário entender o Eu dos sujeitos histéricos e obsessivos para saber através de quem e a quem ele formula sua pergunta e, assim, reconhecer seu desejo. Afirma que o obsessivo “arrasta para a jaula de seu narcisismo os objetos em que sua questão se propaga, no álibi multiplicado de imagens mortais

e, domando-lhes as acrobacias, dirige sua ambígua homenagem ao camarote em que ele mesmo se instala, o do mestre/senhor que não se pode ver”. E continua, afirmando que nesse espectador invisível do palco está a figura da morte.

A relação entre a preocupação com seu desempenho e a morte já estava apontada por Freud desde o Homem dos Ratos, sustenta Quinet em *Zwang und Trieb* “quando se exibia tarde da noite, ao espectro paterno, quando se preparava para uma prova e abria a porta para seu falecido pai e, logo em seguida, contemplava seu pênis em espelho”.

Tomando um recorte da minha clínica, esse sujeito obsessivo é um profissional eficiente e bem sucedido que sabe fazer a ‘boa hora’. É uma análise que se inicia (tem menos de um ano) e desde a primeira sessão, ele reclama por eu não respeitar exatamente os horários marcados e ele fica tendo que esperar, esperar. Faz sempre a apologia de que gosta de tudo certo, nos dias e horários certos.

Além da meticulosidade própria do obsessivo, não poder esperar é um dos lemas do capitalismo. Consuma e goze agora! E “o inconsciente não é anticapitalista, pelo contrário, ele trabalha incessantemente para produzir gozo” (Soler, A confusão dos discursos).

Um dia é ele que tem de sair da rotina e mudar o horário de sua sessão e chegar depois das 20hs. Espera fora do consultório alguns minutos, sem saber se eu estava atendendo (a secretária já tinha ido embora). Então, abro a porta, um paciente sai e ele entra. Ao final da sessão, já em pé, me diz que achou que eu tinha esquecido ele lá fora. Digo que de forma alguma esqueci dele, o que esqueci foi de avisá-lo que nesse horário

a secretária já teria ido embora e ele talvez tivesse que esperar alguns minutos.

É isso que constitui sua entrada em análise, enlaçando o sintoma, a fantasia e a intervenção da analista. Na sessão seguinte, vem a lembrança infantil: quando criança, a mãe sofreu um acidente, ele era pequeno e não pode entrar no hospital. Ficou esperando do lado de fora, torcendo para a mãe não morrer. Demorou muito e achou que a mãe tivesse esquecido dele ou morrido. Não relaciona de forma nenhuma a história com a espera do lado de fora do consultório.

Em “O seminário, livro 5: as formações do inconsciente”, Lacan afirma que é preciso que para o obsessivo haja alguém que registre e testemunhe suas proezas. “Não se pratica uma proeza sozinho”, alega Lacan. O Outro é diante de quem tudo isso se passa, o lugar onde se registra a façanha. Novamente afirma um lugar de testemunha invisível para o Outro. E como espectador, a morte.

Façanha, acrobacia, proeza são palavras que Lacan usa para dizer desse espetáculo que o obsessivo trava com a morte. Como dizia outro obsessivo que atendo: quando sinto que a morte me ronda, penso em Epicuro ‘se eu estou aqui, a morte não está; se ela está é porque já fui’.

Com suas façanhas apresenta uma heroicidade cada vez mais inútil – estou usando uma frase de Carmem Gallano para designar a solidão paranóica, mas creio que cabe aqui – em um mundo em que não há mais ordem que a do mercado capitalista, o da produção extensiva da falta-a-gozar.

Esse tempo de compreender tão longo, que a clínica evidencia, pode ser entendido como parte do espetáculo mortífero, visando a manutenção do Outro. Assim, o obsessivo se envolve com seus pensamentos e adia o ato. E com isso o momento de concluir fica distante, unindo-se o infinito do tempo com o impossível em desejar. Procastinar, fingindo-se de morto para enganar a morte, é sua forma de manter o Outro sem falta. O ‘bom conselho’ da

música de Chico Buarque é um convite ao ato.

A proeza de meu paciente em ‘fazer a boa hora’ em seu trabalho é para negociar com a morte. É por isso que ele sabe fazer a “boa hora”.

Com a interpretação ‘não esqueci de você’ a analista é enlaçada no sintoma do sujeito e, para além de seu lugar de Outro, passa a ser objeto *a*. No Seminário 11, Lacan diz que a presença do analista é ela própria uma manifestação do inconsciente. E que o inconsciente está do lado de fora, porém pela boca do analista esta porta pode ser aberta.

O que tem acontecido recentemente é que ele tem chegado bem antes de seu horário e fica esperando na sala de espera. E não diz que chegou antes, não fala sobre isso durante a sessão. Esta espera por vezes de cerca de uma hora não o incomoda.

No argumento deste trabalho coloquei uma questão: qual o efeito dessa análise sobre esse sintoma da espera? Entre a escrita do argumento e esta, agora, ele deixou de seu trabalho. Está investindo em outro que envolve a recente e famosa indústria da estética.

Isto significa uma mudança? Seu tempo de compreender é rápido? Acabei de afirmar que o obsessivo prolonga o tempo, não concluindo. Minha resposta é não. Ele continua o ‘bom proletário’ que entende as necessidades do mercado e busca o bom desempenho. Essa é sua nova versão de ‘fazer a boa hora’ com sua verdadeira proeza que é a manutenção do Outro. Alega que agora está na profissão do futuro, que atrasa a velhice: agora não é mais um tempo para velhos.

Ele continua na repetição, do lado de fora do hospital à espera de ser chamado, à espera da morte do outro ou da dele, o que dá no mesmo. E esta espera da morte é uma possibilidade certa, insuperável e indeterminada do sujeito, como afirma Lacan citando Heidegger em “Função e campo...”.

Retomando a música de Chico Buarque, ele ainda diz “Corro atrás do tempo. Vim de não sei onde. Devagar é que não

se vai longe”. Assim, Chico inverte o ‘quem espera sempre alcança’ para ‘quem espera nunca alcança’. Mas o analista espera, porque se não espera é o pior, espera nas avenidas da fala para abrir o postigo.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

FREUD, Sigmund. Notas sobre um caso de neurose obsessiva (1909). In: ESB. RJ: Imago Editora, 1976.

GALLANO, Carmem. “Não sou paranóico”, in: *O sintoma-charlatão*. RJ: JZEditor,

GAZZOLA, Luiz Renato. *Estratégias na neurose obsessiva*. RJ: JZEditor, 2002.

LACAN, Jacques. “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jaques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jaques. *O seminário, livro 11: os conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

QUINET, Antonio. Zwang und Trieb, in: *Destinos da pulsão*. RJ: Contracapa, 1997.

SALINAS-ROSÉS, Joan. Psicanálise. Psicoterapia. Desejo do analista? In: *Stylus 16. Revista da Associação dos Fóruns do Campo Lacaniano-Brasil*. No prelo.

SOLER, Colette. A Confusão dos discursos, in: *O tempo da psicanálise. Heteridade 3*, 2004.

O tempo na histeria e o fora do tempo do não-todo

Elisabeth da Rocha Miranda

O inconsciente freudiano é atemporal¹, mas a vida é marcada por uma temporalidade debilitada do encontro traumático. Na linha da vida, o sujeito aparece como evanescente na efemeridade de um tempo presente, aparece nas entrelinhas do dito. Existe, então, um inconsciente que está aí, alheio ao tempo, mas também suscetível de presentificar-se por meio das ações que determinam no sujeito. Mas, para esse processo ocorrer, torna-se necessária a função da metáfora paterna, barrando o deslizamento infinito da ação, situando o sujeito em um discurso. Lacan diz “Não há realidade pré-discursiva, cada realidade se funda e se define por um discurso”², dando ao sujeito uma posição sexuada.

Por excelência, a função do discurso é dar ao sujeito acesso a uma parte do gozo perdido como ilimitado ao qual ele renunciou para tornar-se humano. Para se exercer sexualmente em uma posição, o sujeito precisa ocupar um lugar que lhe é dado pela fantasia, forma como cada um recupera seu gozo e sustenta seu desejo, o qual fixa o tempo como sendo sempre o mesmo, atualizado na viagem da vida. Assim, “presente, passado e futuro são como as contas de um colar unidas pelo fio do desejo”³. A fantasia rege as relações do sujeito com o tempo, implicando uma acentuação do *fading* subjetivo: sempre muito tarde ou muito cedo para o encontro com o objeto. O inconsciente não conhece o tempo, mas

a libido o conhece; existe uma temporalidade de Eros tanto no amor quanto no desejo e no gozo. Por isso dizemos que o sujeito entra no tempo, pois, a partir de sua castração, faz escolhas, e mais especificamente, a escolha na partilha dos sexos. Entre o nascimento e a morte, o tempo é contado e marcado pela posição sexuada, regida pelo desejo e pelo gozo. A escolha exige um ato de assunção subjetiva do sexo, tarefa que faz o neurótico vacilar e especialmente ao histérico que se caracteriza justo por estar sempre um pouco indeciso, mantendo a questão clássica: sou homem ou sou mulher? Essa vacilação torna a histeria exemplar na demonstração de que a fantasia inconsciente, determinante da realidade psíquica, é infantil e sempre atualizada. Freud pensa, inicialmente, que o *desmentido* da falta no corpo da mulher seria indício de uma psicose feminina⁴ para, logo em seguida, descartar essa hipótese. No entanto o conceito de *desmentido* da falta é a raiz da loucura feminina. Temos aí a possibilidade de um sujeito, na posição feminina, situar-se na falta do Outro, no lugar de $S(A)$, e cair no fora do simbólico, do discurso, do sexo, do tempo, lugar em que Lacan situa o que na mulher fica fora do fático, o não-todo fático.

A histérica banca o homem na tentativa de se colocar toda na norma fática, como evitação da experiência do *não-todo* fático, lugar de objeto, de puro real. Quando a fantasia histérica vacila, e o sujeito é chamado a comparecer com a castração, ele se experimenta como objeto e pode desse lugar, experimentar-se fora do tempo. Vemos isso na vinheta que passo a comentar.

¹ FREUD, S. “Lo inconsciente; Las propiedades particulares del sistema inconsciente (1915/2000, p.184).

² LACAN, J. *O Seminário, livro 20: Mais Ainda*. (1972-73/1983, p.45).

³ FREUD, S. “El creador literario y el fantaseo” (1907-08/2000, p.130).

⁴ FREUD, S. “Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos”, (1925/2000, p. 271-272).

Maria, empresária bem sucedida, tem 35 anos e um filho de 10, fruto de seu casamento. Filha única, sua infância é marcada pelo convívio com uma mãe psicótica, cujo delírio consistia em que as duas deveriam ir para Saturno, planeta onde eram esperadas como rainhas e, para tal, deveriam morrer. Aos cinco anos, evitou uma primeira tentativa de suicídio da mãe que a incluía, a cena repetiu-se por mais três vezes até que, aos dez anos de Maria, a mãe volta para a cidade natal e a família consegue interná-la. No hospício, a mãe, “sozinha, sem a filha” consegue efetivar o suicídio. Essas cenas deixam forte impressão e trazem uma marca temporal. O tempo de vida para Maria sustenta-se pelo lugar que ela ocupa no desejo do Outro, lugar regido pela posição fantasmática de ser a sentinela da vida, de cuidar do outro. Desse lugar, Maria se impõe um destino, repetindo sua história no presente e projetando seu passado no futuro.

Maria passa a viver com a avó paterna, criatura extremamente religiosa que, em suas orações, pede ao “pai nosso que estais no céu” para perdoar a mãe de Maria “essa alma em sofrimento que arde no inferno”. O pai abandona a casa quando Maria tem três anos e morre assassinado em uma briga, “por causa de mulher”, quando ela tinha quatro anos. A única ligação de Maria com o pai é a avó religiosa e que foi agressivamente contestada por sua mãe, para quem “a religião era a expressão máxima da ignorância” com o que Maria concorda com exaltada veemência.

Com o marido, vive uma relação praticamente sem sexo, pois ela “não acha muita graça nestas coisas”, além do mais ele é bruto, gritalhão e só fala de si. Não trabalha, passa os dias estudando, contesta a priori toda e qualquer opinião vinda de Maria. Identifica no marido muitos traços da própria mãe, “ele é assim como ela: intempestivo, imprevisível, inadequado socialmente, briga com todo mundo é um homem fora de propósito, alguém que não pode ficar sozinho porque faz bobagens, precisa ser cuidado”. Diante dele, Maria

coloca-se no mesmo lugar que ocupava junto à mãe, “ela precisa salvá-lo”, não pode abandoná-lo, ele não tem vida própria e pode morrer assim como sua mãe que, “sozinha, sem a filha, se mata.” A relação se mantém ancorada na infância feliz do filho e, também no saber desse homem que, no dizer de Maria, é tudo isso, mas “não me deixa no ar, sempre sabe o que fazer, entende de todos os assuntos, é louco, mas muito inteligente. Eu não tenho paciência para pessoas limitadas, minha mãe era brilhante.” Em sua vida, ela permanece fixada no espaço e no tempo, no lugar que encontrou junto à mãe.

Maria viaja a trabalho e conhece um homem por quem se encanta de forma desmedida. Em suas palavras, “experimenta com ele uma sensação de intimidade e de estranheza concomitantes, que a impedem de se afastar e ao mesmo tempo lhe causam medo, é a paixão ou perder-se nele.” O homem é pobre como sua família e Maria resolve dar-lhe uma chance na vida, oferecendo-lhe a representação de sua empresa na cidade dele. A oferta recusada causa-lhe irritação, mas “ela sente-se abraçada por aquele homem forte que a escuta e lhe diz palavras de amor”. Do sexo, o melhor são os abraços, mas é estranho, “pensei que queria alguém para cuidar de mim, mas me senti insegura com isso.” É para evitar deparar-se com o real da castração marcado pela privação no corpo, que a histérica eterniza o desejo como insatisfeito. Sua prática consiste essencialmente na dissociação entre desejo e gozo, fazendo com que sua essência temporal seja obter a eternização do desejo pela suspensão do gozo. Tanto com o marido, quanto com o namorado, observa-se a estratégia histérica para lidar com o tempo. Duas possíveis conseqüências disso são: o fenômeno da frigidez, no sentido da recusa radical ao gozo sexual e a exacerbação do amor eternizado como insatisfeito.

Maria, ao retornar a casa, mantém com o namorado uma correspondência por *email* durante um mês e meio, até lhe

comunicar que decidiu ir vê-lo. A passagem já estava comprada. É então surpreendida com a reação do namorado: “ela não deve ir, ele não estará na cidade.” Desde então, ele se esquivava dos encontros e não responde mais aos *emails* de Maria. Tenta falar com ele pelo telefone, ele atende, mas ela não ouve sua voz, ele permanece mudo e desliga. O silêncio dele é encarnado por Maria que emudece e, muda, faz de seu corpo - assim como a mulher de Mausolo que bebe as cinzas do marido, para tomar seu lugar - o mausoléu de um grande amor. O sintoma conversivo leva-a à análise após quatro meses de mutismo e uma vasta peregrinação pelos consultórios dos otorrinos. Com seu sintoma, ela mantém a adoração ao homem, a exacerbação do amor eternizado como insatisfeito, não realizado e, por isso, perfeito.

Enciumado, o marido - com quem ela se furta ao gozo, mas que a mantém em sua posição fantasmática - sai de casa. Maria se vê só. Já não há com quem ocupar o lugar de “salvar o outro”, diz que não entende bem como as coisas mudaram tanto e tão bruscamente. Sente-se perdida, como pode o marido nem telefonar? Talvez tenha se metido em confusão, mas, e se ele estiver bem? O namorado evaporou do nada. “O futuro é a espera, o passado a lembrança, mas ambos são vividos no presente sempre instantâneo”⁵. Maria não consegue se situar no instante presente em que o futuro esperado some e o passado já não lhe dá garantias.

“Durante a semana sou empresária e mãe, no fim de semana, sem filho e marido para cuidar, não sou nada, caio no vazio, me sinto desmanchando, sem fio terra, no espaço. Não consigo tirar a camisola, nem comer nem me mexer, passo todo o fim de semana na cama, com um vazio aterrorizante. É horrível sentir que você toda é um grande e assustador buraco.” Maria é pura angústia, estado que aponta para ela o aniquilamento, o desmanchar-se no lugar em que as palavras e os pensamentos lhe

faltam. Mas ainda assim, as representações que ela pode fazer dessa angústia, mantém-na no registro do sentido.

“Será que vou ficar louca como minha mãe? Nada tem sentido, e quando amanhece na segunda-feira preciso recuperar o corpo, começar a vesti-lo a compô-lo, preciso vestir com palavras até as coisas, saio falando em voz alta o que estou fazendo”. Explica esse “vestir as coisas” dizendo que as nomeia à medida que vai agindo. “Eu sou Maria, vou me levantar, calçar os chinelos etc. Quando me recupero, paro de falar sem perceber.” Maria tenta se apoderar do tempo presente, tenta fazê-lo parar para que ela se situe nomeando seus atos e objetos com voz cada vez mais alta, mas ainda assim as coisas lhe escapam, porque “o presente - ou aquilo que era o presente-já é passado”⁶ e o passado para Maria, as lembranças e representações com as quais ela construiu sua fantasia foram abaladas pelo encontro com o real do sexo que a fez experimentar-se como objeto despido. Nua de significantes, nos momentos de maior angústia, nos quais tem medo de se desintegrar, ela começa a repetir automaticamente, “pai nosso que estais no céu, pai nosso que estais no céu”, e só assim “volta à vida, ao tempo dos outros”. Essas palavras, pelas quais é tomada, são para ela enigmáticas: “como posso eu rezar? Eu não tenho religião, não vivo de credices e elas me irritam, eu sei que não estou rezando.” Repetindo o significante da avó paterna, Maria volta ao registro do fálico. Ela se vê como objeto, e o objeto desregula o desenrolar uniforme do tempo. Ela sai do tempo à medida em que sua posição fantasmática revelada através dos significantes - “sentinela da vida”, “guardiã do outro”, “salvar a vida do outro” - vacila no encontro com um homem, no qual ela se vê como objeto caído e dejetado do Outro simbólico, lugar em que Maria coloca o amante, lugar de endeusamentos próprios à exacerbação do amor.

⁵ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. (1973, p.244).

⁶ BORGES, J.L. “Le Temps”, (1978, p. 203).

Suas graves crises de angústia como ela as chama, já não acontecem com tanta frequência, mas ela conclui pertencer a um grupo de mulheres que amam demais e que pensou em ingressar na MAD (associação das mulheres que amam demais), mas descobriu que a condução dos encontros nesta associação é a mesma dos AA (Alcoólicos Anônimos) e ela não está aí para “lavagem cerebral”.

Identificada com a falta tomada como objeto, Maria perde-se na falta do Outro, tornando-se pura ausência, um ser para a eternidade, para o fora do tempo, de onde só retorna com o apelo ao significante vindo da família paterna.

Maria continua na viagem da vida habitando tanto o lado fálico - como empresária e mãe - quanto o fora do tempo do lado *não-toda* fálica, posição à qual é compelida pela presença do homem esperado, sempre inadequado, nunca alcançado, fora do tempo.

Referências Bibliográficas

BORGES, Jorge Luis. (1978) “Le Temps” Em: *Conférences*. Paris: Gallimard Folio, 1985.
FREUD, S. -(1915) “Lo inconsciente; Las propiedades particulares del sistema Inconsciente. Em *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores, vol.14, parte V, 2000.

FREUD, S. (1907-1908) “El creador literário y el fantaseo” Em: *Obras Completas*, Buenos Aires: Amorrortu editores, vol.9, 2000.

FREUD, S. (1925) ”Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos”. Em: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu editores vol.XIX 2000

LACAN J. – (1964) Do Trieb de Freud Em: *Escritos* Rio de Janeiro Jorge Zahar editor 1998, p.867

LACAN J. (1972-1973) *O Seminário, livro 20: Mais Ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões. Livro XI: O homem e o tempo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.



MESAS SIMULTÂNEAS



Uso Diagnóstico do Tempo em Psicanálise

Christian Ingo Lenç Dunker

1.

Sentimento do Tempo

O caso Aimée pode ser considerado o mais extenso e sistemático esforço diagnóstico que encontramos na obra de Lacan. O texto é mais conhecido pela proposição de uma nova forma clínica, representada pela paranóia de autopunição, (oposta à paranóia de reivindicação), mas ele contém, subsidiariamente, a intuição metodológica que levará Lacan, anos mais tarde, a construir a noção de estrutura clínica. Trata-se da tese de que no delírio, em seu estado constituído, na qualidade de um todo mais ou menos organizado temática, formal e discursivamente, podemos encontrar o prolongamento de situações subjetivas mais simples. Situações estas que possuiriam assim um valor constitutivo para o delírio. Tais situações mais simples são os fenômenos elementares, descritos por Clérambault. No caso Aimée eles aparecem em quatro signos clínicos: (1) estados oniróides, (2) distúrbios de incompletude da percepção (3) interpretações propriamente ditas e (4) ilusões de memória¹³⁹.

As ilusões de memória são o fato clínico mais difícil de extrair. Aimée declara que em havia lido um artigo de jornal no qual seus perseguidores declaravam que matariam seu filho como vingança por sua maledicência. Ela diz que havia visto uma fotografia de sua casa natal. Ocorre que Aimée não dispunha do artigo ele mesmo o que a levava a ir ao jornal constantemente para comprar os números atrasados. Sua casa fica entulhada de jornais e ela mantém a certeza de que havia *lido* o artigo e *visto* a

fotografia. A investigação diagnóstica de Lacan leva à conclusão de que ela só podia realmente recordar-se de um fato: em um dado instante ela *acreditou lembrar-se* do artigo. Retenhamos a sutileza da evidência clínica: ela *lembrou-se que havia acreditado que se lembrava*. É uma meta-recordação, uma recordação de uma recordação. Ocorre que a segunda recordação baseia-se em uma crença, ou em uma imagem-fantasia que substitui uma imagem-recordação, segundo a expressão de Lacan. Assim o que se *gostaria que tivesse acontecido* aparece ao sujeito como *tendo acontecido*.

O mesmo fenômeno ocorre nos sonhos que parecem ter uma duração significativa antes de se interromperem por um ruído. Na verdade o ruído estava lá desde o início. O sonho cumpre sua função de manter o sono até o ponto limite em que o ruído que estava no início faz acordar. Mas quando isso ocorre o que o sujeito se lembra é que o ruído estava no fim do sonho não em seu início. Ou seja, uma parte da realidade foi suprimida, substituída por uma imagem, sendo o resultado uma inversão temporal.

Este efeito de apreensão subjetiva do tempo é chamado por Lacan, na tese de 1932, de sentimentos do tempo. O sentimento do passado e o sentimento do futuro ligam-se a esta função de presentificação que determina o alcance para um ato. Tal sentimento do tempo é aproximado por Lacan dos sentimentos sociais: de realidade, de familiaridade e de respeito. Tanto as ilusões de memória quanto os sonhos protetores não são interpretações retrospectivas, mas argumentam em favor de que o aparelho psíquico reconhece a presença (um ruído) ou a ausência (uma fotografia) e simultânea ou sucessivamente reconhece seu próprio reconhecimento, conferindo-lhe realidade, familiaridade e

¹³⁹ LACAN, J. – Da Psicose Paranóica em suas Relações com a Personalidade. Perspectiva, Rio de Janeiro, 1987: 215.

temporalidade. A função de presentificação nada mais é do que a articulação destas duas formas de reconhecimento. Para que ela possa operar, induzindo a orientação temporal do sujeito, é importante que ela mesma não se manifeste como função de reconhecimento. Daí que a função de presentificação defina-se duplamente: (b) por seu alcance para o ato e pelo efeito de certeza e (b) por sua dimensão de desconhecimento e pelo efeito de crença.

Espero com isso ter introduzido meu argumento. O texto de 1945 sobre o *Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*¹⁴⁰ desenvolve claramente um problema abordado na Tese de 1932, a saber um problema diagnóstico. Lembremos que a precipitação, o atraso e antecipação são tipos de sentimento do tempo. A partir do que exposto fica claro que o sentimento do tempo não devem ser confundidos com a apreensão subjetiva da duração (mais extensa ou mais comprimida), e nem com a apreensão objetiva do passado ou do futuro. O que permite a Lacan falar do tempo, como uma experiência, como uma espécie de encontro figurado em metáforas do tipo “hora da verdade” e “o tempo de concluir” ou por noções como *kairós*. São hipóstases de uma experiência impossível em si mesma: o tempo não é um personagem, nem uma coisa. *O tempo* equivale, neste sentido, àquilo que seria a consciência do ponto de vista do inconsciente, ou seja: (a) algo que se apresenta, mas não se representa, (b) algo que é por natureza aberto, mas que se apresenta como um conjunto fechado e (c) algo que qualifica as ligações com os objetos na medida em que transforma o próprio sujeito.

2. Perversão

Voltemos aos termos do nosso problema agora aplicando-os ao tema da diferença entre estruturas clínicas. (1) Há o reconhecimento da presença ou da ausência, (simbólico-real) (2) há o

reconhecimento deste reconhecimento, que nos dá o sentimento do tempo (real-simbólico) e (3) há a função de presentificação que articula as duas primeiras dimensões (real-imaginário). Vemos que a primeira condição é inteiramente dependente da espacialização do tempo. O reconhecimento da presença ou ausência, acrescida do sentido da transição entre um e outro são a condição elementar do tempo como alternância. Contudo estas são condições do tempo como espacialização do objeto. Os exemplos de Lacan são muito típicos a este respeito: o dia e a noite, os meteoros, o retorno nos planetas a uma dada posição.

Este tipo de temporalidade aparece em apresentações da transferência nas quais ela polariza-se entre o amor ou o ódio, entre a aceitação e a recusa. São transferências que parecem duplicar a estrutura da demanda. Ela é típica no discurso no qual se acentua a alternância entre a presença e a ausência do sintoma. Pacientes que trazem um fenômeno psicossomático, certas depressões, bem como situações próximas da toxicomania ou da erotomania organizam transferências baseadas nesta alternância. Neste caso a relação de objeto e o próprio objeto encontram-se em sobreposição. São, portanto, teoricamente transferências em estrutura de perversão. Não digo que se trate aqui de uma estrutura perversa, mas de uma transferência em estrutura de perversão. Baseio-me, para tanto na afirmação de Lacan:

“O fantasma na perversão é apelável, ele está no espaço, ele suspende, não sei qual relação essencial; ele não é propriamente atemporal, ele está fora do tempo.”¹⁴¹

3. Neurose:

A situação seria inteiramente diferente, e portanto, dotada de valor diagnóstico diferencial, no caso da neurose:

¹⁴⁰ LACAN, J. – O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada: um novo sofisma. In *Escritos*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

¹⁴¹ LACAN, J. *O Seminário Livro VI – O Desejo e sua Interpretação* (1958-1959). Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002:332.

“A relação do sujeito ao tempo, na neurose, é justamente este algo do qual se fala muito pouco e que é, entretanto, a própria base das relações do sujeito com seu objeto ao nível do fantasma. Na neurose, o objeto se carrega desta significação, que está para ser buscada no que chamo de hora da verdade. O objeto aí está sempre na hora do antes, ou na hora do depois.”¹⁴²

O obsessivo antecipa sempre tarde demais, o histérico repete sempre o que há de inicial em seu trauma. Tudo se passa como se o neurótico pudesse ler uma determinada temporalidade em seu objeto. A hora do um e a hora do outro, o cedo e o tarde, o que poderia ter sido e o que se acredita ter sido. Ora, estamos aqui na situação de reconhecimento do reconhecimento, ou seja, na realização do simbólico. Daí que a fantasia venha a ocupar o lugar daquilo do que o sujeito encontra-se em privado simbolicamente.

Note-se como é uma conseqüência da teoria da temporalidade que a fantasia seja pensada como uma seqüência em três tempos onde um deles encontra-se abolido o próprio sujeito (*fading*). Na mesma direção entende-se porque a diferença entre neurose e perversão seja uma diferença no estatuto da fantasia. Na neurose acentua-se o pólo do sujeito e do tempo, na perversão acentua-se o pólo do objeto e do espaço. Estes três tempos são designados de inúmeras maneiras por Lacan, uma que nos parece didática assinala que:

- (a) No primeiro tempo há estranhamento (*estrangement, unheimlich*) o que acusa uma perturbação do sentimento do tempo. Uma separação entre o objeto a e o falo. Ora, esta separação é estrutural, na neurose e na perversão, portanto o que ocorre no primeiro tempo da fantasia é a percepção desta separação, é a apresentação desta singularidade sob forma de afânise.

- (b) No segundo tempo trata-se de uma integração narcísica deste objeto paradoxal. O sujeito exterioriza o falo como símbolo significante. Ele rejeita seu próprio ser em nome do falo. Está em curso uma identificação, a saber, em termos temporais, uma substituição entre o que se poderia ter sido (objeto a) pelo que se poderia vir a ser (falo).
- (c) No terceiro tempo encontramos a função da presentificação, ou seja, a hora da verdade, na qual o sujeito encontra-se abolido, não como fading, nem como afânise, mas como ato.

4. Psicose:

Esta exposição sumária dos três tempos da fantasia, do qual se poderiam desdobrar os tempos da transferência e os tempos do sintoma, nos induz a uma imprecisão. Se a fantasia condiciona a temporalidade do sujeito, tanto no sentido do sentimento do tempo, quanto no sentido da sua lógica de aparição e desaparecimento e ainda quanto à temporalidade do ato, ela mesma, a fantasia, não pode ser examinada segundo os próprios parâmetros temporais que deveria explicar. Ou seja, se a fantasia modela o tempo do sujeito o que modela o tempo da fantasia?

Ora, a situação clínica que deve ser chamada para explicar este problema é justamente aquela na qual a fantasia está ausente ou substituída por outra estrutura. Este é exatamente o caso teórico representado pela psicose. Ora, a primeira constatação que se pode fazer então é que a expressão *três tempos da fantasia* é bastante aproximativa, tanto quanto a expressão *os três tempos do Édipo*. Trata-se afinal de três modos de relação (constituição de objeto), postos em uma sucessão baseada em uma condicionalidade lógica, não de três formas distintas de fazer a experiência do tempo. Três tempos quer dizer aqui três modos. Em cada um destes modos se poderia reencontrar a temporalidade da fantasia, mas isso não significa que o

¹⁴² LACAN, J. *O Seminário Livro VI – O Desejo e sua Interpretação* (1958-1959). Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002:332.

conjunto responda à mesma forma temporal.

Por exemplo, quando Lacan argumenta que a demanda possui uma lógica de ordem modal ele indica que esta possui uma articulação gramatical com o modo subjuntivo (*que eu faça, se eu fizer, quando eu fizer*). A interpretação e consequentemente o desejo expressam-se segundo o modo apofântico, ou indicativo, (*eu faço, eu fiz, eu farei*). Finalmente o gozo exprime-se segundo o modo imperativo ou gerúndio. Os modos do necessário, possível, impossível e contingente são modos da demanda que exprimem também experiências temporais.

De fato, quando se diz que não há constituição da demanda na psicose, no sentido de que nela não há posicionamento do falo no campo do Outro, ou seja, que há uma zerificação da posição fálica, tudo se passa como uma espécie de dedução da maneira neurótica de articular o tempo. Na neurose e na perversão aplica-se a noção de voltas da demanda, ou seja, a demanda se fecha e se conta em circuitos de retorno, reconhecimento e desconhecimento. Na psicose a demanda não se fecha, sobrevivendo assim três fenômenos clínicos: (a) o empuxo à mulher (b) a infinitização do gozo (c) a descrença associada com a certeza.

Ora, estes três fenômenos encontram-se fixados claramente em modos temporais: (a) a transformação em mulher é um evento gerúndio (está acontecendo), (b) a infinitização do gozo é um evento subjuntivo (se, que e quando isso aconteça) e (c) a experiência de estranhamento, despersonalização e descrença é um evento indicativo radical, tão bem expresso pela noção de epifania.

Portanto os três tempos da fantasia encontram-se claramente presentes na psicose, uma vez pensados como modos lógicos e gramaticais. O que estaria ausente é a articulação entre eles. Mas a pergunta remanesce: esta articulação seria ela mesma temporal ou lógica?

5. Conclusão:

Quando Joyce relata esta experiência de ter apanhado de dois colegas de tal maneira que ele teria saído de si como uma casca sai de uma fruta madura temos um destes enclaves temporais de valor diagnóstico. Ele diz que nada sentiu, nem dor, nem raiva, nem desejo de vingança nem humilhação. Ou seja, falta o sentimento social, a integração subjetiva desta experiência que fica assim indeterminada do ponto de vista temporal. Assim como o artigo que Aimée lera sobre os perseguidores de seu filho, Joyce conseguia datar o acontecimento. Este fazia parte de uma história capaz de ser narrada. Mas fazia parte como uma espécie de indeterminação existencial: teria ocorrido? teria sido imaginado? teria acreditado ter acontecido? Ele é o nome de um estranhamento, de uma identificação e de uma ausência de si. É um nome, não um significante.

Concluindo. Na perversão o tempo aparece espacializado porque se trata da posição terminal da fantasia. Na neurose o tempo está articulado ao modo de relação e constituição dos objetos porque nele a temporalidade equivale aos processos de identificação, característicos da segunda fase da fantasia. Finalmente na psicose a experiência intersubjetiva do tempo nos mostra a temporalidade como ela é, ou seja, um conjunto fragmentário de experiências cujo efeito e não a causa é a unidade do tempo.

O futuro anterior na experiência psicanalítica

Sonia Campos Magalhães

Para iniciar este trabalho, tomarei um fragmento de um artigo de Daniela Chatelard no qual ela nos diz que “em alguns momentos, quase fugazes, de uma psicanálise, o sujeito percebe o seu ser de gozo pois se confronta com o que ele fora como objeto para o Outro. Assim, deve passar por um desvio em torno da questão de sua existência: o que sou?”

A resposta para esta indagação – o que sou? –, a autora deste artigo vai buscar na frase que Lacan toma de empréstimo a Paul Valéry para mostrar que o gozo fala: “Sou no lugar de onde se vocifera que o universo é uma falha na pureza do Não-ser”. Ao situar esta frase, Lacan lhe dá uma seqüência. Ele diz que esta resposta não é sem razão porque “esse lugar, para se preservar, faz o próprio Ser ansiar com impaciência. Chama-se o Gozo, e é aquele cuja falta tornaria vão o universo”.

Se voltarmos ao fragmento do texto situado no início deste trabalho, poderemos perceber que o gozo que fora, ali, atribuído ao Outro, seria um gozo encontrado no momento mesmo em que se dá a sua destituição, a destituição do Outro, momento também no qual, de forma fugaz, o sujeito percebe o seu ser de gozo.

Neste artigo de Chatelard, a autora recorre à literatura para trabalhar o tema “Gozo e posição subjetiva a partir de considerações sobre o romance O arrebatamento de Lol V. Stein. Ela quer mostrar que através deste texto de Marguerite Duras, se pode perceber não só as mudanças da posição da personagem Lol como, também, onde estaria situado o seu ponto de gozo que, por tratar-se de um romance, fica intocável para ela.

Nesse nosso trabalho, através do relato de um sonho, tentaremos levantar questões a respeito dos tempos do sujeito na experiência analítica buscando nos aproximar do que nos diz Lacan a respeito do futuro anterior.

O Sonho

O sonho que escolhemos para trazer neste trabalho é um material situado logo no começo de uma experiência psicanalítica. Ao longo do percurso desta análise, este sonho será muitas vezes retomado e, a cada vez, embora em sendo o mesmo sonho, ele não será mais o mesmo, mostrando que a experiência analítica avança, em um tempo de compreender, passando, de início, pela vertente do mito, pelo romance familiar, mas apontando para o final, lá onde o furo exigirá que o sujeito conclua em termos estruturais, que o Outro não existe, que há do UM mas não há nada do Outro.

Relato do sonho:

Bem próxima do caixão aberto, de pé, ela olhava a sua mãe imóvel, como que adormecida... Entre as flores dispostas com o apuro que ela amara em vida, o corpo encoberto da mãe, agora, quase não se dava a ver. O seu rosto, no entanto, lá estava por inteiro. Nele, o nariz afilado se destacava entre as pálpebras cerradas e os lábios finos, discretos, na palidez da morte.

Bem próxima do caixão florido, muito tempo ela esteve assim, de pé, olhando a mãe com a estranheza de vê-la, enfim, emudecida...

Perdeu-se no tempo...

De repente, dispôs-se a sair. Sempre a olhá-la, deslizou num movimento para trás, em direção à porta. Viu, então, que enquanto recuava, o corpo da mãe, num movimento sutil, se erguia.... e, lá estava

ela, agora, sentada, de olhos abertos, a fitá-la...

Devagar, reaproximou-se e percebeu que a cada passo que a levava à mãe, esta voltava à posição de morta em seu caixão florido.

Viu-se, então, a viver uma cena estranha: se saía, a mãe vivia e, se voltava, ela morria... até que, enfim, num gesto final, decididamente, abriu a porta e partiu.

Voltemos, mais uma vez, ao fragmento do texto de Chatelard que escolhemos para dar início a este trabalho. Vejamos: “em alguns momentos, quase fugazes, de uma psicanálise, o sujeito percebe o seu ser de gozo pois se confronta com o que ele fora como objeto para o Outro”. Em termos dos tempos lógicos, trazidos por Lacan ao longo de seu ensino, encontramos aí, um instante de ver, que remete o sujeito à pergunta – o que sou? É um instante de encontro do real, que dará início a um tempo para compreender que aponta para o futuro, para o momento de concluir, graças ao trabalho da transferência.

Retornando ao sonho acima citado, uma pergunta se nos apresenta: será que podemos dizer que há, aí, neste início de uma análise, um vislumbre do final, uma antecipação do futuro?

No seu texto *Escritores criativos e devaneios*, ao se referir à atividade de fantasiar do ser humano, Freud vai nos dizer que os produtos desta atividade, (que se pode encontrar nos sonhos e nos devaneios), não são, de modo algum, produtos rígidos e imutáveis. Para Freud, muito ao contrário, estes produtos se adaptam às impressões mutantes da vida, transformam-se com as circunstâncias da existência do sujeito e recebem de cada nova impressão eficiente o que se poderia chamar o “selo do momento”.

Neste texto, Freud vai se referir à importância do tempo na sua relação com a fantasia. Ele nos diz que a fantasia flutua entre três tempos: os três fatores temporais de nossa atividade representativa. O trabalho anímico se enlaça a uma impressão atual, a uma ocasião do presente, susceptível de

despertar um dos grandes desejos do sujeito; a partir deste ponto, apreende, regressivamente, a lembrança de um acontecimento pretérito e cria, então, uma situação referida ao futuro, que o sonho ou a fantasia apresentam como satisfação do dito desejo, trazendo, então, em si, as marcas de sua procedência da ocasião e da lembrança.

Partindo daí, Freud afirma: “É assim, portanto, que o pretérito, o presente e o futuro aparecem entrelaçados no fio do desejo, que passa através deles” .

No texto – *A temporalidade da transferência* –, Sílvia Migdalek, em dado momento, nos diz que “se um trabalho, como o é o do sonho, serve a Freud como porta de entrada para a delimitação da experiência do inconsciente, não deveríamos descuidar do que há nisto de referência a um trabalho” . Para esta autora, é “a força pulsional dos desejos inconscientes que coloca a energia necessária para que esse trabalho se realize e, mais precisamente, é seu caráter de imortais e indestrutíveis, o que nos introduz em uma estranha dimensão temporal, já que, como desejo tem uma determinação que provém do futuro, no que se põe como testemunha do que haverá de ser, só pelo fato de tê-lo dito” .

Em *A interpretação dos sonhos*, Freud nos diz que “na medida em que o sonho nos apresenta um desejo como cumprido, nos transporta, indubitavelmente ao futuro, mas este futuro, que ao sonhador lhe parece presente, é criado à imagem e semelhança daquele passado pelo desejo indestrutível.” .

A teoria psicanalítica, desde os primórdios da sua construção, ao trazer a questão do tempo, nos situa face a questões particularmente difíceis. Sabemos que Freud qualifica os processos inconscientes como intemporais e o desejo como indestrutível. No entanto, ainda que o presente seja impossível de apreender, este desejo indestrutível que, em sendo inconsciente, desconhece o tempo, pode aparecer no presente, na experiência da análise, graças à transferência. É o que o próprio Freud nos ensina.

Migdalek, no texto acima citado, nos lembra que Freud em Recordar, Repetir e Elaborar faz uso, como já o havia feito em A interpretação dos Sonhos, do termo – Arbeit – trabalho. Ela chama atenção para o fato de que, nesse artigo de 1914, Recordar, Repetir e Elaborar, ao falar de trabalho – Arbeit – Freud recorre também a um outro termo – Durcharbeitung – que conota um movimento e que, literalmente, se poderia traduzir como “trabalhar através de”. Este termo Durcharbeitung vem marcar a importância da transferência, um dos conceitos fundamentais na experiência psicanalítica, que diferencia o tratamento analítico de toda a influência por sugestão.

Podemos constatar que, ao se falar de transferência, entre outras coisas, se está a falar do tempo, tal como a psicanálise o concebe.

Lacan, em vários momentos de seu ensino, como Freud o fez, vai também conceder importância à questão do tempo na experiência psicanalítica. No seu texto Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise, ele inova e chama atenção para o futuro anterior quando nos diz: “Identifico-me com a linguagem, porém, somente, ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que já não o é, nem, tampouco, o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido naquilo que estou me transformando”.

Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, ao construir o grafo do desejo, Lacan volta a destacar a questão do futuro anterior ao se referir ao “efeito de retroversão pelo qual o sujeito, em cada etapa, se transforma naquilo que era, como antes, e só se anuncia “ele terá sido”, no futuro anterior”.

Nesse sentido, podemos dizer que o futuro anterior, na experiência psicanalítica, consiste em situar, na entrada em análise, um significante do passado que

pode anunciar a saída. O futuro anterior vai exigir, da entrada à saída da experiência analítica, a articulação do S1, significante da entrada, a um outro significante, o S2 que, por sua vez, vai fazer cair o a que, sem dúvida, é o que está em jogo no final. Enquanto significante do passado, este significante da entrada anuncia o que será o sujeito na saída da experiência analítica na medida em que ele participa da transformação e é, ele mesmo, o operador da transformação. Podemos observar, no Discurso do Mestre, esta relação do significante mestre, S1, significante da entrada que se articula a um outro significante, o S2, para que o Sujeito, \$, se encontre, no final, com o objeto a.

Assim, quando se fala de regressão temporal, como na frase – terei sido naquilo que estou me transformando –, temos aí um exemplo de futuro anterior porque nela o sujeito não volta ao passado, é o significante do passado que se atualiza.

É o que podemos constatar em outro sonho no qual o significante mãe, do sonho anterior, reaparece deformado através de um recurso translinguístico - MAR - MER; MÈRE - MAE e se atualiza no trabalho da transferência, num tempo de compreender, situando uma pressa para o momento de concluir.

O outro sonho

De repente, ela se vê a deixar a casa ainda adormecida e a caminhar descalça pela relva orvalhada em direção à praia. Percebe que a conhecida areia da praia, antes tão fina e dócil no contato com os pés, apresentava, agora, um aspecto hostil. Os pingos fortes da chuva da madrugada haviam deixado sulcos na areia formando grumos grossos e pontiagudos que, como espinhos, tornavam difícil a caminhada.

Deteve-se, então, e percebeu que se encontrava frente a três escolhas: o retornar à casa, o adentrar-se em direção ao mar perigoso, e a terceira (a que será escolhida): seguir o caminho difícil ao longo da costa a se perder de vista.

Tempo de entrada – Reflexões acerca da entrada em análise

Gonçalo Moraes Galvão

Agostinho é um autor bastante lembrado quando se quer fazer referência ao tempo. Enquanto filósofo medieval percorre uma variedade de assuntos e entre eles está uma reflexão sobre o tempo que merece respeito e tempo de entendimento. Segundo ele por um lado podemos reconhecer, enquanto humanos, nossa inserção no tempo como algo corriqueiro e simples:

Que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. (AGOSTINHO, 1970)

Por outro lado não escapa ao bispo de Hipona o quanto se ignora dessa mesma inserção, ou seja, aquilo que parece obvio traz uma série de problemas, quando nos propomos a trabalhar a questão com mais cuidado. É assim que sobre o mesmo assunto afirma:

Se ninguém me perguntar eu sei, porém, se quiser explicar a quem me perguntar, já não sei. (AGOSTINHO, 1970)

Esta ignorância não será um elemento paralisante, mas ao velho estilo socrático levará o filósofo a empreender um árduo trabalho para pensar o que é e quais seriam as condições do tempo para o humano. Assim parece viável pegarmos carona naquilo que destaca enquanto questão para avançar:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo claro e brevemente? [...] e

que modo existem aqueles dois tempos – o passado e o futuro – se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, como poderíamos afirmar que ele existe, se a causa de sua existência é a mesma pela qual deixará de existir? (AGOSTINHO, 1970)

A partir destes elementos vai se delineando para este autor que, pelo menos filosoficamente, não é possível a existência de um tempo objetivo. Ele irá argumentar logicamente a favor da não existência objetiva do passado e do futuro. Um já foi, já passou e assim *‘já não é’* e o outro ainda não veio, ou seja, *‘ainda não é’*; desta feita tão falso quanto afirmar a existência do passado é afirmar a do futuro. O presente, por sua vez, o único modo de lhe reconhecermos enquanto presente é quando contrastado aos outros dois tempos, passado e futuro, assim sendo também não tem existência em si mesmo.

Depois desta conclusão, de estranhamento frente ao tempo, o bispo de Hipona não para por aí. Irá propor a partir do já trabalhado um segundo momento de conclusão:

O que agora transparece é que, não há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar: os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer: os tempos são três: presentes das coisas passadas, presente dos presentes, presente dos futuros. Existem, pois estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das

coisas futuras. Se me é lícito empregar tais expressões, vejo então três tempos e confesso que são três. (AGOSTINHO, 1970)

A partir do destacado fica possível perceber os esforços para marcar o tempo como algo que de alguma maneira constitui-se a partir da relação com o sujeito sendo que o mesmo é seu corolário – o sujeito se dá no tempo – apesar de não ser algo que se apresente claramente, ou seja, não há consciência declarada destes aspectos. Se Agostinho aponta para o aspecto da subjetividade do tempo, ou seja, o tempo em sua teoria não é algo independente do homem e objetivo, mas contrário a isso, nos dirige também para perceber a relação de reciprocidade entre estes dois elementos. Se o tempo existe por causa de nossas consciências esta só se dá por conta do tempo.

Ao fazer uso de Agostinho, faço aqui uma proposital digressão, por saber que este foi lido por Heidegger que por sua vez foi lido por Lacan, para o qual o tempo não é qualquer coisa. O tempo é algo caro à teoria e à clínica lacaniana. Além de ser um divisor político, na história da psicanálise, se assim podemos entender, acaba sendo norte para a condução dos tratamentos. Se a chamada subjetividade humana se plasma numa certa temporalidade que se plasma no humano, então a clínica deve incluir como um de seus elementos passíveis de manejo o próprio tempo – não há clínica lacaniana sem uma séria reflexão sobre a incidência do tempo.

É desta maneira que entrada e saída não são termos ingênuos ou automáticos na proposta de J. Lacan, mas nos remete a uma preocupação que passou a ficar mais destacada na psicanálise a partir deste autor que acolhe o desdobramento das consequências do tempo no tratamento psicanalítico – não há entrada espontânea em análise e se assim o é, a mesma pode ser pensada como algo que se refere ao analisando, mas que envolve o analista em todos os seus aspectos da função que ocupa. Se não há entrada espontânea, então não basta um

encontro de um sujeito que fala e outro que escuta – aqui estamos frente a uma distinção possível entre a psicanálise e as psicoterapias. Não basta um ‘encontro’ onde um se põe a falar e outro a escutar, alguém deve se dispor a um lugar de escuta que inclua a indecorosa proposta de que o inconsciente se apresenta pelas vias inusitadas da linguagem – o inconsciente é estruturado como linguagem. Caso isso não ocorra corre-se o risco de se manter muito facilmente num registro dominado pelo imaginário onde a linguagem é um sistema de signos, que possibilita a comunicação e o entendimento entre, no mínimo, duas partes.

Lacan pautado na proposta freudiana do ‘fale tudo’ coloca-nos frente a um dispositivo – nesta relação não espontânea vai se instalando aquilo que pode ser recortado como dispositivo que conta com o próprio analista como recurso, para que o ‘fale tudo’, o ‘não sugerir’, a outra cena, e até mesmo um outro tempo possa se instalar. Um tempo onde o sujeito possa se ver plasmado pelas teias significantes das quais fizeram dele e que fez uso para ser hoje o que é. Lacan como bom freudiano leva às últimas consequências a proposta do pai da psicanálise: implicar o paciente de outra maneira em relação a sua queixa e ao enunciado de seu tormento.

Desta feita fica claro que a psicanálise somente poderá se desenvolver ao preço de um constituinte ternário, que é o significante introduzido no discurso que se instaura – cabe ao analista dar ouvidos ao significante que se intromete no discurso. E isso somente é possível a partir do momento que há qualquer um ocupando o lugar de analista, mas não um qualquer, pois necessariamente precisou passar pelos desfiladeiros daquilo que agora pode oferecer. Escutemos Quinet:

É o analista com seu ato que dá existência ao inconsciente, promovendo a psicanálise no particular de cada caso. Autorizar o início de uma análise é um ato psicanalítico – eis a condição do inconsciente

cujo estatuto não é, portanto, ôntico, mas ético, pois depende desse ato do analista. (Quinet, 1995, p.10)

É assim que a questão desse autor, em *‘As 4+1 Condições da Análise’*, ganha sua extrema coerência: quais condições são necessárias para que ocorra uma análise? O que é a entrada em análise? Talvez possamos esboçar uma resposta a partir da personagem clássica de Clarice Lispector em *‘A Hora da Estrela’* – Macabéa – mulher de pouca valia que além de ser estrangeira na terra em que habita é também estrangeira de si mesma – parece desafetada do mundo. Apresentada e contada por um homem, Rodrigo S. M., artifício criado pela autora para marcar que uma mulher não suportaria acompanhar-lhe a trajetória: “(...) *porque escritora mulher pode lacrimejar piégas.*” (LISPECTOR, 1998)

Assim se impõe a esse homem escritor, a possibilidade de se fazer enquanto tal – escritor – acompanhando/contando a história de Macabéa, que escreve por motivo de ‘força maior’, ou seja, ‘por força de lei’.

Algo se impõe a Rodrigo S. M. de forma absoluta e imperiosa, como uma lei. Mas trata-se de algo que se impõe inteiramente, mobilizando as raízes de sua própria subjetividade. Este vivencia a sua própria exclusão interior, pelo contato com esse outro ‘Macabéa’ que é ‘vida primária, que respira, respira, respira.’ (PEREIRA, 1998)

É assim que aos poucos vamos tomando contato com essa nordestina, cadela vadia que não se faz perguntas, que apesar da miséria concreta de sua condição; não tem angústia. Nosso narrador, artifício de Clarice Lispector, não consegue deixar de demonstrar seu encantamento e interrogação frente a tamanha simplicidade: “ (...) *como ela podia ser simplesmente ela mesma, sem se fazer perguntas?*” (LISPECTOR, 1998)

Mas isso não basta para dizer de Macabéa, já que por outro lado é possível pensar que essa desafetação em relação ao mundo, as coisas e a si mesma – profundo desconhecimento de si – marca de sua aparente inocência, é uma forma de desviar-se de se ver pega enquanto desejante:

Quero antes afiançar que essa moça não se conhece senão através de ir vivendo à toa. Se tivesse a tolice de se perguntar “quem sou eu?” cairia estatelada e em cheio no chão. É que “quem sou eu?” provoca necessidade. E como satisfazer a necessidade? Quem se indaga é incompleto. (LISPECTOR, 1998)

Apesar de se manter enquanto aquele que dá voz à esta história, nosso narrador, Rodrigo S. M., não interfere consistentemente na mesma, fica inconformado com o estado de sua personagem; estado de absurda resignação e passividade. Frente a isso apenas pode usar daquilo que nomeia de ‘direito ao grito’. Mas esse não é um apelo de Macabéa, é apenas o protesto de um narrador frente à desenvoltura e força daquilo que narra. Sem ele seria impossível percebermos os contornos de Macabéa, assim é perceptível que o que faz funcionar algo da ordem do discurso que coloca em questão o lugar do outro.

Por conta de ser e suportar aquilo que se coloca na ordem da alteridade, Rodrigo S. M., faz girar sobre Macabéa a questão que lhe permitirá desembocar, mesmo que palidamente, nos umbrais de Madama Carlota, a cartomante: qual é a parte que lhe cabe, dessa história? Desejas? Ao emprestar a essa moça um encadeamento discursivo que tece a sua própria história, com metáforas e metonímias, alcançou-se algo a mais do que um simples relato – galgou se através de uma questão a possibilidade de um novo tempo, que pode ser conduzido imaginariamente ou sustentar a pergunta que se coloca suportando as suas conseqüências:

Qual foi a verdade de minha Maca?
Basta descobrir a verdade que ela
logo já não é mais: passou o mo-
mento. Pergunto: o que é?
Resposta: não é. (LISPECTOR,
1998).

Assim a posição de Madama Carlota pode ser desdobrada em dois pontos de reflexão: um aonde o imaginário conduz o sujeito ao pior e outro aonde a sustentação do desejo do analista possibilita aparecer aquilo que é da ordem do desejo daquele que fala; ponto de entrada de uma psicanálise, propriamente dita: 'Que queres?' Instauração de um novo tempo onde aquilo que é da ordem do sujeito pode ser escutado. A possibilidade de escuta do inconsciente abre um novo tempo onde analista e analisando são convidados a suportar a alteridade, permitida pela intrusão do significante, único caminho para se alcançar uma verdade, mesmo que não toda:

Madama Carlota havia acertado tudo. Macabéa estava espantada. Só então vira que sua vida era uma miséria. Teve vontade de chorar ao ver o seu lado oposto, ela que, como eu disse, até então se julgava feliz.

Saiu da casa da cartomante aos tropeços e parou no beco esquecido pelo crepúsculo – crepúsculo que é hora de ninguém. Mas ela de olhos ofuscados como se o último final de tarde fosse mancha de sangue e

ouro quase negro. Tanta riqueza de atmosfera a recebeu e o primeiro esgar da noite que, sim, sim, era funda e faustosa. Macabéa ficou um pouco aturdida sem saber se atravessaria a rua, pois sua vida já estava mudada. E mudada por palavras – desde Moisés se sabe que a palavra é divina. Até para atravessar a rua ela já era outra pessoa. Uma pessoa grávida de futuro. Sentia em si uma esperança tão violenta como jamais sentira tamanho desespero. Se ela não era mais ela mesma, isso significava uma perda que valia por um ganho. (LISPECTOR, 1998)

Referências Bibliográficas:

- AGOSTINHO, Santo. *As Confissões*. Rio de Janeiro: Edição de Ouro, 1970.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1998.
- LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: J.Z.E., 2003.
- LACAN, J. *O Seminário, Livro 1 – Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1981.
- _____. *O Seminário, Livro 7 – A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1991.
- _____. *O Seminário, Livro 8 – A Transferência*. Rio de Janeiro: J.Z.E., 191992.
- LISPECTOR, C. *A Hora da Estrela*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PEREIRA, M.E.C. *Solidão e Alteridade em A Hora da Estrela, de Clarice Lispector*. In Pereira, M.E.C. (Org.) *Leituras da Psicanálise: Estéticas da Exclusão*. Campinas, S.P: Mercado das Letras, 1998.
- QUINET, A. *As 4+1 Condições da Análise*. Rio de Janeiro: JZE, 1991.

Os tempos de uma práxis

Ronaldo Torres

Quais são os tempos de uma práxis? Para a isso responder devemos recuperar que o ato na práxis, que concerne tanto ao campo da ética quanto ao da política na Grécia antiga, apresenta uma configuração bem diferente do ato presente na natureza (*physis*) e na arte (*poiesis*). Só para se ater à dimensão do tempo, o ato na *physis* se desdobra em um tempo de desenvolvimento necessário de uma ordenação do logos, na passagem determinada da potência ao ato; e na *poiesis* o tempo se coloca no intervalo entre o agente e o produto, onde a *techne* acha seu lugar. Por seu lado, na práxis, devido ao fato de que não há distinção entre agente, produto e finalidade no ato (ou seja, o ato, na práxis, é o agente, o produto e finalidade), o tempo é indexado de forma diferente. Ele é marcado tanto pelo instante do ato, por exemplo, de um ato justo, como também traz em si a extensão histórica de seu agente, por exemplo, um homem notadamente injusto. Por essa razão, o tempo do ato na práxis pode ser tanto um tempo de repetição, quanto pode ser um tempo de reordenação, de irrupção do novo.

Essa marca do ato penetra toda a práxis na medida em que a ética não é um campo do singular. Assim, da mesma forma, o *ethos*, como campo trans-individual, apresenta a mesma pulsação entre repetição e criação. Devemos lembrar a dupla nomeação do *ethos*: por um lado o “*ethos* (com *eta* inicial) designa a morada do homem...a metáfora da morada e do abrigo indica justamente que, a partir do *ethos*, o espaço do mundo torna-se habitável para o homem. O domínio da *physis* ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no qual irão se

inscrever as ações... A segunda acepção de *ethos* (com *épsilon* inicial) diz respeito ao comportamento que resulta de um constante repetir dos mesmos atos” (Lima Vaz, 1993, p. 12). Assim, como hábito, o *ethos* traz em si a marca do que se repete e, como costume a inscrição do novo, da criação que escapa à necessidade natural.

No que toca a psicanálise e em particular Lacan é importante lembrar que a nomeação da experiência analítica pelo termo *praxis* só acontece a partir do sétimo ano de seu seminário, justamente em: “A Ética da Psicanálise”. Até então, Lacan normalmente utilizava a expressão “técnica psicanalítica”. Fica por saber, então, porquê um seminário em que há um claro esforço para distanciar a experiência psicanalítica do *orthoslogos* aristotélico, deixa-nos também, contraditoriamente, a herança de localizar a psicanálise no campo da práxis. A resposta pode estar em certa disjunção da “Ética a Nicômano” que se pode operar entre o que seria relativo às propriedades do *ethos*, nas quais vemos elementos concernentes à psicanálise, e o que toca a teleologia da ética aristotélica, diante da qual Lacan posiciona a experiência analítica como uma espécie de antítese.

Sobre o que afasta a psicanálise da ética aristotélica, isto está bem claro neste seminário na crítica à noção de “Soberano Bem” e no tratamento dado à questão do desejo. Esse não será o foco de nossa exposição. Mas pelo lado contrário, podemos trabalhar a aproximação da experiência analítica a práxis por alguns vértices, como a questão da alteridade e do endereçamento que se coloca no ato ou a questão da suposição ao saber também presente nesse ato. Devemos recordar que a liberdade implicada no *ethos*, como possibilidade de criação, está condicionada a alteridade posta no *ethos* como repetição. Isso decorre da dialética

interna ao próprio ethos e refere o conflito ao campo do saber; conflito entre o saber constituído e o saber como razão, potência criativa. Assim tal alteridade se manifesta tanto na relação direta dos cidadãos na Polis, como também na relação do cidadão ao saber. A questão do tempo se insere como um outro vértice pelo qual podemos relacionar a psicanálise e a praxis, mas que acaba por incluir esses outros campos, como veremos.

O tempo, tal como indicamos, em se inscrevendo duplamente no ato da praxis, sugere proximidades ao tempo do sujeito tal como a psicanálise o concebe. O ato na praxis, como vimos, é um ato que é o seu próprio agente. Não é a apresentação de uma faceta ou a representação de um papel, mas sim, no ato está o próprio agente que é também o produto do mesmo ato. Assim, o que marca o ato como ethos é a instauração de um sujeito, pelo menos, até aqui, sujeito da ação. Mas também vimos como esse ato não está dado ao infinito de possibilidades abstratas, sendo, antes, suposto a uma alteridade que lhe convoca a um tempo de repetição, mas que se apresenta, igualmente, como a única possibilidade de inscrição de um tempo novo. Então, podemos ver como o ato é o instante mesmo em que o sujeito surge como submetido às coordenadas outras e como lugar da criação. Porém o ato é o sujeito. Portanto ele, o sujeito, é o instante, a suposição e é o lugar da criação. Daí podemos depreender a estrutura do sujeito em seu tempo.

Nessa mesma direção, vemos esses tempos se colocarem na transferência. Porque esses tempos do sujeito não nos são dados senão pela realidade do inconsciente posta em ato, uma das definições de transferência dadas por Lacan. No dispositivo analítico, é na transferência como atualização da realidade inconsciente que a queixa, o sintoma, o acting-out e o delírio se desdobram em repetições que são, de fato, atualizações das relações que o sujeito criou com o Outro. Vemos assim, em um

primeiro plano, como é na transferência que os tempos de criação e repetição da relação entre sujeito e Outro se inscrevem. Porém, salientemos por enquanto, que essa repetição, como nos adverte Lacan, é da ordem de *autômaton* e não de tiquê como veremos depois.

Seguindo nosso caminho, devemos agora abordar a questão do tempo a partir da praxis no que toca não apenas o sujeito e a transferência, mas o tempo desses tempos na experiência analítica. Porque o sujeito na transferência estar entre criação e repetição é condição de possibilidade, mas não condição suficiente para que sua análise se inicie. A entrada em análise tem a marca de sua direção e se estabelece por um tempo e por um ato. A isso Lacan nomeou retificação subjetiva, mas podemos também situar este ponto no primeiro tempo dos tempos lógicos, o “instante de ver”. Aqui se fortalece a aproximação com a praxis no sentido da finalidade do campo da ética e da política entre os gregos. O fato da psicanálise não compartilhar da mesma direção não a posiciona necessariamente fora do campo da ética e da política.

Em primeiro lugar, a direção é dada no sentido de que se transforme a transferência imaginária posta na figura do analista em transferência ao saber. O sujeito suposto saber. Essa é uma operação que será feita pelo sujeito, mas no dispositivo. Aqui é um outro ato se que coloca como paradigmático: o ato falho. Pois a posição subjetiva no ato falho está colocada na determinação de sua relação com o Outro. Porém, não basta surgir o ato falho, mas que seja possível que o sujeito se veja neste tipo de posição em que é o Outro quem nele fala. É essa posição retificada por esse “ver” que pode abrir à Outra cena como nos apontava Freud. Essa é a primeira escansão, um corte como criação, mas que redundando na repetição do automatismo significativo do segundo tempo da análise, o tempo de compreender.

Todavia, para seguirmos, e finalizarmos, torna-se necessária a introdução de um elemento novo. Esse elemento, ve-

mos Lacan introduzi-lo também e curiosamente no seminário 7: “Pois bem, coisa curiosa para um pensamento sumário que pensaria que toda exploração da ética deve incidir sobre o domínio do ideal, senão do irreal, iremos, pelo contrário, ao inverso, no sentido de um aprofundamento da noção de real” (p.21).

Os passos dados até aqui: o tempo do sujeito, a transferência como ato e a entrada em análise, poderiam se sustentar somente em Freud. Mas a abordagem do real como direção para a praxis analítica, isto se deve a Lacan. Pois os tempos da análise não se esgotam no tempo do sujeito e no “instante de ver”. O “tempo de compreender” e a escansão que se denomina “momento de concluir” são implicações lógicas daqueles tempos (embora não necessárias) que devem introduzir a dimensão, não mais apenas do sujeito, mas também do objeto. Objeto pequeno a como nos indica Lacan.

Isso se opera pela transferência, mas agora em se tratando de “sacar como a transferência pode nos conduzir ao núcleo da repetição” (Lacan, S11, p. 71). Esse núcleo real da repetição como tiquê, curto-circuita os tempos de repetição e criação, pois o tempo da repetição é sempre o tempo da primeira vez, porque não há inscrição do que se repete na

cadeia significativa. É, portanto, um tempo sempre novo. “O tempo da pulsão é muito diferente. É um tempo de encontro, estruturado como um instante, que opera como um corte na continuidade do tempo significativo” (Soller, 1997, p.66). No “tempo de compreender”, trata-se da experiência dessa repetição, as voltas da demanda como nos descreve Lacan. Trata-se de descobrir que a repetição é a criação que se fez a partir do objeto como objeto cedido ao Outro. Mas isso só encontra o fim por um outro ato com seu tempo; no ato da escansão do “momento de concluir”, no ato analítico como passagem, travessia, a praxis grega é subvertida pela psicanálise. Pois aqui, no momento do ato, não há sujeito, e na posição de agente se coloca o objeto. Ato que marca um giro e instaura o psicanalista. Analista que só se autoriza de si mesmo (Lacan, 2003, p.248).

Referências bibliográficas

- LACAN, J. *Outros Escritos*. Jorge Zahar editora. Rio de Janeiro, 2003.
- LACAN, J. *O Seminário - vol VII*. Jorge Zahar editora. Rio de Janeiro, 1985.
- LACAN, J. *O Seminário - vol XI*. Jorge Zahar editora. Rio de Janeiro, 1985.
- LIMA VAZ, H.C. *Escritos de Filosofia II – Ética e Cultura*. São Paulo, 1993.
- SOLLER, C. O Sujeito e o Outro. In: *Para Ler o Seminário 11 de Lacan*. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro, 1997.

“Los tiempos del sujeto: - deseo indestructible: -trieb por venir/-lo actual en la transferencia

Perla Wasserman

Mi trabajo está guiado por una pregunta respecto del tiempo y es como sigue: si el deseo, como lo plantea Freud, es indestructible, lo es en tanto escapa al tiempo. Entonces ¿a qué registro de la realidad pertenece el deseo?

He tomado como referencia dos citas. La primera, escrita por Freud en su libro “La interpretación de los sueños”; la segunda, de Lacan en su seminario “Los cuatro conceptos fundamentales del Psicoanálisis”.

La cita de Freud es la siguiente: “¿Y el valor de los sueños para el conocimiento del futuro? Ni pensar en ello, naturalmente. Podríamos reemplazarlo por esto otro: para el conocimiento del pasado. Pues del pasado trata el sueño, en todo sentido. Aunque tampoco la vieja creencia de que el sueño nos enseña el futuro deja de tener algún contenido de verdad. En la medida en que el sueño nos presenta un deseo como cumplido nos traslada indudablemente al futuro pero este futuro que al soñante le parece presente es creado a imagen y semejanza de aquel pasado por el deseo indestructible.”

Hay una preocupación de Freud, a lo largo de toda su obra, en ubicar un lugar para el aparato psíquico, un lugar que no sea neurológico. ¿Cuál es el lugar donde transcurre el sueño? ¿Qué escena es la que el soñante relata? ¿Dónde está esta escena que se realiza?

Toma entonces una hipótesis. Hipótesis que trae de Fehner que dice: “la escena, en que los sueños se desarrollan es distinta de aquella en la que se desenvuelve la vida de representación despierta. Sólo esta

hipótesis puede hacernos comprender las particularidades de la vida onírica”. Freud concluye entonces en lo siguiente: “La idea que aquí se nos ofrece es la de otra localidad psíquica”.

Freud plantea como hipótesis para que el sueño sea lo que es, una interpretación -en tanto interpretar es situar estos sueños en relación a un discurso.-toma entonces como hipótesis la existencia de “Otra escena”. Otra escena donde el sueño transcurre, que es siempre en el presente del contenido manifiesto.

Ahora bien, sobre este fondo de escena también los recuerdos infantiles tienen su lugar siendo lo que son: deseos infantiles que toman su impulso del deseo inconsciente. De este modo, el deseo por realizar en el sueño y los recuerdos infantiles forman parte de esa “Otra Localidad “ que nombra Freud y que Lacan llama “la Otra Realidad”.

Así, esta Otra escena funciona como hipótesis en la cual el sujeto puede verse, ser mirado según la posición en el fantasma. Es decir, además de ser la posibilidad del presente en el relato del sueño, es la posibilidad de constitución del sujeto en tanto le es necesario Otro. No sólo Otro como diferente, sino como otro lugar diferente de aquel que el sujeto puede ocupar.

Entonces, Otra escena como Otra localidad que podría plantearse como secuencia espacial, es a mi entender también una secuencia temporal que no es ni progresiva ni regresiva, en todo caso es sobre el fondo de esta otra escena que el fantasma tiene lugar en presente.

Y ahora traigo la cita de Lacan en “Los Cuatro conceptos fundamentales del Psicoanálisis:”...pero por otro lado esa realidad no es poca cosa, pues nos despierta la otra realidad escondida tras la falta de lo que hace las veces de re-

presentación, el *trieb*, nos dice Freud... y si por falta de representación, no está ahí, de qué *trieb* se trata, tal vez tengamos que considerar que solo es *trieb* por venir.”

Allí Lacan agrega otras metáforas para hablar de esa Otra realidad: ruptura entre percepción y conciencia, entre carne y uña, el lugar intemporal. La pregunta acerca del campo de la percepción Lacan la va a situar relevando lo que es del campo escópico, no sin relevar la Otra escena: el sueño como un lugar donde algo se da a ver en esa Otra escena y por otra parte lo pulsional, articulado en el sueño por el deseo en relación a una representación que es inexistente.

El “quiero ver” de la exigencia pulsional se hace presente en el sueño, presente como tiempo verbal y presente también como metáfora de una ausencia. Ausencia que en la experiencia del análisis la soporta la presencia del analista, ausencia del tiempo anterior borrado a la manera en que Freud describe la pizarra mágica, donde lo que queda es una marca. Tiempo en el que se le demanda al Otro y en el “decir” la promesa que la palabra evoca. Tiempo por venir...

Y lo por venir entonces, si el tiempo anterior falta ¿dónde se ubica?

Si no hay representación de la falta, sino la de una hipótesis que hace las veces de representación de lo que no hay, lo por venir y allí objetos, satisfacciones, insatisfacciones, penas, goces, deseos en fin, palabras; lo por venir, entonces, es retroactivo respecto de esta hipótesis que hace las veces de anticipación: hipótesis de una Otredad necesaria que da la posibilidad para ese sujeto de desalojar ese lugar, no sin apropiarse de algo que está en el Otro.

Hasta aquí, dos planos en que se realiza el Otro para el sujeto: uno, el que construye la Otra realidad, lo pulsional por venir; y el otro plano, el de la Otra escena donde el deseo tiene lugar.

Entonces lugar y tiempo como equivalentes. Otro y presente como metáfora de esa equivalencia.

Ahora lo tercero, que es de la práctica misma.

Liliana una mujer de 45 años, casada. Tiene tres hijos. Llega, y en a las primeras entrevistas pronuncia esta frase: “Con mi madre no puedo pensar.”. Alrededor de este dicho van a girar sus quejas. Habrá otras frases en el mismo sentido donde ella queda vacía de pensamientos frente a su madre. Sentido el de sus frases que revela momentos de angustia, allí donde no puede pensar. Sentido que le da existencia. Su ser está ahí como objeto entregado al Otro. Se lamenta, se enuncia como culpable del lugar que tiene para su madre. Culpable por no decir lo que piensa, cuando piensa distinto y por supuesto culpable por pensar distinto.

Se plantea colmarla, para callarla, para que la deje tranquila. Necesita creer fervorosamente en que es posible una identidad que anule el tiempo, la diferencia. Identidad que sabemos, por propia experiencia, es la medida de la insatisfacción es la repetición puesta a repetir. La exigencia de ir a ese lugar, lo dice, “es mas fuerte que ella”. Incesantemente va de Martínez a Belgrano (dos puntos distintos de la Ciudad de Buenos Aires) cuando algo en la voz de su madre varía, cuando ella percibe su insatisfacción y, aclara, la de su madre.

Escena de ir y volver que repite una anterior, anterioridad que en el principio se le anticipa como destino. ¿Qué pide? ¿De qué insatisfacción se trata? Por supuesto que es la insatisfacción de su madre, pero no sin la de ella. Allí, en esto que es lo primero y como segundo queda borrado, retorna. Retorna, a mi entender, en una segunda frase que corresponde a un segundo momento en el análisis de Liliana. La frase es : “con mi mama no me entiendo”, que es dicha en el contexto de una nueva discusión que tiene con su madre. La escansión allí es: **“no me entiendo.”**

Ubiquémonos en el texto de Freud “Más allá del principio del placer”. Cuando el niño se separa de la madre es algo de sí que pierde a través de esta auto-mutilación. Cuando algo es perdido, en términos de objeto amado, es algo de sí que el sujeto pierde. Podemos llamar su ser lo que el sujeto pierde al

constituirse esta primera esquicia. Y que la madre a su vez vaya al sitio de “la cosa” no la hace idéntica al Das Ding, sino que la eleva por pérdida al lugar de lo prohibido.

Se trata, entonces, de la repetición de la primera esquicia, repetición que es huella de ese primer tiempo perdido, ¿y luego?: que sea lo mismo en todos sus detalles, eso es lo que Freud remarca, que no haya variación. ¿Y qué es lo que se trata de alcanzar allí sino algo que se pierde en el propio advenimiento al lenguaje? Esto que se pierde y que llamamos significancia . esto que no puede ser significado .

Se pierde algo, entonces hay en la demanda el pedido de que esta pérdida sea significada y así reencontrar al objeto en su significación.

“¿Es que me entendí?” “¿Habré sido entendida?”

Entonces, podemos preguntarnos: si lo idéntico escapa al tiempo y la repetición es la de la no variación, ¿qué hace entrar al tiempo que se escapa?

La Cosa, idéntica a sí misma, esa búsqueda incesante de su “principio” que

realice el deseo; la Cosa en tanto idéntica lo es en tanto idéntica a su pérdida. Pérdida que queda fuera del tiempo. Por lo tanto lo idéntico no escapa el tiempo, lo que escapa al tiempo es lo idéntico de la pérdida.

Freud, respecto de la pérdida de ese objeto primero, aquel de la vivencia de satisfacción, nos dice que cayó sobre él la represión que nombró primaria. Si ese tiempo de pérdida falta por reprimido primordial, falta como falta la cosa para el sujeto.

Luego, lo que retorna es el despiste de los objetos por venir. En cuanto al tiempo, retorna en “Menos un tiempo incontado”, -1 que el sujeto pondrá en la cuenta indestructible de su deseo. La búsqueda incesante de esa identidad es lo que en análisis un sujeto demanda: la promesa de sentido, la promesa, en última instancia, del objeto de la representación de lo irrepresentable.

Para el sujeto, “el no haber estado ahí”, eso que designé como -1, faltar ahí, es la promesa que el analista podrá cumplir “con el tiempo”. Quiero decir “con el tiempo”, no con el sujeto.

A pesar del tiempo

Trinidad Sanchez-Biezma de Lander

El inconsciente, señala Lacan en 1967: “no es perder la memoria, es no acordarse de lo que se sabe”. Es un saber que si bien se impone en las repeticiones y en los síntomas no representa al sujeto. Es memoria en la que el sujeto no se reconoce. Una memoria que no es mera leyenda sino algo vivo que abre el paso al saber de las huellas que quedaron inscritas como determinación de un sujeto. Memoria que no es añoranza sino resorte de vida, memoria del trauma, experiencia misma de subjetividad.

El inconsciente es esa memoria del origen: el trauma y su fijación, que podemos entender como tabla de salvación a la que el niño se agarra con fuerza para otear la orilla. Tabla que termina convirtiéndose en referencia de satisfacción. Torpeza de la que estamos hechos y de la que se guarda un saber, saber oculto del origen, de la vida en su inicio precario.

Desde las primeras elaboraciones Freud articula el efecto del trauma al tiempo y dice, que la vivencia traumática que está en la base de la formación del síntoma corresponde a una experiencia sexual precoz intolerable para el yo. También descubre, que el efecto traumático no está ligado a esta escena de seducción, sino que esa escena es a su vez un producto fantasmático; es decir, una elaboración *après-coup*: “los traumas consisten en experiencias somáticas o en percepciones sensoriales, por lo general visuales o auditivas; son, pues vivencias o impresiones” (Freud, 1939:3285), en un momento en el que el yo no estaba en capacidad de entender de esas cosas oídas o vistas.

Posteriormente Freud será más radical al decir que el inconsciente no conoce el tiempo; es decir, que es tal la huella que ese encuentro precoz (significado en un segundo momento) deja en el yo, que el sujeto llevará de por vida una marca erradicada de su conciencia y de la que solo quedará en el inconsciente su representación *après-coup*, un recuerdo.

Lo ejemplifica con el caso Emma (Freud, 1895:252). Hay que recalcar que en el momento el suceso no había sido traumático para la niña, no lo comprendió entonces, pero sintió una extraña y vaga sensación de algo prohibido.

María también sabe de lo prohibido cuando a los tres años, escondida detrás de unos arbustos escarba tierra en el jardín de su casa: “Es como si buscara algo, o abriera un huequito con mi dedo índice, encuentro una pequeña moneda, no estoy segura pero me llevo algo a la boca, la moneda o tierra. Oigo la voz de mi mamá que me llama, creo que estoy escondida de ella haciendo algo que me gusta pero que está prohibido: ¿Hacer pupú de esta manera?”

Freud le dio importancia a las escenas infantiles. Trabajó *la escena primaria* del hombre de los lobos y cinco años después, otra escena no menos importante que tituló *pegan a un niño*, escena que aparece en los textos freudianos igual a como asoma en la clínica: aislada, apartada del resto de las elaboraciones del paciente.

En el caso del hombre de los lobos, Freud habla de dos tiempos constitutivos de su posición sexual en relación a la experiencia de castración. El primer tiempo es, la observación del coito de los padres que alimenta *su teoría sexual infantil*. En este primer tiempo el niño estaba identificado con su madre, con todos sus

síntomas intestinales; Freud estima que este órgano estaba afectado históricamente.

Después, el sueño de los lobos en donde aparece una catatonia, una detención fascinada y a la vez horrorizada de la imagen, y que marca una discontinuidad: la madre está castrada y frente a esto tiene que tomar una posición; o reconoce la eficacia de la castración y la toma tanto para su madre como para él, o, la repudia y permanece en su *teoría sexual infantil*.

Posterior a este sueño, construye una imagen de su infancia. Una mujer en cuclillas que le recuerda a su madre en la escena primaria, y un hombre que se porta en esta escena como su padre. Aquí hay un niño copiando a su padre, lo que nos hace suponer la tendencia a crecer en una dirección, que podríamos llamar viril.

Este tipo de escena, graba para el sujeto el encuentro con la diferencia de los sexos. Sabemos desde Freud que esta escena adquiere su valor demoledor solo cuando es referida a la castración de la madre. Son escenas que confrontan al sujeto con un enigma para el que no hay respuesta; el sexo está allí presente como diferencia y no como actividad específica que daría sentido a esa diferencia. Es el encuentro con una hendidura, una falta en el saber.

Ana nos cuenta una clara construcción acerca del origen de los niños en donde se nuestra el drama de la niña deseante: “era muy pequeña y estaba sola en una montañita mirando al cielo, había una gran luna llena y pensé: ¿qué pasaría si tengo de niño, un gran queso manchego?, como la luna. Tenía miedo, el queso manchego era el preferido de mi papá”.

Es por amor al padre y la metáfora que él implica, metáfora en la que por su amor, para su amor se condesciende a situarse en la diferencia sexual. El amor al padre es el eje alrededor del cual gira la organización del síntoma histérico y por lo cual su cuerpo siempre se mantiene a punto de desfallecer. La escena fija la posición femenina.

La identificación previa y la constatación de la falta de la madre que era su propia falta, la orientó al padre siendo igual a ella y queriendo lo que ella quería. Reconocer la castración materna y elegir al padre fue elegir el miedo y la neurosis, pero también, al elegir la falta y el deseo, elegía al hijo para taponar la falta. La relación con la madre orienta la elección de sexo, al amor al padre y al hijo están unidos al reproche permanente a esa madre que era la responsable de su falta de niña.

Anteriormente el sujeto había construido sus teorías, sus hipótesis sobre el nacimiento y el sexo y de repente estas hipótesis están en desacuerdo con un saber que se le escapa. Lacan lo dice claramente: “El mal encuentro central está a nivel de lo sexual. Lo cual no quiere decir que los estadios tomen un tinte sexual que se difunde a partir de la angustia de castración. Al contrario, se habla de trauma y de escena primaria porque esta empatía no de produce” (Lacan, 1964:72)

Recordemos que la elección sexual no depende de la partida de nacimiento que inscribe al sujeto como varón y hembra, sino de un encuentro y la significación que el sujeto le da. Por eso hablamos de elección del sujeto, ya que es, por una parte, libre de esta significación y, por otra parte, esta satisfacción se deriva de la pulsión; en este caso oral. Es la castración en su plenitud de verdad que instituye el deseo sexual infantil reprimido, que se sustenta en el fantasma fundamental. En la escena hay un claro deseo del hijo como metáfora del falo, y claro está, como producto del amor por el padre.

Las otras escenas a manera de *se pega aun niño* identifican al sujeto en una fórmula única y característica. La frase enuncia dos posiciones distintas, del niño pegado y del adulto que pega.

A diferencia de la primera, esta escena representa una acción precisa y si bien el sujeto puede no haberle dado una importancia decisiva durante mucho tiempo, siempre permaneció nítida en su conciencia. La escena no tiene contenido

sexual, aparece siempre implicado Otro; un partenaire está siempre presente y el sujeto participa activamente, incluso cuando se sitúa en posición pasiva, como masoquista. La escena tiene un valor paradigmático y ejemplifica la posición del sujeto, que resume los avatares de su historia, presentándose como matriz originaria e identificándolo con una fórmula.

Tú serás así, y así te asegurarás como lo que le falta al Otro. Es la frase inaugural del orden de un axioma al que el sujeto está sometido y le condena al sufrimiento. Ana nos comenta de pasada una escena en la que se encuentra en una actitud de sometimiento ante la mirada del Otro. “Estaba arrodillada con las manos juntas implorando, suplicando perdón a mi mamá, ella me miraba duramente, sentía miedo. Había hecho algo que no debía”. El cuadro de valor paradigmático permite ver la posición inaugural que resume su existencia, presentándose como matriz originaria de su vida, a la vez que permite ubicar el lugar frente a la demanda del Otro.

Esta bella y triste escena contiene un plus-de-goce que esconde esa mirada de la madre. Esa mirada esconde el $-\phi$, la castración. “La mirada solo se nos presenta bajo la forma de una extraña contingencia, simbólica de aquello que encontramos en el horizonte y como tope de nuestra experiencia, a saber, la falta constitutiva de la angustia de castración” (Lacan, 1964:81)

“En medio de aquello que se realiza la asociación libre, efectivamente, se ve venir, aparecer una imagen por ejemplo, una escena, una imagen sin origen, una imagen que se presenta, llegado el caso, como aquello que Freud llamó *recuerdo encubridor*, o incluso como un sueño de infancia, una imagen surgida no se sabe de donde, como sin razón, que está casi a flor del fenómeno, que resiste al desplazamiento, y que el significante hace volver siempre. Evidentemente, hay que pulsar esa imagen como apresada en el significante y preñada de significación. Significación absoluta, que no deriva, que escapa a la relatividad del significante,

que es inamovible, que es casi como un quiste en las significaciones, y que Lacan formuló como axioma, en otras palabras, principio de inteligibilidad del conjunto de la relación con el mundo de ese sujeto” (Soler, 1986:72), y que funda además la seguridad del sujeto, de lo que no duda, su punto de certeza.

Lacan dice que el fantasma es una ventana sobre lo real: “ahora tenemos que detectar el lugar de lo real, que va del trauma al fantasma –en tanto que el fantasma nunca es sino la pantalla que disimula algo absolutamente primero, determinante en la función de la repetición” (Lacan, 1964:68).

Freud en “El Proyecto ...” plantea por primera vez la posibilidad de articular las dos escenas. Deduce que alguna vez hubo una vivencia que consistió en sumar A y B, y en donde A se convirtió en símbolo de B, un símbolo inconsciente, reprimido: la Cosa, das Ding fue sustituida por el símbolo. Añade además que hay desplazamiento de cantidades de B a A, o que B es sustituto de A, lo que sería tratarlo al modo de la represión histérica.

Si la primera escena enfrenta al sujeto con un enigma para el que no hay respuesta, la segunda ejemplifica la posición del sujeto y las condiciones de satisfacción pulsional, una satisfacción que permanecería ignorada para el sujeto. Representa una acción característica que se mantiene viva en la memoria, y a la que no se le había dado la importancia que la interpretación revela. Interpretación ajustada. A tiempo que sorprende, hecha en el cuadro de la transferencia y que permite avanzar en el análisis, salir del marco del fantasma.

El objeto en su caída se lleva el horror, su condición terrorífica. Horror y temor desaparecen, la angustia cae y en su lugar aparece la verdad antes oculta. El atravesamiento conlleva una caída de la consistencia imaginaria del objeto y permite una nueva luz sobre la historia, una luz que ilumina en el tiempo, a pesar del tiempo.

Para finalizar lo quiero hacer con un escrito de Victoria de Stéfano.

“Ahora escribo, en mitad de lo que escribo me detengo. En realidad, siempre se está en la mitad de lo que se escribe, pues el escribir no acaba nunca. Los libros si, los libros tienen un comienzo y un final, una tapa que abre y otra que cierra, cosas entre cosas, pero el escribir, que es como la santidad, siempre virtual por más que se actúe, no tiene final, a menos que llamemos final al hecho meramente contingente de la vejez y la muerte”.

Referencias bibliográficas.

FREUD, S. (1939). “Moisés y la religión monoteísta”. *Obras completas*. Madrid. Biblioteca Nueva.

FREUD, S. (1895). “El proyecto de una psicología para neurólogos”. *Obras completas*. Madrid. Biblioteca Nueva.

LACAN, J. (1964). *Seminario 11. “Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis”*. Buenos Aires. Paidós.

Idem, p:81

SOLER, C. (1986). “Finales de análisis”. Buenos Aires. Manatíal.

LACAN, J. (1964). *Seminario 11. “Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis”*. Buenos Aires. Paidós.

Subjetivar la muerte: una apuesta a la vida

Florencia Farias

T iempo, muerte y acto se entrelazan a lo largo de un análisis.

Hablar del tiempo es introducirnos en esa dualidad a la que el psicoanálisis nos invita: vida- muerte, vida que para realizarse precisa de la muerte.

“La inclinación a no computar la muerte en el cálculo de la vida trae como consecuencias muchas otras renunciadas y exclusiones” nos dice Freud (1). Podríamos parafrasear : “Si quieres soportar la vida, prepárate para la muerte”.

Freud insistió que el inconsciente no sabe nada de la muerte y que no conoce el tiempo, es atemporal. Postula una tensión entre el reconocimiento de la muerte como la terminación de la vida y la negación de la muerte y su reducción a la nada, con la ilusión de la vida eterna. Nadie cree en su propia muerte, o lo que viene a ser lo mismo cada uno de nosotros está convencido en su inmortalidad.

Sin embargo, las pérdidas son circunstancias inevitables a lo largo de la vida. Exigen efectuar algo con ellas, requieren un tiempo que permita atravesar una dimensión de agujero en la existencia e instalar allí el lugar donde reconocer y simbolizar la falta estructural. Falta estructural que remite a la falta en ser en el sujeto, y su recíproca, la castración del Otro.

La dirección de la cura tiene desde el comienzo, en su horizonte, la dimensión del acto y además el tiempo de la cura está signado por su fin, puesto que se trata de un tiempo limitado, que reduplica en acto en el interior del discurso analítico, el irreversible paso del tiempo vital, habitualmente signado por la desmentida.

Cada análisis tiene un tiempo lógico, para el cual no hay prescripción, será el *après-coup* que sancionará si ese análisis transcurrió en un tiempo que le permitió alcanzar el fin.

Es el fin del análisis que posibilita que el tiempo se historicice en acto. Desaloja al sujeto de la comodidad, de la pasividad.

Los tiempos de la cura

¿Qué implica el tiempo en la lógica de la cura? El tiempo en su constitución misma se localiza en el acto de la palabra, sin ella no podríamos localizarnos en el tiempo.

En la dialéctica de la articulación entre el tiempo de la repetición y el tiempo para concluir el análisis se juega un análisis. En estos dos tiempos se trata de evitar el vacío del uno como el infinito del otro. Así, al tiempo de la repetición y al de la precipitación, tenemos que oponerle otro, lo que llamamos tiempo lógico.

Tiempo que es escansión, punto de almohadillado, cortes de sesión e interpretaciones que van en contra del sentido.

Podemos diferenciar en la cura dos grandes tiempos: Un primer tiempo de apertura del inconsciente, es un tiempo de irrupción en un fondo de atemporalidad, y el tiempo del proceso lógico, lo que Lacan llama “certidumbre anticipada” que paradójicamente es capaz de introducir de manera efectiva una dimensión de incertidumbre.

Así entre el instante de mirar, el tiempo para comprender y el momento de concluir, una de las cuestiones fundamentales es cómo interviene cierto grado de incertidumbre. Sin él no habrá posibilidad de una verdadera conclusión.

El uso del tiempo lógico, va a contracorriente de la inercia depresiva de la repetición. No es un tiempo que sigue cierta burocratización, tiempo

standarizado, sino es el tiempo de la transferencia en la dimensión del acto. Acto, que como tal es tan incalculable como incontrolable. Por lo cual se encuentra excluido del ámbito del análisis todo tipo de previsión, de *timing*, de fijación previa de plazo.

Lacan plantea en el Seminario XV, que un psicoanálisis empieza a partir del acto inaugural del analista que insta la regla fundamental, y a lo largo del análisis se van dando sucesivos actos, que formarían parte de lo que es el acto analítico. Largo recorrido que va transformando la falta en pérdida, la impotencia en imposibilidad.

El tiempo en la neurosis

El neurótico se instala en un tiempo cristalizado, goza en este tiempo improductivo, hecho de incertidumbres, se desvía hacia tareas contingentes, para evitar de ese modo la consumación del acto radical, que es aquel en el que se juega en la apuesta de su deseo decidido y se hace responsable de él.

El sujeto mantiene una paradójica y sintomática relación con el tiempo. La manera en la cual cada sujeto se las arregla con el tiempo, se reencuentra en su síntoma, se articula a él, mostrando la relación del sujeto con lo real.

El neurótico realiza todo tipo de maniobras dilatorias, ya sea postergando el acto como lo hace el obsesivo, que en vez de realizarlo, piensa bajo la forma de la duda, considera que nunca llegó el buen momento, no permitiendo la sorpresa y lo imprevisible. El obsesivo en “la espera de la muerte”, vive esta espera de la muerte como su vida. Intenta que su existencia transcurra en un mundo atemporal, la tardanza, están al servicio que no suceda nada, entra en un tiempo que no existe.

El tiempo del inconsciente no reconoce un proceso cronológico sino que empuja a la vuelta hacia el mismo lugar, a la irrupción de lo real, al arrasador goce del Otro, a las fauces del cocodrilo, a menos que un saber comience a inscribirse.

El análisis supone la liberación del tiempo como categoría vacía y finita en tanto la enfermedad, que sostiene la fantasía de inmortalidad, implica el sometimiento a un tiempo lineal, cuantificado, sustraído de nuestro control y decisiones.

Puede advenir, luego del recorrido de un análisis, el tiempo del acto placentero y responsable, liberado ya el sujeto de la perpetua postergación desiderativa, así como de la fantasía de un eterno presente, signado por la influencia de un pasado no resuelto y un futuro que no termina de acontecer.

Tiempo de concluir

¿Cuándo es el tiempo de concluir un análisis? El dar por terminado un análisis tiene que ver con una decisión. Pero ¿Quién decide? No es el analista, tampoco el analizante, es una decisión acéfala, sin autor, no depende de la voluntad. El analista tiene sin embargo, la responsabilidad de escuchar esa decisión.

Concluir antes de que sea demasiado tarde y antes de perder, quizás para siempre, el momento oportuno. Este tiempo demuestra que no hay tiempo. No es que al análisis le falte tiempo, por el contrario tiene todo el tiempo posible. Se trata de un tiempo lógico, tiempo en que cesan las dudas y adviene una especie de certeza, el acto analítico soportando lo incalculable, tramos finales en que el saber ya no se espera del analista, testigo a veces silencioso de estos encuentros, se preanuncia su caída.

Debe hacerse el duelo por el analista que sostuvo la función a lo largo del análisis y el duelo por el objeto “a”, pérdida radical en la estructura, que se inscribe como falta auspiciante.

En “Momento de concluir”, Lacan propone: “El fin del análisis es cuando se ha girado dos veces en círculo, es decir reencontrado esto de lo cual está prisionero”. Entendemos que dos son las versiones en que lo real desanudado toca el cuerpo: muerte y sexo. Girar en torno a ello, arrancar un decir a lo real.

Del análisis debe surgir un nuevo tiempo subjetivo, dado que se trata de

lograr la transformación cualitativa del mismo, en el sentido de instalar una temporalidad signada por la liberación del goce.

El tiempo de la creación se puede desplegar en toda su potencia en tanto se asume, aun con temor, la certeza de la propia finitud, siendo la obra el modo más logrado de respuesta sublimatoria al impacto traumático de lo real de la muerte.

Solo con el tiempo acotado que media entre la certidumbre de la propia muerte y su consumación se puede instalar la creación, y los plazos breves y perentorios de toda existencia amenazada por su extinción inminente, son el motor que acelera y precipita el apuro y la premura necesarios para la realización de toda producción.

Se trata de inscribir en la historia libidinal del sujeto un tiempo auténtico correlativo de la subjetivación de la muerte, que el análisis otorgue al sujeto el tiempo necesario para que pueda temporalizar su ser, concientizando y disolviendo sus estáticos puntos de goce.

Toda temporalización del ser se halla signado por la capacidad de anticipar la eventualidad de la propia muerte. No se trata de estar a la espera de que acontezca la muerte, poniendo así fin a la existencia. Sino asumir con valor la anticipación de la muerte que opera como “metáfora real” y permite realizar un proyecto que incluye el carácter restitutivo del límite temporal, el que abre, paradójicamente, las máximas posibilidades

Solo la muerte subjetivada es condición de toda sublimación posible. El tiempo subjetivo resulta una categoría ligada a la sublimación y por ende supone la capacidad de asumir valiente y creativamente la posibilidad cierta de la propia muerte. Entonces la muerte enfrentada sin cobardía permite la inscripción subjetiva del tiempo.

“Quizás el arte y el psicoanálisis constituyen formas privilegiadas de subjetivación, al otorgarnos la posibilidad de representar estética y poéticamente, en el marco de una temporalidad

placentera, este exceso traumático pulsional atemporal en torno del cual se construye nuestra historia libidinal” (2).

Se trata ni más ni menos que de la asunción de la castración. Recorrido por los confines de la castración que subjetivan la falta y propicia un acto, que no es impulsivo ni postergado. Que el sujeto, sirviéndose de su análisis, pueda alcanzar a penetrar en lo real que le concierne y de esta manera prescinda de su análisis.

Poder acceder a otro goce, a la medida del deseo, el goce de la vida.

Referencias Bibliográficas:

- (1) FREUD, S. (1915) De guerra y muerte. Temas de actualidad. OC Tomo XIV. Bs AS. Amorrortu editores. 1993
- (2) MILMANIENE, J. El tiempo del sujeto. Editorial Biblos. Buenos Aires, 2005.
- Allouch, J. Erótica del duelo en el tiempo de la muerte seca. Editorial Edelp, Bs As, 1996
- CHAMORRO, J. Clínica del fin del análisis. Cap. “Identificación al síntoma,” y “Lo real y la identificación”. EOL, Grama. Bs As, 2005
- DREIZZEN, A. Los tiempos del duelo. Homo Sapiens Ediciones, 2001
- FREUD, S. “Análisis terminable e interminable “O.C. Tomo XXIII, Bs As, Ed. Amorrortu, 1993
- FREUD, S. (1915) “De guerra y de muerte” O.C. Tomo XIV, Bs As, Editorial Amorrortu, 1993
- Freud, S. (1915) “Duelo y melancolía” OC. Tomo XIV, Bs As, Editorial Amorrortu, 1993
- LACAN, J. (1964) El seminario 11. Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis. Bs As, Paidós, 1987
- LACAN, J. (1967) El seminario 15 El acto psicoanalítico. Inédito.
- LACAN, J. (1974) El seminario 22. RSI. Inédito
- LACAN, J. (1976) El seminario 24 Línus que sait de lúne-bévue s’aile a mourre. Inédito.
- LÓPEZ, H. “Lo fundamental de Heidegger en Lacan” Bs. As Ed. Letra Viva, 2004
- MILMANIENE, J. “El tiempo del sujeto” Buenos Aires, Editorial Biblos, 2005
- SOLER, C. “Finales de análisis” Bs. As. Editorial Manantial, 1988
- SOLER, C. “El plus de tiempo” Revista Uno por Uno N° 36, 1993.

O inessencial do sujeito suposto saber

Sílvia Fontes Franco

“Nesse des-ser revela-se o inessencial do sujeito suposto saber, donde o futuro psicanalista entrega-se ao agalma da essência do desejo, disposto apagar por ele em se reduzindo, ele e seu nome, ao significante qualquer¹⁴³”.

O título deste trabalho foi tomado de uma passagem do texto de Jacques Lacan, a “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o analista da Escola”¹⁴⁴. Lacan dirá “que foi com o objetivo de isolar o que é do discurso analítico que fez a Proposição”¹⁴⁵. Ao longo do seu ensino é possível destacar vários pontos precisos desse empenho de Lacan em manter vivo o discurso analítico, sua “lâmina cortante”.

Na “Proposição” Lacan estabelece um corte, uma ruptura em relação a tudo o que havia sido estabelecido até então para a formação do analista e para a direção do tratamento. O inédito, o subversivo nesse escrito é colocar em continuidade a Psicanálise em intensão e a Psicanálise em extensão e é em torno da formalização do final de análise que essa articulação é possível.

Neste texto de 1967, que completou quarenta anos, Lacan coloca na berlinda, mais uma vez, a análise dos analistas. No final de seu ensino, expressou, mais uma vez, que esperava que o dispositivo do passe dissesse alguma coisa sobre o que ocorre no final de uma análise: “como é que pode passar pela cabeça deles – é aí que eu

situo a questão – a ideia de se autorizarem a ser analistas¹⁴⁶”.

Como é possível manter vivo o discurso analítico, sem colocar em questão a análise dos analistas? Como é possível alguém ocupar um lugar quando ainda está embaraçado em seu gozo fantasmático? Há uma articulação lógica e indissociável entre o início e o final de análise, entre a posição do analista e a direção do tratamento. O que sustenta essa articulação lógica é a transferência e seu manejo suportada pelo desejo do analista (um lugar, uma função, um x), possível resultado de uma análise levada até o fim, a partir da passagem de analisante a analista.

No seminário “*O avesso da psicanálise*¹⁴⁷”, às voltas com a transferência, Lacan pergunta novamente o que define um analista?, e mais a frente, o que se espera de um psicanalista? E responde: “análise, eis o que se espera de um psicanalista”.

Na “Proposição”, Lacan indica “*os pontos de junção onde devem funcionar nossos órgãos de garantia*¹⁴⁸”, e articula o começo e o fim da psicanálise. É a partir da teorização do final de análise e do ato psicanalítico - ato em que o analisante se torna analista - que ele propõe o dispositivo do passe “*onde o ato poderia ser apreendido no momento em que se produz*¹⁴⁹”. Dispositivo inédito, o passe, desde o início, teve consequências na comunidade analítica, provocando ondas ao subverter a formação do analista

¹⁴³ LACAN, J. “Proposição de 9 de outubro de 1967”, p. 259. In: *Outros Escritos*.

¹⁴⁴ LACAN, J. “Proposição de 9 de outubro de 1967”. In: *Outros Escritos*.

¹⁴⁵ LACAN, J. “Sobre a experiência do Passe (1973)”. In: *Documentos para uma escola. Revista Letra Freudiana*. Ano XIV, n.0 p. 54-59.

¹⁴⁶ LACAN, J. “Jornadas sobre a experiência do Passe (1978)”. In: *Documentos para uma escola. Revista Letra Freudiana*. Ano XIV, n.0 p. 63.

¹⁴⁷ LACAN, J. *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*, p. 50, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991

¹⁴⁸ LACAN, Jacques. “Proposição de 9 de outubro de 1967”, p. 252. In: *Outros Escritos*.

¹⁴⁹ LACAN, J. “Discurso na Escola Freudiana de Paris (1967)”, p. 271. In: *Outros Escritos*. Rio, Zahar, 2003.

fundada, até então, numa tentativa de “tapeação do real”.

Lacan, crítico das concepções de final de análise que tinham como objetivo a identificação com o eu do analista e\ou uma adaptação à realidade, separa do sujeito suposto saber a pessoa do analista, a transferência é com um significante qualquer do analista. O sujeito suposto saber é um equívoco, e a psicanálise visa reduzir sua função até sua destituição ao final de uma análise: “No começo da psicanálise está a transferência”¹⁵⁰. “E o sujeito suposto saber é o eixo a partir do qual se articula tudo o que acontece com a transferência”¹⁵¹.

Mas o que condiciona a transferência? Embora Lacan diga nesse texto que não temos que dar conta do que a condiciona, não cessou de formalizá-lo (o que a condiciona) e sua possível resolução, até o final do seu ensino.

A psicanálise não inventou a transferência, ela sempre existiu, é um fenômeno geral, efeito da linguagem. O mérito de Freud, desde Anna O., foi não ter recuado frente a sua manifestação, isolando-a e incorporando-a ao tratamento analítico. Lacan demonstrou-a, precisou seu manejo e resolução partindo da lógica e da topologia.

A partir do ensino de Lacan, escolhi um ponto do seminário “De um Outro ao outro”¹⁵² para tentar articular, inicialmente, aquilo que se verifica na prática em uma análise levada a seu termo. Minha intenção é falar disso que ocorre, no momento de concluir, o desfecho final quando o sujeito conclui sobre aquilo que ele foi como objeto para o Outro ao mesmo tempo em que surge a suposição de saber no Outro e sua destituição.

No seminário “De um Outro ao outro”¹⁵³, Lacan, retoma a questão do sujeito na sua relação com o Outro, e precisa a questão do sujeito suposto saber e a função lógica do objeto a. A partir da teoria

¹⁵⁰ LACAN, J. “Proposição de 9 de outubro de 1967”, p. 252. In: *Outros Escritos*.

¹⁵¹ Idem, p.253.

¹⁵² LACAN, J. *O seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Publicação do Centro de Estudos Freudianos do Recife. Publicação não comercial exclusiva.

¹⁵³ Idem.

dos conjuntos, Lacan, mais uma vez coloca em evidência que o que “condiciona” a transferência, é a estrutura do sujeito: transferência é a transferência da estrutura, ou seja, sua estrutura de linguagem. Mais uma vez, Lacan recorre à fórmula: o significante é o que representa o sujeito para o Outro significante e demonstra a coalescência entre a estrutura do sujeito e o sujeito suposto saber. É a própria crença do sujeito no saber inconsciente que possibilita que ele se dirija a um Outro que ocupe essa função. Lacan enfatiza, que o sujeito é representado como um (1) para um outro significante, este um Outro, é o que representa o um (1), unário (marca de um gozo) no Outro. Cada inscrição do traço unário no Outro visa a repetição de um gozo enigmático. Lacan nos diz que é necessário acrescentar a esse um no Outro, o conjunto vazio (segundo a definição da teoria dos conjuntos) 1, (1,0). O que está dentro do parêntese é o Outro (A), o conjunto vazio, “esse um-a-mais”, representado por círculos que se engendram indefinidamente, transformando o que era interior em exterior. Essa repetição se organiza ao redor de uma borda, um buraco, o lugar do objeto a: “[...] um buraco sozinho basta para fixar toda uma conduta subjetiva”¹⁵⁴. Esse conjunto vazio representa a incompletude do Outro (ele evoca o paradoxo de Russel) que o objeto a, em-forma, ou seja, o objeto a enforma A. Este Outro inconsistente, esse vazio, o objeto a (esse falso ser) irá enformar (envolver).

Podemos afirmar que o sujeito busca na transferência, na suposição de saber, o ser, ser Um. O sujeito dividido, falta-a-ser, demanda ao Outro, ser, como explícita Lacan em “Posição do Inconsciente”: “A espera do advento desse ser em sua relação com o que designamos desejo do analista, [...] [...] por sua própria posição, é essa a última e verdadeira mola do que constitui a transferência. Eis porque a transferência é uma relação estritamente ligada ao tempo e ao seu manejo”¹⁵⁵.

O que “condiciona” a transferência é a “coalescência” entre o toro do sujeito e o

¹⁵⁴ Ibidem, p.253.

¹⁵⁵ LACAN, J. “Posição do inconsciente”, p.858. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

toro do Outro, estrutura da neurose, algo muito evidente nas análises onde “*verdades escondidas, as neuroses as supõem sabidas. É preciso destacá-las dessa suposição para que eles, os neuróticos, cessem de representar na carne essa verdade*”¹⁵⁶. Lacan explica então, que cabe ao analista efetuar “*o corte graças ao que, essa suposição de saber é arrancada*”¹⁵⁷.

Esta estrutura, essa coalescência, que o corte, o ato do analista, visa separar. Lacan define a interpretação como um corte, “[...] *cortes que têm efeito de subversão topológica*”¹⁵⁸; corte no toro do neurótico, evidenciando o furo central, o vazio deste objeto *a*, que a suposição de saber visava encobrir.

No seminário “*Momento de concluir*”¹⁵⁹, na famosa aula de 10 de janeiro de 1978, Lacan repete mais uma vez que o sujeito é sempre suposto, não há sujeito, e o suposto saber, é o suposto ler de outro modo, o que se inscreve no inconsciente.

O analista lê o que se inscreve no inconsciente, não como uma cifra, mas como índice do real, como S(A barrado) que o analista com seu corte em ato faz aparecer, operando a separação, fazendo surgir essa suposição de saber no Outro, evidenciando sua inconsistência. A suposição de saber se sustenta por um saber absoluto. Não existe o sujeito suposto.

No final da análise, como nos prisioneiros do apólogo, há um salto, uma passagem que se faz no limite (momento de concluir), um ato do sujeito, “apesar da falta de saber”, uma conclusão que constitui uma asserção sobre si mesmo. Nesse momento em que o sujeito conclui sobre aquilo que ele foi como objeto para o Outro, nesse momento, é que o sujeito se dá conta da suposição de saber, da suposição do Outro ao mesmo tempo em que se revela o inessencial do sujeito suposto saber: “*A hora do encontro é também despedida*”.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Idem. *O seminário, livro 16: De um Outro ao outro*, p.375.

¹⁵⁷ Ibidem, p.375.

¹⁵⁸ LACAN, J. O aturdido, p. 474. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

¹⁵⁹ LACAN, J. O momento de concluir. Aula de 10 de janeiro de 1978. Tradução de Jairo Gerbase. In: www.campopsicanalitico.com.br.

¹⁶⁰ Milton Nascimento. *Música : “Encontros e despedidas”*.

O tempo na direção do tratamento

Alba Abreu Lima

“O passado não reconhece seu lugar: está sempre presente...”
Mario Quintana

O

tempo em que vivemos nunca esteve tão saturado de produtos. Produtos cada vez mais excedentes e inventados pela força do capitalismo para

condicionar os consumidores a possuir sempre algo novo, sendo esse o modo que legitimaria a personalização. É chegada a hora da desgraça simbólica a que Freud¹ se referia em mal estar na civilização: “por mais que se assemelhe a um deus, o homem hoje não se sente feliz”.

A psicanálise vislumbra o perigo das soluções rápidas e das respostas insuficientes apenas para responder o fluxo da tendência tanatológica, e o que é pior, nos quadros das chamadas instituições psicanalíticas.

O tempo sempre foi analisado como um conceito relacionado à cultura na sociedade a qual pertencemos. Na mitologia grega, Cronos, deus do tempo, era personificado na figura de um velho alado, simbolizando sua rapidez; com uma foice, para representar seu poder destruidor e, alguns artistas, colocam-lhe ainda uma ampulheta na mão porque os antigos se serviam deste instrumento como relógio, para a medida do tempo.

Galileu Galilei se preocupou em medir e utilizar o tempo como uma maneira de compreender a natureza: determinando equações de movimento da queda dos corpos demonstrou que era possível prever os movimentos conforme o tempo passava. Posteriormente, Isaac Newton construiu as bases da física clássica, apresentando o conceito de tempo absoluto, como se fosse um rio que fluísse sempre

para frente e de maneira uniforme – o tempo simplesmente passa. Mas foi Albert Einstein quem introduziu o conceito de que o tempo e o espaço não são coisas distintas. Com a teoria da relatividade, definiu que o mesmo intervalo de tempo pode ser diferente para diferentes observadores: o tempo, portanto, é relativo para quem o está medido e não existe um tempo universal.

Freud – tão revolucionário quanto Einstein nas fronteiras do impossível – também inventa sua ‘teoria da relatividade’ quando afirma que a realidade psíquica não é a realidade factual, mas depende inteiramente do trilhamento significativo deixado pelas marcas do vivido, que esperam um acontecimento que lhe forneça sentido, retroativamente (*Nachträglich*).

Ele não abordou **diretamente** a noção de tempo a não ser num sucinto e admirável ensaio de 1915, *Sobre a transitoriedade*, onde relata a conversa que tivera num passeio pelos campos italianos na companhia de Rainer-Maria Rilke e da amiga Lou-Andreas Salomé. Na ocasião, conversavam sobre o caráter transitório da beleza das coisas e a caducidade dos objetos e finitude da vida. O poeta fala do desejo de eternidade e Freud responde que é preciso retirar a libido dos objetos para ligá-la aos substitutos. Freud não compreendia porque alguma coisa perderia seu valor, única e exclusivamente devido a sua limitação no tempo. Para Freud, diferentemente de Rilke, a transitoriedade implicaria não em uma perda, mas em um aumento do valor do objeto em questão, pois a limitação da possibilidade de uma fruição elevaria o valor dessa fruição. O diálogo ocorreu no verão antes de deflagrada a primeira guerra, como se Freud houvesse previsto os acontecimentos que se sucederam. Ele escreve²:

“O valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo. A limitação da possibilidade de uma fruição eleva o valor dessa fruição... A beleza da forma e da face humana desaparece para sempre no decorrer de nossas próprias vidas; sua evanescência, porém, apenas lhes empresta renovado encanto”.

No entanto, antes disso, em 1899, no texto *Lembranças encobridoras*³, ele revela que as marcas mnêmicas podem ser reativadas, independentes do tempo que tenha passado - são as pegadas da erotização infantil, fundamentos da fantasia - e que persistem sob uma capa aparentemente insignificante. O que ele nos ensina com esse texto é que uma cena esconde uma outra que tem raízes fantásticas, que recobrem o traumático edipiano.

Na *Interpretação dos Sonhos* (4), ele aborda um inconsciente atemporal e no mecanismo de esquecimento dos sonhos demonstra a possibilidade de intervenção do analista a partir do levantamento do recalque, produzindo efeitos retroativos de articulação significativa.

Passando ao tema da **duração do tratamento**, Ele atesta em todos os trabalhos sobre a técnica, que na neurose de transferência, moções pulsionais se repetem com a mesma força da infância, por conta do desejo indestrutível que não desgasta sua tessitura com o passar do tempo.

Concluindo seu percurso em *Análise terminável e interminável* (5) discute exaustivamente a duração da análise, o que sobra de imutável no sujeito – algo que estaria fora de tempo - apesar do longo período e da efetividade do tratamento no esvaziamento de gozo do sintoma e do destino da pulsão.

Sabemos que Lacan, desde o início se interessa pelo tempo articulando-o à subjetividade. A partir do texto sobre o sofisma de 1945, *O tempo Lógico* (6) ele modula o tempo de acordo com uma operação que se desenvolve num tempo que não é cronológico, mas de proposições, obedecendo a uma lógica de circunstâncias: instante de ver, tempo de

compreender, momento de concluir. Na relação de alteridade, o sujeito adquire uma certeza antecipada sobre sua identidade em função de uma operação lógica de afirmação conclusiva. A partir daí, a clínica se aparelha nessa modulação do tempo para a convocação ao saber na direção do tratamento: o corte, a suspensão da certeza, a pontuação do discurso interrompem os momentos em que o sujeito poderia concluir, para levá-lo a um trabalho de elaboração do insabido.

Em *Função e Campo da Fala e da Linguagem* (7) Lacan retoma a noção de sujeito que se constitui pela alteridade, em função do desejo e acrescenta, baseado no texto de 1945, os **efeitos técnicos do tempo**.

De início interroga os casos freudianos e principalmente o prazo fixado para a duração do tratamento do Homem dos Lobos porque no seu ponto de vista a antecipação do tempo, só pode ser indefinida e, numa perspectiva dialética, buscar a verdade do sujeito. Depois, ele introduz a questão da duração da sessão: “o inconsciente demanda tempo para se revelar... mas qual é sua medida?”. Introduz aqui sua crítica à sessão de tempo cronológico, indiferente às tramas do discurso. Ele então, se opunha a uma concepção psicanalítica extraviada e centrada na teoria do Eu, e acentua que, qualquer tratamento que ofereça respostas à demanda do sujeito, só reforça o sintoma do paciente. Simplesmente porque não existem respostas adequadas, já que o EU é uma miragem, uma ilusão que precisa ser dissipada.

Carmen Lafuente (8), em *Heteridade 3: O tempo da psicanálise*, recomenda aos psicanalistas que quiserem conhecer os efeitos da estrutura, que se debruçam no modo como se ordena o tempo na alíngua do analisante; assim como, na regressão, que refaz o caminho até o trauma, passando pelos significantes da alienação, para que se possa produzir uma operação de separação. O que significa dizer que, o tempo de uma análise depende do mane-

jo da transferência e seus avatares, num percurso que nada tem de linear.

Ana inicia suas entrevistas, reticente: não sabe se fica com o analista de muitos anos por já conhecer toda sua história ou se quer começar “tudo de novo” comigo. Fui indicada pelo colega de trabalho como a que não dá “significações pessoais no tratamento, não exige que o paciente venha todos os dias, pague adiantado, ou que a sessão seja uma tortura de 50 minutos” (palavras dela) diferente de seu analista. Um dia chega no horário, senta e espera porque supõe que a placa na minha porta indicava para aguardar. Depois de um tempo, saio e pergunto por que não bateu, já que a placa indicava que podia bater. Ela cai em prantos, pergunta como posso ficar sozinha. Ao perceber a incoerência da pergunta diante do meu silêncio, única intervenção possível (!) diz que é assim na vida: acha-se inconveniente com os filhos adolescentes, com o marido, com as poucas amigas, no exercício de comando exigido pela profissão. Afirma que fala as coisas erradas, nos momentos mais impróprios e relata um problema muito grave que está enfrentando no trabalho... Diz que ultimamente tem pensado em desistir de viver: “se não fosse o remédio não levantaria da cama”. Diante de uma pergunta sobre levantar da cama, relaciona que teve vergonha de falar ao analista de muitos anos com medo de ser “mal interpretada”, um fato que não é falado por ninguém da família, pois é motivo de muita vergonha para a mãe: ela nasce quando seu pai já não tinha “como levantar da cama”.

A partir daí relaciona sua cena infantil e o lugar enigmático que desde sempre respondia ao desejo do Outro – a nostalgia de ocupar um lugar para um pai imobilizado e uma mãe atarefada com os outros filhos.

Lacan (9), em *Variantes do tratamento padrão*, adverte que o analista quando acredita saber, convertido em quem detém a experiência, induz a construção de padrões – tendo como resultado um “tratamento tipo”, excluindo aqueles sujeitos que não respondem à proposta

formalista. Nesse escrito fundamental, ele recoloca o analista em sua posição ética: “O analista, com efeito, só pode enveredar por ela (psicanálise do particular) ao reconhecer em seu saber o sintoma de sua ignorância”. De um inconsciente como lugar estático e de sentido obscuro tomado pelos pós-freudianos, faz brotar uma concepção dinâmica, de um sujeito representado pelo significante em movimento a outro significante.

Formatar o tratamento, fazer uma re-educação emocional, norteados apenas na sugestão, sem lugar para o desejo, que é deixado transparecer na demanda, como Lacan evoca na *Direção da Cura*(10), a ponto de fechar a boca e deixar a paciente no leito, como pudemos observar no caso Ana, parece ser a preocupação de Marc Strauss na mesma *revista Heteridade*, no texto: *As sessões breves* (10). Demonstrando o avanço dado por Lacan desde *A direção da Cura* – a passagem do imaginário ao simbólico – ao *O Aturdido* – passagem dos ditos ao dizer, ou seja, a palavra como resposta de gozo à castração que leva o discurso no qual o sujeito está tomado, ele também propõe dois tempos para a análise:

1) tempo da elaboração fálica com sessões de **tempo variável**, onde o sujeito ativa seu cenário, elabora, constrói, testemunha sua história;

2) sessões breves como o modo de alcançar o mais além dos ditos, apontando o dizer em sua radicalidade, correspondendo ao atravessamento da fantasia.

Na pressa nossa de cada dia, as sessões breves não podem nos servir de padrão, sob o risco de voltarmos a uma prática tão inexata quanto aquela denunciada por Lacan. Desta feita, invocando o tempo lógico para justificar uma condução de tratamento que nada teria de lógica... Melhor seria seguirmos Gil:

Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Transformai as velhas formas do
viver
Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda
não sei
Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei...

Notas Bibliográficas:

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização (1932)*. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, Sigmund. *Sobre a transitoriedade (1915)*. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, Sigmund. *Lembranças encobridoras (1899)*. In: *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

Freud S. - *A Interpretação dos Sonhos (1900)* – IN: *Obras Completas de S. Freud* – vols. IV e V – Rio de Janeiro: Imago – 1977

FREUD, S. Análise terminável e interminável. ESB, v.XXIII, p. 241-287, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969

LACAN, J. (1945) "O tempo lógico e a asserção de uma certeza antecipada", in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1998

Lacan, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Em *Escrito*. (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998
Heteridade 3

Lacan, J. (1955/1998) "Variantes do tratamento padrão", in *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LACAN, J A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958) in *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Heteridade 3

O Tempo Lógico e a Duração da Sessão Analítica

Delma Maria Fonseca Gonçalves

Há uma diferença que gera tensão, uma separação cerrada entre o tempo do indivíduo na sociedade e o tempo do sujeito. O 1º muda com o tempo. Os agentes sociais estão sempre a dar coordenadas sobre como se submeter ao tempo. Existem diferenças fundamentais entre as sociedades primitivas e as modernas. Nas sociedades primitivas e rurais, o tempo tem uma construção cosmológica, inscrevendo-se nos ritmos da natureza, nos rituais que escandem as práticas sociais. Já nas sociedades modernas o tempo entra no registro da quantificação. Para o sistema capitalista no qual estamos inseridos *time is money*. É um operador fundamental dos processos sociais de produção e a rentabilidade da experiência do tempo se interpõe ao sujeito. Há uma diferença fundamental entre o tempo de todas as logias filosóficas – onto, teo, cosmo e também psicologia e o tempo do sujeito.

Há uma diferença fundamental e que gera mal estar entre o manejo do tempo entre os lacanianos e o dos pós freudianos. Esses últimos imaginaram a noção de regressão temporal nos tratamentos, fundamentada sobre a ideia prévia de um desenvolvimento do sujeito, estabelecido por estádios, sucedendo-se no tempo, onde fica permitido juntar uma temporalidade de historicização e uma temporalidade de desenvolvimento. Essa noção sustenta uma prática ou um tratamento que deveria conduzir o analisando a passar de novo pelas opacidades ou fixações a supostos estádios em uma pretendida regressão real. E ainda, os psicanalistas da IPA, começando por Freud, que se valem de um tempo essencialmente

simbólico, o tempo standart das sessões de 50 minutos, fazem também uma diferença fundamental com o tempo de sessão variável estabelecido pela nova concepção de inconsciente que nos trás a evolução da teoria lacaniana.

Nessas afirmativas feitas acima, a sociedade, a psicologia, os pós-freudianos desconhecem o significante e seus efeitos, o sujeito dividido, o lugar do Outro, da particularidade do objeto na pulsão, no desejo e no gozo. Excluem também o que Lacan pôde formular a respeito da disjunção entre saber e verdade de onde procede o discurso analítico . A ciência esforçou-se, desde sempre, para inventar os aparelhos mais precisos que assegurassem a mensuralidade do tempo, mas para psicanálise a exatidão nada tem a ver com a verdade. Essa aponta a divisão do sujeito, com a concepção do inconsciente que vai além daquele estruturado como uma linguagem, vai tocar no inconsciente como hiância, fenda, furo.

Sabemos que só o discurso do psicanalista feito de imprevisibilidade, escanções e ato, restaura o poder de tocar o inconsciente. Um tal despertar requer um outro manejo, inclusive do tempo, por trabalhar com uma concepção do inconsciente esvaziado de toda concepção de conteúdo. Como Lacan nos indica no seminário XI: ele é vazio, pura falha, ruptura e é o conceito de furo que subjaz a todos os efeitos e não o do UM. Ali onde buscava-se os traços equívocos ou apagados em tudo que faz retorno do recalcado, onde reinava o ciframento e deciframento que trabalham a favor do sentido, aqui acentua-se a estrutura de hiância. Em Radiofonia (1968), Lacan diz que o ics se revela ser um saber, mas um saber sem conhecimento- portanto se mostra como

uma disjunção do saber e da verdade. A letra está aqui em detrimento do restabelecimento do sentido latente. O mestre interessa ao neurótico, mas não o surpreende, porque foraclui a verdade. É em direção da verdade que uma sessão de análise se norteia, onde o sujeito é surpreendido em sua divisão. O tempo de uma análise é o de uma transferência que se conta em tempo lógico. Talvez a implicação decisiva de se investigar o tempo em análise seja a determinação de momentos de passagem, onde o sujeito conclui com o Outro, pela posição onde encontra-se só – uma verdade sobre o que o causa.

O compromisso ético do analista é com a existência desse inconsciente, seu futuro depende de ser escutado e o manejo do tempo da sessão e a função do corte empreendido por ele, longe de serem um artifício técnico, ou uma coordenada de como se submeter ao tempo, situam-se como derivação lógica e necessária dessa estrutura significativa de hiância, furo, buraco. É em nome dessa descoberta que procuro, nesse breve estudo, a sustentação teórica para a prática das sessões de tempo variável. Nosso colega Marc Straus diz em Heteridade 3 que “uma vez que a sessão tem uma duração variável, nenhum fim de sessão é “inocente”, eles são todos significantes: “por que nesse momento? O que, pois, ele ouviu? As escansões são, portanto próprias para relançar a cadeia associativa na procura da causa”.

Sabemos que Freud anunciou que o inconsciente ignora o tempo, mas acentuou o efeito do *nachtraglich*, onde, o que não pode ser lido, mas se inscreveu num 1º tempo, deixando marcas e impressões, se decifram à posteriori, por intermédio de uma nova inscrição.

Lacan, sem jamais abandonar essa noção, vai introduzir o tempo no raciocínio psicanalítico às custas de um sofisma, obtendo o que poderíamos chamar uma estrutura lógica do tempo, que passa a ser não cronológica. Em “O Tempo Lógico e a Asserção da Certeza Antecipada” 1945, há um embaraço que o sofisma dos três prisioneiros produz, e esse, advém

da consideração de que o sujeito pode assentir algo como verdade, a despeito da falta de saber: - O diretor de um presídio chama 3 prisioneiros e lhes diz :- Vocês são 3 aqui presentes e tenho 5 discos que só diferem por sua cor:- 3 são brancos e 2 são pretos. Prenderei um disco nas costas de cada um de vocês. Vocês não verão a cor do próprio disco, mas verão os dos dois companheiros. O primeiro que puder deduzir sua própria cor se beneficiará com a medida libertadora. Será preciso ainda que a conclusão seja fundamentada em motivos de lógica e não de probabilidade. Depois de se haverem considerado entre si por um certo tempo, os 3 sujeitos dão juntos alguns passos, que os levam simultaneamente à porta de saída. Em separado, cada um fornece então uma resposta semelhante, que se exprime assim:

“Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter interferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo não sou preto. E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que sai porta afora, para dar a conhecer minha conclusão. Foi assim que todos três saíram simultaneamente, seguros das mesmas razões de concluir.”

Ter êxito em concluir, a despeito da falta de saber, foi este o problema colocado para cada um dos prisioneiros, onde cada um deve deduzir sua própria cor, que não sabe qual, embora os outros dois saibam.

“Cada prisioneiro hesita sobre sua própria conclusão, tendo medo de ser superado pelos outros, caso não o faça rapidamente. Através dessa tensão do tempo, vê-se que a certeza do sujeito equivale a uma antecipação do julgamento assertivo, que se exprime aqui por um ato.”

O tempo lógico, nos diz C Soler “é o tempo necessário para produzir uma conclusão a partir do que não é sabido” Toda a questão é saber como concluir onde há falta de saber . Então, essa lógica é que sustenta a prática da sessão de tempo variável, e por isso não interessa à direção de uma análise a exatidão do tempo, submetido ao relógio, mas o tempo necessário para produzir algo, um ato, onde há falta de saber.

O sofisma trazido por Lacan, permite distinguir três partes, algo que conhecemos como o Instante de Ver, o Tempo de Compreender e o Momento de Concluir. Primeiro um tempo instantâneo, seguido do tempo de compreender, que é de duração indeterminada, mas que tem que se produzir, e a conclusão, que não é um novo instante de ver, nem contemplação de uma verdade, é o momento do ato, na medida em que a certeza da conclusão se antecipa à realização. O corte da sessão, longe de está acomodado ao tempo do capitalista, que só pensa em como rentabilizar o tempo, toca o ponto em que o sentido escapa, como no momento de concluir, impedindo que o discurso se fixe aos significantes, pondo em jogo o objeto. No sofisma dos prisioneiros, a conclusão não depende da inter-subjetividade, mas da relação dos sujeitos com o objeto “a”. Essa determina o tempo de concluir, momento onde uma subjetivação pode-se realizar.

No seminário XX- 27 anos depois de ter escrito “O Tempo Lógico... Lacan diz:

“Se há alguma coisa que, nos meus Escritos, mostra que minha boa orientação, pois é aquela com que tento convencê-los, não data de ontem, é mesmo que, logo depois de uma guerra, quando nada evidentemente parecia prometer amanhãs dourados, escrevi O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada. Pode-se ler muito bem ali, se se escreve, e não somente se se tem bom ouvido, que, a função da pressa, já é esse “a” mi-

núsculo que a tetiza. Ali, valorizei o fato de que algo como uma intersubjetividade pode dar com uma saída salutar. Mas o que mereceria ser olhado de mais perto é o que suporta cada um dos sujeitos, não em ser um entre os outros, mas em ser, em relação aos dois outros, aquele que está em jogo no pensamento deles. Cada qual só intervindo nesse termo a título desse objeto “a” que ele é sob o olhar dos outros. (...)Em outros termos, eles são três, mas na realidade, são dois mais “a”. Esse dois mais “a”, no ponto do “a”, se reduz, não aos dois outros, mas a Um mais “a”. (...)é que funciona o que pode dar com uma saída na pressa.”

Como podemos ver não se pode pensar o texto “O Tempo Lógico e a Certeza Antecipada” sem se referenciar ao ato, que só se dá pela intervenção do analista, quando descentra a demanda em direção ao que a causa, ficando do lado da relação do sujeito com o objeto “a”. “Tomados um a um , os sujeitos A,B,C , são todos iguais e cada um diferente. A é o sujeito real que vem concluir sozinho. Ele designa cada um dos sujeitos enquanto real, na medida em que é ele mesmo que está em questão e se decide ou não a concluir por si. B e C são os dois outros, na medida em que são objetos do raciocínio de A” (Erik Porge) Da mesma forma A é também objeto do raciocínio de B e C, que não são apenas objetos de A, são também sujeitos, refletidos. A, pois, não é idêntico a A. Cada um é ao mesmo tempo A e B / C. Mais: Cada um só é A se for ao mesmo tempo B e C.” Cada um que decide é A, decisão advinda da pressa, de sua própria subjetividade e não por submissão a uma coordenada simbólica , advinda do Outro. Por definição, o objeto “a” não é só o que se perde, mas também é algo que se produz no ato de fundação do sujeito e no ato de concluir. Temos a clínica do inconsciente estruturado como uma linguagem que está submetida à temporalidade do a posteriori e temos a clínica do inconsciente estruturado como

furo, cuja temporalidade está ligada à **antecipação** que é o tempo lógico . Esse último se caracteriza pelo Ato, que como vimos, antecipa uma conclusão onde falta saber, ou, produz uma conclusão a partir do que não é sabido. Isso está na contra mão do tempo do indivíduo na sociedade , como dissemos no início desse texto. O mercado um rompimento ou achatamento do tempo lógico, onde Lacan vai exatamente analisar as condições que tem que se dar para que uma subjetivação seja possível: Sem tempo de compreender , perdido nos imperativos da rentabilidade, da produtividade, da competitividade, o sujeito fracassa como desejante, para atender o que é exigido pelos agentes sociais dessa época, ao preço da exclusão de sua subjetividade, único lugar de onde pode produzir uma significação nova, arriscar uma conclusão antecipada , advir no exercício do seu desejo que o transforma e o coloca como um fazedor de história. Ou como diz nosso colega Gabriel Lombardi, fazer de sua hora marcada a ocasião de um encontro com o inconsciente real que o neurótico evita.

Bibliografia:

1. LACAN, Jacques “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada” in *Escritos* JZE RJ 1998.
2. LACAN, Jacques “Radiofonia” in *Outros escritos* JZE –RJ – 2003
3. LACAN, Jacques “O Seminário – livro XI O quatro conceitos fundamentais da psicanálise JZE
4. LACAN, Jacques “O Seminário – livro XX *Mais, ainda (1972-3)*,JZE RJ,1985
5. FREUD, Sigmund “O Projeto para uma psicologia científica” (1895) ESBRJ Imago 1969
6. STRAUSS, Marc “O tempo do Ato” in *Heteridade 3 IF/EPCL*, 2004
7. SOLER, Colette “ Texto Inédito “ in *Volume Preparatório para o V Encontro da IF-EPCL- SP*
8. PORGE, Erik *Psicanálise e Tempo* - 1989 Cia de Freud editora

Espaço e tempo na experiência do sujeito do inconsciente

Clarice Gatto

“A fala avança no escuro. O espaço não se estende, mas se escuta. Pela fala, a matéria está aberta, crivada de palavras; o real ali se desdobra. O espaço não é o lugar dos corpos; ele não nos serve de apoio. A linguagem o carrega agora diante de nós e em nós, visível e oferecido, tenso, apresentado, aberto pelo drama do tempo no qual estamos com ele suspensos. O que há de mais bonito na linguagem é que passamos com ela. Tudo isso não é dito pelas ciências comunicativas, mas nós sabemos muito bem disso com nossas mãos na noite: que a linguagem é o lugar do aparecimento do espaço”.
(Valère Novarina)

Vou começar pela dificuldade, premida pelo tempo para escrever... O título surgiu primeiro “espaço e tempo na experiência do sujeito do inconsciente” e logo estranhei já que o tema do encontro “Os tempos do sujeito do inconsciente. A psicanálise no seu tempo e o tempo da psicanálise” não nos remete imediatamente a noção de espaço. Ou será que sim?

Na apresentação do livro preparatório deste Encontro José Mattei cita de modo interessante o livro *Vous qui habitez le temps*. Descubro vários livros desse autor editados em português, interessei-me especialmente por um. Aí, comecei uma outra busca, o livro está esgotado no Brasil, depois de alguns dias a editora entregou um exemplar, belíssimo de Valère Novarina. Pronto. Esse era o significativo que faltava para a articulação que eu esperava.

Diante da palavra¹⁶¹ do poeta me ocorreu a articulação que eu esperava: estava lá o tempo todo – inconsciente – estampado no cartaz do Encontro: a banda de Moebius, figura topológica por onde Lacan demonstra a experiência do sujeito do inconsciente.

Já que nosso tempo é curtíssimo, farei breves pontuações a propósito de espaço e tempo e em seguida, por meio de um fragmento de um caso de histeria, assinalo para a formação do sintoma por meio

de um dizer no âmbito da experiência do sujeito do inconsciente.

O espaço: Kant, Lacan, Freud

Os conceitos de espaço e tempo são para Kant (1724-1804) “duas formas puras da intuição sensível” (oriundas da sensibilidade, ou seja, da capacidade de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos) como princípios do conhecimento a priori e não da “intuição empírica” proveniente da experiência. Para Kant a posteriori é o que pode ser dado na experiência. Espaço e tempo são, portanto para ele a priori a qualquer experiência do sujeito. Isto quer dizer que “o sentido interno mediante o qual a mente intui a si mesma ou o seu próprio estado interno, na verdade não proporciona nenhuma intuição da própria alma como um objeto; consiste apenas numa forma determinada unicamente sob a qual é possível a intuição do seu estado interno de modo a tudo o que pertence às determinações internas ser representado em relações de tempo”¹⁶².

Aqui Kant lembra Lacan, se é que posso fazer essa articulação, por exemplo, no Estádio do espelho como formador da função do eu tal qual nos é revelado na experiência psicanalítica. Lacan compara o estádio do espelho como uma identificação, no pleno sentido que a análise lhe confere, ou seja, a transformação produzida quando o sujeito assume uma imagem que vai da insuficiência a antecipação

¹⁶¹ NOVARINA, V. *Diante da palavra* (1999). Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

¹⁶² KANT, I. *Crítica da razão pura*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1980.

ção; revelando a matriz simbólica em que o eu se precipita numa forma primordial antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (Encontramos também em Freud “a identificação como a expressão mais primitiva de uma ‘ligação sentimental’ (*Gefühlsbindung*) com uma outra pessoa”¹⁶³.) Cerca de onze anos depois em Observação sobre o relatório de Daniel Lagache, de 1960, Lacan retoma o estádio do espelho e nos propõe uma reformulação do Esquema ótico de Bouasse para pensar a estrutura do eu ideal e do ideal de eu. Auxiliada por um professor de física, repetimos a experiência proposta por Lacan, e foi possível verificar que o espaço necessário para a criação da imagem virtual ficou elidido no Esquema proposto por Lacan. O esquema abaixo (Fig.1) é uma figura modificada do esquema proposto por Lacan. O espaço vazio deixado entre a flor e o aparador, é o espaço da “intuição sensível” kantiana para o vaso (ou o corpo), de modo que a imagem do vaso (ou do corpo) possa de fato ser formada virtualmente e vista pelo sujeito, por meio do “espelho falante” do (grande) outro

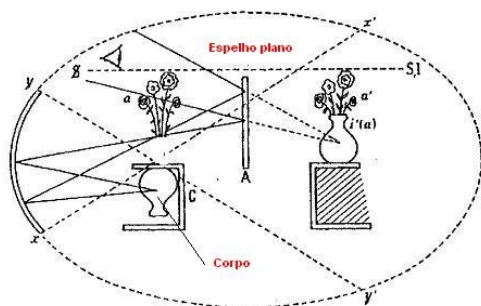


Fig.1: Figura modificada do Esquema de Lacan.

Lendo Lacan com Kant talvez possamos supor que o espaço é mesmo *a priori* a toda experiência do sujeito, ou seja, oriundo da “intuição sensível” caso contrário não seria possível Lacan cometer esse engano e mesmo assim afirmar cor-

¹⁶³ Freud, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. In: Edição Standard Brasileira das Obras completas psicológicas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1994. Vol. 18.

retamente a experiência. Talvez, possamos aproximar os *a priori* kantiano do que Freud denominou uma suposição “necessária e legítima da existência do mental inconsciente”. (Ficou essa questão para outro momento.)

Em *O inconsciente*¹⁶⁴, de 1915, no capítulo “características especiais do sistema inconsciente” Freud resume: no Inconsciente há isenção de contradição mútua entre os representantes pulsionais, prevalece o processo primário (mobilidade dos investimentos), não há negação, nem dúvida, nem grau de certeza, os processos inconscientes são *intemporais*, isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo; e há substituição da realidade externa pela psíquica.

Com a ajuda do *Aurélio* – o outro mais popular do significante de nossa língua – encontramos tanto *intemporal* quanto *atemporal*. Atemporal quer dizer que independe do tempo, enquanto intemporal quer dizer “não temporal ou transitório; eterno, perene”; “não temporal ou profano; espiritual”. *Intemporal grosso modo* é o que deixa inscrição, vestígio, como assinala Freud no *Bloco mágico*; ou conforme formulou Lacan no *Encore* “*não para de não se escrever*”.

O interessante nessa releitura do texto *O inconsciente* é a afirmação contundente de Freud: “há ordem do tempo” e esta é dada pela *censura* do sistema pré-consciente; quando escapa provoca o riso! Ou seja, o acesso aos representantes pulsionais, ou significantes como exprime Lacan, passam por uma censura. É a esta censura que se dirige a regra fundamental da psicanálise da associação livre e as formações do inconsciente.

Somente em *Achados, ideias e problemas*, de agosto de 1938, Freud se refere a Kant para abordar espaço e tempo na relação com do sujeito do inconsciente.

¹⁶⁴ Freud, S. *O inconsciente*. In: Edição Standard Brasileira das Obras completas psicológicas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1994. Vol. 14.

Ele discorda de Kant. Ele escreve “O espaço pode ser a projeção da extensão do aparelho psíquico. Nenhuma outra derivação é provável. Em vez dos determinantes *a priori*, de Kant, de nosso aparelho psíquico. A psique é estendida; nada sabe a respeito”. Esse fragmento é um verdadeiro achado e a banda de Möbius utilizada por Lacan nos demonstra esses determinantes *a priori*.

O tempo, o dizer: a banda de Möbius

Kant ainda trabalha no espaço da Geometria plana, ainda que ele tenha sido assim como Freud e Lacan um “instaurador de discursividade”. O espaço da Geometria projetiva será descrito em meados do século XIX. Möbius em 1861 descobre a figura que passará para a posteridade, como nos informa Jeanne Granon-Lafont¹⁶⁵, a “banda de Möbius” e suas superfícies uniláteras. O que era “estudo do lugar” em 1679 com Leibniz passa quase dois séculos depois a se chamar Topologia, estudo dos espaços e de suas propriedades.

Lacan na aula de 14 de janeiro de 1975 de R.S.I. distingue que o nosso corpo – presente no espaço – seja de três dimensões, é o que não deixa nenhuma dúvida, já que, com esse corpo, a gente pinta e borda; mas isso não quer absolutamente dizer que o que chamamos de espaço não seja sempre mais ou menos plano. Há até matemáticos para o escrever com todas as letras: todo espaço é plano^{166, 167}. Lacan nos lembra também que sabemos manejar muito mal qualquer coisa do Real que escapa esse espaço de três dimensões.

Jeanne Granon-Lafont em seu estudo da topologia de Lacan interroga sobre como podemos compreender tal ob-

¹⁶⁵ *A topologia de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

¹⁶⁶ LACAN, J. *O seminário: R.S.I*, aula de 14 de janeiro de 1975, versão pirata brasileira, s/d.

¹⁶⁷ Cf. Kant em *Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço (1768)*, [tradução de Rogério Passo Severo], disponível em <http://www.ufrgs.br/kantcongress/sociedadekant/fundamento.pdf>

servação. Ela responde que o espaço em si não encerra a dimensão da profundidade, a famosa terceira dimensão. É somente para aquilo que se encontra mergulhado no próprio espaço que, segundo seus movimentos que se desenrolam no tempo, vai existir um antes e um depois e, por extensão, um na frente e um atrás. Os topólogos, tentando manipular esta percepção e suas ilusões, recorrem classicamente a “metáfora da formiga” presente na capa do seminário d’*Angústia* de Lacan e desenhado pelo artista gráfico holandês Mauritus Cornelis Escher (1898-1970).

Imaginemos, comenta a autora, que no lugar da formiga situa-se o sujeito em análise. Este sujeito-formiga ou – os homenzinhos na fita da primeira divulgação deste Encontro – se desloca sobre a banda de Möbius, superfície plana com duas dimensões, que assim é definida na relação que mantém com sua vizinhança imediata. Por outro lado, diz ela, o horizonte, o ponto onde a banda revira, pinça sua torção, sempre na relação às vizinhanças imediatas, é percebido como profundidade. Ora essa profundidade – cria o plano projetivo – tem como medida o tempo que a formiga levará para alcançar este ponto de torção, ao qual ela jamais chegará, uma vez que tão logo o atinja, um novo horizonte irá sempre se apresentar como terceira dimensão, como profundidade.

O plano é o que se define como a superfície de um quadro limitado por seus contornos, e o espaço pela percepção da profundidade. Trata-se do horizonte, o qual sabemos não ser o limite, mas que topologicamente, se entende como o tempo necessário para alcançá-lo.

O que é interessante é que será por meio da experiência provocada pelo movimento de torções, de cortes, de meias-torções, etc., que se faz surgir “como um vazio” o espaço möebiano ou plano projetivo. Isto tem, sem dúvida, um valor fundamental para a experiência psicanalítica. A experiência do vazio, do buraco, certamente, pode ser aproximada da experiência da angústia – que é mediana

entre gozo e desejo, como assinala Lacan – vivida, pelo sujeito na análise. É curioso, dependendo da condição econômica de nossos analisantes, podemos ouvir aqueles que dizem parecer estar em uma montanha russa ou aqueles que parecem estar em um trem descarrilado! Eis aí a experiência subjetiva da banda de Möbius que a psicanálise revela. Como o psicanalista pode se servir dela? Por meio, claro, da promoção da associação livre do lado do analisante e da interpretação e do ato psicanalítico do lado do analista.

Jairo Gerbase na aula de 12 de maio de 2000 de seu seminário *Clínicas de nós de toros - comentários*¹⁶⁸ faz um resumo do livro J.-D. Nasio *Monstration et Topologie*, de 1983; nesse esquema Nasio propõe estabelecer relações entre quatro conceitos lacanianos que definem a realidade e os objetos topológicos respectivos. Das quatro proposições recolho apenas uma já que nosso tempo é curto, mas remeto vocês ao texto de Jairo que é muito interessante.

Na primeira a demanda e o desejo são representados pelo toro. Na terceira, o significante e a cadeia, representados pela garrafa de Klein. Na quarta, a relação do sujeito e o objeto (a fantasia), representados pelo gorro cruzado (ou cross-cap). Na segunda relação do sujeito e o dizer, a que recolhi para comentar por meio de um fragmento clínico, está representada pela banda de Moebius. Então, indaga Jairo Gerbase, como dizer que somos sujeito se somos dizer? Como ser outro ou como haver transformação pelo fato de dizer? A banda de Möbius (Fig. 2) mostra o sujeito, suas peripécias. Sua propriedade de ter um único lado se transforma se nela operamos um corte mediano. Não basta representar o sujeito no espaço é preciso também o ato de cortar. O ato de dizer é da mesma ordem, o significante fende o sujeito em dois: o significante simultaneamente representa o sujeito e o faz esvaecer¹⁶⁹ (apagar-se).

¹⁶⁸ GERBASE, J. *Clínicas de nós de toros - comentários*, aula de 12 de maio de 2000, disponível em www.campopsicanalítico.com.br.



Fig. 2 – Banda de Möbius inteira e cortada ao meio

Fragmento de um caso de histeria e a formação do sintoma

“Hoje estou muito feliz! Escuta só! Fui designada a conferir os microscópios do setor de produção para padronizar o controle de qualidade dos testes de AIDS que o Brasil exporta para diversos países. Era muita responsabilidade e eu tremia dos pés a cabeça, não pela função para a qual fui designada porque eu sabia fazer, mas porque teria que voltar naquele setor que gerou todos os problemas que me trouxeram aqui há dois anos atrás...”

Essa moça de vinte e poucos anos, bonita, prossegue descrevendo-se por meio de uma imagem (significante), aquela que ela preparou desde a noite anterior para ocupar o lugar que lhe foi designado e ao qual ela temia não saber se poderia ocupar na hora marcada.

“Fui bem bonita, coloquei meu salto mais alto, meu melhor terninho, me maquiei, coisa que nunca faço... Eu e um outro colega começamos a tarefa, eu tremia tanto que o colega me sugeriu fazer somente parte do experimento. Neste instante me senti igual a uma formiguinha, humilhada, diminuída como se fosse literalmente cair... Lembrei-me do saltinho fino (risos) e me senti poderosa, então respondi lentamente a ele: de jeito algum, é minha responsabilidade fazer o experimento do começo ao fim, não tem porque não fazer...”

Ela se espanta e indaga: “como pode, doutora, um dizer modificar o que éramos?”

Esse *dizer*, esse modo de *bem-dizer* o sintoma – testemunhado por meio da transferência na experiência psicanalítica

¹⁶⁹ LACAN, J. Seminário: A topologia e o tempo, aula de 15 de maio de 1979. Edição fora de comércio.

– se chama interpretação, diz Lacan¹⁷⁰, e tem relação com o desejo do sujeito do inconsciente.

Como diz o poeta: “O que há de mais bonito na linguagem é que passamos com ela.

Tudo isso não é dito pelas ciências comunicativas, mas nós sabemos muito bem disso com nossas mãos na noite: que a linguagem é o lugar do aparecimento do espaço”.

¹⁷⁰ LACAN, J. *L'étourdit*. [Tradução de Isidoro Eduardo Americano do Brasil]. Edição fora de comércio.

Um novo tempo para o sujeito que se dá a partir do enfrentamento do real existente no intervalo significativo

Robson Mello

O conceito lacaniano sobre o sujeito nos orienta quanto ao fato de que há algo da ordem da inconsistência e do não-todo. Jacques Lacan nos remete à linguagem, e às marcas que dela decorrem, para nos dizer que o sujeito é tão somente da ordem da representação. O sujeito é representado por um significante para um outro significante. Desde já há, aí, algo que é da ordem de um tempo que é o tempo do advir, tempo da castração, tempo da relação imaginária e tempo de uma verdade que se deixa surgir a partir da suposição de um saber. Ele nos remete ao fato de que o sujeito, mesmo, existe no intervalo existente entre os significantes S1 e S2 e que, portanto, o registro do real sempre aparece e opera como um índice do tempo existente no inconsciente. O sujeito é, logo, o resultado de uma significação que se deu a partir do encontro com o indizível do real apresentado pelo Outro.

Apropriamo-nos da teoria freudiana para dizer do inconsciente correlato a uma trama – contendo muitas redes e entrecruzamentos por onde, então, encontraremos marcações significantes por onde a libido transita. A rede é tecida a partir da linguagem que vem do Outro, e que, por ser assim, marca um tempo para o desejo. O tempo para o sujeito começa a ser contado, portanto, a partir do encontro com o S1 (mãe), seu marco zero, e ainda na infância. Tempo que é sempre infantil.

Ao se apoderar dos seus objetos internos ou externos, a libido circula de uma marca simbólica a outra, e percorre toda

a cadeia significativa presente no inconsciente.

Quanto mais o tempo do sujeito for aquele que possibilite esse trânsito, na associação livre, tanto mais serão os momentos oportunizados para o surgimento do seu desejo e da sua verdade.

A verdade do sujeito está intimamente ligada ao recalçado. E, dessa verdade, nada ele quer saber. O recalçado – marca significativa que guarda consigo o tempo do real da angústia – existe e insiste por um lugar na consciência. O S1 e S2, agora, podem ser interpretados como o tempo do antes e o tempo do depois para um ser que se põe a falar sob os efeitos da transferência analítica. O tempo do sujeito é, também, o tempo de uma decisão entre a vida e a morte.

Quanto mais o sujeito falar das marcas da linguagem da sua história amorosa, tanto mais serão as suas chances para um novo tempo, agora já não mais tão amarradas ao aspecto psicopatológico do sintoma. S1 e S2 podem ser identificados, aqui, enquanto tempo do sintoma do sujeito num dado momento antes da análise, e tempo em que esse mesmo sintoma se desdobra em sintoma analítico que, endereçado à figura do analista, vai para muito além dela.

Com isso, podemos falar, então, que o outro nome da repetição diz respeito ao fato de não querer aceder às regras da associação livre sob o vetor transferencial.

É a linguagem que possibilita a codificação do sintoma, e é ela, também, que possibilita a sua decodificação, seu deciframento sob análise. Temos, aqui, portanto, o tempo do sujeito face a duas possibilidades: o tempo do sintoma (S1)

e o tempo do deciframento significativo (S2).

Esse intervalo diz da passagem do não querer saber da verdade inconsciente ao ato da livre associação significativa amarrado ao desejo de saber. O interrogar-se sobre o porquê de um determinado significativo estar representando o sujeito para um outro sujeito faz com que o *falasser* se descole do lugar de submissão frente à marca significativa e, então, podendo olhá-la, agora com outros olhos, ressignificá-la, oportunizando um lugar para o seu desejo e para a verdade na sua vertente mais radical e singular. Essa retificação subjetiva, que é promovida em análise, faz alterar a relação do sujeito com o objeto, produzindo, assim, uma relação de causa de desejo. Revela-se, pois, que o Outro em questão é mesmo, e antes de tudo, o inconsciente. S1 = lugar do analisante para o tempo do S2 = surgimento do analista.

A possibilidade de que o sintoma do sujeito possa vir a se estabelecer enquanto sintoma analítico somente poderá ocorrer a partir do ponto em que o falante, na relação analisante-analista, sob o vetor da transferência e em livre associação, endereçar o seu sintoma para um outro significativo, que ele cria – o significativo que marca o lugar do Outro enquanto lugar de suposição de um saber: lugar do analista. Será essa mesma posição, enquanto significativo de sujeito suposto saber, que, ao instituir o lugar do Outro da vida amorosa para o analisante, o faz lançar ao Outro do inconsciente. Podemos, então, dizer que o outro nome do S1 – S2 poderá ser analisante-analista! S1 = realidade cotidiana para o tempo do S2 = realidade subjetiva.

O lugar do sujeito é mesmo o lugar do real. O conceito de sujeito se liga à resposta que o falante dá quando do seu encontro com o indizível do registro do real amparado pelos efeitos da linguagem. O seu lugar diz do intervalo significativo que é marcado pela castração em seu viés com o Édipo. O tempo do sujeito é marcado no vir-a-ser, no vazio e no só depois significativo.

O falante inaugura o campo do novo a partir do ponto em que ele se põe disposto a decifrar o conteúdo recalcado que tanto o assola e o faz padecer. O campo do novo se encontra enquanto uma virtualidade presente desde sempre na relação que se estabelece entre um inconsciente para outro inconsciente. S1 = inconsciente do analisante, S2 = inconsciente do analista constituído a partir da experiência e do saber extraídos de sua própria análise → Sn = cadeia de significativo sob efeito da associação livre conduzida pelo analisante a partir da sua fala.

Só o tempo próprio à análise – com o corte que faz separar o sujeito do significativo do seu gozo repetidor – é capaz de fazer com que o Outro do S2 possa cair e, então, o sujeito possa se descobrir ante ao recalcado que, agora, se faz novo a partir do deciframento do sintoma que sempre se fez seu parceiro. Resta tão somente ao sujeito, agora tendo como parceiros o resto do seu sintoma, a sua verdade, o seu desejo e a sua castração. No lugar de um Outro, que agora é inexistente, e para o qual ele sempre se dirigiu, o sujeito põe, com sua capacidade criativa, se quiser, a causa analítica e a Escola de Psicanálise orientada por Freud e por Lacan, que possibilitará o surgimento das trocas entre seus pares, das formulações, do estudo, e também dos impasses. S1 = transferência analítica ao S2 = transferência de trabalho. Mas, mesmo sendo assim, e exatamente por isso, revela algo do resto significativo com o qual todo sujeito tem de lidar em sua vida. O que fazer com o resto no âmbito da solidão que toca na verdade do sujeito. Para onde destiná-lo? A Escola o acolhe e o recebe sob os nomes da verdade de cada sujeito e de sua castração, que, agora, se desdobram em produção e trabalho. A Talvez a Escola possa vir representar, mesmo, o quão difícil é para o sujeito lidar com o tempo para que se fique só e, ao mesmo tempo, ratificar seu mais radical tempo de solidão e desamparo frente ao outro. Daí vemos a solidariedade como fator tão

valioso na Escola de Lacan. S1 = solidão do sintoma analítico ao S2 = solidão da sua verdade com seus pares.

O novo que surgiu toca no ponto que diz de um retornar daquilo que ali sempre estivera, a saber, o sujeito com a sua verdade inconsciente, e que agora ambos encontram solo para germinar no campo fértil da Escola, da Comunidade Analítica de Escola. Espaço onde o bem-dizer da experiência transmitida de um ao outro se dá com alguma sintonia àquilo que se fala e se escuta.

O novo tempo virá em função do circular da libido de um ponto ao outro, em função de um significante que um dia foi estranho recalcado, e hoje é da ordem do familiar e do consciente; da transformação do sintoma banal para o sintoma analítico; das verdades à verdade do sujeito frente à vida, ao sexo, e à morte e do deciframento do sintoma. Abre-se

para o ser falante uma nova relação com o objeto faltoso. O novo surge a partir das marcas simbólicas que ali sempre estiveram presentes, e que, sob a força da transferência analítica, e do desejo decidido do sujeito.

Novo que diz do fato de o sujeito ter conseguido fazer a re-escritura da sua vida. S1 = texto sintomático para S2 = texto novinho em folha. Assim sendo, o sujeito o escreve, re-escreve, pontua, resume para ao final intitulá-lo. Reintitula-o, agora, ao seu modo e estilo próprios.

A cada ida e vinda de um significante a outro significante há uma perda: perda de gozo, perda de parte do sintoma que se fixa ao significante. Perda de parte de si mesmo que se desdobra, ao final, no mais puro ganho.

Tempo e sintoma

Andréa Hortélio Fernandes

Desde Freud, podemos afirmar que a noção do sintoma está associada à noção de tempo na psicanálise. Lacan retoma a lógica freudiana ao afirmar, no Seminário R.S.I., haver “consistência entre o sintoma e o inconsciente”, donde o sintoma é uma das manifestações dos tempos do sujeito do inconsciente. O tema do sintoma leva Freud a declarar que, com o passar do tempo, o sujeito descobre que fez ‘mau negócio’ ao optar pela neurose. Daí surge à questão central que buscamos tratar neste artigo: é dentro da lógica temporal do inconsciente que o sujeito pode vir, graças ao manejo da transferência, a lidar com o que persiste do real sexual, sempre traumático, no seu sintoma? Para responder esta questão vamos retomar o caso Dora tal qual ele é retomado por Lacan.

Nos primórdios da psicanálise, o interesse de Freud pela etiologia das neuroses leva-o a afirmar que “as diferentes neuroses têm seus requisitos cronológicos particulares para suas cenas sexuais”. Estamos aí frente ao real sexual sempre traumático, conforme a teoria lacaniana.

Ao longo da obra freudiana, Freud vai dando-se conta do dispêndio de energia gasto pelos sujeitos, ao longo dos tempos da neurose, na manutenção dos sintomas. Defende que o maior dano causado pelos sintomas “reside no dispêndio mental que acarretam”. Nesta época, o sintoma entendido como uma satisfação substitutiva vai orientar a técnica psicanalítica a lidar com os tempos do sujeito do inconsciente.

No texto “Os caminhos da formação do sintoma” (1916) Freud declara que “os sintomas criam um substituto da

satisfação frustrada, realizando uma regressão da libido a épocas de desenvolvimento anteriores, regressão a que necessariamente se vincula um retorno a estádios anteriores de escolha objetal”. Esta passagem atesta a transferência, entendida por Lacan, como trazendo uma reatualização da realidade sexual do inconsciente.

As dificuldades do manejo da transferência vão ser tratadas por Freud em “O estado neurótico comum” (1916). Freud adverte, então, das dificuldades que o analista deve encontrar já que o sintoma, como formação substitutiva, traz um ganho secundário para o sujeito. Poderíamos dizer, com Lacan, que o sintoma apresenta em si um mais de gozar que se sustenta na fantasia do sujeito.

Nesta evolução da técnica psicanalítica vemos que “o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou um problema específico”, não é esta a lógica temporal do inconsciente. A psicanálise, com Freud, vai buscar superar os empecilhos para a associação livre contando que o sintoma seja possível de ser traduzido, como se fosse possível pensar que há Outro do Outro, deixando de lado no manejo da transferência, o matema do significante que falta no Outro. A partir dos anos setenta, Lacan vai dar as coordenadas de como trabalhar a dimensão do real e isto abarca o tratamento das questões relativas ao tempo e ao sintoma na prática analítica.

Freud nos ensina que, com o passar do tempo, o sujeito descobre que fez um mau negócio ao optar pela neurose. De acordo com Lacan, a experiência psicanalítica deverá levar o sujeito a se confrontar com o objeto que ele fora para o Outro. Alcançamos então uma atemporalidade do inconsciente, na qual o

objeto a será de fundamental importância para pensar os três tempos lógicos envolvendo o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir. É dentro desta lógica que a psicanálise passará a tratar o sintoma.

Utilizemos aqui do exemplo de Dora para tratar deste tema.

Tudo funcionava bem na vida da jovem de 18 anos até que ela se descobre fazendo parte de um agenciamento amoroso no qual ela era oferecida ao marido da suposta amante de seu pai. Dora acredita que o comércio sexual empreendido está na origem do seu mal-estar. Entretanto, seus sintomas denunciam como ela participa do mal-estar do qual se queixa. Absorvida pelo enigma da feminilidade que lhe causa horror, Dora fica, durante duas horas, fixada frente a um quadro da Madona Sistina, de uma galeria de Dresden. O quadro, tal qual a Sra K., a captura pela brancura da pele ou pelo “adorável corpo alvo”, que segundo Freud teria uma “tônica mais apropriada a uma amante do que a uma rival”. Freud vai insistir em tratar o caso Dora habilitando-a à vida amorosa. Com Lacan, podemos dizer que Freud estaria aí tamponando a falta-a-ser com objeto de amor.

Entretanto, o que nos interessa no nosso esforço de aproximar o tempo e o sintoma, é em que medida a pulsão escópica revela estar Dora, enquanto sujeito, capturada neste instante de ver. No episódio do lago com o Sr K. Dora experimenta algo similar, pois o Sr K. ao declarar que sua esposa não significa nada para ele, deixa Dora frente a frente com a Sra K. A cena do quadro reatualiza o que Dora experimenta no lago. Tal reatualização evidencia “a raiz da pulsão escópica” que deve ser pega, nos diz Lacan no Seminário XI, retomando Freud, “no fato de que o sujeito se vê a si mesmo”. Uma ressalva importante, o sujeito não se vê no espelho, mas é “a sexualidade como tal faz retorno, [...], por intermédio das pulsões parciais”, no caso de Dora pela pulsão escópica.

A circularidade da pulsão ao mostrar que “a heterogeneidade da ida e da volta

mostra no seu intervalo uma hiância” revela como a sexualidade faz retorno no sintoma. A hiância aponta para dimensão da falta tanto para o sujeito como para o Outro. Neste percurso, o sintoma surge ali onde “a representação do Outro falta, precisamente, entre esses dois mundos opostos que a sexualidade nos designa como masculino e feminino”. Logo, para além de uma habilitação ao amor seria preciso levar Dora a poder lidar com a sua divisão subjetiva, vislumbrada pela hiância, pela falta que se instaura no cerne do sujeito.

Como sabemos nos anos 50, Lacan vai enfocar, sobretudo, a sua tese do inconsciente estruturado como uma linguagem e vai partir da premissa do significante como causa do sujeito. Mas já neste período, Lacan vai construindo a elaboração de que o sujeito é causado por um objeto. Tanto que em 1960, ele já fala que “a relação do objeto com o corpo” revela “que esse objeto é protótipo da dotação de sentido do corpo como pivô do ser”. E em 1975, ele diz que “o sujeito é causado por um objeto que só é notável por uma escritura e é assim que um passo é dado na teoria... objeto que designo, que escrevo com a escritura pequeno a, e da qual nada é pensável, com o senão apenas de que tudo que é sujeito, sujeito do pensamento que se imagina Ser, é por isso determinado.

Apoiando-nos na “consistência entre o sintoma e o inconsciente” vamos tentar dar prosseguimento na nossa elaboração acerca do sintoma como um marcador lógico dos tempos do sujeito do inconsciente. Voltaremos ao Seminário XI, na tentativa de articular as duas causas do sujeito: significante e objetal. Neste seminário, Lacan diz que o fechamento e abertura do inconsciente mostra que “a sua essência é de marcar esse tempo, pelo qual, por nascer como significante, o sujeito nasce dividido”. Com a ressalva de que “o sujeito é esse surgimento que, justo, não era nada, mas que, apenas aparecido”, pela extração do objeto a, “se coagula em significante”.

De acordo Dominique Fingerman é preciso tempo para se chegar à conclusão de que a falta é causa. Para ela, “é nesse ponto a, nesse momento de concluir que se detém o sujeito à deriva, em *fading* nas leis de combinações significantes, é dessa referência ao ponto a que provém a permanência do sujeito, sua a-temporalidade”. Ela diz então ser preciso tempo para produzir uma conclusão a partir desse algo que não está sabido, incógnita, “cálculo sobre o objeto a”, momento de concluir, cálculo de gozo”.

O manejo da transferência ensejará o tempo de compreender e o momento de concluir. No caso Dora, Freud declara

não ter sido “possível dominar a transferência a tempo” e termina por antecipar-se com o seu saber criando dificuldades para manejar com os tempos do sujeito do inconsciente. Ele sobrepuja o momento de compreender ao instante de ver, e acaba sem levar em conta a queda do objeto a olhar que causa a afonia em Dora.

Deste caso podemos extrair que para que uma psicanálise aconteça de fato é preciso levar em consideração que “o sentido do sintoma depende do futuro do real. Tudo depende que o real persista” e que haja um analista para manejar com isso.

Le pâtir et le bâtir du temps*

Diego Mautino

«L'eterno orologio a polvere dell'esistenza viene sempre di nuovo capovolto, e tu con esso – granello di polvere dalla polvere venuto»¹⁷¹.

Hace aproximadamente 2.500 años, Aristóteles¹⁷² había ya analizado el problema del tiempo advirtiendo que el tiempo era la medida del movimiento en la perspectiva del antes y del después. Y es esto lo que todavía hacemos hoy : medimos el tiempo con relojes que tienen un movimiento periódico. Esto responde a la lógica del péndulo e induce a pensar que si no hubiese rozamiento, continuaría oscilando hasta el infinito. En cambio el movimiento se atenúa y llega al reposo, se dice: es por efecto de un 'punto atractor' (en los últimos años se descubrieron los atractores fractales)¹⁷³. ¿Funcionaría como el punto en una frase? Pero, ¿qué es lo que señala el antes y el después? Aristóteles no respondió a esta cuestión.

Lacan dice que dejando el alma como identidad supuesta al cuerpo y el intelecto como agente de la función simbólica, Aristóteles "no había gozado" de la revelación cristiana¹⁷⁴ (la encarnación de Dios en un cuerpo y la

¹⁷¹ NIETZSCHE, F. in *Opere*, vol. V, Adelphi, Milano 1991, pág. 236. Nietzsche rompe con la concepción lineal del tiempo y retorna a una concepción cíclica. Oponiendo el retorno con el eterno Ernst Jünger dirá: «Mejor pensar a un retorno del eterno, que puede acontecer solamente una vez: y es solo con su acontecimiento que se mata el tiempo», en A. Gnoli e F. Volpi, *I prossimi titani*, Adelphi, Milano 1997, pág. 110 [TdA].

¹⁷² ARISTÓTELES, *Física*, Δ 11, 219b 1-2.

¹⁷³ PRIGOGINE, I. *El nacimiento del tiempo*, Tusquets Editores, Barcelona 1991, págs. 89-90.

¹⁷⁴ Ved. J. Lacan, Seminario XX, *Aún*, cap. IX "Del barroco", 8 mayo 1973, Paidós, Barcelona, 1981.

pasión sufrida en una persona constituyendo el goce de Otro), dejando desconectada la palabra del goce. ¿Porqué una frase termina? ¿Porqué algunos sujetos son convocados por los efectos de 'frases interrumpidas'? Freud inscribe la deriva [Trieb] del goce en la hiancia de la dit-mension. Decir y medida, en el "cuerpo hablante", conectan al goce che Lacan condensa en la fórmula: "Donde eso habla, goza"¹⁷⁵.

El tiempo precipitado de la sorpresa

*"Freud es el primero en articular con audacia y potencia que el único momento de goce que conoce el hombre está en el lugar mismo donde se producen los fantasmas"*¹⁷⁶.

La sorpresa es el efecto de tiempo en la experiencia del sujeto "sobrepasado" por los eventos que, abriendo un más allá, ponen en juego su división. El chiste, el lapsus, el sueño, evitando el encuentro del inconsciente con lo real, testimonian una destitución del sujeto en su dominio y comparten con el acto, sea su inscripción en un lazo social que el hecho de responder a una temporalidad de división del sujeto. ¿Cómo distinguir esa temporalidad efímera de aquello que, en cambio, se impone por su constancia y su insistencia: el síntoma?

Un sujeto que calcula con el predominio del inconsciente¹⁷⁷, compete con la velocidad y converge con la hipótesis que la prisa está implicada tanto en la emergencia de la verdad como en la eficacia de la interpretación. Eficacia que, respecto al síntoma ["se interpreta correctamente solo en función de la

¹⁷⁵ LACAN, J. «Là où ça parle, ça jouit», Seminario XX, *cit.*, pág. 139.

¹⁷⁶ LACAN, J. Seminario VII, *La ética del psicoanálisis*, Paidós, Buenos Aires, 1992, pág. 355.

¹⁷⁷ LACAN, J. "Televisión", en *Psicoanálisis: Radiofonía & Televisión*, Anagrama, Barcelona 1980, pág. 134.

realidad sexual¹⁷⁸], apunta a la coalescencia entre la lengua y el encuentro con el goce primero – dos heteridades distintas.

Coalescencia en la que precipita un objeto cuya presencia nos ilustra la obra de arte, en lo que el enigma del tiempo escribe en el reloj de arena con la fuerza del estilo – el duro Dürer¹⁷⁹ y tantos otros... «¿Cómo se imprime el tiempo en la materia? En definitiva esto es la vida, es el tiempo que se inscribe en la materia...»¹⁸⁰ ¿Cuáles son los modos de presencia de ese objeto, con función de agente en el acto analítico, en las diferentes versiones del patir y del bastir del tiempo?

a-tiempo¹⁸¹

El amor de transferencia demanda el saber en cuanto objeto. Lacan nota que la escritura del mathema de la transferencia inscribe el sujeto supuesto saber debajo de la barra, “en el lugar del referente [objeto] aún latente¹⁸²”. Esta frase anuncia una sustitución y un efecto de tiempo: donde era el SsS advendrá el objeto y esto no impide que el SsS funcione desde el inicio como un objeto, no el mismo, sin embargo que el a-venir: lo que el objeto a coordina di una experiencia de saber. Los modos de presencia de ese objeto en la experiencia pasan:

¹⁷⁸ LACAN, J. “Le symptôme”, Conférence à Genève, 1975, en *Le bloc-notes de la psychanalyse*, n° 5, Genève.

¹⁷⁹ Cfr. Albrecht Dürer, Melancholia I [1514], *Il cavaliere, la morte e il diavolo, San Girolamo nello studio*.

¹⁸⁰ PRIGOGINE, I. «...y esto vale no sólo para la vida sino también para la obra de arte. [...] la obra de arte es la inscripción de nuestra simetría rota en la materia», “Conversación con Ottavia Bassetti”, Milán, 27.10.1984, in *op. cit.*, pág. 40.

¹⁸¹ Cfr. J. Lacan, «Por qué no asentar en el activo del acto el que hayamos introducido su estatuto a tiempo? Ese a-tiempo... podemos atrevernos a reconocerlo como testimonio de una cita.» “El acto psicoanalítico” [1967-68], Reseñas de enseñanza, III° Encuentro CF, Buenos Aires 1984, pág. 56.

¹⁸² LACAN, J. “Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'École”, en *Autres écrits*, Éditions du Seuil, Paris 2001, págs. 248-9.

1. en los hilos de la metonimia que ‘hilvana’, embaste [bâtir] un hábito, compone un hábitat, una casa [Heim], una patria [Heimat], un secreto (familiar) [heimlich], lo siniestro [Unheimlich].

2. en la angustia de «este extrañamiento ser que atraviesa el tiempo y que en su lucha con la Nada es llamado a otras dos pruebas inevitables: la duda y el dolor¹⁸³».

3. el acto que, con la angustia, es el segundo modo de la certeza que se presenta en la experiencia, mientras que lo siniestro [Unheimlich] permanece del lado del enigma. Desde el primer tiempo del enigma [pâtir] de no saber, al segundo tiempo del bastir [bâtir] incluso del ‘bastar’ de la certeza – que en la angustia es certeza que surge frente al deseo del Otro: «Il faut, falta... es necesario el acto que produzca en lo real el significante [del acto]¹⁸⁴». Entonces, no podemos situar la muerte como el acto final. Desde la sentencia de Nietzsche: “Dios ha muerto”, antes de llegar al discurso establecido, “Dieu se retire¹⁸⁵” y desde su reserva un [poeta] ser devorado por los versos¹⁸⁶ escribe: “solo santos efímeros me protegen”.

Nuestra época: Los discursos epifánicos

Terminado el tiempo del poeta maldito, nuestra época no cesa de producir la figura del poeta nuevo, solitario, anacrónico, contra corriente del amo. Hoy en día los poetas ya no son malditos, la singularidad poética es simplemente ignorada. Razón para volver a pensar la subversión, en la que «el sujeto se hiende por ser a la vez efecto de la marca y soporte de su falta¹⁸⁷». Subversión que no se sostiene cuando el significante amo regula los lazos establecidos desde el

¹⁸³ JÜNGER, E. *I prossimi titani*, Conversazioni, cit., pp. 106-7 [TdA].

¹⁸⁴ SOLER, C. La politique de l'acte, Collège Clinique de Paris [1999-2000], 29 mars 2000.

¹⁸⁵ BLOY, L. cit. E. Jünger, in “Al muro del tiempo”, *Conversazioni... cit.*, p. 91.

¹⁸⁶ *Fr. vers: versos, pero también gusanos*. J. Lacan, Radiofonía, Anagrama, Barcelona 1977, pág. 13.

¹⁸⁷ LACAN, J. “Problemas cruciales para el psicoanálisis” [1964-65], en *Reseñas de enseñanza*, cit., pág. 32.

lugar del agente. Con el declino o la fragmentación del significante amo en el capitalismo la excepción divergente ha cambiado valor. Entre los fenómenos que aspiran a la restauración, las sectas y las lobbies son el paradigma. El efecto de aburrimiento frente a la homogenización y a estas aspiraciones de restauración, dan hoy una mayor apertura al discurso singular y singularizante.

Cuestión social y clínica (política) estudiar y saber lo que valen en cada caso, los lazos fundados sobre suplencias otras que el padre. Volcar todo en la gran caja de las psicosis, no hace avanzar la cuestión. «¿Qué es por ejemplo lo que caracteriza el lazo social singular que Joyce ha logrado establecer con sus solas fuerzas discursivas? Que la cuestión se ponga para él no nos exime de considerar como se plantea para cada discurso no establecido¹⁸⁸». Un discurso es un lazo social fundado sobre un decir y les affaires d'amour están escindidos de los lazos sociales establecidos¹⁸⁹. Colette Soler propone un ternario entre los lazos: 1. Discursos establecidos, 2. Forcluidos o 'fuera discurso' de la psicosis tipo y 3. «Discursos epifánicos: lazos sociales no establecidos, o sea discursos que se autorizan de un decir contingente para establecer durante un tiempo, y para algunos, un lazo que no está en el programa de los discursos establecidos¹⁹⁰».

Repetición y preterición

El Otro produce efectos sobre lo real del viviente: como el deseo, que genera el objeto causa. La elaboración en términos de saber determina la causa, porque no cesa de reproducir el efecto de pérdida significativa, produciendo la caída del objeto – medio de producción que no se cierra como saber sobre la causa.

¹⁸⁸SOLER, C. *La querelle des diagnostics*, Collège Clinique de Paris [2003-2004], 10 mars 2004.

¹⁸⁹Cfr. J. Lacan, *Radiofonía & Televisión*, cit., pág. 125.

¹⁹⁰*Ibidem*.

En el discurso analítico, la temporalidad de la producción del sujeto en su estructura de impasse, encuentra en la repetición del impasse, ocasión para producir un [a-tiempo] objeto que, por esa hendidura, toma su función de causa para el deseo. El sujeto se encuentra así de nuevo en el nihil del impasse (hendido por ser efecto de la marca y soporte de su falta) reproducido a partir del supuesto sujeto saber. Sea cual fuere el número y el modo de las elaboraciones «...cada una de estas operaciones es ya el cero producido por lo que insertó en lo real lo que elabora cada una, a saber, ese tiempo propio del campo que analiza, el que alcanzó Freud al decir que era repetición¹⁹¹». La repetición en acto empasta, anacrónica, la diferencia llevada al significante. El acto quiere decir: «Lo que fue, repetido, difiere, y se hace sujeto de la reiteración [*devenant sujet à redite*]¹⁹²».

El *patir* del tiempo en la subversión significativa, convoca el sujeto a una cita con el *bastir* del tiempo¹⁹³ en la repetición del impasse. «La preterición que contiene es cosa muy distinta de ese mandamiento del pasado con que se la vuelve fútil¹⁹⁴».

La preterición dice que el significante que se repite no se hereda de la experiencia primera y asegurando esa pérdida en la repetición... empuja a decir, aún.

(* «*Le pátir et le bâtir du temps*» es una expresión de Lacan que en español traduzco «*El patir y el bastir del tiempo*», donde el padecer resuena en el faltar y también en el bastar del tiempo)

¹⁹¹LACAN, J. “La logica del fantasma” [1966-67], en *Reseñas de enseñanza*, cit., págs. 42/3.

¹⁹²LACAN, J. op. cit., pág. 43.

¹⁹³Cfr. J. Lacan, «...acudimiento a la cita que sí ocurre, pero donde no adviene la palabra sino porque el acto ya estaba. Entiéndase: estaba allí por poco, así no hubiese llegado la palabra, estaba allí en el instante en que ésta por fin llegaba.» “El acto psicoanalítico” [1967-68], en *Reseñas cit.*, pág. 57.

¹⁹⁴J. Lacan, “La logica del fantasma”, cit., pág. 42.

Freud e Lacan: Caminhos na rede de significantes

Gláucia Nagem

Ler Lacan nos remete ao texto de Freud, e a cada retorno a Freud, temos uma surpresa. É pelos caminhos de Freud que podemos ver o terreno no qual Lacan se apoiou. Façamos, então, como Lacan insiste: ‘Retomemos o texto de Freud’ (1).

A questão do tempo foi tratada por Freud com muito apreço. Sua preocupação ia desde o tempo de duração das sessões ao tempo do tratamento e mesmo o tempo do inconsciente. Em *Análise terminável e interminável*, ele inicia uma discussão sobre o encurtamento ou não do tempo de tratamento. Localiza a tentativa de Otto Rank como ‘um produto de seu tempo’ a uma resposta à urgência que o pós-guerra trouxe a partir da miséria na Europa e *prosperity* na América. Em seu pós-escrito *A questão da análise leiga*, isso fica ainda mais claro. Ele diz: ‘Certo, *time is money*, mas não se compreende muito bem por que deve converter-se em dinheiro com tanta pressa [...] Os decursos psíquicos entre consciente e inconsciente têm, pois, suas condições temporais particulares, que afinam mal com a demanda americana’ (2).

Vemos aí que o tempo de uma análise não pode seguir uma lógica cronológica e menos ainda mercadológica, tanto que na continuação de *Análise terminável e interminável* ele faz uma revisão de seus conceitos, as suas primeiras ideias sobre o fim de uma análise, as ideias comuns sobre alguém analisado e as relações entre as instâncias psíquicas para dizer, só no fim, o que viria a ser o término de uma análise.

Nos deteremos aqui na articulação que Freud faz do tempo do trauma para pensarmos por qual caminho podemos

seguir o tempo da constituição de um sujeito. Para isso, vemos a importância do conceito de *nachträglich* que Freud já utiliza no ‘Projeto’ quando relata o caso de Emma. Nele, Freud demonstra como o trauma se manifesta no ‘só depois’.

No caso Emma, Freud propõe um esquema que pode ser chamado de rede ou grafo, conforme define Eidelstein: ‘Chamamos grafo ou rede à tríade de vértices, arestas e função, de modo que a cada aresta corresponde a dois vértices, assim como à função específica que possuem’ (3).

O que Freud desenha, no caso de Emma, pode assim ser chamado grafo ou rede. Ele escreve neste grafo apenas alguns significantes depois de relatar o caso desta moça.

Resumidamente, Freud relata que Emma acha-se dominada atualmente pela compulsão de não poder entrar nas lojas sozinha. Como motivo para isso ela citou uma lembrança da época em que tinha doze anos, quando ela entrou em uma loja para comprar algo, viu dois vendedores rindo juntos e saiu correndo, tomada de uma espécie de susto. Em relação a isso, terminou recordando que os dois estavam rindo de seu vestido e que havia sentido atração sexual por um deles. Ressalta ainda que tanto a relação desses fragmentos entre si quanto o efeito da experiência são incompreensíveis. Prosseguindo nas investigações, revelou-se uma segunda cena em que, aos oito anos de idade, foi duas vezes comprar doces numa confeitaria, sendo que logo na primeira o proprietário agarrou-lhe as partes genitais por cima do vestido. Apesar disso, voltou lá de novo a agora se recrimina por essa segunda vez, como se, com isso, tivesse desejado provocar o atentado. E, com efeito, sua torturante má consciência pode ser atribuída a essa experiência.

O vínculo associativo entre as duas cenas é o riso (dos vendedores e o do confeitiro). A lembrança evocou o que ela certamente não estaria apta a sentir na ocasião: uma liberação sexual que se transformou em angústia. Devido a essa angústia, teve medo de que os vendedores da loja pudessem repetir o atentado e saiu correndo. Freud conclui que decisão – de não permanecer sozinha na loja devido ao risco do atentado – é perfeitamente lógica, levando em conta todos os elementos do processo associativo, e que esse caso é típico do recalque que se produz na histeria. Sempre se comprova que se recalca uma recordação, o qual do *nächtraglich* chega a converter-se em trauma (4).

Em Lacan, podemos pensar nesses elementos como ‘significantes’, e que foi ‘entre’ eles que algo do sujeito em questão surgiu. A segunda cena traz o peso traumático da primeira, sob o efeito do *nächtraglich*. Emma sente a recriminação – o efeito do recalque da primeira cena – somente na recordação que a segunda cena lhe traz e do caráter sexual da primeira, fazendo uma ponte entre elas.

Quando Lacan articula o ‘inconsciente como uma linguagem’ indica que Freud, ‘dócil à histórica’, chegou a ler os sonhos, lapsos e até mesmo os chistes como se decifra uma mensagem cifrada.(5) Vemos que desde Emma o tempo está posto em relação à linguagem, conforme nos indica o próprio Freud em duas observações nas quais vemos a possibilidade de leitura do inconsciente pela via da estrutura de linguagem:

1. O Vínculo associativo: Ele escreve: ‘O vínculo associativo entre as duas cenas é o riso.’ Percebemos na leitura que o que Freud escuta não são os fatos em si, mas o ‘vínculo associativo’. O riso é lido como signo que liga o confeitiro e os rapazes, signo que tem em si a marca de algo sexual. ‘Vestido’ como significante que se repete nas cenas e que porta uma incongruência lógica.

2. Sobre a *Verdrangung* (O Recalque), em sua relação com o tempo ‘só depois’, Freud escreve: ‘Sempre se comprova que

se recalca uma recordação, o qual do a posteriori chega a converter-se em trauma.’

O Riso ser um signo nos evoca as tantas vezes que Lacan recorre à linguística para articular o que é um significante e o que é um signo. Enquanto signo, o riso significa algo para alguém, e esse alguém é Emma. Para que houvesse ‘vínculo associativo’, ele precisou deslizar para o caráter de significante, fazendo assim com que o sujeito pudesse advir em uma cadeia / rede associativa.

O tempo está nesse desenrolar da cadeia, pois como puro signo algo parava Emma em seu próprio movimento, haja vista sua queixa (inibição). Freud a faz voltar no tempo, recordar para dizer algo que, apesar de ser passado, está sendo vivido no agora, em sua ‘agorafobia’. É o que Lacan aponta na retroação da cadeia associativa, em seu movimento sincrônico: um significante não se significa por si, ele precisa de um outro. As marcações freudianas no valor do riso e da palavra ‘vestido’ fazem com que essa cadeia se rompa e passe a outra, marcando um ponto de basta na história relatada, indicando sua diacronia, passando a outro patamar.

Vemos, como indica Lacan, que o instante de ver é a sincronia, que no relato de Emma se localiza nessa mirada dos vendedores rindo para ela e o desencadeamento de sua ‘agorafobia’. A diacronia é o tempo para compreender, que no caso dessa paciente se dá pelas escansões que Freud efetua e que a faz voltar à cena de sua infância. O momento de concluir é a pressa que, pensando neste caso específico, poderia ser sua liberação para o movimento, sua saída do sintoma (6).

Em seu seminário 23, Lacan diz que: ‘A reminiscência é distinta da rememoração. As duas funções são distintas em Freud, porque ele tinha o senso das distinções [...] A idéia testemunhada por Freud no projeto é de figurar isso através de redes, e foi isso talvez o que me incitou a lhes dar uma nova forma, mais rigorosa, fazendo com isso alguma coisa que se

encadeia, em vez de simplesmente de trançar' (7).

Se inicialmente as redes freudianas poderiam ser relidas pelo grafo, vemos aí um passo a mais por onde poderíamos ler as redes pela via do nó. A inibição de Emma pode ser localizada pela articulação do Simbólico com o Imaginário, e é pela via do sentido (*sens*) que algo dessa inibição se dissolve e o inconsciente se mostra como um saber, S2. Mas esse S2 traz o sentido no a posteriori ao retroagir sobre S1, fazendo algo do sujeito comparecer entre esses dois significantes. Como lemos ainda neste seminário: 'A rememoração consiste em fazer essas cadeias entrarem em alguma coisa que já está lá e que se nomeia como saber [...] O que Freud sustenta como o inconsciente supõe sempre um saber, e um saber falado [...] Daí minha escrita do saber como tendo suporte no S com índice pequeno dois, S2. A definição que dou do significante ao qual confiro o suporte S índice um é representar um sujeito como tal e representá-lo verdadeiramente'. Através de Emma, um caso que está tão no início

da Psicanálise, acompanhamos os passos dados por Lacan no rastro freudiano, a leitura do inconsciente estruturado como uma linguagem, as articulações significantes do Grafo do desejo e ainda do Nó Borromeu. Por essas vias, cabe a nós, analistas pensarmos por onde colocamos nossos pés.

Bibliografia

1. Jacques LACAN, O seminário 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 136.
2. Sigmund, FREUD, 'Fragmento inédito do pós-escrito 'A questão da psicanálise leiga (1927)', in A análise é leiga (revista), Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2003, p. 15.
3. Alfredo EIDELSTEIN, Modelos, Esquemas y grafos en la enseñanza de Lacan, Manantial Estudios de Psicoanálisis, p. 131.
4. Sigmund, FREUD, 'Projeto', in Obras Completas, Biblioteca Nueva, 4ª edição, 1981, p. 252.
5. Jacques LACAN, Televisão, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 22.
6. Jacques LACAN, O seminário 12 (inédito), Lição de 13 de janeiro de 1965.
7. Jacques LACAN, O seminário 23, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 127.
8. Op. Cit. p. 127-128.

Do significante que faz tempo

Paulo Marcos Rona

A breve análise que aqui proponho se apoia, de um lado, no caso Emma, apresentado no Projeto para uma psicologia científica (Freud, 1895) e, de outro, nas elaborações de Alain Badiou, tanto em *L'être et l'événement*, quanto em *Logique des mondes*, em uma tentativa de mostrar uma interação possível com a teoria do significante de Lacan. Trata-se de exercitar uma leitura do Projeto a partir da chave da multiplicidade, ou da teoria dos conjuntos, tal como Badiou a formula, e daí, de mostrar a aparição do significante e do tempo.

Emma, nos conta Freud, é uma jovem que se acha dominada por um medo de entrar sozinha em lojas. Inquirida pelas possíveis razões disso, a moça apresenta uma lembrança da época em que tinha cerca de doze anos e na qual havia entrado em uma loja para comprar algo. Ali havia visto dois vendedores, dos quais ao menos de um ainda se lembra, porque a havia agradado, rindo juntos. Tomada por um afeto de susto, a garota saíra correndo, e considera que a razão do riso – essa é sua associação – eram as suas roupas. Se o motivo real fossem suas roupas, isso já teria sido remediado, vez que, como adulta, já se vestia de modo diferente; além disso, entrar em um loja sozinha ou acompanhada nada teria a ver com as roupas. E que dizer ainda da lembrança de que um dos vendedores a teria agradado? Não faria diferença se estivesse acompanhada. Incitada por Freud, Emma apresenta uma outra cena: aos oito anos, ela havia entrado em uma confeitaria para comprar doces, e o proprietário lhe havia agarrado as partes genitais por cima das roupas, expressando um riso. Apesar dessa experiência, ela ainda voltara à confeitaria

- recrimina-se por isso –, e depois não fora mais lá.

A tese sustentada por Freud é a de que a primeira ocasião, a do ataque, só chegou a ser traumática pelo efeito da segunda, aquela do riso dos vendedores. Supostamente, a liberação do afeto sexual, presente na puberdade, fez resignificar (ou significar) a primeira cena. Ficaram retidas em sua memória, o interesse pelo vendedor na segunda loja, como representante do despertar sexual, as roupas, como representante do interesse sexual do confeitiro, e o riso, comum à expressão dos dois homens nas duas cenas. Essa análise de Freud, aparentemente, provocou os efeitos desejados, fazendo desaparecer o sintoma.

Nosso interesse, obviamente, repousa na temporalidade dessas duas situações e no fato de que o sintoma de Emma, a manteve presa no tempo.

Todo múltiplo é composto de múltiplos, diz Badiou, em uma disseminação múltipla que persiste, seja até o vazio que os constitui, a todos, no caso o mais natural, seja até o elemento mais opaco, em que o vazio se esconde insidiosamente. A função de um conjunto é a tentativa de estabelecer uma consistência disso que se reúne sob um traço. Essa tentativa do conjunto é redobrada pela constituição de um segundo conjunto. Se o primeiro, Badiou chama de uma situação, ao segundo denomina estado da situação, e sua função é a de estabelecer as partes componentes da situação, na crença de que se as partes são consistentes, seu conjunto também o seria. Uma situação apresenta seus elementos e o estado da situação os re-apresenta. Ele é o conjunto das partes. Um teorema na teoria dos conjuntos, fruto do conhecido paradoxo de Russel ou do auto-pertencimento, entretanto,

reza que o conjunto de todas as partes – e, particularmente daquelas de um conjunto infinito – excede absolutamente o tamanho do conjunto original; tem um tamanho desmedido. Se, fruto desse teorema, não se pode garantir que tudo o que se inclui em um conjunto a ele pertença, tenta-se o inverso: o de tentar garantir, ao menos, que o que pertence seja incluído, e isso, transitivamente, de multiplicidade a multiplicidade, conforme a constituição múltipla disseminada das situações. Pode ocorrer, no entanto, que a uma situação pertença um conjunto cujos elementos não se apresentem e que, fugindo assim à condição de transitividade, tampouco se representem no estado da situação.

Emma apresenta duas situações, que são múltiplos, ou seja, conjuntos, com seus componentes também múltiplos. Em ambas, alguns múltiplos em comum: roupas, riso, loja, vendedores, sexo. Na primeira, no entanto, um dos elementos da situação apresenta-se de maneira perfeitamente opaca, não deixando transparecer, quanto à sua composição, nenhum elemento particular. Diríamos, corriqueiramente, sem sentido: nada nele é inteligível. Essa característica, segundo o filósofo, daria a essa situação a propriedade de ser uma singularidade e, ao elemento considerado, a de ser algo que ele denomina de um sítio eventual (*site évènementielle*). A característica básica de um elemento com essa propriedade é que ele tem o potencial de ser um evento (*évènement*). No caso de Emma, não foi. Para que pudesse ter sido um, teria sido necessária uma decisão – um ato, diríamos – que caracterizasse o evento como evento, fazendo-o pertencer à situação. Mais: teria sido necessário que suas consequências tivessem sido fielmente acompanhadas em sua disseminação pelo estado da situação. Porém, a situação de um evento corresponde, segundo Badiou, por sua estrutura paradoxal, a um indecível, fruto mesmo do indiscernível dos componentes de um sítio. A partir de *Logique des mondes*, diríamos possivelmente que a intensidade de aparição do inexistente próprio à

situação não teria sido suficiente forte, relativamente, para que um evento encontrasse lugar, ou então, o que seria mais provável, que as condições daquilo que em que consistiria um corpo, capaz de tratar o evento, não estavam presentes.

Segunda situação: e, num certo nível da disseminação múltipla, os mesmos elementos se apresentam, mas agora, o conjunto cujo traço característico é a sexualidade não é mais opaco – a menina já tem doze anos, afinal. Porém, não se pode dizer que esse conjunto apresente tampouco todos os seus elementos. Deriva-se da tese freudiana do traumatismo da sexualidade que algo sempre permanece opaco nessa conformação múltipla, o que quer dizer que sempre há alguma singularidade que pode se apresentar aí; e o potencial para um evento. Há que se considerar, portanto, que essa segunda situação também configuraria um sítio eventual, mas que, aí, a decisão de que um evento teria tido lugar foi tomada. O ponto chave é que, fruto de sua estrutura paradoxal, como um conjunto que pertence a si mesmo, um evento só pode ascender a essa mesma condição por efeito de uma intervenção cuja possibilidade lógica são as consequências de um outro evento. Dito de outra maneira, o evento é o que faz tempo.

É o que se afiguraria com Emma, a menos da redução da distância cronológica, que faz com que o evento anterior, que habilita a decisão do posterior, passa à condição de evento no mesmo tempo lógico que esse. De uma certa maneira, são o mesmo evento. Do ponto de vista dos elementos múltiplos componentes, realmente o são: é fruto do axioma da extensionalidade da teoria dos conjuntos.

Mas também, tomando as formulações de *Logique des mondes*, poderíamos supor que, mesmo a intensidade de aparição do inexistente que caracteriza o sítio tendo sido máxima, e, novamente, que não havendo condições de tratar o evento ou, o que é mais provável e de acordo com a tese de Freud, que a posição subjetiva em questão, e aí, de acordo com Badiou,

seria a de um sujeito reativo, capaz de negar as consequências do traço do evento e, portanto, incapaz de produzir um novo presente. Em ambas perspectivas, o tempo ficou congelado.

Na segunda situação, a se supor a ocorrência de um evento, teria havido aquilo que propriamente o caracteriza, isto é, a escolha de um nome, colhido na borda do vazio (quase) apresentado, um nome comum, contingente, cuja função, para o evento, seria a de representá-lo, sem ter legitimamente tais poderes. Porque, do indiscernível, o que estaria sendo discernido? Que isso seja possível é um dos axiomas da teoria dos conjuntos, o axioma da escolha, e a tese é a de que esse nome comum, que não representa nada em particular, entra na composição múltipla da situação e de seu estado, disseminando-se, relacionando-se com outros elementos. Um significante, portanto, como Lacan o define. Porém, nessas condições, um significante que não faz tempo.

A terceira situação é a análise com Freud. É necessário supor que aí tenha havido também um evento; que o inexistente, que seu vazio intrínseco, tenha tido a ocasião de se insinuar; e que o tenha feito com intensidade máxima. É necessário supor a presença de um corpo (*corps*) capaz de tratar a singularidade, porque, como diz Lacan “é incorporada que a estrutura faz efeito” – aí, talvez, a presença necessária e a função do analista. Uma análise, nesses termos, deveria ter o potencial de constituir evento, ou eventos, habilitados por eventos anteriores, e talvez, esses, só chegando a essa condição pela operação analítica. Constituir eventos e, portanto, significantes que, por poderem tratar em um corpo os eventos segundo suas consequências, esses sim, fariam tempo.

Referências

BADIOU, Alain. *L'Être et l'événement*. Paris: Éditions du Seuil, 1988.

_____. *Logique des mondes: l'Être et l'événement 2*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996

_____. (1895) Projeto para uma psicologia científica.

Se hâter de l'acte ou dresser constat?

Matilde Hurlin-Uribe

J'ai appris avec Lacan qu'il n'y a pas de progrès à attendre de vérité et de bien-être, lorsqu'il dit que "le virage de l'impuissance imaginaire à l'impossible qui s'avère d'être le réel à ne se fonder qu'en logique: soit là où j'avertis que l'inconscient siège, mais pas pour dire que la logique de ce virage n'ait pas à se hâter de l'acte" ("Radiophonie", "Autres Écrits" p.439)

L'indication qui suit sur "l'impossibilité dont le sexe s'inscrit dans l'inconscient, à maintenir comme désirable la loi dont se connote l'impuissance à jouir" et selon laquelle "le psychanalyste n'a pas ici à prendre parti, mais à dresser constat" me guide dans l'écoute de mes patients.

M'appuyant sur cette position du discours de l'analyste, je compte apporter un témoignage de ma pratique. Afin de vous faire part de mes questionnements cliniques, je vais d'abord poser quelques repères théoriques.

J'ai appelé cette première partie :

I. Le temps logique et la hâte

Après avoir parlé dans ses Écrits, du temps logique et l'assertion de certitude anticipé (1945), Lacan affirme dans le livre XX que la "fonction de la hâte, c'est déjà ce petit "a" qui la thétise" (1973, pp 46-47). A partir de son dire que " nous ne sommes qu'un « a », il reprend sa mise en valeur du fait que quelque chose comme une intersubjectivité peut aboutir à une issue salutaire, c'est à dire, d'arriver à "conclure".

La logique de Lacan est une logique de l'action et de la délibération prenant appui sur trois temps. D'après E. Porge ("L'apport freudien" Bordas p. 567) cette logique donne à la répétition de

deux scansion une valeur qui n'est pas celle de situer l'analysant dans le temps, mais d'engendrer le sujet de l'assertion par les temps de ces scansion, isolant du même coup la fonction spécifique de la hâte. Dans "La logique du fantasme" (Compte rendu du Séminaire 1966-1967 dans "Autres Écrits" p. 326), Lacan nous rappelle que, je cite : "répétition et hâte ayant déjà été par nous articulées au fondement d'un " temps logique", la sublimation les complète pour qu'un nouveau graphe, de leur rapport orienté, satisfasse en redoublant le précédent, à compléter le groupe de Klein- pour autant que ses quatre sommets s'égalisent de rassembler autant de concours opérationnels". Ce deuxième graphe nous le trouvons dans le cours de Colette Soler "La Politique de l'acte" (cours du 15 mars 2000) p. 97. Cela lui permet de présenter les trois opérations de l'impasse du sujet : aliénation, vérité, transfert.

Lacan explique ces opérations dans "L'acte psychanalytique" (livre XV, leçon du 17 janvier 1968). C. Soler ajoute que dans la "Logique du fantasme" (livre XIV, leçon du 22 février 1967) Lacan convoque trois autres opérations: la répétition, la hâte et la sublimation et cela constitue un autre graphe que celui de l'impasse. Dans ce cadre la répétition est acte et la hâte est connectée à l'acting out. C'est dans la hâte qu'on accède à la vérité, le sujet étant agi par la vérité de ses pensées inconscientes. Dans son aliénation, le sujet ne veut rien savoir de ce qui l'agite.

Dans la construction lacanienne, les deux graphes se complètent tout en restant distincts et cette distinction signifie que l'analyste, le Sujet supposé savoir « reste à distance du réel », de même que le sujet peut y accéder, au réel en tant que logique, seulement par le fantasme. Précis-

sons que, selon Lacan, le fantasme tient la place de ce réel. Les deux modes de traversée sauvage du fantasme peuvent se lire, dans le cas du passage à l'acte : « le sujet commande l'objet » et dans celui de l'acting out : « l'objet commande le sujet ». L'acting out est analysable, puisqu'il peut donner accès aux pensées inconscients qui ont régi l'acte.

Au moment de conclure, le temps d'avance possible de l'autre se constitue comme objet d'une concurrence temporelle; l'analysant se précipite à conclure pour « rattraper » son retard éventuel, ravir cet objet temporel de concurrence, cet objet h(a)té, comme dit Lacan.

À ce moment cet objet h(a)té se substitue à l'objet "a" regard dont dépend le sujet (Voir Encore P. 47). Chacun n'intervenant dans ce ternaire qu'au titre de cet objet "a" qu'il est, sous le regard des autres et qui chute dans la faille entre ce qui est supposable vu par l'autre et ce que le sujet affirme en se déprenant de cette supposition.

E. Porge nous éclaire en disant qu'aussi dans l'identification par l'image dans le miroir, où l'analysant désigne comme moi, et au fond de la réponse fantasmatique, où il y a un rapport du sujet au temps qui s'énonce au futur antérieur (« il aura voulu »), du lieu de l'Autre, la fonction de la hâte est décisive, donc concluante.

II. Le temps qu'il faut

Le discours de Patrice, qui vient me voir depuis trois ans, tourne autour de son incapacité de satisfaire sexuellement une femme qu'il arrive très bien à séduire sans grand effort, juste en se montrant dans toute sa beauté physique et étant un peu intéressé par l'objet de sa conquête. Marié et père d'un fils pré-adolescent, il tente depuis plusieurs années une séparation « impossible » de sa femme qui « l'aime » et c'est justement pour cela qu'il se sent obligé de la quitter. Il ne comprend pas pourquoi il est obsédé par cette idée. Surtout qu'avec elle, dans »

l'hainamoration » qui l'a liée à elle, par ailleurs, il n'a pas de pannes sexuelles. Ceci jusqu'au moment de la cure lorsque cette pensée se présente à lui tel un commandement, sinon « mon père ne serait pas content ».

Patrice interroge l'énigme de son symptôme qui se manifeste avec des femmes dont il se dit être amoureux, mais qui sont en position de le rejeter, le lâcher. Face à celles-ci, il n'arrive pas à être un homme, il perd ses moyens, transpirant et tremblant. Il redevient le petit garçon d'une très nombreuse fratrie désigné à dormir (surveiller, servir de pare excitant ?) entre ses deux parents jusqu'à l'âge de 8 (huit) ans et finalement abandonné par sa mère partie avec un autre homme. La fonction de « bouchon » lui attribuée tacitement est vouée aussi tacitement au ratage par les deux adultes qui s'adonnent à des ébats sexuels malgré la promiscuité avec leur jeune fils. Lui, l'enfant, il sert les fèces sentant derrière le sexe en érection de son père.

En cure, Patrice se dit dégoûté par ses rêves homosexuels à répétition et constate avec horreur : « mon père a gagné, il m'interdit toutes les femmes. Il ne m'interdit pas les hommes – c'est moi !.. »

A un autre moment de sa cure, Patrice se rend compte que son symptôme qu'il appelle « blocage » était lié au désir inconscient « d'être pris pour toujours » par sa mère. Il faut préciser qu'il la perd définitivement dans un accident peu de temps après sa fuite de la maison. Sa réaction dans la hâte a été de se rendre au cimetière pour lui parler et lui faire ses adieux. Il a pleuré sur sa tombe et lui a raconté son malheur en amour, dans le but d'accomplir un détachement, et en finir avec.

La nuit suivante il fit le rêve qui suit: "on est dans une voiture, Berthe (femme déjà prise vers laquelle il se sent attiré)...elle n'est pas seule avec moi, il y a un homme avec elle, plus un autre qui conduit la voiture. Après, Berthe disparaît, Patrice se met à crier son prénom pour la retrouver....Sans succès."

Dans la séance ultérieure il se plaint d'être dans la merde, il sanglote ...il se déteste, il décrit sa diarrhée, sa perte d'énergie ...il est désespéré : « j'ai deux maisons et je n'ai pas où vivre ». Il dit qu'il croyait que sa visite sur la tombe de sa mère et ses prières allaient le faire surmonter sa souffrance. Pas du tout! " Berthe reste pour moi aussi insaisissable que ma mère. "

Malgré sa hâte de guérir, malgré son geste relatif au deuil de sa mère ...il reste "tiers lésé", dirait Freud. C'est seulement dans une autre séance qu'il va pouvoir faire le lien avec le fait que la scène du rêve se passe dans un véhicule, signifiant du père, très présent dans ses rêves, en tant que mouvance et instabilité.

Sur la scène de son fantasme, derrière l'assujettissement au désir de sa mère, Patrice s'efforce à s'identifier à l'objet de ce désir de la femme qui a été sa mère. Rivalisant avec l'homme pour lequel sa mère l'avait quitté, il cherche autant qu'il repousse l'amour du père – ainsi son choix amoureux répond à la condition que la femme fasse déjà couple avec un autre, un homme. Cette condition est la seule qui lui permet de retrouver l'état dans lequel son corps entier d'enfant s'érigait entre sa mère et son père en lui évitant de choisir le partenaire incestueux.

III. De la logique du fantasme à la pulsion

Pour Lacan, la place du fantasme est marquée du "je ne pense pas". Soulignant sa nature essentiellement langagière, il introduit "S barré poinçon de petit "a". Ce mathème désigne le rapport particulier d'un sujet de l'inconscient, barré et irréductiblement divisé par son entrée dans l'univers des signifiants, avec l'objet "a" qui constitue la cause inconsciente de son désir.

Ayant du mal avec son désir, Patrice préfère faire ce qu'on lui demande. Il désire qu'on lui demande quelque chose. De par son objet anal, l'expérience du fantasme fondamental de Patrice devient la pulsion. L'objet regard y est connecté permettant de rester en relation avec l'Autre à une certaine distance. On peut voir à cette place l'obsessionnel qui s'efforce de faire en sorte que cet Autre devienne un même, un petit autre. Rame-nant les choses au même, Patrice le retrouve dans ses rêves et fantasmes homosexuels, confronté à quelque chose de l'ordre de l'impossible. Mettant en place un autre semblable, il ne fait que se mettre en scène soi-même, d'être dans ce scénario et de fantasmer avec cet autre qui n'est que lui-même tout ce qui lui permet d'avoir son assise.

Son fantasme le met à l'abri de ce qui pourra être le désir de l'Autre, tout en pouvant avoir une jouissance. A la demande de l'Autre, à la demande faite à l'Autre, il met en place la pulsion. Ce qui fait que l'objet cause du désir n'aura pas à se joindre avec le sujet barré. C'est seulement par le biais de la pulsion anale associée au regard, par « se faire chier » et « se faire voir » que Patrice peut jouir.

L'obsessionnel ne pense pas la différence sexuelle, mais se pose la question de son sexe. On entend cela chez mon analysant qui ne sait pas se ranger « ni de côté homme, ni femme », la réponse à la question peut-être formulée de la façon suivante : « c'est un enfant ». Le commandement, l'interdit lui servent de défense, c'est une façon d'avoir l'autorisation de l'Autre et la pulsion est là pour le mettre à l'abri du désir de l'Autre. L'objet a du fantasme, cet objet de déchet, ce reste de jouissance, il a du mal à l'accepter en tant qu'objet perdu et il fait tout pour récupérer cet objet perdu. C'est un objet qui cause un désir impossible puisqu'il est du côté du Réel.

A lógica temporal de Charles Peirce: a (des)continuidade na clínica psicanalítica

Elisabeth Saporiti

“Time has usually been considered by logicians to be what is called extra logical matter. I have never shared this opinion.” (Peirce: C.P. 4 523) 1.

“The reader will note that our entire account of TIME is a semiotic construct.” (Peirce C.P. 4 523)

“(…) l’analyst comme tenant-lieu de La continuité.” (Danielle Roulot)

Uma análise se dá durante um certo período de tempo, como um corte no continuum de uma vida. Cada sessão, por sua vez, pode ser considerada como uma escansão do tempo maior do tratamento analítico visto como um todo.

Pensar questões relativas ao tempo e à psicanálise conjuntamente, somente pode ter sentido se essas questões estiverem de alguma forma a serviço da tentativa de se encontrar respostas sempre mais apropriadas a esta pergunta ainda mais fundamental: “Qual o tempo para que uma análise possa se mostrar efetiva, para que uma cura analítica possa se realizar?” Essas considerações, por sua vez, teriam seu desdobramento natural em outras, não menos significativas e importantes, como por exemplo: “Mas, afinal, de onde parte um tratamento analítico? Quais as fases pelas quais ele passa? O que seria uma cura analítica bem sucedida?”... Como se pode observar, já a primeira vista, tratar dessas questões todas extrapolaria o tempo (ah! O tempo...) que nos cabe aqui e nos afastaria do tema enunciado no título. Assim, partirei de algumas afirmações de Freud, de Lacan e de outros psicanalistas tomando-as como pressupostos, como a priori, tentando desta forma “cortar caminho” e gerenciar o tempo disponível.

A lógica de Peirce por incluir tempo, transformação e movimento pode ilumi-

nar e fundamentar questões da psicanálise. Esta é a aposta deste trabalho. Conhecemos a afirmação de Freud segundo a qual o inconsciente não conhece o tempo. É “zeitlos”.(1) Conhecemos também sua famosa frase: WO ES WAR, SOLL ICH WERDEN (2), geralmente traduzida como “Lá onde o Isso era, deve o eu advir”. Diante dessas duas afirmações aparentemente antagônicas e inconciliáveis “como dar conta de estabelecer um nexos entre uma proposição que nos fala de algo a-temporal, o inconsciente e, de outro lado, uma outra proposição que, imperativamente, faz alusão de forma necessária à idéia de tempo?” Diante deste aparente impasse vejamos como pode se dar esta articulação com a lógica peirceana.

Charles Peirce é um autor ainda hoje muito pouco conhecido comparativamente com outros lógicos. Sua vasta produção teórica, projetada para ser editada em mais de 30 volumes, tem apenas seis deles publicados por enquanto. O restante deve ser consultado em manuscritos de difícil acesso. Entretanto, o fato realmente surpreendente e que nos interessa de perto, é que Lacan, já nos anos 60 (3) entrou em contato com as ideias de Peirce, bebeu nesta fonte e deixou marcas suficientes em sua obra para que possamos ter a evidência da importância que ele soube reconhecer da lógica de Peirce para psicanálise.

É importante destacar, com bastante ênfase, que quando se fala da lógica peirceana estamos sempre nos referindo a

uma concepção de lógica que ultrapassa, vai muito além, do enquadre da lógica formal ou da lógica clássica (4): com Peirce assumimos que a lógica é um outro nome da semiótica geral. Uma vez que todo pensamento somente se dá através de signos, sua lógica/semiótica é definida como “a quase necessária ou formal doutrina dos signos” (C.P. 2.227) (5), ou “a pura teoria dos signos em geral” (MS L 107), ou seja, é a tentativa de considerar toda experiência como um sistema estruturado de signos em interação uns com os outros. Essa teoria, por sua vez, se baseia nas categorias universais peirceanas: Primeiridade, Secundidade e Terceiridade que veem a ser uma combinação, com muitas nuances possíveis, do geral com o particular. Sem me deter na descrição dessas categorias, gostaria de enfatizar com Peirce que “O começo (de qualquer processo) é Primeiro, o término é Segundo e a mediação é Terceiro” (C.P.1.337) A Primeiridade e a Terceiridade são as categorias que nos falam de CONTINUIDADE. A Secundidade representa o CORTE, a (DES)continuidade. Assim, além do atual, essa lógica inclui o possível e o potencial.

Lacan vai propor que a noção de “destituição subjetiva” pode ser considerada como a sua interpretação da frase de Freud WO ES WAR, SOLL ICH WERDEN. (6) Tomar esta afirmação como um pressuposto será aqui também um artifício para se abreviar caminhos naturalmente mais longos. A partir daí podemos dizer que o processo analítico que se dá no tempo vem a ser justamente este movimento para se chegar à “destituição subjetiva”, logicamente se pressupondo que no início haveria, então, um sujeito instituído (7). Se essa passagem se deu de fato ou não, isso é algo a ser verificado no Passe e deve ser desvinculado de um final de análise que implica sempre outras considerações. Estabeleçamos, portanto aqui uma equivalência entre a “destituição subjetiva” e a “destituição verificada no Passe”. Sem entrarmos na

interessante questão de se fundamentar a diferença entre “destituição” e “des-ser” que esta, sim nos fala de uma finitude da análise, marquemos que a “destituição subjetiva” enquanto algo que tem a ver com o processo analítico é sempre uma destituição programada, diferentemente de outras destituições que acontecem fora da análise. Essa destituição programada só é possível se estiver presente a transferência, o analista colocado no lugar do suposto saber. Daí ser evidente a afirmação de Lacan que uma análise está vinculada à transferência e ao seu manejo no tempo.(8) É uma arte do analista saber colocar em prática essa programação da destituição subjetiva para que o analisante possa ir abandonando sua fixação ou ficção de gozo que o prende ao tempo do OUTRO, assim, assumir-se como sujeito desejante. Em termos da lógica acima referida, essa mudança é factível porque existe como coluna dorsal comum tanto ao processo lógico como ao analítico: a idéia muito proeminente de que deve haver uma CONTINUIDADE. O sujeito desejante, contrariamente aquele paralisado pelo gozo, é um sujeito que pode deslizar pela cadeia metonímica. A lógica peirceana ilumina o “como” se dá essa continuidade. O que a torna possível são as noções de vagueza e de generalidade que a caracterizam. A vagueza, própria da Primeiridade, se explicita pelo fato de que há um tempo em que o princípio da contradição pode ser aqui derogado: um momento caótico em que ser algo e não ser esse algo podem coexistir- o que nas lógicas clássicas e formais é inconcebível. Somente por esse meio é que as identificações podem ser trabalhadas numa análise, bem como as insígnias recebidas do Outro. A continuidade também encontra nesta lógica um outro ponto de apoio. Refiro-me agora à generalidade que Peirce diz ser a característica da categoria da Terceiridade. Haveria aqui um princípio geral, uma força viva, capaz de gerar atualizações através do tempo. É somente desta forma que no transcorrer de uma análise vão se presentificando porções esgarçadas de uma formação

fantasmática a que se chegará “por dedução” no final: aquilo que poderíamos chamar sua matriz, outro nome para o fantasma fundamental. É da lógica peirceana essa terminologia de que na Terceiridade existiria esse princípio formal, organizacional, funcionando como uma lei. Aqui Peirce faz uma distinção chamando de TIPO (*type*) o princípio formal que vai gerar várias Réplicas (*tokens*). No processo analítico, através das interpretações vamos tendo acesso a essas presentificações ou réplicas e pelas “construções” poderemos, num segundo momento, chegar aos princípios gerais. As interpretações funcionam sempre como cortes, descontinuidades de um continuum. Assim, é muito interessante a observação de Colette Soler de que a angústia nos fala sempre de destituição. (9) E, nesta destituição programada que é constitutiva de uma análise, o analista deve saber usar o corte – corte que é sempre Secundidade, enquanto categoria, é interpretação e também supõe se levar em conta a angústia para que o sujeito instituído do início possa ir se desfazendo de suas insígnias e identificações, dando lugar ao vazio essencial, vazio não do apenas oco, mas o vazio em volta do qual o oleiro faz nascer um vaso.. Ainda outro ponto, este bem elaborado pelo psicanalista Michel Balat (10) é o fato de que ao dar autonomia ao Significante, invertendo a ordem do algoritmo de Saussure (de s/S, em Lacan S/s) a teoria lacaniana se imbricou com a linguística, mas ao dizer que não era da linguística que se tratava, e sim de uma linguisteria, Lacan, conforme suas próprias palavras passa para uma outra lógica, não mais binária, mas agora ternária e é quando ele cita mesmo a lógica/semiótica de Peirce (11). Balat vai chamar a atenção para o fato de que o “significante” lacaniano, não é uma palavra qualquer (como poderia ser se estivéssemos na linguística). Numa linguisteria, pensando-se na lógica triádica de Peirce, aqui sempre um significante será necessariamente um legissigno, ou seja um signo que traz em

si uma lei, é a presentificação dela. Essa lei tem a ver com algo da história particular desse sujeito, que o levou, por uma “insondável decisão do ser”, a ligar este significante a algo, estabelecendo-se aí uma cristalização, uma lei determinante de como esse significante/legissigno irá funcionar. É claro que aqui está implicada a ideia de trauma e a forma como esse sujeito lidou com ele. “A experiência analítica nos obriga, sem mais, a supor que algumas vivências puramente contingentes da infância são capazes de deixar como seqüela fixações da libido”, nos diz Freud (..)” (12) Ou seja, o contingente se tornou, aí, necessário. Duramente o tratamento, no chamado “tempo para compreender”, o tempo se espacializa dando lugar aos significantes mestres (S1) cujo conjunto marca a história desse sujeito como única. Fica, então, a pergunta que nos interessa: “Mas quando, então, essa série infinita mostra seu ponto de basta?” Freud nos fala de uma análise finita e infinita. Peirce nos fala de um “interpretante final”.(C.P. 8.315) Esse fim nos assinala o término de um processo de deslisamento e se caracteriza, então por se presentificar através de uma mudança de hábito. Tenho me perguntado se isto não seria o mesmo que acontece numa análise quando o sujeito, depois de esgotar todas as suas cadeias de significantes/legisignos, depois da construção do fantasma, ao atravessá-lo, ao se posicionar frente aquilo a que chegou, não estaria num mesmo registro ao mudar sua posição frente ao gozo? O significante novo do qual nos fala Lacan, (13) não teria a ver com essa mudança de hábito de Peirce, quando se tem um novo princípio de organização dos ditos, mais de acordo com um “bem-dizer” quando se trata da análise?

Gostaria de terminar com uma observação de Colette Soler sobre a destituição subjetiva e a angústia. Se compreendi bem sua proposta, no final, não é mais a angústia que predomina. A angústia serviu durante o processo para propiciar os deslocamentos necessários. Mas depois,

existiria então um sujeito “pret-à-supporter”, um sujeito com prontidão para dar continuidade à sua vida enfrentando o que der e vier, até a morte, nos diz ela(14). Então, assim como acontece na lógica temporal de Peirce, também no processo analítico o que deve predominar é a CONTINUIDADE (enquanto terceiridade). As (DES)continuidades, (secundidades) representadas pelos cortes necessários nas sessões e depois pelo próprio ATO, estariam a serviço desta CONTINUIDADE.

Notas:

1. FREUD, S. “Obras Completas de Sigmund Freud”. Tradução de Luis Ballesteros y de Torres. 3 vol. Madri Biblioteca Nuova. 1981. O Inconsciente (1915).
2. idem, (1931) Conferência 31
3. Lacan fala pela primeira vez de Peirce no Seminário 7, da Ética da Psicanálise, na lição de 13 de janeiro de 1960.

4. HAACK, Susan, “Filosofia das Lógicas”, São Paulo. Unesp. 2002.
5. A norma usual nas citações de Peirce é a indicação dos Collected Paper, por C.P. seguida do número do volume, ponto, parágrafo.
6. SOLER, Colette. Clínica de a destitución subjetiva in “Qué se espera Del psicoanálisis y Del psicoanalista?” Buenos Aires. Letra Viva. 2007 pp.51-82.
7. Idem
8. LACAN, Jacques: Posição do Inconsciente, in “Escritos”, Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.
9. SOLER, Colette, idem
10. BALAT, Michel. “Des fondements sémiotiques de La psychanalyse: Peirce après Freud et Lacan” Paris. L’Harmattan. 2000.11. Lacan, J Seminário 23. O Sintoma. Lição de 16 de março de 1976.
12. FREUD, S apud Silvia Bleichmar in Repetición y temporalidad. “Temporalidad, Determinación y Azar”, Buenos Aires. Paidós 1994, nota11, p.58.
13. LACAN, J. lição de 17 de maio de 1977.
14. SOLER, Colette, idem

El tiempo, la discontinuidad y el corte

Gabriela Haldemann

La particularidad del tiempo en la angustia

Me interesa especialmente la temática del tiempo en la angustia ya que éste presenta una particularidad que es digna de detenernos en su diferencia. La angustia se

presenta como un compás de espera, cercana a la perplejidad y puede involucrar coordenadas subjetivas o no, como sea, nos presenta grandes dificultades a la hora de su dialectización. Se trata de un tiempo de detención, de corte, que generalmente se muestra como discontinuidad, un momento de pérdida de coordenadas subjetivas. Esta abrupta pérdida de referentes, ya sean: subjetivos, imaginarios, o bien en el caso en que observamos una reducción del sujeto a su cuerpo, le permite a Colette Soler definir la angustia como un caso salvaje de destitución subjetiva. Destitución que se produce por encuentro, y que no tiene nada de didáctico, porque a pesar del efecto de retorno el sujeto no puede obtener un efecto didáctico de esta repetición.

Querría trabajar especialmente la angustia en tanto afecto que irrumpe, momento crítico y puntual y no aquello que conceptualiza Freud como “angustia señal” que es el punto de anclaje, de amarre; la primera emergencia que permite al sujeto orientarse.

Quiero desarrollar y destacar el sesgo clínico con el cual Lacan distinguió este afecto de entre los otros. Es un afecto excepcional porque está amarrado, y es exactamente el punto de amarre el que le permite a Lacan afirmar que es “un afecto que no engaña”.

Detengámonos por un momento en esta expresión; para ser precisos la angustia “no engaña” al analista, porque en lo que respecta a quien la padece se trata de un caso de certidumbre que incluye una paradoja, ya que siempre se liga a un matiz de perplejidad, de desconocimiento. La experiencia de la angustia dista mucho de la idealización clínica que confunde “certeza de lo real” con la posibilidad de un efecto didáctico de la angustia.

Una de las definiciones de lo real que nos da Lacan en *El Seminario 11* es que se trata de lo imposible. Solidariamente con esta idea, en “La apertura de la Sección Clínica” define a la clínica psicoanalítica como “lo imposible de soportar”.

La angustia tiene una cercanía ostensible con lo real por eso muestra una particularidad respecto de su aparición; su temporalidad está ligada al momento, nadie puede habitar allí, algo en la experiencia misma eyecta al sujeto, Lacan juega en *El Seminario 10* con el término *ejecter*, arrojar el *je*.

La angustia me evoca la imposibilidad de habitar en un medio sin oxígeno. Experiencia que hemos realizado todos al sumergir la cabeza en el agua intentando permanecer abajo para luego de unos segundos salir boqueando a la superficie.

Lacan define a la angustia como un “momento de inmovilidad”. Siempre resulta útil detenernos cuando nos tropezamos con un oxímoron, figura retórica que intenta conjugar dos conceptos opuestos en una sola expresión. En la violencia de esa conjugación asistimos al esfuerzo que realiza el lenguaje por apresar lo real. Del lado del oyente esa imposibilidad lo obliga, a su vez, por su carácter de absurdo, a buscar un sentido metafórico.

“Momento”, del latín *momentum* curiosamente tiene dos significados en apariencia, contrapuestos. La primera acepci-

ón proviene de *movere*, denota un movimiento continuo y la segunda nos conduce a instante, *temporis punctum*, que acarrea un matiz sincrónico, de corte.

Otras expresiones que Lacan utiliza para referirse a la angustia son las de “abismo” y “mutismo aterrado”.

Cada uno de nosotros tendrá numerosos ejemplos clínicos de cómo los pacientes enuncian esta detención temporal, modos de recortar ese momento en el que desaparece el sujeto de la palabra, donde la perplejidad impide incluso la posibilidad de dirigirse al Otro.

Tomemos como ejemplo paradigmático la “alucinación del dedo cortado” del Hombre de los Lobos. Este episodio acaecido en la infancia del paciente es relatado a Freud del siguiente modo:

“De pronto noté con indecible terror que me había seccionado el dedo meñique de la mano (¿derecha o izquierda?), de tal suerte que sólo colgaba de la piel. No sentí ningún dolor sólo una gran angustia. No me atreví a decir nada al aya, distante unos pocos pasos; me desmoroné sobre el banco inmediato y permanecí allí sentado, incapaz de arrojar otra mirada al dedo...”.

Como vemos se trata de una angustia tal que el niño, durante un instante, no puede siquiera dirigirse a su amada niñera, es realmente un momento de exclusión del sujeto supuesto a la palabra.

El relato nos ilustra también otra particularidad del tiempo en los fenómenos de angustia es que se presentan como un “momento fuera de serie” que no puede encadenarse.

Es por esta vía que se asemeja a la perplejidad propia de la pre-psicosis en los bordes del desencadenamiento.

Como destaca Soler “volver en lo real”, tiene para Lacan una definición muy precisa, explícita y quiere decir volver fuera de la cadena significante. Algo retorna de un modo tan crudo cuando la cadena se ha roto. El sujeto capta que pasa algo pero no puede definirlo. Es por eso que nos referimos al abismo o al vértigo al

evocar la angustia, todo ello condensado en un instante.

“Instante” etimológicamente deriva de la expresión “estar en pie”, “estar inmóvil”. Si tuviera que elegir otro oxímoron éste sería “instante atemporal”. La angustia es un momento en suspenso que deja al serhablante sin movimiento, sin tiempo y sin voz.

Su carácter trans-estructural borra las grandes distinciones entre las formas de respuesta neuróticas y psicóticas. El sujeto se contenta con: huir, reprimir y evitar. Sus manifestaciones clínicas suelen ser pasajes al acto, actings out y síntomas, en el mejor de los casos; todos estos recursos, aun los más desesperados, permiten metonimizar la angustia, es decir reducirla.

Pero el momento propio de la angustia es la petrificación frente al peligro, allí el sujeto no se mueve; su evitación ya es un resultado.

Sabemos que el objeto a es causa de deseo, cuando este objeto se encuentra en función de causa del deseo, es más bien una solución a la angustia. Cuando el sujeto se mantiene como deseante, no hay angustia. Esto implica que una solución no patológica para la angustia se divisa en torno al deseo.

El corte interpretativo

El descubrimiento freudiano verifica en la experiencia clínica que existe un saber articulado que determina al sujeto pero que por la extrañeza que produce a quien lo profiere hace que nadie se sienta por completo responsable del mismo.

Cuando un sujeto se encuentra con ese saber, y esto sólo es posible por la vía de ponerlo a hablar y de silenciar el sentido común que nos habita, se desconoce en aquello que dice, bien puede seguir esa pista o elegir desconocerla por poco grata. Es la aplicación del dispositivo analítico lo condujo a Freud al “más allá del principio del placer”.

Lacan nos dice en “La dirección de la cura y los principios de su poder”:

“...porque es como en derivación de la cadena significante como corre el arroyo del deseo y el sujeto

debe aprovechar una vía de tirante para asir en ella su propio feedback (...) Porque el deseo, si Freud dice la verdad del inconsciente y si el análisis es necesario, no se capta sino en la interpretación”.

La repetición no implica un eterno retorno de comienzos y finales, recae en un rasgo, un elemento de escritura, que conmemora una irrupción del goce.

Ahora bien, cómo es posible que el *ser-hablante* registre el efecto de la repetición para hacer de ella algo que de paso a una escritura nueva.

Es por la presencia del analista, la aplicación de la regla y la interpretación que se podrá hacer del instante serie.

Nos inclinamos a pensar entonces que el acto analítico mismo supone la reducción de la angustia.

Como Lacan dice en El Seminario 11 será necesario “...canalizarla dosificarla, para que no nos abrume e implica la dificultad que es correlativa de la que existe en conjugar el sujeto con lo real”.

La interpretación siempre implica un corte, se trate o no de un corte de sesión y será esa operación la que retome ese elemento que se repite y le otorgue otro valor. El corte interpretativo permite de ese modo que el sujeto pueda percatarse de su propia ubicación en lo real.

El medio decir de la interpretación atañe a la causa del deseo pero no predica nada acerca del objeto. En su medio decir introduce bruscamente un elemento faltante y transmuta la repetición en la posición fantasmática del sujeto. La ficción del sujeto supuesto saber permite que el analista, con su deseo articulado en el decir a medias de la interpretación, puede dar un sentido a algo que para el sujeto no lo tenía. No va

en la dirección de eternizar el “instante atemporal” ni de suturarlo.

Para finalizar, en el mismo texto Lacan define la interpretación de la siguiente manera:

“La interpretación, para descifrar la diacronía de las repeticiones inconscientes, debe introducir en la sincronía de los significantes que allí se componen algo que bruscamente haga posible su traducción –precisamente lo que permite la función del Otro en la ocultación del código – ya que es a propósito de él como aparece su elemento faltante”.

Esta cita retoma las dos dimensiones que condensa “momento”, una diacrónica y otra de orden sincrónico, introducido por el analista. Se trata de una respuesta nueva que por una vía diferente a la “política del avestruz” propicia una solución a la angustia.

Bibliografía

Diccionario VOX, Barcelona España, 1997.

FREUD, S., “De la historia de una neurosis infantil” (Caso “hombre de los lobos”), Tomo XVII, *Obras Completas*, Amorrortu Editores, 1986.

LACAN, J., “La dirección de la cura y los principios de su poder”, *Escritos 2*, Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 1987.

El Seminario 10: La angustia, Editorial Paidós, 2005.

El Seminario 11: Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis. Editorial Paidós, Buenos Aires, 1989.

Apertura de la sección clínica. En *Ornicar? 3*. Petrel, Buenos Aires, 1977.

SOLER, Colette ¿Qué se espera del psicoanálisis y del psicoanalista? Letra Viva Editorial, Buenos Aires, 2007.

O tempo de constituição da inibição

Glória Justo Martins

A clínica psicanalítica revela as diferentes formas da realidade do tempo, vivenciadas por cada sujeito, dependendo das fases da vida e da estrutura psíquica. A proposta deste trabalho é estabelecer uma relação entre o efeito do tempo e a sua consequência no estudo da inibição neurótica, a partir de fragmentos de um caso clínico.

O termo inibição, numa abordagem médica, diz respeito à “suspensão, diminuição ou retardamento transitório da atividade de uma parte do organismo, por efeito de excitação nervosa”¹. Nos primórdios da Psicanálise, no período das suas correspondências a Fliess, Freud utiliza, pela primeira vez, no Manuscrito A2, o termo inibição (Hemmung), cujas referências posteriores vêm associadas à defesa do aparelho psíquico, devido ao excesso de sexualidade psíquica que gera desprazer.

No estudo sobre Uma lembrança da infância de Leonardo da Vinci³, por exemplo, Freud associa o tema da inibição à questão da pesquisa sexual. Enfoca, em particular, a pulsão escópica, ou o desejo de ver o corpo nu da mãe, gerando o impulso de saber - *Wissensdrang*. A hipótese freudiana é que a acentuada curiosidade de Leonardo está relacionada com os primeiros anos de vida em que ficou entregue à carinhosa sedução materna e à privação total da autoridade do Outro paterno. Naquele período, despertou-se nele uma comprovada intensificação da atividade sexual infantil e, conseqüentemente, de suas pesquisas infantis. A pulsão escópica e o desejo de saber foram fortemente excitados pelas impressões mais remotas da infância. Sua tendência para a curiosidade sexual foi sublimada numa ânsia geral de busca do saber. A outra

parte da sua libido, muito menor, representa a vida sexual adulta, com traços homossexuais.

A partir daí, verificou-se que o impulso de saber vai ter três destinos diferentes: 1) inibição neurótica, em que a pesquisa participa do destino da sexualidade – a curiosidade intelectual permanece inibida e a liberdade da atividade intelectual poderá ficar limitada; 2) desenvolvimento intelectual, suficientemente forte para resistir ao recalque sexual que o domina – a pesquisa torna-se uma atividade sexual e, por muitas vezes, a substitui, visando, compulsivamente, a encontrar o gozo sexual das primeiras investigações; 3) impulso de saber, o qual escaparia à inibição do pensamento neurótico compulsivo – a atividade sexual é recalçada e substituída pela pesquisa compulsiva.

Freud destaca que Leonardo estaria no terceiro caso, em que a libido se junta à curiosidade sexual: desvia seu alvo através do mecanismo da sublimação, e a pesquisa intelectual torna-se libidinal, sem tratar do saber sexual. Esse algo que escapa pela via da sublimação é o que faz Leonardo criar – por excelência, a arte de driblar o recalque.

Anos mais tarde, em 1926, em Inibição, sintoma e angústia⁴, Freud articula o conceito de inibição com outros dois conceitos presentes na clínica: o sintoma e a angústia, formando uma tríade de relevante importância na teoria analítica. Assinala que os conceitos de inibição e de sintoma não se encontram no mesmo plano. A inibição é um processo que ocorre, exclusivamente, na dimensão do eu e se expressa como redução funcional normal, não sendo, necessariamente, algo da ordem do patológico. Contudo, quando essa função apresentar-se modificada, ou surgir nova manifestação

patológica dela, poderá tornar-se um sintoma, nomeado de inibição neurótica.

A inibição é exclusiva do eu, ocorre de forma imposta, seja por consequência de medida de precaução, seja por empobrecimento energético. O eu é apresentado como algo que tem de servir a dois senhores: o isso e o supereu. Para impedir o recalque e o conflito, o eu restringe as suas funções como forma de precaução contra o supereu. Por isso, a inibição está frequentemente relacionada à angústia e ao recalque⁵.

A importância da inibição para a teoria psicanalítica vai além do fato de representar a restrição de uma função do eu. Freud a explicou como função motora. Lacan retoma o estudo de tais conceitos, representando-os na topologia do nó borromeano através dos registros “imaginário, simbólico e real”⁶. A inibição está localizada num falso buraco, produzido pela invasão do imaginário no simbólico, o qual fica reduzido e, como consequência, restringe-se a ambiguidade, característica própria do significante.

“Estar impedido é um sintoma; e inibido é um sintoma posto no museu”⁷. O que Lacan queria dizer com tal proposição, já que não desenvolve seu significado? Uma hipótese pode ser levantada: Existem, num museu, várias coleções de objetos expostas ao olhar, mas não ao toque; são peças de arte, descobertas científicas, entre inúmeras outras, que compõem uma história localizada no passado. É como se o sujeito inibido estivesse paralisado num museu, evidenciando-se aí um simbólico empobrecido na cadeia associativa.

Cabe o recorte de um caso em início de análise. Um homem de 40 anos de idade relata uma inibição de falar e de expor-se em público – possibilidade que lhe desencadeia expectativa angustiante e uma série de sintomas físicos (sudorese, taquicardia, pressão no peito, bolo na garganta e angústia). O paciente pertence a um grupo religioso no qual costumava realizar tarefas que lhe demandam dirigir e organizar encontros, falar, cantar e tocar numa banda para determinadas

plateias. Atualmente, sente-se incapaz, paralisado, aterrorizado, quando convidado às mesmas atividades que antes lhe davam prazer. Frequentemente, é escolhido para realizar certas tarefas por apresentar as melhores ideias, porém cede seu lugar ao Outro. O sujeito inibido, em geral, mostra-se impedido de executar o ato, não arrisca e, efetivamente, não expõe seu desejo, que fica estagnado.

Numa sessão, o paciente associa tais sensações físicas com a lembrança que lhe remete aos 12 anos de idade, ao ganhar bolsa de estudo e trocar a escola pública pela particular, onde sua mãe era funcionária. Não se sentia à vontade com os outros colegas, pois não compartilhavam as mesmas vivências, com exceção do jogo de futebol, quando era escolhido por suas habilidades. A lembrança mais marcante relaciona-se a um professor que não usava livro didático; suas aulas eram ditadas e, “de repente”, ele apontava para um aluno e fazia perguntas sobre a matéria. O paciente recorda que ficava apavorado com a possibilidade de ser o escolhido; por isso, estrategicamente, sentava no final da sala, escondendo-se atrás dos colegas, longe do olhar do professor.

Na verdade, tal professor nunca lhe dirigiu uma pergunta, porém, há dois anos deste relato à analista, a situação se repete: ele apresenta um sofrimento angustiante, semelhante ao sentido na escola. Durante os cultos religiosos, procura ficar no fundo da igreja, perto da porta de saída, longe daqueles que lhe poderiam pedir algo.

Num segundo momento, associa a figura do professor à do pastor. Aos 20 anos, engravidou a namorada e foi chamado pelo pastor para conversar sobre casamento. Como o jovem decidiu não se casar antes do nascimento do bebê, o casal foi excluído do quadro de membros da igreja, para, só mais tarde, tornar a ser admitido. Tal situação fez com que o paciente se sentisse ainda preso ao significante “de repente”, escondendo-se atrás do Outro, a fim de evitar ser, “de repente”, chamado em

público. Em outra situação na sala de espera do analista, diz que levou um susto quando “de repente” abriu-se a porta.

Na inibição, o Outro se apresenta assustador – o professor, o pastor... Na histeria masculina, o paciente supõe que tais representantes do Outro homem saberiam responder: o que é ser um homem? O sujeito inibido evita a questão do Che vuoi? O que o Outro quer de mim? Lacan assinala que o sujeito não sabe sobre o desejo do Outro: é aí que a angústia se manifesta de forma complexa, porque “o sujeito não consegue saber qual o objeto a que ele é para o Outro”⁸.

Dessa forma, o paciente mantém o desejo insatisfeito: o sofrimento de ser chamado em público na escola ou na igreja assemelha-se ao sofrimento do não-acontecido, do não ser chamado, na medida em que, solicitado ou não, os mesmos sintomas físicos aparecem. É interessante destacar que o significante “de repente” não desliza na cadeia significante, pois que, para o sujeito, ele remete a uma antecipação temporal da hora derradeira, como uma declinação do tempo da neu-

rose histérica, “o cedo demais”, trazendo consigo um afeto próprio – a angústia.

A direção do tratamento seria tirar o sintoma do museu, promovendo o deslizamento do significante “de repente” na cadeia associativa, instaurando-se uma nova temporalidade que não seria, necessariamente, de susto, de surpresa, de momento antecipado.

Referências Bibliográficas:

1. HOLANDA, Aurélio Buarque. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. 767.
2. FREUD, Sigmund. Manuscrito A (1892). In: Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, Vol. I 1993.
3. FREUD, Sigmund. Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. (1910). In: Obras Completas. Ob.cit., Vol. XI.
4. FREUD, Sigmund. Inhibición, sintoma y angustia. (1926). In: Obras completas. . Op.cit., Vol.XX.
5. Ibid. p. 84-86.
6. LACAN, Jacques. O Seminário, livro 21: RSI. (1974-75). Inédito.
7. LACAN, Jacques. O Seminário, livro 10: A angústia (1962-63). Inédito.
8. Ibid.

O tempo do sujeito na psicanálise: considerações sobre o objeto e a nomenclatura

Daniela Scheinkman Chatelard

Na clínica psicanalítica, trabalhamos com a temporalidade do sujeito inconsciente em sua relação com a estrutura da linguagem. Em termos temporais, sabemos o quanto é precioso para a psicanálise a referência ao futuro anterior, no só-depois da elaboração simbólica. O tempo para compreender implica o tempo para a passagem ao simbólico. Assim sendo, essa assunção falada de sua história lhe permite “reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir”. Esse trabalho de a-parição do ser, de parir o ser, é todo um processo de *Durcharbeitung* — perlaboração de uma psicanálise. Nesta mesma veia, Lacan sublinha a importância da relação simbólica, no seu poder de nomear os objetos, estruturando a percepção. É através da nomenclatura que o ser faz subsistir a consistência num objeto. Aqui se faz uma menção à dimensão temporal do objeto: "O objeto num instante constituído como uma aparência do sujeito humano, apresenta, entretanto, uma certa permanência de aspecto através do tempo. Essa aparência, que perdura um certo tempo, só é estritamente reconhecível por intermédio do nome. O nome é o tempo do objeto". Sabemos, que tempo: é preciso. Se é preciso tempo, é porque uma psicanálise acontece por uma suposição. *Wo es war, soll Ich werden*, o sujeito deve advir. Por detrás do advir é a verdade do sujeito que está em causa. Verdade do sujeito como ficção a partir da qual uma história começa a ser contada.

Para desdobrar tal temática, Frege, diversas vezes citado por Lacan, durante o

seu ensino, sobretudo em seu último seminário de 1971/72 (*O Saber do Psicanalista*) é exemplar. O que é essencial para nós na lógica de Frege, são as duas relações: conceito/objeto; e, denotação/sentido. Frege, foi uma das grandes referências que permitiu Lacan formular sua teoria do Um e da contagem na repetição vindo do campo do Outro. Para Frege, com efeito, «o número (...) deduz-se do conceito, ele é (...) um traço do conceito». Existe uma transição do puro conceito ao número que é a extensão do conceito. Este primeiro conceito, então, funcionaria como um ponto de referência que daria em seguida sentidos diferentes. Ora, este conceito fundamental seria um conceito vazio, daí seguiria uma série, uma extensão do conceito, conforme a expressão de Frege, mas neste conceito vazio permanece, no entanto, um elemento: o conjunto vazio, o elemento da inexistência, que ex-siste e funda a extensão do conceito. Se nos reportarmos à psicanálise, nela encontraremos a função do traço unário, que é bem a função do um como fundador, o um da inexistência como inscrição do significante. O Um vai ao mesmo tempo ex-sistir, inaugurar e dar à cadeia significante seu tom de repetição: o Um, a série dos SI — significantes mestres do sujeito — o enxame, vai dar as modulações da repetição. O número é um predicado, «ele é» e sua essência é ser um puro múltiplo, um múltiplo portando predicados. O que nos interessa nessa teoria é a abertura que ela nos dá para podermos falar do lugar ausente, vazio, da inexistência que permite fundar o Um. Mas o Um em sua singularidade é o que ex-siste e funda de um lado o lugar

vazio e, do outro, é o que se inscreve na série dos significantes.

Para Lacan, a lógica do número introduz o contável. No que concerne ao limite do contável, articulado ao limite da linguagem, Frege trata o «número independentemente do ato de contar». O número pode ser considerado como uma sequência serial e como o limite de uma função. Ora, o próprio Frege era um lógico da linguagem e, como tal, era sensível a esse ponto de limite contido pelo universo simbólico, o universo da linguagem. Com Lacan, esse limite da linguagem é o ponto de obstáculo que indica o real. Frege toma o conceito de conjunto vazio cuja atribuição de número é o zero a partir do qual a proliferação dos números se multiplica sem limite, manifestando sob forma serial uma infinitude. O que permite o vínculo entre o sujeito e o complemento de objeto é «a instauração do sentido». Assim, como demonstra Frege, «o número 2 cai sob o conceito número primeiro»; é preciso o encadeamento das palavras cai sob para que uma frase possa denotar uma relação e ter um sentido, ao passo que as palavras à relação de subsunção de um objeto sob um conceito, longe de designarem uma relação, designam bem mais um objeto, contanto que esse objeto tenha valor de verdade. Em outras palavras, de acordo com essa lógica, o objeto existe se a denotação do signo (ou de um conceito) que exprime um sentido tiver valor de «verdade verdadeira», e o objeto não existe se a denotação do signo tiver valor de «verdade falsa». Em outras palavras, existe em Frege a passagem do conceito como signo à existência do objeto; essa passagem sofre o processo da subsunção. Assim, não se trata mais de relação, mas bem mais do objeto, de sua existência que cai sob um conceito. Em suma, «um objeto cai sob o conceito se for bem um caso de verdade», em outras palavras se «o objeto validar o conceito.

Tudo (...) se origina do valor de verdade dos enunciados, que é a denotação deles, o verdadeiro ou o falso». Se em Frege encontramos a dualidade verdadeiro/falso referente ao valor do

objeto, na psicanálise, por outro lado, encontramos apenas um único objeto, aquele que de imediato está perdido, que deixa um lugar vazio: um objeto que cai sob o falso-ser do sujeito e que será construído em sua diacronia. Com efeito, não é do valor de verdade que se trata, mas bem mais da verdade criada de uma causa doravante perdida, de uma verdade que cai sob o falso-ser. É pelo fato de causar um objeto que o desejo vai afigurar-se onde ele tinha no início uma foice* do tempo, uma falha e ao mesmo tempo é preciso tempo: «Assim é que o inconsciente articula-se daquilo que do ser vem ao dizer». É, com efeito, sobre essa perspectiva e estrutura fundamental que a fala do sujeito desliza e conta sua singular história, apesar dos caminhos turbulentos, a despeito de todos os desvios e contornos atravessados pelos acontecimentos do sujeito, esse sujeito do inconsciente, como leitor de nada menos que sua própria história do inconsciente. Trata-se de ler os efeitos de um dizer: «Na psicanálise, a história é outra dimensão que a do desenvolvimento, a história só prossegue em contratempo do desenvolvimento». É preciso tempo para parir o ser.

Como mostra Lacan em seu Seminário XIX — Ou pior — O saber do psicanalista: o Um, o S1 e o zero fazem apenas um Esse S1 que é o significante da inexistência é igualmente aquele que funda a cadeia significante; é a unicidade que permite a seqüência das unidades, a unicidade como traço único. Mas foi preciso seu precedente, o zero; o um só existe a partir do «fundo de inexistência». Esse traço, embora estando excluído de uma série a vir, concerne ao sujeito a advir. A esse traço único, a esse Einziger Zug, não se pode atribuir o estatuto de significante, como diz Lacan no Seminário VIII — A Transferência, mas bem antes o de signo, signo como função da unidade, de uma referência, de uma baliza que indiquem ao mesmo tempo uma presença, um desejo, o desejo do Outro. «O Um como tal é o Outro, (...) profunda e enigmática estrutura do Um como diferença (...) de

onde se pode ver o significante se constituir (...) é no O(utro)». O significante tem como suporte esse traço tomado em sua unicidade e que doravante escreve sua diferença. Eis a identificação inaugural que «nada tem a ver com a unificação». Esse signo tem como «referência originária o outro», ao qual basta o olhar do Outro «interiorizando-se por um signo», esse signo de onde seguirá o significante que, diferentemente do signo, «representa o sujeito para outro significante». É o signo, como função do significante, uma vez que ele é o ponto de amarra de algo de onde o sujeito se

continua». O objeto a, o objeto da psicanálise, é o único que ex-siste e insiste em dar a volta em torno da falta estruturante.

O sujeito deve advir sob os efeitos do significante, sob os efeitos das formações do inconsciente, do inconsciente estruturado no campo da linguagem onde a fala está como função, como elemento variável. Será nessa estrutura lógica, diacrônica e sincrônica, que o sujeito e o objeto tomarão seus lugares.

Consideraciones sobre el instante

Cristina Toro

La noción de instante es en sí misma casi una referencia obligada a Sören Kierkegaard, pensador interesado en el tema del tiempo que se ocupó particularmente de esta noción. La referencia a Kierkegaard es reiterada en la obra de Lacan, a veces explícitamente y otras veces no. Finalmente lo cita rindiéndole homenaje en el seminario RSI. A este autor muchos lo ubican como filósofo, otros no lo aceptan es esa categoría, él se define como escritor.

En “*El concepto de la angustia*”¹⁹⁵ define al instante como una temporalidad arrancada a la eternidad. Nos dice que en el instante la eternidad penetra al tiempo, lo que permite pensar inversamente que aun estando en el tiempo, es un fuera de tiempo a la vez. Es en el instante cuando se produce la paradoja temporal en que lo eterno permite subjetivar lo finito. Comprobamos que se trata, para este autor, de una radicalización de la contradicción, en la cual se ubica el tiempo en una dimensión que anuda lo eterno y el devenir.

Pienso que esta noción de instante tal como la plantea Kierkegaard, que articula al instante como la bisagra misma, como el corte entre pensamiento y ser¹⁹⁶, va a tener sus resonancias en la particularidad de la modulación¹⁹⁷ del tiempo en la clínica analítica, en la que el *inconsciente es el corte en acto entre sujeto y el Otro*¹⁹⁸.

¹⁹⁵ KIERKEGAARD, S. “*El concepto de la angustia*” Editorial Espasa-Calpe

¹⁹⁶ Kierkegaard dice “*La existencia no puede ser pensada, pero el existente es pensante*”, en el Cap. 3 “La subjetividad real.” de la Posdata a las Migajas Filosóficas

¹⁹⁷ Referido a la Lógica.

¹⁹⁸ LACAN, J. Posición del inconsciente. Escritos 2. Página 818. Siglo XXI editores

Para Kierkegaard el tiempo es discontinuidad de instantes, y el instante ubicado como una ruptura en la continuidad es el punto de máxima tensión de la existencia. Es la categoría temporal en la que se produce lo que él llama *el salto*, la ruptura de la continuidad, el corte. Es en el instante que el sujeto se enfrenta a la pura diferencia en la que se afirma a sí mismo. Kierkegaard, que es el pensador de la diferencia absoluta, a la que plantea en términos de existencia, tal como lo hace Lacan en el seminario “*La identificación*”¹⁹⁹, va a considerar como instante ético al instante en que se produce la elección de sí mismo. Cabe señalar que además para este autor hay distintos instantes, el de la creación artística, el del enamoramiento, el de la fe.

Siguiendo la obra de Lacan comprobamos que su pensamiento se distancia de Hegel, y se aproxima a Kierkegaard, cuando plantea a la cura no como el devenir de las transformaciones subjetivas en una continuación lanzada hacia el infinito, en la construcción de un saber absoluto, sino introduciendo la idea de este *salto* que la mediación dialéctica no puede anular, salto en la cadena significativa, más allá del partenaire Otro, donde se atrapa al objeto partenaire del goce, donde se hace lugar, a eso que se es, a la elección de la *absoluta diferencia*, que cabe agregar, no es sin que opere el deseo del analista²⁰⁰.

Sabemos que el tiempo en la clínica psicoanalítica lacaniana es tiempo pensado en tres tiempos: instante de ver, tiempo de comprender y momento de

¹⁹⁹ LACAN, J. Seminario Libro IX “*La identificación*” Clase 7 del 10 de enero de 1962. (Inédito)

²⁰⁰ KIERKEGAARD, S. “*El concepto de la angustia*” Editorial Espasa-Calpe, y Lacan J. Seminario, Libro 11 “*Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis*”. Páginas 281 a 284. Editorial Paidós)

concluir. Decimos que el instante de ver no es simultaneidad de elementos simultáneos, sino que ya implicó una elección, que es una selección en esa simultaneidad, por eso podemos decir que el instante de ver es una operación de corte, de localización, sin sujeto, mientras que el tiempo de comprender es la aprehensión de una forma, que da lugar a que se precipite el momento de concluir.²⁰¹ Instante, tiempo y momento anudan la anticipación y la retrospectión significativa, pero el instante en tanto corte es el tiempo eterno, real, que sólo puede subjetivarse como ruptura de la continuidad.

Dos tiempos electivos diferentes, el del instante de ver y el del momento de concluir. Este último coincide con la noción de separación planteada en el seminario XI, y que se puede articular al tiempo del acto como el de reunión lógica. Por eso la *certidumbre* es siempre *anticipada*, la experiencia de concluir, desde el punto de vista lógico, afirma la primera. Mientras que el segundo tiempo es de suspensión, en relación a la subjetivación, ya que el segundo tiempo, el de la duda en el sentido cartesiano, es el tiempo, la hora del Otro. El tercer tiempo es el de la determinación subjetiva. Recordar que los tiempos son lógicos y no hay uno sin el otro, se sumergen uno en otro, son momentos de la evidencia, dice Lacan, pero en su modulación los tipos clínicos mostrarán su particularidad.

Encuentro que la idea con la que plantea Lacan la temporalidad del instante en su obra, si bien es un momento de la obra de Lacan profundamente hegeliano, puede ser articulada con lo que desarrolló Kierkegaard. Ya que el tiempo de lo real, sin objetivación ni subjetivación, responde curiosamente a la lógica del instante kierkegaardiana.

Kierkegaard dice que la voz de Dios cuando ordena a Adán, ordena algo que Adán no puede entender porque no dispone del lenguaje y por lo tanto *no sabe*

²⁰¹ LACAN, J. Libro 12 “Problemas cruciales del psicoanálisis”. Clase 5 del 13 de enero de 1975. (Inédito)

de la ley.²⁰² Voz equivalente a una nada inicial inasimilable. Como dice Lacan en *Aun* sobre el Génesis, será el verbo el que opere sobre la nada.²⁰³

Argumentación que despliega Kierkegaard para introducir su idea de pecado²⁰⁴ y que a nosotros, psicoanalistas, nos permite pensar la temporalidad de lo real en la clínica como lo que se subjetiva como angustia cuando el sujeto se ve afectado por el deseo del Otro, *de una manera inmediata, no dialectizable*.²⁰⁵

Freud, cuando habló del tiempo del inconsciente, situó lo que llamó la atemporalidad, Lacan toma lo de atemporalidad/ temporalidad del inconsciente para ubicarlo en su lectura como *pulsación temporal*, diciendo que se trata de lo que sale a luz un instante, tiempo en *apertura y cierre*²⁰⁶. En el seminario de los conceptos fundamentales dice “*el inconsciente es lo evasivo, pero conseguimos circunscribirlo en una estructura, una estructura temporal, de la que podemos decir que, hasta aquí, nunca ha sido articulada como tal*”²⁰⁷

En este párrafo, aparece la fórmula *estructura temporal*, fórmula que aparentemente junta dos opuestos, ya que manejamos por un lado el término estructura, cuya naturaleza es considerada atemporal y el término temporalidad, que es tomado en tanto tiempo sensible que se aprehende como un devenir. Pienso que Lacan presenta su noción de estructura temporal para metaforizar el lugar donde estalla la oposición entre atemporalidad y temporalidad, es decir que es una oposición que conceptualmente no se mantiene, y que estalla cuando hace irrupción

²⁰² KIERKEGAARD, S. “El concepto de la angustia” Pág.53 Editorial Libertador

²⁰³ LACAN, J. Libro 20. “Aun”. Página 54. Editorial Paidós

²⁰⁴ KIERKEGAARD, S. “El concepto de la angustia” Página 8. Editorial Libertador

²⁰⁵ LACAN, J. Clase Única del seminario Interrumpido. Página 70. Colección Paradojas. Editorial Paidós

²⁰⁶ LACAN, J. Libro 11.- “Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis”. Página 39. Editorial Paidós

²⁰⁷ *Op.Cit*, Página 40.

lo real, articulado a la noción de instante. Ya que se trata de temporalizar, ahora en esta argumentación, lo que es captado en un instante, *lo que sale a la luz un instante para volver a perderse, “dispuesto a escabullirse de nuevo*

El tratamiento que fue concebido por Freud en términos de sesiones de duración determinada es un procedimiento que como nos dice, construye a su medida, a la medida de su teoría y de su práctica, y que es *solidario de su modo de intervención*²⁰⁸, da lugar al nacimiento de una escanción temporal que es la sesión analítica, artificio original creado por el psicoanálisis como recorte de un tiempo que corresponde al encuentro entre analizante y analista, que se constituye en una serie, y que se inscribe y responde a la lógica de la cura. Cura que se da en un proceso que abreva de la noción de deseo indestructible, ya que el deseo cuyo *vehículo* es la metonimia parte de una falta y apunta a una falta, pero donde *el sujeto en su intervalo ataca a la cadena*, expresión en la que queda subrayado entonces que se trata de ubicar la discontinuidad,²⁰⁹ que el sujeto del que se trata se aloja en esa discontinuidad. A la temporalidad y a la atemporalidad las captamos anudadas en la sesión, tiempo necesario para el decir analizante, tiempo que se imaginiza en continuidad, tiempo de resistencia fijado en la repetición, que retrasa y hasta dificulta el encuentro con el deseo. *Pero, la clínica nos permite verificar que en la sesión hay la presencia de lo real que el instante recorta.*

De esta estructura temporal tenemos confirmación en la sesión analítica. Cada sesión abre su posibilidad para que se produzca el corte en la eternidad fantasmática neurótica, por eso estimo que la elucubración freudiana dice *“no tiene que haber preparación previa”*, introduciendo la regla fundamental, artificio que debe hacer lugar a la sorpresa, no sólo para el analizante,

²⁰⁸ LACAN, J. “*Del psicoanálisis en sus relaciones con la realidad*”, en *Intervenciones y textos 2*. Página 44. Editorial Manantial.

²⁰⁹ LACAN, J. “*Posición del Inconsciente*” *Escritos 2*. Página 822. Siglo XXI editores.

como señala Lacan cuando hace referencia a Teodor Reik. Se trata de hacer de la sorpresa, el momento de *brillo, de iluminación*, en que se aprehende el inconsciente. Dice Lacan en *Problemas Cruciales* que la sorpresa es la frontera psicoanalítica misma donde aparece la negación de lo esperado.²¹⁰ Tema crucial de un tratamiento, resguardar la dimensión de la sorpresa, del hallazgo, para no caer en lo que Freud advierte respecto del analista, quien *“corre el riesgo de no hallar nunca más de lo que ya sabe; y si se entrega a sus inclinaciones, con toda seguridad falseará la percepción posible. No se debe olvidar que las más de las veces uno tiene que escuchar cosas cuyo significado sólo con posterioridad (nachträglich) discernirá.”*²¹¹

Faltó decir, *el analista está obligado a sostener la paradoja*, porque el tiempo del inconsciente, el tiempo lógico, que es el que nos concierne en el marco de una cura, el de la subversión misma del sujeto que es tiempo y no devenir, encierra algo de paradójico, tal como piensa Kierkegaard a la paradoja, que curiosamente este autor utiliza como instrumento para desafiar los límites mismos del pensamiento.

²¹⁰ LACAN, J. “*Del psicoanálisis en sus relaciones con la realidad*”, en *Intervenciones y textos 2*. Página 45. Editorial Manantial. Lacan J., Seminario XII “*Problemas cruciales del psicoanálisis*”. Clase 4 del 6 de enero de 1965. (Inédito)

²¹¹ FREUD, S. “*Consejos al Médico sobre el tratamiento psicoanalítico*” Página 112. Tomo XII. Editorial Amorrortu

Da filiação à nobre bastardia: linhagem real do desejo - comentando uma expressão de Lacan

Bárbara Guatimosim

*“E quando escutar um samba-canção
Assim como ‘Eu preciso aprender a ser só’
Reagir e ouvir o coração responder:
‘Eu preciso aprender a só ser.’” G. Gil.*

O empuxo ao ser

Na psicanálise, o sujeito, como sabemos, não é o indivíduo ou a pessoa. Esta nasce para a vida biológica, mas, inseparavelmente, para o banho da linguagem em um determinado contexto social, cultural e familiar. Verbo fazendo-se carne e carne fazendo-se verbo, em uma composição fundante. A vida incipiente do *infans* como objeto, porta em potência o sujeito que inicia sua trajetória marcado pelos desejos, gozos e ditos do meio significativo que o cerca. E desde o início de uma vida, tão destituída de ser, parece que tudo se desenvolve votado ao ser: É-se fulano de tal, menino ou menina, rico ou pobre, a cara do pai ou da mãe, etc. O que ser quando crescer? A pessoa se insere em um lugar, na linha das gerações, descendente de seus predicados e das expectativas de outrem.

São portanto os atributos e designações que, neste momento, colando-se à pessoa, fazem o dito ser. Evidentemente, essas operações de montagens, fazem alguma coisa. Forjam o eu, bem necessário, mas constituído de capturas imaginárias que recobrem, representam e fazem um “corpo”, detentor de uma identidade individual. Nesse processo, o nome do pai em corte metafórico introduz a lei, no que poderia ser uma colagem absoluta no Outro materno, na

visada de ser Um todo²¹². Isso não se faz sem que seja dado, para além do imaginário da presença paterna, uma significação simbólica ao sujeito, liberando ainda um desejo real não articulável, mas que se transmite. Desejo liberado pela hiância do desejo entre a mãe e o pai e que, conseqüentemente, separa o filho. Hiância que não só separa os elementos em jogo, mas revela ainda o corte no ser de cada um; corte - que dá lugar à causa - frequentemente elidido pela cobertura imaginária das identificações que forja um “Eu”.

Mas para o sujeito como tal se apresentar em sua condição de fenda, afânise, divisão que abole uma substancia e identidade plenas de ser, é preciso que se faça o levantamento das significações que supostamente o designam, das identificações imaginárias e miragens atributivas, garantias e condenações, que pretendem dizer o que ele é, para relançá-lo em reversão no que teria sido. Isso não deixa de evocar Freud, no que ele entende como alcance de uma análise: “O nervoso curado realmente veio a ser um outro ser humano, embora no fundo ele permaneceu, naturalmente, o mesmo, isto é, ele veio a ser como, no melhor dos casos, sob as condições mais favoráveis, poderia vir a ser. Isso, porém, já é muita coisa”.²¹³

²¹² Aqui é interessante observar o que Lacan ainda precisa ao distinguir o nomear para – como um projeto materno em sua lei férrea - do dar o nome, o batismo, nomenclatura, implicado na função paterna. Lacan, Seminário XXI, *Les non dupes errent*, lição de 19/03/1974, inédito.

Podemos ler esse condicional freudiano jogando aqui com a marca do “terá sido” lacaniano - que tanto pode cumprir-se no fecho de uma significação predestinada, como abrir-se à fenda que vaza e constitui o sujeito para a acontecência contingente. Pois o que terá sido, ainda não foi.²¹⁴ Isso nos faz lembrar novamente Freud, ao formular o devir ético radical: onde isso era, o sujeito deve vir a luz “como lugar de ser”.²¹⁵

Esta questão remete ao que Lacan chamou paixões do ser: aquilo que se demanda ao Outro preencher, sendo o que também lhe falta, são demandas de ser, em seus efeitos de amor, ódio e ignorância que recrudescem quanto mais a demanda é satisfeita.²¹⁶ Se o humano, desde o início de sua existência, é votado ao ser, não faltarão demandas que respondam nesse sentido. E todas as investidas do sujeito podem recair nessa afluência demandante, reduzindo a demanda mesma, a uma paixão de ser.

²¹³ FREUD, S. (1916-1917) conferência XXVII, *A transferência*, p.508. No original alemão “Der geheilte Nervöse ist wirklich ein andere Mensch geworden, im Grunde ist er aber natürlich derselbe geblieben, d.h. er ist so geworden, wie er bestenfalls unter den günstigsten Bedingungen hätte werden können.” Freud, *Gesammelte Werke* Ed. Fischer Verlag, Frankfurt am Main, Vol. XI, 1999, p. 452. Tradução proposta por Raquel Pardini e Sérgio Becker.

²¹⁴ Freud faz agir aqui um futuro do pretérito, que se aproxima do sentido do “terá sido” de um futuro anterior, (Lacan (1960), *Subversão do sujeito*, p. 823 e *Função e campo da fala e da linguagem*, p.301, *Escritos*. O termo surge ainda, neste sentido, no Sem. I págs. 184-186.) mas que sutilmente interroga sua determinação, abrindo possibilidades. Curiosamente, o futuro anterior na língua portuguesa é nomeado futuro do presente composto, ou seja, futuro do presente que se conjuga com o passado, com um verbo partícipe do passado, entrelaçando assim, em um só tempo, futuro, presente e passado.

²¹⁵ “s’être [ser-se] -, onde se exprime o modo de subjetividade absoluta, tal como Freud propriamente a descobriu em sua excentricidade radical: ‘Ali onde isso era’, como se pode dizer, ou ‘ali onde se era’, gostaríamos de fazer com que se ouvisse, ‘é meu dever que eu venha a ser’.” Lacan, *A coisa freudiana*, (1955), *Escritos*, págs. 418-419.

²¹⁶ LACAN, J. (1958), *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, *Escritos*, p. 634.

Assim como outras, a demanda de filiação - ser filho de, mulher de, membro de - pode também insistir patologicamente e manter-se em toda a vida do sujeito, desenhando deslocamentos, substituições e conveniências em sua trajetória, correndo sobre o leito onde subjaz a aspiração infinita de Um ser²¹⁷. Tal premência de Ser a qualquer preço, pode chegar a consubstancializações patéticas, como alerta Lacan: “Mas a demanda de ser uma merda, eis o que torna preferível que nos coloquemos meio de esguelha quando o sujeito se descobre nela. Desgraça do ser”²¹⁸. Evidentemente, este comentário vem para aguilhoar os analistas que se querem cíbalos.

“Quem não sabe levar suas análises didáticas até o ponto de viragem em que se revela, tremulamente, que todas as demandas que se articularam na análise – e, mais do que qualquer outra, a que esteve em seu princípio, a de tornar-se analista, que então esgota seu prazo – não passaram de transferências destinadas a manter instaurado um desejo instável ou duvidoso em sua problemática, este nada sabe do que é preciso obter do sujeito para poder garantir a direção de uma análise, ou para simplesmente fazer nela uma interpretação com conhecimento de causa”²¹⁹

Esta demanda infinitiva de ser visa desincumbir o sujeito de se parar, separar, de se parir, e de fazer-se ser. É nesse tempo que Lacan definirá a ética da psicanálise, precisamente, como uma política da falta a ser, princípio que se prolonga na ética do desejo que, ao analista, cabe sustentar.

²¹⁷ “O sujeito não identificado faz muita questão de sua unidade; seria preciso explicar-lhe, mesmo assim, que ele não é um, e é nisso que o analista pode servir para alguma coisa.” Lacan, (1978) *Jornadas sobre a experiência do passe*, p. 64.

²¹⁸ LACAN, J. op.cit, *A direção do tratamento*, p.642.

²¹⁹ LACAN, J. idem. A farpa tem ressonâncias em todo o ensino de Lacan e mais claramente no discurso à EFP no qual Lacan comenta que o desejo do analista (como objeto a) não tem nada a ver com o desejo de ser analista, o que pode se adequar perfeitamente ao desejo de ser uma merda. Portanto é preciso submeter à análise, este desejo de ser.

Do pai à bastardia

Com a pluralização do nome do pai como nomes do pai, ocorre o desprendimento de uma primeira referência de lei, da castração edípica, para a lei do enodamento das dimensões fundamentais do RSI. Ao tornar-se nome de nome de nome, três buracos que articulam o nó borromeano, o pai torna-se nome em ato, a ação nomeante, o que nomeia e enoda desde a *ex-sistência*²²⁰. O sujeito, a luz desta topologia, pode ser então concebido como constituído pelo enodamento, por sua vez descoberto e adotado por Lacan, a partir do brasão da dinastia italiana dos Borromeo, desde uma contingência que lhe “caiu como um anel no dedo”²²¹. Esta trajetória de Lacan pelo pai em seus últimos seminários, pode se enlaçar retroativamente a uma expressão, um tanto enigmática, sobre o sujeito, que surge em torno de 1958, em pelo menos dois momentos: no seminário V, a expressão “abastardamento” está ligada a possibilidade de anulação do significante, de ser cortado, barrado, revogado e substituído e, como produto de uma ação simbólica, deixado a desejar.²²²

²²⁰ Ver Lacan, *Seminário R.S.I.*, lição de 15 de abril de 1975.

²²¹ “(...) já que parto da tese de que o sujeito é o que é determinado pela figura em questão, determinado não como sendo de algum o duplo mas que o é pelos cruzamentos do nó, daquilo que, no nó, determina os pontos triplos pelo fato do estreitamento do nó que estabelece o sujeito.” Lacan, (1974-1975) *RSI*, lição de 18 de março de 1975.

²²² “Há no significante, portanto, em sua cadeia e em sua manobra, sua manipulação, algo que está sempre em condições de destituí-lo de sua função na linha ou na linhagem – a barra é um sinal de abastardamento – de destituí-lo como tal, em razão da função propriamente significante do que chamaremos *consideração* geral. Quer dizer que o significante tem seu lugar no dado da bateria significante, na medida em que ele constitui um certo sistema de signos disponíveis num discurso atual, concreto – e em que ele pode sempre decair da função que lhe constitui seu lugar, ser arrancado da consideração em constelação que o sistema significante institui ao ser aplicado ao mundo e ao pontuá-lo. A partir daí, ele cai da desconsideração para o *rebaixamento* [*désidération*], onde é marcado precisamente por isso, por deixar a desejar.” Lacan, (1957-1958) *As formações do*

No texto “A direção do tratamento” Lacan se refere à “nobre bastardia” como o efeito de *refenda* que inscreve a barra como apagamento do ser e instauração do dizer, advindo então o sujeito, sujeito barrado e desejante, por ser falante.²²³ É tomando o desejo ao pé da letra, na última parte do texto mencionado, que Lacan se refere ao sujeito do desejo como sendo aquele que, ao suspender o dito que o marca, o “tu és”, encontra em seu próprio dizer a contundência do Outro da linguagem que o remarca. Esta operação, portanto, não produz a absolvição do sujeito, a liberdade do desejo, mas a impressão do que o causa, fazendo aí uma dupla marca, consumação da fenda (*spaltung*)²²⁴. Nessa refenda, um dos nomes da castração, o sujeito se constata irremediavelmente mortificado pelo significante: mais que filho do significante, mais que simplesmente dito, nomeado, vê-se aí portador do significante, de um dizer que nomeia, pai do nome. Este pode ser um modo de ler a expressão “nobre bastardia”²²⁵; não como uma simples ilegitimidade ou degeneração, mas como real linhagem do desejo do pai enquanto *ex-sistente*. Desse modo o sujeito recupera o que *terá sido* o desejo desde sempre: desejo do Outro - Outro como agente do desejo. Saudade do futuro sempre presente na experiência da causa. Filho do desejo, do significante Falo e do enodamento, excêntrico e não reconhecido pelo eu e sua consciência, o sujeito deseja porque fal(h)a, ao que lhe resta, “ser falante”.²²⁶ Disso é possível concluir que os termos “sujeito” e “ser

inconsciente, p.356.

²²³ “(É o que simboliza a barra oblíqua, de nobre bastardia, com que assinalamos o S do sujeito, para grafá-lo como sendo esse sujeito: \$.)” Lacan, *A direção do tratamento*, op.cit., p.640.

²²⁴ O texto de fundo em que se baseia Lacan na teorização da *Spaltung* do sujeito é a “Divisão (*Spaltung*) do eu no processo de defesa” de Freud.

²²⁵ Algumas definições de bastardo: “Filho que nasceu fora do matrimônio. Degenerado da espécie a que pertence. Híbridos ou mestiços, formas resultantes de cruzamentos de duas espécies bem definidas ou, mesmo, de variedades. Tipo, espaço, etc., que não obedecem aos sistemas típicos usuais.” Dicionário Novo Aurélio.

falante” são versões de uma mesma notação \$. O desejo, um aquém que cava o além da demanda de ser, entrecruzando sua tarja de estirpe enigmática, atravessa o sujeito tornando-o, nesta fenda causal, desejante. E como é preciso tempo para se “*faire à l'être*,”²²⁷ em seu desejo e gozo singular, como ser sexuado - onde incide ainda e literalmente a secção - é preciso desapaixonar-se em ser, para deixar-se ser em seu fazer.²²⁸ Nessa reversão, a entrada para o final de análise e a singularidade de cada um se presentificam desde o resgate e relançamento de um tempo anterior, enunciante da constituição original, radical do sujeito.

Não é incomum ouvirmos os ecos da frase mencionada de Freud, em sujeitos que passaram por uma análise, ao dizerem que depois dessa experiência se sentem (e isso não sem a confirmação de alguns outros) outra pessoa. Evidentemente, não se tornaram outra pessoa e não se trata também da emergência de um novo sujeito. É o sujeito que é sempre novo.

A Escola da Causa – abastardamento e adoção

No tempo da dissolução da EFP, é a uma indigência fundamental que Lacan lança a Escola ao invocar a Causa Freu-

²²⁶ “O desejo, por sempre transparecer na demanda, como se vê aqui, nem por isso deixa de estar para-além. E está também para - aquém de uma outra demanda em que o sujeito, repercutindo no lugar do outro, menos apagaría sua dependência por um acordo de retorno do que fixaria o próprio ser que ele vem propor ali. Isso quer dizer que é de uma fala que suspenda a marca que o sujeito recebe de seu dito, e apenas dela, que poderia ser recebida a absolvição que o devolveria a seu desejo. Mas o desejo nada é senão a impossibilidade dessa fala, que, por responder à primeira, não consegue fazer outra coisa senão reduplicar sua marca, consumando a fenda (*Spaltung*) que o sujeito sofre por só ser sujeito na medida em que fala.”, Lacan, *A direção do tratamento*, op.cit., p.640.

²²⁷ LACAN, J. *Radiofonia* (1970), Outros Escritos, p.425.

²²⁸ “Ao que sou eu? não há outra resposta no nível do Outro que o *deixa-te ser*. E toda precipitação dada e esta resposta, qualquer que seja ela na ordem da dignidade, criança ou adulto, não passa de *eu fujo ao sentido deste deixa-te ser*.” Lacan, (1961) *A transferência*, p. 239.

diana²²⁹. É preciso, nesse corte, que ele como pai se vá, *ex-sista*, “afim - de ser, enfim, Outro.”²³⁰, Pois interessa-lhe “(...)ver o que acontece quando minha pessoa não opacifica o que ensino”.²³¹ Diante de uma Escola carregada de sentido hierárquico e religioso, Lacan passa a contar com a mola mestra do significante e do real: “A hierarquia só se sustenta por gerir o sentido. É por isso que não dou um empurrãozinho a qualquer responsável, na Causa Freudiana. É com o turbilhão, com a hélice que conto. E, devo dizê-lo, com os recursos de doutrina acumulados em meu ensino.”²³² É uma declarada “desidentificação” com sua Escola que Lacan evoca como um trabalho de luto a ser feito, respondendo a F. Dolto que entendia a dissolução como auto-destruição: “Mas, felizmente para mim, eu não disse jamais que a Escola Freudiana sou eu” e ainda, “eu não me identifico em absoluto com Françoise Dolto, e muito menos com a Escola Freudiana. É isso o que me justifica precipitar-me ao trabalho para construir a Causa freudiana.”²³³ Não é por acaso que nesse momento de dissolução, tempo *d'écolage*, contrariamente à religião que crê que tudo pode ser revelado, Lacan retoma o enigma traumático da condição herdada do ser falante: O mal-entendido: “Tantos quantos vocês são, que são vocês senão mal-entendidos?”²³⁴ Desde antes, o legado do desejo e do balbucio dos ascendentes faz o homem nascer mal-entendido e o corpo só aparece no real como tal. “Sejamos aqui radicais: seu corpo é fruto de uma linhagem da qual boa parte de suas desgraças provém de que ela já nadava no mal-entendido o máximo que podia. Ela nadava pela

²²⁹ “A causa freudiana não tem outro móvel a não ser minha caixa de correio. Indigência (*dénuement*) que tem muitas vantagens (...)”. Lacan (1980), *Senhor A.*, p.54.

²³⁰ LACAN, J. (1980) *O Outro falta*, p. 48.

²³¹ LACAN, J. (1980), *O mal-entendido*, p. 60.

²³² LACAN, J. op.cit., *Senhor A.*, p. 54.

²³³ LACAN, J. (1980), *Luç!*, p. 58.

²³⁴ Lacan, op. cit., *O mal-entendido*, p.60.

simples razão de que ser-falaria (*parlêtraii*) a quem fizesse melhor.”²³⁵

Porque a obscenidade e o desvio da verdade analítica puderam mais que a causa analítica, Lacan incita ao debate se retirando, abastardando a Escola da Causa, ao adotá-la como sua. Tudo isso, não sem entusiasmo: “A experiência tem seu preço, pois não é algo que se imagine antecipadamente. (...) Vale a pena arriscar-se. É a única saída possível – e decente.”²³⁶

Nobres bastardos

É prosseguindo e perseverando na condição de sujeitos de nobre bastardia, que alguns homens podem operar corte no saber estabelecido e avançar na feitura de algo inédito. O não esperado, seja filho ou descoberta, sofre de uma bastardia constitutiva. E o que, nesse contexto, a nobreza adjetiva? Talvez, a linhagem milenar da condição significativa e real fundação desejante do \$, aliadas ao duro trabalho, enobrecedor, que exige a sustentação do que acontece de inesperado para, e em cada um.

Um filósofo, no impacto no seu encontro com a psicanálise, não se furtou em fazer a seguinte declaração:

“Que eu saiba, no transcorrer do século XIX, duas ou três crianças nasceram, sem ser esperadas: Marx, Nietzsche, Freud. Filhos ‘naturais’, no sentido em que a natureza ofende os costumes, o honrado direito, a moral e a arte de viver: natureza é a regra violada, a mãe solteira, logo, a ausência de pai legal. A Razão Ocidental faz pagar caro a um filho sem pai (...): preço contabilizado em exclusões, condenações, injúrias, miséria, fome e mortes ou loucura.”²³⁷

Althusser comenta que Freud sofreu principalmente uma solidão teórica. A

²³⁵ Lacan, idem, p.61.

²³⁶ Lacan, (1981) Primeira carta do Fórum. Citação extraída do site <http://www.ecole-lacanienne.net/bibliotheque> (tradução da autora)

²³⁷ Althusser, (1965) *Freud e Lacan - Marx e Freud*, págs. 51-52

descoberta que deparava em sua prática, não tinha ascendência teórica paterna. Teve que se arranjar,

“(…)ser ele mesmo, o seu próprio pai; construir, com suas mãos de artesão, o espaço teórico em que pudesse situar sua descoberta; tecer, com fios emprestados aqui e ali, por adivinhação, uma grande rede com a qual capturaria, nas profundezas da experiência cega, o peixe abundante do inconsciente (...)”²³⁸.

Althusser que fazia um retorno à Marx, escreve isso identificado a Lacan que, em seu retorno a Freud, sofria a excomunhão, e aos homens que, em ato, sustentaram um corte epistemológico. Mas a distinção que Althusser não fazia, no seu esforço em consertar, “fazer o pai”, em ser ele mesmo “pai do pai” que não tinha, ao não prescindir deste, é que, diferentemente, por se garantirem no pai da *ex-sistência*, para além da ascendência, que Freud, Marx, Nietzsche e outros, se valeram da bastardia. Se na paixão da esperança, o “futuro dura muito tempo”²³⁹, ou nunca chega, na causa que não cede e anima o desejo, chega e basta, ainda que tardia, a anterioridade de um futuro, sempre relançado no presente.

Referências Bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan – Marx e Freud. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1984.

ALTHUSSER, Louis. O futuro dura muito tempo. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1992.

FREUD, Sigmund. (1916-1917), Conferências introdutórias sobre psicanálise. In.: Obras completas, Edição Standard brasileira, Rio de Janeiro: Imago, 1976. Vol. XVI.

LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

LACAN, Jacques. Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

LACAN, Jacques. O seminário – livro V: As formações do inconsciente (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

²³⁸ Althusser. Idem, p.52

²³⁹ “Ne pas céder parce que l’avenir dure longtemps.” Frase do General De Gaulle que inspira o título do livro póstumo de L. Althusser, onde ele “se explica” e aguarda, por sua vez, uma explicação.

LACAN, Jacques. O seminário - livro VIII: A Transferência (1960-1961). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.
LACAN, Jacques. O seminário – livro XXI: Les non dupes errent.(1973 – 1974) Inédito.
LACAN, Jacques. O seminário – livro XXII: R.S.I. (1974-1975) Inédito.
LACAN, Jacques. Seminário - Dissolução (1980). Documentos para uma Escola. Revis-

ta Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro: Ano I - N°0, p. 45 -62.
LACAN, Jacques. Jornadas sobre a experiência do passe (1978). Documentos para uma Escola II - Lacan e o passe. Revista Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro: N°. 0°, p.63-64. 1995.

Repetição no tempo de final de análise

Ângela Diniz Costa

Para situar os conceitos fundamentais da psicanálise: repetição, inconsciente, transferência e pulsão, Lacan teve como fio condutor a estrutura do significante:

“se funda na função de corte, e na função de borda²⁴⁰”, e será uma das bússolas para abordar o tema deste trabalho.

Por um lado, o conceito de inconsciente é correlacionado a repetição significativa. Nessa vertente, a função do retorno (*wiederkehr*) se mostra fundamental, pois a partir da discriminação, de como a rede significante se entrecruza, de como ela se repete, depreende-se uma “linguagem formal²⁴¹”, que é constituída de uma maneira tal que escapa ao acaso, fazendo emergir um real, fora do sentido, indicando que o simbólico é situado ao lado do autômaton, como linguagem formal constituinte e determinante do sujeito. É a repetição enquanto um saber que o sujeito não sabe e que ao mesmo tempo constitui-se num tratamento que o discurso inconsciente realiza do real traumático, à medida que o “*inconsciente assegura a passagem do real traumático do gozo para o simbólico*²⁴²”. A repetição funda-se na comemoração desse resto de gozo inesquecível, e ao mesmo tempo vai deparando-se com a impossibilidade de repetir aquela primeira vez. Trata-se da repetição enquanto memória de gozo. A temporalidade da repetição é aquela qualificada como se fosse sempre a primeira vez. Por isso Lacan nos aponta que o típico da repetição é que “esses uns se repetem, mas não se totalizam²⁴³”; instalando um percurso de uma série

insistente de repetições pelos caminhos traçados pelos significantes. Destaco uma referência que nos interessa, para o desenvolvimento desse trabalho, que se encontra no seminário 17²⁴⁴, quando Lacan nos aponta a repetição enquanto identificação do gozo, e que é nessa articulação que encontramos a função do traço unário. “É no traço unário que tem origem, esse saber qualificado como memória de gozo, que trabalha no sujeito, ordenando seus sintomas, a estrutura do fantasma... É esse saber que interessa aos analistas²⁴⁵”.

Outra consideração importante a se fazer para abordar este viés da repetição, é que neste percurso, de tanto o sujeito percorrê-lo acaba por engendrar uma perda de “força, de velocidade²⁴⁶”. É no fato da repetição se fundar num retorno do gozo que se origina no discurso freudiano, a função do objeto perdido²⁴⁷. Esta referência à função do objeto perdido me remete ao texto -“A Carta Roubada²⁴⁸” no qual encontro uma colocação de Lacan que me abre a possibilidade de abordar outra vertente sobre a repetição em seu entrelaçamento ao inconsciente: “este formalismo ligado à cadeia simbólica, cuja lei pode ser formulada... inscreve um tipo de contorno, onde o que chamamos de *caput mortuum* do significante assume seu aspecto causal²⁴⁹”: O significante fazendo corte, deixa um resto “o *caput mortuum* do significante”, e também faz borda com isso que lhe escapa. Há um intervalo, um buraco entre a causa e a lei significante. O que se passa no inconsciente, é aquilo que é produzido

²⁴⁰ LACAN, J. *Seminário 11*

²⁴¹ LACAN, J. *Seminário da Carta roubada.....*

²⁴² SOLER, C. Discurso e trauma. In: *Retorno do Exílio*: Editora Rios Ambiciosos, R.J.

²⁴³ LACAN, J. *Seminário OU PIRE*.

²⁴⁴ LACAN, J. *Seminário 17*. O avesso da Psicanálise

²⁴⁵ LACAN, J. *Seminário 17*.

²⁴⁶ LACAN, J. *Seminário 17* p.

²⁴⁷ LACAN, J. *Seminário Livro XVII- O avesso da psicanálise 1969-1970*, 1992 R.J.

²⁴⁸ LACAN, J. “A Carta Roubada” In: *Escritos*.

²⁴⁹ Idem anterior.

nessa hiância. É o inconsciente como fenda, como tropeço, como ruptura que é estrutura de descontinuidade temporal. Aqui, a repetição aponta a função de real, qualificado como acidental, inesperado, inassimilável, pelo discurso enquanto encontro sempre faltoso, denominada como tiquê. Esta temporalidade pulsativa do inconsciente é bastante distinta da temporalidade da insistência significativa repetitiva. Esta distinção me faz o gancho para interrogar sobre as vicissitudes da repetição em sua articulação ao inconsciente, no tempo do final de análise. Quais são as premissas que fundamentam essa hipótese de que a experiência analítica intervém na repetição enquanto insistência repetitiva, criando a possibilidade do sujeito poder se separar desta modalidade de repetição?

A primeira premissa é de que para chegar ao momento de uma conclusão de um percurso analítico, requer do analisante um desejo de percorrer essa aventura, que não é sem conseqüência, pois uma vez iniciado “seu vôo, jamais encontra lugar seguro para seu pouso²⁵⁰”; bem como, requer do analista um fazer que implique que ele se inclua na experiência “na estrutura da equivocação do sujeito suposto saber, pois é aí que ele encontra a certeza de seu ato e a hiância que constitui sua lei²⁵¹”. O próprio da experiência analítica, é que a função analítica requer um manejo clínico conseqüente com essas modalidades temporais da repetição em sua articulação ao inconsciente, por isso é de pouca valia ficar apontando ao sujeito suas repetições, pois elas não acumulam as unidades que se repetem. O fazer analítico tem mais relação com o fazer prevalecer os efeitos de sujeito que aparecem e desaparecem, e que eles produzam a acumulação de uma forma de um saber. Essa hipótese de que a experiência analítica possibilita a construção de um saber, a partir do caráter pulsativo do inconsciente nos

²⁵⁰ LACAN, J. *Seminário 20*

²⁵¹ LACAN, J. *O engano...*, op. cit.

envia a uma segunda premissa: faz-se necessário que o analista saiba operar presentificando a dimensão de equívoco ali onde o sujeito sanciona um sentido, pois é por esse viés, tal como está escrito na fórmula do sujeito suposto saber, presente no interior do parêntese. “É no âmbito dessa série significativa que se apreende aquilo que se apresenta como efeito de sujeito que se deposita e acumula como saber”²⁵².

Desde essas premissas, podemos então extrair que a instauração do sujeito suposto saber é condição da entrada, e da travessia de uma análise, e que nesse laço transferência implica um saber-fazer do analista, para presentificar na transferência a atualidade do inconsciente, e assim também podemos dizer que é pela via do sujeito suposto saber, que a função do tempo é introduzida no inconsciente, alterando a modalidade insistente da repetição, apontando que o analista maneja a transferência, tendo como referência a hiância, que constitui sua lei; e que aquilo que concerne ao inconsciente é matéria de linguagem²⁵³. É por esse viés, que a psicanálise faz desprender, não seus efeitos de sentido, mas os efeitos de furo, de corte, criando a possibilidade da queda do sujeito suposto saber, enquanto manifestação sintomática do inconsciente. É por esse caminho cortado, que a análise pode modificar algo das inércias das condições de gozo, fazendo advir a repetição enquanto função de real encontro sempre faltoso, denominada como tiquê, encontro com o real, que é causa do sujeito como separado do Outro. Nesse sentido a repetição, tem a “potência”²⁵⁴ de poder reabrir o passado sobre o futuro; ao possibilitar ao sujeito resignificar seu passado, fantasmaticamente tomado pelo neurótico, como aquilo que determina

²⁵² Santiago, Jésus In: IANNI, Gilson et AL (org). *O tempo, o objeto e o avesso - Ensaios de filosofia e psicanálise*. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2004.

²⁵³ LACAN, J. *Seminário 18. De um discurso que não seria do semblante*. Lição de 12/05/1971. (Inédito)

²⁵⁴ Termo de Kierkegaard, para se referir a repetição.

seu destino. Fraturando esse determinismo, que pelo fio condutor do trabalho analítico, reintroduz a contingência na história, no qual esta implicado o ato do analista, que pela equivocidade faz operar o corte entre S1 e S2. “A topologia do limite entre saber e verdade está formulada no algoritmo do sujeito suposto saber, ou seja, da transferência²⁵⁵. Sendo a única relação possível com a verdade é a da castração; podemos dizer que esse sujeito não é suposto saber a verdade, mas apenas que ele se sujeita a trabalhar a fim de “saber lidar” com a verdade. O saber constituído na análise faz supor que desde que colocado no lugar da verdade (S2), ele possa interpelar o sujeito para produzir um S1, ”significante pelo qual o sujeito pode resolver sua relação com a verdade”²⁵⁶, e aqui se trata da verdade, tal como esse termo é em sua origem jurídica, que ao requerer do testemunho dizer a verdade, o que é buscado é poder julgar o que é do seu gozo. Assim o S1- produto do discurso analítico, significante fora do sentido, extraído da cadeia que remete ao gozo do encontro marcado com a falta. A repetição nesse tempo não é mais relacionada com a inércia do gozo fantasmático; ela é em sua estrutura lógica: que a repetição traça, conta e cifra o gozo, o que se perde dele. Essa cifragem, que é recolhida no tempo de conclusão de uma análise como S1 através do qual ressoa o sentido do gozo que é fixado a esse mesmo elemento, assim podemos dizer que esse sentido nesse tempo, funciona mais como limite que um enigma a decifrar. Esta referência reabre a via pela qual iniciamos nossa reflexão sobre o manejo do fazer analítico: para aquele que inicia e conclui o percurso de uma análise, ele acaba por deparar que essa aventura não foi sem consequência. Buscava um saber suposto ao Outro, e a falha inerente ao saber é desvelado, possibilitando topar com o irreversível, enquanto ser-falante, ser dividido entre a intrusão do significante e do gozo. O sujeito que atravessa essa

²⁵⁵ LACAN, J. *Radiofonia In: Outros Escritos*.

²⁵⁶ LACAN, J. *Seminário 20*, p. 123

experiência, o possibilita saber que, ao final, pode-se dizer que dos inumeráveis deciframentos já perpassados vão tecendo um texto de um sentido esvaziado da pretensão em captar significado. É nesta distância criada entre significante e significado que Lacan insere a função do escrito, pois é a dimensão do escrito que nos faz perceber que “o significado não tem nada a ver com os ouvidos, mas somente com a leitura do que se ouve de significante, o inconsciente é o que se lê²⁵⁷”. Nesta referência ligada à escritura, o inconsciente é traduzido por Lacan, como *Une-bévue*:²⁵⁸ - Um equívoco; realçando que o próprio do inconsciente é se manifestar na equivocidade da língua, e de precisá-lo como um modo de, de cifrar o gozo, na equivocidade do significante. Assim, podemos dizer que para tratar esse real posto na experiência analítica, faz-se necessário o ato do analista para fazer advir “o inconsciente é o conceito decorrente da instauração de um traço que se repete como diferença. Algo que se escreve no sujeito sem que se transcreva inteiramente na palavra, e nem é integralmente lido. No seminário *Momento de Concluir*²⁵⁹, Lacan retoma o conceito freudiano de pulsão de morte, para extrair que o trabalho analítico assenta-se num impossível de dizer e delimitar um novo estatuto do real: um real sem lei e avesso ao sentido. Encontro aqui, uma possibilidade de reler com Lacan, aquilo que Freud, já havia nos feito notar, que a orientação ética de uma análise, implica um ponto de assujeitamento do qual o sujeito não tem como desembaraçar-se, pois “o que um dia veio à vida, aferra-se tenazmente à existência²⁶⁰”.

²⁵⁷ LACAN, J. *Seminário 20*. A função do escrito. Cap. 3.

²⁵⁸ LACAN, J. *Seminário L'insu...*, conferência, 06/11/76, inédito.

²⁵⁹ LACAN, J. *O momento de concluir...*

²⁶⁰ FREUD, S. Problema econômico do masoquismo.

Le temps du deuil de l'objet a

Bernard Lapinalie

« Disons pourtant la fin de l'analyse... L'analysant ne termine qu'à faire de l'objet (a) le représentant de la représentation de son analyste. C'est donc autant que son deuil dure de l'objet (a) auquel il l'a enfin réduit, que le psychanalyste persiste à causer son désir... Puis le deuil s'achève. Reste le stable ...»

J. Lacan, L'Étourdit (*Silicet*, p.44)

A

insi, de même qu'il y a un temps des préliminaires pour l'entrée en analyse, il y aurait selon Lacan un moment où l'analysant entre dans la sortie, pour la fin de son analyse.

Il y a un préalable à la lecture de cet énoncé qui paraît bien assertif. On ne peut ignorer le mode avec lequel Lacan engage son sujet sur la fin de l'analyse : « Disons !. ». Car nous y retrouvons l'ossature même qui a entamé et organisé son texte L'étourdit : « Qu'on dise (!) reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s'entend ».

Avec ce : « Disons pourtant la fin de l'analyse », Lacan place donc son propos à l'aune d'un dire, d'un « pas-je ».

Et en trois phrases, il dit une conception temporalisée de la fin de l'analyse, qu'il place sous les auspices du deuil, y incluant ainsi le réel du temps que cette fin imprime : « le temps que dure le deuil de l'objet (a) ». Et il en indique même les coordonnées précises dans le transfert, avec trois temps que nous allons examiner, et soumettre à l'épreuve de la clinique :

1. Disons le moment de cette perte qui ouvre au deuil de l'objet (a) :

Le premier coup de cloche de la fin serait le moment où « l'analysant a enfin (!) réduit l'analyste à l'objet (a) ». Il y a un côté un peu surréaliste, un peu occulte, mais nous pouvons au moins faire quelques remarques :

Ce « enfin réduire l'analyste à l'objet (a) » place l'opération ouvrant à la fin de l'ana-

lyse, à ce deuil, dans le transfert et pas ailleurs.

Ça pose bien sûr la question de savoir en quoi consiste cette réduction de l'analyste par l'analysant, à un objet dont la jouissance lui est radicalement interdite ; à un objet irréductible du fait de l'empreinte symbolique imposée au sujet ; et à l'objet le plus inaccessible pour lui, puisque c'est sa perte même qui supporte sa subjectivation dans le rapport à l'Autre : Ce que Lacan disait en 64 : « affaire de vie et de mort entre le signifiant unaire, et le sujet comme St binaire, cause de sa disparition.

L'analyse serait donc cette situation unique, quasiment contre nature, qui offrirait à une personne de rencontrer cet objet impensable, le plus intime mais le plus étranger. Et ce serait même l'occasion inédite de pouvoir en entamer le deuil, pour terminer l'analyse.

Ce qui ouvre bien sûr la question de savoir si certains ont fait le deuil de leur objet (a), si certains mieux que d'autres, si certains pas du tout, si certains ne pourront pas le faire, etc... En tout cas, si ce deuil n'est pas fait, une psychanalyse selon Lacan serait un moyen pour les névrosés de faire ce deuil ; et ce serait même la condition de la fin réelle d'une analyse.

On voit ainsi qu'avec cette notion de deuil, avec son poids de réel, Lacan implique pour la fin d'une analyse, d'avoir vécu une perte et un deuil dans le transfert. Il ne s'agit là ni de remémoration, ni de retrouvaille ; et que l'avoir vécu – comme le disait Freud – est autre chose que l'avoir compris intellectuellement..

2. Disons la façon dont s'opère cette perte dans le transfert :

Il faudrait « réduire son analysant à l'objet (a) », et c'est cette réduction qui permettrait alors de faire le deuil de ce même objet (a). Notons déjà que ça implique une part d'acte de l'analysant.

Et Lacan nous donne la recette pour opérer cette réduction : L'analysant doit « faire de l'objet (a) le représentant de la représentation de son analyste ». Cette référence aux représentations nous raccroche un peu aux les wagons de la parole ; attardons nous donc sur cette histoire de représentant de représentation.

Le représentant de la représentation, c'est le *vorstellungrepräsentanz* Freudien. Freud liait déjà ce terme à une part irréductible par le symbolique, puisqu'il l'employa pour la pulsion (versant objet), et pour le refoulement originaire (versant sujet).

Lacan reprend ce terme en 64 pour référer, comme Freud, à ce qui reste d'irréductible au symbolique. Puisque c'est le séminaire de sa grande refonte de la pulsion, à laquelle il associe sa conception de la « causation du sujet » : Le représentant de la représentation c'est le signifiant binaire, sur quoi porte le refoulement, et où s'opère « l'aliénation » fondamentale. C'est la fameuse « affaire de vie ou de mort entre le signifiant unaire, et le sujet en tant que signifiant binaire, cause de sa disparition », qui dit que c'est une perte obligée qui est subjectivante à l'origine, et que c'est l'essentiel de l'aliénation.

Il y a une question pratique : Ce nouage réel que propose Lacan, entre transfert, perte irréductible, et deuil... comment pouvons nous le faire solidaire d'une pratique où il s'agirait pour l'analysant de « faire de l'objet (a) le représentant de la représentation de son analyste », pour en finir ?

Si on prend le temps du transfert où l'analysant charge l'analyste de ses représentants de représentation, des signifiants qui supportent son aliénation, ce temps peut être assimilé au travail minutieux d'un deuil, au sens de la reconstitution par le détail de tout ce qui a été vécu avec

l'ancien objet, tel que l'analysait Freud dans *Deuil et mélancolie* (1915).

Lacan corrigera que ce n'est que le versant de résistance du deuil ; car le résultat est de maintenir l'objet, et donc le transfert ! Dans quel but ? Parce-qu'en réalité ce qu'il s'agit de maintenir « ce sont les liens par où le désir est suspendu à l'image narcissique par quoi tout amour est narcissiquement structuré... » (*L'angoisse* p 410). C'est le versant aliénant, et sans fin du transfert, comme parfois du deuil. Comment en sortir ?

Il faut un deuil véritable. C'est donc en accord avec Freud que, pour la fin, Lacan propose qu'apparaisse autre chose dans le travail de deuil du transfert ; autre chose, qui génère une perte réelle, pour pouvoir faire un deuil réel. Et cela adviendrait lorsqu'enfin l'analysant aurait fait de l'objet (a) le représentant de la représentation de l'analyste.

Là bien sûr, nous devrions rencontrer une difficulté, au moins logique : Comment cet objet (a), ce « hors signifiant », irréductible par le symbolique, peut-il venir jouer sa partie dans le processus des représentations, du symbolique ? On a une piste, si on n'oublie pas que l'objet (a), c'est aussi la vérité du sujet comme signifiant binaire, c'est la vérité de l'aliénation. En tout cas on est au niveau du processus primaire de l'Inconscient Freudien.

En même temps, avec cette impasse apparente, on a envie de dire : « Tant mieux », si on sort de l'infini de la chaîne signifiante et de ses effets de relance ; c'est l'espoir d'une possibilité de fin réelle d'une analyse. D'autant qu'avec ce passage énigmatique de l'objet (a) dans le champ des signifiants, on n'est pas totalement sorti du champ des représentations, et on n'est donc pas passé dans un indicible absolu pour la fin.

Mais ça nous laisse encore la question d'une issue particulière de l'analyse pour chacun, c'est à dire de la différence absolue pour la séparation.

3. Disons le temps que dure ce deuil, pour la fin de l'analyse :

Là encore Lacan semble précis : « C'est la durée qu'il faut au deuil de l'objet (a), c'est le temps où le psychanalyste persiste à causer son désir... Puis le deuil s'achève ».

Que le deuil s'achève, et comment, demeurera une question pour Freud ; c'est même ce qu'il interrogea en vain avec la manie. Est-ce que l'arrêt de Freud sur cette question de la fin du deuil, ne rend pas compte de son échec à articuler la fin de l'analyse ?

Ce qui permit à Lacan d'aller plus loin que Freud sur cette question du deuil et de la fin de l'analyse, fut d'avoir introduit son objet (a), avec son séminaire sur L'angoisse (p410). Là où Freud parlait d'exécuter en détail le détachement libidinal de l'objet, Lacan a renversé le problème et a parlé au contraire de restaurer le lien « avec l'objet a... masqué derrière l'image narcissique ».

Une analyse permettrait donc de faire le deuil de l'objet (a), parce-qu'elle permettrait d'en restaurer le lien via l'analyste, et d'ainsi pouvoir le perdre.

On entrevoit que si ce passage, cet acte de l'analysant est possible, c'est parce qu'il y a comme préalable, l'acte de l'analyste qui est « fait de l'objet a » ; parce qu'il y a eu le séminaire de Lacan en 67 sur L'acte, qui l'a préparé.

J'ajouterai une remarque pour la pratique : l'objet (a) étant masqué derrière l'image narcissique, on peut supposer que pour en restaurer le lien, il faudra une sérieuse brisure du narcissisme. Ce qui, au passage, met le corps dans le coup.

Puis le deuil s'achève. Reste le stable...

L'épreuve de la clinique :

Pour la fin de l'analyse, Lacan a donc mis les projecteurs sur une opération réelle dans le transfert, sur un vécu. Ce qui pose la question du statut objectivable de ce vécu, qui demeure subjectif et trompeur. D'où la solution proposée par la passe : « de l'éprouvé à la preuve ».

Pourtant je voudrais tenter de dire – le tenant d'un analysant - ce qui, à un mo-

ment d'une analyse a pu faire non trompeur cet affect, donner consistance à l'éprouvé d'un moment d'entrée dans la fin de l'analyse : Ce fut une émotion insistante bien que banale : L' émoi (et moi.. ce qui échappe au moi), avec son corrélat de fuite corporelle que furent parfois les larmes, toujours au bord de l'angoisse.

Cet émoi me parut être l'indice de la destitution subjective attendue, et sonna le premier coup de cloche – non pas du délire - mais de la fin de l'analyse... Lacan n'affirmait -il pas dans L'angoisse que « l'émoi n'est rien d'autre que le (a) lui-même, dans les rapports du désir et de l'angoisse ».

Comme Lacan le précise bien dans « l'étourdit » il s'est agi pour cet analysant d'un temps précis dans l'analyse, et pour une structure donnée, la névrose. Ce temps se décomposa en deux étapes : Je dirai une versant objet, un versant sujet, les deux ne s'apercevant pas en même temps sur la scène :

1. La brisure narcissique, ou l'apeçu sur l'objet manquant :

Depuis un certain temps, un symptôme avait pris une dimension « concentrationnaire » dans la vie de cette personne, comme pour ravalier, nier l'évolution apparemment favorable de sa cure. Le conflit moral était important.

Puis un jour advint où cet analysant fut surpris d'apercevoir qu'un certain fonctionnement fantasmatique – sans problème jusque là – pouvait à contrario comporter un obstacle à son désir. Et même que cette incompatibilité de sa jouissance avec son désir n'allait logiquement pas sans alimenter son symptôme, et le transfert.

Un savoir nouveau était donc advenu, sur quelque chose à perdre, mais qui restait sans prise, sans nom, et quasi impensable. Mais du coup une urgence nouvelle se présentait à lui : Comment perdre ce qui ne pouvait s'entrevoir que comme manquant ?

L'avoir compris intellectuellement, et l'avoir vécu étaient bien deux choses différentes .

Ce savoir nouveau suscita d'abord une surprenante angoisse.

Comme pour un patient schizophrène de Lacan, notre patient se trouvait lui aussi au pied du mur de devoir assumer le manque fondamental qui le constituait ; un abîme s'était ouvert.

Du coup, le sujet comme l'analyste s'en trouvèrent quelque peu désusposés.

2. La destitution subjective : Où le sujet se barre, où le corps fuit :

Jusque là, il aurait pu ne s'agir que d'un épisode supplémentaire des surprises du manque, de l'Inconscient, dans la cure, s'il n'avait eu pour conséquence une brisure subjective durable qui me semble avoir sonné le premier coup de cloche – non pas du délire – mais du deuil de l'objet (a).

Comment ? Au-delà de l'angoisse, ce patient put apercevoir un autre versant de la faille : Non seulement la solution par le manque, entrevue, lui échappait, mais surtout il aperçut qu'elle comportait chez lui un refus ultime ; comme un pousse à s'accrocher, à son insu, à la jouissance qui ne convenait pas. Son sentiment étant d'un : « plutôt ce que j'ai toujours connu que cet inconnu là ». « Cet inconnu là » le renvoyant à l'Autre barré, aux partenaires qui l'incarnaient, l'analyste compris.

L'autre versant de la faille révélait donc son être de refus ; refus de céder quelque chose qu'il méconnaissait !

C'est ce moment qui fonctionna comme une brisure subjective, avec l'apparition irrépressible d'un émoi, d'un affleurement de larmes, comme une fuite corporelle, qui dura plusieurs mois. Cette émotion le submergeant aussi bien dans les séances d'analyse qu'entre les séances, dès que sa pensée approchait cette faille et ce refus destituants : « Le sujet se barre » disait Lacan dans *Encore* à propos des larmes, lorsqu'on vous marche sur le pied. J'ajouterai que c'est aussi bien le corps qui fuit – celui qui nous est donné par l'ics. Lacan ne disait-il pas : « L'émoi dans les rapports du désir et de l'angoisse, n'est rien d'autre que le a lui-même ».

Bien sûr, comme tout affect, la portée de cet émoi demeure critiquable : Nous retrouvons en effet cette émotion larmoyante à toutes les étapes d'une analyse, et dans toutes les structures cliniques. Je pense à ces analysant(e)s, au temps des préliminaires, qui manifestent cette émotion dans le transfert, alors qu'ils avaient pensé aux mêmes choses et sans émotion dans la salle d'attente. Temps où il faut bien trier ceux qui seraient susceptibles ou non de faire le deuil de l'objet a. Pensons aussi à ces patients psychotiques, paraissant solidement désaffectés, qui se trouvent soudain arrêtés, voire submergés d'une apparente émotion, d'approcher un « je » impossible à assumer ; c'est toujours au point où « ils risquent de ne plus pouvoir nier les sensations fausses d'un corps qu'ils ne peuvent reconnaître » ; ils ne peuvent d'ailleurs généralement rien en dire. Les schizophrènes sont exemplaires à cet égard ; ces patients qui eux ne pourront pas faire le deuil de l'objet a.

C'est ce temps me semble-t-il qui ouvrit la voie de la séparation, c'est à dire du deuil de l'objet (a).

Pourtant, chez notre analysant, l'émotion et sa durée dans le transfert ne suffiraient toujours pas à affirmer qu'il s'agissait bien d'une entrée dans ce temps de la fin Lacanienne.

Le deuil de l'objet a, entamé :

Comme nous en avons l'habitude, ce sont les suites, l'après coup, qui imprimèrent à ce temps sa dimension de réel, de deuil de l'objet (a).

Le plus sûr de son être se révélait pour cet analysant dans les traces de l'abject, du plus improbable pour son moi.

La réduction de l'analyste à la tournante des objets pulsionnels auxquels le sujet s'équivalait, était déjà bien entamée.

C'est ainsi que l'analyste se présenta comme reste en tant que voix muette, quasi surmoïque, qui ne disait rien et poussait à dire ; un pousse à sonoriser l'analyste, à le faire consister au gré de son fantasme. L'analyste avait fonctionné en creux, n'ayant renvoyé que l'écho de

l'objet du fantasme construit dans la cure. Où se confirmait que le fantasme se construit bien dans la cure.

Mais cette brisure subjective fit apercevoir autre chose. Disons :

Un dire était à l'œuvre qui était un « pas-je ». Mais un dire qui n'était pas neutre pour autant, qui n'était pas sans consistance, qui était porteur d'une trace pulsionnelle.

Un dire qui n'était pas sans un vouloir obtenir la complaisance de l'autre.

Un dire qui faisait nœud, infiltrant tous ses dits, tous ses liens.

Un dire comme marqué d'une jouissance primordiale, fixée dans le rapport à l'Autre, aux autres ; quelque chose d'archaïque, marqué de la répétition, comme une lallation.

Un dire resté oublié derrière ce qui s'était dit dans ce qui s'était entendu.

Luto e angústia no fim da análise

Sandra Leticia Berta

Uma análise chega a seu fim. Trata-se de um sujeito obsessivo que, após a morte inesperada da sua mulher, inicia uma vida amorosa dupla que se estende por anos, que lhe perturba e que lhe faz demandar análise. As duas mulheres abrem para o sintoma que ele mesmo nomeia “vou falar das duas”. Na entrada em análise, se apresenta uma piada na qual o significante que lhe representa é: “o malandro agulha”. A piada é a seguinte: um homem e uma mulher fazendo o amor são interrompidos por um estranho que está armado. Este, antes de estuprar a mulher, ordena ao amante: “você ficará dentro desse círculo” – desenhado no chão – “caso você saia, eu a mato”. Assim o amante fica ‘preso’ no círculo e pensa o seguinte: “poderei enganá-lo, poderei entrar e sair do círculo sem que ela me veja, enquanto ele transa com a minha mulher”. A satisfação se obtém desse desafio à morte. Eis a piada do “malandro agulha” que lhe representa em todas as situações nas quais ele se “afina” face às ameaças do Outro. Essa cena vincula às versões do pai, construídas na análise. Em relevo, outra cena, desta vez infantil, retorna em momentos cruciais da análise. Sendo criança, ele está no banheiro e ouve que sua avó materna está chegando em casa. Decide assomar-se pela janela e cuspir na cabeça da avó, acertando o alvo. Imediatamente depois sua mãe sobe as escadas, está possessa e força para que ele abra a porta do banheiro, ele não consegue não abrir, recebendo em castigo um monte de pimenta na boca e escondendo-se da sua própria vergonha na banheira. Essa cena será vinculada ao “malandro agulha”. Porém, perto do final, e por um sono, o “malandro” vira o “cagão”. Não sem angústia pode verificar que com o Outro, nem mesmo no

desafio amoroso que estabeleceu com a morte, com o Outro absoluto, só se pode ser cagão. Mas, por quê? Porque o Outro materno assim o desejou, em particular para ele, o filho predileto, bem sucedido e provedor. Momento de separação e de extração de um novo saber que lhe modifica sua vida amorosa. Jamais se tinha considerado um cagão com as mulheres, antes um “bom moço”, isto é: ideal materno do qual sabia há tempos na análise e pelo qual tinha atestado modificações subjetivas. Nesse tempo do final da análise se surpreende ao verificar como seu corpo respondeu ao “cagão”: cagando reiteradas vezes por dia, dado esse que nunca tinha sido considerado por ele.

Por que razão, isso que se sabe no final da análise, se sabe nesse momento e não em outro? Por que razão, isso que se sabe estava à disposição no discurso do analisante, por vezes muito tempo antes? Por que não um pouco antes ou um pouco depois? Responderei a essa questão sobre a temporalidade perguntando-me se, nesse intervalo, entre o que estava à disposição do sujeito e não se sabia, ou se sabia um pouco, e o momento do fim da análise; devem ser articulados um ‘trabalho’, a saber: o luto; e um ‘afeto que não engana’ (Lacan, 1963), a saber: a angústia. Vale aqui uma ressalva: nem tudo passa ao saber. Se no fim da análise há um ganho de um saber, no mesmo momento resta uma dimensão enigmática.

Organizo minha questão diferenciando brevemente luto e angústia. Tomo como referência as articulações de Lacan, em 1963, quando diz “Não estamos de luto senão de alguém de quem poderíamos dizer: eu era a sua falta” (Lacan, 1962-1963, p. 151) em contraponto com a definição precisa da angústia: “a falta vem faltar” (Lacan, 1962-1963, p. 50).

Minha hipótese é que nesse intervalo do fim da análise, podemos articular uma

serie que vai do luto à angústia, tendo como efeito: a produção de um significante que transforme o “gaio issaber”, gay sçavoir, (Lacan, 1974), o saber “alegre”, sempre do falo, que até o momento funcionava contestando uma possível tristeza (a qual seria demitir-se de querer saber).

Luto e angústia têm uma tópica em comum, pois ambos afetam, em primeira instância o eu. O luto é um trabalho que acontece no eu. Enquanto a angústia é um sinal no eu. Lembremos: sinal de um real, índice de um real.

No luto trata-se da desmontagem das diferentes identificações que afetam o simbólico e o imaginário para dar conta de um furo no real. O trabalho deverá contemplar as modificações ao nível das identificações imaginárias $i(a)$ e simbólicas $I(A)$, estas última sendo o *signum* do Outro. As marcas do Outro, as quais se inscrevem por traços isolados, únicos, “tendo cada um a estrutura do significante” localizam o sujeito em relação a sua imagem $i(a)$, envoltório da falta ($-\varphi$) que indica um lugar para ser amado pelo Outro.

Portanto, o luto é um trabalho econômico no qual a libido se desloca em novos objetos, sendo o primeiro: o eu. Mesmo se Lacan (1958) nos propõe pensar que em todo luto há um furo no real diferenciando-o da psicose na qual o furo é no simbólico, e acrescentado que há pontos de fuga em todo luto; somos levados a pensar que o luto tem um final. A lógica temporal do luto se resume em: instante de ver que refere à petrificação, o estupor subjetivo, o tempo de compreender referido ao desfolhamento dos ideais, um a um; e o momento de concluir ligado ao preço que o sujeito deve pagar para que o luto, de modo enviado, chegue a seu término. Esse momento, segundo Lacan, define um preço a ser pago pelo enlutado: a libra de carne. O sujeito deve pagar com sua libra de carne, isto é: o sacrifício que o sujeito do desejo pagou por existir. Eis a razão pela qual o luto e angústia podem ser correlacionados, pois o furo no real do

luto confronta o sujeito com a libra de carne.

A respeito da angústia, a seguinte definição parece-me preciosa: “Em suma, a angústia é correlativa do momento em que o sujeito está suspenso entre um tempo em que ele não sabe mais onde está, em direção a um tempo em que ele será alguma coisa na qual jamais se poderá reencontrar. É isso aí, a angústia”. (Lacan, 1956-7/1995, p.231).

Em 1963 a angústia se define por ser o afeto que não engana, impar entre todos os outros, e por não ser sem objeto. Eis aí que a angústia faz sinal no eu, justamente quando o enquadre da borda fantasmática - que inscreve a relação do sujeito ao desejo do Outro - vacila, apontando o real do objeto. A angústia aparece no que não se encaixa e se vincula a essa torção entre o *Unheimlich* e o *heimlich* na qual se evidencia que o que provoca estranheza é a inquietante familiaridade. Entretanto, a angústia é uma subjetivação desse real e por essa razão guia o sujeito quando de encontro com o mais íntimo do seu ser. Podemos pensar nesses termos tanto a entrada quanto o fim da análise.

A angústia, afeto de exceção (Soler, 2005) é índice do mais íntimo do ser. As coordenadas desse afeto foram articuladas por Lacan em 1962 na operação de corte do *cross-cap*, a saber: o objeto a , que conserva as propriedades da superfície, mas não é especularizável, pois é irreduzível à imagem, mesmo dela participando. Por sua vez, o corte do *cross-cap* cria uma parte periférica que é a superfície da banda de Möbius na qual se representa a estrutura do sujeito. Isso posto: trata-se, a partir da operação do corte, da formulação das coordenadas da fantasia fundamental ($\$ \square a$). O corte serve para enunciar as relações do sujeito com o objeto que a análise procura ($a \square \$$), permitindo estabelecer uma disjunção radical que fará que nenhum saber diga jamais a verdade toda. O mito individual que se articula nos significantes que representam o sujeito tem pretensão de verdade (considerando o discurso do analista, embaixo da barra - S_2 no lugar

da verdade). Precisamente o saber, no seu bojo, carrega a seguinte fórmula: “desde que isso se sabe, que alguma coisa de real chega ao saber, há algo perdido, e a maneira mais certa de aproximar-se desse algo perdido é concebê-lo como um pedaço de corpo” (Lacan, 1963, p. 144). É isso que o objeto a, no lugar do agente, promove no discurso do analista. Quando “a falta vem faltar” há um apagamento do significante em relação ao *Che voz?* Porém, precisamente no final da análise, a produção de um significante (S1) que decanta as significações anteriores permite fazer uma torção, sem por isso estar de posse de todas as respostas. Dito de outro modo: sem por isso fechar o enigma do ser falante.

Se o luto afeta a dialética da identificação, a angústia afeta o corpo, vai direto ao coração do ser e lhe perturba porque lá não há significante. Mas, pensando o fim da análise é aí que se apresenta o paradoxo, pois quando cai a demanda que suportava o sintoma e justificava a fantasia, um significante amarra e dá a senha do jogo da neurose para o sujeito.

Então, porque não antes ou depois, se algo do saber já estava à disposição? Porque após o luto das identificações, as mais singelas e as mais certas, a ficção neurótica se torna ‘boba’, surpreendentemente besta. E é esse o momento de concluir sobre esse saber neurótico. Mas não sem que antes se abra, mais uma vez, uma fresta na janela fantasmática que confronta o sujeito com o indizível. Isso deveria nos guiar para uma clínica da angústia e do ato (que lhe corresponde em sua certeza) no final da análise: incluindo ali, os fenômenos do ato: acting-out e passagem ao ato; e diferenciando-o do ato que a função da pressa impõe ao sujeito no momento de concluir. Os mesmos apontam à impossibilidade própria ao saber para dizer toda a verdade. Depois, sendo ou não praticante da análise, há um primeiro testemunho que o sujeito do inconsciente dá. Eis o que esse analisante encontra no final: a passagem do

malandro-provedor para o cagão resulte uma surpresa, mesmo porque em seu desafio à morte, a turgência fálica tinha sido a resposta neurótica que fundamentava seu sintoma.

Bibliografia

- FREUD, S. (1917[1915]). Luto e melancolia. In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução J. Salomão. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 197. p. 270-94.
- _____. (1919a). Lo siniestro. In: _____. Obras Completas. Tradução Luis Lopez Ballesteros y de Torres. v. III. 4. ed. Madrid-4, Espanha: Biblioteca Nueva, 1981. p. 2483-506.
- LACAN, J. (1945). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: _____. Escritos. Tradução V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 1197-213.
- _____. (1956 – 1957) El Seminario, libro IV, La Relación de Objeto. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- _____. (1958 – 1959). O Seminário. Livro VI. O desejo e sua interpretação. Tradução da Associação Psicanalítica de Porto Alegre a partir do texto estabelecido pela Association Freudienne Internationale, 2002.
- _____. (1961 – 1962). O Seminário A identificação. (inédito).
- _____. (1962 – 1963). O Seminário. Livro X. A angústia. 3. ed. Tradução do Centro de Estudos Freudiano de Recife a partir da transcrição realizada pela Associação Freudiana Internacional, 2002.
- _____. (1964). O Seminário. Livro XI. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. (1969 – 1970). El Seminario. Libro XVII. El reverso del psicoanálisis. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- _____. (1973 – 1974). Televisão. In: _____. Outros Escritos. (V. Ribeiro, trans.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 508 – 543.
- SOLER, C. Angústia, o afeto de exceção. Notas pessoais da Conferência ministrada em São Paulo, no dia 11 de novembro de 2004, no V Encontro Nacional da Associação Fóruns do Campo Lacaniano – II Encontro da EPFCL – Brasil, de 11 a 14 de novembro de 2004.

Acerca de la clínica del fin de análisis

Enrique Katz

Presto atención y opino, el amor que cree el psicoanálisis es verdadero, o quizás tan mentiroso como aquellos que todos los días creen en lo verdadero de lo que encuentran.

Esto dice mucho sobre la práctica que me interesa, me dice algo, que los amores también se terminan.

Cuando dos que se amaron, me dijeron que se sientan a hablar sobre la falta de amor, cuando el amado no sostiene como objeto, la ilusión de que es él lo que hace falta ya no hay nada más que hablar. Así fue que me encontré con enredos en algunos análisis para dar cuenta de la elaboración del fin, como dejar la transferencia.

Hay amores que cuentan un puro transcurrir. Un devenir que se sostiene en el tiempo, peor que no parece lograr encuentro alguno de aquello que el amor busca, y también hay otros, donde se hace patente que no son más que encuentro tras encuentro donde la pasión que alcanza, no parece provocar ni duración ni historia, cosa de la neurosis, donde lo que entiendo por psicoanálisis no lo hallo. Cada amor teje su tiempo, cuál es el último.

Encuentro tras encuentro, donde el “tras” implica una cronología en donde propongo recuperar para pensar la palabra freudiana excomulgada de la elaboración.

Encuentro tras encuentro ¿Cómo situar por que alguno de estos encuentros merece ser el último? Y en estos enredos del amor a punto que la caída del sujeto supuesto saber es un momento que se incluye entre el amor y el olvido. Digo entonces: si el tiempo del psicoanálisis es el tiempo del inconsciente, cada psicoanálisis tiene su tiempo.

El tiempo del inconsciente no es un tiempo cronológico, sino un tiempo ligado al proceso de elaboración significativa que le sujeto está llamado a realizar en el marco de su propia experiencia respecto a sus propias preguntas y elecciones existenciales en el tiempo hay una medida.

Hacer decir tic – tac al reloj nos permite percibir su duración porque ya está organizado. Pero, tras la entrada necesaria de la cifra en el tiempo, queda siempre un resto, esta es la razón por la cuál el intervalo entre los dos sonidos del tic – tac está cargado de duración significativa el tic - tac es pues una trama, como la articulación significativa fort – da del juego infantil freudiano pero trama que humaniza el tiempo al conferirle forma y donde el intervalo entre ambos representa el tiempo puramente sucesivo y desorganizado que necesitamos humanizar.

Pero ese tic – tac es también un tiempo mortificado que no recubre totalmente el tiempo como real, el tiempo vivo del sujeto deseante, el tiempo peculiar del sujeto.

Este tiempo no es tan poco el tiempo como medida del valor del trabajo del analista.

Según los parámetros propios de la economía del discurso capitalista que sanciona que el tiempo equivale al dinero. En un psicoanálisis se trata entonces de restaurar la función del tiempo en conformidad al funcionamiento temporal del inconsciente del sujeto.

Si hay un resumen insuperable que rectifica el aporte de la lingüística y que ante todo rectifica el concepto de tiempo es: “lo que se diga permanece olvidado detrás de lo que se dice en lo que se escucha”. Lectura de Lacan del “Atolondradicho”.

Lo que se diga, cuando se habrá de decir? ¿Cuándo sino, en una diferencia

para siempre diferida? En la gramática que se diga menciona el presente del subjuntivo, tiempo virtual y desiderativo. Virtualidad que excluye la actualidad del acto. (El ahora es sino sido siendo). Lo que se dice es siendo sido lo que habrá sido gracias al espaciamento de lo que se dice con aquello que se escucha (entiende).

Este intervalo sin duración que separa el decir del escuchar es operado y retenido por la sustracción de una presencia virtual, sin consumación. (Siempre falta algo para la plena descarga y satisfacción) Freud y sus conmovedoras notas póstumas.

Entre el decir y el dicho, entre la enunciación y el enunciado, la separación proyecta hacia el futuro lo que se haya de decir sin que sea posible decirlo. Lo que resta por decir habrá de ser dicho cuando sea dicho lo que ha sido, curioso futuro anterior, que es anterior al retorno de lago sido ¿Cuándo fue lo sido mismo? ¿Alguna vez fue pasado sin presente? ¿O bien, presente sin pasado? No hay otra respuesta que la adelantada: lo que está siendo es sido, porque no hay ningún sujeto que sea contemporáneo de si mismo, el corte y la repetición que define al acto se articula eludiendo la dimensión del presente, porque todas las dimensiones temporales pasan de continuo por ese lugar vacío que es el tiempo virtual, tiempo de elixis.

Lo que ocurre en mi relato no es una historia acabada, lo que se realiza en mi historia no es el pretérito definido, en el sentido de “lo que fue”, no es lo que ha sido en lo que yo soy, es futuro anterior es “lo que habré sido para lo que estoy llegando a hacer” esta acción venidera que anticipa a otra acción venidera esta es la temporalidad del sujeto analítico.

“Lo que habré sido para lo que estoy llegando a hacer” se caracteriza por expresar acciones expresadas en futuro en relación con hechos del pasado, ninguna de las dos acciones han concluido, ni lo que habré sido ni lo que estoy llegando a hacer. Sin embargo hay matices dentro de esta fórmula del futuro anterior, justamente lo que se

percibe como pregunta es porque es de tipo conjetural, el “habré” es una conjetura; hay una acción dudosa o supuesta, “habré” de un pasado, “sido”, y relativa a otra acción venidera también conjetural, porque no es “lo que seré” sino, “lo que estoy llegando a hacer”.

Hay una doble conjetura en el “habré sido y en el “llegando a hacer”, entonces esto propicia una sensación de interrogación de que hay algo que no está acabado ni en un lado ni en el otro. Y con todo esta, ¿qué ocurre con los analistas y el fin del análisis?

Recuerdo una práctica de control, la analista temerosa de la violencia esperable en acto que creía escuchar en el decir del analizante, quería su finalización. Creía encontrar la solución subiendo los honorarios más allá de las posibilidades de pago. Quería echarlo. El expulsado se las ingenió luego de un tiempo, reorganiza su economía y apretó victorioso el timbre de la asustadiza. No sería tan rápido ni tan fácil el final de lo que se tramitaba, porque el sujeto puede hacer ahí donde le pedían que se vaya. Escena básica de su fantasma de provocación al otro.

Ahora un suceso en apariencia que relata todo lo contrario. Aquí en el analista su fantasma se jugó en tratar de retener a esa paciente en momentos en que le preocupa demasiado el tener el consultorio despoblado. Se cuida de decir lo que escucha, el tema de la finalización del análisis, insiste en la palabra de esa mujer.

Cuidado temeroso, no muy efectivo, puesto que no impide que la analizante insista en la transferencia lo suficiente para no dejar ser enmudecida. En una de esas veces en que la mujer declara que “todo se termina”, el analista sabiendo hacer ahora un poco más sobre sus miedos, subraya lo que escucha, lo que no se atrevía a pronunciar con la esperanza de controlar sus implicancias y es ahí que el analista dice: “es cierto, todo se termina, cómo hasta el análisis”. Después de un silencio de ella, la analizante que parece no haber prestado atención, se acuerda de dos hombres, el

empapelador y el mecánico, con quienes se peló fuertemente, “los trabajos se terminan bien o no se terminan”, yo me enojo demasiado, si a veces pudiera hacer un chiste, fórmula rotunda para que alguien diga de su anhelo que en un tiempo porvenir su análisis le permita realizar lo que quiere de lo que desea.

Así tiene trascendencia la tramitación de la inclusión del fin de análisis en el decir del analizante. Que alguien se decida a hablar de la terminación de quien fantasea despedirse. Si hasta ahí hubo análisis, es un paso, nada fácil de sostener por el analizante, toda vez que cuestiona la existencia de la transferencia, Aquí quiero diferenciar de la pregunta que aparece en las entrevistas previas, a veces, sobre ¿y esto cuánto dura?¿cuándo le parece a usted que este análisis debe terminar? Fórmula que una analizante encontró para introducir el fin de análisis bajo el modo de la demanda. Que la abstinencia ubique el fin de análisis en serio con otros objetos de su historia, no oculta que se realiza una operación para que sea leído ese fin como posible.

En una sesión posterior, una frase sale al encuentro del analizante en medio de una de sus habituales quejas, por el desasosiego que le produce su pareja: “hasta que la muerte nos separe, es muy pesado, no permite que se elija” dice descubriendo que una separación cambia con s posibilidad de existencia los destinos de una relación. No es lo mismo que algo tenga o no un fin. De eso depende que haya lugar para el deseo. Se le marca aquí que el fin de su análisis fue incluida por ella al modo de una petición a ser concedida. La vuelta que ahora

encontraba era cómo seguía, si seguía aquello que podía tener un fin. Re encontrarse con su deseo de analizarse iba por el sesgo de que el fin de análisis era un tiempo que podía llegar.

El tiempo del análisis no parece encontrarse en el mejor lugar si forma parte del fantasma del analista, más bien este debería saber pagar el precio que su función exige dejándolo entre paréntesis.

Entonces el trabajo arduo de los analistas: separar los dos sentidos de la palabra “fin” en cuanto a finalización y en cuanto a finalidad no parece banal y terminado. No se muestra saldada la cuestión y aunque los analistas estemos más avisados que es inherente a nuestro lugar pagar con nuestras aspiraciones y prejuicios, no terminamos con nuestro fantasma de esperar “algo”.

El fin de un análisis se presenta como un lugar privilegiado para que la analista espere. ¿Pero que sería propicio que espere? Nada que esperar de un fin de análisis. Arriesgo, más que la manera particular con que ese análisis se las arregla para dar a leer que ahí hubo un fin. Un fin de la cuestión que lo inicia y es que vamos a un análisis para saber, sin relucir este a un conocimiento, ahí donde la angustia hace pregunta, entonces ¿Qué otra cosa ofrece como promesa inaugural un psicoanálisis, sino, “ese” saber sobre el padecimiento?

Comienzos del seminario XXIV dice Lacan “el psicoanálisis particularmente no es un progreso. Es un sesgo práctico para sentirse mejor”.

O tempo real na experiência analítica (o que conjuga a entrada e a conclusão da experiência de análise)

Eliane Z. Schermann

Freud afirma que o inconsciente ignora o tempo. Para Lacan, o tempo faz o inconsciente. Para Lacan, o tempo orienta a estrutura desse “discurso sem palavras” e define o inconsciente como “um saber que não pensa, nem calcula, nem julga, o que não o impede de trabalhar” (Televisão). O tempo é tratado por Lacan como escansão, como hiato, como o que cessa e o que não cessa de escrever os traços nos quais o sujeito se apaga e se precipita ao se desvelar em ato. No entanto, ele também afirma ser preciso tempo para que o inconsciente advenha à falha que se revela no “ser” ao se dizer. Se, por um lado, é “preciso tempo para fazer traço daquilo que falhou (*défailli*) em se mostrar de saída”, por outro lado, a função da pressa precipita o sujeito no lugar vazio do objeto, fazendo com que, no ato, o sujeito se “realize na perda em que surgiu como inconsciente” (Radiofonia).

Essa experiência supõe uma travessia pela perda, regulada pelo objeto a. Não podemos ignorar a contingência do ato analítico, provocando seus efeitos no tempo a posteriori da experiência analítica. Enfim, o objeto a é o fundamento da estrutura topológica do inconsciente e serve de lastro ao tempo necessário (por exemplo: *nachträglich*, na função da pressa, no *après-coup*) para liberar o sujeito da repetição monótona em que fixou seu ser.

Como articular a função da pressa com o tempo necessário para que o “ser” nasça da falha produzida ao se dizer? O tempo real insiste em se dizer

para, enfim, alcançar o que já estava em causa e não podia ser dito desde a entrada. Lacan nomeia em Radiofonia de “a foice do tempo” (*la faux du temps / il faut du temps*) essa experiência de se deparar, mesmo sem o saber, com o que já lá estava desde “o instante de ver” a falta e a castração do Outro.

Em psicanálise, as questões sobre o tempo só podem ser abordadas em relação à estrutura. O sujeito depende do significante que o determina e que também o divide. Ao trabalhar Hamlet, Lacan afirma que “o tempo, em sua própria constituição nos tempos da gramática – passado, presente e futuro – se refere a nada mais do que ao tempo da fala, do blá-blá-blá”. Logo, embora seja preciso tempo para alcançar a verdade, o tempo na experiência analítica está estreitamente ligado à transferência, ou seja, ao que, a partir dela, do equívoco do SsS, se desvela e se precipita. Então a transferência não é simplesmente repetição de um passado desconhecido que segue o traçado da orientação fálica. A transferência é definida por Lacan como “a colocação em ato da realidade sexual do inconsciente”. E esta realidade nada mais é do que regida por um “não há”, por algo que se furta à razão fálica (que faz com que os significantes se sucedam, na descontinuidade, orientados pela metonímia e pela metáfora).

A transferência se refere à dimensão do tempo necessário para que o sujeito encontre os significantes de sua alienação. Os significantes que daí surgem obedecem às leis da repetição e da automação. Eles são regidos pelas leis do simbólico de permutação e substituição. Um sujeito repete na

experiência de análise os significantes que marcaram o momento em que fixou seu ser. Os significantes se desvelam no sintoma, sem o saber. Lá onde estava o significante de um gozo primordial, deverão advir os significantes produzidos pelo trabalho de transferência. Entretanto, “é o real” – insistente em se dizer – “que permite efetivamente desatar aquilo em que consiste o sintoma, ou seja, esse nó de significantes” (Televisão, p. 25).

Ao lado de um trabalho de transferência nomeado por Freud de *Durcharbeitung*, propomos distinguir um outro efeito deste trabalho que não é simples repetição. Há uma exigência lógica inerente ao percurso analítico que não ignora a causa do desejo subjacente ao deslizamento da série. Ao reenviar o sujeito à descontinuidade psíquica, o que foi vivido como sucessão se inscreve como simultaneidade. Em um instante – o do ato –, entre a causa e o efeito há (atualiza-se) um hiato que se desnuda como pulsão. A causa funda na atualidade a matriz de um “futuro anterior” – *nachträglich*.

Para discutir a entrada que antecipa a conclusão da experiência analítica, vamos nos deter em dois momentos cruciais da direção de um tratamento. É a partir das entrevistas preliminares que poderemos dizer se um sujeito a se realizar como possível analisante encontrou um possível analista ao qual endereçar “aquilo” que lhe retornará como questão. Então, é necessário um tempo para que se dê este “encontro/re-encontro”. No entanto, a entrada na experiência analítica corre o risco de se constituir em um tempo monótono que se perpetua no mal-entendido inevitável próprio à estrutura (o próprio significante é equívoco) se não houver nenhuma intervenção que conduza a um trabalho que vise descentrar a demanda em direção à causa. Para tanto, é necessária a intervenção de um analista. Esse é o momento inicial do ato analítico que permite ao sujeito da experiência analítica destacar sua marca de gozo.

Como efeito do ato analítico, uma falta é extraída da lei repetitiva da cadeia significante (já que esta falta é correlata ao motor da demanda). A falta abre o circuito da pulsação inconsciente (abre o circuito pulsional) para permitir a construção de uma ficção nos instantes de encontro inesperado do sujeito com sua verdade. Como efeito, o sujeito tende a se precipitar na surpresa que reflete a urgência da perda de um gozo até então possivelmente ignorado. Esses instantes fugazes em que o sujeito se precipita como efeito da perda subjacente ao desdobramento do traçado da “bússola”, razão ou orientação fálica, marcam uma suspensão (*Aufhebung*) e uma interrupção de um tempo que se sucede.

Embora seja preciso um tempo para que se desfaçam os nós que ataram o sujeito aos seus sintomas, é da alternância entre tédio, monotonia de significantes e precipitação na pressa que a estrutura é constituída. Assim duas versões do gozo são recuperadas – uma fálica, da qual extraímos as marcas da sequencia tensionada entre antecipação e retroação (ou seja, extraímos as marcas do sintoma que surgiram da descontinuidade fálica no encontro com a pulsão de morte), e outra orientada pelo objeto a, em que o não-tudo se furta ao gozo fálico e faz com que o sujeito se precipite em uma decisão impensável, imprevisível.

A contingência, provocada pela pressa em concluir, está mais para o registro do que “cessa de não se escrever”. O falo objeta a possibilidade do encontro sexual, impede o encontro de se realizar. Contudo, o falo funciona como símbolo da castração, tornando assim visível o tempo zero da falta. O falo também vale como símbolo do gozo. É dessa forma que o falo se reafirma como da ordem do impossível – “o que cessa de não se escrever”. Apenas no a posteriori – *après-coup* - da experiência é possível ser revelada a resposta que reduz o sujeito ao seu “ser” sem o Outro (ou seja, o sujeito enfim se reduz ao seu ser de gozo, ser necessário ao real em sua

consistência lógica para que daí possa se precipitar no novo que o re-significa).

O vazio incluído na suposição de saber da colocação em ato da realidade sexual da transferência se opõe à repetição da presentificação do passado. Como a sexualidade é marcada por um “não-há”, esse “nada”, espaço vazio da pulsão, convoca o sujeito prometido ao novo, passível de ser comparado ao vocábulo “há-de- vir” = “advir” da expressão freudiana *Wo Es War, Soll Ich Werden*. (Onde o Isso era, o sujeito – efeito da atividade do objeto, correlato ao ato que faz com que o sujeito se precipite – há de vir).

O dispositivo analítico oferece ao analisante a possibilidade de reorganizar as marcas (o traçado) significantes de seus ditos no *après-coup* de sua experiência, no a posteriori de seu percurso. Daí se depreende a lógica explicitada por Lacan em Radiofonia: “o ser nasce da falha que produz o ser ao se dizer”.

Uma nova montagem da pulsão é passível de se reorganizar para além da fantasia que sustentou o sujeito em seus ditos. Esse “ser” não mais advém do Outro nem do laço transferencial que, pela demanda, conectava o sujeito ao Outro. Como efeito desta separação, não mais haverá correspondência nem no amor nem no saber. A impossível resposta do simbólico revela não haver “boa-hora”- (*tické*) para o sexual porque este é marcado pela contingência.

A experiência de análise não é um processo devotado à eternização/eternidade. É mais uma experiência que visa levar o sujeito a falar. Mas falar o essencial em um curto espaço de tempo (veremos surgir na pressa o que é o essencial). Esse es-

sencial se refere a agarrar a prova do impossível na contingência da precipitação que desvela o sujeito em ato.

Enfim, o objeto a funda a estrutura topológica do sujeito, serve de lastro ao tempo que sempre falta no processo constitutivo do sujeito (futuro anterior). Enquanto a repetição é acompanhada por um erro na contabilidade, há nela mesma sempre um-a-menos, uma volta que falta e que faz furo levando o sujeito a tentar ressurgir e a se representar no traço unário..No traço, ele se desvela mas também se apaga. Nessas voltas da repetição, o sujeito poderia se contar cronologicamente, uma após a outra. Contudo, nessa contagem, há sempre uma volta que falta. Dito de outro modo, trata-se de um tempo lógico que aí se furta. O que conotamos como objeto a, objeto fora-de-sentido produz o efeito de corte, hiato e suspensão de sentido. Como efeito da pressa em concluir, o sujeito se eclipsa no objeto a que o precipita em ato para passar a um tempo em que o desejo se torna novamente um futuro calculável, fruto da incalculável “leveza do ser” produzida pelo objeto. Enfim, é o objeto a que conjuga a entrada em análise com a saída.

A operação analítica deve (dever ético) conduzir o sujeito a se identificar com seu ato, assim como deve conduzir o sujeito a fazer ato de sua causalidade. Enfim, é preciso tempo para “saber lidar” com o que estava em causa desde a entrada (saber sem sujeito) e que também reordena um dizer a partir da sua reiterada perda. “A cada conto, se acrescenta (e se perde) um ponto”, diz o ditado popular.

Tempo para fazer-se homem

Ida Freitas

A frequência com que o sintoma da fobia vem se apresentando na clínica, em especial, aquela fobia capaz de produzir uma descontinuidade na vida do sujeito, como o afastamento da vida escolar e social de jovens rapazes, tem me levado a refletir a respeito desse fato clínico, sem, no entanto perder de vista a singularidade dos casos concernidos ao mesmo fenômeno.

O título escolhido – Tornar-se homem – advém das primeiras reflexões sobre as observações clínicas referidas. Alguns sujeitos parecem precisar de mais tempo que outros, mergulhando num longo tempo para compreender, acompanhado do isolamento no ambiente familiar evitando assim o contato com espaços públicos, e conseqüentemente todos os riscos ali implicados.

Tempo para que? Para poder responder aos apelos fálicos, como a posição em relação a diferença sexual, à assunção de seu próprio sexo, e sobretudo em relação ao desejo que apontará para a possibilidade de gozar do corpo de um parceiro? Para assumir a responsabilidade pelas próprias escolhas? Para encontrar um lugar na estrutura significativa, através do trabalho de identificação? Enfim, tempo para fazer-se homem, já que os casos que me inspiram a essa elaboração referem-se a sujeitos que se encontram na passagem de meninos para homens?

Centrarei minha reflexão a luz de três casos clínicos que como observado acima possuem alguns pontos em comum. Caso A – Menino, 13 anos. A angústia é desencadeada a partir da ausência da mãe determinada por uma cirurgia de hemorroidas. Desde então passa a recusar-se a ir a escola, e isso

dura aproximadamente 2 anos e meio. Os sintomas eram múltiplos caracterizando um quadro de medo e angústia com seus efeitos sobre o corpo, que passa a funcionar como um termômetro para os passos e pensamentos do sujeito. A isola-se em casa relacionando-se apenas virtualmente com seus semelhantes, vivendo um mundo paralelo através de seu jogo preferido em um *chat* da Internet. Vem a análise estabelecendo sem dificuldades um laço transferencial positivo e produtor de saber, mas que exige tempo, a temporalidade própria da associação livre, segundo Soler

(Um tempo a mais – Heteridade 3 p.103) que é a dos enunciados, que colocam os ditos em série. Apesar do inconformismo familiar, do frequente questionamento dos amigos e de seu próprio tédio A esteve, exceto por poucas tentativas de retorno a escola, impassível na sua decisão de não ir a escola. A análise que teve como fio condutor a pergunta: o que é um pai? Que se desloca para: o que é ser um homem? E que encontra a resposta identificatória, que lança o sujeito no futuro de seu desejo: Quero ser um homem bom como meu pai. Se conseguir ser para alguém o que meu pai, apesar de sua ignorância, foi para mim, ficarei satisfeito.

Caso B – Menino, 16 anos, desmaia no Shopping, apresentando a partir daí o medo de desmaiar em lugares públicos, encerrando-o em casa na companhia de seu computador. Inicia a análise e interrompe os estudos por 3 anos. Sua análise traz uma lembrança infantil, viu sua mãe traíndo seu pai e silenciou sobre isso. Outra lembrança importante: quando seu avô morreu pensou: eu serei o próximo. O desmaio surge como metáfora da morte, que o coloca ao

abrigo de seu desejo, na medida em que desejar uma mulher poderia implicar em “ser feito de corno-idiota, como seu pai”. Uma interpretação do inconsciente via um sonho indica um significante para a identificação procurada, seu avô lhe diz: “Meu filho, esse lugar é seu, em referencia ao lugar que ele, o avô, sentava à mesa, e complementa, o lugar do homem da casa”. Ao fazer aniversário B enuncia: fiquei triste porque estou mais velho, não temo mais a morte, mas me entristece o fato do tempo passar tão rápido e só termos uma vida para viver.

Caso C – Menino 16 anos, muda de escola e não consegue mais ser engraçado e portanto popular. Não encontra mais as palavras, não se encaixa mais na imagem que tinha de si, outros passam a ocupar seu lugar, não suporta o olhar do outro porque o interpreta como: “você é um merda”. Como consequência dessa inibição advém o afastamento da escola, porque como o próprio C repete infinitamente, seu problema incide na relação com o outro, esse outro que encontra na escola. O abalo das identificações imaginárias deixa C diante do vazio levando o sujeito a se interrogar sobre seu ser, Quem sou eu, sou um merda? Sou nada? Sou um louco? Gostaria de voltar a ser quem eu era... E ainda, porque justo no momento em que eu deveria ter me afirmado como homem, parei, deixei o tempo passar e agora não sei como voltar. C ainda está a deriva, a procura de uma “identificação que se cristalice numa identidade”, seu tempo de compreender ainda não levou o sujeito a dar os giros necessários para concluir, afirmar algo sobre seu ser.

Podemos dizer através dos ensinamentos de Freud e Lacan que o grande embaraço da adolescência, se caracteriza por um novo encontro com o real, com a inconsistência do Outro, com a castração. Um encontro com o real pode vir a produzir um abalo simbólico, exigindo do sujeito um trabalho mental no sentido de um rearranjo deste na estrutura.

Na adolescência, o real irrompe de forma particular. Aquele sujeito, que havia renunciado à atividade sexual, num tempo de compreender que é a latência, é despertado desse sono, com a sexualidade fazendo barulho e buraco à sua porta. Como consequência desse acordar advém o apelo ao encontro de um parceiro, colocando o sujeito de forma inédita, frente ao enigma que representa A Mulher, obrigando o adolescente a se recolocar em relação à diferença entre os sexos, à assunção de seu próprio sexo e, sobretudo, em relação ao seu desejo. Desejo esse, que inclui a possibilidade de gozar do corpo do parceiro, tempo particularmente fecundo que impõe o ato de escolher.

Em *A temporalidade do sujeito*, Finger-mann, precisa que:

“A identificação do sujeito é um momento inaugural, “passagem ao ato” do sujeito, momento de concluir a sua “insondável decisão do ser”: decisão-conclusão-separação-identificação.

“Decisão do ser insondável” que podemos, no entanto sondar como acontecimento singular do sujeito, a partir das três modalidades de identificação que Freud descreve, e que remetemos aos três tempos lógicos que produzem o sujeito até o seu momento de concluir inaugural.

Estas três escansões do tempo lógico, que produzem o sujeito a partir de um corte, de uma ruptura de sua superfície, implicam uma topologia peculiar. Três tempos, dois movimentos, uma topologia. Esta estrutura topológica conclui, posiciona, localiza o sujeito em torno da sua “extimidade”, ou seja, da articulação topológica de seu furo “interno”, com o furo do Outro”.

Podemos pensar que essa passagem da infância a vida adulta que não se dá sem que o sujeito articule sua divisão, com o furo do Outro, exige uma atualização das operações de decisão, conclusão, separação e identificação, uma

atualização dessa conclusão inaugural do sujeito.

Essa operação de transformação que acontece num sujeito quando este escolhe um traço com o que o representa, para um outro significante, essa operação de identificação como um tempo para compreender, é o que pode retirar o sujeito da deriva significante, para um tempo de asserção subjetiva, de cristalização de uma hipótese autêntica, é a certeza antecipada pelo sujeito no tempo de compreender; tempo da afirmação, *bejahung*, tempo de um consentimento ao UM, que marca e transforma o rastro em traço.

Ainda seguindo a elaboração de Fingermann concordamos que “a identificação junta as partes, faz ancora, amarração, faz sintoma: dá consistência imaginária, à ex-sistência real, a partir de um furo simbólico”.

Uma psicanálise é desde Freud uma experiência subjetiva que requer tempo, tempo real para que as operações lógicas possam se efetuar. Um psicanalista hoje, mais do que em qualquer outro tempo anterior se depara com as exigências da pressa, da eficácia dos resultados. É com toda razão que uma mãe se angustia e demande resultados ao tratamento de um filho que está fora da escola há um, dois anos ou até mais tempo. O que dizer a esses pais, se não, paciência!

Lacan no Seminário 2 (p.113) pergunta, – “O que a psicanálise desvenda – se não a discordância fundamental, radical, das condutas essências do homem, com relação a tudo o que ele vive? A dimensão descoberta pela análise é o contrário de algo que progrida por adaptação, por aproximação, por aperfeiçoamento. É algo que vai aos saltos, aos pulos”.

Nos exemplos clínicos trazidos encontramos nos dois primeiros, resultados satisfatórios e acredito que o mesmo ocorrerá com o terceiro, mas tais resultados não foram alcançados sem a passagem por todos os questionamentos, pela quase desistência do trabalho, especial-

mente por parte dos pais, por outras tentativas como a medicalização do sintoma, ou breve passagem por alguma terapia, pela religião, mas a aposta sempre relançada que o desejo do psicanalista opera, possibilitou a continuidade da experiência analítica em paralelo a descontinuidade na vida do sujeito.

Há um tempo necessário para se fazer ser, para fazer-se homem, nos casos abordados. O tempo lógico, segundo Soler, é o tempo necessário para produzir uma conclusão a partir do que não é sabido. Alguns sujeitos necessitam de mais tempo que outros, isso é um fato, alguns conseguem apesar do medo e da angústia seguir sua rotina, suas tarefas, outros, e isso tem sido habitual em nossos dias, precisam se abrigar em seus territórios seguros para compreender e reordenar seu particular universo significativo, sem a ajuda do mouse. Passar dos games para o jogo da vida para alguns pede um esforço a mais. A virtualidade, a possibilidade de ser poderoso, forte, rico, enfim ter atributos fálicos no jogo eletrônico, parece produzir a ilusão de uma facilidade em conquistar, em ter e até mesmo ser, mas o tempo passa e esse pequeno internauta se torna grande e o mundo o convoca a outros jogos.

Nos três casos trazidos, a inserção dos rapazes durante longo período de suas vidas nos jogos eletrônicos foi a meu ver excessiva, sem limites, assim como pede o capitalismo. Sem até o momento uma pesquisa um pouco mais aprofundada a respeito, fica a questão para um próximo desenvolvimento, de que se para esses jovens a maior dificuldade para lidar com seus sintomas não recebe uma contribuição dos efeitos dessa outra experiência, ainda um tanto desconhecida para muitos adultos de hoje.

Acerca de la anticipación en la clínica psicoanalítica lacaniana con niños (Volver al futuro)

Pablo Peusner

En la enorme bibliografía psicoanalítica, y específicamente en aquella dedicada a los problemas emergentes de la clínica, se verifica una fuerte insistencia por destacar el carácter retroactivo del significante; o sea, su valor en lo referente a la resignificación. Sin embargo, Lacan afirmaba que debido a su naturaleza, el significante “anticipa siempre el sentido, desplegando en cierto modo ante él mismo su dimensión”.

Este doble matiz temporal propio de su funcionamiento estaba ya presente en el adjetivo alemán *Nachträglich* que Freud utilizaba con frecuencia para dar cuenta de procesos de temporalidad paradójica. Se trata de un término que admite una doble lectura: puede indicar que el sujeto continúa cargando cierto evento del pasado hasta el presente —es decir, cierta tensión hacia adelante, cierta tensión hacia el futuro—; y también puede indicar que el sujeto vuelve al pasado para encontrarse con el evento —o, lo que es equivalente, que el sujeto trae el evento del pasado hacia el presente, futurizándolo—. Conviene entonces destacar que, en español, al traducirse *Nachträglich* por “posterioridad” (recurso frecuente entre los psicoanalistas de habla hispana) se pierden la noción de retorno al evento y la idea de permanencia del evento, tanto como la referencia a un continuo proceso elaborativo de nueva significación.

Ahora bien, ¿cómo establecer un dispositivo que permita el despliegue de ambos valores temporales del significante, o sea anticipación y retroacción, en un ámbito de trabajo con las características de la clínica psicoanalítica lacaniana con niños?

Antes de responder, conviene hacer notar que si bien no podemos desconocer la dependencia genérica del niño respecto de sus otros parentales que representan al medio humano, sí podemos afirmar —siguiendo a Lacan— que esa dependencia puede considerarse como “dependencia significante” desde un estadio increíblemente precoz del desarrollo, justificando de este modo que el analista no retroceda ante la situación de la consulta por un niño. Si este modo de dependencia puede considerarse “significante”, entonces es posible formular la siguiente hipótesis: la presencia de los padres y parientes en la clínica psicoanalítica lacaniana con niños no puede considerarse un real. Si bien por el momento se trata sólo de una hipótesis, conviene desarrollar las implicancias de una afirmación tal.

El significante “presencia de padres y parientes” no es un significante de Lacan. No hay en los textos lacanianos referencias explícitas al problema, sino que el término pareciera provenir de los textos freudianos, donde dicha “presencia” era reducida a una presencia en la realidad: una presencia física que, además, cobraba valor de obstáculo al tratamiento. Cito: “Psicológicamente, el niño es un objeto diverso del adulto, todavía no posee un superyó, no tolera mucho los métodos de la asociación libre, y la transferencia desempeña otro papel, puesto que los progenitores reales siguen presentes”.

Nosotros, psicoanalistas, no definimos al padre y a la madre de un niño a partir del lazo sanguíneo que entre ellos mantienen. La clínica contemporánea se articula con todo un muestrario de nuevos modos de lazos familiares que, de alguna manera, nos obligan a resituarnos en lo simbólico los lazos paterno-filiales (y también los fra-

ternales). Ahora bien, la existencia de esos lazos... ¿únicamente puede cobrar valor de obstáculo en el devenir clínico, o puede resultar utilizable en alguna medida?

Para responder, conviene recordar que la acción que el analista produce sobre el paciente —o en nuestro caso, sobre el niño considerado como paciente, y sus padres y parientes incluidos en el dispositivo— “se le escapa junto con la idea que se hace de ella, si vuelve a tomar su punto de partida en aquello por lo cual ella es posible, si no retiene la paradoja en lo que ella tiene de desgarrado, para revisar en el principio la estructura por donde toda acción interviene en la realidad” . He aquí su política, la del analista, a la que sugerimos adscribir el dispositivo de presencia de padres y parientes; dispositivo que se diseñará con la mayor libertad según la táctica de cada caso, tomando posición acerca de quiénes participarán y con qué frecuencia —aunque, para facilitar ciertos fenómenos temporales de tipo anticipatorio, proponemos que ésta debe ser fija—.

Este dispositivo —que no será sino una red generada por un discurso que incluye decisiones reglamentarias, enunciados científicos, proposiciones enunciadas y no enunciadas— estará inscripto en un juego de poder (del que Colette Soler ha señalado su violencia inicial para cualquier modelo de dispositivo), y contribuirá a la creación de la llamada “situación analítica”. Así es que la presencia de los padres y parientes se convertirá en un artificio generado a partir de las directivas planteadas por el analista bajo el modo de consignas, consignas que vehiculizarán —incluso hasta en las inflexiones de su enunciado— la doctrina con que el practicante las sostenga, tanto como el efecto que en su análisis personal hayan producido sobre él.

Si el dispositivo de presencia de padres y parientes en la clínica psicoanalítica lacaniana con niños es llevado a su máximo desarrollo, se tensará una red discursiva en la que se hablará del sujeto o asunto desde diversas posiciones enunciativas, permitiendo que dicho sujeto bidimensional quede en clara posición de dependen-

cia respecto del significante. Así, en los relatos que puedan aparecer, ya no importará quién sea el autor de los textos, sino que estos “se digan”. En una red tal, será posible enunciar acontecimientos pasados como si fueran posteriores al momento de la enunciación reponiendo el *Nachträglich* freudiano, aunque ahora transmutado en futuro anterior. Y como el analista conjetura, su intervención puede devenir en una hipótesis o abducción hipocodificada de efecto anticipatorio y decisivo para el asunto en cuestión, permitiéndole establecer relaciones coherentes entre datos textuales diferentes y aún inconexos.

Hemos verificado en la muy diversificada clínica psicoanalítica lacaniana con niños que dejar en manos de los padres y parientes la decisión del momento de la entrevista con el psicoanalista, produce que casi siempre lleguemos tarde al problema en cuestión, además de derivar en una especie de cesión de nuestra tan preciada dirección de la cura.

Creemos que el trabajo así planteado contribuye a una labor conjunta en la que ciertas ideas pueden matizarse y presentarse menos bruscamente, a la vez que permite trabajar en un terreno de probabilidades beneficioso para lo que hemos dado en llamar “el sufrimiento de los niños en su matiz objetivo” .

En uno de sus textos clásicos, “Introducción al narcisismo”, Freud proponía que los padres obtienen por la vía del niño cierta satisfacción como modo de recupero de un antiguo narcisismo ya resignado. Sin embargo, nos atrevemos a afirmar que un hijo siempre es más, menos o distinto de aquello que podría haberlos satisfecho plenamente a nivel de ese narcisismo ya perdido. Surge así una diferencia que al retornar sobre la posición parental determina un modo particular del sufrimiento: el sufrimiento de los niños en su matiz objetivo. Y como cuando el paciente es el niño este sufrimiento es susceptible de ser abordado, desplegado y modificado por la vía del dispositivo de presencia de padres y parientes, encontramos otro motivo para justificar el uso

del mismo, y para reflexionar acerca de sus alcances.

Tempranamente, en 1949, con ocasión de proponer su proyecto de “Reglamento y doctrina de la comisión de la enseñanza de la SPP”, Lacan subrayaba la flexibilidad técnica que debía acreditar cualquier candidato al ejercicio de la clínica con niños. Y en ese marco, afirmaba que a nosotros, los analistas que no retrocedemos ante los niños, se nos solicitaban sin cesar invenciones técnicas e instrumentales, lo que terminaba por instalar al tra-

bajo teórico-clínico con niños en el lugar de “la frontera móvil de la conquista psicoanalítica”. Que nuestra propuesta de trabajar con el dispositivo de presencia fija de padres y parientes en la clínica psicoanalítica con niños sea considerado como un intento de extender dicha frontera, favoreciendo los dos valores temporales del significante, valores coadyuvantes a la hora de intentar ceñir a lo real.

El tiempo del sujeto niño del inconsciente

Ana Guelman e Susy Roizgin

Dos diferentes puntuaciones en el título, dos resonancias significantes:

1) El tiempo del sujeto... niño del inconsciente. El inconsciente, estructurado simbólicamente, engendra al sujeto, como a un niño-producto del lenguaje. En tanto sujeto, no tiene edad. 2) El tiempo del sujeto-niño ... del inconsciente: Se trata así de la subjetividad de una “persona menor”, viviendo en el primer tiempo de su vida y por lo tanto dependiente del amor, expuesto como una esponja permeable al discurso familiar y a sus significantes Amo y a la vez intérprete de los actos y decires del Otro.

Nos preguntamos por el tiempo del sujeto y por sus particularidades en el análisis con niños. ¿Cuál es el tiempo del sujeto del inconsciente?

En 1951, era el pasado, presentificado. La Transferencia se definía como la repetición de los modos permanentes de constitución de los objetos, había que descifrar al inconsciente como una escritura de contenidos reprimidos, como verdades que podían ser todas-dichas, para liberar al neurótico de sus síntomas.

En 1960, el tiempo del sujeto del inconsciente es un tiempo gramatical, el futuro anterior: advendrá en el futuro pero se ubicará en la estructura como habiendo acontecido en un tiempo anterior. Es una subjetivación en *apres coup*.

En 1964 Lacan se separa de la IPA y la Transferencia, como puesta en acto, se separa de la Repetición. Lacan habla del status ético del inconsciente. Si el inconsciente no tiene status óntico, tampoco lo tiene su tiempo. Es un tiempo evanescente, como el “ahora” aristotélico, un instante ubicado entre el pasado que ya fué y el futuro que todavía no. El tiempo

es a partir de ese momento lo efímero de una pulsación, porque aparece un real en juego, más allá de la vertiente simbólica del inconsciente. En el encuentro entre lo Real y lo Simbólico queda una huella de goce imposible de absorber por el significante. Hace falta entonces un segundo tiempo. Es un tiempo que dura, el tiempo de la repetición de sus vueltas significantes que nunca alcanzan a ese Real, pero que pueden enmarcarlo en una construcción fantasmática. El síntoma es la expresión del fracaso de la represión ante la exigencia pulsional constante y la repetición es la insistencia de lo que no termina de anudarse. Desde los Tres ensayos de Freud, el goce perdido, la sexualidad traumática, competen al perverso polimorfo, tanto como a las personas grandes. Por eso sostenemos que el niño tiene sus síntomas. El niño puede también ser un síntoma.

El niño es hablado por sus padres y tocado por una propuesta significativa activa y actual desde el Otro que ellos encarnan. El sujeto niño será el efecto y la respuesta a esa propuesta. Además de ofrecerle un saber articulado, los padres lo exponen al enigma de sus deseos, que no se articulan en las palabras. Este enigma, llamado Significante del Otro barrado, es interpretado como la evidencia de una falta que el niño se siente atraído a suturar, ocupando él mismo el lugar del objeto tapón, como metonimia del deseo materno de un falo. Para que opere una función separadora es necesario que la versión de un padre haga de la madre una mujer. La división la hace no-toda madre. La mujer, en tanto no-toda fálica, debe consentir con la castración. La madre deberá estar dispuesta a perder lo que la colmaba. Del lado del niño lo que opera es lo que Lacan llama “su insondable decisión”: él podrá desgarrarse del lugar que creía ocupar y renunciar a ese goce para obtener a cambio

la dimensión subjetiva ó, en su defecto, quedar ubicado en el lugar del falo. En “Dos notas sobre el niño”, a Jenny Aubry, Lacan describe otras dos modalidades sintomáticas. En una, el niño está fijado en la posición de objeto del fantasma materno y en la otra, representa simbólicamente lo que no funciona en la pareja parental. Esta última, es más sensible a las intervenciones del analista justamente porque se trata de representaciones simbólicas y no de un objeto condensador de goce, en tanto tal, más resistente al análisis. En algunos casos será necesario abrir el discurso de los padres, trabajando directamente con ellos. El deseo del analista orienta la cura hacia el objeto a, hacia la Separación, como solución del Vel de la Alienación y ofrece la posibilidad de crear una respuesta propia desde la singularidad de un sujeto-niño deseante. La posición del analista de niños se desdobra en dos: Por un lado, es el partenaire del juego en el que el niño representa su novela, desplegando el automatón significante y produciendo un saber que se ubica como en el tiempo mítico del “había una vez”, como si se tratara de un cuento escrito en algún lugar. Es la ilusión de un saber supuesto, que articula la transferencia. Por otro lado, el analista busca aislar el significante como letra que no se extravía en el sentido. El espera el tropiezo, la tyché, lo nuevo: lo que pone en evidencia lo real y la fuerza pujante de la “substancia gozante”. Se hace posible la construcción de un síntoma y un modo de goce propios, de los cuales el niño podrá ser subjetivamente responsable. Los padres consultan porque algo no anda bien en el niño, pero ofrecer un análisis implica un esfuerzo narcisista. No todos los padres son capaces de un acto tan generoso. Ver desaparecer a su niño detrás de la puerta hermética de un consultorio es un momento de destitución angustiante. Los padres dan su aval y eso le da al niño el coraje de correrse de la cadena que lo sostiene, a condición de no perderlos. Pero existe también para el niño el riesgo de ser

sustraído del análisis, como el hilo de un carretel, en manos del adulto. Los padres son quienes pagan y tienen el poder de ofrecer un análisis que dure todo el tiempo que hace falta para que llegue a su fin. En la proposición de octubre Lacan dice que la operación analítica rompe las certidumbres del sujeto hasta sus últimos espejismos.... rompe el espejo en la temporalidad del instante, que lo hace caer de su fantasma. Cual sería la conclusión lógica de la experiencia con un niño? ¿Cuál es el niño del fin del análisis? Lo llamamos un “atrevido-divertido”. Atrevido, porque se atreve a “no ser eso” que se esperaba de él, desidentificado de las demandas del Otro. Es un niño que vive con sus padres pero no en sus padres. Divertido, porque son diversas las posibilidades que abre la contingencia de los encuentros una vez abandonada la fijeza del fantasma. Divertido también por estar abierto a los efectos de sorpresa, del chiste y el sinsentido. Ha construido su propio fantasma y también puede atravesarlo.

Tomaremos dos escenas en las que dos niños desaparecen, no están donde se espera que estén y, parafraseando a Lacan en Posición del Inconsciente, diríamos que revisan si “pueden perderlos”. Son variaciones subjetivas del juego de las escondidas, como paradigma de la Separación, donde el niño “se anima”. Mai tiene 10 años y comienza su análisis después de cuatro meses de entrevistas preliminares. El padre no está convencido de lo necesario de un tratamiento ya que él la ve a su hija feliz y si alguien hubiera necesitado terapia de niño era él. La madre dice que Mai es infantil para su edad y es rechazada por sus amiguitas desde la época del jardín. Durante todos estos años fue sometida a una serie de maniobras conductistas para resolver sus graves dificultades de lecto-escritura que transformaron el hogar en un campo de entrenamiento. Se hablaba de ella como de niña-problema. Mai comienza su análisis avergonzada, inhibida, casi sin hablar, pero rápidamente aparecen señales de alivio, en la sesión y fuera de ella. Aparece en el juego una nena que vive con sus abuelos

millonarios porque los padres murieron en un accidente; ella es muy complaciente, la llenan de regalos caros, pero finalmente se escapa de la casa, a Australia y grita que la dejen tranquila, que no la busquen, que no quiere volver nunca más. Unas sesiones más tarde le pide a la madre que no se vaya. Mai se queda unos minutos en el baño y al salir me cuenta que a veces a la noche duerme en un colchón en la pieza de los padres porque tiene miedo que se mueran. Vuelve a ir al baño, vuelve más angustiada, y me cuenta mirando a la pared, que hace unos meses, los chicos la insultaron en el recreo y se fue corriendo al árbol de la cueva de las serpientes. Se trepó con ganas de saltar y desaparecer. Nadie la vino a buscar, ni siquiera se dieron cuenta que faltaba en el aula, pero pensó en la tristeza que le iba a provocar a su madre y se bajó. Al salir de la sesión hay un silencio muy especial y la madre lo respeta sin preguntar nada. Presente en el otro cuarto, presente en sus pensamientos. Mai se atreve a hablar de un deseo de desaparición, se atreve a desilusionar, corriéndose del espejismo de ser una niña feliz y de las de las marcas de niña retardada que lleva grabadas. Sola, pero en lazo con la madre. Me propone jugar al ahorcado, y la palabra que tengo que adivinar es la palabra: J-O-F-E-S-CH. La oferta de análisis es ya el

inicio de un proceso de separación de lo que representa para sus padres. Ramy, un niño de ocho años, está escondido en el momento en que la analista le abre la puerta. Algo no anda de acuerdo a lo programado. La analista pregunta: ¿Dónde está Ramy? La madre contesta, cómplice: “Ramy no está”. Se genera un espacio lúdico en el que la madre y la analista hablan de él, fingiendo creer que él no está. Y entonces el niño aparece de un salto, sorprendiendo, a modo de witz, sonriente y divertido. Ramy solía repetir en las sesiones, insistentemente, un juego con muñecos y soldaditos, en el que parecía intentar dominar un peligro exterior. Podía ser un monstruo, un robot gigante o un ejército exageradamente numeroso que amenazaba a una víctima desprovista de recursos para defenderse. Un niño embrollado en la relación entre un padre violento y una madre intimidada, que tenía la mirada puesta en el hijo y no podía dejar de preocuparse por él, ya sea como víctima del rechazo de sus compañeros, ya sea como quien lastima a los demás, en sus ataques de enojo. La escena elegida es un momento privilegiado en su análisis, en el que parece haberse corrido del automatón significativo y puede, por un instante, jugar con la sorpresa.

A repetição e o tempo de saber

Maria Luisa Sant'Ana

Em seu texto “A significação do falo” de 1958, Lacan afirma que o desenvolvimento de uma criança ocorre na dialética entre a demanda de amor e a experiência do desejo. A demanda de um sujeito se constitui como demanda ao Outro (pulsão oral) e vai se tornar demanda do Outro (pulsão anal). Essa demanda do Outro é incondicional e o sujeito diante dela se vê assujeitado. O Outro demanda que o sujeito lhe de o complemento que lhe falta, o falo. Entretanto é o desejo que vai permitir ao sujeito destacar-se, desligar-se do Outro. O desejo tem uma função de defesa contra a demanda do Outro, introduzindo o sujeito na dimensão da escolha.

Teresa é trazida ao consultório quando tinha oito anos de idade, devido a um sintoma de incontinência urinária e fecal (enurese e encoprese), que surgira aos quatro anos de idade e que vinha piorando com o tempo. A mãe de Teresa nunca conheceu seu próprio pai. Viveu sempre com sua mãe numa relação muito difícil. Depois de ter ficado grávida, nunca não voltou a falar com o pai de Teresa e assim a menina foi sempre filha de duas mães, a própria mãe e a avó. A ela foi dito que seu pai estava morto. Mas quando Teresa tinha quatro anos, ouviu sua avó dizer para a sua mãe: “Não minta. Ela tem que saber que o pai está vivo e que mora aqui no bairro.”

Segundo o relato de sua mãe, foi a partir daí que Teresa iniciou com seu sintoma de incontinência. Conta ainda que, depois desse episódio, decidiu promover a aproximação da criança com o seu pai biológico e entrou na justiça com um processo de reconhecimento da paternidade e obtenção de pensão alimentícia. Depois de algum tempo, o sobrenome do

pai de Teresa foi incorporado ao seu nome, ocorrendo assim uma mudança no seu registro civil.

Quando recebo Teresa, em sua primeira sessão, verifico que ela apresenta uma obesidade importante, fala todo o tempo de comida e tem suas próprias questões: “Eu sou muito grande por isso na escola sempre tenho que ser a última, ficar atrás. Sou obrigada a sentar na última carteira. O meu colega me colocou o apelido de Baleia Assassina. Eu não tenho culpa se minha mãe me deu fermento para eu crescer”.

Teresa passa a maior parte das sessões contando histórias fantasiosas sobre as aparições de uma loura, assassina de crianças, que costumam acontecer no banheiro da escola. Em meio a essas narrativas faz comentários do tipo: “Eu me caguei de medo” ou “Eu me mijei de medo”.

Com o prosseguir de seu processo de análise, começaram a surgir os comentários sobre as notas falsas. Ela examinava cuidadosamente as cédulas de dinheiro com que pagava as sessões antes de entregá-las a analista e comentava que é preciso ter muito cuidado, pois há muito dinheiro falso circulando por aí. Dentro dessa série, comenta sobre uma professora que tem unhas muito longas, pintadas de vermelho, mas eram unhas falsas. Então ela comenta: “Ela podia machucar uma criança com aquelas unhas falsas”.

Essas associações de Teresa demonstram que para a menina, a descoberta da mentira de sua mãe a respeito de seu pai, põe em questão a demanda da mãe, que se apresenta, então, como uma demanda falsa, não confiável e mortífera.

A revelação de que seu pai biológico não estava morto, se constitui num momento traumático, de invasão de real, que marca um certo fracasso da função paterna de defender a criança das demandas do Outro. A função paterna é falha por

estrutura, uma vez que o significante não consegue recobrir todo o gozo, sendo necessário que quem encarna essa função venha a falhar a fim de significar para o sujeito esse desejo procedente do Outro. É nessa falha da função paterna que Teresa entra com seu sintoma de incontinência urinária e fecal.

Para a Psicanálise o sintoma é uma metáfora da estrutura edipiana, pois efetiva a articulação da lei com o desejo. O sintoma é a forma como o sujeito responde à falha da função paterna, ele tem a função estruturante de desalojar o sujeito da posição de angústia diante da demanda do Outro. Teresa institui, com o real de seu sintoma, algo que vem em socorro da metáfora paterna.

Numa sessão Teresa conta que viu na televisão um animal do futuro. Ele é uma mistura de foca com pinguim e para se defender, ele vomita uma “gosma nojentas, uma porcaria”. A analista pergunta: “Defender de que?”

“De quem quer comer ele” – responde. Nessa época, faz sempre comentários do tipo: “Se eu não passar na prova minha mãe vai comer meu fígado”.

Também faz muitos comentários sobre as bijuterias da analista, quer saber se são jóias verdadeiras ou falsas, assim como os outros objetos da sala. Ela diz que tem duas certidões de nascimento, uma verdadeira e uma falsa, e diz que não queria trocar seu sobrenome. Em seguida se deita no divã e brinca de dormir e de sonhar com um fantasma, um morto que foi assassinado.

Assim Teresa reintroduz o tema que percorre toda a sua análise: seu medo de fantasmas, vampiros, dos zumbis, dos mortos vivos, do Chuck, da Múmia. Relata filmes que assistiu, histórias que ouviu ou inventou com esses personagens.

“Você conhece a história do Chuck? Foi uma mulher que matou um homem, depois tirou a alma dele e colocou num boneco. Depois, no segundo filme, ele queria uma companheira, para não ficar sozinho. Então ele vai matar uma menina e vai colocar a alma dela numa boneca, aí eles vão ter um bebe.”

Nessa época fala sempre de seu pai, a mudança do seu nome, e começa a estabelecer uma relação mais efetiva com ele. Algum tempo depois monta uma peça de teatro na escola e passa quase todo o ano letivo às voltas com essa montagem, em que ela escreve o texto, dirige a peça e interpreta um dos personagens. A peça é sobre o folclore brasileiro e na história que Teresa criou, ela interpreta o Anhangá, personagem que se envolve numa disputa de vida e morte com a Cuca e sai vitorioso, na batalha final. Teresa descreve o seu personagem da seguinte forma: “O Anhangá é um veado com olhar de fogo. Ele engana os caçadores, causando febre e loucura em quem olha para ele. É um protetor da floresta. Ele é todo azul, aparece e desaparece. Ele é um zumbi, um morto vivo”.

Podemos verificar como Teresa, partindo do significante “Baleia Assassina”, apelido dado por um colega da escola, vai construindo sua cadeia: Loura Assassina, Chuck, Morto Vivo, Zumbi, Múmia, Anhangá. E dessa forma, constrói uma teia simbólica com a qual tenta dar sentido ao real do trauma, operando um ciframento do gozo presente no seu sintoma de incontinência, com a sua satisfação paradoxal. Com isso consegue interromper o tempo da demanda, aprisionado na repetição infinita do seu sintoma. Poderíamos concluir que isso se dá num processo temporal em que a transferência viabiliza uma substituição dos objetos da demanda – a comida e o coco – pelo objeto causa do desejo – o olhar – como ele comparece em sua construção do personagem do Anhangá.

Paralelamente a esse trabalho de ciframento, Teresa passa a gostar de usar o sobrenome do pai, consegue emagrecer bastante e começa a se interessar pelos meninos da escola. Ela também começa a manifestar um grande interesse pela história do Egito, seus faraós, sua cultura. Sempre procura livros e filmes com esse tema. Seu personagem favorito é um sacerdote que é assassinado como castigo por amar uma mulher proibida. Ele é mumificado e ressurgente centenas de anos depois, quando uma expedição de pesquisa

profana o seu túmulo. Algum tempo depois Teresa decide estudar museologia.

Para que fosse possível uma virada do tempo da demanda para o tempo do desejo, foi necessário, no caso de Teresa que uma elaboração de saber sobre a castração pudesse se efetivar num trabalho de associação livre sob transferência.

Sobre o caso de Teresa, podemos concluir, como afirma Colette Soler, no texto “Um tempo a mais” publicado em Hete-

ridade 3: “Para que o processo de análise se constitua em uma sequencia finita, requerem-se muitos modos de temporalidade. Há o tempo próprio da associação livre, dos pensamentos colocados em série; depois há o tempo lógico, que é diferente daquele, pois é o tempo necessário para produzir uma conclusão a partir do que não se sabe.”

Tempos do sujeito e o desejo do analista na clínica

Lenita Pacheco Lemos Duarte

Neste trabalho abordo algumas questões de dois sujeitos, Jane, de 04 anos e João, 84 anos, que a partir de acontecimentos da ordem do real, do traumático – a expectativa do nascimento de um irmão e a internação e morte de um filho - desenvolvem sintomas que os levam à analista. Procuo ilustrar, por meio de fragmentos da minha clínica, o que nos apontam Rosine e Robert Lefort: “A estrutura, o significante e a relação com o grande Outro não concernem de maneira diferente à criança a ao adulto. É isso que faz a unidade da Psicanálise”²⁶¹. Sob esta ótica não há uma criança ou um adulto, há um sujeito e, se há particularidades, elas decorrem não da idade ou do fato de ser um “sujeito pequeno ou grande”, mas da relação do sujeito com o gozo. A criança desde cedo faz escolhas que orientarão a lógica de sua existência, ou seja, faz escolhas de gozo dentro de uma estrutura determinada pelo sintoma e pela fantasia dos pais. A diferença entre uma criança e um adulto é o encontro com o outro no ato sexual, ou seja, o gozo sexual com o qual se defrontará na adolescência.

Além destas pontuações teóricas, ressalto a questão do desejo do analista.

Dois tempos, dois sujeitos. Oitenta anos cronológicos os separam. Jane chega à consulta trazida pela avó, preocupada com o comportamento da neta: muito ansiosa, agressiva e dispersiva na escola. No primeira sessão chega cantando alto a música da Branca de Neve. Depois exclama: “Quero matar a fada porque ela não é carinhosa

²⁶¹MILLER, J. (org.) *A criança no discurso analítico*: Zahar editor, 1991, p.13.

comigo!” Começa a desenhar uma figura humana dizendo: “Essa sou eu, mamãe, vovó e você, todas numa só.” Continuando: “Hoje fiz um pouco de coisa errada. Bati no papai e na mamãe, mas no meu irmão fiz o maior carinho! Parei de fazer malcriação.” Malcriação?”, pontua a analista. “É, porque não gosto de menino”. Que menino? “É o Flávio, o meu irmão que vai nascer. Papai e mamãe me batem prá valer quando faço negócio errado!”

Jane ilustra suas histórias pintando flores, sereias, o sol, o céu, o mar, a chuva, o vento, o tubarão, o monstro baleia e os “passarinhos tristes”. Pontua a analista: Tristes? “É, porque o caçador quer comê-los”, diz Jane. Enquanto pinta, cantarola: “Rum ram rum é o tubarão. Ele não queria comer a menina porque achou ela bonitinha. Então ele beijou ela. Mé,mé,mé, pe, perepepe, mam, mam, mesticuia” O que é isso? “Mesticuia é uma coisa triste, que fica com saudade. Pluciate também”. Depois Jane pergunta: “Posso chupar o pelinho do pincel?” Segundo Soler, “A fala irresponsável da criança [...] é solidária de uma fronteira fluida entre a fantasia e a realidade”²⁶². Convém dar seu peso na psicanálise com as crianças pequenas a dimensão fabulatória da fala, que é o índice de uma posição em relação ao gozo, ainda incompletamente decidido.

É por meio de desenhos, e de representações de personagens de histórias infantis, advindos de significantes apresentados pelos Outros – pais, mães, avós e substitutos – que ela tenta expressar sua angústia, ciúme e a ambivalência afetiva diante da aproximação do nascimento do

²⁶² SOLER, C. “Le désir du psychanalyste – Où est la différence?”, In: *La Lettre Mensuelle*, Paris: n. 131, p.10- 12, jul. 1994. Tradução: Sonia Magalhães.

irmão “Flávio”. Como ainda não dispõe de um vocabulário adequado e da possibilidade da escrita, ela se utiliza de outros recursos para expressar a sua dor diante da ameaça de perder seu valor fálico no desejo do Outro, assim como perder seus objetos agalmáticos, fontes de prazer oral. Mostrando-se enciumada e entristecida, Jane exclama indignada: “Mamãe vai dar minha mamadeira e chupeta para o neném!”.

Por outro lado, João, convoca a analista em casa. Em virtude de uma queda que deixou-o hospitalizado durante cerca de 40 dias, sente-se inseguro para sair de casa sozinho. Angustiado, questiona “se este sintoma é orgânico, mental ou depressão”. Relata que por ocasião de sua internação, seu filho, que já estava doente, faleceu em outro hospital. Assim não teve a chance de acompanhá-lo nos seus últimos momentos de vida. Refere sentir muita falta dele, com quem contava nos momentos de doença. Em análise, este sujeito desfila os significantes de sua história pessoal de maneira fluente, falando também dos déficits auditivo, visual e olfativo, decorrentes de sua idade avançada. Mesmo apresentando essas limitações, acha que sua produção intelectual não foi afetada, mantendo um hábito antigo: escrever artigos para um jornal. Significantes não lhe faltam para contar suas histórias, as quais procura ilustrar por meio de fotos, *flashes* familiares, onde aponta vários parentes mortos, destacando a mãe, o pai e irmã preferida, assim como cenas da natureza destruída pelo tempo e/ou transformada pela mão do homem.

Em uma sessão, João acha a analista parecida com a namorada do filho morto, dizendo: “Ela é clara, loura, assim como você.” Associando livremente, conta que sempre ia à uma lanchonete, próxima à sua casa, mas que agora teme voltar lá sozinho. Quando foi nomear tal local, num ato falho, disse o nome do shopping onde o filho costumava levar a namorada “clara”, indicando aqui sua identificação com o filho morto. Esta manifestação do inconsciente, nos leva a pensar na transferência. Quem sabe João

não deseja a analista como parceira, a namorada “clara”, para se sentir-se amparado e voltar a caminhar com firmeza em direção à vida? Com muita dificuldade diante da perda real e traumática do filho, para qual João não tem palavras para expressar, (o simbólico não dá conta integralmente), ele vai contando outras histórias, inclusive sobre as mulheres. Diz ele: “As mulheres de hoje andam com partes dos seios de fora se oferecendo como objetos de desejo descartáveis, que não servem para serem mães e esposas”. Paradoxalmente, escreve artigos enaltecendo a mulher, colocando-a como presença imprescindível na vida do homem.

Dois sujeitos tentam construir com os significantes “triste, filho, nascimento, morte, mãe, pai e irmãos”, cada um a seu modo, seus romances familiares. Tanto um quanto o outro se defrontam com sentimentos de perda e angústia de castração. Jane se angustia frente à possibilidade de perder o amor do Outro paterno e materno e com a separação de seus objetos de prazer. Sentindo-se desamparada, busca o simbólico para dar conta do real que a acomete. Segundo Colette Soler:

“... cada criança se faz intérprete, se agarra em estabelecer sua própria leitura do dizer do Outro, e da mãe, principalmente [...] das hiências do seu discurso. Ela está evidentemente interessada em seu próprio ser, já que o que busca perfurar aí, é tanto o mistério de sua concepção quanto o de seu sexo. O interpretado se torna, pois, intérprete, e é neste nó das interpretações que jaz o segredo de todas as suas interpretações²⁶³”.

A questão do ser: quem sou eu para que o Outro me fale? O que eu sou como objeto? Na resposta da linguagem está a questão daquilo que eu sou, pois eu só tenho acesso ao meu ser como efeito do dito. É no campo da linguagem que se constitui o dito sem existência teórica, o que chamamos lalangue, “alín-

²⁶³ SOLER, C. “A criança Interpretada” in: *Revista Carrossel*, ano I, no 0, 1997, p. 18.

gua²⁶⁴”, termo que Lacan encontrou mais próximo da lalação, que se relaciona com o tatibitate da criança antes dela articular a linguagem, que, no caso apresentado, corresponde àqueles “mé, me’, peperepepe, mesticúia, plucaiate,man man”, expressos por Jane. Ao lado do objeto *a* como causa de gozo temos os significantes da alíngua que permitem fazer a junção da linguagem com o gozo. O que fica para o sujeito é que vai determinar a forma dele gozar.

Retornando ao João, este sofre com a perda do filho e com a possibilidade de perder sua autonomia, exclamando revoltado: “preciso da minha mulher, como uma bengala para me acompanhar a rua, coisa que nunca me aconteceu!” A velhice é muito triste... “Simultaneamente, apontando uma rosa para analista, exclama: “Eu namoro o jardim da minha casa, vibro com o nascimento e a ternura de uma flor!”

Nos dois casos observamos sujeitos em transferência com a analista, que para um representa a “mãe, avó, fada ou tubarão” e que para o outro está no lugar da “namorada clara” do filho, da “mulher bengala” ou da irmã Ana.

Além disso, temos duas formas distintas de dizer do real, ameaçador, avassalador, que o simbólico não dá conta de esvaziar totalmente. Expressões do sujeito do inconsciente, sujeito do desejo, dividido pelo sintoma. O inconsciente, “estruturado como uma linguagem” segundo Lacan, tem uma lógica e uma articulação própria, que desconhece a contradição; e é atemporal, como diz Freud.

O que se analisa numa análise? Como indica Soler: “Em termos freudianos analisa-se o sintoma e, de acordo com os ensinamentos de Lacan pode-se generalizar, dizendo-se que se analisam as relações do sujeito com o real: o real que se apresenta sob a espécie do sexo e do gozo²⁶⁵”. A respeito deste ponto, adulto e criança diferem. A questão coloca-se em saber se o analista pode se defrontar com não importa que relação ao real e, mais precisamente, se o desejo do analista pode operar sob não importa em que estado do ser. O desejo do analista enquanto definido como elemento da estrutura do discurso, isto é, como parceiro do sujeito analisante, não poderia operar senão quando certas condições se encontram realizadas: sobretudo que o “lugar nítido do desejo” esteja posto, como Lacan designou.

²⁶⁴ LACAN, J. Conferência in Ginebra sobre el sintoma. In *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires: Manantial, 1975.

²⁶⁵ MILLER, J. (org.). *A criança no discurso analítico*. Zahar editor, 1991, p. 13.

O Tempo e a construção da metáfora delirante

Georgina Cerquise

A prática psicanalítica está relacionada, intrinsecamente, com o conceito de tempo. Em geral, ao submeter-se a uma psicanálise, o sujeito (1) retoma o fluxo de sua história, explicitando a descontinuidade temporal do inconsciente, que ex-siste, insiste e comparece nas reminiscências e elaborações: “Não existe nada que corresponda à idéia do tempo no inconsciente, não há reconhecimento da passagem do tempo (2)”. A Psicanálise trabalha com um tempo re-construído, a partir da escuta da realidade psíquica, possibilitando ao sujeito uma apropriação elaborada da sua história.

Lacan observa sobre a construção artificial do tempo, para interrogar sobre o que insere o sujeito numa escala temporal razoável: “Onde pode estar a mola da exatidão, a não ser justamente no fato de se porem os relógios em concordância?(3)”. Na clínica da psicose, pela via do real, observa-se a impossibilidade da ordenação da temporalidade na cadeia significante. Existe um tempo que não para de chegar; o foracluído pelo sujeito não cessa de reproduzir-se, marcando a ausência do ponto de basta, de amarração da função fálica.

Para Lacan, tal qual para Freud, a perda da realidade e a formação delirante (4) apontam para um futuro, um tempo assintótico, infinitamente prolongado. No caso Schreber, a sua transformação em mulher de Deus se dará num futuro distante: “Enquanto o futuro não acontece, cada qual continua seu trabalho de significantização do real para apaziguar o

gozo que localiza parcialmente o Outro do delírio (5)”.

Freud formula que, “no método descontinuo do sistema Pcpt-Cs, temos a origem do tempo (6)”. A falta de continuidade da percepção consciente do eu dá a noção do tempo, ou seja, o carrilhão da temporalidade se estabelece no intervalo, na hiância. No período de sua segunda internação, Schreber (7) comprova a tese freudiana. Em estado de vigília constante – uma insônia sequer atenuada com a medicação – e sem nenhum intervalo perceptivo para seu aparelho psíquico, ele perde a referência ao tempo que o mantinha em sua subjetividade:

“Uma virada fatal para a história da Terra e da humanidade pareceu-me, então, indicada pelos acontecimentos de um único dia, do qual me recordo claramente, em que se falou de extinção dos relógios do mundo, e simultaneamente ocorreu um afluxo contínuo, de uma rara abundância de raios para o meu corpo (8)”.

Observa-se aí o exemplo da relação entre os fenômenos elementares e a desordem cronológica. A clínica psicanalítica comprova que, na psicose, é impossível dissociarem-se as perdas da realidade psíquica das de referência temporal – fator que revela a desorientação e obnubilação do paciente, explicitada pela tentativa de remodelar a realidade através das alucinações e dos delírios.

Lacan (9) explicita que, para regular o relógio como instrumento de exatidão, é preciso uma unidade de tempo, tomada emprestada, que se refere ao real, pois volta sempre ao mesmo lugar. Schreber revela, através da alucinação, que a desar-

ticulação do tempo e o gozo na psicose estão relacionados. Verifica-se, assim, a posição de um sujeito perdido no abismo do tempo, no vazio que produz uma desorganização do mundo que o rodeia.

O tempo dos sintomas:

As descobertas freudianas, realizadas na escuta dos sintomas e das reminiscências dos pacientes, permitiram a teorização sobre a importância do tempo na estruturação do sujeito. Pode-se também pensar no tempo como um modo verbal, pela via do significante. Em outras palavras, passado, presente e futuro estão revelados no discurso do sujeito, embora não seja regra geral. Na psicose, escutamos sujeitos que apresentam perdas da percepção da temporalidade; a forclusão (10) do Nome-do-Pai impede a organização da cadeia significante e as mensagens ficam destruídas, ininteligíveis. Lacan (11) traz o caso do Homem dos Lobos para interrogar “Qual é o valor do passado do sujeito?”, chamando atenção para a pouca importância de o sujeito lembrar, no sentido intuitivo da palavra, os eventos formadores da sua existência. Na verdade, o centro de gravidade do sujeito é a síntese presente do passado, a que se chama história: “O que conta é o que ele disse reconstrói (12)”.

É preciso ir mais além da lembrança, e a clínica da psicose atesta isso: as lembranças não são associadas, uma vez que, na psicose, o tempo se desestrutura e se confunde por falta da significação fálica.

Escutamos alguns pacientes psicóticos relembrem “algo de seu passado”; todavia, não conseguem associar o que “irrompe” no discurso, e a causa de sua doença. Com diagnóstico de paranóia, a paciente traz uma lembrança do primeiro tempo da alucinação na infância:

“Meu pai brigava, minha mãe chorava, ele passou a mão no meu rosto e saiu pela janela da sala, o gênio da Lâmpada de Aladim, voava e passava nas paredes dos prédios vizinhos. Muito lindo, era um bom

motivo, isso foi quando era criança”.

Aqui o ponteiro do relógio aponta para o tempo no passado a cruzar, efetivamente, o momento crítico da alucinação do sujeito e sua fala. O Outro sem barra passeia pelas paredes, preenchendo, ocupando o lugar de ausência da metáfora paterna.

Tempo de construção da metáfora delirante:

A metáfora delirante é uma construção que vem substituir a ausência da metáfora paterna, como uma das possíveis tentativas de simbolização, de estabilização do sujeito. Conforme recorte clínico apresentado, a lembrança não é a geradora de construções, pois o tempo do passado não está significado enquanto tal. Lacan diz que: “O Outro está excluído na fala delirante; daí, um fenômeno bruto: a perplexidade. E é preciso muito tempo para que o sujeito psicótico tente restituir uma ordem delirante em torno disso (13)”. O significante “fecundo”, apregoado por Flechsig quanto à prescrição dos novos soníferos, é utilizado por Schreber para dar origem, depois de longo período de internação, à possibilidade de fazer uma amarração na cadeia significante, que se servirá da causalidade psíquica na construção da metáfora delirante: “Sou uma Mulher que vai copular com Deus para gerar uma nova raça”.

Trazemos um caso de paciente esquizofrênico, atendido no intervalo de ausência da analista que o acompanhava por dez anos. Curiosamente, apesar da gravidade dos sintomas, com várias tentativas de suicídios e internações, acompanhamos, na ausência da referida analista, uma contenção dos fenômenos elementares. Ele retoma “seu trabalho (14)” e comparece às sessões com a analista substituta, relatando progressos de escrita e diminuição das consultas com o psiquiatra, sempre se referindo ao tempo e ao compromisso de retorno da analista. A temporalidade para ele é marcada pela correspondência escri-

ta/analista ausente. “Hoje é o último dia que venho aqui. Minha analista voltou e eu a escolho, pois temos um caso de amor platônico”. O retorno marcado pela analista fez um ponto de amarração, deu um contorno no tempo, e a espera fixou o gozo.

Levando-se em conta os casos clínicos apresentados, se o tempo na psicose é da ordem do real, entendemos que a construção da metáfora delirante é tentativa de cavar um momento de apaziguamento do que não cessa de retornar, instalando um intervalo no tempo-futuro do “para sempre” do retorno do foracluído.

Finalizando, para Lacan (15), a falta do Nome-do-Pai abre um furo no significado, que dá início à cascata de remanejamentos do significante, de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante. E é preciso muito tempo para que o sujeito psicótico tente restituir uma ordem delirante em torno disso.

Referências Bibliográficas:

- (1) Na estrutura clínica da neurose.
- (2) FREUD, Sigmund. [1932]. A dissecação da personalidade psíquica. In: *Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira (ESB), Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXII (1974: 95).
- (3) LACAN, Jacques. [1954-55]. *O seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica*

psicanalítica. Rio de Janeiro: Zahar. (1985: 372).

(4) FREUD, Sigmund. [1911]. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. In: *Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira 1974. Vol. XII. (1974: 68).

(5) QUINET, Antonio. *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo*. (1999:104) Marca D'água. Rio de Janeiro.

(6) FREUD, Sigmund. Uma nota sobre o bloco mágico. [1925-1924]. In: *Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira (ESB), Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX (1974: 290).

(7) Período de março a junho de 1894.

(8) SCHREBER, Paul Daniel. *Memórias de um doente de nervos*. São Paulo: Paz e Terra (1995: 880).

(9) LACAN, Jacques. [1954-1955]. *O seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar (1985: 372).

(10) Conceito de foraclusão como modo de expulsão do significante da Lei do pai, de alguém para fora das leis da linguagem.

(11) LACAN, Jacques: *O seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud [1953-54]*. Rio de Janeiro: Zahar. (1979: 22).

(12) Idem, *ibidem*.

(13) LACAN, Jacques. *O seminário, Livro 3: As psicoses [1955-56]*. Rio de Janeiro: Zahar. (1985: 65).

(14) Tradução das letras das músicas de Bob Dylan.

(15) LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (1998: 584).

El tiempo cíclico de las psicosis

Gladys Mattalia

La imposibilidad experimentada del discurso pulverulento es el caballo de Troya por donde entra, en la ciudad del discurso, el amo que es en ella el psicótico. Jacques Lacan – 1967.

Si partimos de la afirmación sostenida por Lacan, a lo largo de su enseñanza, que las psicosis no es un caos, un desorden, sino un nuevo ordenamiento del mundo: un orden del sujeto; quiero trabajar en este recorrido las incidencias causales de la ausencia del significante primordial y las consecuencias, para un sujeto psicótico, de la falla en la operación de separación que condena a las psicosis a transitar por “fuera-del-inconsciente” o por “fuera-de-discurso”.

Me detendré particularmente en las incidencias sobre la constitución de la temporalidad en esta estructura, cuando la Bejahung primordial ha sido forcluída.

El sujeto psicótico, sea en la “reiteración” esquizofrénica o en la “retroacción en un tiempo cíclico” de la paranoia, nos ilumina sobre un uso particular del tiempo, que hace de las psicosis una estructura de certeza.

Partiré de algunas consideraciones sobre la constitución de la Bejahung –afirmación- primordial y de lo que queda fuera de la simbolización, y por lo tanto lo que es del orden de la Verwerfung –rechazo- y que fue traducido por Lacan, al final de su Seminario 3, Las Psicosis, como forclusión.

Esto constituye dos modalidades sintomáticas, dos estructuras diferenciadas: neurosis y psicosis. Dos modos de existencia: existir en lo simbólico y existir en

lo real constituyen dos estilos claramente diferenciados.

Reiteración esquizofrénica

Dos textos freudianos iluminan el trabajo de Lacan: De la historia de una neurosis infantil...-1914- y La Negación -1925-.

Del primero extrae Lacan, un hecho clínico que constata una fórmula: “Lo que está forcluído de lo simbólico retorna en lo real”. Del segundo un dato de estructura: es la “hiancia de un vacío” lo que produce lo simbólico.

Vayamos primero a la viñeta clínica de la pequeña alucinación del “dedo cortado” de Serguei Constantinovich Pankejeff (inmortalizado por Freud como “El Hombre de los Lobos”) conocida por todos y trabajada por muchos.

“Teniendo cinco años jugaba en el jardín, al lado de mi niñera, tallando una navajita en la corteza de uno de aquellos nogales, que desempeñaban también un papel en mi sueño. De pronto observé, con terrible sobresalto, que me había cortado el dedo meñique de la mano (¿derecha o izquierda?) de tal manera, que sólo permanecía sujeto por la piel. No sentía dolor ninguno, pero sí un miedo terrible. No me atreví a decir nada a la niñera, que estaba a pocos pasos de mí, me desplomé en el banco más próximo y permanecí sentado, incapaz de mirarme el dedo. Por último, me tranquilicé, me miré el dedo y vi que no tenía en él herida alguna.”

Es interesante ver que el relato está calcado sobre lo vivido, sin localización temporal. Relatado como es vivido. Una suspensión en la posibilidad de hablar. “Hay aquí abismo, una picada temporal, un corte de la experiencia, después de la

cual resultó que no tenía nada, todo terminó, no hablemos más de ello”

Freud lo señala como un fenómeno muy especial: no saber nada de la cosa, ni siquiera en el sentido de la represión.

Lo que es rehusado en el orden simbólico, vuelve a surgir en lo real.

Este fenómeno alucinatorio nos habla de la historia del sujeto en el orden simbólico. Nos habla de un sujeto en relación a la castración.

No hubo para él Bejahung, afirmación del plano genital y la castración se manifiesta en lo imaginario de la vivencia alucinatoria. Tampoco hay otro a quién contar la experiencia, ni rastros de emoción... sólo la vivencia de un sentimiento catastrófico. Tan sólo un mundo exterior inmediato.

“El sujeto no es en absoluto psicótico. Sólo tiene una alucinación. Podrá ser psicótico más adelante, pero no lo es en el momento en que tiene esa vivencia absolutamente limitada, nodal, extraña a las vivencias de su infancia, totalmente desintegrada. En ese momento de su infancia nada permite clasificarlo como un esquizofrénico y, sin embargo, se trata en efecto de un fenómeno de psicosis”.

El esquizofrénico se empeña en “reiterar ese paso”, lo cual cae en saco roto puesto que para él lo simbólico es real. El Hombre de los Lobos, que al final de su vida, todavía pintaba tarjetas postales con la escena del sueño de los “lobos en el nogal”. Quedó fijado en el instante de ver, en “la alienación de su verdad” fantasmática. La psicosis, escribe Freud, “adquiere su fuerza de convicción de un fragmento de verdad histórico vivencial que se ubica en el lugar donde la realidad es rechazada”

El esquizofrénico se siente víctima pasiva de lo que le llega, como desde el exterior, y esto por el defecto de la simbolización primordial que conmueve todo el edificio subjetivo. Parafraseando a Freud diremos: así como “la inalterabilidad de lo reprimido que permanece insensible al tiempo” -en las neurosis- así también se constata, la inalterabilidad de lo forcluído que permanece insensible al tiempo – en las

psicosis. El Hombre de los Lobos, nombre hecho de goce, no cesa de no escribirse, de reiterarse, de sufrirse, de eternizarse en el instante de ver de su fantasma que anula el tiempo de comprender y colapsa el momento de concluir. Toda una vida indexada a la imposibilidad de la subjetivación de la escena traumática.

El tiempo esquizofrénico es un “tiempo sin Otro”, por lo tanto no es un tiempo que se pierde o se apresure o se procrastine... Es un tiempo que no inca sus raíces en el Otro del “tesoro significante”, y que se traduce por la infinitud de secuencias comenzadas “una y otra” vez. Recuerdo un sujeto reducido a la frase, frase repetida, mas no interrumpida: “El gordo Mario se ha comprado una moto...” Minutos, horas, días, semanas, meses, años...la púa rayada en el mismo disco, pero sin la posibilidad de marcar jamás un surco como un resto de inscripción. Esta frase repetida es la garantía, el escaso reaseguro de la realidad. Tiene que asegurarse de esto a cada instante.

El significante en lo real de la esquizofrenia, esa existencia en lo real, donde la x del sujeto falta y, por ende, la función de representación significante (S1-S2). Sólo resta un enjambre de zumbidos significantes (S1, S1, S1) que al no representarlo, lo dejan librado a la tiranía de la fragmentación y la esquicia de las identidades, de los objetos, de los tiempos... en un “más acá” de la alienación a los significantes del Otro. Un sujeto “fuera-del-inconsciente” está “(...) preso de lo múltiple no vectorializado, de cronologías ahistóricas que yuxtaponen hechos y datos sin ordenarlos” . Viene a mi memoria el caso de un joven sujeto que en una de las presentaciones de enfermos, en nuestro Colegio Clínico en el norte de Argentina, decía: “A mi hermano lo mataron de un tiro en la cabeza, de allí yo me enloquecí, fue cuando me internaron, yo no existía todavía, no había nacido...”. La “muerte del sujeto” estaba fechada antes de su nacimiento. Una muerte resultante de la no afirmación de la simbolización primordial, preso de un “no” forclusivo,

para nada discordancial, que impidió la inscripción del sujeto en el “sentimiento de la vida”. Muerte que se fenomenaliza en una pluralidad de manifestaciones: abulia, estereotipias, “veleidades inoperantes”...

Luego de un trabajo sostenido, una mujer había construido penosamente que “dos salchichas y un huevo”, ofrecidas por su madre, eran la certificación de que la “quiso hombre”. La “representación de cosas” freudiana, el tratar las palabras como cosas (Sachvorstellungen) se efectiviza en los fenómenos en que las cosas copulan entre sí. Las palabras han perdido su calidad de significantes, reducidas a simple materia sonora o visual. El esquizofrénico dispone de la lengua, por ello habla, pero no dispone de lo simbólico. Como dijimos un sujeto “fuera-del-inconsciente”, sin Otro, por el fracaso de la bejahung primordial.

Retroacción en un tiempo cíclico

La “reiteración” esquizofrénica es bien diferente a la “retroacción en un tiempo cíclico” de la paranoia. Tiempo cíclico que evoca, a mi entender, el tiempo cíclico en la antigüedad oriental y retomado por Mircea Eliade bajo el signo del “eterno retorno”. El psicótico está condenado al eterno retorno de su existencia en lo real, que al decir de Lacan:

“hace tan difícil la anamnesia de sus perturbaciones, de fenómenos elementales que son solamente presignificantes y que no logran sino después de una organización discursiva larga y penosa establecer, constituir, ese universo siempre parcial que llaman un delirio.”

El paranoico encuentra una solución que implica el tiempo, se mantiene en la alienación a la cadena signifiante y conserva la relación al Otro en la gravedad de su delirio. Otro que goza de él, un Otro “sin barradura” como lo es el Dios de Schreber. Al “estasis” de la abulia esquizofrénica se opone el “éxtasis” de la voluntad de goce de la paranoia, en esta

relación particular de Schreber con su Dios.

En De una cuestión preliminar... Lacan nos da una fórmula:

“Sin duda la adivinación del inconsciente ha advertido muy pronto al sujeto de que, a falta de poder ser el falo que falta a la madre, le queda la solución de ser la mujer que falta a los hombres”.

Una solución prematura, una conclusión apresurada para poder cerrar el agujero dejado por la ausencia de la significación fálica. En la paranoia lo que está forcluido es el significante del Nombre-del-Padre que no permite la metaforización del Deseo de la Madre. En la paranoia está conservada la x del sujeto de la Bejahung primordial, más próximo al sujeto dividido, que al sujeto de la esquizia. Pero, falta el abrochamiento del segundo tiempo de la metáfora paterna que incluiría al sujeto en el orden del discurso. El sujeto paranoico es un “fuera-de-discurso”, pero conserva en la metonimia de los significantes una relación particular al Otro. El fuera-de-discurso del sujeto Schreber se presenta como un significante que no representa al sujeto y que no pone barrera a su goce. Entre Dios y Schreber hay una relación sexual. La relación sexual es posible.

En la paranoia encontramos la estructura de la retroacción temporal (a posteriori – après-coup) propia de la estructura signifiante, pero bajo una forma cíclica del tiempo o bajo los fenómenos elementales que dan cuenta de la muerte del sujeto a consecuencia de la forclusión. Y lo que ha desfallecido en demostrarse es el ser de goce del sujeto, ser que se precipita a responder por la metáfora delirante.

En De una cuestión preliminar... Lacan construye el Esquema I, para explicar las psicosis (P_0 y Φ_0) y nos habla de la relación “asintótica” infinita, que une al yo delirante con el otro divino. Una divergencia hiperbólica en el espacio y el tiempo. Señalando que Freud ya lo

había intuido con su término: asymptotisch.

En Schreber, varios momentos lógicos y temporales:

Primero: no puede “ser el falo que le falta a la madre” (“non” $S=\square$). Instante de ver.

Segundo: “ser la mujer que le falta a los hombres” y esto se expresa en la frase interrumpida o fantasía pre-consciente: Sería hermoso ser una mujer en momento del acoplamiento. La pre-psicosis. Pero, “ser la mujer que le falta a los hombres” no es una solución, ya que no hay significación fálica (\square), sino que hay \square o. No hay para el sujeto Schreber el “conjunto de los hombres”, entonces no es suficiente ser la mujer de los hombres. “Ser la puta de los hombres”, no cierra la ecuación que no se produjo, no cierra $S=\square$. Los hombres son tan improbables como él mismo. Todos están desprovistos de falo. Tiempo de comprender.

Tercero: la *Versöhnung* (sacrificio). La salida es el sacrificio: sufrir la Ent’mann’ung - eviración, para luego Ver’wei’blichung - transformación en mujer. Necesita hacer el sacrificio de la norma masculina, norma viril, de lo norm-mâle (norma-macho). Momento de concluir.

Una construcción de tal envergadura no puede hacerse por fuera del tiempo, a Paul Daniel Schreber le ha tomado toda una vida y, sobre todo, varias escansiones lógicas y temporales.

Lo que la Presentación de enfermos nos enseña

Para concluir, brevemente un caso de un sujeto paranoico en la Presentación de enfermos de nuestro Colegio Clínico:

La ausencia del significante primordial del Nombre-del-padre lo constatamos en M.: “sin nadie que me diga qué hacer o me lleve de la mano”. Un sujeto que define su infancia como “muy feliz”. Una infancia sin conflictos, podemos agregar: sin indicadores de neurosis infantil. Un niño: “infantil, chiquilín, inocente, ingenuo...”. Un niño muy alejado del “perverso polimorfo” freudiano.

Esto es claro en M. donde su mundo se ordena alrededor de varios significantes: “ser contador”, “ser jefe”, “denunciar las estafas”. Su dimensión ética frente al mundo corrupto. El rigor y la dignidad del sujeto psicótico.

En dos momentos de su vida – dos escenas - aprendió la lección del otro, dos momentos de alienación, pero sin apropiarse del discurso, sin incluirse en él:

-“Unos minutos en el calabozo bastó para que aprendiera la lección...” y a no escaparse jamás de la escuela.

“A los 16 años, todo se tergiversó, maduré de golpe. Era ingenuo hasta ese entonces en lo sexual, porque mi padre no me comentó nada, y empecé a desarrollar mi curiosidad. Un profesor de anatomía, me enseñó sobre la sexualidad femenina y masculina, y me llevo a la madurez humana...” Una lección de anatomía le indicó el camino de la diferencia sexual.

La psicosis nos presenta un sujeto no inscripto en la función fálica. Un sujeto que mira la vida, desde afuera, sin incluirse: “el río en el que se bañaban los corpulentos, yo no era así, prefería lo intelectual”. Su lógica sexuada es: “Todos fálicos corpulentos”. Pero, él no está incluido en el universo fálico de “todos los hombres corpulentos” y se inscribe en la excepción, M. hace excepción al universal fálico. Más bien se ubica en lo que hace rasgo diferencial. M. no pudo, por incidencia de la forclusión, inscribirse en la función fálica, que regula el goce del órgano.

Su “letra” es un “no a leer”. Un estudiante “normal”, que “estudia y estudia y estudia...”. M. es un sujeto “normal”, pero no es “norm-mâle” (norma-macho). No está regido por la norma, que hace al macho. Se incluye, más bien, dentro del universo de los que tienen “capacidades diferentes”, pero vive en un mundo que no encaja. Es muy significativa la frase que denuncia su posición ética: “si todos respetaran a los otros, todo el mundo sería mejor”. ¡Cierto! Pero, es justamente esto, lo que lo deja por fuera: “el soltero que sigo siéndolo”. Es más, cuando se

enamora son amores de excepción: “judía” “raza aria”.

Vemos momentos de irrupción del goce del órgano, “momentos locos”, luego de que elige una mujer y, a pesar de sus artilugios (asados, flores...) no puede seducirla y se aboca a un goce loco, sin regulación.

En un momento de la entrevista nos entrega su fórmula: “Cuándo me recibí, me metía en todos lados, como las mujeres a ‘revolear las chancletas’”.

Una lógica sexuada, la de M., que divide los sexos en: “mujeres chancletas / hombres hojotas”

Hace una condensación: “revolear la cartera” y “chancletear” y dice: “revolear la chancleta”. Un ¿“empuje a la mujer”?, otro rasgo de la psicosis. Toma un rasgo de lo femenino para nombrar su goce sexual...

La mujer no es un Otro diferente, sino un “otro parecido”, otro especular.

Sabe claramente la diferencia sexual: “los hombres usan hojotas”, pero M. a la

hora de gozar “revolea la chancleta”. ¿Su órgano, una chancleta? Hay que ver...

Ninguna va para hacerla su mujer... darle un hijo... Valen más la patria, los afectos, sus padres.

Por otra parte, vemos en M. que su psicosis se disimula bajo una hiper-normalidad: “uno tiene capacidades diferentes, o una constitución física mejor, yo no soy atleta, lo mío es lo intelectual, si todos respetaran a los otros, todo el mundo sería mejor...”

M. nos habla de sus padres no biológicos: “Tata Dios”, “profesor de anatomía”, los “padres espirituales”.

Al nombrarlos, se nombra -renglón seguido - con un nombre que le dio, como suplencia, su profesión: “Soy el mejor economista del mundo, de la macro y micro economía...”

El es el mejor economista: suma, resta, calcula, organiza y dirige empresas. Puede transformar todo, incluso un psiquiátrico, en un negocio rentable...

Temporalidad del arrepentimiento

Patricia Muñoz

Este título es una redundancia pues el arrepentimiento en sí mismo, implica un tiempo anterior en el cual se realizó algo de lo cual uno siente pena y se culpa por ello. Siendo como es, un verbo reflexivo, arrepentirse, ese vestigio de voz media en que además de la implicación del sujeto en la persona del verbo, se insiste de nuevo con el pronombre. El verbo nunca es pasivo en las oraciones medias, la voz media designa que la acción del verbo afecta al sujeto. Gramaticalmente este significante tiene una implicación redoblada del sujeto. En latín decían *me poenitet*, que interpretado sería “me aflige una vez y otra vez” “me atormenta la pena” por eso se inventó el punir, es decir el imponer penas. El arrepentimiento (*me poenitet*) nace en la penitencia. Ésta es el malestar constante (reiterado) que experimenta quien está pagando una pena. Ese mismo malestar reduplicado es el arrepentimiento.

Es una posición ética, el sujeto se sabe responsable y asume una culpa, en el arrepentimiento no hay solamente la doble implicación del sujeto sino que también hay un malestar reduplicado

Se quiere con este trabajo acercarse, aunque sea sólo un poco, a lo que sería la relación con el tiempo en la psicosis, tomado un caso en el que después del desencadenamiento se instala un obsesivo sentimiento de arrepentimiento.

En la psicosis, en el momento del desencadenamiento hay una ruptura con la realidad y por lo tanto con las coordenadas simbólicas y espacio temporales. La temporalidad implica la estructura del lenguaje y el tiempo

gramatical el pasado, el presente y el futuro. Sería imposible concebir una temporalidad en una dimensión animal, los animales no tienen ninguna relación con el tiempo.

Para el psicoanálisis se trata del sujeto que habla y por lo tanto inmerso en el lenguaje, que se estructura en una relación compleja con el significante y se determina en un efecto del significante.

En el seminario Las psicosis Lacan nos habla de un tiempo lógico y no cronológico, previo a toda simbolización, en el cual habría una etapa donde, puede suceder que parte de la simbolización no se lleve a cabo... puede entonces suceder que algo primordial en lo tocante al ser del sujeto no entra en la simbolización, y sea, no reprimido sino rechazado. Es lo que Lacan llama la *verwerfung* primitiva, algo que no es simbolizado y que se manifiesta en lo real. El fenómeno psicótico es para Lacan en este seminario, la emergencia en la realidad, de una significación enorme que parece una nadería, en la medida en la que no se le puede vincular con nada, ya que nunca entro en el sistema de simbolización pero que en determinadas condiciones puede demoler todo. Es una significación que concierne al sujeto pero que es rechazada y que sólo asoma de la manera más desdibujada en su horizonte y en su ética y cuyo surgimiento determina la invasión psicótica.

En la psicosis se deshace la secuencia temporal por hebreo del significante en lo real, pero que quiere decir ¿un significante en lo real?, en el seminario “las psicosis” se refiere primero a lo que él llama un puro significante y más adelante habla del significante en lo real. Nos dice Lacan que en relación a la

fenomenología, en la psicosis no se puede desconocer la originalidad del significante en cuanto tal, se trata del abordaje por el sujeto del significante en cuanto tal y de la imposibilidad de ese abordaje. Entonces un puro significante, el significante en lo real y el significante en cuanto tal, diferentes formas de nombrar algo difícil de asir. Es un significante fuera de la cadena.

Sabemos también que en la apropiación que hace el sujeto del significante hay un resto de esa operación que es el objeto a. Esa relación es esencial, es ciertamente la que proporciona una estructura a la aprehensión del mundo. Es el fantasma llamado también la ventana sobre la realidad. La relación del sujeto con el objeto a.

Estos son los desarrollos teórico esenciales para la psicosis, pero a partir de los años 70 ya no son solamente las elaboraciones que se refieren a las relaciones del sujeto con el significante, sino que inicia la teoría de los nudos y hay un cambio en la concepción de los 3 registros, RSI, anudados por un cuarto término, el síntoma o algo que haces las veces de función del Nombre del Padre, y esta función pasa a ser una función que nombra.

Después de un rodeo teórico vamos al caso, hay en esta paciente una gran inquietud que inicia con el grado de su hija mayor, al mismo tiempo se van presentando los síntomas de la menopausia, entendida ésta como estar vieja y que las hijas ya crecieron, ella hubiera querido que se quedaran pequeñas. En relación a las hijas es algo de la sexualidad de ellas que le es difícil aceptar, hay también en ese tiempo una gran culpa por los abortos que se hizo antes de decidirse a tener sus hijas.

Hay algo del paso del tiempo imposible de atrapar y que produce un arrepentimiento, de haberse separado, de haber dejado un trabajo y de no haber aprovechado el tiempo cuando sus hijas estaban pequeñas.

Hay también un rechazo hacia lo viejo, no soporta lo que le evoca el pasado, la

música vieja, encontrarse con personas que compartió en esas épocas, las fotos viejas, lugares que le traen recuerdos, para ella es como si todo se le devolviera.

No esta fuera del tiempo, como pasa en la neurosis, esta dolorosamente aferrada a él por el arrepentimiento, no acepta el presente porque esta siempre pensando en lo que hizo y en lo que no hizo, se podría nombrar como: “Un gran esfuerzo por vivir en el presente acosada por el pasado y con horror al futuro”

Para ella el pasado es algo oscuro, hay en su familia un enigma, los apellidos de su madre son diferentes a los de su abuelo y además su padre mantuvo dos familias al mismo tiempo, una legalizada y la otra, que es la de la paciente, oculta, secreta. También hay una tendencia a los auto reproches y un rechazo de sí misma.

Si en el neurótico hay una ausencia de los efectos del paso del tiempo, para esta paciente podríamos decir que es, ese peso, paso del tiempo lo que la desencadena. El tiempo, la vida y la muerte, la sexualidad, la generación, la filiación y la existencia, anudados en un momento por el tiempo.

El arrepentimiento se podría tomar como una solución al vacío que se abre ante ella. Hay en la pintura un término repente, que hace referencia a los trazos que ha hecho el pintor y luego se ha arrepentido de ellos y ha pintado encima, solo se ha visto más claramente con la tecnología de los rallo x, pero en la vida real, ¿quién podría, al arrepentirse de lo ya vivido, corregirlo añadiendo nuevas capas de pintura hasta que lo nuevo ocultara cualquier traza de lo antiguo?, no en la neurosis, pero en la psicosis, se podría pensar que el arrepentimiento es la manera de poner encima capas de pintura que no dejan ver lo que hay debajo, como una solución, un síntoma que permitiría anudar lo real, lo simbólico y lo imaginario, como cuarto nudo que supliría la función anudante del Nombre del Padre. Lo que le daría un nombre, “la arrepentida” que además tiene que ver con su nombre propio.

Aunque el desencadenamiento fue persecutorio, he pensado si en este caso

no se trata más bien de una melancolía y no de una paranoia. Dice Freud, la melancolía se trata de un duelo por la pérdida de la libido, de una hemorragia interna, aunque hay autorreproches y autodenigraciones, no hay culpa ni expectativa de castigo y el arrepentimiento va en el sentido de la culpa.

Sol Aparicio, en su texto “En su hora” dice: “En la psicosis se deshace la

secuencia temporal por el hecho mismo del significante en lo real fuera de la cadena y en la melancolía es el presente eternizado”. No creo tampoco que se pueda decir que es el presente eternizado, aunque el trabajo con ella es vivir el día a día, ir a trabajar, tener un horario, estar mirando el reloj.

Lo que nos enseña este caso:

A perversão e o tempo

Vera Pollo

Se considerarmos a alta incidência do termo perversão na doutrina psicanalítica, talvez nos espante a pequena frequência de sujeitos de estrutura perversa em nossos consultórios. É que o uso do termo se estende desde “a perversão polimórfica da infância” assinalada por Freud, até o comentário de Lacan, em R.S.I., de que é preciso que o homem tome “père-vertidamente” uma mulher como objeto a causador do seu desejo, para que mereça o respeito filial, passando, evidentemente, pela caracterização da fantasia como “traço perverso da neurose”.

Em 1957, Lacan propõe a pergunta “O que é a perversão?”, para, com sua resposta, afastar a idéia de que ela seria apenas o índice de algo que parou no tempo, como um acidente na evolução das pulsões. Enfatizou que a fórmula freudiana “A perversão é o negativo da neurose” não significa que a primeira deixa ver ‘a céu aberto’ o que a segunda esconde, indicando que podemos lê-la como a diferença entre a subjetivação neurótica e a dessubjetivação perversa. A fantasia perversa parece estatuir a mais completa equivalência Eromenos / Erastes, amado/amante: $\$ \diamond a =$ sujeito desejo de objeto, objeto desejo de sujeito. Nessa ocasião, Lacan salientou que o molde da perversão é a valorização da imagem, a prevalência da dimensão imaginária.

Em seu livro “A subjectividade por vir”, Zizek (2004/2006) comenta que já se tornou lugar-comum falar do laço íntimo que une a perversão e o ciberespaço. Isto porque, se o cenário perverso põe em cena o desmentido da castração, a perversão só pode ser entendida como uma forma de defesa contra o motivo “morte e sexualidade”, conseqüentemente,

defesa contra a ameaça de finitude (o tempo real) e contra a imposição contingente da diferença sexual. O autor nos lembra, então, que o perverso instala um universo semelhante ao dos desenhos animados, onde sobrevivemos ilesos a todas as catástrofes. Nele, não somos obrigados a morrer nem a escolher um dos dois sexos. Como universo da mais pura ordem simbólica, do jogo de significante entregue a si mesmo, ele está desembaraçado da inércia do Real e da finitude humana. Não corresponde à realidade em que vivemos, mas à projeção espacial da fantasia narcísica de imortalidade.

Nesse sentido, podemos dizer que a perversão faz existir um grande Outro imaginário como um deus do tempo, ali onde a neurose faz existir privilegiadamente um grande Outro simbólico, deus do espaço. O resultado, o sabemos, é que, “preso à hora do Outro”, o neurótico está sempre adiantado ou atrasado, procrastinando ou precipitando-se. Em contrapartida, o perverso encontra Ebenbild, a imagem exata. Mas são os ditos neuróticos que denunciam a existência de um tempo eminentemente pulsional, se assim pudermos nos expressar, uma vez que caracterizam o objeto tempo alternada ou simultaneamente como falta e como excesso. Impotência e impossibilidade enunciam-se como: “Não tenho tempo, estou sem tempo” e, inversamente: “Estou perdendo tempo, jogo tempo fora”. Não se indica, assim, a existência de uma fantasia em que o tempo é um fluxo contínuo, tal qual o jorrar dos significantes?

Em seu texto “A tempo, o que não espera”, Bousseyroux (2002) ressalta que o tempo da história só nos faz andar em círculo, uma vez que o mundo humano é tórico. O que equivale a dizer que, em suas relações simbólicas, o sujeito é um

aglomerado de significantes em torno de dois espaços vazios e que o vazio central comunica-se com o exterior. O motivo da impossibilidade dessa representação central não reside simplesmente no fato dela ser demasiado traumática, mas de que nós, sujeitos que a consideramos, continuamos sempre implicados nela e fazemos parte integrante do processo que a engendrou (Zizec, 2004). Assim como o real da história resiste à historização, o real do tempo resiste à cronologização. Em “Função e campo”, Lacan já observava que “o que se realiza em minha história não é o pretérito perfeito do que foi, uma vez que já não é [...] mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando” (1953/1998:301). Há uma excessiva proximidade do sujeito com o irrepresentável. Pois o sujeito só se comunica com o Outro real – o que nos ensina Lacan no seminário, livro 10 – no ápice da angústia. Este momento de queda do objeto a configura-se como “um nó do tempo como superfície”, um retorno do instante do olhar no momento de concluir, que decide, retroativamente, o tempo para compreender.

Yukio Mishima, um dos autores mais traduzidos da moderna literatura japonesa, inicia seu livro *Confissões de uma máscara* com a seguinte frase: “Por um bom tempo, insisti em que tinha lembrança de cenas do meu próprio nascimento”. Em seguida desfia uma série de lembranças de sua primeira infância, cenas que “o atormentaram e assombraram a vida inteira” e que teriam imprimido nele um desejo de transformar-se em um outro, que tanto podia ser um “rapaz todo sujo” carregando baldes de excrementos e vestindo uma calça muito justa, quanto uma bailarina opulenta “envolta em trajes semelhantes aos da meretriz do livro do *Apocalipse*”.

Em nota enviada ao editor, o jovem Mishima, então com vinte e quatro anos, observa que *Confissões de uma máscara* será seu primeiro romance autobiográfico, mas não um “Ich-roman convencio-

nal”. E acrescenta: “Apontarei para mim o bisturi da análise psicológica que aguicei em personagens imaginários. Tentarei dissecar-me bem vivo. Espero atingir a exatidão científica...” (apud Ritter, 2005:28). Diz-se que sua escrita é também uma tentativa terapêutica que faz apelo ao que ele designa como “poderes de auto-análise” ou “um desses círculos obtidos dando um simples movimento de torção a um pedaço de papel, cujas extremidades são em seguida coladas juntas. O que parecia ser o interior era o exterior e o que parecia ser o exterior era o interior” (idem: 29). Não há dúvida de que Mishima percebeu o interesse da topologia da banda de Möbius na análise dos fatos subjetivos, ao mesmo tempo em que dizia possuir um “talento perverso” capaz de “transmudar o sofrimento em gozo e a falta em plenitude”. Para Millot (1996/2004), seu talento inscreve-se na linha direta do masoquismo originário, dito erógeno, sob a forma de um “erotismo da desolação”. Já Assoun, após concluir que “raramente se verá, como em Mishima, a identificação de um escritor com uma estrutura transformada em princípio de escrita” (1998:15), propõe que “não é talvez uma casualidade se, depois de uma momento ainda observável no século passado em que a literatura se distinguia como refúgio neurótico, a literatura (pós)moderna acaba servindo para trazer à cena a subjetividade perversa” (Idem:18).

Lembremos, para terminar, que, assim como a mascarada feminina não é uma mentira ou uma falsa imagem de mulher, mas, como assinala Lacan, o “prestar-se à perversão d’O homem” (Lacan 1973, p.71) que nela encontrará a sua hora de verdade e poderá chegar ao álbi fálico do orgasmo, também a mascarada perversa, ao fazer-se letra e, até, literatura, presta-se à perversão do Outro.

Mishima preparou cuidadosamente o *seppuku* como morte televisionado. Confirmou suas palavras de que “a morte violenta é a beleza suprema, contanto que aquele que morre seja jovem.”

O *seppuku* de Mishima: a derradeira erotização da morte

Maria H. Martinho

Kimitake Hiraoka nasceu em Tóquio em 14 de janeiro de 1925, membro de uma família burguesa, foi criado como um herdeiro do trono imperial. Adotou o pseudônimo Yukio Mishima – que passaria a usar por toda a sua vida –, aos dezesseis anos quando publicou seu primeiro romance, *A floresta em pleno esplendor* (1941). Mishima foi o mais famoso dos autores nipônicos de sua época. Quase todos os seus dramas visam à estética trágica, baseada no tripé, juventude, beleza e morte. Esse texto pretende destacar alguns aspectos da história do escritor japonês extraídos da criação literária do próprio autor, nos quais ele descreve e formaliza episódios de sua vida, de seu romance familiar, deixando transparecer o modo que utiliza para negar a castração do Outro: o desmentido (*Verleugnung*), ilustrando assim, de forma paradigmática o que é a estrutura perversa para a psicanálise. O texto procura ressaltar o que há de singular na perversão de Mishima: ele deveria perseguir a dissolução de todas as polaridades – “a carne e o espírito”, “o corpo e as palavras”, “o amor e o desejo”, “a arte e a ação”, até aos extremos da derradeira erotização da morte que foi seu suicídio.

Na infância conjuga: solidão, erotismo e morte

Em *Confissões de uma máscara* (1949), Mishima mistura realidade e ficção. Através da narrativa do protagonista desse romance Mishima confessa cenas de sua própria vida extraídas das suas mais remotas lembranças que conjugam o erotismo e a morte. A lembrança de uma cena ocorrida aos quatro anos de

idade passou a perseguir-lo. O encontro com um jovem latrineiro com quem cruzou na estrada representa para o menino algo da ordem de um sacrifício heroico que continha o auge da sensualidade. “Um jovem descia a vertente carregando uma canga de baldes de fezes noturnas num ombro [...] Estava vestido como um operário e calças justas de algodão azul-escuro, do tipo chamado “puxa-coxas” (1949, p. 11). Olhando para o jovem sujo o menino ficou “sufocado pelo desejo”. O desejo tinha dois pontos de enfoque: as calças justas e o ofício de latrineiro. A calça justa contém uma carga de erotismo e o ofício de latrineiro de “tragédia”. Isso fez com que o menino pensasse: “quero me transformar nele”, “quero ser ele”. Dali por diante quer “ser ele”, tornar-se coletor de excrementos e vestir aquela roupa colada no corpo. Ser latrineiro parecia ao menino poder desempenhar um ofício heroico semelhante ao martírio. O protagonista de *Confissões de uma máscara* descreve uma outra cena marcante vivida aos quatro anos de idade que retrata o fascínio que sentira diante da figura de um cavaleiro montado “enfrentando a morte”. No instante que lhe é explicado que aquele belo cavaleiro era uma mulher – Joana d’Arc –, e não um homem seu encantamento pela figura se desfaz, pois a “morte trágica” se dissocia da figura do “cavaleiro” másculo, viril. Outra cena extraída das lembranças da tenra infância explicita o fascínio do menino pelo destino trágico, pelo sujo, fedorento, pela morte. O cheiro de suor das tropas de soldados que passam diante do portão de sua casa. “Anseio apaixonado por coisas como o destino dos soldados, a natureza trágica de seu apelo, as terras distantes que veriam, as maneiras como morreriam...” (1949, p. 16). “Tinha predi-

leção por príncipes assassinados ou destinados à morte [...] Meu coração se inclinava para a Morte, a Noite e o Sangue” (1949, p. 20). As visões de príncipes que foram mortos o perseguiram tenazmente. “Quem poderia explicar-me por que eu ficava tão encantado com a fantasia em que aquelas roupas justas que moldavam o corpo, usadas pelos príncipes, eram associadas com suas mortes cruéis? [...] Eu me deliciava imaginando situações em que eu mesmo morria em combate ou assassinado” (1949, p. 20). A carga de desejo, ao mesmo tempo a qualidade trágica que está ligada a ela, pertence à figura do latrineiro, dos cavaleiros mortos na guerra, aos príncipes assassinados e aos mártires cristãos. Aos doze anos de idade pegou alguns livros de arte do pai.

“Topei com uma figura que eu tinha que acreditar estivera ali à minha espera, por minha causa. Era uma reprodução do São Sebastião de Guido Reni. Um jovem excepcionalmente bonito estava amarrado nu ao tronco da árvore. Não é dor que paira sobre seu peito retesado, seu abdômen tenso, seus quadris levemente contorcidos, mas um tremular de prazer melancólico como a música” (1949, p. 32).

Quando se depara com a gravura de São Sebastião o menino fica tão excitado que se masturba e tem a sua primeira ejaculação. A excitação sexual do protagonista, gerada ao ver a gravura do Martírio de São Sebastião também fora provocada pelo choque de erotismo e morte. São Sebastião passou a representar para Mishima o seu ideal de tipo físico masculino. Para Mishima a coragem era a coisa mais importante da vida. O princípio básico do corpo para ele é o culto do herói, um conceito físico, uma vez que relacionado ao contraste entre um corpo robusto e a destruição da morte. Em suma, é o tema do martírio de São Sebastião. Para Mishima a beleza estaria associada à destruição e a morte.

A erotização da morte

A erotização da morte se desvela em Mishima desde a mais tenra infância. As cenas descritas pelo autor – o encontro com o latrineiro, com os soldados, com o cavaleiro enfrentando à morte, com São Sebastião -, revelam que a partir dos seus quatro anos de idade esse sujeito conjuga solidão, erotismo e morte. Em *Sol e Aço* (1968), aos quarenta e três anos de idade, Mishima confessa que tentou aproximar o corpo e o espírito ao longo de toda a sua vida, mas “corpo e espírito nunca deram boa combinação” (1968, p.90). Contudo, Mishima não cessava de buscar a interseção tão almejada entre o corpo e o espírito “em algum lugar corpo e espírito devem se encontrar. Onde porém? [...] Em algum lugar deve haver um princípio maior onde os dois se encontrem e façam as pazes. Esse princípio maior, eu pensei, era a morte” (1968, p.90). Numa tarde de inverno, a 5 de dezembro de 1967, três anos antes de seu *seppuku*. Mishima embarca num caça supersônico F104 transporta o seu corpo a 4500 pés da terra. “A esta distância da terra, minha aventura intelectual e minha aventura física poderiam se fundir em harmonia. Era o que eu sempre havia buscado” (1968, p. 100). Foi então, num momento de êxtase sexual, que ele viu a “gigantesca serpente de nuvens brancas cercando o globo terrestre e mordendo sua própria cauda”. Lá no alto, envolto pela morte, posto que “as regiões mais altas, onde não há ar, estão repletas de morte pura”, sua consciência contemplou a união de corpo e espírito, o gigantesco anel-serpente que supera as polaridades. O círculo da serpente revelava o mistério: “a carne e o espírito, o sensual e o intelectual, o dentro e o fora, vão desprender-se do chão e, mais alto, mais, mais alto até do ponto onde o círculo-serpente de nuvens brancas que cerca a terra, todas as coisas vão se encontrar” (1968, p. 89). “O mundo interior e o mundo exterior tinham se invadido mutuamente e se tornado completamente intercambiáveis” (1968, p.100).

O Seppuku: a derradeira erotização da morte

No processo criativo de seus romances e dramas, Mishima só começava a escrever quando determinava claramente o final. Depois pensava em como levar à conclusão, tendo em vista a última cena. E isso ele também praticou na sua existência. O escritor esculpiu o seu corpo como uma obra de arte, que segundo a sua estética estava irremediavelmente fadado à destruição, a tragédia derradeira. Dois anos antes de cometer o *seppuku* Mishima revela em *Sol e aço* a sua insatisfação com a literatura, pois nela embora a morte seja a força condutora na construção de ficções, a arte não morre, ela é eterna, cria uma flor imortal, artificial, ficção. Ao passo que na ação se morre com a flor que não é imortal. “Na literatura, a morte é mantida em xeque mas, ao mesmo tempo, usada como uma força condutora [...] Ação é morrer com a flor; literatura é criar uma flor imortal. E uma flor imortal, evidentemente, só pode ser uma flor artificial” (1968, p. 49). Com a sua morte Mishima combina ação e arte, a flor que fenece e a flor que dura para sempre, mistura a um só tempo os dois desejos mais contraditórios da humanidade e os respectivos sonhos da realização desses desejos.

A forma de negação da castração do Outro: a *Verleugnung*

Em “Esboço de Psicanálise” (1940 [1938]), especificamente na parte VIII, intitulada “O aparelho psíquico e o mundo exterior”, Freud dá uma enorme atenção à “divisão do eu” e ao “desmentido”. Esse importante trabalho Freud nos dá subsídios para supor o modo que Mishima encontrou para negar a castração do Outro: a *Verleugnung*. Mishima tentou constituir dois pólos de pureza e perfeição, dois absolutos, por uma separação que exclui a mistura deles. Os desejos divergentes representam duas soluções das quais cada uma traz um desmentido à castração materna e que, embora contraditórias, se reforçam mutuamente. Mishima perseguiu a solução da divisão do eu que se

apresentava nas polaridades. No entanto, a fenda entre os pólos opostos não se preencheu, ao contrário só ressaltou a irremediável incompletude de cada um dos termos. “As flores artificiais da arte” e as “flores percíveis da ação” são uma o ideal da outra. O gozo do instante e o da eternidade respondem a votos contrários. Só a morte pode resolver a discordância deles. Só a morte do belo herói conjuga a arte e a ação. A morte se afigura a única resolução possível da dualidade que o habita e a única maneira de parar o incessante movimento que o projeta de um pólo ao outro de sua subjetividade dilacerada.

Referências Bibliográficas

- FREUD, Sigmund. (1905) *Obras completas*. “Tres ensaios de teoria sexual” Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- _____. (1927) *Obras completas*: “Fetichismo”. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- _____. (1940 [1938]) *Obras completas*. “La escisión del yo em el processo defensivo”. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- _____. (1940 [1938]) *Obras completas*. “El aparato psíquico y el mundo exterior”. In: “Esquema Del psicoanálisis”. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- KUSANO, Darci. *Yukio Mishima: O homem de teatro e cinema*. São Paulo: Perspectiva: Fundação Japão, 2006.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4: a relação de objeto (1956-57)*.
- _____. “Kant com Sade”. (1963). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *O Seminário, livro 18: de um discurso que não seria do semblante (1971)*, inédito.
- MILLOR, Catherine. *Gide, Genet, Mishima: inteligência da perversão*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- MISHIMA, Yukio. (1949) *Confissões de uma máscara*. São Paulo: Vertente Editora Ltda, sem data.
- _____. (1956) *O templo do pavilhão dourado*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- _____. (1968) *Sol e Aço*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- STOKES, Henry S. *A vida e a morte de Mishima*. Porto Alegre: L&PM Ltda, 1986.
- VALAS, Patrick. *Freud e a perversão* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Como se analisa “hoje” a perversão?

Maria Lucia Araújo

A

ideia axial desse trabalho é partir de algumas considerações das noções de desejo e gozo para interrogar como nós, analistas, temos nos atualizado em relação à análise da

estrutura perversa.

Sabe-se que não há consenso entre os analistas a respeito da possível análise de um sujeito de estrutura perversa. Um aspecto preocupante, e que chama a atenção, é o fato de existir uma tendência, dentro do campo psicanalítico, de dizer que o perverso não demanda análise. Enfatiza-se: o sujeito perverso não tem questão... Os sujeitos, realmente perversos, ficam pouco tempo e interrompem o tratamento..., etc. Nesse sentido, ocorrem-nos pensar em que ponto estamos na pesquisa e tratamento desses sujeitos, a partir da descoberta freudiana e após os avanços lacanianos, pois sabemos desde Freud que perversidade não é perversão e que há traços perversos em todas as estruturas.

Freud, quando apresenta o fetiche como paradigma da perversão, já faz uma distinção entre neurose, psicose e perversão. Jacques Lacan vai, então, a partir da dupla função do véu, que é a um só tempo o que esconde e o que designa, nos apresentar a estrutura de toda a perversão.

Nesse sentido, chega a causar estranheza ouvir alguns analistas afirmarem que o dispositivo analítico não é adequado para os perversos. Todavia, consideramos a partir de nossa pesquisa teórico-clínica, que o perverso procura análise, estabelece transferência e há manejos a partir dos quais o analista opera. Além disso, entendemos que é um dever pautado na ética atender tais sujeitos, pois o analista sabe que em tal dispositivo trabalha-se a partir

da relação do sujeito ao significante e da posição do sujeito na fantasia, e não a partir da realidade. Assim, é a partir desses dois operadores que o analista poderá identificar as estratégias de desejo do sujeito e sua modalidade de gozo. O próprio Lacan nunca esteve de acordo com a não analisabilidade do sujeito perverso e a prova disso é que muitas são as referências à perversão durante todo o percurso de sua obra, onde ele se empenhou em demonstrar a possível análise de tais sujeitos, sempre considerando que existem diferenças na direção do tratamento.

Nogueira nos lembra que: “... a linguagem é condição do inconsciente...” e que “A relação simbólica que a linguagem constitui possibilita a investigação, e simultaneamente, a modificação do que está além da linguagem, mas que ela indica: a sexualidade humana enquanto uma economia de gozo, e não apenas o exercício das relações de reprodução ou a prática do prazer do sexo”. O autor diz, ainda, que “Lacan se preocupou em estabelecer a Lógica dessa economia propondo o que ele chamou de “lógica do significante”, estudando a realidade das fantasias inconscientes. Significante porque na investigação psicanalítica o que vai ser privilegiado, pela escuta do analista, decorrente da fala do analisante será a manifestação mesma da língua, do enunciado, enquanto indicador da subjetividade do falante e não a referência a realidade. É fantasia porque é ela que estabelece o ponto de partida dessa lógica que está articulando e orientando essa economia, sabendo que a fantasia é um significante construído a partir da indicação da associação livre.”

No seminário A angustia, Lacan considera que se alguma coisa é reveladora pela experiência analítica, é que mesmo

na perversão onde o desejo em suma apareceria como aquilo que faz a lei, ou seja, por uma subversão da lei, ele é de fato, verdadeiramente o suporte de uma lei. Ele nos chama a atenção para o fato de que “Se há algo que sabemos agora do perverso, é que isso que aparece externamente como satisfação sem freio é defesa, e verdadeiramente colocação em jogo, exercício de uma lei na medida em que ela freia, suspende, detém, precisamente sobre o caminho do gozo. A vontade de gozo no perverso,..., é vontade que fracassa, que encontra seu próprio limite, seu próprio freio, no exercício como tal do desejo perverso.”

Ao comentar esse seminário, Bicalho esclarece que a fantasia é um dos lugares que permite uma diferenciação das estruturas clínicas. Isso a partir de várias leituras que Lacan fez da fantasia para a lógica da fantasia. Assim, o lugar que a angústia ocupa, diz ela, é o mesmo lugar da fantasia, o que permite tratar da angústia ligada às defesas do eu, isso além de um conceito é um operador clínico. Sublinha, ainda, que a garantia do campo do desejo na perversão é o fetiche, e há um tipo de fantasia no fetiche. Sendo assim, se há campo do desejo, há barreira ao gozo, e a angústia é mediana entre eles. Dessa maneira, na neurose temos o campo do desejo, enquanto que na perversão temos o desejo transformado em vontade de gozo.

Cabe ainda ressaltar, que o nosso trabalho clínico vem nos revelando que a demanda de análise de um sujeito perverso é feita quando há perturbação com o gozo, pois aí sobrevêm sintomas. O perverso tem a vontade decidida de gozar, realizando sua fantasia. É uma forma possível do desejo perverso, isto é, transformando o desejo em vontade de gozo. Em seu artigo “O fetichismo”, Freud observa que o fetiche representa frequentemente o último objeto que o sujeito viu antes de ser traumatizado pela castração feminina. Constitui como uma espécie de parada na imagem, deslocada metonimicamente pela relação da falta fálica.

Assim, guiamo-nos na análise de um perverso seguindo sua cadeia significante, e diagnosticamos a partir do enquadre da fantasia, tendo o fetiche como prova clínica da estrutura.

Entretanto, para o perverso não há sustentação no campo do desejo como desejo do Outro, como acontece na neurose, pois ele faz um curto-circuito na questão do desejo e inverte o axioma da fantasia, indo em direção ao gozo do Outro. Dessa forma, ele tenta inverter o jogo na direção da análise com a intenção de angustiar o outro; é sua maneira de lidar com o corte, com a castração. Do ponto de vista da transferência, o jogo quem joga é ele. Ele não se interessa pelo jogo do outro. A identificação na perversão é com o gozo da mãe e não com o desejo da mãe, há repetição por inversão. A criança que foi objeto de tal gozo perpetua esse gozo, gozando por sua vez de um objeto semelhante ao que ela foi. Entra, então, em uma relação imaginária a serviço do gozo do Outro a ser mantido.

Aliás, convém sublinhar que, Jacques Lacan, em seu texto: “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” salienta que “Todo problema das perversões consiste em conceber como a criança, em sua relação com a mãe, relação esta constituída na análise, não por sua dependência vital, mas pela dependência de seu amor, isto é, pelo desejo de seu desejo, identifica-se com o objeto imaginário desse desejo, na medida em que a própria mãe o simboliza no falo”.

Assim, “O que define se uma estrutura é perversa não são os atos a ela associados, mas sim a posição do sujeito na trama edípica”, conforme nos lembra Chermann.

Na verdade o Édipo é um operador do discurso do desejo. Nas considerações de Antonio Quinet, “Alguns analistas se equivocam ao abandonar a referência às estruturas clínicas, e ao não considerar a posição do sujeito no Édipo, a relação à castração”. “A clínica dos discursos, diz ele, como propõe Lacan ao inserir a psicanálise no campo do gozo a partir dos anos 70, permite um acréscimo à clínica

das estruturas subjetivas ordenadas pelo Édipo, e não a exclusão desta”.

Sabe-se que para Freud, a criança é um perverso polimorfo e que a polimorfia das perversões se aplica a todas as estruturas, todavia, para que se estruture psicologicamente a perversão é necessário que o sujeito passe por uma sucessão de tempos lógicos e que a isto se acrescente transtornos no percurso edípico. Como observa Chermann “Nesta estrutura a transgressão e o desafio andam juntos. É o desafio que angustia o outro e o deixa sem saída muitas vezes. Ele convoca o outro como testemunha de um segredo, pois precisa do olhar do outro como terceiro”.

Como o perverso se fixa no segundo tempo do Édipo, isto é, no tempo da privação, ele fica atrelado ao desejo da mãe e não articula desejo à lei. A fórmula da metáfora perde a possibilidade de substituição, mas não perde a condição desejante, há acesso ao simbólico, mas como o x do desejo da mãe não é enigmático como na neurose o próprio sujeito faz a lei. O falo tem estatuto imaginário, é positivado e o objeto “a” é revestido pelo fetiche, sendo este a prova clínica da recusa da castração materna. Para a perversão, o não Ter é transformado em Ter, através do mecanismo do desmentido da castração. Na verdade o perverso está interessado no gozo do Outro. Como ele entende que o Outro não sabe gozar, ele se dedica a fazer o Outro gozar.

Seguindo os ensinamentos lacanianos podemos encontrar no Seminário intitulado O desejo e sua Interpretação a seguinte citação de Lacan que nos aponta uma das diferenças em relação ao desejo e gozo na neurose e na perversão: “Se, no neurótico, o desejo está no horizonte de todas as suas demandas longamente desdobradas e literalmente intermináveis, pode-se dizer que o desejo do perverso está no coração de todas as suas demandas”.

Após estas breves considerações convém nos interrogarmos a respeito de uma questão crucial: qual é o pivô que suportaria a transferência de tal estrutura no curso de uma análise?

Uma possível elucidação dessa questão podemos encontrar no Seminário “Mais, ainda” em que Lacan nos diz: “A transferência é o desejo do analista e que é ele (o desejo do analista) o pivô e motor do tratamento. Que o analista não deve ceder de seu desejo e abrir mão de seu real cujo nome é não há relação sexual”. Ora, sabemos que o desejo do analista deve justamente ser definido em oposição ao desejo do perverso e que a ética da psicanálise não nos deixa opção para qualquer acordo com a perversão.

Serge André, um psicanalista que há anos se debruça sobre a complexidade teórico-clínica da estrutura perversa, afirma que “Os analistas, parece que concordam que os perversos interrompem prematuramente sua análise. A questão é identificar o ponto exato em que eles põem fim à sua análise. Na maioria das vezes ele assinala o momento em que o sujeito, repetindo sua sujeição primordial significativa, que o determina no inconsciente, escolhe ou, pelo menos, adota sua perversão. Fica faltando uma modificação de sua postura em relação à fantasia”. Assim, “... onde o perverso para, começa o desejo do analista”. E acrescenta, “ninguém solicita melhor do que o sujeito perverso a expressão desse desejo no analista, pois ninguém reivindica mais do que o perverso a possibilidade de fazer de seu sintoma uma escolha”.

Para concluir, ressaltamos que ao analista cabe operar em termos de desejo, isto é, ser causa de desejo, pois como nos adverte Rabinovich “Operar em termos de gozo é operar em termos de recuperação. Por essa razão, não há gozo para o analista no exercício de sua função, não há gozo do “ser psicanalista”. Lacan é categórico a esse respeito em seu texto Televisão, quando afirma, com severidade sardônica, que o lugar do analista, enquanto ele desempenha a função que lhe é própria, é um lugar drenado, esvaziado de gozo...”

Bibliografia

ANDRÉ, S, *A impostura perversa*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro (1995, p.27).

BICALHO, H, “O fantasma na direção da análise”, tese de doutorado no IPUSP, 1990.

BICALHO, H, Aula ministrada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, no dia 13/09/2004 (trabalho não publicado).

CHERMANN, E, *Perversão em Cena*, Editora Escuta, São Paulo, (2004).

FREUD, S, (1976) O Fetichismo. In. S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (VOL.XXI) Rio de Janeiro:Imago (trabalho original publicado em 1927).

LACAN, J, (1995) *O Seminário Livro 4: A relação de Objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (trabalho original publicado em 1957-1958).

LACAN, J. (2000) *O Seminário Livro 10: A Angústia*. Seminário Inédito, Publicação Interna da Associação Freudiana Internacional. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, (1962).

LACAN, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da Psicose. In. *Escritos* Rio de Janeiro: Jorge Zahar (trabalho publicado em 1957-1958).

LACAN, J. (1972-1973) *Livro 20, mais, ainda*. Versão brasileira de M. D. Magno, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. (1985).

NOGUEIRA, L. C. , *A psicanálise: Uma experiência original; o tempo de Lacan e a nova ciência*. Tese de Livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.(1997,p.151).

QUINET, A, *Psicose e laço social, esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, (2006).

RABINOVICH, D., *O desejo do psicanalista- liberdade e determinação em psicanálise*. Companhia de Freud editora, Rio de Janeiro (2000, p.128).

(Como se analisa “hoje” a perversão, título deste trabalho, foi inspirado no título do Terceiro Encontro Internacional do Campo Freudiano: Como se analisa hoje?. Publicado em livro. Editora: Manancial. Buenos Aires. Argentina, 1987).

Formação do analista e Transmissão da Psicanálise: qual articulação possível?

Beatriz Oliveira

Em seu texto de 1919²⁶⁶, Freud deixa claro qual a importância da formação em uma sociedade psicanalítica. Além do trabalho de análise pessoal, Freud considera fundamental a troca com analistas experientes em sessões científicas, bem como o trabalho de supervisão e análise didática com analistas reconhecidos. Assim, sua proposta institucional se sustenta como um lugar onde a formação psicanalítica deveria acontecer.

Desde sua formação na Sociedade Psicanalítica de Paris, instituição ligada à Internacional – IPA – Lacan sustenta uma crítica assídua aos abusos transferenciais e desvios em relação à direção dos tratamentos dispensados, a ponto de romper com a SPP em 53. Em 56²⁶⁷, Lacan esclarece que estrutura de formação da IPA era consequência da própria direção do tratamento ali estabelecida. Ou seja, para se formar analista, era necessária uma graduação obtida no instituto de formação, bem como a autorização obtida do próprio analista. Ora, esta autorização estava relacionada com a direção do tratamento ali dispensada: o fim de uma análise pela identificação ao analista, pela “introjção do bom objeto”²⁶⁸

A transferência é um ponto nodal para a crítica realizada por Lacan à IPA. Lacan fará referência ao texto freudiano *Psicologia das Massas* para argumentar contra a formação dispensada na IPA.

²⁶⁶ FREUD, S. (1919) Deve ensinar-se a psicanálise na universidade? In *Obras Completas*. Amorrortu Ed., vol. XVII

²⁶⁷ LACAN, J. - Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956 In *Escritos*. Jorge Zahar, E. 1998.

²⁶⁸ Op. Cit, p. 466

Essa dimensão da transferência pela qual o analisante, ao final, identifica-se ao *eu* do analista será o elemento constituinte do funcionamento das sociedades analíticas, tal como acontecia na igreja ou exército: os indivíduos colocavam as “suficiências” - nome dado aos analistas reconhecidos como tal- no lugar de Ideal aos quais todos se identificavam. A consequência disto seria o silêncio dos analisandos mais jovens. Diz Lacan:

A função da identificação na teoria – sua prevalência- assim como a distorção de reduzir a ela o término da análise, estão ligadas à constituição dada por Freud às sociedades – e levantam a questão do limite que com isso ele pretendeu dar a sua mensagem²⁶⁹”.

A questão que pretendo discutir neste trabalho refere-se à proposta de formação analítica introduzida por Lacan. Em que esta se diferenciaria da de Freud e quais seriam os elementos que permitiriam uma saída institucional que não reproduzisse os efeitos de identificação e hierarquia tal como verificado na IPA?

A Proposição de 67 é um texto fundamental pois é a primeira vez que Lacan faz uma proposta efetiva de Formação dos psicanalistas em sua Escola, articulando-a necessariamente com o próprio funcionamento de uma sociedade psicanalítica: “*trata-se de fundamentar as garantias mediante as quais nossa Escola poderá autorizar um psicanalista por sua formação e... responder por ela (...)*”.

²⁶⁹ LACAN, J. – Primeira versão da “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola” In *Outros Escritos*. Jorge Zahar Ed. 2003

*Pode também constituir o meio de experiência e de crítica que estabeleça ou sustente as condições de melhores garantias”.*²⁷⁰

Crítico da concepção de final de análise pela via da identificação, Lacan sustentará que o analista autoriza-se de si mesmo. Ou seja, a questão do lugar e função do psicanalista, no início e fim da psicanálise, está orientada pelo conceito de transferência como Lacan formalizará na proposição. “*O sujeito suposto saber é, para nós, o eixo a partir do qual se articula tudo o que acontece com a transferência*”²⁷¹. A transferência se verifica na articulação de um significante qualquer do analista com a cadeia significativa do analisando. Neste sentido, Lacan será claro ao afirmar que a transferência faz resistência à intersubjetividade, desconstruindo a idéia de relação dual entre analisando e analista e sustentando o final da análise não pela via da identificação, mas pela via da destituição subjetiva.

Lacan articulará dois pontos de junção, onde tem que funcionar seus *órgãos de garantia* : a intensão e a extensão da psicanálise e o início e o fim da psicanálise – tal como a partida de xadrez, sendo que o ponto de encontro é justamente a passagem de psicanalisante a psicanalista. Neste ponto a transferência é o pivô em torno do qual a passagem se articula. Ou seja, como transmitir o que se foi para o Outro e o modo particular de como se saiu disso? Como fazer passar do particular ao universal um desejo que se extrai nesta passagem?

Lacan se refere ao desejo do psicanalista, uma enunciação que ocupa o lugar do x em uma função, “*resto que, como determinante de sua divisão, o faz decair de sua fantasia e o destitui como sujeito*”²⁷². Em 79, Lacan dirá que foi por isso que instaurou o dispositivo do Passe: “*o que faz com que , após ter sido analisante, nos*

tornamos psicanalistas?”²⁷³. Com isto, podemos dizer que Lacan faz um giro em relação à saída pela identificação ao situar a transmissão da psicanálise no cerne de sua proposta institucional. Dessa forma ele desloca o lugar do objeto como ideal, tal como nas instituições freudianas, para o lugar de causa, o que implica em manter aberta a pergunta a respeito do que faz a passagem de analisando a analista.

Se por um lado esta pareceu ser uma proposta subversiva e audaciosa, por outro, e por sua estrutura mesma, nos faz questionar a respeito de suas consequências.

Na Carta de Dissolução da EFP , Lacan afirma que

“A Internacional reduz-se ao sintoma que é daquilo que Freud dela esperava. Sabemos o que custou o fato de Freud haver permitido que o grupo psicanalítico prevalecesse sobre o discurso, tornando-se Igreja.”

Assim critica os rumos pelos quais a psicanálise se orientou, qual seja, a via do sentido e conclui: “*a estabilidade da religião provém de o sentido ser sempre religioso*”²⁷⁴.

Aqui situamos o ponto problemático das sociedades psicanalíticas. Lacan, em 1980, critica e dissolve a EFP por questões semelhantes às que verificava na Internacional, por seus efeitos de grupo. A questão que se coloca é se sua proposta de Escola permitiria um outro tipo de laço que fizesse “resistência à intersubjetividade”, que barrasse os efeitos de grupo inerentes ao Ideal, que permitisse um avanço em relação à proposta freudiana de formação analítica. Lacan dirá claramente que sua Escola pretende dissipar a sombra que encobre este ponto de junção, de passagem de psicanalisante a psicanalista, muito embora diagnostique:

²⁷⁰Lacan, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In *Outros Escritos*. Jorge Zahar Ed., 2003

²⁷¹ Op. Cit. p. 253

²⁷² Idem, p. 257

²⁷³ 9º Congrès de l'École Freudienne de Paris sur “La transmission”. Parue dans les Lettres de l'École, 1979, n° 25, vol. II, pp 219-220.

²⁷⁴ Lacan J. Carta de Dissolução In *Outros escritos* Jorge Zahar ed., 2003., p. 320.

“há um real em jogo na formação do psicanalista e que as sociedades existentes fundam-se nesse Real. Esse Real provoca seu próprio desconhecimento, até mesmo sua negação sistemática²⁷⁵”

Ora, como tratar esta negação sistemática, própria da estrutura do sentido, do significante, da neurose, que promove o efeito de cola nas instituições, constituindo igrejas? Poderia o dispositivo do passe barrar isso?

Se apostamos no passe como um dispositivo de transmissão do que fez um analista autorizar-se, podemos encontrar aí um princípio de dissolução que barre a constituição de igrejas? Se acompanhamos a advertência em relação à via do sentido – sempre religioso- poderíamos esperar do Passe, a cada testemunho, uma reinvenção do intransmissível da psicanálise, tal como Lacan articula em 79? Dessa forma, cada saída encontrada colocaria em questão um sentido unívoco, ao mesmo tempo que permitiria *dar um testemunho do que seria preciso para colocar o analista no passo de sua função*²⁷⁶. Foi por isso que Lacan perseverou em seu caminho de matemas, como diz em 1980.

Assim, a proposta de Escola inclui a Transmissão como mais um elemento na formação dos analistas hoje. Transmissão esta que se verifica a posteriori, tal como a função do mais-um em um cartel; tal como o discurso analítico que propicia os giros. O que se obtêm são efeitos de Escola.

Ora, neste sentido, me parece que este efeito articula o que Lacan procurou desenvolver com sua proposta de ponto de junção na proposição. A Escola seria a causa de se fazer esta junção: do particular ao universal. Neste sentido que, para fazer a psicanálise durar, preocupação desde Freud, me parece que não só análise, a teoria e a supervisão seriam necessárias, mas algo mais. Não apenas um lugar onde isto possa ocorrer – como Freud propôs- mas um laço a mais, uma quarta enodação que tenha uma função de sustentar um desejo que não seja anônimo, uma nomeação²⁷⁷ consequência das três instâncias freudianas, que permita, na presentificação da psicanálise no mundo, manter aberta a fenda, o furo, o estilo cortante da psicanálise. Parece-me que a Escola se presentifica pelo efeito de corte que seu estilo pode transmitir.

A questão que me parece fundamental colocarmos hoje é: estamos fazendo Escola?

²⁷⁵ LACAN, J. Proposição de 9 de outubro, p. 249

²⁷⁶ LACAN, J. Carta de Dissolução, p. 320.

²⁷⁷ No Houaiss, o verbete nomeação refere-se à “figura de retórica que consiste em denominar algo que não tenha nome

Instituciones psicoanalíticas (¿?) en la era de la globalización

Viviana Gomez

A modo de introducción

Desde la fundación de la IPA, pasando por la EFP de Lacan hasta nuestros días sostener la presencia del discurso analítico dentro de una comunidad cuyo devenir científico e ideológico la empujaba con frenesí hacia la forclusión del sujeto, fue la apuesta.

Lejos de ideales de adaptabilidad, el psicoanálisis supo leer la particularidad, el caso por caso y aun axial establecer tipos clínicos y estructuras de la subjetividad intentando vencer la tendencia del psicoanálisis a la “religiosidad”

En este trabajo intento reflexionar sobre el quehacer de cierto conjunto de Instituciones Psicoanalíticas que funcionan en la actualidad en Argentina y ofrecen sus servicios asistenciales.

Reflexionare si, tal como lo hicieron Freud y Lacan pueden ellas mismas reconocerse herederas, no solo del aspecto terapéutico de una cura sino de responsabilizarse por la permanencia del discurso analítico en la época actual.

La psicofarmacología o el conductismo se nos presentan como adversarios temibles, pero, son ellos por quienes tenemos que preocuparnos? O tal vez el riesgo de la desaparición del psicoanálisis sea responsabilidad de nosotros mismos, los psicoanalistas, que atravesados por el discurso capitalista estamos siguiendo una huella que creemos nos acerca a extender tanto el psicoanálisis como la formación de los analistas dentro de la comunidad y en vez de eso estamos contribuyendo a su sepultamiento.

Tal vez lo peligroso, lo desbastador del pensamiento del hombre no sea “el olvi-

do, sino olvidar que ha olvidado”(Nietzsche).

Dos testimonios

1er. Testimonio: Mi tránsito por una Institución Psicoanalítica con objetivos de “formación y asistenciales” se extendió por tres años.

Fui docente y supervisora de un grupo de alumnos que acababan de egresar de la Carrera de Psicología de la UBA, ámbito en el cual también fui docente.

Mi tarea consistía en una supervisión semanal “grupal” donde cada participante comentaba el caso de algún paciente que había sido derivado desde una entrevista de admisión.

El participante podía tener hasta 6 pacientes en el año y pertenecía a la Institución abonando una cuota mensual.

Por cada paciente que atendía, él recibía un porcentaje de los honorarios acordados y el otro porcentaje lo recibía la institución.

Los pacientes pactaban con el psicólogo el monto de los honorarios pero si por alguna razón no podía pagar debía ser atendido en forma gratuita.

Las derivaciones eran hechas por una secretaria, la cual adjudicaba los pacientes de acuerdo a la disponibilidad de horarios de los practicantes. El tratamiento duraba, como mínimo, un año en la institución, y luego podían continuar en forma privada (fin)

2do testimonio: Me llamo Andrés.

Salí hace un año de la Universidad, soy Lic. En Psicología, tengo formación psicoanalítica, me interesa la clínica y quiero atender pacientes.

Me anote en el examen de “Residencia Hospitalaria” pero como solo habían 20 vacantes para 2000 inscriptos y quede en el lugar 280, lo cual me permitió aplicar

para la concurrencia en el Hospital Moyano.

Pensé si hacia esos 4 años como concurrente o me inscribía en una de las Instituciones Asistenciales que ofrecen “residencias privadas” y opte por lo segundo, entendí que era lo mejor me iba a formar, e iba poder empezar a atender pacientes. En el Hospital no te pagan al ser concurrente y además tense que pagar un seguro de mala praxis.

En la institución pagas por mes y tense pacientes, también “te incluye” seminarios y supervisiones grupales y además te dejan llevarte a los pacientes después de un año de atenderlos allí.

Si pagas la cuota un porcentaje alto de lo que abona el paciente es para mi sino una parte es para mi y otra para la institución mas o menos un 60 para mi y un 40 para ellos.

Podes tener hasta 6 pacientes y si una se va, te derivan otro. Eso si, el paciente que no puede pagar lo atended gratis. Elegís, un modulo de horas y allí te acomodan a los pacientes, si quedas adultos o niños.

Yo todavía no me analizo. No se con quien, tendré que ver cuando comience a atender porque no cuento con mucho dinero.

Tal vez también me empiecen a derivar pacientes para el consultorio privado y axial con los pacientes de la institución y los privados me pueda sostener económicamente (fin)

Todo le cierra, verdad? He aquí un psicólogo que pertenece a la nueva generación.

Andrés, plantea sus inquietudes e relación a una practica en la cual desea hacer su experiencia. Tal vez haya afirmaciones cuestionables de las cuales no podemos quitarnos parte de la responsabilidad quienes fuimos sus docentes, muchos de nosotros, practicantes del psicoanálisis.

Tal vez, Andrés crea que su título de Lic. En Psicología incluye una formación analítica suficiente sin saber que ese título se ubica en el lugar que las Instituciones Sicoanalíticas deben ocupar respecto de esa autorización y deja vacío

el espacio del análisis personal como fundamento del deseo del analista.

Pero nosotros, los analistas, sabemos que no son los títulos universitarios los que sostienen la garantía sino el pase y los reconocimientos sostenidos en un trabajo permanente.

El pase, en tanto verifica el momento clínico del surgimiento del deseo del analista y el reconocimiento como analista de una Escuela de aquel que ha dado pruebas de ser tal.

A lo mejor Andrés crea que el “quehacer analítico” como objeto de conocimiento, pueda capturarlo al final del recorrido de su postgrado o aprehenderlo cuando finalice su concurrencia y “sea un analista” producto de una carrera y no producto de un análisis...

Andrés cree, pero quienes hace algún tiempo que sostenemos una práctica y una formación sabemos que eso no es más que “vana ilusión”.

Lo urticante es que algunas instituciones asistenciales, “verdaderamente” psicoanalíticas prometan conseguir “lo imposible”, que en acto de ofertar formación que haga lugar ala demanda del mercado socave los fundamentos del psicoanálisis que intenta sostener.

En esta misma línea, encontramos el obstáculo de las instituciones hospitalarias.

Me pregunto, Cual es esa demanda dirigida al “orden medico” de ser reconocidos como analistas, cuando sabemos que el psicoanálisis mismo necesito separarse de la medicina para poder existir, haciendo lugar a una clínica de la escucha en vez de una clínica de la mirada, un saber del lado del analizante y no del medico, tomando el error como objeto de estudio y no como falencia.

Dice Freud. En “El Psicoanálisis Profano”: El neurótico constituye una condición indeseada para la Medicina, tanto como para los tribunales de justicia o para el servicio militar (...). Ahora bien, la formación medica universitaria no proporciona medio alguno para su estudio o su tratamiento (...). La situación seria aun soportable si la formación académica de los médicos se

limitase a impedirles orientarse hacia el terreno de la neurosis”.

Tiempo-transferencia-pago

Tomare estos tres ejes, y los interrogare en relación al lugar que ocupan en nuestra práctica analítica y a la significación que corren el riesgo de correr en la era actual donde se valoriza lo eficaz, el rápido reestablecimiento, el consumo y el mercado.

Dice Cristian Ferrer en su texto “El nido roto”: Inexistente hasta comienzos de los noventa, la palabra de orden, GLOBALIZACION llego a la manera de ciertos productos importados, con instrucciones de uso especificadas en idioma ingles en el manual correspondiente. Su inclusión en los lenguajes públicos ha sido rápida, rampante e imperativa y pronto se dispuso ante la opinión publica como desideratum humanista y funcional cuya naturalidad seria indiscutible. Pero el proceso de globalización no solamente reorganiza espacios sociales y modifica los tiempos antropológicos, o los aplanas, también despliega una imagen del mundo al interior de cuyos confines ciertas formas de vida se hacen posibles y otras cancelables e incluso informulables. En la lógica de la globalización “todos los bienes humanos del mundo están siendo tasados y formateados como mercancías”. Y agrego no olvidemos que los “humano” también se ha transformado en un “recurso” junto a los recursos materiales...

Cuantas veces se ha planteado el psicoanálisis su duración. Sin lugar a dudas su temporalidad armoniza aparentemente con un romanticismo que se lleva mejor con los vales de Strauss que con la época actual, pero su razón sintoniza con su fundamento. Freud nos recuerda: “Un trayecto que en tiempo de paz recorre un tren en pocas horas, puede costar semanas enteras a un ejercito si tiene que ir venciendo la existencia del enemigo. Tales combates necesitan tiempo en la vida anímica, todas las tentativas realizadas hasta el dia (de hoy) para apresurar la cura, han fracasado.

El mejor medio de abreviarla es desarrollarla correctamente.”

Es claro pues, que cualquier escansión que no este vinculada a una intervención analítica introduce la incidencia del discurso del amo parametrando el tiempo en relación a circunstancias situacionales o reglamentarias que apuntan a que “todo ande” evitando el encuentro fallido con lo real.

La Institución, regida necesariamente por el discurso del amo existe con una lógica que no se articula a la lógica del discurso analítico sino que mantiene con él una relación de “tensión”.

Del mismo modo cuando un practicante entiende que el paciente es de la Institución, y lo es porque ella misma puede sancionar a quien se lo apropie antes de tiempo, con qué concepto de transferencia nos estamos manejando?

Volvamos a Freud: “El neurótico presta su colaboración porque tiene fe en el analítico y este sentimiento va constituyéndose durante la cura. Tampoco el niño cree sino a aquellos a quienes quiere. Esta influencia “sugestiva” tan importante, no la utilizamos para yugular los síntomas y esto diferencia el método analítico de otros procedimientos psicoterapéuticos, sino como fuerza impulsiva para mover al yo a vencer sus resistencias, para darle un gran impulso hacia su desenlace”.

Para finalizar la cuestión del Dinero articulada al pago.

Quien paga?. Si el psicoanálisis se sostiene en una platica que implica una perdida, pagar es estar dispuesto a perder, perder qué...goce, por ello paga el sujeto.

Dice Lacan “Sabemos la importancia que tiene el pago en psicoanálisis, no es algo para tomar a la ligera y dejarlo librado a la interpretación mundana”.

Si el que paga es el que trabaja, cuando el analizante no paga, quien trabaja?, responderé sin mas, el analista, si no cobra, paga.

¿A qué posición de altruismo debemos este quehacer del presunto analista, es acaso curador? ¿el que tiene?, ¿el que sabe?, ¿aquel que escamotea su castra-

ción al mostrarse poderoso pudiendo escuchar y soportar la transferencia?

El problema esta bastante generalizado en el ambiente del psicoanálisis en tanto que hemos hecho de nuestra práctica una discusión religiosa, somos sacerdotes y humanitarios, sostenemos principios que no se solidarizan con nuestra labor.

En su artículo sobre “La iniciación del tratamiento” Freud, escribe: “El tratamiento gratuito intensifica enormemente algunas de las resistencias del neurótico (...) La ausencia de compensación que supone el pago de honorarios se hace sentir penosamente al enfermo, la relación entre ambos pierde todo carácter real quedando el paciente privado de uno de los motivos principales para atender a la terminación de la cura”.

No pocas veces en mis tiempos de supervisora en aquella institución escuchaba intervenciones que los practicantes hacían a “esos” pacientes en las que se vehiculizaban sentimientos de impotencia y hostilidad hacia aquel que regulaba su pago y por lo tanto su goce.

Consideraciones.

Me pregunto, si no somos practicantes de la medicina y el psicoanálisis aunque conserva el dicho “tratamiento” tampoco lo es.

Cual es la razón por la cual necesitamos que en ese orden sea reconocido para poder autorizarnos.

No será acaso que nos ocurrirá como al sacerdote que quiso convertir al vendedor de seguros y en vez de lograrlo resultado él asegurado contra todo riesgo?, según comenta Freud

No nos pasara como a Einstein que para que resulte mas comprensible la Teoría de la Relatividad la simplifico tanto que termino siendo otra cosa?.

Entiendo que, si la consistencia del discurso analítico se verifica en el Pase tal vez solo necesitemos un Campo y una Escuela donde trabajar en torno a la pregunta Que es un analista y que la practica vuelva a los consultorios y que de su análisis personal se responsabilice cada cual.

Duração e profundidade: algumas considerações sobre espaço e tempo a partir da pintura renascentista

Luís Guilherme Mola

Em seu texto *O Tempo Lógico e a asserção da certeza antecipada*, Lacan utiliza o que ele denomina um sofisma para discutir a insuficiência da lógica clássica na resolução de problemas que envolvam a dimensão temporal. A dificuldade residiria segundo Lacan, na redução do tempo a uma única dimensão, a duração, que seria representada de maneira espacializada: ao que pode *ser visto de um único golpe*²⁷⁸. No entanto a crítica de Lacan à espacialização do tempo não deve ser entendida como uma recusa a qualquer tentativa de articulação entre essas duas dimensões, o recurso à topologia mostra um esforço para ultrapassar uma concepção que considera o tempo uma sucessão de instantes e o representa espacialmente ora congelando um desses instantes, ora enlaçando-os em cenas das quais se depreenderia uma dimensão cronológica. No entanto, seriam essas as duas únicas formas de tratar as relações espaço-tempo? Não haveria uma forma de espacialização do tempo (além da topológica) que seguisse outros critérios que os da linearidade? Vejamos as formas pelas quais esta questão foi enfrentada em um momento específico da história da arte e se as articulações aí produzidas podem contribuir para o nosso propósito. No que se refere à arte de maneira geral o início do Renascimento representa um momento de profundas modificações nas formas pelas quais os homens e suas relações

com o mundo são representadas. No entanto, é talvez na pintura que essas modificações se mostram mais contundentes. As figuras “chapadas” e justaposição de cenas para representar a passagem do tempo, tão típicos da pintura medieval, já não são mais suficientes para dar conta do olhar do artista da Renascença. Torna-se necessário encontrar novas maneiras de representar uma realidade que adquiriu novas dimensões. As relações entre espaço e tempo tiveram que ser revistas ou mesmo subvertidas, a partir do momento em que a visão passa a ser concebida mais como uma atividade da mente do que como uma função óptica²⁷⁹. Entendida como função óptica, a visão receberia da realidade suas formas, cores e relações cabendo ao artista reproduzi-los a seu modo. Se, no entanto, a visão passa a ser entendida como uma ação do intelecto na qual o olho é apenas um instrumento, o movimento se dá do sujeito para o exterior, ação que organiza o espaço, que o submete a regras, que o deforma para que ele, paradoxalmente, se torne mais semelhante ao que pretende representar. A visão perspectiva é o oposto da visão óptica. O ponto de vista do artista encontra-se projetado no ponto de fuga da representação que ele constrói. Um belo exemplo de como o olho do artista é “colocado” no quadro encontra-se em uma das primeiras experiências sobre a determinação das leis da perspectiva realizada por Brunelleschi. Ele pinta um retábulo representando o Batistério de Florença que para fornecer a ilusão de profundidade deveria ser posto diante de

²⁷⁸LACAN, J. *O Tempo Lógico e a asserção da certeza antecipada*. In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p.202.

²⁷⁹ ARGAN, G. C. *Clássico e anti-clássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

um espelho colocando-se o observador atrás do quadro e observando seu reflexo por meio de um orifício feito na própria pintura. Nesse esquema óptico, o olho ocupa um ponto fixo, calculado para que a imagem no espelho lhe devolva a visão do artista. Posteriormente esse artifício não será mais necessário, basta fazer com que o olhar escoe pelas linhas que conduzem a esse ponto para que o espectador tenha a sensação de profundidade calculada pelo criador da cena. A perspectiva fornece às pinturas um terceiro eixo que lhes confere volume e amplia o espaço permitindo assim novas formas de representação para a dimensão temporal. Sendo talvez mais preciso, a questão que aqui se coloca é a possibilidade de se derivar uma estrutura temporal a partir de uma representação espacial. Vejamos como essa questão é tratada por um dos mais representativos nomes da pintura desse período: Masaccio. Nascido em 1401 em Castel San Giovanni, cidade próxima a Florença, Masaccio constitui com Brunelleschi e Donatello os pioneiros da revolução renascentista da pintura, arquitetura e escultura respectivamente. Influenciado, segundo Argan, pela retomada de uma concepção teológica em que a verdade religiosa embora racional deveria revelar-se pela “evidência literal da forma²⁸⁰⁾ e não por demonstração argumentativa, Masaccio procura alcançar a “forma total”, isto é “a unidade formal absoluta entre espaço e tempo.” Um exemplo dessa tentativa pode ser encontrado em sua obra *A Trindade*. Ocupando toda uma parede da Igreja de Santa Maria Novella, Masaccio representa Cristo crucificado encimado pelo Espírito Santo sustentados pela figura de Deus Pai (cuja representação era pouco usual até então). A perspectiva aqui é utilizada para marcar um corte entre o espaço profano, cotidiano (representado pelas figuras dos patrocinadores da obra) e o espaço sagrado, absoluto, daquilo que já foi,

²⁸⁰⁾ Idem, p.42.

ainda é, e sempre será; o lugar portanto, do eterno. O espaço não é aqui um vazio a ser preenchido por uma cena qualquer ou uma sucessão de eventos, mas um espaço que engendra uma determinada temporalidade. Nas palavras de Argan: “Masaccio compreende que, para representar o verdadeiro sentido do dogma, é preciso representar na mesma cena a causa e o efeito, até torná-los idênticos. Assim essa trindade, toda constituída por triangulações espaciais, não ilustra seu tema, mas o representa estruturalmente. Consegue evitar o símbolo e a alegoria, substituindo-os por uma representação que encarna e torna evidente por si mesma²⁸¹⁾”. Masaccio “enforma” o tempo sem que isso conduza ao singular do instante, o que se encontra aí é o universal do eterno. Mas, como articular tempo e espaço em uma obra que retrata um episódio composto de várias cenas sem necessariamente utilizar uma sucessão cronológica? O quadro *O Tributo* foi pintado por Masaccio nos anos de 1427-28 para a Capela Brancacci e representa o episódio em que ao ser cobrado para entrar na cidade de Cafarnaum, Cristo diz a Pedro para pescar um peixe que milagrosamente trará em sua boca uma moeda para pagar o imposto. Embora trate de eventos que se sucedem no tempo a cena não está representada convencionalmente da esquerda para direita, mas organizada segundo a hierarquia dos fatos o que implica uma hierarquização do espaço, a organização espacial do quadro segue uma exigência ética: o centro deve ser ocupado pelo evento mais significativo, ainda que isso contrarie a sucessão temporal do episódio. Masaccio sabe que o fato fundamental dessa passagem não o milagre (tanto que o representa de maneira pouco definida e à margem do quadro), mas a simultaneidade dos gestos de Cristo e Pedro: “À indicação *ali!*, corresponde a execução *ali!*²⁸²⁾”. O movimento é condensado em uma forma única: a ação e a reação tornam-se

²⁸¹⁾ Idem, p.43.

²⁸²⁾ Idem, p.46.

uma coisa só. A articulação entre as cenas representadas não é cronológica, “antes” e “depois” não são relevantes para o entendimento da cena, embora a dimensão temporal esteja fortemente presente no quadro. Uma vez mais Argan: “É preciso então traduzir o tempo em termos visíveis, e portanto em termos de espaço: fazer coexistir no mesmo espaço aquilo que não pode coexistir no mesmo momento. O que vem a ser, então, esse espaço? A natureza, talvez? Não, porque a natureza não pode abranger presenças simultâneas. É uma quarta dimensão, é tempo condensado, solidificado ou coagulado, visualizado. Mas continua sendo tempo²⁸³”. Esses exemplos, que constituem o início de um trabalho de pesquisa, procuram mostrar que a espacialização do pensamento embora implique em uma espacialização do tempo, como afirma Porge²⁸⁴, não necessariamente conduz a uma representação estática que “nada traz que não possa ser visto de uma só vez”, mas que possibilita, ou melhor dizendo, exige novas formas de nodulação entre essas duas dimensões.

Lacan encontra na topologia possibilidades de superar a representação unidimensional do tempo, haveria outras? As respostas sugeridas pela análise das obras aqui apresentadas indicam outros caminhos ou podem ser consideradas “intuições” de uma estruturação topológica de espaço e tempo? Que cortes seriam possíveis ou necessários para que se precipite o sujeito implicado nessas construções? Ainda mais, que conceito de sujeito está implicado nessas concepções? Talvez aquele que se oculta no ponto de fuga e dali, invisível, organiza toda a cena que oferece ao olhar do Outro? Embora arte e psicanálise constituam campos distintos, talvez as produções artísticas possam provocar e instigar o psicanalista a “ocupar seu tempo” na investigação dos pressupostos que fundamentam sua prática.

²⁸³ Idem, p.45.

²⁸⁴ PORGE, E. *Psicanálise e Tempo: o tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1998.

A eternidade do espaço, ou o que podemos aprender com a pintura de Francis Bacon?

Sonia Xavier de Almeida Borges

Francis Bacon foi capaz de formalizar a sensação de tempo no espaço da tela. Para ele, o objetivo da arte deve ser o de romper com as percepções ordinárias e escapar dos clichês. Pintar as sensações, de modo a provocá-las também no receptor, foi o procedimento que escolheu para isto, ainda que o considerasse uma tarefa impossível. Queimava suas telas por não o haver conseguido, mas não admitia outra possibilidade.

As características absolutamente originais do seu trabalho e esta ênfase que concede à função da sensação e também ao acaso na produção da obra de arte me instigaram a uma maior aproximação de sua pintura e da descrição que apresenta de sua atividade criativa nas entrevistas que concedeu a David Sylvester por vinte anos. Mas, o que a pintura de Bacon pode nos ensinar sobre o tempo?

No texto “O inconsciente” de 1915, Freud menciona três características do tempo em psicanálise: organização descontínua, ou não linear, eternidade ou imutabilidade e independência do tempo cronológico tal como percebido pela consciência como tempo vivido. Estas ideias adquirem ainda maior precisão quando em 1920, em “Mais além do princípio do prazer”, onde põe em dúvida a afirmação kantiana de que tempo e espaço seriam duas categorias necessárias e inatas constitutivas de nosso pensamento. Mas, pode-se dizer que é, ainda neste mesmo ano, em “Uma nota sobre o bloco mágico” que apresenta a sua teoria sobre o tempo:

“É como se o inconsciente estendesse sensores, mediante o veículo do sistema Pcpt-Cs. Orientados para o mundo externo, e rapidamente os retirasse assim que tivesse classificado as excitações provenientes dele (...) Tive ainda a suspeita de que este método descontínuo de funcionamento do sistema Pcpt – Cs jaz no fundo da origem do conceito de tempo. (Freud, O Bloco mágico”, v. XIX, p.290)

Poeticamente podemos resumir a perspectiva da psicanálise sobre o tempo com as palavras de Hamlet: “O tempo está fora dos gonzo”. Tempo que rompe com os critérios científicos – filosóficos clássicos de uma somatória de instantes, e tampouco se alinha à descrição moderna, bergsoniana, de um fluxo contínuo. Tempo livre de toda medida, intervalo, número. Independente do que seria a permanência, a sucessão ou a simultaneidade porque submetido à lógica indissociável dos efeitos de temporalidade relativos à incidência das cadeias significantes que, como mais tarde Lacan enfatizaria, condicionam a modulação temporal de cada sujeito. O *Nachträglich* põe em jogo um tempo que é paradoxalmente reversível e descontínuo. Trata-se de um vir –a –ser no tempo e no espaço, feito de cortes, rupturas, como Freud o apresenta no livro dos sonhos:

Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha se formado por um processo de estratificação material presente sob a forma de traços mnêmicos fica sujeito de tempos em tempos [sic] a um rearranjo, de acordo com novas circunstâncias, a uma retranscrição. Assim, o que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, e sim ao lon-

go de diversas vezes. [e] que é registrada por vários tipos de indicações. (Freud, 1900: 209)

Considero importante registrar, pois nos leva à concepção de tempo já aí implícita, que desde o “Projeto”, Freud já nos remete à consideração de que quando se trata da memória inconsciente, a *repetição*, implicada na *reprodução* ou na *transcrição*, é lugar da *diferença*, e não da *mimésis* ou da *cópia*. Estão, portanto, em jogo, segundo Freud, relações que não remetem a um original, mas, como explica Derrida, à *diferença invisível e indiscernível entre os trilhamento* (1973).

Identidade, presença, tempo e espaço, como constructos da filosofia clássica, sempre estiveram sob suspeita para Freud..A ideia de repetição em Freud não diz respeito nem à qualidade, nem à quantidade, mas à grandeza, à magnitude, à força, noções que não são explicativas, mas, ajudam em sua descrição. É uma grandeza que varia em um **espaço - tempo**;

Em arte não se trataria de reproduzir ou inventar formas, mas de captar forças. Bacon é pintor da força, da intensidade, do movimento e também do tempo. Em sua obra há um domínio da força sobre a forma. Ele topologiza a força do tempo no espaço em branco da tela. Mas, de onde partir para se chegar a estas conclusões? Antes de mais nada, de uma concepção estética que reconheça na obra de arte uma realidade ontológica, isto é, reconheça que nela existem elementos numa tensão interna capaz de provocar sensações. Sensações advindas e que devem ser examinadas na própria obra, e não na mente do artista ou do fruidor. O esforço de Bacon é de subjetivação e formalização na pintura do que lhe ataca os sentidos. Em linguagem da psicanálise, diríamos que quer destituir as determinações narcísicas e as repetições fantasmáticas naquilo que podem representar de limitação à criação. Um exemplo disto são as várias telas em que, sucessivamente, re-presenta o Grito buscando fazê-lo

“como jamais alguém o teria feito”. E afirma que o seu intuito nunca foi pintar o horror, que supostamente originaria o Grito, mas, o próprio Grito, de modo a tornar audível o inaudível.

Este é o fio que liga o seu trabalho ao de Cézanne e Paul Klee que também consideravam que a música e a pintura deveriam tornar visíveis forças invisíveis, sonoras forças não sonoras. Como pintar ou fazer ouvir o tempo que é insonoro e invisível? Referindo-se a Van Gogh, Bacon afirma que seus quadros não mostram girassóis, mas, sensações advindas da força invisível de sua germinação. Em seu belo livro sobre Bacon, “A lógica das sensações” Deleuze comenta que

pintar para Bacon é como equilibrar-se em uma corda tensionada entre aquilo que se costuma chamar de pintura figurativa e aquilo que é abstração, mas, na verdade, nada tem a ver com ela. É uma tentativa de fazer como que a coisa figurativa atinja o sistema nervoso de uma maneira mais violenta e penetrante. (2007:12)

Para Bacon, a tela nunca está em branco, mas, preenchida por clichês, de que é necessário se livrar. E só haveriam dois caminhos para isto: a pintura abstrata, ou, na via aberta por Cézanne, a pintura da sensação. Nas entrevistas a Sylvester, expressou a inusitada opinião de que a pintura abstrata ainda lhe parecia insuficiente para desempenhar a tarefa. E pergunta: Não haveria outra via mais direta e sensível para isto?

A via da sensação, afirma. Para ele, a sensação dirige-se à carne, ao corpo, e menos ao intelecto. Na sensação, a distinção sujeito-objeto é confusa, não só no corpo do sujeito que sente, mas também na coisa sentida. Ao falar de seus esforços para a consecução desta tarefa, Bacon se refere a “ordens de sensações”, “níveis sensitivos”, “domínios sensíveis”, “sequências moventes”. Um quadro seria uma “sequência movente” d sensações que são ou estão em diversos níveis.

A formalização da sua pintura dá-se sempre através de uma. Mesma organização topológica de seus elementos ou planos, constitutivos da figura, em que entram em conexão (ou “contração”): a própria “figura”, a “grande superfície plana” e a “área redonda”. Trata-se sempre de uma figuração desfigurada pela variação e deformação destes planos topológico, sobretudo das cabeças e corpos, que tem como efeito a emergência de ressonâncias internas como ritmo e movimento e tempo. Nos quadros de Bacon, não se trata de passar do espacial ao temporal, mas de realizá-los a um só tempo.

A destituição dos processos intelectuais visada por Bacon, porque necessária à criação, se dá pela valorização da sensação e também do acaso na criação: “Pode-se, - diz ele - de um jeito muito parecido com a pintura abstrata, fazer marcas involuntárias sobre a tela, que sugerem outros caminhos muito mais penetrantes para apreender o fato que você persegue”:

Um dos quadros que pinte em 1946, aquele que parece um açougue, surgiu diante de mim por acaso. Eu estava tentando fazer um pássaro pousando num campo [...] de repente as linhas que eu tinha desenhado sugeriram uma coisa muito diferente, e desta sugestão brotou o quadro. [...]

Na pintura de Bacon, o que conta é a proximidade absoluta dos elementos,

que faz com que possam se imantar, organizando um regime de forças sensíveis que possibilita que a figura passeie pelos vários planos. Bacon aceita o desafio de desfigurar a figura, principalmente cabeças e corpos, para, desfigurando-a, figurá-la de forma a romper com o que seria considerado como identidade do objeto pintado. A figura é distorcida, contorcida num movimento de vai e vem em que passa de uma ordem para outra, ou provoca a sua contração. Os corpos se alongam querendo fugir, ou se diluir, ou estão saindo de uma convulsão interna? A Grande área também se movimenta, numa fuga ou aproximação da figura. Seus múltiplos planos desterritorializam as figuras, desmaterializam os corpos, já que as sensações que promovem vêm de percepções que, porque nunca estão acabadas, sempre nos ultrapassam. Estes mesmos processos de imantação e ressonâncias mútuas ocorre nos trípticos.

As imagens de Bacon são lugar de movimento, tempo, espaço de múltiplos devires que impedem estabilidades e identidades perceptivas.

Em 64, Lacan ensaia representar topologicamente a relação tempo-espaço com a garrafa de Klein. Desde então se pergunta: “como definir aquilo que em um conjunto de dimensões faz de uma só vez superfície e tempo?” Em 1973, no Sem. 21, afirma: “O espaço implica o tempo e o tempo não é nada mais que uma sucessão de instantes de contração. O tempo é talvez a eternidade do espaço”. (Lição de 11.12.1973).

Inland Empire: El cine de David Lynch como acontecimiento para el psicoanálisis

Laura Salinas

El momento del comentario de la película suele resultar tan grato como el momento de su proyección. Comentario que puede tener la oportunidad de la charla apasionada en la pizzería o el café, o lo inoportuno de surgir justo en ese momento en que nuestra pareja está a punto de lograr el sueño.

Estar hoy aquí con Uds. intenta renovar esa incauta experiencia de la charla sobre cine para poder, errando, decir algo que importe al psicoanálisis y no tal vez a David Lynch.

El modo en que Lacan realiza su homenaje a Marguerite Duras²⁸⁵, abre una nueva operación en la relación del psicoanálisis con el arte; operación que se hace necesaria no al arte, sino al psicoanálisis. Esta nueva relación nos aparta de la vía del psicoanálisis aplicado como trabajo de revelar lo incc reprimido del autor en la obra. Lacan insistirá en la advertencia freudiana que alcanza al propio Freud en algunas oportunidades: es el artista quien viaja adelante del psicólogo en el desbrozado del camino.

Lynch, así, concita nuestro asombro no sólo como espectadores sino en tanto psicoanalistas, al modo en que Lacan se anoticia de cómo “Marguerite Duras evidencia saber sin él, lo que él enseña.”²⁸⁶

Tendríamos que aceptar para empezar, que no hay psicoanálisis sin experiencia del tiempo. “Con el tiempo pasará”... es la fórmula a veces resignada a veces decidida, que vulgarmente suele ofrecerse

como tratamiento para la repetición del síntoma. Aunque no dé resultado en la mayoría de los casos, hay un saber colectivo que mantiene anudados de algún modo, tiempo y sujeto. Tanto es así, que Freud funda su propuesta para el psicoanálisis, incluyendo en el tratamiento la experiencia del tiempo. En *Recordar, repetir, reelaborar* dirá: “El analizado repite en vez de recordar y repite bajo las condiciones de la resistencia” Pero, agregará “nombrar la resistencia no puede producir su cese inmediato. Es preciso dar tiempo al enfermo para enfrascarse en la resistencia, no consabida para él...Sólo en el apogeo de la resistencia descubre uno, dentro del trabajo en común con el analizado, las mociones pulsionales reprimidas que la alimentan y de cuya existencia y poder el paciente se convence en virtud de tal vivencia”. Mientras el enfermo vivencia esta condición patológica artificial de la neurosis de transferencia “como algo real-objetivo y actual, tenemos nosotros que realizar el trabajo terapéutico, que en buena parte consiste en la reconducción al pasado” Es decir que es en la acción de este tiempo de la repetición en la que el pasado habita el presente, por donde el psicoanálisis encuentra el motor de la cura.

Inland Empire o Imperio como se la tradujo, puede ser entendida como invitación a hacer la experiencia del tiempo. Una invitación a transitar otro tiempo que el lineal, con personajes que se debaten sobre un tiempo descalibrado. Un pasado que aparece en el futuro, y un presente continuo que no puede consumarse, finalizar, devenir pasado. Los re-

²⁸⁵ LACAN, J. (1985) “Homenaje a Marguerite Duras, del rapto de Lol V. Stein”, *Intervenciones y Textos 2*, Editorial Manantial, 1988.

²⁸⁶ *Ibid*, 1985, pag. 66.

lojes escoltando escenas muestran su incapacidad para medir las horas.

Este personaje ominoso viene a encargarse de interrogar la responsabilidad del sujeto por el sendero del olvido. El olvido, es el tiempo del amo que avanza en la certidumbre de un tiempo que progresa junto a un pasado que ya ha acontecido y un futuro que vendrá.

Pero Lynch se muestra fascinado por esta reversión del tiempo como sustento de la experiencia humana. Ese tiempo reversivo que pareciendo ir hacia el futuro va a mostrar simultáneamente, su inscripción en el pasado. “No te acuerdas: si hoy fuera mañana, estarías sentada ahí y sucedería eso.”

En el film, recordar no es el regodeo nostálgico de la fantasía encubridora, sino un ver-se ahí. Ver-se en un lugar donde el ser ya no puede reconocerse. La repetición como encuentro fallido con lo Real, es este tiempo que no pasa al pasado, que vuelve y que no cesa de no-escribirse.

La imagen de esa incesante púa que surca, sobre un disco de vinilo en movimiento.

A partir de allí, comenzará un abismo del ser. Un abismo del ser que ya no puede reconocerse en la imagen alienada del espejo. Ese Yo que ahora es otro y que aquí se da a ver en el encuentro del personaje con su doble; en ese espejo que refleja las dos siluetas de Nikki separándose de sí; en la ventana que deja ver al partenaire pero que no transparenta su propia imagen. Así, el vidrio del televisor es una ventana real donde espectador y personaje conforman las dos caras moebianas de un mismo sujeto. La joven prostituida del inicio que mira del otro lado del televisor llorando, será con quien Nikki se *reencuentra* al final del periplo. El personaje, Sue y la actriz, Nikki, integran ahora a un único sujeto que ha descubierto el otro lado de la banda moebiana pero no puede acceder a él. Así como Nikki en la escena de la cama le reclama al partenaire que continúe siendo él, el amante-actor, podrá pasar luego a buscar a “Billy” el amante en la ficción.

Lynch parece interesarse además por una alienación que no sólo se visualiza en lo Imaginario, sino por aquella otra alienación –simbólica– que revela la división del sujeto entre dos estados del ser: el estado del sentido y el del sinsentido.

Convoca a pensar ese otro modo del tiempo que es el inconsciente y que revela la subversión del *cogito* que funda el discurso de la ciencia moderna: el *cogito cartesiano*. El psicoanálisis encuentra un sujeto, dividido entre el soy donde no pienso (ese inconsciente) y el pienso (el inconsciente) donde no soy.

Podría entenderse así, el modo en que Lynch hace transitar a su personaje desde esta posición inicial del no pienso; desde una cierta comodidad de la existencia que ha encontrado en el olvido el modo de rechazar el saber sobre su posición de objeto, a una posición de encontrarse con el no ser; el no-ser bajo historia rechazada, enviada al olvido.

En la cohabitación de este estado del no ser, se ve a una Nikki que ahora *se encuentra* entre prostitutas. Ambiguamente pasa a ser la criminal o la víctima del crimen que va a perpetrarse. Una frase la representa como sujeto incapaz de responsabilizarse subjetivamente en tanto deslocalizado en el tiempo de la repetición: despeinada, desencajada; visiblemente golpeada y lastimada y con un destornillador en la mano, reflexiona ante un interlocutor que la escucha en silencio: “Un día supuse que al despertar descubriría qué diablos sucedió ayer” Lynch propone que es necesaria una presencia, un semblante, para que esta pregunta del sujeto pueda desplegarse? “No sé qué hago acá”. “No fue fácil encontrar el lugar, eh?” “Vine porque me dijeron que podría ayudarme” Frases conocidas para un analista y que son aquellas con las que esta Nikki se anuncia al llegar hasta este interlocutor: ¿Alude Lynch a la figura de un analista? Si lo fuera, parece difuminarse en la imagen de un gordo que soporta semblantes de idiota, de detective privado y de alcahuete del amo.

Podría arriesgarse una hipótesis más sobre el film de Lynch. En ‘Imperio’ se

despliega una invitación a la experiencia del tiempo simultáneamente en dos planos: en el del enunciado y en el de la enunciación.

Lo descripto hasta aquí podría demarcar la experiencia del tiempo en el plano del enunciado, es decir aquello que ocurriéndole a los personajes es un mensaje a transmitir.

Pero hay una apuesta de Lynch que supone un acto: el hacer que la experiencia del tiempo se realice ya no en el personaje sino en el espectador mismo.

El film parece constituir un nuevo género de cine en el que el montaje²⁸⁷ obliga a salir del cine para estar en el cine. No en el sentido de los muchos que deben abandonar la sala por la sensación de molestia o fraude que les produce el film, sino en el sentido de que es un cine que se escucha. Necesita para ello un segundo momento donde el decir se transforme en dicho, en texto.

El cine de Hitchcock por ejemplo, constituye en sí mismo un género por el modo de comprometer la identificación del espectador en el desarrollo de la trama, con un uso del montaje que pone nítida la disyunción entre la visión y la mirada. Si bien este uso del montaje está presente todo el tiempo en *Imperio*, el dato no puede ser completado por el espectador como en el film hitchcockiano donde el espectador es un Yo que sabe y ocupa un lugar similar al del detective. Aquí Lynch se dirige a un Yo que debe ser puesto en suspenso para poder escuchar, para que el saber puesto en juego, advenga.

Ver *Imperio* resulta una vivencia de una belleza insoportable, ya que es un tránsito regido por la fragmentación de los episodios, las situaciones desconectadas y la reiteración de estribillos. Ver el film por segunda o tercera vez deja ver que la aparente desconexión cobra otra lógica y surge un guión imposible de situar en un primer intento.

²⁸⁷ *Montaje*: en cine el montaje se define como la manipulación que el director realiza con lo real para crear un espacio cinematográfico realizarde lo con

Como en el axioma del fantasma inconsciente, hay una trama que permanece por la que se deslizan personajes superpuestos y tiempos fragmentarios. Llamativamente un mismo personaje —como el del esposo— puede ocupar lugares distintos en el relato. Habitualmente en un relato el personaje funciona como un operador estable que realiza ciertas funciones en la narrativa de la historia. A lo sumo, la función puede ser cambiar de personalidad, de edad, metamorfosear en otro simultáneamente, pero manteniendo una relación con los acontecimientos que experimentan los otros personajes de la trama. Aquí no. Lynch hace que en las dos historias, la de la mafia polaca de los años 30 y la de la mafia del nuevo milenio, los personajes roten como en el desplazamiento del sueño. Mezclando sus características, pasando la función de un actor a otro pero haciendo permanecer una trama que se repite: la mujer prostituida presa entre el amor por su amante y el mafioso criminal por celos, será asesinada. El amante que la entrega, que le suelta la mano como se dice en los códigos mafiosos, también por su culpa va a morir.

En la historia actual, Devon el actor es el amante; en la historia polaca el marido es el amante, el amor verdadero de la chica prostituta. El personaje del proxeneta polaco de la vieja historia, reitera el rasgo de criminal por celos del personaje del marido de la historia actual como así también su imposibilidad para procrear.

¿Lynch se interesa por cómo está desfiguración de los datos está al servicio de hacer que la trama subsista en el tiempo? Como en la figurabilidad del sueño según lo enseñara Freud a principios del otro siglo, las imágenes están al servicio de desfigurar la realización del deseo. Como el síntoma, que bajo el sufrimiento enmascara la satisfacción prohibida.

¿La hipótesis psicológica o un intento de lectura del sujeto posmoderno y la segregación?

No resulta sencillo discernir —y tal vez no sea demasiado fructífero hacerlo— cuál

de las dos lecturas posibles cabría para los eventos que vive el personaje construido por Lynch.

La hipótesis psi es denostada en general por los seguidores del director ya que consideran –tal vez legítimamente– que la variante de análisis psi del film es infructuosa y estéril para desentrañar el fin expresivo de la estética puesta en juego.

Para quienes estamos habituados a escuchar desde el psicoanálisis el discurso de la psicosis con las vías que abrió la teorización del delirio y del desencadenamiento a partir de Lacan, concita asombro la coherencia de un relato²⁸⁸ que conserva varios de los elementos y temas que pueden poblar el desencadenamiento de una psicosis y el intento restitutivo del delirio.

Vemos al personaje enfrentado a la disolución de su mundo frente a presencias ominosas y fenómenos de lenguaje; lo vemos ante el encuentro con la presencia real de su doble, y también ante el fenómeno del empuje-a-la-mujer todos fenómenos propios del desencadenamiento de la psicosis.

Tan absurdo como pensar que fuera necesario haber leído a Lacan o a Freud para escribir Hamlet, es absurda la pregunta sobre si Lynch leyó o no a Lacan.

De todos modos, habitar ese tiempo del no-soy sin la apoyatura del amor de transferencia, nos habla o de la pesadilla o de los fenómenos de las psicosis.

En la última clase del *Seminario 11*, Lacan dice: “...la religión, entre los modos que tiene el hombre de hacerse la pregunta por su existencia en el mundo y, más allá como modo de subsistir del sujeto que se hace preguntas, se distingue por una dimensión que le es propia y que esta signada por el olvido.”

La muerte de dios de la posmodernidad, con el nacimiento del individuo, ha cedido paso llamativamente al recrudeci-

miento de las religiones. El capitalismo como otra religión, no ayuda a mantener ni a contestar las preguntas, pero puede prometer a los individuos una pequeña garantía para la falta de ser. La publicidad parece una tentativa. Las boquitas atomizadas y besuconas bajo el lema ‘Coca-cola fábrica de felicidad’ que se veía hasta hace unos días en nuestro cartel de Corrientes y Callao, representan ese intento. En otro extremo como lo hacía notar Jorge Alemán con respecto a la estrategia publicitaria de hace unos pocos años de Benetton de mostrar el horror para acercarnos a la moda: el mercado ya no necesitaría velo para convocar la mirada: no hay más que este horror que te mostramos, así que vístete con Benetton que sólo queda tu apariencia.”

Lynch gusta de transitar los bordes de la gran maquinaria legitimadora que es Hollywood. Está más atento a la penumbra de los estudios de filmación, a los bastidores de los escenarios, y a las ocultas redes de poder que sustentan los films. Está atento a aquello que es rechazado de este discurso en su producción como maquinaria ideológica.

Nikki, emblema identificador para la cultura globalizada, puede ser una más entre esos seres-desecho que moran en los bordes del consumo, que habitados por la locura o la debilidad mental muestran sin velo el saber de la segregación.

Como Lacan lo señala en marzo de 1970, es del tiempo de la repetición de lo cual el discurso del capitalismo se sustenta. Como resultado de la copulación entre el discurso del amo y la ciencia, su motor se reanuda al servicio de la forclusión de la verdad de la castración.

El discurso capitalista se alimenta de su propuesta para el goce sin lazo social, es decir la promesa de una conexión directa con el objeto de goce.

La lógica del supermercado gobierna no sólo la pulverización de los ideales sino del objeto de goce. Bajo el ideal de un tiempo que progresa, lo nuevo se instala como promesa de satisfacción acelerando los ritmos de producción con

²⁸⁸ Aceptar que Lynch ha filmado sin guión, podría hacer caer en la ingenuidad de que porque no lo tiene escrito, creer que no sabe lo que quiere transmitir. Los psicoanalistas sabemos algo de eso.

objetos cada vez más perecederos. Junto a la plusvalía de un capital que se hipertrofia, Lacan encuentra algo más: lo indeseable de la entropía de la producción, que borra progresivamente el límite entre el desecho y el producto. La entropía del lado de la materia, la basura. Del lado de las sociedades, la segregación. Entropía es aquello que no se puede usar ni sacárselo de encima.

Así el cine de Lynch puede pensarse como acontecimiento para el cine porque rompe no solo con el cine posible de hacer, sino que constituye un

cine imposible de ver. Es un cine que cuestiona la posibilidad de su consumo ya que es un cine que necesita ser escuchado y por ello se emparenta más con la literatura.

Un acontecimiento para el psicoanálisis también, porque en el avance de una civilización global que intenta curarse de lo Real instituyendo el discurso del individuo, hay mucho lugar para los films sobre terapeutas como “análzame” o “secretos de diván” pero poco lugar para dar testimonio de la experiencia del sujeto.

Tempo e política na clínica psicanalítica

Marcelo Amorim Checchia

Em 1961 foi criada pela IPA (International Psychoanalytical Association) uma comissão que ficou conhecida como Comissão Turquet, por ser dirigida pelo psicanalista inglês Pierre Turquet, cuja missão era a de investigar a SFP (Société Française de Psychanalyse) e, principalmente, o uso do tempo na prática clínica lacaniana. Essa comissão chegou a convocar analisandos de Lacan para obter informações sobre seu método e, mais especificamente, sobre o tempo de duração das sessões (Didier-Weil, Alain; Weiss, Emil; Gravas, Florence; 2007). Isto porque, já há algum tempo, ao longo da década de 1950, Lacan ficou conhecido por conduzir as análises didáticas sem seguir os padrões estabelecidos pela IPA, principalmente no que diz respeito à arbitrariedade dos 50 minutos de sessão.

A variabilidade e o encurtamento do tempo da sessão lacaniana suscitaram uma questão propriamente política. Os dirigentes da IPA – primeira instituição psicanalítica internacional, fundada por Freud e Ferenczi em 1910 –, fizeram valer o poder a eles investido pela própria comunidade de analistas da qual Lacan queria fazer parte e negaram o reconhecimento da SFP. Em 1963 a Comissão Turquet emitiu seu parecer final negando o pedido de filiação da SFP à IPA. O que estava em jogo, portanto, era a legitimação ou não de uma instituição psicanalítica em função, essencialmente, do respeito ao tempo cronológico da sessão. É a política interferindo diretamente no tratamento do sujeito.

Mas a conjunção entre tempo e política apresenta ainda outras interferências na clínica psicanalítica. O tempo dos

cidadãos destinado ao trabalho, ao lazer ou ao cuidado de si é também de domínio da política. Nas grandes cidades da sociedade contemporânea os homens se organizaram de tal forma, com base em tal sistema econômico, que tempo passou a significar dinheiro. O tempo de produção, de consumo e mesmo das relações interpessoais fora do âmbito profissional foi abreviado. No nível da organização do trabalho, as corporações exigem alta produtividade num curto espaço de tempo; no nível ideológico, as propagandas demandam alto consumo em ritmo acelerado. A maioria dos cidadãos está submetida a essa política do tempo.

Olhando por essa perspectiva, poder-se-ia dizer que as sessões lacanianas mais curtas enquadram-se perfeitamente nessa política. Inclusive, essa era uma das críticas que Lacan recebia: ele podia atender muito mais pessoas e assim enriquecer mais facilmente. “Lacan era um capitalista!”, poderiam bradar seus críticos. Trata-se, obviamente, de um grande equívoco. Em seu sétimo seminário, *A ética da psicanálise (1959-1960/1997)*, Lacan deixa bem claro que a clínica psicanalítica não deve seguir na direção da política de felicidade (e seu equivalente na idéia de sucesso da análise como conforto individual) própria daquilo que ele denominou de “serviço dos bens”. A garantia de bem-estar no plano político não passa de uma falácia: o ordenamento universal do serviço dos bens implica sacrifícios, renúncias, o que na verdade complica a relação do homem com seu desejo. Portanto, além de questionar e mesmo criticar qualquer associação da clínica psicanalítica com o propósito de re-educação emocional por meio da harmonização entre as instâncias psíquicas e de adaptação e adequação ao sistema social, Lacan, em seguida, denuncia o poder do “serviço de

bens”, cuja moral é a de não deixar espaço para a manifestação do desejo. A posição desse poder em relação ao desejo sempre foi, segundo Lacan, em qualquer circunstância histórica, a mesma: “Continuem trabalhando. Que o trabalho não pare. (...) A moral do poder, do serviço dos bens é – quanto aos desejos, vocês podem ficar esperando sentados” (1959-1960/1997, pp. 377-378).

A política lacaniana de tratamento não segue, portanto, a lógica do capital, mas a do inconsciente, da falta-a-ser, tal como ele afirma em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958/1998). O tempo da sessão está submetido a essa política que, por sua vez, fundamenta-se no tempo lógico do inconsciente. Ao recusar o estabelecimento de um contrato modelado no serviço dos bens, contrato no qual o sujeito pagaria pelo serviço de análise e teria assim o direito de consumidor, de usufruir de todo o tempo combinado nesse contrato, o psicanalista indica de outro modo que o cerne dessa experiência é a fala. Ambos estão submetidos a(o) isso, o que nos traz uma questão bem interessante: a do estatuto do poder na experiência psicanalítica.

Atualmente, não se pode pensar em política sem se referir também à noção de poder. “O poder político pertence à categoria do poder de um homem sobre outro homem”, afirma Norberto Bobbio, poder, por exemplo, que os governantes exercem sobre os governados, poder que é exercido pela “posse dos meios que permitem obter os ‘efeitos desejados’” (Bobbio, 2000, p. 161). De certo modo, um sujeito elege um psicanalista para tratá-lo, atribuindo a ele, pela suposição de saber, o poder de governar o tratamento. Ademais, o psicanalista possui uma experiência (a da própria análise) e uma teoria que procura formalizar essa experiência para que se possa transmiti-la. Isso pode lhe dar o poder de ocupar um lugar particular que faz funcionar o dispositivo analítico, de fazer intervenções que visam obter os “efeitos desejados”, como uma

associação livre. Mas esse poder não parece ser propriamente um poder político, pois este é caracterizado também pela possibilidade de uso da força para obtenção de seus fins, tal como ocorre na sugestão.

É curioso, contudo, que Lacan tenha recorrido a Clausewitz, filósofo da guerra, cuja noção de política está estreitamente associada às estratégias e táticas de domínio sobre o outro na experiência da guerra, para tratar da política do tratamento. É claro que reduzir a noção lacaniana de política às influências de Clausewitz só pode ser uma espécie de witz, uma vez que o uso da força pela sugestão foi abandonado por Freud há muito tempo. Mas o lugar do psicanalista não deixa de “impor” algo ao analisando. O que se “impõe” ao sujeito em análise é a experiência da falta, do desejo, que o leva a retificar suas relações com o gozo e com a realidade. O psicanalista não deve recuar diante disso, por isso ele é tão menos livre em sua política do que em sua estratégia e tática.

Se o poder da sugestão deve ser recusado, o poder atribuído ao psicanalista pela transferência deve ser manejado. Ele não recusa totalmente esse poder que lhe é dado, mas o utiliza com a finalidade de fazer o sujeito associar e trazer significantes que liberam significados até então recalcados. É aqui que entra também a função do corte da sessão. Esse corte, como qualquer outra intervenção do psicanalista, deve ter um estatuto significativo e deve ser realizado sob transferência. Esta, por sua vez, tem íntima relação com a temporalidade do inconsciente: “a transferência é uma relação essencialmente ligada ao tempo e a seu manejo”, afirma Lacan em *Posição do Inconsciente* (1960/1998). A variabilidade do tempo da sessão está assim associada ao manejo transferencial.

Mas fica ainda a questão sobre o estatuto do poder na clínica psicanalítica. É evidente que ele não deve ser exercido de forma arbitrária, despótica ou sugestiva, mas fundamentado na ética do desejo. Contudo, mesmo aí não há também um uso de poder? Embora não saiba no iní-

cio da sessão quanto tempo esta durará, é o psicanalista que em ato realiza o corte, seja isso do agrado do analisando ou não. Mas ele só o faz com base naquilo que foi dito ou enunciado pelo sujeito. Que tipo de poder é esse, então, ligado à temporalidade do inconsciente? Qual a potência desse poder? Pois o fato do psicanalista operar o corte não garante que este tenha efeito de ato. E esse ato pode ser considerado também um ato político? Deixo essas questões para nosso debate.

Obras citadas

BOBBIO, N. (2000). Teoria Geral da Política - a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier.

DIDIER-WEIL, Alain; Weiss, Emil; Gravas, Florence;. (2007). Entrevista com Christian Simatos. In: A. Didier-Weil, E. Weiss, & F. Gravas, Quartier Lacan. Rio de Janeiro: Cia de Freud.

LACAN, J. (1958/1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: J. Lacan, Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LACAN, J. (1959-1960/1997). O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LACAN, J. (1960/1998). Posição do Inconsciente. In: J. Lacan, Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

A causa final na psicanálise e na arte

Silvana Pessoa

Qual é o tempo necessário à transformação de uma estrutura, seja ela de um bloco de mármore ou do sujeito em análise? Depende. Se o artista for muito perfeccionista, o processo de construção não acabará nunca. Se o analisando e o analista colocarem o final como um ideal, a resposta será a mesma. Se não houver abandono da obra ou da análise - que serão considerados inacabados -, chegará o momento de concluir.

Nas artes, o momento de uma exposição ou publicação precipita a produção, mesmo que haja procrastinação durante todo o processo. Assim foi com Leonardo da Vinci, assim é com muitos escritores, pintores e escultores que trabalham com datas marcadas para a entrega da obra. Na psicanálise, a pressa também é necessária para a conclusão. Entretanto, não se pode fixar uma data para a “finalização do produto”, pois não há produto final, e uma antecipação desse tempo pode deixar o sujeito prisioneiro na sua própria repetição.

A duração de um processo psicanalítico precisa ser indefinida, pois não podemos prever o tempo necessário para compreender e o tempo que levará o alargamento das tramas discursivas, a (de)formação ou a destituição subjetiva. Mas é preciso verificar o que encontramos no percurso ou ao final de uma análise, após decorrido um tempo: a transformação do mesmo ou a emergência do novo?

Analisaremos o que as artes, particularmente na literatura e na música, podem nos ensinar a esse respeito.

Nem sempre, a um primeiro olhar de uma cena qualquer, percebe-se a existência de algo novo: e, quando isso se dá, no instante seguinte tenta-se explicar o dife-

rente, dar um nome, associá-lo a algo visto, inseri-lo num mundo das coisas conhecidas. Busca-se reduzir o desconhecido, o que nos causa preocupação, ao familiar, ao “mesmo”, que nos acalma. Mas, com isso, lamentavelmente perde-se o novo.

Esse mecanismo também acontece na leitura: adquirimos o vício de não ler ou não ler direito. Buscamos, no que lemos e no que escutamos, aquilo que tem relação com as nossas verdades. Inventamos, para nós mesmos, boa parte do fato. Somos todos inventores. Mas vemos e ouvimos o geral segundo as nossas verdades e perdemos o detalhe. Isso também pode ocorrer em algumas análises, quando não entende-se a linguagem como causa do inconsciente.

Na psicanálise, temos familiaridade com os chistes, que são importantes por terem a característica de uma escuta que capta o detalhe. Eles despertam prazer nos ouvintes pelo seu jogo com as palavras e por estarem ligados a fontes reprimidas ou a hostilidades. Através da técnica de condensação acompanhada de um substituto, do nonsense ou o duplo sentido das palavras, nós nos vingamos do nosso inimigo ao trazemos o outro, um terceiro, para rir do nosso lado. Naturalmente, alteramos a estrutura discursiva – é como abrir lugar para a emergência de algo diferente, algo novo.

Dar tempo para a coisa aparecer, deixar a coisa ser, sem pensar em nada, sem emitir parecer ou julgamento, deixar a coisa se mostrar, é a orientação nesses campos: o da linguagem, o da arte e o da psicanálise - talvez particularmente no passe. Entretanto, nem sempre se consegue isso – um momento difícil de capturar, difícil de se apresentar e de passar.

Deixar as imagens irem e virem, sem julgar a priori – sentir o mundo sem tentar explicá-lo, mesmo que num segundo

momento possamos rotulá-lo - o que é inevitável. Criar o silêncio, um espaço, um momento, entre esses dois tempos, para ter o aparecimento das coisas como recompensa – estrutura de linguagem que possibilita a aparição do sujeito do inconsciente entre dois significantes.

A música de John Cage nos ensina a fazer isso na sua forma dadaísta de compor. Cage impõe, na sua obra, o uso deliberado do acaso, ‘da indeterminação e da indistinção entre som estruturado e ruídos vindos da vida ordinária. Ele “[...] leva às últimas conseqüências seu projeto de crítica à racionalidade da música ocidental”. Racionalidade que, ao contrário, tem uma ansiedade enorme de dizer, comentar, murmurar, remedar, expressar-se, buscar sentido – expressa nas estruturas dos romances, nas grandes sinfonias, nas falas dos analisandos.

“Todos querem através da palavra, e não do silêncio, provar que estão vivos”, e perdem a oportunidade de permitir que se instale um espaço para outras vozes irromperem. Um horror a vacui, expressão utilizada na era do Renascimento, quando os pintores não deixavam um pedaço de sua tela sem cor, por menor que fosse o espaço, e os compositores criavam priorizando o sentido e os afetos – pensando em termos de progressão, expectativa e resolução.

Mas é no vazio que as coisas acontecem. (). O que pretendemos com esse trabalho é investigar a capacidade de criação de um significante novo no percurso ou no final de análise, ou seja, de um novo saber que colocamos nesse vazio, da nossa capacidade de depor nosso julgamento e deixar os sons serem eles mesmos, como nos aponta Cage na conjugação da sua “gramática da desafeção”. Gramática que podemos aproximar do analista como alguém “não afetado” pelas paixões ou ignorância.

O movimento de dialética que uma psicanálise instaura “não determina somente o sujeito, à sua revelia (...), mas o constitui numa ordem que só pode ser excêntrica em relação a qualquer realização da consciência de si”. Os analistas, que fazem parte desse movimento - e

para quem se dirige a fala -, devem aprender a “agir com a linguagem como se faz com o som: seguir a velocidade dela para romper o seu muro”, muro que lhe é próprio, e passar esse modo de funcionamento ao analisando, transmitindo-lhe, com isso, a psicanálise.

A rapidez é exigida para antecipar-se às defesas do sujeito, às crenças a que esse sujeito se apega na civilização e constituem uma variedade de delírio. É preciso seguir a velocidade própria da linguagem para que possa emergir o desejo, captado pela brincadeira do Fort-Da, mas que o sujeito faz abolir, desaparecer cem vezes para poder vê-lo aparecer novamente, nas repetições que voltam para ser elaboradas.

Para adquirir essa prática, convém não nos enganarmos com regras, modas e proibições presentes em todos os lados, principalmente nas instituições. Esse é um risco que sempre corremos.

Lacan sugere que os analistas abram os ouvidos para as canções populares e para os maravilhosos diálogos de rua. Essa sugestão aponta para um aspecto que nunca engana: que toda sabedoria é um gaio saber, desde que o homem começou a enfrentar o seu destino, como ele diz.

Uma linguagem que subverte, canta, instrui e ri, um gaio saber. Alimentam-se dessa tradição, para citar alguns: Joyce, Machado de Assis, Rabelais, esse último, representante da sátira menipeia, gênero literário que destaco neste trabalho porque consiste em produzir um tipo particularmente fragmentário de narrativa e inclui particularidades que, quando não detectadas ou bem analisadas, são geralmente consideradas como aberrações ou irregularidades, que aproximamos da estratégia de desconstrução do mesmo ou emergência do significante novo proposta por Lacan.

Tanto a psicanálise como a obra de Rabelais convidam os analisandos ou leitores a realizar, eles mesmos, a tarefa de procurar sua própria sabedoria. A pedagogia rabelaisiana e a lacaniana ensinam que é necessário dissolver as fórmulas, as ideias recebidas e, no lugar delas, desenvolver-se um espírito crítico, ampliar a

trama discursiva, aquela em que todos estamos peados.

Pantagruel, personagem criado por Rabelais, acolhe, no Terceiro Livro, a angústia de Panurge – que, tal como um neurótico obsessivo, buscava garantias do futuro e procrastinava a decisão de contrair matrimônio. Pantagruel acolhe o que vem do outro por saber que existe igualdade na imperfeição - situação essencialmente humana, que jamais deve ser pretexto para a intolerância.

Pantagruel, tal como os analistas, sabe a limitação e a incapacidade de adaptação que as viseiras das ideias feitas tendem a impor aos seres humanos, que, através da psicanálise, da literatura e/ou das artes, procuram minimamente libertar-se.

“Tudo o que impede a multiplicidade da realidade, da constante descoberta do mundo são vícios. É essa forma de estupidez que se apresenta em Panurge. Sua obsessão em não aceitar as verdades e as mudanças da vida fazem com que o próprio curso dessa se repita incessantemente dizendo-lhe sempre a mesma verdade”[sic].

Qual a verdade em questão? Para a filosofia de Pantagruel: casar ou não casar dá no mesmo. Crer ou não crer dá no mesmo, já que, para Rabelais e vários outros, vivemos num lusco-fusco da consciência, nunca certos de quem somos ou supomos ser; há sempre um erro cujo ângulo não sabemos. Estamos falando de autores que ensinam sobre o indecidi-

vel, sobre a impossibilidade de fazer uma escolha acertada, sem dúvidas, baseada no porvir. A psicanálise segue o mesmo trilho.

Panurge tem dúvidas deve casar-se, pois teme ser traído pela esposa. Nada do que lhe digam o convence de que deve seguir o seu desejo. O que quer que se diga, já foi. Para Rabelais, melhor mesmo que se esqueça. Pessoa diz que, depois que escreve, já não mais se reconhece, e Lacan, que os significantes que nos são dados do Outro, apesar de terem diversas combinações, seguem um determinado padrão e estrutura, representantes do mesmo, que, ainda assim, nos causam estranheza.

Na verdade, não há a opinião verdadeira e única - já que há paradoxos. Não vale confrontar, desafiar as coisas. Resta-nos, ao final, respeitá-las no seu tempo com humor, valorizando os chistes e tropeços da linguagem na clínica, com a certeza que há o indecível demonstrado por Rabelais, assim como os mundos simultâneos e mundos impossíveis, representados por Escher; ou, na música criada por John Cage, formas possíveis do fim, que podem vir em socorro e transformar algo do mesmo (transformação inerente à própria estrutura de linguagem) em um significante novo, que pode emergir do silêncio, no vazio entre dois significantes, durante todo o processo e também no final.

Sucesión de instantes de tirón en tiempos de compulsión

Alicia Donghi

*“Para no ver pasar el tiempo,
nos tapamos los ojos con el pañuelo de la eternidad”*
Proverbio chino

T tiempo y magia: dimensión enigmática solo para los seres parlantes pero no así para los restantes. Subjetivamente a veces pasa vertiginosamente, es tan frenético y subyugante que hasta asombra que la cronología no coincida, en tanto en otras situaciones la bruma del aburrimiento lo envuelve y no fluye: pasa “*nada*”. Por la lógica de la razón, sabemos que para los sujetos, ni el tiempo ni el espacio son eternos o infinitos, pero es sólo en esa otra lógica de la experiencia vivida en un psicoanálisis, que se pueden evidenciar los “*contratiempos*” o “*des-encuentros*” cuando se descubre que somos los únicos animales vivientes que solemos tropezar más de una vez con la misma piedra. También en lo inexplicable de “*la compulsión a la repetición*”, así como en el discurso como “*insistencia significativa*” cuando se descubre el enredo en hechos y actos que le dan consistencia y fijeza al síntoma. Insistir en lo que no anda, quedarse en el padecimiento, es una manera de permanecer varado en el tiempo tormentoso y subyugante de la magia de ese extraño goce, que Lacan denominara, “*plus de goce*” y que lo autorizara a proclamar: “*Sin goce es vano el universo*”. Tiempo lindante con una eternidad a la que no se renuncia. A veces desenredar esos nudos hechos de tiempo y trauma y sortear ese maleficio (¿mal - beneficio?) para pasar a otra cosa, significa sostener una lógica que no es la del sentido común, sino la del acto analítico, que alivia y libera al sujeto

de un trozo o “*pedazo de real*”²⁸⁹ que comparte raíces con la eternidad. “*Presencias del objeto a*”, lugar al que el analista deberá advenir y semblantear para que un sujeto pueda transitar desde la barrera del bien, que no es el soberano bien, sino el inherente a “*la ética del deseo*”, para poder acampar en la barrera de la belleza, el “*tiempo*” que haga falta para que su vivir incorpore el goce como “*aperitivo*” o sea de muerte tan solo un poco.

Lacan dice: “Entre lo simbólico, lo imaginario y lo real el tiempo se lo pasa tironeando, ‘*sucesión de instantes de tirón*’... presencias del objeto a”, dimensión también espacial con movilidad, giros, nudos. Esto demuestra que la medida, la hora justa o la cantidad precisa, no son de este mundo, constituyendo otra forma de leer la falta de proporción sexual. La prisa sin acto, el apremio, la urgencia desorientada, hacen de la aceleración el funcionamiento privilegiado del mundo contemporáneo. Es en este tiempo donde el “*no pienso*” produce un cortocircuito entre “*el instante de ver*” y “*el momento de concluir*”.

Hay tres cuestiones ligadas entre sí, respecto del psicoanálisis en el tiempo de la impulsión y/ o compulsión al consumo, las cuales tienen cada una su propia lógica y se relacionan con fenómenos de masa: la droga, las adicciones, y la toxicomanía. Cada una tiene su propia historia, su propia época, su propia narrativa. Por un lado la droga es tan vieja como el hombre y lo ha acompañado tanto en la producción de

²⁸⁹ Así denomina Lacan al objeto a en el Seminario X (La angustia)

mitos colectivos, como en ceremonias sagradas de diversas creencias y religiones. La adicción, en cambio, ha ido apareciendo ligada a pruebas médicas para la analgesia y luego a la industria del medicamento más tributaria de un discurso de la ciencia incipiente: Las drogas pasan al campo médico, al descubrirse los problemas colaterales al uso de sustancias (“*el síndrome de abstinencia*”). Es el momento donde se empieza a utilizar la morfina para calmar los dolores de los heridos de la guerra civil americana de fines del siglo XIX en EEUU y se los llamaba “*habituados*”, término aun desprovisto de una connotación teológica o moral. Es la época de Freud cuando el uso de narcóticos está asociado a una estrategia más frente al “malestar en la cultura” o sea un medio para un fin. En estas instancias cada adicto era una entidad singular en sí misma y, como dice Lacan, era un asunto de *la polis*, una contravención ligada a lo policial. En consonancia con esta posición se han ido con el tiempo construyendo representaciones que consolidarían a los adictos como delincuentes desde paradigmas ético-jurídicos, o como enfermos desde paradigmas médico-sanitarios. Luego, aparece un tercer momento, hacia fines del siglo pasado vigente en los últimos años, en que el consumo se transforma en un fin en sí mismo, algo generalizado y producto de la globalización. En otras culturas las drogas eran sagradas, el grupo participaba de los consumos, el lazo social ordenaba los intercambios y no se transformaban estas prácticas en una satisfacción en sí misma, es decir no se cerraba el circuito pulsional y esto no generaba toxicomanía.

Voy a hacer un rodeo y diferenciar dependencia de nudo adictivo. Todo fenómeno de dependencia es un proceso objetivo, que puede tener diferentes formas (televisión, sexo, psicoanálisis, velocidad, juego, etc.) El nudo adictivo es la adicción a un efecto, a un cambio de estado que tiene que ver con la capacidad que tiene el yo para lograrlo. Lo problemático

no es el efecto, sino el camino para lograrlo - en el caso de las drogas- que saltea ni más ni menos que el circuito del tiempo del deseo que supone una espera. Entonces en la compulsión al consumo, es adicción a un efecto, a un cambio de estado inmediato en el yo, más que la clásica fijación a un objeto. Esta inmediatez supone saltar el tiempo de comprender, que es el tiempo de inscripción. No en vano en los tres tiempos lógicos, Lacan sitúa un instante de ver y un momento de concluir pero donde ubica el tiempo, es en el de comprender. Como decía Borges paradójicamente: “*Lo único que puede ser modificado en la vida de alguien es el pasado*” Si hay algo no inscripto, si hay una pulsación temporal que no termina de permitir la inscripción, eso circula en un *presente continuo*, es decir se torna menester historizarlo, entramarlo en un tiempo. En el análisis se establece una vía de escritura que hace necesario dejar que “*la lengua vaya delante de uno*”, delante incluso del analista como sujeto para devenir” semejante” de...

La familia de X (23 años), joven toxicómano de larga data, tras largas e infructuosas internaciones en distintas instituciones por diferentes prácticas de riesgo, consulta por un dispositivo ambulatorio más personalizado en una institución especializada con un marco psicoanalítico de abordaje. Una de las prácticas adictivas se recorta con fijeza a lo largo de los últimos 5 años: el consumo de cocaína, fumada tras cocinarla (*crack*), solo, encerrado en su habitación. Negado a cualquier experiencia terapéutica individual, acepta solo entrevistas con su familia con quien vive. Se logra situar el origen de ese consumo, tras la muerte de su abuela materna “*cocinera*”, cuando pasa casualmente “*a acampar*” en la habitación donde ella muere, a causa de un cáncer terminal que la postra. Los psicofármacos que “*ella deja por azar*” escondidos antes de fallecer le sirven de puntapié al inicio de un consumo que rápidamente se desliza a la “*fetichización del ritual*”²⁹⁰, lectura retroactiva mediante.

²⁹⁰ “*Cualquier ritual tiene ese doble matiz: ayuda a elaborar una pérdida, pero al mismo tiempo el*

Hicieron falta diferentes prácticas (acompañamientos terapéuticos, encuentros grupales, etc) para que algo de la historización y de la subjetivación adviniese. Le costó separarse de este consumo fatídico, recurso identificatorio de goce propicio también para sus allegados, negados por supuesto a emprender cualquier trabajo de duelo, taponando con este sujeto "elegido", identificación al muerto mediante, la existencia de aquella para quien "supo ser su falta"²⁹¹. Una pesadilla que se repite: "compro cocaína de mala calidad, al cocinarla se estropea y no puedo fumarla" y su trabajo de elaboración inició un derrotero analítico que permitió que la compulsión ingresara en el desfiladero de las formaciones del inconsciente. Se despierta cada vez angustiado ante esta repetición onírica, pero no recurre al consumo - no sin un acto de por medio- mudarse con su pareja y la apuesta sublimatoria de comenzar estudios de Chef. Esto determina la caída perdurable y absoluta de una adicción, que ya instalado en su análisis, el definirá como "de otro tiempo, de otra vida" ¿La vida de quien?...". De allí las más o menos bruscas apariciones, en el curso del análisis, no tanto del sentimiento del tiempo, como de la repentina conciencia de su existencia (*sucesión de instantes de tiron?*) a veces, con un tinte de angustia. Es preciso, entonces, distinguir este sentimiento, que sin duda vuelve presente al tiempo, de los momentos de realización del tiempo, cuyo efecto de deseo es evidente. Quizás para este psicoanálisis el ofrecimiento consistió en posibilitar que pueda ni más ni menos que volver a decidir acerca de su goce, con otro tipo de libertad, después de estar advertido sobre las condiciones en que "eso" gozaba.

recusarla... suerte de fetichización... permite seguir con la vida... perdida a medias" Hechizos del tiempo de O. Lamorgia

²⁹¹ "No estamos de duelo, sino de 'alguien' de quien podemos decirnos: yo era su falta... No sabemos que llevamos (por nuestro camino) esa 'función', a saber: la de estar en el lugar de su falta" J. Lacan, Seminario X, la angustia. Clase del 30/1/ 63 (fragmentos)

En ese sentido, este dispositivo personalizado de tratamiento, funcionó como preliminar a la entrada en análisis, entendido como tiempo de implicación subjetiva de un goce que devino deseo, no sin su pérdida pertinente.

Nadie puede gestionar el goce intrínseco al cambio de estado sin un espacio para la angustia como indicador temporal fundamental. De gobernarla y educarla se ocupan las psicoterapias y los dispositivos que, creyendo en la voluntad, obedecen a formas de control social que propician la dilución de las singularidades en pro de la masa. El tiempo del psicoanálisis, con su intervalo entre el impulso y la acción, por un lado y el manejo de la transferencia (entre azar y cálculo) como "intromisión -inmixción- del tiempo de saber" por el otro, hacen objeción al presente continuo del "no pienso". Su principal misión: vectorizar el goce de una eternidad con prescindencia del tiempo del Otro hacia la intemporalidad de la repetición del goce fálico del síntoma con un analista, advertido de la finitud en su acto. Dando el rodeo exigido por su sumisión al tiempo del sujeto, tiempo propio que determina la incompresible duración de su recorrido. Que esta no pueda ser anticipada no quiere decir que el analista la ignore. A condición de que consiga aprehender la estructura lógica en la cual él mismo se encuentra. Es decir, a condición de situar los instantes de ver, de respetar los tiempos para comprender y de reconocer los momentos de concluir que no advienen sin él.

A posição do sujeito no laço totalitário do capitalismo contemporâneo

Raul Albino Pacheco Filho

A constituição do sujeito e seu ingresso no simbólico, na linguagem e na cultura, ‘cobra o preço’ da cisão/alienação originárias, que se redobram a cada vez que ele fala. A entrada do sujeito em todo e qualquer laço social sempre implica essa alienação originária e constitutiva, que é da ordem da estrutura e não da contingência: poderíamos dizê-la ‘trans-histórica’. Na esperança de assim estar servindo a uma instância absoluta e sem falhas, potente para lhe assegurar escapar aos sofrimentos ordinários da vida humana, os sujeitos inventam um Outro/Pai Absoluto que lhes permita sustentar o ideal impossível de um gozo absoluto e ilimitado; mas que, ao mesmo tempo, os proteja contra essa mesma possibilidade de gozo. Iludidos de que estão juntos na mesma fantasia, e de que se remetem a um único e mesmo Outro absoluto e sem falhas, os sujeitos com estrutura neurótica entregam-se como instrumentos desse saber. E isto está na origem de inúmeras tragédias sociais: os totalitarismos de direita ou esquerda, os fundamentalismos religiosos, os genocídios e massacres racistas ou xenófobos e assim por diante.

Disparado esse processo, ele prossegue na direção de uma alienação total do sujeito, em um movimento de progressiva redução da participação de sua singularidade, nas ações em sociedade. Aqui vou me referir a isto como a ‘inércia totalitária’ do laço social. O Outro não existe, mas, mesmo assim, o sujeito deve sustentar sua pseudo-existência: mesmo que seja às custas da sua insatisfação ou impotência.

O objetivo deste trabalho é ressaltar a existência de um adicional de alienação específico do laço social implicado pelo capitalismo, que está para além da alienação estrutural anteriormente mencionada; e que responde por uma aceleração exponencial da referida ‘inércia totalitária’, nessa forma histórica de sociedade. Consiste, portanto, em uma tentativa de contribuir para a crítica do capitalismo, a partir da consideração da questão do sujeito: ou seja, oferecer uma contribuição da Psicanálise para a interlocução com o pensamento e as teorias sobre a sociedade.

Em um de seus textos, Lacan diz que a “integração vertical extremamente complexa e elevada da colaboração social” exigida pelo sistema de produção capitalista conduz a um “plano de assimilação cada vez mais horizontal” dos ideais, no qual (...) os indivíduos descobrem-se tendendo para um estado em que pensam, sentem, fazem e amam exatamente as mesmas coisas nas mesmas horas, em porções do espaço estritamente equivalentes. Meu propósito é explorar este aspecto do laço social capitalista, esmiuçando as bases sobre as quais ele se assenta.

Entendo que uma crítica do capitalismo, que não se pretenda fundamentada em um ponto de vista meramente ‘moral’, não pode alegar uma pretensa ‘desumanização’ do sujeito pelo atrelamento do seu desejo à posse de mercadorias. Kojève nos lembra que o desejo propriamente humano, ‘antropogênico’, não busca um objeto real ‘positivo’, mas sim o desejo de um outro ser humano. O desejo por um objeto só é ‘humano’, se for mediatizado pelo desejo de um outro ser humano pelo mesmo objeto. E, no que diz respeito a isto, ninguém poderia acusar o

capitalismo de ‘desumanizar’ o sujeito. A criação da ‘forma-valor’, analisada por Marx em “O Capital”, possibilita a padronização e universalização dos procedimentos de medida do valor das mercadorias, por meio do ‘valor-de-troca’. E isto viabiliza uma amplificação inusitada da referida mediação, pela articulação do desejo dos distintos sujeitos aos objetos-mercadorias. Aqui é possível estabelecer-se uma seguinte articulação relevante (poder-se-ia dizer homologia?) entre ‘função paterna’ e o processo de instituição social do ‘valor-de-troca’: a) Ainda que o significado do Desejo da Mãe seja um enigma para o sujeito, o Nome-do-Pai permite ‘significantizá-lo’, criando a significação fálica e possibilitando a circulação do falo; b) Ainda que o significado último do valor do objeto seja um enigma para o sujeito, o ‘equivalente-geral’ (e sua forma mais bem acabada, o dinheiro) permite ‘significantizá-lo, criando o valor-de-troca e possibilitando a circulação de mercadorias.

Os desejos por objetos também são mediatizados pelos desejos de outrem, em culturas não capitalistas, como é o caso do valor de um bom arco, entre os índios de uma tribo. Até mesmo o que relaciona os seres humanos ao seu alimento é desejo humano, na medida em que, já se disse, comemos signos. Lévi-Strauss não mostrou algo desta ordem, em “O cru e o cozido”? Porém, por meio do valor-de-troca, a cultura capitalista criou um poderoso e inédito instrumento de articulação, fixação e padronização da ‘desejabilidade’ pelos objetos do mundo: talvez pudéssemos nos referir a isto como a fixação/padronização/homogeneização do ‘valor-desejo’ de um objeto, para todos os membros do corpo social. Acredito que se possa relacionar isto à observação de Lacan, de que o capitalismo talvez tenha produzido um ponto crítico de ruptura, ao articular o sujeito ao ‘objeto causa do desejo’. Aliás, Marx propôs que a passagem à forma-valor-geral constituiu um salto qualitativo, pois se dissolveu na totalidade social a antiga relação em que o

valor-de-uso ainda predominava sobre o valor-de-troca.

Proponho que a saída de um mundo de valores-de-uso, para um mundo de valores-de-troca, apresenta uma homologia com o processo de compartilhamento significativo, que é possibilitado pela instituição de uma língua. Uma língua cria as ‘amarrações’ de significações operadas pelos signos, viabilizando a comunicação e a cultura humana (respeitada, é óbvio, a prevalência do significativo no que diz respeito à emergência do sujeito do inconsciente). E algo como um ‘valor-desejo’ pelos objetos pode ser significantizado pelo equivalente-geral, em processo que guarda relação de homologia com aquele pelo qual o ‘Desejo da Mãe’ pode ser significantizado pelo ‘Nome-do-Pai’. Portanto, não me parece absurdo chamar a atenção para uma conexão entre: a) A função do Nome-do-Pai, que, ao ser incluída no lugar do Outro, funciona como ponto-de-basta e possibilita que o sujeito confira significação aos seus significantes; b) E o que seria uma ‘função equivalente-geral’, que, ao ser estabelecida no seio da sociedade, introduz algum tipo de homogeneização/ padronização da relação dos sujeitos com os objetos do mundo, por meio da criação de algo da natureza de um ‘valor-desejo’.

A linguagem possibilita um certo compartilhamento parcial dos objetos do mundo e uma certa unificação das ações a eles dirigidas, mas com uma ‘perda’ – registrada pela extração do ‘objeto a’, em função daquilo a que o simbólico não pode dar conta –, produzida pela equivocidade significativa. Equivocidade significativa que, de algum modo, responde pela singularidade na relação desejante do sujeito com o mundo. Proponho a seguinte questão: não seria, a função equivalente-geral, responsável pela produção de uma limitação sem precedentes na margem de singularidade da relação do sujeito com o mundo? Limitação produzida pelo fato dela capturar algo da ordem de um ‘valor-desejo’ pelos objetos, em suas malhas? Não foi isso, aliás, que

possibilitou o desenvolvimento de tecnologias sociais de administração do desejo, como é o caso da publicidade e do marketing? Cito o Seminário 17: “Aqui, na encruzilhada, enunciamos que o que a psicanálise nos permite conceber nada mais é do que isto, que está na via aberta pelo marxismo – a saber, que o discurso está ligado aos interesses do sujeito. É o que na ocasião Marx chamou de economia, porque esses interesses são, na sociedade capitalista, inteiramente mercantis. Só que, sendo a mercadoria ligada ao significante-mestre, nada adianta denunciá-lo assim.”

Unidos pelo compartilhamento do ideal de consumo, não me parece que os sujeitos do capitalismo estejam atados por um laço social frágil, nem imersos em um narcisismo metapsicológico ‘stricto sensu’, como certas análises parecem pretender. Neles, o que mais me assusta é a disposição para se entregarem à ‘inércia totalitária’ do ‘discurso do capitalista’. Se existe possibilidade de se produzir abalos na ilusão dos sujeitos, de que estão juntos na mesma fantasia e se remetem a um único e mesmo Outro, isso depende de que percebam as contradições entre as diferentes formas de relação com o mundo, que decorrem das distintas concepções que eles (os diferentes sujeitos) têm a respeito do mundo. Porém, como é possível questionar-se a convicção de que todos compartilhamos a única e mesma ‘realidade’, se, como mencionado anteriormente, Lacan nos lembra que estamos na sociedade em que todos “pensam, sentem, fazem e amam exatamente as mesmas coisas”, nas mesmas horas e lugares?

Disparada por uma padronização sem precedentes históricos dos ‘valores-desejo’ pelos objetos do mundo, lança-se às alturas a disponibilidade para entrega à alienação produzida pela fantasia coletiva de referência a um único e mesmo Outro Absoluto. É este, assim o entendo, o perigo maior desta forma de estruturação da sociedade: a ‘inércia totalitária’ do laço social capitalista. Perigo tão maior quanto também o próprio sujeito deixe de repre-

sentar um ‘enigma’, para tornar-se, igualmente, apenas um objeto com ‘valor-desejo’ quantificado e padronizado: uma mercadoria (seu trabalho), com valor socialmente definido pela medida do equivalente-geral. Cito Marx: [No modo capitalista de produção] o próprio operário somente aparece como vendedor de mercadorias (...). Os principais agentes deste modo de produção, o capitalista e o operário assalariado, não são, como tais, senão encarnações do capital e do trabalho assalariado, determinadas características sociais que o processo social de produção imprime nas pessoas, produtos destas relações determinadas de produção.

O sujeito do capitalismo ensaiou seus primeiros passos, na História, substituindo a obediência ao Pai da Igreja Católica pela obediência ao Pai da Reforma Protestante. Prosseguiu, ensaiando uma tentativa de libertação da alienação e submissão a qualquer Pai Absoluto, tentando posicionar-se como criador do seu próprio mundo, responsável pela sua Ciência e autor de sua própria história. Mas o fetichismo da mercadoria amarrou-o em suas malhas e desviou-o do percurso buscado, de responsabilidade pelo seu próprio destino. Fetichismo, este, operando nos dois sentidos, marxiano e freudiano, conforme a distinção proposta por Žižek: (...) no marxismo, o fetiche oculta a rede positiva de relações sociais, ao passo que, em Freud, o fetiche oculta a falta (‘castração’) em torno da qual se articula a rede simbólica. Esquivar-se de se submeter a qualquer totalização positiva, sustentando o próprio desejo como norte, e assumindo as contradições e conflitos inerentes ao laço social, talvez seja este o único modo pelo qual o ser humano possa retomar o progresso na História, na condição que é própria do seu ‘ser’. Terminando citando Kojève (...) o próprio Ser desse Eu será devir, e a forma universal desse Ser não será espaço, mas tempo. Manter-se na existência significará, pois, para esse Eu: “não ser o que ele é (Ser estático e dado, Ser natural, caráter inato) e ser (isto é,

devir) o que ele não é.” Esse Eu será assim sua própria obra: ele será (no futuro) o que ele se tornou pela negação (no

presente) do que ele foi (no passado), sendo essa negação efetuada em vista do que ele se tornará.

Capitalismo, Imperio y Subjetividad: el derecho, la guerra y el tiempo

Mario Uribe

La instauración contemporánea de una nueva forma de soberanía solidaria de la globalización irreversible de los intercambios económicos y culturales hace surgir un nuevo sujeto distinto del sujeto freudiano de la época victoriana. A diferencia del sujeto del malestar freudiano, dominado por la culpa y la vergüenza inherentes a la preeminencia de un Otro que juzga, el nuevo sujeto “desnudo” del Imperio obedece a una lógica de auto fundación subjetiva, tiende inercialmente al goce, al acto, y su obscenidad consiste en no mostrarse particularmente proclive ni a la culpa ni a la vergüenza. Examinaré ese cambio de estatuto de la subjetividad, el malestar en la cultura asociado y la dificultad para el psicoanálisis de operar sobre el sujeto en esta nueva cultura capitalista donde las relaciones entre el derecho y la guerra son solidarias de la precariedad simbólica de la época.

El psicoanálisis encuentra al sujeto dividido del malestar freudiano y sus condiciones de posibilidad en las postrimerías de la época victoriana, fuertemente disciplinaria, y dominada por el puritanismo, la represión de la sexualidad, una neta demarcación entre espacio privado y espacio público y una muy conocida doble moralidad. En ese contexto, Freud define un mito del origen de la cultura, de la ley y de la guerra a partir del efecto creacionista de un crimen primordial: el parricidio. Desde entonces la familia del neurótico se opone a la familia primitiva y se escande un gap irreductible entre goce y deseo. Freud propone inauguralmente la guerra ontra el padre de la horda y la lógica triunfal de “unión de los más

débiles” contra la ley del “más fuerte”, con lo cual no hace otra cosa que humanizar el crimen y definir de paso la cultura como una manifestación erótica contraria a la destructividad inherente a la pura pulsión de muerte. Se instaura así un modo de lazo social cuya estabilidad es el efecto de la libido y de la lógica de las identificaciones. De la misma manera, define una teoría de la “guerra justa” donde, más allá del clásico jus ad bellum o derecho a hacer la guerra asociado a la simple percepción de una amenaza de agresión o peligro para la integridad territorial o política del estado, la legitimidad de la guerra va a depender de que en su desencadenamiento haya primado Eros o la unión erótica de los muchos por sobre Thánatos o la violencia destructiva del uno. En su artículo ¿Por qué la guerra? y frente al debilitamiento de la Liga de las Naciones, Freud concluye que la materialización del ideal pacifista de posguerra va a depender de que los estados-nación unidos sean capaces de otorgarle poder y estabilidad permanente y duradera a esta institución de violencia central mediadora. Pero, ¿qué unifica en nuestra época donde el Imperio implica una soberanía distinta de aquella de los estados-nación? ¿Qué une al sujeto en un mundo donde se elogia o banaliza la guerra luego del resurgimiento del viejo concepto de guerra justa en torno a la guerra del Golfo según lo denunciara Antonio Negri?

Lo que une en tiempos de Freud es un cierto estilo de erotismo y una lógica de identificaciones donde destaca la figura preeminente de un padre fuerte como Otro en el lugar de la ley. La monarquía, el estado, la iglesia y el ejército, entre otras, son algunas de las estructuras

simbólicas fuertes que inciden en la subjetividad de la cultura freudiana cuyo denominador común es el padre. No obstante y paradójicamente, al mismo tiempo que une, el padre divide. En efecto, algunas de sus declinaciones: la mirada panóptica de un Otro que juzga, prohíbe, sanciona y desnuda la intimidad del sujeto hasta el pudor y la vergüenza, el significante de la ley, el Otro que legitima la guerra justa en tanto culta y erótica, en fin el padre del Edipo, no solo constituyen el eje creacionista alrededor del cual gravita en última instancia toda la clínica de la culpa, el deseo, la vergüenza, la inhibición, el síntoma y la angustia, sino también el malestar en la cultura del neurótico. Más aún, el sujeto dividido que recrea la posibilidad del psicoanálisis en sus orígenes es un efecto de la marca imborrable o rasgo unario que deja el padre en él bajo la forma del superyó.

Para bien o para mal, no se puede decir lo mismo a propósito de la subjetividad y del psicoanálisis en los albores del siglo XXI. El paso de una sociedad normativa dominada por una función paterna poderosa y eficaz a un modelo de lazo social caracterizado por la declinación progresiva y la falta de ubicuidad del Otro constituye un terreno particularmente árido para el desarrollo del psicoanálisis. De manera general y a diferencia del modelo cultural victoriano, la clínica analítica y la reflexión filosófica y sociológica, coinciden en que el lazo social contemporáneo conlleva un déficit de subjetivación, una decadencia de la experiencia colectiva, y un empobrecimiento de la experiencia privada.

La Cultura del Nuevo Capitalismo de Richard Sennett revela, por ejemplo, el déficit de cultura del capitalismo toda vez que una economía tan flexible y en constante reestructuración modifica el paradigma de prácticas y valores que tradicionalmente unían a la gente como la lealtad con sus empresas e instituciones, el valor de la calificación y experiencia profesionales, el sentimiento de continuidad y la posesividad, en otros.

Al igual que Freud, el autor se interroga sobre aquello que une a los ciudadanos hoy cuando las instituciones en las cuales viven se fragmentan y se disuelven los aprendizajes pasados. Tres aristas de este nuevo malestar debieran interesar al psicoanalista. Primero, la imposibilidad para el sujeto asalariado de instituir un relato sobre su vivencia en el marco de su relación con el trabajo y la consecuente incapacidad de interpretar su historia, apropiarse de ella y suscitar la acción. Segundo, la herida narcisista del sujeto en el plano de la competencia profesional, producto de la imposibilidad de constituir una experiencia acumulativa, en una cultura dominada por una temporalidad del orden de una sincronía del presente, y donde el contexto económico disipa constantemente la experiencia pasada. Tercero, el carácter insostenible e inaceptable para un sujeto de cierta edad de tener que partir a menudo de cero en el contexto de instituciones flexibles interesadas en el desarrollo de nuevas competencias entre sus asalariados.

En cuanto a Lacan, desde Los Complejos Familiares ya nos había alertado sobre los riesgos aludidos de la declinación simbólica de la época, particularmente de la función paterna. Posteriormente, en distintos momentos de su obra, alude al malestar en la cultura contemporánea en los términos de una obturación de las posibilidades de subjetivación del ciudadano común como efecto del discurso capitalista y su instrumento, la ciencia positiva, la cual pone sobre el mercado una enorme producción de objetos de consumo que colmatan la falta en ser. Dos aspectos de este malestar merecen una particular mención. Primero, la pérdida de la significación de la sanción en un mundo dominado por el utilitarismo. Segundo, el empuje a la obscenidad en un sistema donde “no hay vergüenza”.

A propósito del sentido de la sanción en un mundo dominado por el neoliberalismo de mercado, Lacan anticipa ya en los años 50 su tendencia a la desaparición. Para Lacan, la marca del

superyó o del padre en el sujeto implica una necesidad estructural de castigo. Por su parte, el sentido expiatorio del castigo implica que la ley positiva del corpus sociocultural que lo decreta encuentre una resonancia en el nivel de la ley simbólica del sujeto. Esta resonancia solo es posible mediante el asentimiento subjetivo, condición suficiente para que la sanción tenga un efecto retributivo y eventualmente curativo, ya que permite al sujeto admitir su responsabilidad verdadera y aceptar la sanción como “su justo castigo”. Al no recrear el terreno favorable a la subjetivación o asentimiento, nuestra época no favorece la responsabilidad sino la producción de una irresponsabilidad generalizada.

En fin, a propósito de la vergüenza, en el *Reverso del psicoanálisis...*, Lacan proclama un mundo donde “no hay vergüenza”. La fórmula implica un cambio de estatuto de la mirada en relación con la decadencia del Otro. La vergüenza, entendida como el índice de un momento donde falta ese campo del Otro que determina la función del rasgo unario y del Ideal del Yo, es un afecto raro en una época proclive a la auto fundación del sujeto o a la escisión entre el sujeto y el Otro. La vergüenza es un afecto que presupone una mirada, representa un intento de esconder la realidad de la castración, y surge cuando la coyuntura muestra la falla de la identificación fálica. Afirmar que no hay vergüenza implica entonces admitir un cambio del estatuto del Otro que mira, o en otros términos, admitir que se trata, sea de un Otro que no existe, sea de un Otro cuya mirada está desprovista de la potencia de provocar vergüenza. Ahora bien, en estricto rigor, al mismo tiempo que anuncia la muerte de aquella vergüenza ligada al honor, la dignidad y la nobleza, es decir de la vergüenza como antónimo del pudor, Lacan afirma entre líneas que no es posible escapar a un tipo de vergüenza primordial: la vergüenza de vivir. Esta forma de vergüenza ontológica, ligada al goce más íntimo del ser, es el efecto de la relación del sujeto con un Otro distinto del Otro freudiano

de la culpa, refleja bien la relación actual del sujeto con el Otro, y condiciona el advenimiento de la era de la vida nudita, tan bien identificada por Agamben.

Frente al panorama esbozado, el paso de un Otro que empuja al deseo a un Otro que empuja al goce y su correlato último, es decir un sujeto que no quiere saber nada sobre su falta en ser, implica la pregunta para el psicoanalista sobre el desarrollo y difusión de su arte. ¿Qué estrategia futura? ¿Qué actitud frente al derecho a la guerra? En Los caminos de la terapia psicoanalítica, Freud anticipa algunas soluciones posibles. Se evoca allí la “adaptación de nuestra técnica a las nuevas condiciones” y el uso de métodos “más activos”. Para el Freud de Los caminos...la adaptación del discurso analítico implicaría ir más allá del sujeto individual y considerar seriamente la posibilidad de impacto sobre grandes masas de individuos en el marco de las instituciones públicas o privadas de salud, incluyendo incluso la polémica posibilidad de un acceso gratuito al psicoanálisis para las clases populares. En la perspectiva de la ética freudiana de la adaptación, creo pertinente operar hoy una sutura entre la realidad psíquica individual y la aplicación del arte de la cura en el nivel de la masa. Esta difícil tarea implicaría posicionar el discurso analítico en todos aquellos niveles políticos en que se trate de contrarrestar el imperativo al goce inherente al superyó de la cultura contemporánea. Para ello se necesitan estrategias adecuadas y psicoanalistas decididos a dejar la comodidad de la consulta privada y crear activamente la demanda con la oferta en el seno del espacio público, tal cual lo hiciera Freud a propósito de la difusión de la peste. Entendiendo que el discurso analítico opera como regulador de goce, creo deseable y pertinente, por ejemplo, su inclusión en programas públicos de prevención orientados a estimular la responsabilidad del sujeto y de las instituciones del Imperio. Crear un espacio para la palabra allí donde actualmente domina el goce, es decir en los ámbitos del comportamiento sexual,

del consumo, y de la delincuencia, contribuiría a reposicionar el deseo, a emancipar al sujeto de las leyes del mercado y a favorecer la resonancia de la ley penal positiva en el nivel de la ley simbólica del sujeto. De esta manera y entre otras fórmulas, las estrategias de control social y los programas de rehabilitación de delincuentes ganarían en eficacia. En fin, a propósito de la guerra en un mundo donde ni el padre ni la ONU cumplen eficazmente su rol agregativo y resurgen viejos discursos que el secularismo moderno ya había

borrado, lo menos que un psicoanalista puede exhibir es una actitud crítica frente a fórmulas apologéticas como aquella de David Frum, tan bien denunciada por Norman Mailer, y que identifica a la Ex Mesopotamia con “el eje del mal”. En efecto, muy lejos de los discursos moralistas de legitimación de la guerra inspirados en la lucha medieval del bien contra el mal, al fundar las relaciones entre la cultura y la guerra sobre una metapsicología, Freud sitúa de entrada el *ius ad bellum* más allá del bien y del mal.

O nó do tempo nos tempos atuais, vicissitudes da memória

Angela Mucida

Na Carta 52 Freud apresenta um aparelho psíquico constituindo-se por traços. De um lado e do outro, separados por intervalos de três tempos, situa-se o sistema percepção-consciência. Os primeiros traços da percepção constituem-se os primeiros traços da memória e o 1º tempo da constituição do sujeito, delimitando uma relação estreita entre sujeito, tempo e memória. Podemos afirmar com Freud que o sujeito é também um efeito do tempo e da memória, já que esta é a primeira apreensão do tempo. Esse tempo primordial escrito por traços que não se apagam, só pode ser traduzido parcialmente pelo 2º tempo, de ligação, e o 3º das representações verbais. Relendo essas indicações com as indicações de Lacan em *Mais Ainda*, diremos que esse 1º tempo, marcado pela simultaneidade, constitui-se de significantes esvaziados de sentido, denominados por Lacan de letra. Eles são aquilo que são, não fazem cadeia e não sofrem a erosão do tempo. É um tempo real; tem incidência sobre o sujeito, não se apaga, mas não pode ser percebido ou apreendido. Entre o 1º e o 2º tempo, há uma barra ao sentido, impondo uma falha originária no tempo que percorrerá todo o funcionamento da memória, traduzindo a nosso ver o que Lacan nomeia de “debilidade” do sujeito para tratar a precoce incidência do Outro em sua constituição. Essa falha inaugural, marca a primeira e fundamental vicissitude da memória. Antes de falar, articular um discurso e tentar traduzir o tempo marcado, o sujeito já foi falado, nomeado, contado por um tempo anterior, que não se recupera jamais. O 2º e

3º tempo permite certo tratamento do real do tempo pelas ligações, traduções e rearranjos contingentes, suportados por um impossível a traduzir e recuperar. Esse “bom tempo” de cada dia, não opera sem essa alienação fundamental e inaugural. A memória é o que se recorda e como se recorda no tempo que passa, marcado por essa barra à recordação; proteção do aparelho psíquico contra o excesso de sofrimento, limite à sincronia e ao deslizamento significante. Com Lacan: “O aparecimento evanescente se faz entre dois pontos, o inicial e o terminal, desse tempo lógico – entre um instante de ver em que algo é sempre elidido, se não perdido, da intuição mesma, e esse momento elusivo em que, precisamente, a apreensão do inconsciente não conclui, em que se trata sempre de uma recuperação lograda” (Lacan, 1998, pp. 35, 36). “Recuperação lograda” que abre à neurose sentidos possíveis, transitórios, contingentes diante de um tempo perdido. Se a memória é uma função do tempo, ela o atualiza, carregando suas falhas, buracos, interstícios inassimiláveis presentes na realidade psíquica; conceito que, segundo Lacan, enodaria em Freud os três tempos.

Lacan indica uma associação entre topologia e tempo e em *O Sinthoma* propõe um enodamento entre R.S.I por um quarto termo, o *sinthoma*. Trata-se de um enodamento que permite reparar a cadeia, mantendo juntos R.S.I e a especificidade de cada um como existência, buraco e consistência. Independente da estrutura, o *sinthoma* refere-se a uma invenção singular do sujeito, diante da debilidade face à sua constituição. Na análise, acentua Lacan, trata-se de ensinar o analisante a emendar seu *sinthoma* e o real que paralisa o gozo

a um gozo possível (Lacan, 2005, p.71), afirmando dessa maneira um enodamento dos tempos.

Na obra de Proust para além do tempo perdido ou a ser redescoberto, o extratemporal expõe, a nosso ver, um entrelaçamento das três dimensões por um traço singular e intraduzível: "(...) o ruído da colher no prato, a desigualdade das pedras, o sabor da *madeleine* fazendo o passado permear o presente a ponto de me tornar hesitante, sem saber em qual dos dois me encontrava; na verdade, o ser em mim então gozava dessa impressão e lhe desfrutava o conteúdo extratemporal, repartido entre antigo e o atual, era um ser que só surgia quando, por uma dessas identificações entre o passado e o presente, se conseguia situar um único meio por onde poderia viver, gozar a essência das coisas, isto é, fora do tempo." (Proust, 1994, p.152). Se o gosto da pequena *madeleine*, o pisar no calçamento irregular, os ruídos e cheiros de outrora lhe serviram naquele momento para acalmar os temores da morte, foi porque, ali ele pode encontrar um traço singular enodando os tempos.

Utilizamos "tempos" para indicar as traduções possíveis do real do tempo. Tempos que circulam, vão com o temporal, aliam-se aos discursos e incidem sobre os sintomas, provocando outras vicissitudes da memória. Nos quatro discursos formalizados por Lacan, há três formas de incidência do significante (\$, S1, S2) e o objeto a que podem se lidos como quatro versões do tempo. No DM, nos dois tempos da constituição do sujeito S1 (tempo real e intraduzível) e S2 (tempo da produção do sentido) persiste um intervalo, uma perda, marcando a divisão subjetiva, e como produto dessa operação do tempo, um resto (objeto a); tempo que excede e não se apreende. No DC prevalecem dois tempos: S1 sobre S2 sem a barra do impossível e o tempo dos objetos que, mesclando-se como objetos de um tempo que se recupera, incide diretamente sobre o tempo do sujeito, tentando anulá-lo e convocando-o ao tempo do mais-de-gozar. Tempo bizarro

que, buscando apagar o inapreensível, apresentando-se como factível e assimilável, produzindo sujeitos "enlouquecidos" pelo tempo, tomados pelo tempo, sem tempo... Objeto a ser consumido, precioso e agalmático, o tempo é regido por uma contradição fundamental, quando não o têm o querem, ao tê-lo devem consumi-lo. No tempo das simultaneidades, algumas crianças aceleram demais, já que o tempo é também da desmedida, passando de um objeto e atividade a outros sem que nada lhes detenha a atenção. Os hiperativos sinalizam os efeitos do real que retorna de um tempo que desliza sem o sinal do "basta".

O imperativo de que tudo circule em um tempo mínimo, com passagens rápidas de um objeto a outro, incide diretamente sobre a memória. Atualizar, renovar, modernizar em um tempo cada vez mais curto, impõe uma forma de memorização alheia à memória subjetiva que demanda um intervalo para que a retenção se processe. Uma analisante de 73 anos acentua sua dificuldade em memorizar senhas bancárias e números de telefones celulares ao contrário dos fixos "que têm uma lógica". Entre o fixo e o móvel, uma lógica se impõe: cada um é convocado a memorizar uma gama enorme de senhas para acessar simples transações bancárias. Uma vez escolhida, deve-se mudá-las frequentemente para resguardar o sigilo. O idoso que tende a escolher números ligados à sua história é orientado a não fazê-lo, pois são facilmente descobertos. Na nova ordem da memorização instantânea e artificial impera o corte com a história. Na contramão do novo, os idosos são convidados a esquecerem suas lembranças e a história, sempre fora dos tempos atuais e, sem espaços para os lutos- cada vez mais evasivos-, de perdas que se agudizam, encontram inúmeras dificuldades para enodarem os tempos, atualizando sua memória. Esquecer e deixar cair são palavras dos novos tempos que não levam em conta o tempo particular. Esquecidos, muitos idosos adoecem, não falam, perdem a palavra ou

se agarram “ao seu tempo”. Por essa via, qual o tempo do Alzheimer? De imediato poderíamos responder; é um fora do tempo de uma memória que se apaga, mas qual memória se apaga?

Da clínica com sujeitos diagnosticados com Alzheimer ou com suspeita dessa patologia, depreendi a existência de um ponto singular, já que todo desencadeamento passa pelo sujeito, que toca um rombo na relação com o Outro e que, sem um trabalho de luto- movimento que permite enlaçar os tempos, abrindo as vias ao desejo-, provoca o desenlaçamento do tempo e da vida. Sem as emendas às suturas-, possibilitando que R.S.I mantenham-se juntos sem se confundirem-, no Alzheimer prevalece a perda gradativa da cadeia e, conseqüentemente, a mistura dos tempos e uma indistinção avassaladora entre RSI. Sem essas amarras o sujeito tende a se agarrar a um passado conhecido, como medida protetora contra um real devastador. Sem os meios simbólicos e imaginários e, portanto, sem retenção do simbólico e imaginário, persiste um real do tempo que desliza. Restam apenas fragmentos de cada registro, sem relação entre si. Um sujeito com 93 anos acentua que depois da perda do marido começou a esquecer os nomes das coisas. Afásica para alguns nomes cotidianos, tenta enlaçar com muitos fios sua história de amor, tempo que não se apaga, à vida que continua.

Como falar na falta dos referentes? Como pensar sem as palavras? Insiste em falar pelas lembranças, mas não todas; não quer se lembrar da perda, mas apenas do que vive do objeto amado. Talvez como Garcia Márquez e Yourcenar, pudéssemos pensar que “(...) a memória dos homens assemelha os viajantes fatigados que se desfazem das bagagens inúteis a cada pausa do caminho” (Yourcenar, 1983,p.17), mas não é possível desfazermos de tudo. “Se ao menos pudesse sonhar com ele!”. Tempo real do sonho, onde o objeto perdido pode retornar tal como foi, sem os limites dos tempos que corroem até as lembranças. Mesmo com afasias esse

sujeito agarra-se às lembranças que lhe interessam e isto não a deixa sair do tempo. Para outros, ao contrário, na falta do espaço para o luto, o buraco aberto com as perdas (marcadas inicialmente, sobretudo, no corpo, com buracos substanciais sobre a consistência imaginária) e o domínio de um real sem o amparo do simbólico e imaginário, impeira a demissão dos tempos com recuo ao tempo primordial, real.

Observa-se que no final dessa via crucis dos tempos, vários sujeitos retornam ao tempo do balbucio, pequenos sons conhecidos, pequenas letras tocadas como música, frases escutadas, traços que marcados não morrem jamais e encontram-se ainda disponíveis, mas sem os recursos da tradução e da amarração. Se Joyce pode corrigir os erros do enodamento entre RSI pelo sinthoma de sua escrita, dirigindo-se diretamente ao real da linguagem, estilhaçando-a, quebrando as palavras e fazendo das letras uma invenção original de escrita, do lado do Alzheimer permanece também um encontro com um tempo real (especialmente no final), mas sem possibilidade de invenção, amarração ou costura. Essas letras, restos metonímicos, resquícios da cadeia que se esgarça, memória de um tempo primordial, talvez seja o último recurso a que alguns sujeitos com Alzheimer se agarram para tratar o real avassalador desse tempo que realmente desliza e não pára.

Referências bibliográficas

- FREUD, Sigmund. Carta 52([1896]. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1977. v.
- LACAN, Jacques. O Seminário.Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.(1964). Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- . O Seminário [1972-1973]. Livro 20: Mais ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- . R.S.I. O Seminário (1974-1975). Inédito.
- . Topologie du temps. O Seminário.(1979). In: <http://www.ecole-lacanianne.net/bibliotheque.php>
- . O Seminário. O Sinthoma (1975-76). Rio de Janeiro, Zahar, 2005, p. 90.

MÁRQUEZ, Gabriel. Memória de minhas putas tristes. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005, p. 14.
PROUST, Marcel. O tempo redescoberto. São Paulo: Globo, 1994.

YOURCENAR. Marguerite. O tempo esse grande escultor. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

El psicoanálisis aplicado en la enseñanza originaria de Lacan

Anibal Dreyzin

Lacan sostuvo a lo largo de su práctica tres caminos de experiencia que recorrió sin cesar: la enseñanza, en su seminario desde 1949, aunque se publicó desde 1953; la práctica del psicoanálisis en su gabinete en el 5, rue de Lille; y una actividad en el Hospital Saint-Anne, donde llevó adelante de modo ininterrumpido sus célebres y demasiado desconocidas presentaciones de enfermos.

Cuando fundó su primer Escuela, la Escuela Francesa de Psicoanálisis (EFP), planteó la actividad en tres secciones, una sección de estudio de la doctrina y los textos del campo freudiano, una sección de psicoanálisis puro y una sección que llamo de psicoanálisis aplicado .

El paralelo y cierto equilibrio es notorio entre los lugares en la Escuela y los ejes de su experiencia como psicoanalista. Un equilibrio en el que sostenía las dos cuestiones que le importaban, practicar el psicoanálisis y mantener abierta la pregunta qué es un psicoanalista ? Consideraba que de otro modo la cuestión sería cerrada, y además, desde otros discursos, con otros fines.

En esta Escuela de Psicoanálisis que creo Lacan en 1964 había entonces tres secciones. A su vez, para cada una de estas secciones hay un proyecto de trabajo específico y orientado desde el psicoanálisis.

En modo alguno se trata en estas secciones de grados o degradaciones de la opción lacaniana. En todo caso, podrían considerarse las tareas de cada sección con los pares conceptuales enseñanza y transmisión, por un lado, trabajo analítico en intención y en extensión, por otro lado.

Vamos a avanzar aquí algunos temas relativos al Psicoanálisis Aplicado.

En la propuesta originaria de Lacan no se trataba con relación a las tareas de la Sección de Psicoanálisis Aplicado de cuestiones de duración del tratamiento, terapia más o menos corta, ni de valoraciones clasistas del estilo de psicoanálisis para algunos, psicoanálisis para muchos según las posibilidades materiales o lugares donde se desarrolla.

Se trata de distintos ejes o lugares de inserción de la práctica de los psicoanalistas.

Rescatar la perspectiva lacaniana cuando fundamentó la sección de Psicoanálisis Aplicado en su Escuela en 1964 nos resulta de interés clínico y ético en la actualidad pues con el paso de los años la articulación original que Lacan había planteado para estos distintos ejes o prácticas de los psicoanalistas se ha ido desdibujando. A falta de esa articulación original se ha generado mucho ruido y los practicantes, incluso las instituciones pierden la posibilidad de sostener con claridad sus fundamentos. La confusión se generaliza. La práctica se degrada y finalmente vienen a poner orden en el psicoanálisis desde otros discursos, desde la Universidad o desde el Estado.

Pero allí ya no importará sostener abierta la pregunta qué es un psicoanalista ? Mucho menos encontrar la respuesta en los análisis mismos y en aquello que de ello puedan decir quienes concluyeron la experiencia tal como lo propuso Lacan .

¿ Cómo definía Lacan la Sección de Psicoanálisis Aplicado ?

Recordemos muy brevemente y para que ustedes puedan medir la diferencia, que la sección de psicoanálisis denominado puro en 1964 era aquella cuya actividad era la praxis donde se producía el

nuevo analista, es decir, el psicoanálisis didáctico. Luego los términos cambiarían pero seguirá tratándose de la práctica analítica que apunta hacia el final de análisis del cual surge el nuevo analista, aquel de quien la Institución Analítica espera que en el frescor de ese momento, llamado momento del pase, nos pueda decir algo sobre qué es un analista, sobre los puntos más relevantes de una cura y del final de un análisis.

La sección de psicoanálisis aplicado de la Escuela en cambio, es aquella que cobijaba proyectos terapéuticos, llevados adelante por “sujetos psicoanalizados o no por poco se hallen en condiciones de contribuir a la experiencia psicoanalítica” .

¿ De qué modo ?

“...mediante la crítica de sus indicaciones en sus resultados... por la puesta a prueba de los términos categóricos y de las estructuras que en ellos introduce... en el examen clínico, en las definiciones nosográficas, en la posición misma de los proyectos terapéuticos” .

Vamos a desarrollar ahora en este trabajo los fundamentos de una experiencia que bien hubiera podido en 1964 ubicarse bajo la rúbrica de la sección de Psicoanálisis Aplicado en la EFP. Plantearemos particularmente aquellos conceptos que sostienen nuestra actividad en la dirección de un Centro de Día y Hogar psiquiátrico que venimos llevando adelante desde hace pronto quince años .

¿ Cuáles fueron las definiciones del Proyecto terapéutico en cuestión ?

Para comenzar, en el inicio de la experiencia, cuando fundamos la clínica, hicimos pie en las estructuras freudo-lacanianas de la subjetividad.

Así fue que nos pusimos las primeras balizas y condiciones de posibilidad. Nos propusimos trabajar con sujetos psicóticos. Es decir, no atendemos en ninguna de las modalidades que desarrollamos y que son de internación y de centro de día a pacientes neuróticos, ni perversos. No atendemos pacientes adictos a las drogas, alcoholistas, menores delincuentes ni otras patologías que golpean a las puertas. Es decir que la primera pauta está

apoyada en un eje nosográfico y de clínica diferencial según las estructuras freudo-lacanianas.

Segundo concepto, este muy específico de Lacan que guía nuestro trabajo, el concepto de no-todo, que tuvo para nosotros una especificidad clínica de enorme incidencia.

Podemos presentar algunas declinaciones o consecuencias clínicas del trabajo con este riquísimo concepto.

Una de ellas es que trabajamos con esta orientación pero que no todos somos psicoanalistas, no todos psicoanalizados ni psicoanalizantes. Damos además el mayor valor a la interdisciplinariedad del equipo.

No todo lo que hacemos es psicoanálisis. No somos una institución psicoanalítica sino una Institución de Salud Mental. Consideren ustedes que el dispositivo es de internación o de centro de día, es decir que los pacientes están con nosotros al menos 15 horas semanales. El paciente suele llegar a nosotros con diversos trastornos psicóticos o asociados a las psicosis, motricidad deteriorada, dificultades cognitivas, abandonos diversos ligados a los tratamientos o internaciones psiquiátricas donde sólo importa la compensación dejando de lado cuestiones subjetivas o relativas al lazo social y presentan diversos deterioros derivados de la estructura.

Tercer concepto que nos guía entonces, - recuerden que el primero fue el de diagnóstico estructural y el segundo el de no-todo -, hacemos de secretarios del alienado, de prótesis, de cuarto nudo y desde esa perspectiva surgen las estrategias terapéuticas.

Si una de las consecuencias existenciales de la estructura psicótica es la segregación, la imposibilidad para el sujeto de sostenerse en el lazo social, el proyecto terapéutico se orienta allí para paliar esa inercia mortificante de la estructura presente en el campo de las psicosis.

Esto lo hacemos en lo cotidiano de las actividades que proponemos con gran flexibilidad. Hay para quienes apoyamos más en tal o cual aspecto, pero en todos los casos apuntamos a inscribir al sujeto

psicótico en aquello donde el neurótico se inscribe habitualmente solo y el psicótico no puede hacerlo. Esto va de la escolaridad al cybercafé, del gimnasio a la utilización del transporte, de la natación a la capacidad de escribir, producir objetos de valor social reconocible, reanudar un lazo familiar caído, la lista es tan larga como avatares hay en la vida de cerca de cuarenta personas.

Cuarto concepto. La cuestión subjetiva desde el inicio: la inversión de la demanda desde la admisión. Aún el sujeto autista más profundo tiene la eficacia subjetiva necesaria para consentir o no a una propuesta terapéutica. Desde éste hasta el sujeto paranoico en su despliegue y aún en su reticencia cada uno de ellos puede consentir o no al proyecto terapéutico que proponemos. De allí surge la modalidad singular de admisión que siempre practicamos. Una admisión es entonces un proceso, puede llevar un día o tres meses, dos encuentros al menos, o quince. Siempre más de un tiempo pues un tiempo es el del sujeto traído, a partir de allí hay que instaurar otro tiempo que inicia la dialéctica de la demanda. Esto es inusual y genera sorpresas interesantes en algunos casos. Así como el sujeto neurótico tiene en la praxis analítica un período de entrevistas preliminares que pueden llevar o no al comienzo de un análisis, así un proceso de admisión de un sujeto psicótico en esta Institución puede llevar a comenzar con él en una modalidad prestacional de Internación o Centro de Día o no.

Quinto concepto. Un dispositivo terapéutico bien construido, una estrategia terapéutica para cada cual. Hay proyecto terapéutico, hay dispositivos, programas, un territorio balizado que apunta a presentar una suerte de “ruta principal”. A partir de esa consistencia cada paciente hará fallar el dispositivo a su modo, lo utilizará a su modo, nos interpelará a su modo y según sus tiempos y así se irá dibujando la estrategia terapéutica para cada cual. Una paciente utilizará el Centro de Día de Media Jornada para estabilizar su jornada como esposa, un paciente utilizó los productos de la huerta y

el taller de cocina para ser recibido como novio capaz de proveer en la casa de su suegra.

Cada uno pondrá también en juego su particular eficacia subjetiva y nosotros desde la perspectiva lacaniana que nos evita volver a transitar los caminos rebatidos del furor curandis no buscamos su rehabilitación al mercado capitalista del trabajo, somos flexibles a la estructura.

Sexta. Los talleres, la producción de objeto y su subjetivación. En otro lugar ya planteamos el debate acerca de la cuestión de los talleres en el dispositivo. El dispositivo interdisciplinario donde se despliegan diversos talleres y actividades terapéuticas, educativas, de socialización e inscripción del sujeto en las más diversos planos de la actividad humana puede tener lugar en ese marco institucional y lenguajero amplio donde también tiene lugar la psicoterapia o el tratamiento individual. No para todos o en todos los casos, sino allí donde se plantea ya sea porque la estrategia terapéutica lo requiere, ya sea por la demanda del sujeto. El espacio del psicoanalista no requiere necesariamente de un marco externo. Recordemos la postura de Maude Mannoni cuando fundó Bonneil: era de rechazo de los dispositivos de talleres y otros que desde su ideología antipsiquiátrica en ese momento rechazaba. El demanda de los pacientes fue contundente: los pacientes demandaron un dispositivo que incluyera esas actividades rechazadas por la fundadora de Bonneuil y ésta volvió sobre sus pasos reconociendo su prejuicio. Un dispositivo todo-psicoanálisis deja a los pacientes librados, en su no inscripción, a la inercia de las pulsiones y los libra a la agresividad y la mortificación. Ese no es el campo para el encuentro con la palabra. Nosotros planteamos un dispositivo con talleres y actividades que posibilitan el desarrollo de la subjetivada en las áreas cognitiva, de la motricidad, ocupacional y expresiva. Insistimos en la especificidad de cada saber y cada práctica. En particular evitamos todas las actividades infantilizantes que hacían a la tradición asilar y nos vedamos los caminos que conducen a la producción de ob-

jetos que reduplican la segregación propia de la estructura, objetos que algunos llaman esquizofrénicos. Los pacientes en su medida producen objetos de valor de mercado, hay un trabajo apropiación y subjetivación de esas producciones. En la hora de piscina no se interpreta. En cambio hay un momento específico para el tratamiento individual.

La extraterritorialidad del tratamiento individual no es formal. La demanda surge allí donde está la oferta y esa oferta es posible en el dispositivo.

La palabra encuentra su lugar en espacios particularizados de la vida institucional, que no empuja, ni siquiera a la palabra. El goce empuja, el psicoanalista no empuja. El dispositivo terapéutico no tiene que empujar.

Séptima cuestión. La duración del tratamiento. La psicosis acompaña al sujeto a lo largo de su vida. Nosotros no nos hacemos en consecuencia ningún planteo de finalización del tratamiento. En todo caso acompañamos al sujeto en el despliegue y nos prestamos a modificar el dispositivo propuesto toda vez que eso le es útil al sujeto. Así, un mismo paciente puede estar internado y luego en una modalidad ambulatoria o al revés, puede concurrir todo el día o medio día o tres veces a la semana, estar internado siete días a la semana o cinco o cuatro. Lo fundamental es que el sujeto sabe que nos prestaremos flexiblemente a sus procesos, que cuenta con nosotros.

Lo fundamental es que a lo largo del tiempo el sujeto sepa más de cómo manejarse con su estructura en la vida.

A brevidade como princípio da eficiência: as psicoterapias e a clínica do ensurdecimento

Conrado Ramos

Em Freud (1988) escreveu: “sem dúvida é desejável abreviar a duração do tratamento analítico, mas só podemos conseguir nosso intuito terapêutico aumentando o poder da análise em vir em assistência do eu²⁹²” (p.245). Essa passagem indica a relação que há entre a abreviação do tempo de tratamento analítico e os dispositivos de socorro terapêutico calçados no imaginário e na sugestão. As modalidades de tratamento conhecidas como psicoterapias breves, que sustentam clínicas ortopédicas, educativas ou de apoio, ao buscarem o alívio imediato dos sintomas assemelham-se à prática médica que, após o diagnóstico da “doença”, prescreve a conduta mais adequada à eliminação do sintoma (e não ao seu questionamento), o que cala o sujeito que deveria escutar.

A função da *pressa*, que dentro do tempo lógico nos aponta àquele momento em que, por um ato de fala, o sujeito se implica deixando-se representar na cadeia de significantes, fora do tempo lógico – isto é, no tempo cronológico linear – corresponde ao princípio de eficiência da lógica capitalista que deve alcançar o máximo de produção no mínimo de tempo. Neste caso, nas psicoterapias o equivalente à função da *pressa* assume a forma da *brevidade* e o paciente é chamado a produzir tão rápido quanto puder, devendo, pois, concentrar todos seus esforços no *foco* (ou seja, na *associação não-livre*).

²⁹² Cientes de que Freud jamais escreveu *eu e isso* com os respectivos termos gregos *ego* e *id* adotados na tradução inglesa, optamos por efetuar as correções nas citações da edição *standard* brasileira, originária da versão inglesa.

Além disso, sob a perspectiva do aumento da produção num mínimo de tempo, vários recursos são convidados ao tratamento: da hermenêutica e codificação da comunicação corporal (facial, gestual e postural) e do *clima de acolhimento afetivo* ao uso combinado de técnicas de relaxamento e catarse (como a aplicação de socos em almofadas); do planejamento de *situações-problema* e de *manipulações ambientais* para além do *setting* ao uso do dispositivo de repetição de frases com vistas à reprogramação de sistemas cognitivos danificados e manejos de *correção perceptiva e emocional*. Para lembrar Lacan (1960/1998): “o afeto é incapaz de desempenhar o papel do sujeito protopático, uma vez que esse é um cargo que não tem titular ali” (p.813). De certo modo, todos esses são dispositivos clínicos de produção de sentidos, códigos de enredamento dos afetos numa imagem cristalizada. Vale dizer que são clínicas da *linguagem intersubjetiva*, mas no sentido que esses termos ganham ao pensarmos na relação especular e na comunicação cibernética.

Se além do princípio de eficiência da lógica capitalista recordarmos também da lei geral da cibernética – para a qual num mínimo de energia consumida um máximo de informação deve ser tratada (POCIELLO, 1995) – e sua vertente dentro da propaganda subliminar – que propõe que quanto maior a quantidade de estímulos em menor tempo de exposição, maior a subliminaridade (CALAZANS, 1992) –, podemos sustentar a existência de uma *fórmula* comum para os dispositivos administrativos de controle e dominação presentes em nossos dias: a *associação* do grau de eficiência ao número de informações processadas num mesmo

intervalo de tempo²⁹³. *Quanto maior o número de informações num tempo dado, maior o grau de eficiência.* Isto dá à noção de *brevidade* um valor imperativo cujo adágio mais conhecido é o *time is money*.

Uma fórmula como essa nós podemos encontrar em diversos campos da cultura que vão da propaganda e do videoclipe à tecnologia de ensino e às relações interpessoais (que devem ser intensas *enquanto duram*, graças ao desígnio moral predominante de que a *qualidade da presença* é muito mais significativa do que a *quantidade da presença*: é assim que se fazem os pais *eficientes*, os parceiros *eficientes*, os amigos *eficientes* e os trabalhadores *por produção*). Não seria de se estranhar que essa fórmula se fizesse presente também nas psicoterapias²⁹⁴.

Pois bem, quando num tratamento a *pressa* é retirada de sua função lógica para responder por sua função social imperativa (como *brevidade*), as justificativas da manutenção dessas opções clínicas não conseguem se distanciar dessa mesma fórmula.

Invariavelmente, critérios objetivos ou objetiváveis acabam sendo chamados a responder em nome da eficiência. Neste caso, maior é o grau de eficiência de um tratamento quanto maior o número de *benefícios* alcançados num mesmo espaço de tempo.

Parecem-nos inevitáveis, então, quatro consequências para essas clínicas²⁹⁵: 1) o tempo como denominador comum e com função imperativa nesta proporção *benefícios/duração*; 2) o princípio pragmático e relativista da *eficiência* como a “verdade possível” sustentada por essa proporção; 3) é entre a *brevidade* (como

$$^{293} \text{Eficiência} = \frac{\text{No. informações processadas}}{\text{tempo}}$$

²⁹⁴ Valeria a pena interrogar e investigar as associações que podem ser feitas entre o caráter especular e cibernético próprio desses dispositivos de dominação e as mais diversas correntes que postulam uma *sociedade narcísica*.

²⁹⁵ Aplicando os termos ao discurso do mestre, temos:

$$\begin{array}{l} \text{Brevidade} \quad \text{Pragmatismo} \\ \hline \text{consumo} \quad \rightarrow \quad \hline \text{Eficiência} \quad // \quad \text{Benefícios mensuráveis} \end{array} = \text{lógica utilitarista do}$$

significante-mestre) e o *pragmatismo* (como um “saber-fazer” técnico) que tais clínicas acabam, em geral, por representar sua eficiência; e 4) é na produção de *benefícios mensuráveis* que encontram sua justificativa. Estas são as condições nas quais situamos todos os esforços de formalização presentes no campo das psicoterapias. Basta ir aos textos de psicoterapias breves que a fórmula e a lista de benefícios, muitas vezes mensuráveis, estão lá, como argumentos lógicos de sua eficiência e fundamento “teórico” do *marketing* de sua prática. Estes textos funcionam como *bulas*, descrevendo as *composições* de suas técnicas, suas *indicações* e *contra-indicações*, *precauções* e *advertências*, *posologia* e *resultados esperados*; comparam-se entre si por meio dos resultados que obtiveram com um número significativo de pacientes com determinados transtornos; oferecem-se como modernização em relação a técnicas ultrapassadas e última novidade no tratamento de distúrbios específicos; são panacéias com benefícios medidos em função do tempo, mais do que em razão dos sintomas.

Quanto à discussão dos *benefícios*, na condição que adquirem de critérios objetivos ou objetiváveis, precisamos voltar à Freud. Na parte III do *Análise terminável e interminável* (ou *finita e infinita*), Freud (1937/1988) discute a relação econômica entre força das pulsões e força do eu, apontando o fator quantitativo na etiologia da neurose. Este é um ponto muito citado em textos de psicoterapia breve, posto que, se a força do eu diminui, a força das pulsões têm suas exigências aumentadas, decorrendo daí a importância dos fatores cotidianos e objetivos na etiologia das neuroses ou *crises* e a orientação clínica em direção ao eu. Mas observemos o que escreve o próprio Freud (1937/1988):

Temos aqui uma justificação do direito à importância etiológica de fatores não específicos, tais como o trabalho excessivo, o choque etc. Esses fatores sempre gozaram de reconhecimento geral, mas foram relegados para o segundo plano

exatamente pela psicanálise. É impossível definir saúde, exceto em termos metapsicológicos, isto é, por referência às relações dinâmicas entre as instâncias do aparelho psíquico que foram identificadas – ou (se se preferir) inferidas ou conjecturadas – por nós. (p. 241, nota 3)

Assim, podemos supor que para Freud, definir saúde por meios não metapsicológicos, isto é, por *benefícios* objetivos ou objetiváveis, leva a psicanálise mais facilmente às práticas ortopédicas adaptativas (torna-se *ajustamento* segundo critérios cotidianos). Freud escreve, no mesmo texto, que a psicanálise vai orientar-se pelo *amansamento* das pulsões, ou seja, pela intervenção no campo das fantasias que sustentam a força das pulsões, e sabemos o quanto as psicoterapias breves, ao contrário, vão dar preferência ao fortalecimento do eu, trabalhando no campo das defesas.

A perspectiva clínica de que os sintomas respondem como crises provocadas por acidentes externos e que o tratamento deve levar à recuperação dos ajustamentos cotidianos do eu, remete-nos ao seguinte trecho de Colette Soler (2004):

A ênfase dada à causalidade traumática da neurose nos interessa muito particularmente porque faz do sintoma o resultado de um acidente da história, de uma das contingências da vida, na qual, no fundo, o sujeito, mesmo com alguma nuance, é essencialmente vítima: vítima do mau encontro mais que parte interessada. (p.48)

Via de regra, quanto mais os psicodiagnósticos pautados pelo modelo médico seguem critérios anamnésicos, mais buscam responsabilizar a causalidade traumática e mais “inocentam” o sujeito. Vale dizer, com Soler (2004), que a medicina e as ciências naturais conhecem bem o trauma, mas desconhecem a fantasia. A psicanálise, por sua vez, por conhecer bem a fantasia, coloca em questão o mo-

delo médico calcado no trauma e toma como uma dimensão ética a implicação do sujeito na sua neurose. Esta é uma diferença fundamental porque nos leva a leituras conflitantes da clínica: se do lado da psicanálise, Lacan caminhou para a formalização do ato e da constituição do sujeito por retroação, para as psicoterapias pautadas no modelo médico, os operadores clínicos conduziram à via psicológica e desenvolvimentista da regressão e à compreensão do sujeito como um dado natural. Aqui chegamos novamente às diferenças clínicas entre *tempo lógico* e *tempo cronológico* e às suas respectivas funções da *pressa* e da *brevidade*.

No final de seu escrito sobre o tempo lógico, Lacan (1945/1998) nos diz que a pressa em autorizar-se e reconhecer-se por si mesmo, vem em resposta ao medo de não ser reconhecido pelo Outro. Essa posição é diferente daquela presente na dialética do senhor e do escravo, pela qual, por medo de ser morto, na urgência, o escravo cede e reconhece o senhor, oferecendo-se a ele como objeto. Ao invés de buscar o reconhecimento do outro (desejo de reconhecimento, tendo a brevidade como imperativo), trata-se de, também na urgência, reconhecer-se por meio do ato de fala (reconhecimento do desejo ou a pressa como função lógica). A diferença entre as duas urgências acima pode ser esclarecida quando recordamos que “nada há de criado que não apareça na urgência, e nada na urgência que não gere sua superação na fala” (LACAN, 1953/1998, p.242).

As psicoterapias breves, ao pautarem-se pelo imperativo do tempo e não pela ética do desejo, conduzem a clínica à lógica do senhor e do escravo, pedindo que o sujeito se ajuste ao seu lugar de criado o mais rápido possível, tendo por preço o seu desejo. Por esta via, para o sujeito trata-se de ceder em seu desejo, guiado pelo mestre e pelo alívio imediato do sintoma na produção de uma nova posição de objeto ou na correção da posição rompida, num campo que é o da direção do paciente, isto é, da sugestão, e

não do tratamento, ou seja, da transferência. O tempo para compreender, aqui, se conclui por seu engessamento, quando um máximo de informações num mínimo de tempo e energia reduz o sujeito à sua imagem, perenizando-o nas relações dos sujeitos recíprocos ou refletidos do sofisma do tempo lógico, imerso no campo da linguagem em sua acepção cibernética aplicada às relações imaginárias (PORGE, 1994). Estamos no muro da linguagem, a-a', e na codificação de zeros e uns, pela qual as máquinas se conversam e os psicoterapeutas se tornam surdos ao sujeito do inconsciente.

Parafraseando a crítica de Lacan (1960/1998) à psicologia do ego, podemos dizer que estamos falando, “bem entendido, da extraordinária transferência lateral pela qual vêm recobrar-se na psicanálise as categorias de uma psicologia que com isso revigora seus usos vis de exploração social” (p.812).

Diante disso, cumpre questionarmos se a psicanálise que coloca o tempo como imperativo clínico não rumo ao pior. É preciso opor a ética do desejo ao princípio da eficiência, o que nos leva a sustentar o momento simbólico da linguagem, isto é, a fala, que é estranha às máquinas e à fórmula reducionista da cibernética, e que se introduz “a partir do momento em que o sujeito [do sofisma do tempo lógico] executa essa ação pela qual afirma ‘eu sou branco’” (PORGE,

1994, p.77). Mas opor a ética do desejo ao princípio da eficiência implica também, e fundamentalmente, operar pela via da extração do objeto a.

Referências bibliográficas

- CALAZANS, F. *Propaganda subliminar multimídia*. São Paulo: Summus, 1992.
- FREUD, S. (1937). Análise terminável e interminável. In: *Obras completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1988, vol. XXIII, pg. 225-270.
- LACAN, J. (1945). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.197-213.
- LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.238-324.
- LACAN, J. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.807-842.
- POCIELLO, C. Os desafios da leveza: as práticas corporais em mutação. In: SANT'ANNA, D.B. de (org), *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p. 115-20.
- PORGE, E. *Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- SOLER, C. Trauma e fantasia. *Stylus*: revista de psicanálise. Rio de Janeiro: Associação Fóruns do Campo Lacaniano, n.9, p.45-59, outubro de 2004.

Le couple psychiatrie/psychanalyse: du temps des amours au temps du divorce?

Jean-Pierre Drapier

Nous sommes passés à l'époque du trouble (je parle de la nosographie bien sûr... quoi d'autre ?) qui n'est rien d'autre qu'un tour de passe-passe sémantique pour imposer la pensée (?) anglo-saxonne, le « disorder » américain.

Les cliniciens de la vieille Europe, dont nous nous revendiquons sans aucune vergogne, avaient l'habitude d'utiliser le signifiant trouble, en particulier dans la clinique d'enfant, mais ils l'employaient au pluriel : les troubles du comportement, de la relation, les troubles de la parole etc... comme un vrai synonyme de « difficultés ». Ce pluriel classait simplement ces troubles du côté de la description symptomatique ; ils voulaient dire : tel enfant a du mal dans ses relations, son symptôme s'exprime par l'agitation qui est UN trouble du comportement etc... Cela ne disait rien sur la cause du trouble et encore moins qu'il était une entité en lui-même. Les troubles sont compatibles avec la psychopathologie, solubles dans une clinique dynamique.

Avec the disorder, LE trouble anglo-saxon on passe à autre chose, à tout autre chose : le trouble est à lui-même sa propre cause ; la simple approche purement phénoménologique et descriptive suffit à créer de nouvelles entités nosographiques, débarrassés des approches dynamiques singulières et pouvant renvoyer à des structures diverses. Les troubles du comportement de l'enfant sont des phénomènes aussi bien compatibles avec la névrose ou la psychose et qui y trouvent leurs causes, plurielles comme les sujets. A contrario LE trouble des conduites est une entité et

surtout une entité a-subjective, universalisante, qui est plus cause qu'effet : cause de conduite anti-sociale ou asociale, de sociopathie etc... Cause sans cause, objet à dépister, prévenir, guérir ou réprimer. LE trouble n'est pas soluble ni compatible avec la clinique, il est plutôt là pour la dissoudre.

Bref, LE trouble n'est ni à écouter, ni à entendre et encore moins à interpréter : il donne enfin à la psychiatrie une nosographie acéphale, jetant encore plus le trouble, le désordre, dans le drôle de couple qu'elle forme avec la psychanalyse.

Et pourtant, pendant des décades psychiatrie et psychanalyse se sont tant aimées ! Elles ont été objet d'amour l'une pour l'autre.

« Et si je t'aime prends garde à toi ! » Ce sont les paroles de la Carmen de Bizet qui me trottaient dans la tête en préparant ce texte sur l'articulation psychiatrie-psychanalyse. Et aussi des phrases de Lacan sur l'amour : « l'horizon du rapport à l'objet n'est pas avant tout un rapport conservatif. Il s'agit d'interroger l'objet sur ce qu'il a dans le ventre.../... Jusqu'où l'objet peut-il supporter la question ? Peut-être .../... jusqu'au point où la question se confond avec la destruction même de l'objet. » (1) Rien que ça. Dans l'amour de la psychiatrie pour la psychanalyse il y a ce rapport de curiosité, d'investigation destructive mais aussi comme dans tout amour une tromperie dans la rencontre, un malentendu de base : quand le sujet croit dire « je t'aime » il dit en fait : « je m'aime à travers toi », et quand il demande à l'autre, il ne sait pas que l'autre ne peut rien lui donner hormis ce qu'il n'a pas.

Je prendrai quatre exemples des amours malheureuses de Monsieur Psy-

chirurgie et Madame Psychanalyse. Puis j'essaierai d'augurer du devenir de ce couple improbable .

1. « Je te donnerai une belle nosographie » se sont-ils promis l'un à l'autre au temps de leurs belles fiançailles... Et voilà la psychiatrie prêtant son hystérie à la psychanalyse qui lui cède la névrose obsessionnelle, remise en forme et en raison de la vieille psychasthénie. La catégorie névrose au sens moderne adoptée par la psychiatrie lui vient directement de Freud et de ses élèves. Ceux-ci en revanche ont tiré vers eux les psychoses qu'elles soient schizophréniques ou paranoïaques. Une langue commune c'est bien pratique pour s'aimer ... mais derrière cette rencontre apparente se cache un malentendu de fond :

La psychiatrie classait à partir de signes et de syndromes c'est-à-dire utilisait une classification in fine phénoménologique ; la psychanalyse s'oriente à partir d'éléments structuraux tels que le rapport à la castration, la fonction paternelle ou le mode de jouissance, ce qui l'amène à privilégier avant tout le discours du sujet plus que son comportement. Lorsque, pour tel sujet, Monsieur parle d'hystérie (« il y a conversion ou suggestibilité » dit-il) Madame parle d'obsession (« Satisfaction impossible » « position mortifère » dit elle) ; lorsqu'elle parle paranoïa au nom du déchaînement de jouissance de l'Autre, il n'y voit qu'hystérie ou schizophrénie selon les cas. Rappelons-nous le malentendu historique représenté par le cas du Président Schreber : schizophrénie classique en psychiatrie pour sa dissociation, son morcellement et sa jargonophilie ; paranoïa évidente en psychanalyse par l'instauration d'un Autre absolu de méchanceté jouissant sans ménagement du corps du pauvre Schreber.

Malentendu redoublé quand la psychiatrie se simplifie la vie en simplifiant sa nosographie, recourt encore plus massivement à la phénoménologie voire aux effets des médicaments pour établir une classification sans queue ni tête de plusieurs centaines de pages. Le DSM 4, rejeton adultérin de Monsieur Psychia-

trie, aboutit à des perles savoureuses telle celle-ci que j'aime à citer sans me lasser : « la dépression est ce qui guérit sous anti-dépresseur » (2) ! Fi de l'étiopathogénie qui divise, vive la robuste simplicité de l'effet médicamenteux qui unit les praticiens et les maladies : pourquoi s'embarasser de dépression névrotique ou de mélancolies, alors qu'avec une telle définition le melting-pot des « maladies dépressives » sera parfait.

Dans les deux dernières décennies ,ce qu'il y a de remarquable c'est la préexistence chronologique ou logique du médicament à chaque « invention » « nosographique » pilotée par les laboratoires. Préexistence logique : « la dépression est ce qui guérit sous anti-dépresseur » osaient donc écrire dans « les maladies dépressives » nos confrères Olié, Poirier et Loo. Et dans ce qui se voulait être la bible de la dépression des années 90 (480 p. dont de nombreux exemplaires offerts gracieusement par un laboratoire pharmaceutique) ils lançaient un découpage de la dépression en dépression sérotoninergique ou dépression dopaminergique poussant à ses ultimes conséquences le mécanisme de formation de cette nouvelle nosographie : à partir de la pharmacodynamique des médicaments ,ce qui évidemment économise la question de la cause .

Mais aussi préexistence chronologique du médicament, l'existence de celui-ci entraînant la naissance d'un mutant nosographique : ainsi de la Ritaline pour laquelle on a inventé le syndrome hyperkinétique (HTDA) en piquant l'agitation et les troubles de l'attention tantôt chez l'enfant dépressif, tantôt chez l'enfant psychotique, tantôt chez l'enfant angoissé, en autonomisant ces troubles et en les élevant à la dignité d'une nouvelle maladie. Et puis tant qu'à faire étendons l'HTDA à l'adolescent et à l'adulte, ça étend les indications de la Ritaline...et donc ses ventes

Idem pour les anxiolytiques, insuffisamment utilisées pour les névroses et les psychoses. Alors piquons l'angoisse, nommons la syndrome « d'angoisse gé-

néralisée » ou « attaque de panique » et en avant les grosses doses.

Et les antidépresseurs croyez-vous qu'il soit raisonnable de réserver ces excellents médicaments à la seule dépression, même si on a vu qu'ils la définissaient ? Et si on appelait T.O.C. les compulsions obsessionnelles ou psychotiques ? Et si de l'évitement ou de l'isolation on faisait une nouvelle phobie, appelée disons ... phobie sociale ? Hé bien, on pourrait donner les anti-dépresseurs à deux ou trois fois leur dose usuelle et puis étendre l'indication aux adolescents et puis aux enfants. Et aussi les donner dans la prévention des troubles maniaco-dépressifs ... et accessoirement dans la prévention de la psychanalyse : exit culpabilité, objet perdu et deuil ; exit pulsion, fantasme et désir ; exit le symptôme analytique, sa mise au travail et le transfert – que d'économies ! .mais aussi que de profits !

Avouons-le : dans ce couple maudit ce n'est plus un malentendu, c'est une trahison. Madame Psychanalyse aurait bien du mal à croire ou même à faire semblant de reconnaître des enfants communs dans ces rejets .

2. Il lui avait dit aussi : « aide-moi à guérir tous ces malheureux ». Elle, vaillante, s'était mise au travail. Et puis, chemin faisant elle s'est aperçue que dans la vie elle n'était pas faite pour soigner mais pour éclairer, que son éthique était celle du bien-dire .

En vérité, la psychiatrie n'arrive pas à soigner les symptômes du névrosé – mais elle le croit alors qu'elle ne fait que les déplacer ou les masquer. La psychanalyse, avec Freud, pensait y arriver : pour lui le symptôme est la trace d'un conflit oublié dont le sens est enfoui. C'est donc un hiéroglyphe qu'il faut déchiffrer par l'interprétation. Celle-ci suffit à faire céder le symptôme qui a perdu sa valeur ce compromis ou de satisfaction substitutive. Avec Lacan la psychanalyse est plus prudente et considère le symptôme comme une réponse à l'insatisfaction structurelle du rapport sexuel, comme un autre mode de jouissance. Il ne s'agit plus d'un compromis, d'un ra-

tage, d'une clocherie mais en quelque sorte d'une réussite qui vient combler le sujet – d'où l'amour qu'il lui porte... et la robustesse du symptôme. Il ne s'agit plus de guérir du symptôme mais de « faire avec ». Alors, la psychanalyse se donne pour but le savoir, ce qui n'est pas la guérison mais peut l'amener « de surcroît » comme elle peut conduire à une simple pacification un sujet qui s'assujettit au « malheur banal ». Quand il dit : « je veux guérir et libérer l'individu » et qu'elle lui répond : « Je vise le savoir et pour moi la guérison est de surcroît », ça ne peut que dégénérer : « Trahison, traînée ! » lui crie-t-il « Cause toujours... je t'écoute » répond-elle.

Sur cette question du symptôme leur désaccord ne fit que croître. Avec les médicaments et les thérapies comportementales il se pensait redevenu maître du jeu et, en effet, il assurait ou en tout cas le croyait. « Tu vois, lui dit-il, je guéris les névrosés maintenant » « Crétin ! tu masques les symptômes et aggrave leurs destinées ! ». « Ecoute au moins ce que je fais avec les neuroleptiques sur les délires et sur... ». Elle l'interrompt d'un : « apprends à t'en servir et sache ce que tu vises, empoté : si c'est faire taire le symptôme et le sujet alors là bravo tu y arrives mais je t'avertis je te quitte. Le silence des organes, l'homéostasie du corps, l'harmonie antérieure c'est bon pour la médecine pas pour nous, rêveur. Tu frappes sur tout ce qui bouge content quand tu écrases à bon escient les effets de jouissance telles que l'agitation ou les hallucinations aussi bien que lorsque tu écrabouilles maladroitement les effets de sujet tels que les délires, les identifications et autres tentatives de construction » « Bêcheuse » lui répond-il et il s'en va. (3)

3. Monsieur psychiatrie a une autre récrimination envers sa belle. Il voulait faire ménage avec elle pour qu'elle vienne donner du sens à ce qui n'en avait guère. Toujours la même histoire, au début elle lui a fait plaisir, elle est allée dans son sens si j'ose équivoquer . Avec Freud et son « symptôme – hiéroglyphe », ses traces sur la neige et son retour du refoulé la vie était belle et ils roucoulaient : on passe

du signe au sens, du signifiant à son signifié et en avant pour la signification. Mais voilà ,avec Lacan, elle est devenue sophistiquée, compliquée, rebelle à l'usage simplifié, quasi domestique qu'il espérait d'elle. Déjà il n'appréciait pas sa sophistication du symptôme-jouissance, maintenant ne la voilà-t-elle pas qui le prive du sens, le précipite dans le hors-sens en parlant de logique de la chaîne signifiante, raccordant un signifiant non pas à un signifié mais à un autre signifiant et cela sans fin...

Encore un espoir déçu et le couple qui se déchire un peu plus.

4. Et puis ils s'aperçoivent un beau jour qu'ils ne sont mêmes pas d'accord politiquement. Pour lui, il y a un idéal avec des signifiants-maîtres qui le confortent : soigner, guérir même, protéger (le patient ou la société à l'occasion) ... il y croît et il n'a pas tort puisque c'est sa fonction même, son être qui s'y trouve engagé. Et en effet Il y a une unité entre discours sécuritaire, discours scientifique et tentative de réduire le sujet à l'individu, le corps à l'organisme, la thérapeutique au médicament et le symptôme au silence. Cette unité est devenu évidente avec le rapport de l'INSERM sur les troubles prédictifs de la délinquance : c'était un discours scientifique à commande sécuritaire et à solutions sécuritaires faisant appel aux thérapeutiques scientifiques telles les thérapies comportementales et cognitivistes – dont le préalable est la réduction du symptôme à un trouble trans-nosographique, du coup hors-sens particulier à chaque sujet et impossible à appréhender d'une manière articulée aux autres symptômes et modes de défense propres à chaque structure.

Mais la catin, elle, se la joue subversive se méfiant des idéaux comme de la peste, de l'universalisation comme du discours de la Science et l'accuse, lui, de collaborer avec le Maître et son avatar moderne, le Capitaliste. Déjà que la situation n'est pas facile avec ces derniers qui veulent lui couper les crédits, il se demande où il va avec une compagne qui

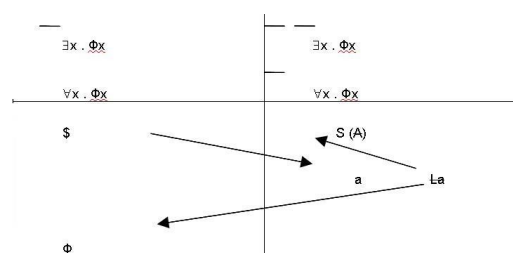
n'a qu'une boussole : l'objet cause du désir.

Tout cela fait beaucoup ! D'autant que dans ce vieux couple s'il y a un rejeton adultérin c'est qu'il y a une maîtresse, d'abord tapie dans l'ombre et qui maintenant s'affiche sans vergogne. Elle plaît beaucoup à Monsieur car elle est dotée de multiples facettes : Mademoiselle Neurosciences avec sa neurophysiologie, sa psycho-pharmacologie, sa neurochimie, sa biologie moléculaire, etc... Et en plus la donzelle paraît tellement plus jeune !

Elle va lui donner, via les neuro-transmetteurs et leurs dysfonctionnements, le sens qu'il réclame. Tant pis si le sujet risque d'avoir du mal à y trouver le sien, qui passe par la reconnaissance d'un certain non-sens. Rationnel, Monsieur Psychiatrie préfère les molécules... au risque de s'y perdre ,de perdre son nom pour redevenir Monsieur Neuropsychiatrie et de disparaître dans le grand corps de la médecine.

Avec la psychanalyse, il constitue un couple conflictuel, basé sur des malentendus : en somme un couple banal. Avec les neurosciences il constituerait un couple tranquille : celui du boa en train de digérer la souris. Pour ma part je préfère le bruit des disputes, encore mieux celui de la disputation, au silence de la pensée et au consensus béliquant. C'est peut-être dans cette certitude d'être étouffée puis digérée dans les tentacules des neurosciences que la psychiatrie trouvera le courage de continuer sa vie infernale avec la psychanalyse et de lui crier : »reviens ,je te haïme »

Il y a une remarque à faire sur mon petit apologue et que je me suis faite dans l'après-coup : dans la distribution des rôles je n'ai pas hésité une minute et ne suis jamais revenu sur la distribution des rôles, Monsieur Psychiatrie et Madame Psychanalyse.



La psychiatrie du côté de la position phallique, de celui qui n'est pas sans l'avoir et la psychanalyse du côté du pas-tout. La psychiatrie du côté masculin : de ce côté le partenaire est un symptôme et en effet la psychiatrie met bien souvent la psychanalyse en place de compléter son manque, de suppléer à l'insatisfaction fondamentale qui est la sienne. Dans « Encore » (p.75) Lacan n'écrivait-il pas que côté masculin « le sujet n'a jamais affaire, en tant que partenaire, qu'à l'objet (a) inscrit de l'autre côté de la barre », d'où il concluait que pour les hommes « la conjonction de ce \$ et de ce (a) ce n'est rien d'autre que le fantasme » (\$ ◇ a). La relation d'amour entre Monsieur Psychiatrie et Madame Psychanalyse tient du fantasme pour lui et du danger pour elle car on peut, comme Lacan, se poser la question « jusqu'où l'objet peut-il supporter la question ? Peut-être .../... jusqu'au point où la question se confond avec la destruction même de l'objet ? ».

Et en effet mettre la psychanalyse du côté féminin n'est pas anodin : le partenaire pour la femme n'est pas un symptôme mais un ravage et on com-

prend bien pourquoi à la lumière de ce que je viens de dire. Alors la psychiatrie ravage pour la psychanalyse ? Sûrement si elle se laisse piéger à n'avoir affaire qu'au phallus du partenaire, éblouir par sa brillance et au semblant de pouvoir qu'il confère. Ce leurre a souvent fonctionné avec la psychiatrie...comme avec l'université, d'ailleurs. Mais situer la psychanalyse du côté féminin c'est aussi la définir comme pas-toute, ayant affaire à une autre jouissance que la jouissance phallique. Bref, mettre la psychanalyse du côté féminin c'est avoir l'idée qu'elle peut se sauver du piège phallique et du même coup sauver son partenaire, la psychiatrie. Et pourquoi pas, puisque comme le dit le poète la femme est l'avenir de l'homme ?

Bibliographie :

1. Lacan J. : **Le Séminaire livre VIII « Le Transfert »**, Paris, Seuil, 1991 – p.453.
2. Olié J.P., Poirier M.F., Léo M. : « **Les maladies dépressives** », Paris, Flammarion, 1995 – p. XXV.
3. cf. **L'Enfant et les Sortilèges, VIIIèmes Rencontres du C.M.P.P. d'Orly, chapitre « Les médicaments du caractère » Orly 1998, Association R.O.S.E. éditeur, p.5 à 30.**

Mañana, el Campo Lacaniano

Eduardo Fernández Sánchez

El concepto de Campo lacaniano como herramienta contra la crisis y el colapso

Hace cuarenta años, los abundantes conflictos que atravesaban el mundo hicieron signo a una primera generación de posguerra en distintos lugares del planeta. En esa coyuntura histórica el doctor J. Lacan forjó una magnífica herramienta conceptual que trascendió a la experiencia psicoanalítica: la teoría de los discursos.

Dicha teoría cobra enorme relevancia en la actualidad como herramienta para captar el instante de ver que el mundo está entrando en una crisis de una magnitud inédita en la historia de la humanidad, comprender su naturaleza y actuar en función de sus posibles salidas.

El discurso del analista

Pensar la dirección de la cura desde los discursos nos ayuda a entender de qué manera el analista puede intervenir para que el analizante circule por la ronda de los discursos. Nos ayuda a entender que sin hysterización, es decir, sin que el sujeto dividido ocupe el lugar del agente, no hay posibilidad de psicoanálisis. Nos ayuda a entender que sin intervención del discurso analítico el saber producido no ocupará el lugar de la verdad del sujeto y entonces ni los significantes amos que dirigieron al sujeto ni otros nuevos aparecerán.

Algo homólogo al discurso del analista emerge cuando en la sociedad hay cambios de discurso, cuando aparecen nuevos semblantes de la causa del deseo y el plus de gozar y se producen nuevos significantes amos.

La pregunta que me hago y les transmito es: ¿de qué manera el saber depositado por la experiencia del discurso del analista y la teoría de los discursos pueden contribuir a una lógica colectiva que aborde los inevitables cambios en y del discurso capitalista inherentes a la crisis del sistema productivo que lo sostiene?

Algunos dichos de Lacan sobre el discurso capitalista

Dice Lacan en *Televisión*: "...al discurso capitalista, yo lo denuncio. Indico solamente que no puedo hacerlo seriamente, porque al denunciarlo lo refuerzo – lo normativizo, a saber, lo perfecciono."

El sentido de la afirmación resulta inequívoco pues es la misma tesis formulada sobre el hallazgo de la función de la plusvalía por Marx. Demostrar que la plusvalía es la clave del capitalismo, no sólo ha ayudado al capitalista a obtenerla, sino que ha hecho de la plusvalía el objeto a recuperar por el trabajador, transformando así la plusvalía en la causa de deseo de toda una economía.

Efectivamente, no se trata de denunciarlo, se trata de entenderlo a fondo y valorar si podemos estar entrando en el tiempo del "reventón".

Dice Lacan en la conferencia de Milán de mayo de 1972: "(...) la crisis, no del discurso del amo, sino del discurso capitalista, que es el sustituto, está abierta (...) discurso astuto pero abocado al reventón. Es insostenible (...) porque no puede marchar mejor, marcha demasiado rápido, se consume, se consume, de modo que se consume."

Contingencia histórica del discurso capitalista

Podemos formular la pregunta en los mismos términos que emplea Lacan. ¿En que momento nos encontramos respecto a la insostenibilidad y al reventón?

Nos encontramos, por un lado, con una crisis financiera y de sobreproducción de mercancías, inherentes y proporcionales al grado de expansión e internacionalización del sistema, es decir a la constitución del mercado mundial; por otro lado nos topamos ya con los límites impuestos por la naturaleza a todo sistema de producción, manifestados desde hace algún tiempo en subproducción (disminución progresiva por habitante del planeta) de energía y alimentos, y en enormes riesgos medioambientales, incluido el cambio climático. Los cambios de las civilizaciones históricas, más o menos violentos y traumáticos, han sido siempre consecuencia de este tipo de crisis de subproducción y medioambientales.

El desmentido de la dependencia de la naturaleza, producto de la pasión de la ignorancia, de no querer saber de qué gozamos realmente, con sus variantes de indiferencia y desprecio, comporta la consecuencia de dejar a la humanidad en condiciones de gran vulnerabilidad.

La ideología marxista a remolque del “progreso” científico-técnico capitalista – al contrario que Marx – desdeñó el hecho de que todo trabajo, toda transformación, no puede ser más que sobre y de la naturaleza; hecho éste que Marx expuso por doquier en su obra y que hoy se nos hace evidente.

Crisis energética y cenit de la extracción de petróleo

La aceleración del proceso de producción y consumo de la era industrial ha sido posible, entre otros factores, por la disponibilidad de una fuente de energía de gran valor de uso por su enorme capacidad energética y, hasta el momento, fácilmente obtenible: los hidrocarburos. El carbón, el petróleo y el gas, recursos limitados de la naturaleza, han tardado millones de años en formarse.

La extracción de petróleo se encuentra al límite de su capacidad, es decir en su cenit, y en pocos años entraremos en la fase de declive. Después de la carestía vendrá la escasez.

Confiar en que el mercado permitirá adaptarse a la carestía, próxima escasez y

a la tasa de agotamiento geológica futura, pasando la factura a los más desprotegidos en el mundo, constituye una actitud suicida para las clases medias de los países desarrollados que son igualmente vulnerables, dado que el sistema financiero se sostiene en el supuesto de un crecimiento futuro.

Es difícil hacerse una idea del grado de dependencia que la sociedad actual tiene del petróleo. La correlación entre Producto Interior Bruto (PIB) del planeta y el consumo de petróleo es del 99,74 %.

Dos datos relevantes:

1º) El transporte – necesario para la escala y productividad en la que están organizadas la producción y distribución – depende en más de un 90% del petróleo.

2º) En la alimentación humana, cinco de cada seis calorías provienen de la energía fósil, y solamente una de la energía solar directa. La producción agrícola actual –la llamada revolución verde– depende del uso intensivo de máquinas, fertilizantes y pesticidas. Además de la dependencia del petróleo, la posibilidad de aumentar las tierras cultivables y la disponibilidad de agua para regadío están muy limitadas a nivel mundial.

No puedo extenderme aquí sobre las enormes dificultades para sustituir los hidrocarburos y disponer de fuentes energéticas suficientes y económicas para sostener la producción y el consumo en un futuro próximo.

Espero haber transmitido suficientemente la magnitud y urgencia del problema al que más de 6.500 millones (2.500 en 1.950) de habitantes del planeta nos enfrentamos.

El discurso tecno-político capitalista, amplificado hasta la saturación por los medios llamados de comunicación, se esfuerza en creer y hacer creer en la ciencia y la tecnología como si fueran la divina providencia.

Por el contrario, la ciencia y la técnica ponen de manifiesto tanto su dependencia de la naturaleza como los límites a la transformación de la misma, tanto su incapacidad para sustituirla como su capacidad para violentarla, agotarla y destruirla. La ciencia y la técnica muestran la inviabi-

lidad y banalidad de las grandes soluciones que el discurso dominante promete a través de sus colosales medios de sugestión.

Lo posible de hacer para evitar la catástrofe a la que está abocada la crisis, resulta antinómico y antagónico con el discurso capitalista. Confiar su gestión al sistema que la produce es sencillamente suicida para gran parte de la humanidad.

Entrelazamiento de las diversas crisis

Podemos apreciar ya desde el inicio de la crisis cómo las medidas tomadas para paliarla no hacen más que agravarla.

El intento de sustituir un pequeño porcentaje del petróleo por agro-carburantes repercute inmediatamente sobre la alimentación humana. Si a esto añadimos que, por efecto de la crisis económico-financiera, ingentes cantidades de capital se invierten en lo único rentable en estos momentos (algunas materias primas, petróleo y cereales) el resultado inevitable es la carestía de esos productos básicos.

Tomémoslo con un poco de ironía, como afirman nuestros gobernantes la solución es sencilla. La crisis de sobreproducción de mercancías se resuelve aumentando el consumo, y la crisis de recursos naturales reduciendo el consumo.

Guerra contra el terrorismo, guerras por el petróleo

La estrategia de las grandes potencias se limita a intentar asegurarse el suministro y controlar las reservas, en la medida de sus fuerzas, mediante alianzas militares. La militarización y la guerra ya han comenzado en torno a las grandes reservas, principalmente el Golfo Pérsico y el Mar Caspio

El control y apropiación de las reservas de petróleo y de los alimentos constituyen la estrategia fundamental estadounidense para afrontar la crisis y su propio declive. “Controla el petróleo y controlarás la economía, controla los alimentos y controlarás a las poblaciones”, viene diciendo Henry Kissinger desde hace tiempo.

Para desarrollar tal agenda hace falta el consentimiento de las poblaciones, de la

opinión pública, lograda mediante la opinión publicada. Si no se consigue por medio de la sugestión pacífica, entonces una buena dosis de “choque y pavor” hará a las gentes más sugestionables.

Escenarios probables y goce mortífero

Cualquier escenario futuro, incluido el mejor, resulta siniestro.

Si la recesión económica aplaza el inicio del declive del petróleo, la gobernabilidad en el mundo tendrá alguna oportunidad de mejorar y el inevitable decrecimiento podría resultar más regulable. Más probable será que eso no ocurra e incluso que la situación se agrave como consecuencia de las luchas y guerras por el control de las reservas, especialmente de petróleo y alimentos.

El escenario más probable resulta ser el de un mundo donde la crisis sistémica, la de recursos, especialmente energéticos, y la medio ambiental se entrelacen y potencien entre sí. Es previsible un proceso de colapso progresivo de los distintos niveles de la compleja organización social mundial, de reordenamiento de nacionalismos enfrentados, de migraciones y desplazamientos masivos, de empobrecimiento, carestía, escasez, epidemias, hambre y guerras. La pulsión de muerte desanudada y manifestada bajo su forma de odio y destrucción campeará a lo largo y ancho del planeta.

La evolución ha dotado a los humanos de amplios recursos para la supervivencia, pero limitados a los grupos reducidos y ejercidos sobre otros grupos y especies.

Durante este proceso los cambios de discurso, el cuestionamiento de los significantes amos actuales, la aparición de otros nuevos y la reaparición de antiguos será una constante.

Sabemos que solamente la aceptación del derecho a gozar del usufructo de la Tierra y la renuncia a su posesión permitirá conservar ésta para las futuras generaciones, pero sabemos también lo lejos que los humanos estamos de actuar en consecuencia y renunciar a los goces consumistas y destructivos.

El campo lacaniano y la teoría de los discursos

El concepto de campo lacaniano, como campo del goce, y la teoría de los discursos constituyen una valiosísima contribución del Psicoanálisis a la posibilidad de pensar y anticiparse, sin precipitarse, en alguna medida, a lo que está por venir.

En todo caso, sea probable o improbable la hipótesis de escenario que he descrito, la prudencia y sensatez aconsejan que sea tomado en consideración y puesto a prueba.

Les propongo, en palabras de Lacan, una primera herramienta:

“... quizás si la gente trabajara un poco, si verdaderamente interrogaran el significante, el funcionamiento del lenguaje, de la misma manera que lo interroga un analizante entonces quizás saliera algo.” (J. Lacan, “Conferencia en Milan”, mayo de 1972).

Gijón, julio de 2008

POSTDATA

A los pocos meses de haber escrito lo anterior, las crisis financiera y económica se han hecho evidentes para todo el mundo. Resulta necesario plantearse la naturaleza de la crisis y el momento de su evolución, pues las elites dirigentes y los poderes públicos en el mundo han tomado el camino del desastre para la mayor parte de la humanidad con el fin de mantener un sistema de producción y una civilización agotados

¿Depresión económica y final de ciclo largo capitalista o imposibilidad del sistema para sostener la civilización?

Nos encontramos en el final del cuarto ciclo largo de la historia del sistema capitalista. La pregunta a plantearse es si después de la destrucción de la sobreproducción se relanzará un nuevo ciclo de acumulación o si comprenderemos que ya nos encontrábamos en la senilidad y descomposición del mismo.

¿Por qué ha durado este ciclo más de lo habitual y se ha demorado tantos años la

actual crisis de sobreproducción? ¿Qué cambios ha experimentado el sistema?

El ciclo largo iniciado en los años cuarenta y que ahora finaliza, cuya fase ascendente duró hasta finales de los sesenta, comenzó a partir de los primeros setenta un largo declive en la tasa de beneficio del capital, causado ya por la sobrecapacidad instalada en las industrias manufactureras mundiales.

Los numerosos países, que fueron desarrollando su industria manufacturera e incorporándose al mercado mundial, produjeron los mismos bienes que los anteriores pero más baratos. El exceso de oferta en relación a la demanda condujo a precios y beneficios más bajos, las empresas recurrieron entonces a la innovación tecnológica para aumentar su productividad con la consecuencia de aumentar la sobrecapacidad productiva instalada en relación a la demanda.

Los beneficios decrecientes de las inversiones aminoraron el crecimiento en maquinaria, equipo y empleo, y rebajaron los salarios reales mientras los gobiernos reducían el gasto social.

Esta adaptación del capital a la decreciente tasa de ganancia se tradujo en política en una nueva etapa de liberalismo económico. Los beneficios se orientaron en gran medida hacia el capital financiero y especulativo, mientras la reducción de los déficits y deuda de los estados, en condiciones de baja rentabilidad del capital, infligieron un duro golpe a la demanda. La consecuencia fue una importante recesión a principios de los años noventa.

Para estimular la demanda las autoridades financieras sacaron de la chistera el crédito barato orientado a la compra de activos financieros. Cuando la burbuja de los mercados bursátiles se desinfló a finales de los noventa, la manera de estimular la demanda y el crecimiento consistió en recurrir a un tan pequeño como útil objeto, aparentemente menos volátil que la bolsa de valores: el ladrillo.

Ya se podía prestar a cualquiera, aunque no pudiera pagar. La deuda titulizada y empaquetada con falsas certificaciones comenzó a distribuirse por el mundo en-

tero a la búsqueda de incautos con dinero y confianza ciega en el sistema.

A finales de 2007 la suma del valor alcanzado por los mercados financieros de EEUU era equivalente a 5,8 veces el PIB estadounidense y el mercado de los seguros contra impagos de crédito unas 3,7 veces el mismo PIB, equivalente al 63% del PIB mundial. Se calcula el valor de los activos financieros existentes en el mundo en unos mil billones de dólares, unas 19 veces el valor de los bienes reales a los que representan.

El estallido de la burbuja inmobiliaria y el inicio de la crisis financiera en EEUU supuso que el gobierno diera ingentes cantidades de dinero a los bancos, no para sanearlos como se afirma sino para...que la estafa continúe.

A la tendencia del sistema a la insuficiencia de la demanda, se ha añadido en los últimos tiempos un extraordinario trasvase de rentas del trabajo al capital y para rematar la demanda ha dependido en enorme medida del crédito.

A las deudas de los particulares se suman las de los estados a todos los niveles administrativos convirtiéndolas sencillamente en impagables. Queda un recurso "Padre nuestro que estas en los cielos (...) perdona nuestras deudas así como nosotros perdonamos a nuestros deudores..."

¿Podría haber sido de otra manera?

No son errores ni excesos regulables. La acumulación de capital ha dependido en los últimos tiempos de oleadas de especulación cuidadosamente diseñadas y reguladas por los responsables de las políticas públicas de las metrópolis y coreadas por las elites dirigentes del mundo. El cortoplacismo, la especulación y el parasitismo son los rasgos definitorios del capitalismo en su etapa de mercado mundial y hegemonía financiera.

Todo sistema económico-social lleva en su germen desde el nacimiento las causas de su autodestrucción. La clave del capitalismo, la obtención de plusvalía por el capital de la fuerza de trabajo no pagada, y la reinversión de ésta en más medios de producción, implica la tendencia a que la

capacidad productiva instalada supere la capacidad de consumo de la sociedad, la demanda. Ésta es siempre la causa de las crisis de sobreproducción capitalistas. La destrucción de esa sobrecapacidad, de sus sectores más obsoletos e improductivos es condición necesaria para la solución que el sistema da a sus crisis. Otra condición necesaria es la reactivación de la demanda. En la anterior gran crisis esa reactivación de la demanda la proporcionaron los gastos en armamento de la Guerra Mundial.

El problema es que el desarrollo de un ciclo largo de acumulación capitalista precisa de nuevos productos de consumo masivo, tecnologías y especialmente fuentes energéticas. Un primer ciclo de acumulación capitalista lo protagonizaron la máquina de vapor (creada precisamente para extraer el carbón de las minas, ante la carencia de madera combustible en las ciudades inglesas) y la industria textil, gracias al carbón. Un segundo ciclo dependió de las industrias siderúrgicas y metalúrgicas y el ferrocarril, también posibles por el uso del carbón. El tercer ciclo se basó en la química y los motores y la generalización de la electricidad (en gran medida de origen térmico, obtenido mediante la quema de carbón). El cuarto, que ahora finaliza, se basó en la electrónica, petroquímica y automoción, teniendo como fuente energética el petróleo.

Ni las condiciones para un nuevo ciclo de acumulación y crecimiento existen, ni existe la posibilidad de que aparezcan.

¿Cuál es la situación?

Los límites del crecimiento

En el año 1972 auspiciado por el Club de Roma fue elaborado un informe, publicado con el título *Los límites del crecimiento*, en él se planteaba la necesidad de poner freno a la utilización descontrolada de los recursos naturales, la imposibilidad de un crecimiento económico sostenible si continuaba la misma dinámica. En 1992 se publicó una edición revisada del informe, titulada *Más allá de los límites del crecimiento*, las conclusiones no dejaban lugar para las dudas, las tendencias no solo

continuaban sino que se habían acentuado manifiestamente; la humanidad ya había traspasado los límites de la capacidad de carga de la Tierra. Una tercera edición *Los límites del crecimiento 30 después* demuestra la extralimitación en que nos encontramos, la capacidad de carga del planeta es decir la capacidad para suministrar los recursos consumidos por la humanidad y para absorber sus emisiones ha sido sobrepasada en más del 20%.

Estamos instalados en la insostenibilidad. Solo un ingente y consciente esfuerzo podría modificar el rumbo. Si a la enorme dificultad de los humanos para renunciar a los goces inmediatos añadimos la lógica inherente al sistema de producción capitalista y en particular a su etapa última parasitaria y depredadora, la pre-

gunta pertinente es cuando y de que manera se producirá el colapso.

La actual crisis de sobreproducción sería teóricamente una buena oportunidad para planificar y organizar el decrecimiento. Desgraciadamente los hechos, las medidas tomadas y las políticas decididas van en el sentido opuesto.

Estoy convencido de que el psicoanálisis y en particular la teoría de los discursos pueden y deben contribuir a auxiliar a la humanidad en los próximos tiempos. Para ello lo primero es librarse de la sugestión del discurso dominante, para poder ver y comprender la lógica del proceso en curso.

Há, ainda, tempo para a Psicanálise?

Sérgio Marinho de Carvalho

A ciência moderna provocou transformações fundamentais no eixo de compreensão que o homem possui de si mesmo. Até o fim da Idade Média era o poder da religião que dominava as mentes humanas. A ciência moderna, por sua vez, trouxe à baila uma nova concepção de autoridade. A querela envolvendo Galileu é um momento exemplar dessa questão e marcou o conflito radical entre um princípio de autoridade calcado no enunciador – o poder temporal da Igreja – e um princípio de autoridade fundado na lógica interna dos enunciados, independente do enunciador, que passou a caracterizar o novo saber emergente, a ciência. A ciência, e o discurso que lhe é subjacente, criaram uma nova situação social caracterizada pela substituição da relação mestre-sujeito por uma relação saber-sujeito.²⁹⁶ Esse novo saber não possui um enunciador mas estrutura-se nas leis e relações lógicas que lhe são próprias e que independem de qualquer autoridade enunciativa. Esse aspecto é bastante relevante pois aponta para o fato de que o sujeito, no discurso da ciência, é excluído.

Outro aspecto importante a ser salientado é que o surgimento da ciência moderna coincide com o surgimento do modo de produção capitalista. Quem aponta com clareza essa questão é o sociólogo Robert Kurz. Diz ele: “O triunfo da ciência natural sobre o pensamento crítico da sociedade e sua entronização como “a ciência não é obra do acaso. Isso porque a ciência natural moderna e a ordem social capitalista dominante têm uma origem histórica

comum”.²⁹⁷ Para Kurz, a prevalência das ciências naturais como o modelo de ciência tem sua razão de ser no desenvolvimento do sistema capitalista na medida em que elas “forneceram um paradigma de ‘objetividade’ sem sujeito”. Isso permitiu ao capitalismo atingir seu estágio atual de transformação em que tudo é intercambiável e tem um preço bem definível.

Do ponto de vista da ciência, esse processo culminou na “medicalização da vida”, isto é, na difusão social, mediante o discurso da ciência, de que os problemas habituais da existência humana, que causam angústia, sofrimento, desamparo, etc, são, na verdade, oriundos de disfunções bioquímicas perfeitamente corrigíveis mediante o devido diagnóstico e a devida prescrição médica. Essa “coisificação” da existência humana, tal qual promovida pelas ciências biológicas, é concomitante à “coisificação” da existência humana promovida pelo sistema capitalista. Lebrun salienta que a contemporaneidade é determinada pela substituição das ideologias antigas pela ideologia da tecnociência: “(...) Doravante, não há mais necessidade de projeto para sustentar a existência, nem de recurso ao mito para inventar o sentido, não há mais necessidade de reconhecer ao Terceiro seu lugar (...)”.²⁹⁸ De fato, não se trata de que não existam mais ideais, mas que o ideal adquiriu conotações negativas, isto é, o ideal é não ter ideal algum, é ser, simplesmente, conforme aquilo que se apresenta. Com isso, o sofrimento humano desprende-se da frustração provocada pelo registro do Simbólico e liga-se, justamente, à recusa em aceitar os limites que o Simbólico impõe. A incerteza e o risco, que movem o

²⁹⁶ Ver LEBRUN, J-P. op. cit., pág. 53

²⁹⁷ KURZ, R. *O Homem reduzido*. Folha de São Paulo – 3.10.1999.

²⁹⁸ LEBRUN, J-P. op. cit.; pág. 132

desejo, são atacados, tanto quanto o tempo da espera. Em seu lugar surgem “as categorias de segurança e de imediatez sem limite, já que estas são abusiva e enganosamente prometidas pelos implícitos de nosso social”.²⁹⁹ Em especial, pelo discurso da ciência, que torna o sujeito reivindicador, na medida em que promete o “tudo é possível”. Dessa forma, o sujeito é posto como credor insistente de uma dívida que não é, contudo, passível de simbolização.

Esse processo de avanço do capitalismo para as esferas mais íntimas da subjetividade permitiu a ingerência do discurso da ciência naquilo que sempre esteve fora de seus domínios. A subjetividade, de um lado, se coisifica, então, em neurônios, em bioquímica, em genética, e, de outro, se imaginariza, num processo complementar ao primeiro, tornando virtual as insígnias do ser, num simbólico que não marca mais a falta-a-ser mas que, ao contrário, alimenta uma promessa de “tudo é possível”.

As chamadas “novas patologias” relacionam-se, então, “a uma defesa contra a desordem consequente à desinscrição do significante fálico”. Trata-se de uma tentativa de se desembaraçar do terceiro através do desembaraçamento do pai. O movimento realizado pelo sujeito, então, intenta desfazer essa relação com o terceiro, num correr da cadeia significante, sem ponto-de-estofa provocado pelo recalque. A consequência desse processo é a produção de um tipo de gozo mais ligado à imediatez e menos às representações do simbólico. Com isso, há uma ênfase na economia dos signos e o corpo – designificantizado – torna-se a sede desse gozo sem simbólico.

Uma outra consequência desse processo pode ser constatada na progressiva necessidade de reconhecimento imaginário por parte do sujeito – antes sustentado e garantido pelo simbólico. Essa necessidade de reconhecimento imaginário tem como característica tornar o outro uma mera prótese contra a angústia, comprometendo sensivelmente a capaci-

²⁹⁹ LEBRUN, J-P. op. cit.; pág. 132

dade de construção de laços sociais estáveis.

“Seguramente, nos lembra Lebrun, podemos pensar que, no fim das contas, sempre foi assim, que a alteridade sempre foi traumática, o que é verdadeiro, mas o que parece atualmente novo é a amplitude da reação que ela suscita, é considerar que esse traumatismo não deveria ter acontecido; tudo se passa como se tivesse havido não só o apagamento da diferença, mas apagamento do apagamento; e quando a diferença, entretanto, é encontrada, assistimos seja a um comportamento de esfolado vivo, seja à indiferença absoluta”.³⁰⁰ Nesse contexto, em que o Outro é visto como quem oferta bens e objetos de satisfação (capitalismo); ou que diz que nada é impossível (ciência), o sujeito depara-se com a ausência de referências. Isso provoca uma invasão de gozo e o outro adquire, não raras vezes, características meramente operacionais.

Se as chamadas “novas patologias” são, na verdade, formas contemporâneas de se evitar a castração, há aí uma diferença fundamental: os discursos da ciência e do capitalista fundam um simbólico virtual, calcado basicamente na troca e no estabelecimento de imagens. O simbólico de uma época marcada pela religião era um simbólico de todos, “coextensivo à humanidade, preexistente a todos nós, não pertencente a ninguém”. Isso permitia ao sujeito se situar numa genealogia que lhe era própria; fundar sua sexualidade em termos que não se resumiam ao mero biológico do corpo, o fazer devedor perante a linguagem; ou seja, lhe permitia lançar-se no social tecendo inúmeras relações. O simbólico essencialmente virtual, introduzido pelos discursos dominantes, destrói “a falta comum a todos” e esgarça o tecido social.³⁰¹ Para Lebrun isso representa um germe totalitário presente no discurso da ciência que, “liberando-se da obrigação mítica do Pai, crê poder liberar-se da lógica do terceiro”. O discurso da ciência “destituiu a legitimidade da autoridade e que, por abandonar sua tarefa

³⁰⁰ LEBRUN, J-P. op. cit.; pág. 168

³⁰¹ Ver LEBRUN, J-P., op. cit.; pág. 169

de refletir o caráter fundamentalmente decepcionante da ordem simbólica, se mostra dessimbolizante e que, por esse fato, não constitui mais limite para um imaginário desvaído, favorecendo, assim, a vitimização tanto quanto a inflação das expectativas”.³⁰²

Estabelecido o quadro sócio-psíquico contemporâneo, resta-nos, a seguir, tentar traçar algumas possibilidades de atuação do psicanalista. Parece-nos que a intervenção do psicanalista (ou do saber psicanalítico) no ambiente social – em sentido amplo – é cada vez mais necessária em função dos processos patologicamente desagregadores mencionados até aqui, cada vez mais dispersos e mais intensos.

É preciso salientar, antes, que a ciência e seu discurso, falham. A ciência não é capaz de tudo dizer sobre a verdade das coisas ou da verdade do homem. Como nos recorda Lebrun, “com efeito, ali onde, antes de seu nascimento, Real e Simbólico estavam intrincados, o que o ‘projeto matemático da natureza’ instala é um Simbólico que, sozinho, doravante, elidindo a enunciação, pretende dar conta do real (...); um real com o qual, a partir de então, a ciência não para de querer coincidir, ‘esquecendo’ a intrincação da qual, no entanto, procede; seguramente, não pode chegar a isso, é uma impossibilidade estrutural (...)”.³⁰³

Havendo uma impossibilidade estrutural, a realidade trabalhada pela ciência e o Real não se confundem jamais. Se, de um lado, isso alimenta o discurso da ciência (real e realidade se equipararão um dia); de outro, delimita o lugar de onde a psicanálise pode trazer algo de novo, algo que permita desconstruir esse discurso, ressaltando o lugar do sujeito. A função da psicanálise, portanto, é a de ressaltar o lugar do sujeito, contrapondo-se à função da ciência e de seu discurso.

Lacan utiliza o termo constituição do sujeito para marcar o caráter de positividade que ele possui. O sujeito, para a psicanálise, não surge da interação de exterioridades, mas, ao contrário, ele se

constitui. O sujeito “é a prova positiva e concreta de que é não apenas possível como absolutamente exigível e necessário que se conceba o vetor em torno do qual se organiza o campo de atuação da psicanálise como tendo um modo de produção que não é nem inato nem aprendido”.³⁰⁴

O sujeito tem sua origem na linguagem. Não é o caso aqui de nos depararmos com o desenvolvimento da teoria do sujeito em Lacan, mas faz-se necessário apontar o caráter social de sua teoria. Isto é, a psicanálise é antes de tudo, articulada ao mundo social. O bebê humano só se transforma em um sujeito humano se for inserido numa ordem familiar e social específica. A esse desamparo de base deve corresponder uma resposta. Essa resposta, como sabemos desde Lacan, provém do Outro. Esse Outro, no entanto, deve ser encarnado, deve ser alguém, deve, antes de tudo, ser capaz de representar a ordem simbólica. É a partir desta ordem simbólica que chegam ao bebê humano os significantes – marcas materiais e simbólicas – que “suscitarão em seu corpo, um ato de resposta que se chama de sujeito”.³⁰⁵ Os significantes recebidos, portanto, gerarão respostas de sentido que constituirão o novo sujeito.

Esse sujeito, que nenhuma relação possui com a biologia, é o que nos caracteriza como humanos. É esse sujeito que está sendo ameaçado pela lógica dos discursos capitalista e da ciência pois, como discursos da cultura, emitem, através do Outro, significantes enrijecidos e comprometidos com uma lógica “coisificante”. Essa lógica, como vimos, tenta inserir o próprio sujeito numa cadeia de objetos consumíveis. Reside aí o risco dos fenômenos culturais contemporâneos e suas respectivas conseqüências, refletidas na eclosão dos “novos sintomas”. Se observarmos bem, verificaremos que esses sintomas caracterizam-se pela progressiva dessubjetivação, isto é, pela ausência de referências a qualquer processo de

³⁰² LEBRUN, J-P. op. cit.; pág. 170

³⁰³ LEBRUN, J-P. op. cit.; pág. 61

³⁰⁴ ELIA, L. O Conceito de Sujeito – Jorge Zahar Editor – 2004 – Rio de Janeiro; pág. 36

³⁰⁵ ELIA, L. op. cit.; pág. 41

subjetivação. Isso gera a emergência de um gozo sem limites e o único remédio para isso, como sabemos, é o desejo. É o desejo que faz barreira ao gozo e é o desejo que faz barreira à emergência da angústia. E o que assistimos hoje é justamente a dificuldade de lidar com a dimensão do desejo.

A psicanálise, portanto, possui a função de legislar sobre o gozo, isto é, “(...) introduzir significantes que separem o sujeito e suas demandas da busca de satisfação imediata, estabelecendo uma nova posição subjetiva que se efetive pela via do desejo e não por uma submissão passiva ao gozo do Outro”.³⁰⁶ O que a análise tem a fazer, como lembra Ocariz, é resgatar o direito à singularidade dos sintomas. Garantir a construção de uma singularidade do sintoma consiste em trabalhar as relações contemporâneas relacionadas à compulsão para com o objeto – isto é, ao consumo desenfreado e a busca incessante por um objeto de satisfação plena -- procurando ressaltar significantes que permitam separar o sujeito da procura por satisfação imediata, que representa uma submissão não questionada ao gozo do Outro.

Esse Outro contemporâneo impõe fidelidade ao consumo desenfreado e se apresenta como todo poderoso, um Outro não barrado, nos termos lacanianos.

Do ponto de vista social, cabe aos analistas uma militância em nome do sujeito. Não se trata, evidentemente, de uma militância política qualquer, mas de uma inserção social que lhe permita fazer circular o discurso da psicanálise. Trata-se de ocupar um lugar não previsto na lógica do mercado e da ciência mas fundamental para sustentar laços sociais consistentes. Ao fazer isso, a psicanálise marca seu caráter de resistência aos discursos dominantes. Resistência do sujeito que requer a resistência de um lugar que possa ser Outro, barrado e simbólico.

³⁰⁶ OCARIZ, M. C. – op. cit.; pág. 109

Amor y presura capitalista

Jorge Zanghellini

La época nos grita, plena de gigas de aumento diario, que es de la velocidad de aquello que no es posible moderar. El impulso veloz, contra los duelos y contra las relaciones de amor, justamente cuando

amor y duelo son imposibles sin tiempo. Es un lugar común sostener la diferencia en la escena de amor de la época respecto a otros tiempos así como dar cuenta de los sin tiempos de todo lazo al otro.

Pero así como en esa famosa melodía de la película *Casablanca*, "As Time Goes By", el así pasan los años, película del año 1942, el tema ya había sido estrenado en 1931 en una obra musical de Broadway. La primera estrofa del tema original, es el siguiente: El día y época que estamos viendo

Nos da causa de aprehensión

Con velocidad y nuevas invenciones

Y cosas que gustan de la cuarta dimensión

Terminando de hacer referencia a Einstein y su teoría y la necesidad de bajar nuestra ansiedad al tiempo que pasa. Después vendría *You must remember this*
A kiss is just a kiss, a sigh is just a sigh.
The fundamental things apply
As time goes by.

YA FREUD lo precisaba en los años diez.

Pero es que los mismos albores del siglo veinte nos trajo el empuje al vértigo o es que ello no es solo consecuencia de la tecnociencia y si, una consecuencia de la misma lógica capitalista, donde el tiempo regido no es el propio del sujeto sino lo que conlleva la necesidad del mercado?

Y si es así, puede hablarse de amor como si su definición fuera sin tiempo?

Pensar primero si aquello que se llama amor en la época ¿qué supone? dados es-

tos rasgos del tiempo capitalista, no si es necesario para dar cuenta de ese lazo, llamarlo apego romántico, como hace el cognitivismo.

El APEGO es una propiedad de las relaciones psicosociales donde un sujeto más débil y menos capaz confía en la protección que le brinda otro sujeto más competente y poderoso. Ambos sujetos desarrollan vínculos emocionales recíprocos y construyen una representación interna de la relación vincular. La representación mental interna que construyen los infantes es denominada por un científico cognitivo, Bowlby, "working model".

Bowlby (1982) considera que los sistemas de apego infantiles son similares, en su naturaleza, a los que más tarde se ponen en juego en las relaciones amorosas y, en realidad, señala pocas diferencias entre las relaciones cercanas, sean éstas entre padres e hijos o entre pares. Ainsworth (1991) remarcó la función del sistema de apego en las relaciones adultas, enfatizando el fenómeno de base segura como un elemento crítico a ellas. Una relación de apego seguro facilita el funcionamiento y la competencia exterior a ella misma.

El concepto de apego permite des-subjetivar lo que en el amor supone el ser implicado.

Sostienen los cognitivistas que : Un adulto muestra un deseo hacia la proximidad de figuras de apego en situaciones de malestar. Siente bienestar ante la presencia de esa figura y ansiedad si ésta es inaccesible. La aflicción es esperable ante la pérdida de una figura de apego. (Simpson, Steven Rholes, 1998).

De allí que pueda hacerse una clasificación en relación a cuatro formas de apego que se denominan seguro, ansioso, evitativo y temeroso. En el estilo seguro, las personas tienen una buena imagen de sí misma y del otro, por lo tanto se sienten

dignas de captar la atención y el amor de los otros y esperan que sus expresiones de amor sean bien recibidas. En cambio, los de estilo despreocupado tienen una imagen positiva de sí mismos pero negativa de los otros, lo cual los lleva a autoprotgerse de desencuentros amorosos, evitando relaciones muy íntimas y manteniendo el sentido de independencia. Los preocupados muestran un modelo negativo de sí mismo y positivo de los demás: se esfuerzan continuamente por ser aceptados por otras personas, altamente valoradas por ellos. Finalmente, los miedosos o inseguros tienen modelos negativos de sí mismos y de los otros, por lo cual tienden a evitar relaciones románticas firmes.

Las personas que están expuestas socialmente a mayores niveles de estrés especialmente paternidades de tipo insensitivas, ambientes físicamente violentos y graves inconvenientes económicos tienden a desarrollar estilos de apego inseguros asociados con estrategias de elección de pareja de corto plazo.

Sujetos de contextos sociales con estrés más bajo, como personas que viven en culturas con amplios recursos, tienden a desarrollar estilos de apego romántico seguros asociados con estrategias de elección de parejas monógamas.

Lo mismo sucedió al comparar el producto bruto: encontraron que un PBI per cápita alto estaba asociado con bajos niveles de apego despreocupado.

Otra intelectual, muy celebrada en el ambiente académico estadounidense y que ha recibido el Distinguished Service Award de la Asociación Norteamericana de Antropología y a la que se considera una autoridad en las cuestiones del amor romántico, Helen Fisher³⁰⁷ plantea que... Amamos porque, hace millones de años, nuestros antepasados necesitaban ese flujo cerebral, estos impulsos y sentimientos para dirigir su cortejo, apareamiento, reproducción y paternidad. El impulso del amor está profundamente imbricado en el cerebro humano. Por lo tanto, el

amor es una necesidad fisiológica, un instinto animal y también el resultado de un flujo químico en el cerebro.

Se trata de sustancias que campean por las llanuras del cerebro, subsidiadas por la necesidad animal, sin otra significación que el instinto. Luego vendrán las palabras, lo que se llama la subjetividad a vestir ese real de la pura química. La ciencia, ha podido por fin reducir los brillos tontos del amor a la nominación de sustancias que son causa.

Y la principal, la dopamina.

En el amor todo es química? Sin duda. *Cada vez que pensamos, tenemos una motivación o una emoción, siempre se trata de química (de la dopamina, uno de los estimulante más poderosos de la naturaleza, por dar un caso); sin embargo, por más que se conozcan todo los ingredientes del pastel amoroso ...*

Como se ve, no faltan las metáforas, a pesar de que toda causa sea química. El pastel amoroso, tiene los ingredientes de las sustancias dulces y saladas, pero su forma depende de cómo ello se organice. Y para tal efecto, quienes serían lo mejor, sino los encargados en el mundo capitalista de dar forma a los objetos deseables: las agencias de publicidad.

En el mundo complejo entonces del apego romántico, intervienen los antropólogos académicos, los químicos de las farmacopeas importantes y las agencias de publicidad. Es indudable la asociación complementaria entre las definiciones cognitivistas del amor y la política de los grandes laboratorios. Porque quizás los que no están nominados como integrantes del pastel son los psiquiatras y psicólogos cognitivos que tienen su ubicación fundamental cuando el pastel, a lo sumo, 18 meses después (según serias investigaciones), comienza a derruirse, cuando las migajas adquieren mala imagen, cuando los olores evidencian que algo dejó de ser perfumado y brillante. Las investigaciones sobre la dopamina y otras sustancias, llevan sostener conclusivos, a no pocos investigadores como Ortiz Quesada (cirujano mejicano) que "*cuan-do dos personas se atraen sexualmente, una cascada de neurotransmisores recorre su cerebro y su cuerpo. Tales agentes son oxitocina, fenililetila-*

³⁰⁷ FISHER. H. *Por que amamos?* Editorial: Punto De Lectura. Buenos Aires. 2007.

mina, adrenalina, noradrenalina, serotonina, dopamina, vasopresina, endorfina, así como las hormonas sexuales testosterona y estrógenos. Es decir, que si se explica que es el amor, es cuando la serotonina no es más del 40% y el amor loco, pasional con el exceso de dopamina. En cambio, cuando usted se queda con la misma persona por tiempo considerable, es la presencia de una determinada tasa de ocytocina, llamada la hormona del amor. Está muy claro que el amor es entendido con la lógica cuantitativa y hacia lo que tiende el mercado.

Esos elementos químicos, posibles entonces de ser elaborados permitirá la próxima modificación de los males de amor.

El contrato capitalista impulsa a hacer del otro del amor, incierto e inaprensible, de una consistencia definible y de un va-

lor preciso, como bien diría un psicólogo científico. El otro del apego será, en una elección adaptada a la lógica de la globalización, un otro con ropajes de Dior y con esencia de caja de seguridad. No es acaso la principal cuestión, para el mercado, las cuestiones de seguridad? De allí que el amor es anticapitalista en tanto que pone en juego el no tener con la falta en ser. Por ello, de uno u otro lado, un-amor es lo que hace suplencia en la escena de negociación de la diferencia y donde se dirimen las elecciones subjetivas. De allí lo que comporta la tesis lacaniana devenida del no hay relación proporción sexual. Valentía ante fatal destino. Es el enfrentar esa valentía la posición fuerte del psicoanálisis en la época y el lugar posible para una clínica de la in-pareja lacaniana: el hacer falta al tiempo.

Heteridade 7

Comissão editorial (Heteridade 7): CRIF 2008-2010

Cristina Toro
Dominique Fingermann
Esther Faye
Lola Lopez
Marc Strauss
Maria Teresa Maiocchi
Miquel Àngel Fabra
Ricardo Rojas

Equipe de realização

Dominique Fingermann
Miquel Àngel Fabra
Lola Lopez

Diagramação

Cícero Oliveira

Capa

Danilo Carvalho
Dominique Fingermann

Comissão científica do V Encontro da IF-EPFCL

Ana Diaz Patron (Argentina - CRIF)
Angelia Teixeira (Brasil - CIOE)
Antonio Quinet (Diretor EPFCL - Brasil)
Colette Soler (França - CRIF)
Dominique Fingermann (Brasil - presidente do V Encontro)
Luis Fernando Palacio (Colômbia - CRIF)
Marc Strauss (França- CIOE)
Mario Binasco (Itália - CRIF)
Ramón Miralpeix (Espanha - CIOE)
Sonia Alberti (Brasil - CRIF)



